

§ 2º Fica designado como pregoeiro substituto o servidor indicado no inciso II, alínea *a*), deste artigo, o qual desempenhará as atividades de estilo da pregoeira em suas ausências ou impedimentos legais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar do dia 22 de abril de 2025, para os incisos atualizados por este ato normativo. As demais disposições em contrário ficam revogadas.

Dê-se ciência. Publique-se. Cumpra-se.

Márcia Rocha de Oliveira Francelino

Superintendente Estadual de Compras e Licitações (SUPEL/RO)

Protocolo 0060011817

Portaria nº 74 de 12 de maio de 2025

Altera a Portaria n.º 60, que reformula as equipes de licitações e designa servidores para compor a Comissão de Educação, Cultura, Lazer e Turismo, no âmbito da Superintendência Estadual de Compras e Licitações – SUPEL/RO.

A SUPERINTENDENTE DE COMPRAS E LICITAÇÕES DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições legais e regimentais previstas nos termos do art. 5º, inciso V, do Decreto nº 27.948, de 01 de março de 2023 e do art. 43 da Lei Complementar n. 965, de 20 de dezembro de 2017;

CONSIDERANDO a Portaria 63/2025 (0059510290) que institui a Comissão de Educação, Cultura, Lazer e Turismo, no âmbito da Superintendência de Compras e Licitações do Estado de Rondônia - SUPEL/RO, com objetivo de aplicar celeridade e eficiência na tramitação de processos de compras públicas; e

CONSIDERANDO a necessidade de reestruturação organizacional das atividades relacionadas à condução de certames no âmbito da Superintendência Estadual de Compras e Licitações – SUPEL,
RESOLVE:

Art. 1º Reformular no âmbito do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) a Equipe de Licitação (SUPEL-ÔMEGA), instituída para atuação interna no âmbito da Superintendência Estadual de Compras e Licitações, denominada Comissão de Educação, Cultura, Lazer e Turismo (SUPEL-COEDU) e designa os servidores abaixo relacionados para sua composição:

I - Agente de contratação:

a) Roger Martins Cardoso, matrícula n.º *****961.

II - Equipe de Apoio:

a) Josélia Pagani Ferreira, matrícula n.º *****627.

b) Suélen Torres da Silva, matrícula n.º *****853; e

c) Franciara Sobrinho do Nascimento Ximenes, matrícula n.º *****832.

§ 1º O servidor indicado no inciso I, alínea *a*), atuará como pregoeiro, sempre que a modalidade de licitação escolhida for pregão eletrônico, conforme previsto no art. 8º, § 5º da Lei Federal nº 14.133/2021.

§ 2º Fica designada como pregoeira substituta a servidora indicada no inciso II, alínea *a*), deste artigo, a qual desempenhará as atividades de estilo do pregoeiro em suas ausências ou impedimentos legais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar do dia 22 de abril de 2025, para os incisos atualizados por este ato normativo. As demais disposições em contrário ficam revogadas.

Dê-se ciência. Publique-se. Cumpra-se.

Márcia Rocha de Oliveira Francelino

Superintendente Estadual de Compras e Licitações (SUPEL/RO)

Protocolo 0060060731

Portaria nº 75 de 13 de maio de 2025

Altera a Portaria n.º 59, que reformula as equipes de licitações e designa servidores para compor a Comissão Especial de Licitações, no âmbito da Superintendência Estadual de Compras e Licitações – SUPEL/RO.

A SUPERINTENDENTE DE COMPRAS E LICITAÇÕES DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições legais e regimentais previstas nos termos do art. 5º, inciso V, do Decreto nº 27.948, de 01 de março de 2023 e do art. 43 da Lei Complementar n. 965, de 20 de dezembro de 2017;

CONSIDERANDO a Portaria 63/2025 (0059510290) que institui a Comissão Especial de Licitações, no âmbito da Superintendência de Compras e Licitações do Estado de Rondônia - SUPEL/RO, com objetivo de aplicar celeridade e eficiência na tramitação de processos de compras públicas; e

CONSIDERANDO a necessidade de reestruturação organizacional das atividades relacionadas à condução de certames no âmbito da Superintendência Estadual de Compras e Licitações – SUPEL,



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL
Comissão de Educação, Cultura, Lazer e Turismo - SUPEL-COEDU

INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90152/2025/SUPEL/RO

PARA O LOTE ÚNICO, aplica-se a AMPLA PARTICIPAÇÃO sem a reserva de cota no total de até 25% às empresas ME/EPP

RESUMO DOS DADOS

ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 16/06/2025, às 10h (horário de Brasília), no sítio https://www.gov.br/compras/pt-br .	Limite para esclarecimentos e impugnações ao edital: 11/06/2025.
---	--

OBJETO		
Contratação de empresa especializada na prestação de serviços contínuos de transporte escolar para atender as necessidade dos alunos matriculados na rede estadual de educação, residentes na zona rural, com fornecimento de veículos tipo ônibus, incluindo o abastecimento, rastreamento, monitoramento, manutenção, motoristas e monitores em toda a frota contratada, para executar o serviço por quilometragem percorrida KM/MÊS, referente aos 200 (duzentos) dias Letivos e 10 (dez) dias destinados as Provas de Recuperação e Exames Finais, totalizando 210 (duzentos e dez) dias contratados, executáveis no período de 12 meses, no município de Presidente Médici - RO e regiões.		
FUNDAMENTO: Lei federal nº 14.133, de 01 de Abril de 2021. Decreto estadual nº 28.874, 25 de Janeiro de 2024. dentre outros.		
PROCESSO ADMINISTRATIVO : 0029.008066/2024-13		
UASG: 925373 ENDEREÇO ELETRÔNICO : https://www.gov.br/compras/pt-br .		
VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO		
ORÇAMENTO ANUAL	R\$ 11.809.924,35 (Onze milhões, oitocentos e nove mil, novecentos e vinte e quatro reais e trinta e cinco centavos)	
VISTORIA	INSTRUMENTO CONTRATUAL	
facultativa	Contrato	
DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO		
Requisitos Básicos: 1. Habilitação jurídica: Conforme estabelecido <u>nos subitens de 8.4 e subitens do Termo de Referência.</u> 2. Qualificação econômico e financeira: Conforme estabelecido nos <u>subitens de 8.6 e subitens do Termo de Referência.</u> 3. Regularidade fiscal, social e trabalhista: Conforme estabelecido nos <u>subitens 8.5 e subitens do Termo de Referência.</u> 4. Qualificação técnica: Conforme estabelecido nos <u>itens 8.7, 8.8. e subitens do Termo de Referência.</u>		Requisitos Específicos:
CONTRATAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP?	RESERVA COTA ME/EPP?	
não	Não	Não
CRITÉRIO DE JULGAMENTO	MODO DE DISPUTA	REGISTRO DE PREÇO
Menor Preço Por Lote	Aberto	Não
TELEFONES PARA CONTATO		E-MAIL PARA CONTATO:
Telefone: 69.3212-9243		coedu@supel.ro.gov.br
OBSERVAÇÕES GERAIS:		
1. Maiores informações e esclarecimentos sobre o certame serão prestados nas dependências da Superintendência Estadual de Licitações, sito a Av. Farquar, 2986, Bairro: Pedrinhas, Complexo Rio Madeira, Ed. Pacaás Novos, 2º Andar, em Porto Velho/RO - CEP: 76.801-470.		
2. Informamos que devido a atualização do sistema compras.gov.br, para fins de pesquisa da licitação deverá ser inserido o número 90000 antes do número do certame. (ex.: 90001/2024)		

SUMÁRIO

1.
- DO PREÂMBULO;
2.
- DO OBJETO;
3.
- DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO;
4.
- DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO;
5.
- DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE;
6.
- DO REGISTRO DA PROPOSTA DO SISTEMA ELETRÔNICO;
7.
- DA FORMULAÇÃO DE LANCES, CONVOCAÇÃO ME/EPP E CRITÉRIO DE DESEMPATE;
8.
- DA FASE DE NEGOCIAÇÃO E JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS;

- 9. DA FASE DE HABILITAÇÃO;
- 10. DO RECURSO;
- 11. DA HOMOLOGAÇÃO;
- 12. DA REVOGAÇÃO E DA ANULAÇÃO;
- 13. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES;
- 14. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA;
- 15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS;
- 16. DOS ANEXOS;

1. DO PREÂMBULO

1.1. A SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES, por meio da **Portaria nº 74/2025/GAB/SUPEL**, publicada no DOE na data 14 de maio de 2025, torna público que se encontra autorizada a realização da licitação na modalidade de **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, **sob o nº 90152/2025/SUPEL/RO**, do tipo **MENOR PREÇO POR LOTE**, com o **Método de Disputa: ABERTO**, em conformidade com a **Lei Federal nº. 14.133, de 2021** e **Decreto Estadual nº 28.874/2024**, a **Lei Complementar nº 123/06** e Decreto Estadual nº 21.675/2017, e suas alterações, e demais legislações vigentes, tendo como interessada a Secretaria de Estado da Educação - SEDUC.

- 1.1.1. O instrumento convocatório e todos os elementos integrantes encontram-se disponíveis, para conhecimento e retirada, no endereço eletrônico: <https://www.gov.br/compras/pt-br>
- 1.1.2. A sessão inaugural deste PREGÃO ELETRÔNICO dar-se-á por meio do sistema eletrônico, na data e horário estabelecidos.
- 1.1.3. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a abertura do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e locais estabelecidos no preâmbulo deste Edital, desde que não haja comunicação do(a) Pregoeiro(a) em contrário.
- 1.1.4. Os horários mencionados neste Edital de Licitação referem-se ao horário oficial de Brasília/DF.

2. DO OBJETO

2.1. O objeto da presente licitação é Contratação de empresa especializada na prestação de serviços contínuos de transporte escolar para atender as necessidade dos alunos matriculados na rede estadual de educação, residentes na zona rural, com fornecimento de veículos tipo ônibus, incluindo o abastecimento, rastreamento, monitoramento, manutenção, motoristas e monitores em toda a frota contratada, para executar o serviço por quilometragem percorrida KM/MÊS, referente aos 200 (duzentos) dias Letivos e 10 (dez) dias destinados as Provas de Recuperação e Exames Finais, totalizando 210 (duzentos e dez) dias contratados, executáveis no período de 12 meses, no município de **Presidente Médici** - RO e regiões, para atender necessidades da Secretaria de Estado da Educação - SEDUC, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência - Anexo I.

2.2. Em caso de divergência existente entre as especificações do objeto descritas no sistema eletrônico – Portal de Compras do Governo Federal, e as especificações constantes no ANEXO I deste Edital – Termo de Referência, prevalecerão as últimas.

2.3. Das especificações técnicas/quantidades do objeto: Ficam aquelas estabelecidas no item 2.2 e seus subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

2.4. Da garantia do serviço: Ficam aquelas estabelecidas no subitem 4.26 e subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

2.5 Das condições contratuais/garantia contratual: Ficam aquelas estabelecidas nos itens 2.5 4.3, 4.28, 6.1 ao 6.5. e seus respectivos subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

2.6. Do reajuste e supressão contratual: Ficam aquelas estabelecidas nos itens 4.4. e 18. e seus subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

2.7. Da fiscalização e acompanhamento do recebimento/execução do objeto: Ficam aquelas estabelecidas no subitem 6.7 ao 6.8 e seus subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

2.8. Da entrega/recebimento: Ficam aquelas estabelecidas no subitem 5.2, 5.3, 7.2 e seus respectivos subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

2.9. Do pagamento: Ficam aquelas estabelecidas nos itens 7.3. ao 7.6. e seus respectivos subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

2.10. Das obrigações da contratada: Ficam aquelas estabelecidas no item 14 e subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

2.11. Das obrigações da contratante: Ficam aquelas estabelecidas no item 13 e subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

2.12 Dos critérios de sustentabilidade: Ficam aquelas estabelecidas no subitem 4.1 e subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente

3. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

3.1. De acordo com o Art. 164, da Lei nº 14.133, de 2021, qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame, observado o seguinte procedimento:

- 3.1.1. Envio exclusivo para o endereço eletrônico: coedu@supel.ro.gov.br
- 3.1.2. Após o envio do e-mail, a licitante deverá certificar-se quanto à confirmação de recebimento pelo Núcleo de Atendimento desta Superintendência, para não tornar sem efeito, pelo telefone **(069) 3212-9243** ou ainda, concomitantemente, caso julgue necessário, protocolar o original presencialmente na SUPEL, no horário das 07h30min. às 13h30min (horário local), de segunda-feira a sexta-feira, situada na Av. Farquar, 2986 - Bairro: Pedrinhas Complemento: Complexo Rio Madeira, Ed. Pacaás Novos - 2º Andar, em Porto Velho/RO - CEP: 76.801-470;
- 3.1.3. Mencionar o número do Pregão, o ano e o número do processo licitatório.
- 3.2. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame, de forma que a concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada nos autos do processo de licitação.
- 3.3. A decisão do(a) Pregoeiro(a) quanto a impugnação será informada preferencialmente via e-mail (aquele informado na impugnação), e através do campo próprio do Sistema Eletrônico do site Compras.gov.br, sendo necessariamente divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, ficando o licitante obrigado a acessá-lo para obtenção das informações prestadas pelo(a) Pregoeiro(a), na forma do Art. 164, parágrafo único, da Lei 14.133/2021.
- 3.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Portal de Compras do Governo Federal (<https://www.gov.br/compras/pt-br>), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

- 4.2. Os licitantes deverão obedecer rigorosamente aos termos deste Edital e de seus anexos.
- 4.2.1. Ante eventual ausência de regramento específico em Edital, deverão ser observados os inseridos no Termo de Referência, sempre pautando-se na legislação vigente.

4.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles que se tornem desatualizados.

- 4.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4.6. Não poderão disputar esta licitação, direta ou indiretamente:

- 4.6.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 4.6.2. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de penalidade que lhe foi imposta de:
 - 4.6.2.1. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de Rondônia, nos termos do art. 156, III, § 4º, da Lei n. 14.133/2021;
 - 4.6.2.2. Declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, na forma do art. 156, IV, § 5º, da Lei n. 14.133/2021;
- 4.6.3. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa e judicialmente;
- 4.6.4. Aquele que se enquadre no disposto no art. 14, da Lei n. 14.133, de 2021;
- 4.6.5. Agente público do órgão, agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, conforme §§ 1º e 2º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

4.6.6. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio observar o art. 15 da Lei n. 14.133, de 2021 e disposição constante no item 4.24. do Anexo I - Termo de Referência.

4.3.7 Da subcontratação: Ficam aquelas estabelecidas no item 4.2 e subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

5. DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

5.1. Na forma do Art. 4º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, aplicam-se às licitações e contratos disciplinados por esta Lei as disposições constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, devendo atentar às regras estabelecidas no regramento específico citado.

5.2. Para obtenção de benefícios a que se refere este item, a licitante deverá apresentar:

5.2.1. Declaração, em campo próprio do sistema eletrônico, caso se enquadre, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos § 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021;

5.2.2. Declaração de que no ano-calendário de realização da licitação ainda não tenha celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do Art. 4º, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.3. A empresa de pequeno porte que, no ano-calendário, exceder o limite de receita bruta anual, previsto no inciso II, do caput do artigo 3º da Lei Complementar n. 123/06, fica excluída, no mês subsequente à ocorrência do excesso, do tratamento jurídico diferenciado, bem como do regime de que trata o art. 12, para todos os efeitos legais, ressalvado o disposto nos §§9º-A, 10 e 12, da mesma LC 123/06.

5.3. A falsidade da declaração sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, neste Edital e em normas correlatas.

6. DO REGISTRO DA PROPOSTA NO SISTEMA ELETRÔNICO

6.1. A participação no Pregão Eletrônico dar-se-á por meio da digitação da senha privativa do Licitante a partir da data da liberação do Edital, até o horário limite de início da Sessão Pública, horário de Brasília, devendo ser encaminhado, exclusivamente por meio do sistema, quando convocado, a proposta de preço, conforme exigências do Edital.

6.2. O licitante deverá registrar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos: Valor unitário e total do item ou valor global, ou percentual de desconto; descrição detalhada do objeto, contendo as informações conforme à especificação do Termo de Referência.

6.2.1. A licitante deverá preencher o campo "marca" apenas com a marca específica do produto que deseja ofertar, sob pena de ser desclassificada caso não esteja de acordo.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. As ofertas de propostas dos licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos neste Edital.

6.6. Nas licitações relativas a prestação de serviços com dedicação de mão de obra exclusiva, na composição dos custos as licitantes deverão observar o disposto no art. 17, inciso XII, da Lei Complementar 123/2006.

6.7. As propostas registradas através do preenchimento no momento do cadastro no Sistema COMPRAS.GOV.BR NÃO DEVEM CONTER NENHUMA IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA PROPONENTE, visando atender o princípio da impessoalidade e preservar o sigilo das propostas.

6.8. No sistema COMPRAS.GOV.BR será lançado o quantitativo (01) um, com o valor total anual estimado do lote, no entanto, as empresas deverão registrar os valores unitários e totais de cada subitem do serviço de acordo com as quantidades descritas no Termo de Referência – Anexo I e na Planilha de Custo Anexo XI do edital.

6.8.1 A planilha de custos e formação de preços exigida no ANEXO XI do EDITAL deverá ser apresentada após a fase de lances, conforme convocação, observando a **ordem de classificação do sistema COMPRAS.GOV.BR**.

6.9. Quando da inclusão do anexo da proposta no sistema eletrônico, as empresas deverão fornecer as informações necessárias para a identificação da proposta em conformidade com o **item 11 do Termo de Referência e os itens 8.14 e 8.15 deste Edital**, que somente serão públicos após a fase de lances.

6.10. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.11. O(s) sindicato(s) indicado(s) no subitem acima não é(são) de utilização obrigatória pelos licitantes, mas, ao longo da execução contratual, sempre se exigirá o cumprimento dos acordos, dissídios ou convenções coletivas adotados por cada licitante/contratado.

7. DA FORMULAÇÃO DE LANCES, CONVOCAÇÃO ME/EPP E CRITÉRIO DE DESEMPATE

7.1. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.2. O lance deverá ser ofertado pelo valor **unitário** de cada item.

7.3. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.4. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.5. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de:

a) 1% (um por cento), quando o item licitado possuir valor estimado acima de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais);

7.6. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

7.7. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa ABERTO, conforme **item 2.4. do Anexo I deste edital - Termo de Referência**.

7.8. Após o encerramento da etapa de lances, será verificado se há empate entre as licitantes que neste caso, por força da aplicação da exclusividade obrigatoriamente se enquadram como Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP, conforme determina a Lei Complementar n. 123/06, CONTROLADO SOMENTE PELO SISTEMA COMPRAS.GOV.BR.

7.9. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

a) disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

b) avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei nº 14.133, de 2021;

c) desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

d) desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.10. Persistindo o empate, será realizado SORTEIO ELETRÔNICO através do sistema ComprasGov, nos processos cadastrados a partir de 14/10/2024, em sessão pública entre as propostas empatadas, nos moldes do artigo 28, §§ 1º e 2º da Instrução Normativa SEGES/MGI Nº 79.

7.11. Subsidiariamente a utilização do subitem 10.10, caso necessário, a sessão pública de sorteio será efetuada de forma presencial, podendo qualquer interessado participar, sendo transmitida em canal oficial da Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL, sendo observado os procedimentos, a saber:

a) Informação no chat da sessão pública quanto: data, hora e local da sessão para o procedimento de desempate das propostas, a ser realizado no site sorteador.com.br (ou outro compatível);

b) Por ordem alfabética, será disponibilizado a indicação dos nomes das licitantes, que se encontram em situação de propostas empatadas, no site indicado na alínea "a" do subitem 7.11;

c) A primeira licitante sorteada, será a primeira classificada. A sequência classificatória das propostas empatadas seguirá em ordem sucessiva;

d) A sessão será oficialmente encerrada após a conclusão desses procedimentos, e o registro audiovisual da sessão permanecerá para visualização no canal oficial da Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL.

e) Haverá transmissão ao vivo da sessão do sorteio nos canais oficiais SUPEL: <https://www.youtube.com/@supelro5251> e <https://www.instagram.com/supelrondonia/>

f) Haverá lavratura de ata de sorteio, com presença de testemunhas, que será incluída no processo administrativo;

7.12. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.13 Nos itens/lotes destinados à exclusiva participação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte e equiparadas será concedida prioridade de contratação de microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido, nos termos previstos no Decreto Estadual nº 21.675/2017.

a) aplica-se o disposto neste subitem nas situações em que as ofertas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superior ao menor preço;

b) a microempresa ou a empresa de pequeno porte sediada local ou regionalmente melhor classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora da licitação, situação em que poderá ser adjudicado o objeto em seu favor;

c) na hipótese da não contratação da microempresa ou da empresa de pequeno porte sediada local ou regionalmente com base na alínea "b", serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na situação da alínea "a", na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

d) no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;

e) quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência para produto nacional em relação ao produto estrangeiro previstas no Decreto Estadual 21.675/2017 , a prioridade de contratação prevista neste artigo será aplicada exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, de acordo com os Decretos de aplicação.

8. **DA FASE DE NEGOCIAÇÃO E JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS**

8.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 6.6.2 deste edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação.

8.2. Seguidamente, será realizada a negociação e atualização dos preços por meio do CHAT MENSAGEM do sistema Compras.gov.br, devendo o (a) Pregoeiro (a) examinar a compatibilidade dos preços em relação ao estimado para contratação.

8.2.1. Serão aceitos somente preços em moeda corrente nacional (R\$), com valores unitários e totais com no máximo 02 (duas) casas decimais, considerando as quantidades constantes no Anexo I – Termo de Referência. Caso seja encerrada a fase de lances, e a licitante divergir com o exigido, o (a) Pregoeiro (a) poderá convocar no chat de mensagens para atualização do referido lance e/ou realizar a atualização dos valores arredondando-os para menos automaticamente caso a licitante permaneça inerte.

8.3. O (a) Pregoeiro (a) não aceitará e não adjudicará o item cujo preço seja superior ao estimado (valor de mercado) para a contratação.

8.3.1. Sob análise do (a) Pregoeiro (a), poderão ser convocadas todas as licitantes que estejam dentro do valor estimado para contratação, para que no prazo máximo de 02 (duas) horas, se outro prazo não for fixado, enviem a proposta adequada ao último valor ofertado, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares necessários à confirmação dos requisitos deste edital.

8.3.1.1. Caberá ao licitante remeter no prazo estabelecido, exclusivamente via sistema Compras.gov, a proposta atualizada com o preço ou desconto, sob pena de desclassificação.

8.3.2. A proposta de preços deverá conter o valor devidamente atualizado do lance e/ou da negociação ofertados, com a especificação completa do objeto, contendo marca/modelo/fabricante.

8.4. Para fins de aceitação da proposta, o (a) Pregoeiro (a) examinará a proposta ajustada quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação aos valores estimados para contratação, podendo solicitar manifestação técnica e jurídica de outros setores do órgão para subsidiar sua decisão.

8.5. Quando houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, será oportunizado ao licitante o Princípio do Contraditório e da Ampla Defesa, para que, querendo, esclareça a composição do preço da sua proposta ou, em caso de necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, conforme o art. 59 da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.6. Para análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do órgão requisitante ou da área especializada no objeto.

8.7. As propostas terão validade mínima de 90 (noventa) dias a contar da data de sua apresentação.

8.8. A SUPEL solicitará às empresas cujas propostas estiverem com prazo de vencimento inferior a 10 (dez) dias, após serem declaradas habilitadas, para que façam a devida atualização com o intuito de dar celeridade ao processo de adjudicação e homologação pela Unidade Gestora.

8.8.1. Propostas com prazo de vencimento superior a 10 (dez) dias serão enviadas imediatamente à Unidade Gestora sem necessidade de atualização temporal para início do procedimento de homologação.

8.8.2. Quando o processo for encaminhado para homologação com a proposta atualizada e com validade superior a 10 (dez) dias, a SUPEL informará à Unidade o prazo restante para vencimento.

8.8.3. Se a proposta vencer sem que a Unidade Gestora promova a homologação, caberá a esta solicitar às licitantes a atualização.

8.8.4. O procedimento mencionado no item 8.8.1 será dispensado em processos que exijam prioridade de tramitação, sendo que as propostas serão encaminhadas à Unidade Gestora para homologação, desde que estejam dentro do prazo de validade, após a conclusão da fase de habilitação.

8.9. Na ocasião da homologação, caso haja divergências entre o valor constante no documento da proposta enviado pela licitante e o valor final das negociações registradas no Termo de Julgamento, prevalecerá o valor registrado no Termo para fins de homologação.

8.10. Nas licitações para prestação de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra, cujo valor estimado foi decomposto em custos unitários através de uma Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado a apresentar sua Planilha ajustada ao valor final da proposta, sob pena de não aceitação.

8.11. A planilha de custos será analisada pelo setor Técnico de Análise de Planilha de Custos e Formação de Preços, da unidade requisitante para subsidiar a decisão do Pregoeiro quanto ao aceite ou recusa da proposta.

8.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para desclassificação da proposta. O fornecedor poderá ajustá-la no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, até 03 (três) vezes, desde que não haja aumento de preço e seja comprovado que cobre todos os custos da contratação.

8.13. A licitante terá até 03 (três) oportunidades de corrigir sua planilha de custos, contando a partir do primeiro ajuste. O (a) Pregoeiro (a) concederá 24 (vinte e quatro) horas, a partir da convocação, para que a licitante encaminhe os documentos pelo sistema.

8.14. Licitantes que não apresentarem a Planilha de formação de custos quando convocadas serão desclassificadas.

8.15. Para antecipar diligências legais, ao serem convocadas para enviar planilha e proposta ajustada, as empresas devem apresentar:

a) FAPWEB - Fator Acidentário de Prevenção atualizado (vigente no mês anterior à abertura do certame).

b) Relatório da GFIP com protocolo de envio atualizado (vigente no mês anterior à abertura do certame).

c) Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCT) e Declaração Integrada de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica com protocolo de envio da Receita Federal (vigente no mês anterior à abertura do certame).

d) Empresas tributadas pelo Regime do Lucro Real devem apresentar a Escrituração Fiscal Digital (EFD-Contribuições) dos 12 meses anteriores à proposta, consolidação dos registros fiscais, recibo de entrega e a DCTF mensal com relação de débitos e créditos dos últimos 12 meses.

9. **DA FASE DE HABILITAÇÃO**

9.1. Serão realizadas consultas, ao Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual - CAGEFIMP, instituído pela Lei Estadual 2.414, de 18 de fevereiro de 2011, ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS/CGU (Lei Federal 12.846/2013), Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)e Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU.

9.2. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.3. A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO ANEXADA NO SISTEMA COMPRAS.GOV TERÁ EFEITO PARA TODOS OS ITENS, OS QUAIS A EMPRESA ENCONTRA-SE CLASSIFICADA.

9.4. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF e/ou Cadastro Geral de Fornecedores – CAGEFOR da SUPEL, assegurando aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

9.5. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.6. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar inabilitação.

9.7 A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.8. O Pregoeiro, após da aceitação do(s) item(ns), convocará a licitante melhor classificada para que, no prazo de até 2 (duas) horas, se outro prazo não for fixado, envie os documentos de habilitação.

9.9. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

9.9.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

9.9.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.10. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.11. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC n. 123, de 2006 e alterações.

9.11.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado prazo de 5 (cinco) dias úteis para sua regularização pelo licitante, prorrogável por igual período, com início no dia em que o proponente for declarado vencedor do certame.

9.11.2. A prorrogação do prazo previsto no subitem 9.11.1 poderá ser concedida, a critério da Administração Pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.11.3. Ressalvado os documentos possíveis de verificação conforme item 9.4, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital e anexos, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

9.12. RELATIVOS À REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

a) Comprovação de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

b) Comprovação de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

d) Prova de regularidade perante a Fazenda federal;

- e) Prova de regularidade Estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- f) Certidão de Regularidade do FGTS, relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- g) Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão de Regularidade de Débito – CNDT, para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.

9.13. RELATIVOS À HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
 - b) Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <http://www.portaldoempreendedor.gov.br/>;
 - c) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
 - d) No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
 - e) No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;
 - f) No caso de agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP- P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pelo Ministério do Desenvolvimento Social, conforme Decreto nº 11.802, de 28/11/2023.
 - g) No caso de produtor rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 2110, de 2022.
 - h) No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização, e se for o caso, ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- 9.13.1. Os documentos acima deverão estar acompanhados da última alteração ou da consolidação respectiva.

9.14. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA

9.14.1. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor serão aqueles **estabelecidos no subitem 8.6 e subitens do Anexo I deste edital - Termo de Referência.**

9.15. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- 9.15.1. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão aqueles **estabelecidos no subitem 8.7 e subitens do Anexo I deste Edital – Termo de Referência.**
- 9.15.1.1 Os critérios de qualificação operacional a serem atendidos pelo fornecedor serão aqueles **estabelecidos no subitem 8.8 e subitens do Anexo I deste Edital – Termo de Referência.**
- 9.16. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 9.16.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcionem no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.17. DAS DECLARAÇÕES:

- 9.17.1. Poderão as licitantes dispor as seguintes declarações, exclusivamente em meio eletrônico, pela plataforma Compras.gov, não sendo necessária a juntada das mesmas com os demais documentos de habilitação/proposta:
 - a) Declaração de que atende aos requisitos de habilitação
 - b) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social.
 - c) Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas previstos na CF/88, e demais legislações correlatas.
 - d) Declaração do cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.
 - e) Declaração, no sistema, caso se enquadre, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#).
 - f) Declaração, caso se enquadre, de que no ano-calendário de realização da licitação ainda não tenha celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, na forma do Art. 4º, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021.
 - g) Outras declarações eventualmente exigidas no Anexo I deste edital - Termo de Referência
- 9.18. Não será necessária a juntada as documentações exigidas em meio eletrônico, pela plataforma Compras.gov, com os demais documentos de habilitação/proposta.
- 9.19. As licitantes que deixarem de apresentar os documentos exigidos para a Habilitação ou os apresentar em desacordo com o estabelecido neste Edital, serão inabilitadas.

10. DO RECURSO

- 10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#) após a fase de Julgamento e Habilitação. Declarada a empresa VENCEDORA do certame, qualquer Licitante dentro do prazo poderá manifestar em campo próprio do Sistema Eletrônico, de forma imediata sua intenção de recorrer no prazo mínimo de 10 (dez) minutos, em cada fase.
 - 10.1.1. A intenção de recorrer deverá ser registrada imediatamente, sob pena de preclusão.
 - 10.2. As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema, no prazo de três dias úteis, contados a partir da data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 8º, da ata de julgamento.
 - 10.3. Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de três dias úteis, contado da data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.
 - 10.4. Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
 - 10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
 - 10.6 . O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não possam ser aproveitados.
 - 10.7. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
 - 10.8. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11. DA HOMOLOGAÇÃO

- 11.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior da unidade demandante para adjudicar o objeto e homologar o procedimento, observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

12. DA REVOGAÇÃO E DA ANULAÇÃO

- 12.1. A autoridade superior poderá revogar o procedimento licitatório por motivo de conveniência e oportunidade, e deverá anular por ilegalidade insanável, de ofício ou por provocação de terceiros, assegurada a prévia manifestação dos interessados.
- 12.2. O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.
- 12.3. Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.
- 12.4. Na hipótese da ilegalidade de que trata o caput ser constatada durante a execução contratual, aplica-se o disposto no art. 147 da Lei nº 14.133, de 2021.

13. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 13.1. A licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas nos termos do art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal **e sanções previstas no item 14 e subitens do Anexo I deste Edital - Termo de Referência.**
- 13.2. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública do Estado de Rondônia.

14. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. Os recursos financeiros necessários para acobertar as despesas decorrentes da contratação, estão consignados no orçamento da Secretaria de Estado da Educação **Unidade Gestora SEDUC-RO**, conforme estabelecido no **item 10 do Termo de Referência – Anexo I deste Edital**.

15. **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

- 15.1. A qualquer momento, após a aceitação das propostas, poderão, os licitantes ser convocados a atualizar sua validade, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de desclassificação.
- 15.2. Será divulgada ata da sessão pública nos sistemas eletrônicos O: <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/> e no no site <https://rondonia.ro.gov.br/supel>.
- 15.3. As disposições atinentes à fiscalização e à gestão do contrato, à entrega do objeto e às condições de pagamento deverão ser observadas no Anexo I - Termo de Referência deste Edital.
- 15.4. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 15.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 15.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 15.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 15.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 15.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 15.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://rondonia.ro.gov.br/supel/licitacoes/> e <https://www.gov.br/compras/pt-br>
- 15.11. Ante eventual ausência de regramento específico em Edital, deverão ser observados os inseridos no Termo de Referência, sempre pautando-se na legislação vigente.
- 15.12.** O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://rondonia.ro.gov.br/supel/licitacoes/> e <https://www.gov.br/compras/pt-br>
- 15.13.** Ante eventual ausência de regramento específico em Edital, deverão ser observados os inseridos no Termo de Referência, sempre pautando-se na legislação vigente.

16. **DOS ANEXOS:**

- 16.1.** Fazem parte deste instrumento convocatório, como se nele estivessem transcritos, os seguintes documentos:
- ANEXO I** - Termo de Referência (0059869684);
- ANEXO I.I** - Planilha (0047586840);
- ANEXO I.II** - Manual transcolar (0047638078);
- ANEXO I.III** - Portaria nº 19 de 29 de janeiro de 2024 - Caderno Técnico (0047638659);
- ANEXO I.IV** - Planilha Detalhamento dos Trajetos (0055136342);
- ANEXO I.V** - Croqui de trajetos atualizados (0055136631);
- ANEXO II** - Estudo Técnico Preliminar (0055211164);
- ANEXO III** - Modelo de Minuta de Contrato (0059869695);
- ANEXO IV** - Mapa de Risco (0055211194);
- ANEXO V** - Análise de Risco (0055211179);
- ANEXO VI** - SAMS (0057570685);
- ANEXO VIII** - Planilha de custo (0057362335);
- ANEXO IX** - Planilha da publicação dos itens (0060678779);
- ANEXO X** - Nota Técnica 2 (0060490106)

Porto Velho-RO, 29 de maio de 2025.

Róger Martins Cardoso
Pregoeiro - SUPEL-COEDU
Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL

Elaborado por:
Franciara S. do Nascimento Ximenes
Membro da Comissão de Processamento e Apoio - SUPEL/RO
Portaria nº 74/2025/GAB-SUPEL/RO

Revisado por:
Róger Martins Cardoso
Agente de Contratação - SUPEL/RO
Portaria nº 74/2025/GAB-SUPEL/RO



Documento assinado eletronicamente por **Róger Martins Cardoso, Pregoeiro(a)**, em 30/05/2025, às 12:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0060337328** e o código CRC **D8FD3880**.



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria de Estado da Educação - SEDUC

TERMO DE REFERÊNCIA

TR Nº 17/2025

Processo 0029.008066/2024-13

INFORMAÇÕES BÁSICAS

Unidade Orçamentária: Secretaria de Estado da Educação - SEDUC
Unidade Requisitante: Superintendência Regional de Educação de Ji-Paraná - SEDUC-SUPERJIPGAB
Unidade Solicitante: Gerência de Planejamento de Contratação de Serviços- SEDUC-GPCS
Processo Administrativo: 0029.008066/2024-13

1. BASE LEGAL:

1.1. O presente Termo de Referência apresenta as informações fundamentais a serem consideradas durante o procedimento licitatório, visando prover a contratação de serviços de terceiros - Pessoa Jurídica, objetos deste, nos termos da legislação pertinente, conforme estabelece o disposto nos artigos da Lei de Licitações e Contratos Administrativos nº 14.133 de 1º de abril de 2021 e do Decreto Estadual nº 28.874/24, o qual regulamenta as contratações públicas no âmbito da Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Estado de Rondônia.

2. OBJETO

2.1. Constitui o presente Termo de Referência, a Contratação de empresa especializada na prestação de serviços contínuos de transporte escolar para atender as necessidade dos alunos matriculados na rede estadual de educação, residentes na zona rural, com fornecimento de veículos tipo ônibus, incluindo o abastecimento, rastreamento, monitoramento, manutenção, motoristas e monitores em toda a frota contratada, para executar o serviço por quilometragem percorrida KM/MÊS, referente aos 200 (duzentos) dias Letivos e 10 (dez) dias destinados as Provas de Recuperação e Exames Finais, totalizando 210 (duzentos e dez) dias contratados, executáveis no período de 12 meses, no município de **Presidente Médici** - RO e regiões.

2.2. Quadro de Especificações Técnicas dos Itens, Serviços e Quantitativos:

ITEM	CLASSE (CATMAT / CATSER)	DETALHAMENTO DO OBJETO								UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
1	5240	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços contínuos de transporte escolar para atender as necessidade dos alunos matriculados na rede estadual de educação, residentes na zona rural, com fornecimento de veículos tipo ônibus, incluindo o abastecimento, rastreamento, monitoramento, manutenção, motoristas e monitores em toda a frota contratada, para executar o serviço por quilometragem percorrida KM/MÊS, referente aos 200 (duzentos) dias Letivos e 10 (dez) dias destinados as Provas de Recuperação e Exames Finais, totalizando 210 (duzentos e dez) dias contratados, executáveis no período de 12 meses, no município de Presidente Médici - RO e regiões, com execução nos seguintes trajetos descritos no item 8.5.								Serviço	1
LOTE I											
TEM	TRAJETO	DESCRIÇÃO DOS TRAJETOS	TURNO DE EXECUÇÃO	QUANTIDADE ESTIMADA DE ALUNOS POR TRAJETO	TRAJETO KM/ DIÁRIO PAVIMENTADO	TRAJETO KM/ DIÁRIO NÃO- PAVIMENTADO	TRAJETO KM/DIÁRIO ESTIMADO TOTAL	PERCENTUAL DE ESTRADA DE TERRA (%)	VEÍCULO ESPECIAL	DIAS CONTRATADOS (210 DIAS)	TRAJETO KM/210 DIAS ESTIMADO TOTAL
1	Trajeto 01 - Lote 01	MATUTINO - O Veículo sai às 5h50min (Ponto de referência: travessão da RO480), percorre 1.1km, entra à esquerda, percorre 2.8km, entra a direita, percorre 3.3km e retorna 3.3km, continua na mesma por 1.0km, continua em frente e percorre 4.0km e retorna 4.0km, entra a	MATUTINO	34	0,00	81,20	81,20	100,0%	NÃO	210	17.052

ITEM	TRAJETO	DESCRIÇÃO DOS TRAJETOS	TURNO DE EXECUÇÃO	QUANTIDADE ESTIMADA DE ALUNOS POR TRAJETO	TRAJETO KM/DIÁRIO PAVIMENTADO	TRAJETO KM/DIÁRIO NÃO-PAVIMENTADO	TRAJETO KM/DIÁRIO ESTIMADO TOTAL	PERCENTUAL DE ESTRADA DE TERRA (%)	VEÍCULO ESPECIAL	DIAS CONTRATADOS (210 DIAS)	TRAJETO KM/210 DIAS ESTIMADO TOTAL
		esquerda, percorre 4.3km, entra a esquerda, percorre 8.4km e retorna 8.4km até a Escola Emburana. as 11h30min, refaz o mesmo itinerário até o ponto de partida. Perfazendo um total de 81.2km. (sendo 81.2km não pavimentados) $1.1 + 2.8 + 3.3 + 3.3 + 1.0 + 4.0 + 4.0 + 4.3 + 8.4 + 8.4 = 40.6 \times 2 = 81.2\text{km}$									
2	Trajetos 02 - Lote 01	VESPERTINO - O Veículo sai às 11h30min (Ponto de referência: linha 136, Estrela de Rondônia), percorre 3.2km, entra a direita, percorre 1.3km e retorna 1.3km, entra à direita, percorre 8.2km continua em frente, percorre 2.9km e retorna 2.9km, entra à esquerda, percorre 3.7km, entra à esquerda, percorre 5.5km e retorna 5.5km, continua em frente, percorre 3.9km até a Escola Emburana. Perfazendo um total de 76.8km. (sendo 29.8km pavimentado e 47.0km não pavimentados) $3.2 + 1.3 + 1.3 + 8.2 + 2.9 + 2.9 + 3.7 + 5.5 + 5.5 + 3.9 = 38.4 \times 2 = 76.8\text{km}$	VESPERTINO	27	29,8	47,00	76,80	61,2%	NÃO	210	16.128
3	Trajetos 03 - Lote 01	MATUTINO - O Veículo sai às 6h00min (Ponto de referência: linha 136, Estrela de Rondônia), percorre 3.2km, entra a	MATUTINO	21	45,40	43,80	89,20	49,1%	NÃO	210	18.732

ITEM	TRAJETO	DESCRIÇÃO DOS TRAJETOS	TURNO DE EXECUÇÃO	QUANTIDADE ESTIMADA DE ALUNOS POR TRAJETO	TRAJETO KM/DIÁRIO PAVIMENTADO	TRAJETO KM/DIÁRIO NÃO-PAVIMENTADO	TRAJETO KM/DIÁRIO ESTIMADO TOTAL	PERCENTUAL DE ESTRADA DE TERRA (%)	VEÍCULO ESPECIAL	DIAS CONTRATADOS (210 DIAS)	TRAJETO KM/210 DIAS ESTIMADO TOTAL
		direita, percorre 0.5km e retorna 0.5km, entra à direita, percorre 8.2km continua em frente, percorre 2.9km e retorna 2.9km, entra à esquerda, percorre 3.7km, entra à esquerda, percorre 5.5km, entra a direita, percorre 3.9km e retorna 3.9km, entra a esquerda 5.5km, continua em frente, percorre 3.9km até a Escola Emburana. Perfazendo um total de 89.2km. (sendo 45.4km pavimentado e 43.8km não pavimentados) $3.2 + 0.5 + 0.5 + 8.2 + 2.9 + 2.9 + 3.7 + 5.5 + 3.9 + 3.9 + 5.5 + 3.9 = 44.6 \times 2 = 89.2\text{km}$									
4	Trajetos 04 - Lote 01	MATUTINO - Sai às 6h00min (Ponto de referência: linha 01), percorre 7.1km, entra a direita, percorre 3.2km, continua em frente e percorre 3.5km e retorna 3.5km, entra a direita, percorre 4.2km, entra a esquerda, percorre 2.4km, entra a direita, percorre 3.7km até a escola Emburana. Perfazendo um total de 55.2km diários. (sendo 55.2km não pavimentados). $7.1 + 3.2 + 3.5 + 3.5 + 4.2 + 2.4 + 3.7 = 27.6 \times 2 = 55.2\text{km}$	MATUTINO	19	0,00	55,20	55,20	100,0%	NÃO	210	11.592
5	Trajetos 05 - Lote 01	VESPERTINO - Sai às 11h30min (Ponto de	VESPERTINO	12	0,00	57,80	57,80	100,0%	NÃO	210	12.138

ITEM	TRAJETO	DESCRIÇÃO DOS TRAJETOS	TURNO DE EXECUÇÃO	QUANTIDADE ESTIMADA DE ALUNOS POR TRAJETO	TRAJETO KM/DIÁRIO PAVIMENTADO	TRAJETO KM/DIÁRIO NÃO-PAVIMENTADO	TRAJETO KM/DIÁRIO ESTIMADO TOTAL	PERCENTUAL DE ESTRADA DE TERRA (%)	VEÍCULO ESPECIAL	DIAS CONTRATADOS (210 DIAS)	TRAJETO KM/210 DIAS ESTIMADO TOTAL
		referência: linha 01), percorre 7.1km, entra a direita, percorre 3.2km, continua em frente e percorre 4.1km e retorna 4.1km, entra a direita, percorre 4.2km, entra a esquerda, percorre 2.4km, entra a direita, percorre 3.8km até a escola Emburana. Perfazendo um total de 57.8km diários. (sendo 57.8km não pavimentados). $7.1 + 3.2 + 4.1 + 4.1 + 4.2 + 2.4 + 3.8 = 28.9 \times 2 = 57.8\text{km}$									
6	Trajetos 06 - Lote 01	VESPERTINO - O veículo sai às 11h45min (Ponto de referência: Igreja Palavra de Cristo para o Brasil na Linha 114) percorre 3.3km, entra a esquerda, percorre 0.2km e retorna 0.2km, entra a esquerda, percorre 1.0km, continua enfrente, percorre 4.0km e retorna 4.0km, entra a esquerda, percorre 4.3km, entra a esquerda, percorre 7.8km e retorna 7.8km até Escola Emburana. Perfazendo um total de 65.2km. (sendo 65.2km não pavimentados). $3.3 + 0.2 + 0.2 + 1.0 + 4.0 + 4.0 + 4.3 + 7.8 + 7.8 = 32.6 \times 2 = 65.2\text{km}$	VESPERTINO	22	0,00	65,20	65,20	100,0%	NÃO	210	13.692
7	Trajetos 07 - Lote 01	MATUTINO - O Veículo sai às 6h00min (Ponto de referência: linha 114), percorre	MATUTINO	23	0,00	87,00	87,00	100,0%	NÃO	210	18.270

ITEM	TRAJETO	DESCRIÇÃO DOS TRAJETOS	TURNO DE EXECUÇÃO	QUANTIDADE ESTIMADA DE ALUNOS POR TRAJETO	TRAJETO KM/DIÁRIO PAVIMENTADO	TRAJETO KM/DIÁRIO NÃO-PAVIMENTADO	TRAJETO KM/DIÁRIO ESTIMADO TOTAL	PERCENTUAL DE ESTRADA DE TERRA (%)	VEÍCULO ESPECIAL	DIAS CONTRATADOS (210 DIAS)	TRAJETO KM/210 DIAS ESTIMADO TOTAL
		2.3km, entra direita, percorre 1.4km e retorna 1.4km, entra a direita, percorre 9.1km, continua em frente, percorre 11.0km e retorna 11.0km, entra a direita, percorre 4.3km, entra a esquerda, percorre 3.0km até a Escola Dona Benta. Perfazendo um total de 87.0km. (sendo 87.0km não pavimentados) $2.3 + 1.4 + 1.4 + 9.1 + 11.0 + 11.0 + 4.3 + 3.0 = 43.5 \times 2 = 87.0\text{km}$									
8	Trajetos 08 - Lote 01	MATUTINO - Sai às 6h00min (Ponto de referência: linha 01), percorre 3.8km entra a esquerda, percorre 2.0km e retorna 2.0km, continua em frente e percorre 7.6km, faz curva a direita e percorre 5.2km, entra a direita percorre 2.6km, entra a direita, percorre 3.2km, entra esquerda, percorre 4.1km, entra a direita, percorre 0.8km até a escola Dona Benta. Perfazendo um total de 62.6km diários. (sendo 62.6km não pavimentados). $3.8 + 2.0 + 2.0 + 7.6 + 5.2 + 2.6 + 3.2 + 4.1 + 0.8 = 31.3 \times 2 = 62.6\text{km}$	MATUTINO	8	0,00	62,60	62,60	100,0%	NÃO	210	13.146
9	Trajetos 09 - Lote 01	VESPERTINO - Sai às 11h30min (Ponto de referência: linha 140), percorre 4.4km, faz	VESPERTINO	19	0,00	90,20	90,20	100,0%	NÃO	210	18.942

ITEM	TRAJETO	DESCRIÇÃO DOS TRAJETOS	TURNO DE EXECUÇÃO	QUANTIDADE ESTIMADA DE ALUNOS POR TRAJETO	TRAJETO KM/ DIÁRIO PAVIMENTADO	TRAJETO KM/ DIÁRIO NÃO- PAVIMENTADO	TRAJETO KM/DIÁRIO ESTIMADO TOTAL	PERCENTUAL DE ESTRADA DE TERRA (%)	VEÍCULO ESPECIAL	DIAS CONTRATADOS (210 DIAS)	TRAJETO KM/210 DIAS ESTIMADO TOTAL
		curva a direita, percorre 7.6km, faz curva a direita, percorre 7.8km, entra a direita, percorre 3.2km, continua em frente, percorre 2.6km, entra a direita percorre 3.0km e retorna 3.0km, entra a direita, percorre 3.0km e retorna 3.0km, faz leve curva a esquerda, percorre 2.6km, entra a direita, percorre 4.9km até a escola Dona Benta. Perfazendo um total de 90.2km diários. (sendo 90.2km não pavimentados). $4.4 + 7.6 + 7.8 + 3.2 + 2.6 + 3.0 + 3.0 + 3.0 + 3.0 + 2.6 + 4.9 = 45.1 \times 2 = 90.2\text{km}$									
10	Trajetos 10-Lote 01	VESPERTINO - Sai às 11h40min (Ponto de referência: linha 128), percorre 4.6km, curva a direita, percorre 2.3km e retorna 2.3km, entra a direita, percorre 4.5km, faz curva e entra a esquerda, percorre 1.1km, entra a direita, percorre 3.8km e retorna 3.8 km, entra a direita, percorre 4.1 e retorna 4.1km, continua em frente, percorre 1.1km, entra a esquerda, percorre 1.0km até a escola Dona Benta. Perfazendo um total de 65.4km diários. (sendo 65.4km não pavimentados). $4.6 + 2.3 + 2.3$	VESPERTINO	13	0,00	65,40	65,40	100,0%	NÃO	210	13.734

ITEM	TRAJETO	DESCRIÇÃO DOS TRAJETOS	TURNO DE EXECUÇÃO	QUANTIDADE ESTIMADA DE ALUNOS POR TRAJETO	TRAJETO KM/DIÁRIO PAVIMENTADO	TRAJETO KM/DIÁRIO NÃO-PAVIMENTADO	TRAJETO KM/DIÁRIO ESTIMADO TOTAL	PERCENTUAL DE ESTRADA DE TERRA (%)	VEÍCULO ESPECIAL	DIAS CONTRATADOS (210 DIAS)	TRAJETO KM/210 DIAS ESTIMADO TOTAL
		+ 4.5 + 1.1 + 3.8 + 3.8 + 4.1 + 4.1 + 1.1 + 1.0 = 32.7 x 2 = 65.4km									
11	Trajetos 11 - Lote 01	MATUTINO - Sai às 6h15min (Ponto de referência: linha 106), percorre 8.3km, continua em frente, percorre 4.4km e retorna 4.4km, entra a esquerda, percorre 7.5km, entra a esquerda, percorre 3.0km até a escola Dona Benta. Perfazendo um total de 55.2km diários. (sendo 55.2km não pavimentados). 8.3 + 4.4 + 4.4 + 7.5 + 3.0 = 27.6 x 2 = 55.2km	MATUTINO	11	0,00	55,20	55,20	100,0%	NÃO	210	11.592
12	Trajetos 12 - Lote 01	MATUTINO - Sai às 6h00min (Ponto de referência: linha 109 próximo a ponte), percorre 6.5km entra a esquerda, percorre 4.1km, entra a esquerda, percorre 1.0km e retorna 1.0km, entra a esquerda, percorre 4.3km, entra a esquerda, percorre 19.6km até a escola Dona Benta. Perfazendo um total de 73.0km diários. (sendo 73.0km não pavimentados). 6.5 + 4.1 + 1.0 + 1.0 + 4.3 + 19.6 = 36.5 x 2 = 73.0km	MATUTINO	29	0,00	73,00	73,00	100,0%	NÃO	210	15.330
13	Trajetos 13 - Lote 01	VESPERTINO - Sai às 11h30min (Ponto de referência: linha 109 próximo a ponte), percorre 6.4km entra a esquerda, percorre	VESPERTINO	26	0,00	90,40	90,40	100,0%	NÃO	210	18.984

ITEM	TRAJETO	DESCRIÇÃO DOS TRAJETOS	TURNO DE EXECUÇÃO	QUANTIDADE ESTIMADA DE ALUNOS POR TRAJETO	TRAJETO KM/DIÁRIO PAVIMENTADO	TRAJETO KM/DIÁRIO NÃO-PAVIMENTADO	TRAJETO KM/DIÁRIO ESTIMADO TOTAL	PERCENTUAL DE ESTRADA DE TERRA (%)	VEÍCULO ESPECIAL	DIAS CONTRATADOS (210 DIAS)	TRAJETO KM/210 DIAS ESTIMADO TOTAL
		4.1km, entra a esquerda, percorre 5.4km e retorna 5.4km, entra a esquerda, percorre 4.3km, entra a esquerda, percorre 19.6km até a escola Dona Benta. Perfazendo um total de 90.4km diários. (sendo 90.4km não pavimentados). $6.4 + 4.1 + 5.4 + 5.4 + 4.3 + 19.6 = 45.2 \times 2 = 90.4\text{km}$									
14	Trajetos 14 - Lote 01	VESPERTINO - Sai às 11h15min (Ponto de referência: linha 128), percorre 8.3km, continua em frente, percorre 2.9km e retorna 2.9km, entra a esquerda, percorre 2.8km, entra a direita, percorre 8.9km e retorna 8.9km, continua em frente, percorre 2.0km e retorna 2.0km, entra a esquerda, percorre 4.3km, entra esquerda, percorre 3.0km até a escola Dona Benta. Perfazendo um total de 92.0km diários. (sendo 92.0km não pavimentados). $8.3 + 2.9 + 2.9 + 2.8 + 8.9 + 8.9 + 2.0 + 2.0 + 4.3 + 3.0 = 46.0 \times 2 = 92.0\text{km}$	VESPERTINO	16	0,00	92,00	92,00	100,0%	NÃO	210	19.320
15	Trajetos 15 - Lote 01	MATUTINO - Sai às 6h00min (Ponto de referência: linha 128), percorre 5.5km, entra a direita, percorre 4.1km, entra a direita, percorre 1.3km, faz curva a direita,	MATUTINO	12	0,00	62,20	62,20	100,0%	NÃO	210	13.062

ITEM	TRAJETO	DESCRIÇÃO DOS TRAJETOS	TURNO DE EXECUÇÃO	QUANTIDADE ESTIMADA DE ALUNOS POR TRAJETO	TRAJETO KM/ DIÁRIO PAVIMENTADO	TRAJETO KM/ DIÁRIO NÃO- PAVIMENTADO	TRAJETO KM/DIÁRIO ESTIMADO TOTAL	PERCENTUAL DE ESTRADA DE TERRA (%)	VEÍCULO ESPECIAL	DIAS CONTRATADOS (210 DIAS)	TRAJETO KM/210 DIAS ESTIMADO TOTAL
		percorre 1.1km, entra a direita, percorre 4.4km e retorna 4.4km, entra a direita, percorre 4.1km e retorna 4.1km, continua em frente, percorre 1.1km, entra esquerda, percorre 1.0km até a escola Dona Benta. Perfazendo um total de 62.2km diários. (sendo 62.2km não pavimentados). $5.5 + 4.1 + 1.3 + 1.1 + 4.4 + 4.4 + 4.1 + 4.1 + 1.1 + 1.0 = 31.1 \times 2 = 62.2\text{km}$									
16	Trajetos 01 - Lote 02	VESPERTINO - Sai às 11h30min (Ponto de referência: sétima linha), percorre 4.2km, entra a esquerda, percorre 2.3km e retorna 2.3km, entra a esquerda, percorre 2.0km e retorna 2.0km, entra a esquerda, percorre 2.4km, entra a esquerda, percorre 4.3km, entra a esquerda, percorre 2.0km, entra a direita, percorre 9.4km, faz curva a direita, percorre 8.2km, continua em frente, percorre 2.1km e retorna 2.1km até a escola Irma Doraty. Perfazendo um total de 86.6km diários. (sendo 1.2 pavimentado e 85.4km não pavimentados). $4.2 + 2.3 + 2.3 + 2.0 + 2.0 + 2.4 + 4.3 + 2.0 + 9.4 + 8.2 + 2.1 + 2.1 = 43.3 \times 2 = 86.6\text{km}$	VESPERTINO	22	1,2	85,40	86,60	98,6%	NÃO	210	18.186

ITEM	TRAJETO	DESCRIÇÃO DOS TRAJETOS	TURNO DE EXECUÇÃO	QUANTIDADE ESTIMADA DE ALUNOS POR TRAJETO	TRAJETO KM/DIÁRIO PAVIMENTADO	TRAJETO KM/DIÁRIO NÃO-PAVIMENTADO	TRAJETO KM/DIÁRIO ESTIMADO TOTAL	PERCENTUAL DE ESTRADA DE TERRA (%)	VEÍCULO ESPECIAL	DIAS CONTRATADOS (210 DIAS)	TRAJETO KM/210 DIAS ESTIMADO TOTAL
17	Trajetos 02 - Lote 02	VESPERTINO - Sai às 11h30min (Ponto de referência: quarta linha), percorre 8.6km, continua em frente, percorre 5.5km e retorna 5.5km, entra a direita, percorre 2.0km, entra a esquerda, percorre 1.4km e retorna 1.4km, entra a esquerda, percorre 11.4km, entra a esquerda, percorre 2.0km, faz a curva a direita, percorre 0.8km, entra a esquerda, percorre 2.5km, entra a direita, percorre 1.2km e retorna 1.2km, continua em frente, percorre 3.6km até a escola Irma Doraty. Perfazendo um total de 94.2km diários. (sendo 26.8 pavimentado e 67.4km não pavimentados). $8.6 + 5.5 + 5.5 + 2.0 + 1.4 + 1.4 + 11.4 + 2.0 + 0.8 + 2.5 + 1.2 + 1.2 + 3.6 = 47.1 \times 2 = 94.2\text{km}$	VESPERTINO	32	26,8	67,40	94,20	71,5%	NÃO	210	19.782
18	Trajetos 03 - Lote 02	MATUTINO - Sai às 6h00min (Ponto de referência: quarta linha), percorre 4.3km, continua em frente, percorre 1.2km e retorna 1.2km, entra a direita, percorre 2.0km, entra a esquerda, percorre 0.7km e retorna 0.7km, entra a esquerda, percorre 2.0km, entra a esquerda, percorre 4.0km e retorna 4.0km, entra a esquerda,	MATUTINO	20	26,8	55,00	81,80	67,2%	NÃO	210	17.178

ITEM	TRAJETO	DESCRIÇÃO DOS TRAJETOS	TURNO DE EXECUÇÃO	QUANTIDADE ESTIMADA DE ALUNOS POR TRAJETO	TRAJETO KM/DIÁRIO PAVIMENTADO	TRAJETO KM/DIÁRIO NÃO-PAVIMENTADO	TRAJETO KM/DIÁRIO ESTIMADO TOTAL	PERCENTUAL DE ESTRADA DE TERRA (%)	VEÍCULO ESPECIAL	DIAS CONTRATADOS (210 DIAS)	TRAJETO KM/210 DIAS ESTIMADO TOTAL
		percorre 9.5km, entra a esquerda, percorre 2.0km, entra a direita, percorre 0.8km, entra a esquerda, percorre 2.5km, entra a direita, percorre 1.2km e retorna 1.2km,continua em frente, percorre 3.6km até a escola Irma Doraty. Perfazendo um total de 81.8km diários. (sendo 26.8 pavimentado e 55.0km não pavimentados). $4.3 + 1.2 + 1.2 + 2.0 + 0.7 + 0.7 + 2.0 + 4.0 + 4.0 + 9.5 + 2.0 + 0.8 + 2.5 + 1.2 + 1.2 + 3.6 = 40.9 \times 2 = 81.8\text{km}$									
19	Trajetos 04 - Lote 02	MATUTINO - Sai às 6h00min (Ponto de referência: 6ª linha), percorre 4.3km, entra a esquerda, percorre 2.3km, entra a direita, percorre 1.6km e retorna 1.6km, entra a direita, percorre 2.5km, entra a direita, percorre 14.6km, entra a direita, percorre 4.6km, entra a esquerda, percorre 4.2km, faz curva a direita, percorre 4.3km até a Escola Irmã Doraty. Perfazendo um total de 80.0km diários. (sendo 9.2 pavimentado e 70.8km não pavimentados). $4.3 + 2.3 + 1.6 + 1.6 + 2.5 + 14.6 + 4.6 + 4.2 + 4.3 = 40.0 \times 2 = 80.0\text{km}$	MATUTINO	14	9,2	70,80	80,00	88,5%	NÃO	210	16.800
20	Trajetos 05 - Lote 02	MATUTINO - Sai às 6h00min (Ponto de referência: TN 29), percorre 9.9km, entra a	MATUTINO	10	0,00	85,80	85,80	100,0%	NÃO	210	18.018

ITEM	TRAJETO	DESCRIÇÃO DOS TRAJETOS	TURNO DE EXECUÇÃO	QUANTIDADE ESTIMADA DE ALUNOS POR TRAJETO	TRAJETO KM/DIÁRIO PAVIMENTADO	TRAJETO KM/DIÁRIO NÃO-PAVIMENTADO	TRAJETO KM/DIÁRIO ESTIMADO TOTAL	PERCENTUAL DE ESTRADA DE TERRA (%)	VEÍCULO ESPECIAL	DIAS CONTRATADOS (210 DIAS)	TRAJETO KM/210 DIAS ESTIMADO TOTAL
		esquerda, percorre 2.0km, entra a direita, percorre 3.6km, entra a direita, percorre 4.7 e retorna 4.7km, entra a direita, percorre 9.0km, faz curva a direita, percorre 4.8km, continua em frente, percorre 2.1km e retorna 2.1km até a Escola Irmã Doraty. Perfazendo um total de 85.8km diários. (85.8km não pavimentados). $9.9 + 2.0 + 3.6 + 4.7 + 4.7 + 9.0 + 4.8 + 2.1 + 2.1 = 42.9 \times 2 = 85.8\text{km}$									
21	Trajetos 06 - Lote 02	VESPERTINO - Sai às 11h30min (Ponto de referência: 6ª linha), percorre 2.2km, continua em frente, percorre 2.1km e retorna 2.1km, entra a direita, percorre 2.0km, entra a direita e percorre 14.6km, continua em frente, percorre 3.6km e retorna 3.6km, entra a esquerda, percorre 4.6km, entra a esquerda, percorre 4.3km, faz curva a direita, percorre 4.8km até a Escola Irmã Doraty. Perfazendo um total de 87.8km diários. (sendo 9.2 pavimentado e 78.6km não pavimentados). $2.2 + 2.1 + 2.1 + 2.0 + 14.6 + 3.6 + 3.6 + 4.6 + 4.3 + 4.8 = 43.9 \times 2 = 87.8\text{km}$	VESPERTINO	20	9,2	78,60	87,80	89,5%	NÃO	210	18.438
22	Trajetos 07 -	MATUTINO - Sai às 6h10min (Ponto de	MATUTINO/VESPERTINO	29	27,8	58,50	86,30	67,8%	NÃO	210	18.123

ITEM	TRAJETO	DESCRIÇÃO DOS TRAJETOS	TURNO DE EXECUÇÃO	QUANTIDADE ESTIMADA DE ALUNOS POR TRAJETO	TRAJETO KM/ DIÁRIO PAVIMENTADO	TRAJETO KM/ DIÁRIO NÃO- PAVIMENTADO	TRAJETO KM/DIÁRIO ESTIMADO TOTAL	PERCENTUAL DE ESTRADA DE TERRA (%)	VEÍCULO ESPECIAL	DIAS CONTRATADOS (210 DIAS)	TRAJETO KM/210 DIAS ESTIMADO TOTAL
	Lote 02	referência: BR 364 kinmaster km 26), percorre 1.2km, faz curva a direita, percorre 4.0km, entra a esquerda, percorre 4.0km, entra a direita, percorre 1.8km, continua em frente, percorre 2.1km, entra a esquerda, percorre 0.7km e retorna 0.7km, entra a esquerda, percorre 0.9km, entra a direita, percorre 4.2km e retorna 4.2km, entra a esquerda, percorre 0.9km, continua em frente, percorre 2.1km, entra a esquerda, percorre 0.5km até a escola Apolônia Rossi. Perfazendo um total de 27.3km diários. (sendo 7.4km pavimentados e 19.9km não pavimentados). MEIO DIA – Sai da escola, percorre 0.5k, entra a direita, percorre 2.1km, entra a esquerda, percorre 0.7km e retorna 0.7km, entra a esquerda, percorre 0.9km, entra a direita percorre 4.2km e retorna 4.2km, entra a esquerda, percorre 0.9km, continua em frente, percorre 2.1km, continua em frente, percorre 1.8km, entra a esquerda, percorre 4.0km, entra a esquerda, percorre 1.5km e retorna 1.5km, continua em									

ITEM	TRAJETO	DESCRIÇÃO DOS TRAJETOS	TURNO DE EXECUÇÃO	QUANTIDADE ESTIMADA DE ALUNOS POR TRAJETO	TRAJETO KM/ DIÁRIO PAVIMENTADO	TRAJETO KM/ DIÁRIO NÃO- PAVIMENTADO	TRAJETO KM/DIÁRIO ESTIMADO TOTAL	PERCENTUAL DE ESTRADA DE TERRA (%)	VEÍCULO ESPECIAL	DIAS CONTRATADOS (210 DIAS)	TRAJETO KM/210 DIAS ESTIMADO TOTAL
		<p>frente, percorre 4.0km, entra a direita, percorre 1.2km até o ponto final da rota e retorna 5.6km até a escola Apolônia Rossi. Perfazendo um total de 35.9km diários. (sendo 13.0km pavimentados e 22.9km não pavimentados).</p> <p>VESPERTINO – Sai da escola, percorre 0.5k, entra a direita, percorre 2.1km, entra a esquerda, percorre 0.7km e retorna 0.7km, entra a esquerda, percorre 0.9km, entra a direita percorre 0.6km e retorna 0.6km, entra a esquerda, percorre 0.9km, continua em frente 2.1km, continua em frente, percorre 1.8km, entra a esquerda, percorre 4.0km, entra a esquerda, percorre 1.5km e retorna 1.5km, continua em frente, percorre 4.0km, entra a direita, percorre 1.2km até o ponto final da rota. Perfazendo um total de 23.1km diários. (sendo 7.4km pavimentados e 15.7km não pavimentados).</p> <p>Manhã : 1.2 + 4.0 + 4.0 + 1.8 + 2.1 + 0.7 + 0.7 + 0.9 + 4.2 + 4.2 + 0.9 + 2.1 + 0.5 = 27.3km</p> <p>Meio dia : 0.5 + 2.1 + 0.7 + 0.7 + 0.9 + 4.2 + 4.2 + 0.9 + 2.1 + 1.8 + 4.0 + 1.5 + 1.5 + 4.0 + 1.2 + 5.6 = 35.9km</p> <p>Tarde : 0.5 + 2.1 + 0.7 + 0.7 + 0.9 + 0.6 +</p>									

ITEM	TRAJETO	DESCRIÇÃO DOS TRAJETOS	TURNO DE EXECUÇÃO	QUANTIDADE ESTIMADA DE ALUNOS POR TRAJETO	TRAJETO KM/ DIÁRIO PAVIMENTADO	TRAJETO KM/ DIÁRIO NÃO- PAVIMENTADO	TRAJETO KM/DIÁRIO ESTIMADO TOTAL	PERCENTUAL DE ESTRADA DE TERRA (%)	VEÍCULO ESPECIAL	DIAS CONTRATADOS (210 DIAS)	TRAJETO KM/210 DIAS ESTIMADO TOTAL
		0.6 + 0.9 + 2.1 + 1.8 + 4.0 + 1.5 + 1.5 + 4.0 + 1.2 = 23.1km Total dos turnos : 27.3 + 35.9 + 23.1 = 86.3km									
23	Trajetos 08 - Lote 02	MATUTINO - Sai às 6h00min (Ponto de referência: km11 Posto Perfil), percorre 2.0km, entra a esquerda, percorre 5.3km, entra direita, percorre 3.6km, entra a direita, percorre 2.8km e retorna 2.8km, continua em frente, percorre 0.9km, entra a direita, percorre 3.1km e retorna 3.1km, entra a direita, percorre 8.2km até a escola Apolônia Rossi. Perfazendo um total de 31.8km. (sendo 16.6km pavimentados e 15.1km não pavimentados). MEIO DIA – Sai da escola, percorre 8.2k, entra a esquerda, percorre 3.1km e retorna 3.1km, entra a esquerda, percorre 0.9km, entra a direita, percorre 3.6km, faz curva a esquerda, percorre 5.3km, entra a direita, percorre 2.0km até o ponto final da rota e retorna 2.0km, continua em frente, percorre 2.8km, continua em frente, percorre 0.9km, continua em frente, percorre 8.2km até a escola Apolônia Rossi. Perfazendo um	MATUTINO/VESPERTINO	34	52,60	45,30	97,90	46,3%	NÃO	210	20.559

ITEM	TRAJETO	DESCRIÇÃO DOS TRAJETOS	TURNO DE EXECUÇÃO	QUANTIDADE ESTIMADA DE ALUNOS POR TRAJETO	TRAJETO KM/DIÁRIO PAVIMENTADO	TRAJETO KM/DIÁRIO NÃO-PAVIMENTADO	TRAJETO KM/DIÁRIO ESTIMADO TOTAL	PERCENTUAL DE ESTRADA DE TERRA (%)	VEÍCULO ESPECIAL	DIAS CONTRATADOS (210 DIAS)	TRAJETO KM/210 DIAS ESTIMADO TOTAL
		<p>total de 40.1km diários. (sendo 25.0km pavimentados e 15.1km não pavimentados). VESPERTINO – Sai da escola, percorre 8.2k, entra a esquerda, percorre 3.1km e retorna 3.1km, entra a esquerda, percorre 0.9km, entra a direita, percorre 3.6km, faz curva a esquerda, percorre 5.3km, entra a direita, percorre 2.0km até o ponto final da rota. Perfazendo um total de 26.2km. (sendo 11.0km pavimentados e 15.1km não pavimentados).</p> <p>Manhã : 2.0 + 5.3 + 3.6 + 2.8 + 2.8 + 0.9 + 3.1 + 3.1 + 8.2 = 31.8km</p> <p>Meio dia : 8.2 + 3.1 + 3.1 + 0.9 + 3.6 + 5.3 + 2.0 + 2.0 + 2.8 + 0.9 + 8.2 = 40.1km</p> <p>Tarde : 8.2 + 3.1 + 3.1 + 0.9 + 3.6 + 5.3 + 2.0 = 26.2km</p> <p>Total dos turnos : 31.8 + 40.1 + 26.2 = 97.9km</p>									
24	Trajetos 01 - Lote 03	<p>MATUTINO - Sai às 6h00min (Ponto de referência: 2ª linha), percorre 2.8km, entra a esquerda, percorre 4.0km, entra a esquerda, percorre 2.0km e retorna 2.0km, continua em frente e percorre 7.8km, entra a esquerda, percorre 4.0km, entra a esquerda, percorre 8.4km, passando pelas escolas de Presidente Médici.</p>	MATUTINO	27	24,8	37,20	62,00	60,0%	NÃO	210	13.020

ITEM	TRAJETO	DESCRIÇÃO DOS TRAJETOS	TURNO DE EXECUÇÃO	QUANTIDADE ESTIMADA DE ALUNOS POR TRAJETO	TRAJETO KM/DIÁRIO PAVIMENTADO	TRAJETO KM/DIÁRIO NÃO-PAVIMENTADO	TRAJETO KM/DIÁRIO ESTIMADO TOTAL	PERCENTUAL DE ESTRADA DE TERRA (%)	VEÍCULO ESPECIAL	DIAS CONTRATADOS (210 DIAS)	TRAJETO KM/210 DIAS ESTIMADO TOTAL
		Perfazendo um total de 62.0km diários. (sendo 24.8km pavimentados e 37.2km não pavimentados). 2.8 + 4.0 + 2.0 + 2.0 + 7.8 + 4.0 + 8.4 = 31.0 x 2 = 62.0km									
25	Trajetos 02 - Lote 03	MATUTINO - Sai às 6h00min (Ponto de referência: RO135), percorre 5.6km, continua em frente, percorre 5.2km e retorna 5.2km, entra a direita, percorre 4.0km, continua em frente, percorre 2.4km e retorna 2.4km, entra a direita, percorre 9.8km, entra a esquerda, percorre 8.5km, passando pelas escolas de Presidente Médici. Perfazendo um total de 86.2km diários. (sendo 68.0km pavimentados e 18.2km não pavimentados). 5.6 + 5.2 + 5.2 + 4.0 + 2.4 + 2.4 + 9.8 + 8.5 = 43.1 x 2 = 86.2km	MATUTINO	28	68,00	18,2	86,20	21,1%	NÃO	210	18.102
26	Trajetos 03 - Lote 03	MATUTINO - Sai às 6h00min (Ponto de referência: assentamento), percorre 1.9km, continua em frente, percorre 1.3km e retorna 1.3km, entra a direita, percorre 6.1km, continua em frente e percorre 1.3km e retorna 1.3km, entra a esquerda, percorre 1.5km, continua em frente, percorre 1.2km e retorna 1.2km, entra a	MATUTINO	27	26,8	55,00	81,80	67,2%	NÃO	210	17.178

ITEM	TRAJETO	DESCRIÇÃO DOS TRAJETOS	TURNO DE EXECUÇÃO	QUANTIDADE ESTIMADA DE ALUNOS POR TRAJETO	TRAJETO KM/DIÁRIO PAVIMENTADO	TRAJETO KM/DIÁRIO NÃO-PAVIMENTADO	TRAJETO KM/DIÁRIO ESTIMADO TOTAL	PERCENTUAL DE ESTRADA DE TERRA (%)	VEÍCULO ESPECIAL	DIAS CONTRATADOS (210 DIAS)	TRAJETO KM/210 DIAS ESTIMADO TOTAL
		direita, percorre 4.0km, entra a esquerda, percorre 10.0km, entra a direita, percorre 5.5km, entra a esquerda, percorre 8.6km, passando pelas escolas de Presidente Médici. Perfazendo um total de 90.4km diários. (sendo 27.8km pavimentados e 62.6km não pavimentados). $1.9 + 1.3 + 1.3 + 6.1 + 1.3 + 1.3 + 1.5 + 1.2 + 1.2 + 4.0 + 10.0 + 5.5 + 8.6 = 45.2 \times 2 = 90.4\text{km}$									
27	Trajetos 04 - Lote 03	MATUTINO - Sai às 6h05min (Ponto de referência: 2ª linha próximo a BR429), percorre 7.6km, entra direita, percorre 2.0km, entra a direita, percorre 2.0km, entra a esquerda, percorre 2.0km, entra a direita, percorre 5.6km, entra a esquerda, percorre 4.0km, entra a esquerda, percorre 8.4km passando pelas escolas de Presidente Médici. Perfazendo um total de 63.2km diários. (sendo 24.8km pavimentados e 38.4km não pavimentados). $7.6 + 2.0 + 2.0 + 2.0 + 5.6 + 4.0 + 8.4 = 31.6 \times 2 = 63.2\text{km}$	MATUTINO	29	24,8	38,40	63,20	60,8%	NÃO	210	13.272
28	Trajetos 05 - Lote 03	MATUTINO - Sai às 5h40min (Ponto de referência: linha 118, próximo ao riachuelo), percorre 11.4km entra a esquerda, percorre	MATUTINO	22	15,4	48,20	63,60	75,8%	NÃO	210	13.356

ITEM	TRAJETO	DESCRIÇÃO DOS TRAJETOS	TURNO DE EXECUÇÃO	QUANTIDADE ESTIMADA DE ALUNOS POR TRAJETO	TRAJETO KM/DIÁRIO PAVIMENTADO	TRAJETO KM/DIÁRIO NÃO-PAVIMENTADO	TRAJETO KM/DIÁRIO ESTIMADO TOTAL	PERCENTUAL DE ESTRADA DE TERRA (%)	VEÍCULO ESPECIAL	DIAS CONTRATADOS (210 DIAS)	TRAJETO KM/210 DIAS ESTIMADO TOTAL
		2.9km, faz curva a direita, percorre 9.4km, entra a esquerda, percorre 8.1km passando pelas escolas em Presidente Médici. Perfazendo um total de 63.6km diários. (sendo 16.2km pavimentado e 47.4km não pavimentados). $11.4 + 2.9 + 9.4 + 8.1 = 31.8 \times 2 = 63.6\text{km}$									
29	Trajetos 06 - Lote 03	MATUTINO - Sai às 6h00min (Ponto de referência: linha 136 km 15), percorre 3.5km, continua em frente e percorre 2.0km e retorna 2.0km, entra a direita, percorre 4.1km, entra a direita, percorre 1.3km e retorna 1.3km, faz curva a direita, percorre 0.5km, continua em frente e percorre 1.2km e retorna 1.2km, entra a esquerda, percorre 23.8km passando pelas escolas de Presidente Médici. Perfazendo um total de 81.8km diários. (sendo 81.8km não pavimentados). $3.5 + 2.0 + 2.0 + 4.1 + 1.3 + 1.3 + 0.5 + 1.2 + 1.2 + 23.8 = 40.9 \times 2 = 81.8\text{km}$	MATUTINO	20	0,00	81,8	81,8	100,0%	NÃO	210	17.178
30	Trajetos 07 - Lote 03	MATUTINO - Sai às 6h20min (Ponto de referência: BR364, próximo a trevo do Estrela de Rondônia), percorre 12.7km, entra direita, percorre 3.2km e retorna 3.2km, entra a	MATUTINO	15	70,60	19,6	90,20	21,7%	NÃO	210	18.942

ITEM	TRAJETO	DESCRIÇÃO DOS TRAJETOS	TURNO DE EXECUÇÃO	QUANTIDADE ESTIMADA DE ALUNOS POR TRAJETO	TRAJETO KM/DIÁRIO PAVIMENTADO	TRAJETO KM/DIÁRIO NÃO-PAVIMENTADO	TRAJETO KM/DIÁRIO ESTIMADO TOTAL	PERCENTUAL DE ESTRADA DE TERRA (%)	VEÍCULO ESPECIAL	DIAS CONTRATADOS (210 DIAS)	TRAJETO KM/210 DIAS ESTIMADO TOTAL
		direita, percorre 4.4km, entra a esquerda, percorre 1.7km e retorna 1.7km, entra a esquerda, percorre 18.2km passando pelas escolas de Presidente Médici. Perfazendo um total de 90.2km diários. (sendo 70.6km pavimentados e 19.6km não pavimentados). $12.7 + 3.2 + 3.2 + 4.4 + 1.7 + 1.7 + 18.2 = 45.1 \times 2 = 90.2\text{km}$									
31	Trajetos 08 - Lote 03	MATUTINO - Sai às 5h40min (Ponto de referência: km 11), percorre 2.9km, entra esquerda, percorre 3.9km e retorna 3.9km, entra a esquerda, percorre 1.2km e retorna 1.2km, entra a esquerda, percorre 3.6km, entra a direita, percorre 2.8km e retorna 2.8km, continua em frente e percorre 25.1km, passando pelas escolas de Presidente Médici. Perfazendo um total de 94.8km diários. (sendo 55.0km pavimentados e 39.8km não pavimentados). $2.9 + 3.9 + 3.9 + 1.2 + 1.2 + 3.6 + 2.8 + 2.8 + 25.1 = 47.4 \times 2 = 94.8\text{km}$	MATUTINO	26	55,00	39,80	94,80	42,0%	NÃO	210	19.908
32	Trajetos 09 - Lote 03	MATUTINO - Sai às 6h05min (Ponto de referência: km 17), percorre 4.0km, continua em frente e percorre 1.3km e retorna 1.3km, entra a esquerda, percorre 6.2km, entra a	MATUTINO	17	39,00	40,00	79,00	50,6%	NÃO	210	16.590

ITEM	TRAJETO	DESCRIÇÃO DOS TRAJETOS	TURNO DE EXECUÇÃO	QUANTIDADE ESTIMADA DE ALUNOS POR TRAJETO	TRAJETO KM/DIÁRIO PAVIMENTADO	TRAJETO KM/DIÁRIO NÃO-PAVIMENTADO	TRAJETO KM/DIÁRIO ESTIMADO TOTAL	PERCENTUAL DE ESTRADA DE TERRA (%)	VEÍCULO ESPECIAL	DIAS CONTRATADOS (210 DIAS)	TRAJETO KM/210 DIAS ESTIMADO TOTAL
		direita, percorre 5.0km, entra a esquerda, percorre 7.6km, entra a direita, percorre 1.1km e retorna 1.1km, entra a direita, percorre 11.9km, passando pelas escolas de Presidente Médici. Perfazendo um total de 79.0km diários. (sendo 39.0km pavimentados e 40.0km não pavimentados). $4.0 + 1.3 + 1.3 + 6.2 + 5.0 + 7.6 + 1.1 + 1.1 + 11.9 = 39.5 \times 2 = 79.0\text{km}$									
33	Trajetos 10 - Lote 03	MATUTINO - Sai às 5h50min (Ponto de referência: linha 128 próximo ao bar do Dau), percorre 1.4km entra a direita e percorre 6.4km, faz leve curva a direita e percorre 8.5km, entra a esquerda percorre 7.0km, entra a direita percorre 3.1km e retorna 3.1km, entra a direita percorre 12.5 km até as escolas de Presidente Médici. Perfazendo um total de 84.0km diários. (sendo 39.0km pavimentada e 45.0km não pavimentados). $1.4 + 6.4 + 8.5 + 7.0 + 3.1 + 3.1 + 12.5 = 42 \times 2 = 84.0\text{km}$	MATUTINO	16	39,00	45,00	84,00	53,6%	NÃO	210	17.640
34	Trajetos 11 - Lote 03	MATUTINO - Sai às 6h05min (Ponto de referência: linha 132/136), percorre 7.5km entra a esquerda, percorre 1.0km, entra a direita, percorre 4.3km, entra a	MATUTINO	28	0,00	72,00	72,00	100,0%	NÃO	210	15.120

ITEM	TRAJETO	DESCRIÇÃO DOS TRAJETOS	TURNO DE EXECUÇÃO	QUANTIDADE ESTIMADA DE ALUNOS POR TRAJETO	TRAJETO KM/DIÁRIO PAVIMENTADO	TRAJETO KM/DIÁRIO NÃO-PAVIMENTADO	TRAJETO KM/DIÁRIO ESTIMADO TOTAL	PERCENTUAL DE ESTRADA DE TERRA (%)	VEÍCULO ESPECIAL	DIAS CONTRATADOS (210 DIAS)	TRAJETO KM/210 DIAS ESTIMADO TOTAL
		esquerda percorre 5.5km, entra a direita, percorre 9.2km, entra a direita, percorre 2.4km, faz curva a esquerda, percorre 6.1km até as escolas de Presidente Médici. Perfazendo um total de 72.0km diários. (sendo 72.0km não pavimentados). $7.5 + 1.0 + 4.3 + 5.5 + 9.2 + 2.4 + 6.1 = 36 \times 2 = 72.0\text{km}$									
35	Trajetos 12 - Lote 03	NOTURNO - Sai às 17h20min (Ponto de referência: assentamento), percorre 10.0km, entra a direita, percorre 5.5km, entra a esquerda, percorre 3.3km, continua em frente e percorre 11.0km e retorna 11.0km, entra a direita, percorre 0.5km, até escola CEEJA Marechal Rondon. Perfazendo um total de 82.6km diários. (sendo 62.6km pavimentados e 20.0km não pavimentados). $10.0 + 5.5 + 3.3 + 11.0 + 11.0 + 0.5 = 41.3 \times 2 = 82.6\text{km}$	NOTURNO	5	62,60	20,00	82,60	24,2%	NÃO	210	17.346
36	Trajetos Extra 01	MATUTINO - Sai às 6h30min (Ponto de referência: Bandeira Branca), percorre 1,6km, entra a esquerda, percorre 4.0km, entra a direita, percorre 2.2km, entra a direita, percorre 1.8km, entra a esquerda, percorre 12.4km	MATUTINO	37	28,00	16,00	44,00	36,4%	NÃO	210	9.240

ITEM	TRAJETO	DESCRIÇÃO DOS TRAJETOS	TURNO DE EXECUÇÃO	QUANTIDADE ESTIMADA DE ALUNOS POR TRAJETO	TRAJETO KM/DIÁRIO PAVIMENTADO	TRAJETO KM/DIÁRIO NÃO-PAVIMENTADO	TRAJETO KM/DIÁRIO ESTIMADO TOTAL	PERCENTUAL DE ESTRADA DE TERRA (%)	VEÍCULO ESPECIAL	DIAS CONTRATADOS (210 DIAS)	TRAJETO KM/210 DIAS ESTIMADO TOTAL
		passando pelas escolas de Presidente Médici. Perfazendo um total de 44.0km diários. (sendo 28.0 pavimentado e 16.0km não pavimentados). $1.6 + 4.0 + 2.2 + 1.8 + 12.4 = 22.0 \times 2 = 44.0\text{km}$									
37	Trajetos Extra 02	MATUTINO - Sai às 6h30min (Ponto de referência: BR 429), percorre 12.7km, entra a esquerda, percorre 2.9km, entra a direita, percorre 6.5km passando pelas escolas de Presidente Médici. Perfazendo um total de 44.2km diários. (sendo 25.4 pavimentado e 18.8km não pavimentados). $12.7 + 2.9 + 6.5 = 22.1 \times 2 = 44.2\text{km}$	MATUTINO	16	25,4	18,8	44,20	42,5%	NÃO	210	9.282
38	Trajetos Extra 03	MATUTINO - Sai às 6h30min (Ponto de referência: linha 128, entra da EMBRAPA), percorre 5.4km, entra a esquerda, percorre 4.0km e retorna 4.0km, entra a esquerda, percorre 4.0km, entra a direita, percorre 3.2km, entra a esquerda, percorre 7.3km, faz curva a direita, percorre 7.9km passando pelas escolas de Presidente Médici. Perfazendo um total de 71.6km diários. (71.6km não pavimentados). $5.4 + 4.0 + 4.0 + 4.0 + 3.2 + 7.3 + 7.9 = 35.8 \times 2 = 71.6\text{km}$	MATUTINO	6	0,00	71,60	71,60	100,0%	NÃO	210	15.036
39	Trajetos Extra 04	MATUTINO - Sai às 6h30min (Ponto de	MATUTINO	12	0,00	73,40	73,40	100,0%	NÃO	210	15.414

ITEM	TRAJETO	DESCRIÇÃO DOS TRAJETOS	TURNO DE EXECUÇÃO	QUANTIDADE ESTIMADA DE ALUNOS POR TRAJETO	TRAJETO KM/DIÁRIO PAVIMENTADO	TRAJETO KM/DIÁRIO NÃO-PAVIMENTADO	TRAJETO KM/DIÁRIO ESTIMADO TOTAL	PERCENTUAL DE ESTRADA DE TERRA (%)	VEÍCULO ESPECIAL	DIAS CONTRATADOS (210 DIAS)	TRAJETO KM/210 DIAS ESTIMADO TOTAL
		referência: linha 128), percorre 5.7km, entra a esquerda, continua em frente, percorre 1.7km e retorna 1.7km, entra a esquerda, percorre 2.0km, continua em frente, percorre 3.0km e retorna 3.0km, entra a esquerda, percorre 4.0km, entra a esquerda, percorre 1.7km, entra a direita, percorre 3.7km, faz curva a esquerda, percorre 2.2km, faz curva a esquerda, percorre 8.0km passando pelas escolas de Presidente Médici. Perfazendo um total de 73.4km diários. (73.4km não pavimentados). $5.7 + 1.7 + 1.7 + 2.0 + 3.0 + 3.0 + 4.0 + 1.7 + 3.7 + 2.2 + 8.0 = 36.7 \times 2 = 73.4\text{km}$									
40	Trajetos Extra 05	MATUTINO - Sai às 6h30min (Ponto de referência: restaurante panela cheia), percorre 3.9km, entra a esquerda, continua em frente, percorre 2.6km e retorna 2.6km, entra a direita, percorre 1.4km, continua em frente, percorre 0.6km e retorna 0.6km, entra a direita, percorre 4.2km, entra a esquerda, percorre 8.6km passando pelas escolas de Presidente Médici. Perfazendo um total de 49.0km diários.	MATUTINO	14	17,2	31,8	49,00	64,9%	NÃO	210	10.290

ITEM	TRAJETO	DESCRIÇÃO DOS TRAJETOS	TURNO DE EXECUÇÃO	QUANTIDADE ESTIMADA DE ALUNOS POR TRAJETO	TRAJETO KM/DIÁRIO PAVIMENTADO	TRAJETO KM/DIÁRIO NÃO-PAVIMENTADO	TRAJETO KM/DIÁRIO ESTIMADO TOTAL	PERCENTUAL DE ESTRADA DE TERRA (%)	VEÍCULO ESPECIAL	DIAS CONTRATADOS (210 DIAS)	TRAJETO KM/210 DIAS ESTIMADO TOTAL
		(17.2km pavimentado e 31.8km não pavimentados). 3.9 + 2.6 + 2.6 + 1.4 + 0.6 + 0.6 + 4.2 + 8.6 = 24.5 x 2 = 49.0km									
TOTAL				818	725,40	2.301,80	3.027,20	-	-	-	635.712,00

2.3. Natureza do Serviço:

- 2.3.1. Os Serviços Objeto desta Contratação são caracterizados como comum(ns), conforme justificativa constante do Decreto Estadual nº 28.874/2024, bem como nos termos do art. 6º, XIII da Lei nº 14.133/21.
- 2.3.2. A contratação será realizada por meio de licitação, na modalidade Pregão, na sua forma eletrônica, com critério de julgamento por menor preço, nos termos dos artigos 28, I da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 2.3.3. Para a prestação dos serviços pretendidos os eventuais interessados deverão comprovar que atuam em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, bem como apresentar todos os documentos a título habilitação, nos termos do art. 62, da Lei nº 14.133/2021.
- 2.3.4. A contratação observará as disposições da LC nº 123/06, no que couber.
- 2.3.5. Considerando a especificidades do objeto e sua execução, a contratante estima que as quantidades poderão ser acrescidas ou suprimidas em até 25% (vinte e cinco por cento), conforme art. 125 da Lei nº 14.133/2021.
- 2.3.6. Para esta contratação as licitantes interessadas deveram formular suas propostas considerando 100% (cem por cento) dos quantitativos estipulados por lote/item.
- 2.3.7. As empresas interessadas para a formulação de suas propostas, poderão optar pela possibilidade de seguir o que preceitua a alínea “a”, Inciso III, art. 82, da Lei 14.133/2021.
- 2.3.8. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista sua necessidade em caráter permanente para a execução dos serviços a serem desenvolvidos na Superintendência Regional de Educação de Ji-Paraná - SEDUC-SUPERJIPGAB, e anexos, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando os custos de realização de uma nova contratação e o reajuste por índice oficial de mercado (IPCA).

2.4. Do Modo de Disputa

- 2.4.1. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em conformidade com art. 42, Inciso XIII e art. 22, Inciso II, da IN 73/2022.
- 2.4.1.1. Em consonância ao inciso I do Art. 56 da Lei nº 14.133, de 2021, no modo de disputa aberto, os licitantes apresentarão suas propostas por meio de lances públicos e sucessivos, crescentes ou decrescentes, visto que se trata de um pregão cujo o critério de julgamento é menor preço por lote para os itens da licitação.
- 2.4.1.2. Outrossim, no modo de disputa aberto, a fase de lances resume-se à disputa eletrônica, realizada por todos os licitantes, oportunidade em que os valores são registrados pelo sistema e o lance vencedor é aquele que contém o melhor preço, obtido no encerramento dessa etapa de disputa.
- 2.4.1.3. O estímulo contínuo da disputa de preços no modo aberto, ou seja, os lances sucessivos e públicos, afasta todo risco de empresas amadoras (novas no mercado) lances sem valor fora do mercado numa etapa fechada (que é sigilosa). Os preços em disputa aberta ficam claros para melhor competição entre os participantes. Então, evitar riscos na contratação contribui para ter uma licitação que alcance mais prontamente os resultados pretendidos.
- 2.4.1.4. Outrossim, não foi possível identificar que optar por modo disputa diferente do "modo aberto" venha a trazer vantagem para a Administração e nem mesmo aponta simplificação do processo ou celeridade no resultado da licitação.

2.5. Da Vigência do Contrato:

- 2.5.1. O prazo de vigência da contratação é de até 12 meses, contados da assinatura do instrumento contratual, pelas partes, com execução a partir do recebimento da primeira Ordem de Serviço, com prorrogação, na forma dos artigos 106 e 107, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.5.2. A contratação terá eficácia, a contar da assinatura do contrato, com fulcro no artigo 94, Inciso I da lei de licitações 14.133/2021.
- 2.5.3. Encerrado o procedimento licitatório, o representante legal da empresa cuja proposta foi declarada vencedora será convocado via sistema eletrônico e e-mail para firmar/assinar o Contrato ou instrumento equivalente.
- 2.5.3.1. Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.
- 2.5.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.
- 2.5.5. Por ter sido adotado a modalidade de Pregão Eletrônico, com julgamento de Menor Preço por Lote, a contratação posterior de item específico constante de grupo de itens, exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou entidade , conforme está previsto no § 2º, art. 82, da Lei 14.133 de 2021.

2.6. Contratações Correlatas e Resultados Pretendidos

- 2.6.1. Não contratações correlatas, conforme disposição constante do item 16. do Estudo Técnico Preliminar 272 (0055211164).

2.7. Mapa de Risco

- 2.7.1. Mapa de Risco 168 (0055211194).
- 2.7.2. Análise de Riscos 150- MATRIZ (0055211179).

2.8. Das Quantidades Estimadas para a Contração

- 2.8.1. As quantidades dos trajetos e seus detalhamentos, foram apresentadas com base nas informações enviadas pela Superintendência Regional de Educação de Ji-Paraná (SUPER), por meio o processo administrativo nº 0029.006842/2024-32.
- 2.8.2. A presente contratação dos serviços contínuos de transporte escolar, visa atender as necessidades dos 746 (setecentos e quarenta e seis) alunos matriculados nas escolas da rede estadual: EEEFM Emburana, EEEFM Dona Benta, EEEF Irmã Doroty, EEEE Apolônia Rossi Javarini, EEEFM Presidente Emilio Garrastazu Médici, EEEFM PAULO FREIRE, EEEFM CARLOS DRUMMOND e CEEJA Marechal Rondon, conforme relação de alunos (0055136514), todas localizadas no Município de Presidente Médici e região, sob jurisdição da Super de Ji-Paraná, para o período de 200 dias letivos e 10 (dez) dias destinados as Provas de Recuperação e Exames Finais, totalizando 210 (duzentos e dez) dias, conforme os mapas de trajetos (0055136631).

2.8.3. O total de 40 (quarenta) trajetos/rotas, foram apresentados pela Superintendência Regional de Educação de Ji-Paraná - RO, com base na realidade atual dos alunos atendidos pelas unidades escolares, conforme Planilha Detalhamento dos Trajetos (0055136342), Mapas de trajetos (0055136631) e relação de alunos estadual (0055136514).

2.8.4. Diariamente serão percorridos aproximadamente 3.027,20 km, desses 725,40 km em vias pavimentadas e 2.301,80 km em vias não pavimentadas.

ITEM	CLASSE (CATMAT / CATSER)	DETALHAMENTO DO OBJETO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
1	5240	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços contínuos de transporte escolar para atender as necessidade dos alunos matriculados na rede estadual de educação, residentes na zona rural, com fornecimento de veículos tipo ônibus, incluindo o abastecimento, rastreamento, monitoramento, manutenção, motoristas e monitores em toda a frota contratada, para executar o serviço por quilometragem percorrida KM/MÊS, referente aos 200 (duzentos) dias Letivos e 10 (dez) dias destinados as Provas de Recuperação e Exames Finais, totalizando 210 (duzentos e dez) dias contratados, executáveis no período de 12 meses, no município de Presidente Médici - RO e regiões, com execução nos seguintes trajetos descritos no item 8.5.	Serviço	1

LOTE I

ITEM	TRAJETO	DESCRIÇÃO DOS TRAJETOS	TURNO DE EXECUÇÃO	QUANTIDADE ESTIMADA DE ALUNOS POR TRAJETO	TRAJETO KM/ DIÁRIO PAVIMENTADO	TRAJETO KM/ DIÁRIO NÃO- PAVIMENTADO	TRAJETO KM/DIÁRIO ESTIMADO TOTAL	PERCENTUAL DE ESTRADA DE TERRA (%)	VEÍCULO ESPECIAL	DIAS CONTRATADOS (210 dias)
1	Trajetos 01 - Lote 01	MATUTINO - O Veículo sai às 5h50min (Ponto de referência: travessão da RO480), percorre 1.1km, entra à esquerda, percorre 2.8km, entra a direita, percorre 3.3km e retorna 3.3km, continua na mesma por 1.0km, continua em frente e percorre 4.0km e retorna 4.0km, entra a esquerda, percorre 4.3km, entra a esquerda, percorre 8.4km e retorna 8.4km até a Escola Emburana. as 11h30min, refaz o mesmo itinerário até o ponto de partida. Perfazendo um total de 81.2km. (sendo 81.2km não pavimentados) 1.1 + 2.8 + 3.3 + 3.3 + 1.0 + 4.0 + 4.0 + 4.3 + 8.4 + 8.4 = 40.6 x 2 = 81.2km	MATUTINO	34	0,00	81,20	81,20	100,0%	NÃO	210
2	Trajetos 02 - Lote 01	VESPERTINO - O Veículo sai às 11h30min (Ponto de referência: linha 136, Estrela de Rondônia), percorre 3.2km, entra a direita, percorre 1.3km e retorna 1.3km, entra à direita, percorre 8.2km	VESPERTINO	27	29,8	47,00	76,80	61,2%	NÃO	210

		continua em frente, percorre 2.9km e retorna 2.9km, entra à esquerda, percorre 3.7km, entra à esquerda, percorre 5.5km e retorna 5.5km, continua em frente, percorre 3.9km até a Escola Emburana. Perfazendo um total de 76.8km. (sendo 29.8km pavimentado e 47.0km não pavimentados) $3.2 + 1.3 + 1.3 + 8.2 + 2.9 + 2.9 + 3.7 + 5.5 + 5.5 + 3.9 = 38.4 \times 2 = 76.8\text{km}$								
3	Trajetos 03 - Lote 01	MATUTINO - O Veículo sai às 6h00min (Ponto de referência: linha 136, Estrela de Rondônia), percorre 3.2km, entra a direita, percorre 0.5km e retorna 0.5km, entra à direita, percorre 8.2km continua em frente, percorre 2.9km e retorna 2.9km, entra à esquerda, percorre 3.7km, entra à esquerda, percorre 5.5km, entra a direita, percorre 3.9km e retorna 3.9km, entra a esquerda 5.5km, continua em frente, percorre 3.9km até a Escola Emburana. Perfazendo um total de 89.2km. (sendo 45.4km pavimentado e 43.8km não pavimentados) $3.2 + 0.5 + 0.5 + 8.2 + 2.9 + 2.9 + 3.7 + 5.5 + 3.9 + 3.9 + 5.5 + 3.9 = 44.6 \times 2 = 89.2\text{km}$	MATUTINO	21	45,40	43,80	89,20	49,1%	NÃO	210
4	Trajetos 04 - Lote 01	MATUTINO - Sai às 6h00min (Ponto de referência: linha 01), percorre 7.1km, entra a	MATUTINO	19	0,00	55,20	55,20	100,0%	NÃO	210

		direita, percorre 3.2km, continua em frente e percorre 3.5km e retorna 3.5km, entra a direita, percorre 4.2km, entra a esquerda, percorre 2.4km, entra a direita, percorre 3.7km até a escola Emburana. Perfazendo um total de 55.2km diários. (sendo 55.2km não pavimentados). $7.1 + 3.2 + 3.5$ $+ 3.5 + 4.2 +$ $2.4 + 3.7 = 27.6$ $\times 2 = 55.2\text{km}$								
5	Trajeto 05 - Lote 01	VESPERTINO - Sai às 11h30min (Ponto de referência: linha 01), percorre 7.1km, entra a direita, percorre 3.2km, continua em frente e percorre 4.1km e retorna 4.1km, entra a direita, percorre 4.2km, entra a esquerda, percorre 2.4km, entra a direita, percorre 3.8km até a escola Emburana. Perfazendo um total de 57.8km diários. (sendo 57.8km não pavimentados). $7.1 + 3.2 + 4.1$ $+ 4.1 + 4.2 +$ $2.4 + 3.8 = 28.9$ $\times 2 = 57.8\text{km}$	VESPERTINO	12	0,00	57,80	57,80	100,0%	NÃO	210
6	Trajeto 06 - Lote 01	VESPERTINO - O veículo sai às 11h45min (Ponto de referência: Igreja Palavra de Cristo para o Brasil na Linha 114) percorre 3.3km, entra a esquerda, percorre 0.2km e retorna 0.2km, entra a esquerda, percorre 1.0km, continua enfrente, percorre 4.0km e retorna 4.0km, entra a esquerda, percorre	VESPERTINO	22	0,00	65,20	65,20	100,0%	NÃO	210

		4.3km, entra a esquerda, percorre 7.8km e retorna 7.8km até Escola Emburana. Perfazendo um total de 65.2km. (sendo 65.2km não pavimentados). $3.3 + 0.2 + 0.2 + 1.0 + 4.0 + 4.0 + 4.3 + 7.8 + 7.8 = 32.6 \times 2 = 65.2\text{km}$								
7	Trajeto 07 - Lote 01	MATUTINO - O Veículo sai às 6h00min (Ponto de referência: linha 114), percorre 2.3km, entra direita, percorre 1.4km e retorna 1.4km, entra a direita, percorre 9.1km, continua em frente, percorre 11.0km e retorna 11.0km, entra a direita, percorre 4.3km, entra a esquerda, percorre 3.0km até a Escola Dona Benta. Perfazendo um total de 87.0km. (sendo 87.0km não pavimentados) $2.3 + 1.4 + 1.4 + 9.1 + 11.0 + 11.0 + 4.3 + 3.0 = 43.5 \times 2 = 87.0\text{km}$	MATUTINO	23	0,00	87,00	87,00	100,0%	NÃO	210
8	Trajeto 08 - Lote 01	MATUTINO - Sai às 6h00min (Ponto de referência: linha 01), percorre 3.8km entra a esquerda, percorre 2.0km e retorna 2.0km, continua em frente e percorre 7.6km, faz curva a direita e percorre 5.2km, entra a direita percorre 2.6km, entra a direita, percorre 3.2km, entra esquerda, percorre 4.1km, entra a direita, percorre 0.8km até a escola Dona Benta. Perfazendo um total de 62.6km diários.	MATUTINO	8	0,00	62,60	62,60	100,0%	NÃO	210

		(sendo 62.6km não pavimentados). 3.8 + 2.0 + 2.0 + 7.6 + 5.2 + 2.6 + 3.2 + 4.1 + 0.8 = 31.3 x 2 = 62.6km								
9	Trajeto 09 - Lote 01	VESPERTINO - Sai às 11h30min (Ponto de referência: linha 140), percorre 4.4km, faz curva a direita, percorre 7.6km, faz curva a direita, percorre 7.8km, entra a direita, percorre 3.2km, continua em frente, percorre 2.6km, entra a direita, percorre 3.0km e retorna 3.0km, entra a direita, percorre 3.0km e retorna 3.0km, faz leve curva a esquerda, percorre 2.6km, entra a direita, percorre 4.9km até a escola Dona Benta. Perfazendo um total de 90.2km diários. (sendo 90.2km não pavimentados). 4.4 + 7.6 + 7.8 + 3.2 + 2.6 + 3.0 + 3.0 + 3.0 + 3.0 + 2.6 + 4.9 = 45.1 x 2 = 90.2km	VESPERTINO	19	0,00	90,20	90,20	100,0%	NÃO	210
10	Trajeto 10- Lote 01	VESPERTINO - Sai às 11h40min (Ponto de referência: linha 128), percorre 4.6km, curva a direita, percorre 2.3km e retorna 2.3km, entra a direita, percorre 4.5km, faz curva e entra a esquerda, percorre 1.1km, entra a direita, percorre 3.8km e retorna 3.8 km, entra a direita, percorre 4.1 e retorna 4.1km, continua em frente, percorre 1.1km, entra a esquerda, percorre 1.0km	VESPERTINO	13	0,00	65,40	65,40	100,0%	NÃO	210

		até a escola Dona Benta. Perfazendo um total de 65.4km diários. (sendo 65.4km não pavimentados). $4.6 + 2.3 + 2.3 + 4.5 + 1.1 + 3.8 + 3.8 + 4.1 + 4.1 + 1.1 + 1.0 = 32.7 \times 2 = 65.4\text{km}$								
11	Trajeto 11 - Lote 01	MATUTINO - Sai às 6h15min (Ponto de referência: linha 106), percorre 8.3km, continua em frente, percorre 4.4km e retorna 4.4km, entra a esquerda, percorre 7.5km, entra a esquerda, percorre 3.0km até a escola Dona Benta. Perfazendo um total de 55.2km diários. (sendo 55.2km não pavimentados). $8.3 + 4.4 + 4.4 + 7.5 + 3.0 = 27.6 \times 2 = 55.2\text{km}$	MATUTINO	11	0,00	55,20	55,20	100,0%	NÃO	210
12	Trajeto 12 - Lote 01	MATUTINO - Sai às 6h00min (Ponto de referência: linha 109 próximo a ponte), percorre 6.5km entra a esquerda, percorre 4.1km, entra a esquerda, percorre 1.0km e retorna 1.0km, entra a esquerda, percorre 4.3km, entra a esquerda, percorre 19.6km até a escola Dona Benta. Perfazendo um total de 73.0km diários. (sendo 73.0km não pavimentados). $6.5 + 4.1 + 1.0 + 1.0 + 4.3 + 19.6 = 36.5 \times 2 = 73.0\text{km}$	MATUTINO	29	0,00	73,00	73,00	100,0%	NÃO	210
13	Trajeto 13 - Lote 01	VESPERTINO - Sai às 11h30min (Ponto de referência: linha 109 próximo a ponte), percorre 6.4km entra a esquerda,	VESPERTINO	26	0,00	90,40	90,40	100,0%	NÃO	210

		percorre 4.1km, entra a esquerda, percorre 5.4km e retorna 5.4km, entra a esquerda, percorre 4.3km, entra a esquerda, percorre 19.6km até a escola Dona Benta. Perfazendo um total de 90.4km diários. (sendo 90.4km não pavimentados). $6.4 + 4.1 + 5.4 + 5.4 + 4.3 + 19.6 = 45.2 \times 2 = 90.4\text{km}$								
14	Trajeto 14 - Lote 01	VESPERTINO - Sai às 11h15min (Ponto de referência: linha 128), percorre 8.3km, continua em frente, percorre 2.9km e retorna 2.9km, entra a esquerda, percorre 2.8km, entra a direita, percorre 8.9km e retorna 8.9km, continua em frente, percorre 2.0km e retorna 2.0 km, entra a esquerda, percorre 4.3km, entra esquerda, percorre 3.0km até a escola Dona Benta. Perfazendo um total de 92.0km diários. (sendo 92.0km não pavimentados). $8.3 + 2.9 + 2.9 + 2.8 + 8.9 + 8.9 + 2.0 + 2.0 + 4.3 + 3.0 = 46.0 \times 2 = 92.0\text{km}$	VESPERTINO	16	0,00	92,00	92,00	100,0%	NÃO	210
15	Trajeto 15 - Lote 01	MATUTINO - Sai às 6h00min (Ponto de referência: linha 128), percorre 5.5km, entra a direita, percorre 4.1km, entra a direita, percorre 1.3km, faz curva a direita, percorre 1.1km, entra a direita, percorre 4.4km e retorna 4.4km, entra a direita,	MATUTINO	12	0,00	62,20	62,20	100,0%	NÃO	210

		percorre 4.1km e retorna 4.1km, continua em frente, percorre 1.1km, entra esquerda, percorre 1.0km até a escola Dona Benta. Perfazendo um total de 62.2km diários. (sendo 62.2km não pavimentados). $5.5 + 4.1 + 1.3 + 1.1 + 4.4 + 4.4 + 4.1 + 4.1 + 1.1 + 1.0 = 31.1 \times 2 = 62.2\text{km}$								
16	Trajeto 01 - Lote 02	VESPERTINO - Sai às 11h30min (Ponto de referência: sétima linha), percorre 4.2km, entra a esquerda, percorre 2.3km e retorna 2.3km, entra a esquerda, percorre 2.0km e retorna 2.0km, entra a esquerda, percorre 2.4km, entra a esquerda, percorre 4.3km, entra a esquerda, percorre 2.0km, entra a direita, percorre 9.4km, faz curva a direita, percorre 8.2km, continua em frente, percorre 2.1km e retorna 2.1km até a escola Irma Doraty. Perfazendo um total de 86.6km diários. (sendo 1.2 pavimentado e 85.4km não pavimentados). $4.2 + 2.3 + 2.3 + 2.0 + 2.0 + 2.4 + 4.3 + 2.0 + 9.4 + 8.2 + 2.1 + 2.1 = 43.3 \times 2 = 86.6\text{km}$	VESPERTINO	22	1,2	85,40	86,60	98,6%	NÃO	210
17	Trajeto 02 - Lote 02	VESPERTINO - Sai às 11h30min (Ponto de referência: quarta linha), percorre 8.6km, continua em frente, percorre 5.5km e retorna 5.5km, entra a direita, percorre	VESPERTINO	32	26,8	67,40	94,20	71,5%	NÃO	210

		2.0km, entra a esquerda, percorre 1.4km e retorna 1.4km, entra a esquerda, percorre 11.4km, entra a esquerda, percorre 2.0km, faz a curva a direita, percorre 0.8km, entra a esquerda, percorre 2.5km, entra a direita, percorre 1.2km e retorna 1.2km, continua em frente, percorre 3.6km até a escola Irma Doraty. Perfazendo um total de 94.2km diários. (sendo 26.8 pavimentado e 67.4km não pavimentados). $8.6 + 5.5 + 5.5 + 2.0 + 1.4 + 1.4 + 11.4 + 2.0 + 0.8 + 2.5 + 1.2 + 1.2 + 3.6 = 47.1 \times 2 = 94.2\text{km}$								
18	Trajeto 03 - Lote 02	MATUTINO - Sai às 6h00min (Ponto de referência: quarta linha), percorre 4.3km, continua em frente, percorre 1.2km e retorna 1.2km, entra a direita, percorre 2.0km, entra a esquerda, percorre 0.7km e retorna 0.7km, entra a esquerda, percorre 2.0km, entra a esquerda, percorre 4.0km e retorna 4.0km, entra a esquerda, percorre 9.5km, entra a esquerda, percorre 2.0km, entra a direita, percorre 0.8km, entra a esquerda, percorre 2.5km, entra a direita, percorre 1.2km e retorna 1.2km, continua em frente, percorre 3.6km até a escola Irma Doraty. Perfazendo um total de 81.8km diários. (sendo 26.8	MATUTINO	20	26,8	55,00	81,80	67,2%	NÃO	210

		pavimentado e 55.0km não pavimentados). 4.3 + 1.2 + 1.2 + 2.0 + 0.7 + 0.7 + 2.0 + 4.0 + 4.0 + 9.5 + 2.0 + 0.8 + 2.5 + 1.2 + 1.2 + 3.6 = 40.9 x 2 = 81.8km								
19	Trajeto 04 - Lote 02	MATUTINO - Sai às 6h00min (Ponto de referência: 6ª linha), percorre 4.3km, entra a esquerda, percorre 2.3km, entra a direita, percorre 1.6km e retorna 1.6km, entra a direita, percorre 2.5km, entra a direita percorre 14.6km, entra a direita, percorre 4.6km, entra a esquerda, percorre 4.2km, faz curva a direita, percorre 4.3km até a Escola Irmã Doraty. Perfazendo um total de 80.0km diários. (sendo 9.2 pavimentado e 70.8km não pavimentados). 4.3 + 2.3 + 1.6 + 1.6 + 2.5 + 14.6 + 4.6 + 4.2 + 4.3 = 40.0 x 2 = 80.0km	MATUTINO	14	9,2	70,80	80,00	88,5%	NÃO	210
20	Trajeto 05 - Lote 02	MATUTINO - Sai às 6h00min (Ponto de referência: TN 29), percorre 9.9km, entra a esquerda, percorre 2.0km, entra a direita, percorre 3.6km, entra a direita, percorre 4.7 e retorna 4.7km, entra a direita, percorre 9.0km, faz curva a direita, percorre 4.8km, continua em frente, percorre 2.1km e retorna 2.1km até a Escola Irmã Doraty. Perfazendo um total de 85.8km diários. (85.8km não pavimentados). 9.9 + 2.0 + 3.6 + 4.7 + 4.7 + 9.0 + 4.8 + 2.1	MATUTINO	10	0,00	85,80	85,80	100,0%	NÃO	210

		+ 2.1 = 42.9 x 2 = 85.8km								
21	Trajetos 06 - Lote 02	VESPERTINO - Sai às 11h30min (Ponto de referência: 6ª linha), percorre 2.2km, continua em frente, percorre 2.1km e retorna 2.1km, entra a direita, percorre 2.0km, entra a direita e percorre 14.6km, continua em frente, percorre 3.6km e retorna 3.6km, entra a esquerda, percorre 4.6km, entra a esquerda, percorre 4.3km, faz curva a direita, percorre 4.8km até a Escola Irmã Doraty. Perfazendo um total de 87.8km diários. (sendo 9.2 pavimentado e 78.6km não pavimentados). 2.2 + 2.1 + 2.1 + 2.0 + 14.6 + 3.6 + 3.6 + 4.6 + 4.3 + 4.8 = 43.9 x 2 = 87.8km	VESPERTINO	20	9,2	78,60	87,80	89,5%	NÃO	210
22	Trajetos 07 - Lote 02	MATUTINO - Sai às 6h10min (Ponto de referência: BR 364 kinmaster km 26), percorre 1.2km, faz curva a direita, percorre 4.0km, entra a esquerda, percorre 4.0km, entra a direita, percorre 1.8km, continua em frente, percorre 2.1km, entra a esquerda, percorre 0.7km e retorna 0.7km, entra a esquerda, percorre 0.9km, entra a direita, percorre 4.2km e retorna 4.2km, entra a esquerda, percorre 0.9km, continua em frente, percorre 2.1km, entra a esquerda, percorre 0.5km	MATUTINO/VESPERTINO	29	27,8	58,50	86,30	67,8%	NÃO	210

até a escola
Apolônia Rossi.
Perfazendo um
total de
27.3km diários.
(sendo 7.4km
pavimentados
e 19.9km não
pavimentados).
MEIO DIA – Sai
da escola,
percorre 0.5k,
entra a direita,
percorre
2.1km, entra a
esquerda,
percorre 0.7km
e retorna
0.7km, entra a
esquerda,
percorre
0.9km, entra a
direita
percorre 4.2km
e retorna
4.2km, entra a
esquerda,
percorre
0.9km,
continua em
frente,
percorre
2.1km,
continua em
frente,
percorre
1.8km, entra a
esquerda,
percorre
4.0km, entra a
esquerda,
percorre 1.5km
e retorna
1.5km,
continua em
frente,
percorre
4.0km, entra a
direita,
percorre 1.2km
até o ponto
final da rota e
retorna 5.6km
até a escola
Apolônia Rossi.
Perfazendo um
total de
35.9km diários.
(sendo 13.0km
pavimentados
e 22.9km não
pavimentados).
VESPertino –
Sai da escola,
percorre 0.5k,
entra a direita,
percorre
2.1km, entra a
esquerda,
percorre 0.7km
e retorna
0.7km, entra a
esquerda,
percorre
0.9km, entra a
direita
percorre 0.6km
e retorna
0.6km, entra a
esquerda,
percorre
0.9km,
continua em
frente 2.1km,
continua em
frente,
percorre
1.8km, entra a
esquerda,
percorre
4.0km, entra a

		<p>esquerda, percorre 1.5km e retorna 1.5km, continua em frente, percorre 4.0km, entra a direita, percorre 1.2km até o ponto final da rota. Perfazendo um total de 23.1km diários. (sendo 7.4km pavimentados e 15.7km não pavimentados). Manhã : 1.2 + 4.0 + 4.0 + 1.8 + 2.1 + 0.7 + 0.7 + 0.9 + 4.2 + 4.2 + 0.9 + 2.1 + 0.5 = 27.3km Meio dia : 0.5 + 2.1 + 0.7 + 0.7 + 0.9 + 4.2 + 4.2 + 0.9 + 2.1 + 1.8 + 4.0 + 1.5 + 1.5 + 4.0 + 1.2 + 5.6 = 35.9km Tarde : 0.5 + 2.1 + 0.7 + 0.7 + 0.9 + 0.6 + 0.6 + 0.9 + 2.1 + 1.8 + 4.0 + 1.5 + 1.5 + 4.0 + 1.2 = 23.1km Total dos turnos : 27.3 + 35.9 + 23.1 = 86.3km</p>								
23	Trajetos 08 - Lote 02	<p>MATUTINO - Sai às 6h00min (Ponto de referência: km11 Posto Perfil), percorre 2.0km, entra a esquerda, percorre 5.3km, entra direita, percorre 3.6km, entra a direita, percorre 2.8km e retorna 2.8km, continua em frente, percorre 0.9km, entra a direita, percorre 3.1km e retorna 3.1km, entra a direita, percorre 8.2km até a escola Apolônia Rossi. Perfazendo um total de 31.8km. (sendo 16.6km pavimentados e 15.1km não pavimentados). MEIO DIA – Sai da escola, percorre 8.2km, entra a esquerda, percorre 3.1km e retorna 3.1km, entra a</p>	MATUTINO/VESPERTINO	34	52,60	45,30	97,90	46,3%	NÃO	210

		<p>esquerda, percorre 0.9km, entra a direita, percorre 3.6km, faz curva a esquerda, percorre 5.3km, entra a direita, percorre 2.0km até o ponto final da rota e retorna 2.0km, continua em frente, percorre 2.8km, continua em frente, percorre 0.9km, continua em frente, percorre 8.2km até a escola Apolônia Rossi. Perfazendo um total de 40.1km diários. (sendo 25.0km pavimentados e 15.1km não pavimentados).</p> <p>VESPERTINO – Sai da escola, percorre 8.2k, entra a esquerda, percorre 3.1km e retorna 3.1km, entra a esquerda, percorre 0.9km, entra a direita, percorre 3.6km, faz curva a esquerda, percorre 5.3km, entra a direita, percorre 2.0km até o ponto final da rota. Perfazendo um total de 26.2km. (sendo 11.0km pavimentados e 15.1km não pavimentados).</p> <p>Manhã : 2.0 + 5.3 + 3.6 + 2.8 + 2.8 + 0.9 + 3.1 + 3.1 + 8.2 = 31.8km</p> <p>Meio dia : 8.2 + 3.1 + 3.1 + 0.9 + 3.6 + 5.3 + 2.0 + 2.0 + 2.8 + 0.9 + 8.2 = 40.1km</p> <p>Tarde : 8.2 + 3.1 + 3.1 + 0.9 + 3.6 + 5.3 + 2.0 = 26.2km</p> <p>Total dos turnos : 31.8 + 40.1 + 26.2 = 97.9km</p>								
24	Trajetos 01 - Lote 03	<p>MATUTINO - Sai às 6h00min (Ponto de referência: 2ª linha), percorre 2.8km, entra a</p>	MATUTINO	27	24,8	37,20	62,00	60,0%	NÃO	210

		<p>esquerda, percorre 4.0km, entra a esquerda, percorre 2.0km e retorna 2.0km, continua em frente e percorre 7.8km, entra a esquerda, percorre 4.0km, entra a esquerda, percorre 8.4km, passando pelas escolas de Presidente Médici. Perfazendo um total de 62.0km diários. (sendo 24.8km pavimentados e 37.2km não pavimentados). $2.8 + 4.0 + 2.0 + 2.0 + 7.8 + 4.0 + 8.4 = 31.0$ x 2 = 62.0km</p>								
25	Trajeto 02 - Lote 03	<p>MATUTINO - Sai às 6h00min (Ponto de referência: RO135), percorre 5.6km, continua em frente, percorre 5.2km e retorna 5.2km, entra a direita, percorre 4.0km, continua em frente, percorre 2.4km e retorna 2.4km, entra a direita, percorre 9.8km, entra a esquerda, percorre 8.5km, passando pelas escolas de Presidente Médici. Perfazendo um total de 86.2km diários. (sendo 68.0km pavimentados e 18.2km não pavimentados). $5.6 + 5.2 + 5.2 + 4.0 + 2.4 + 2.4 + 9.8 + 8.5 = 43.1$ x 2 = 86.2km</p>	MATUTINO	28	68,00	18,2	86,20	21,1%	NÃO	210
26	Trajeto 03 - Lote 03	<p>MATUTINO - Sai às 6h00min (Ponto de referência: assentamento), percorre 1.9km, continua em frente, percorre 1.3km e retorna 1.3km, entra a direita, percorre 6.1km,</p>	MATUTINO	27	26,8	55,00	81,80	67,2%	NÃO	210

		continua em frente e percorre 1.3km e retorna 1.3km, entra a esquerda, percorre 1.5km, continua em frente, percorre 1.2km e retorna 1.2km, entra a direita, percorre 4.0km, entra a esquerda, percorre 10.0km, entra a direita, percorre 5.5km, entra a esquerda, percorre 8.6km, passando pelas escolas de Presidente Médici. Perfazendo um total de 90.4km diários. (sendo 27.8km pavimentados e 62.6km não pavimentados). $1.9 + 1.3 + 1.3 + 6.1 + 1.3 + 1.3 + 1.5 + 1.2 + 1.2 + 4.0 + 10.0 + 5.5 + 8.6 = 45.2 \times 2 = 90.4\text{km}$								
27	Trajetos 04 - Lote 03	MATUTINO - Sai às 6h05min (Ponto de referência: 2ª linha próximo a BR429), percorre 7.6km, entra direita, percorre 2.0km, entra a direita, percorre 2.0km, entra a esquerda, percorre 2.0km, entra a direita, percorre 5.6km, entra a esquerda, percorre 4.0km, entra a esquerda, percorre 8.4km passando pelas escolas de Presidente Médici. Perfazendo um total de 63.2km diários. (sendo 24.8km pavimentados e 38.4km não pavimentados). $7.6 + 2.0 + 2.0 + 2.0 + 5.6 + 4.0 + 8.4 = 31.6 \times 2 = 63.2\text{km}$	MATUTINO	29	24,8	38,40	63,20	60,8%	NÃO	210
28	Trajetos 05 - Lote 03	MATUTINO - Sai às 5h40min (Ponto de referência: linha118, próximo ao	MATUTINO	22	15,4	48,20	63,60	75,8%	NÃO	210

		riachuelo), percorre 11.4km entra a esquerda, percorre 2.9km, faz curva a direita, percorre 9.4km, entra a esquerda, percorre 8.1km passando pelas escolas em Presidente Médici. Perfazendo um total de 63.6km diários. (sendo 16.2km pavimentado e 47.4km não pavimentados). $11.4 + 2.9 + 9.4 + 8.1 = 31.8 \times 2 = 63.6\text{km}$								
29	Trajeto 06 - Lote 03	MATUTINO - Sai às 6h00min (Ponto de referência: linha 136 km 15), percorre 3.5km, continua em frente e percorre 2.0km e retorna 2.0km, entra a direita, percorre 4.1km, entra a direita, percorre 1.3km e retorna 1.3km, faz curva a direita, percorre 0.5km, continua em frente e percorre 1.2km e retorna 1.2km, entra a esquerda, percorre 23.8km passando pelas escolas de Presidente Médici. Perfazendo um total de 81.8km diários. (sendo 81.8km não pavimentados). $3.5 + 2.0 + 2.0 + 4.1 + 1.3 + 1.3 + 0.5 + 1.2 + 1.2 + 23.8 = 40.9 \times 2 = 81.8\text{km}$	MATUTINO	20	0,00	81,8	81,8	100,0%	NÃO	210
30	Trajeto 07 - Lote 03	MATUTINO - Sai às 6h20min (Ponto de referência: BR364, próximo a trevo do Estrela de Rondônia), percorre 12.7km, entra direita, percorre 3.2km e retorna 3.2km, entra a direita, percorre 4.4km, entra a	MATUTINO	15	70,60	19,6	90,20	21,7%	NÃO	210

		<p>esquerda, percorre 1.7km e retorna 1.7km, entra a esquerda, percorre 18.2km passando pelas escolas de Presidente Médici. Perfazendo um total de 90.2km diários. (sendo 70.6km pavimentados e 19.6km não pavimentados). $12.7 + 3.2 + 3.2 + 4.4 + 1.7 + 1.7 + 18.2 = 45.1 \times 2 = 90.2\text{km}$</p>								
31	Trajetos 08 - Lote 03	<p>MATUTINO - Sai às 5h40min (Ponto de referência: km 11), percorre 2.9km, entra esquerda, percorre 3.9km e retorna 3.9km, entra a esquerda, percorre 1.2km e retorna 1.2km, entra a esquerda, percorre 3.6km, entra a direita, percorre 2.8km e retorna 2.8km, continua em frente e percorre 25.1km, passando pelas escolas de Presidente Médici. Perfazendo um total de 94.8km diários. (sendo 55.0km pavimentados e 39.8km não pavimentados). $2.9 + 3.9 + 3.9 + 1.2 + 1.2 + 3.6 + 2.8 + 2.8 + 25.1 = 47.4 \times 2 = 94.8\text{km}$</p>	MATUTINO	26	55,00	39,80	94,80	42,0%	NÃO	210
32	Trajetos 09 - Lote 03	<p>MATUTINO - Sai às 6h05min (Ponto de referência: km 17), percorre 4.0km, continua em frente e percorre 1.3km e retorna 1.3km, entra a esquerda, percorre 6.2km, entra a direita, percorre 5.0km, entra a esquerda, percorre 7.6km, entra a direita, percorre 1.1km e retorna 1.1km, entra a direita,</p>	MATUTINO	17	39,00	40,00	79,00	50,6%	NÃO	210

		percorre 11.9km, passando pelas escolas de Presidente Médici. Perfazendo um total de 79.0km diários. (sendo 39.0km pavimentados e 40.0km não pavimentados). $4.0 + 1.3 + 1.3 + 6.2 + 5.0 + 7.6 + 1.1 + 1.1 + 11.9 = 39.5 \times 2 = 79.0\text{km}$								
33	Trajeto 10 - Lote 03	MATUTINO - Sai às 5h50min (Ponto de referência: linha 128 próximo ao bar do Dau), percorre 1.4km entra a direita e percorre 6.4km, faz leve curva a direita e percorre 8.5km, entra a esquerda percorre 7.0km, entra a direita percorre 3.1km e retorna 3.1km, entra a direita percorre 12.5 km até as escolas de Presidente Médici. Perfazendo um total de 84.0km diários. (sendo 39.0km pavimentada e 45.0km não pavimentados). $1.4 + 6.4 + 8.5 + 7.0 + 3.1 + 3.1 + 12.5 = 42 \times 2 = 84.0\text{km}$	MATUTINO	16	39,00	45,00	84,00	53,6%	NÃO	210
34	Trajeto 11 - Lote 03	MATUTINO - Sai às 6h05min (Ponto de referência: linha 132/136), percorre 7.5km entra a esquerda, percorre 1.0km, entra a direita, percorre 4.3km, entra a esquerda percorre 5.5km, entra a direita, percorre 9.2km, entra a direita, percorre 2.4km, faz curva a esquerda, percorre 6.1km até as escolas de Presidente Médici. Perfazendo um total de 72.0km diários. (sendo 72.0km	MATUTINO	28	0,00	72,00	72,00	100,0%	NÃO	210

		não pavimentados). 7.5 + 1.0 + 4.3 + 5.5 + 9.2 + 2.4 + 6.1 = 36 x 2 = 72.0km								
35	Trajetos 12 - Lote 03	NOTURNO - Sai às 17h20min (Ponto de referência: assentamento), percorre 10.0km, entra a direita, percorre 5.5km, entra a esquerda, percorre 3.3km, continua em frente e percorre 11.0km e retorna 11.0km, entra a direita, percorre 0.5km, até escola CEEJA Marechal Rondon. Perfazendo um total de 82.6km diários. (sendo 62.6km pavimentados e 20.0km não pavimentados). 10.0 + 5.5 + 3.3 + 11.0 + 11.0 + 0.5 = 41.3 x 2 = 82.6km	NOTURNO	5	62,60	20,00	82,60	24,2%	NÃO	210
36	Trajetos Extra 01	MATUTINO - Sai às 6h30min (Ponto de referência: Bandira Branca), percorre 1,6km, entra a esquerda, percorre 4.0km, entra a direita, percorre 2.2km, entra a direita, percorre 1.8km, entra a esquerda, percorre 12.4km passando pelas escolas de Presidente Médici. Perfazendo um total de 44.0km diários. (sendo 28.0 pavimentado e 16.0km não pavimentados). 1.6 + 4.0 + 2.2 + 1.8 + 12.4 = 22.0 x 2 = 44.0km	MATUTINO	37	28,00	16,00	44,00	36,4%	NÃO	210
37	Trajetos Extra 02	MATUTINO - Sai às 6h30min (Ponto de referência: BR 429), percorre 12.7km, entra a esquerda, percorre 2.9km, entra a direita, percorre 6.5km	MATUTINO	16	25,4	18,8	44,20	42,5%	NÃO	210

		passando pelas escolas de Presidente Médici. Perfazendo um total de 44.2km diários. (sendo 25.4 pavimentado e 18.8km não pavimentados). $12.7 + 2.9 + 6.5 = 22.1 \times 2 = 44.2\text{km}$								
38	Trajeto Extra 03	MATUTINO - Sai às 6h30min (Ponto de referência: linha 128, entra da EMBRAPA), percorre 5.4km, entra a esquerda, percorre 4.0km e retorna 4.0km, entra a esquerda, percorre 4.0km, entra a direita, percorre 3.2km, entra a esquerda, percorre 7.3km, faz curva a direita, percorre 7.9km passando pelas escolas de Presidente Médici. Perfazendo um total de 71.6km diários. (71.6km não pavimentados). $5.4 + 4.0 + 4.0 + 4.0 + 3.2 + 7.3 + 7.9 = 35.8 \times 2 = 71.6\text{km}$	MATUTINO	6	0,00	71,60	71,60	100,0%	NÃO	210
39	Trajeto Extra 04	MATUTINO - Sai às 6h30min (Ponto de referência: linha 128), percorre 5.7km, entra a esquerda, continua em frente, percorre 1.7km e retorna 1.7km, entra a esquerda, percorre 2.0km, continua em frente, percorre 3.0km e retorna 3.0km, entra a esquerda, percorre 4.0km, entra a esquerda, percorre 1.7km, entra a direita, percorre 3.7km, faz curva a esquerda, percorre 2.2km, faz curva a esquerda, percorre 8.0km passando pelas escolas de	MATUTINO	12	0,00	73,40	73,40	100,0%	NÃO	210

		Presidente Médici. Perfazendo um total de 73.4km diários. (73.4km não pavimentados). $5.7 + 1.7 + 1.7 + 2.0 + 3.0 + 3.0 + 4.0 + 1.7 + 3.7 + 2.2 + 8.0 = 36.7 \times 2 = 73.4\text{km}$								
40	Trajeto Extra 05	MATUTINO - Sai às 6h30min (Ponto de referência: restaurante panela cheia), percorre 3.9km, entra a esquerda, continua em frente, percorre 2.6km e retorna 2.6km, entra a direita, percorre 1.4km, continua em frente, percorre 0.6km e retorna 0.6km, entra a direita, percorre 4.2km, entra a esquerda, percorre 8.6km passando pelas escolas de Presidente Médici. Perfazendo um total de 49.0km diários. (17.2km pavimentado e 31.8km não pavimentados). $3.9 + 2.6 + 2.6 + 1.4 + 0.6 + 0.6 + 4.2 + 8.6 = 24.5 \times 2 = 49.0\text{km}$	MATUTINO	14	17,2	31,8	49,00	64,9%	NÃO	210
TOTAL				818	725,40	2.301,80	3.027,20	-	-	-

3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1. Descrição da Necessidade da Contratação

3.1.1. Do interesse público e da situação/problema a ser resolvido.

3.1.2. O Estudo Técnico Preliminar tem por objetivo identificar e analisar os cenários para atendimento da demanda exarada no Documento de Formalização de Demanda - DFD 53 (0046015841), bem como, demonstrar a viabilidade técnica e econômica das soluções identificadas. O referido documento irá subsidiar ainda, as informações necessárias para a elaboração dos instrumentos convocatórios para o objeto.

3.1.3. Considerando que o serviço de Transporte Escolar é um serviço indispensável, essencial e de direito constitucional junto aos alunos da rede estadual de ensino conforme preconiza o art. 6º da Constituição Federal, que diz: "São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição."

3.1.4. Considerando que no mesmo sentido o Art. 208 da Constituição Federal assegura ao aluno da escola pública o direito ao transporte escolar, como forma de facilitar seu acesso à educação, in verbis:

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

VII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

3.1.5. Considerando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96, no Art. 11 também prevê o direito do aluno no uso do transporte escolar, mediante a obrigação de Estados e Municípios, in verbis:

Art. 11. Os Municípios incumbir-se-ão de:

VI - assumir o transporte escolar dos alunos da rede municipal.

3.1.6. Ao longo dos anos, sabe-se que os números de alunos evadidos das escolas crescem, principalmente pelas crianças e adolescentes moradores da zona rural dos municípios do interior do estado. O transporte escolar consiste em uma política assegurada pela Constituição e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, com o objetivo de promover o acesso dos alunos às escolas, condição básica para a garantia do direito à educação. É um instrumento de democratização de oportunidades educacionais, que garante o acesso e permanência nas escolas aos alunos residentes em áreas rurais.

3.1.7. O transporte escolar da rede estadual de ensino realiza-se de duas maneiras:

(I) A Secretaria Estadual de Educação – SEDUC realiza por meio de licitação, conforme legislação vigente, a contratação de empresas terceirizadas para a prestação do serviço de transporte escolar nos municípios de Porto Velho, Guajará-Mirim, Nova União, Costa Marques, Alvorada do Oeste, Presidente Médici e Buritis e regiões;

(II) Em outros municípios, o transporte escolar da rede estadual de ensino é realizado em parceria com as Prefeituras por meio do Programa Estadual de Transporte Escolar Compartilhado Ir e Vir, instituído através da Lei n. 4.426, de 10 de dezembro de 2018 e Regulamentado através do Decreto n° 24.490, de 22 de novembro de 2019, cujo objetivo é transferir recursos financeiros diretamente aos municípios, visando à garantia da oferta de transporte escolar.

3.1.8. Vale ressaltar que a Secretaria de Estado da Educação não possui, em seu quadro orgânico, cargo ou função específica para a realização das atividades mencionadas. Portanto, a contratação do serviço, por meio da terceirização, se apresenta como a solução mais eficaz, proporcionando otimização dos serviços e gerando economia com gastos e tributos sociais relacionados ao pessoal.

3.1.9. Em conformidade com o Despacho SEDUC-GGC (0045729309), que encaminha o Parecer n° 097/2024/PGE-SEDUC (0045700846), o qual opina que se atente à necessidade de promover a realização do novo certame e a assinatura do novo contrato com a maior brevidade possível, cujo objeto é a contratação de empresa especializada na prestação de serviços contínuos de transporte escolar do município de Presidente Médici.

3.1.10. Adicionalmente, conforme a Autorização (0045727491), in verbis:

3.1.11. Em tempo, determino a abertura imediata de novo processo licitatório visando a contratação objeto ora pleiteado, haja vista que não será admitida nova prorrogação excepcional. E por tratar-se de serviço essencial que assegura o direito dos alunos a igualdade de acesso às atividades educacionais, a descontinuidade do serviço acarretará em grande prejuízo aos nossos alunos, assim, caso ocorra, ressalta-se que o não cumprimento resultará em apuração de responsabilidade do agente causador.

3.1.12. Considerando ainda o Contrato n° 047/PGE-2019 (4747011) e Termo Aditivo 11º TA (0046026527), com vigência até 11/03/2024 e que não poderá ser renovado, a presente contratação se revela de extrema importância.

3.1.13. Ela visa garantir a continuidade e segurança no transporte dos alunos da rede estadual de ensino, assegurando o cumprimento do calendário escolar e da carga horária mínima exigida, de modo a atender às necessidades constitucionais de proporcionar uma educação de qualidade que favoreça o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem.

3.2. Justificativa do Parcelamento ou Não da Contratação

3.2.1. Nos termos do art. 47, inciso II, da Lei Federal n° 14.133/2021, as licitações atenderão ao princípio do parcelamento, quando tecnicamente viável e economicamente vantajoso.

3.2.2. Na aplicação deste princípio, o § 1º do mesmo art. 47 estabelece que devam ser considerados a responsabilidade técnica, o custo para a Administração de vários contratos frente às vantagens da redução de custos, com divisão do objeto em itens, e o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.

3.2.3. Optou-se pelo agrupamento dos serviços em lote global por facilitar a fiscalização, recebimento e conferência na entrega por parte das empresas prestadoras de serviços, pois se a contratação for individualizada os fornecedores que ganharem o certame com itens isolados terão dificuldades em prestar os serviços. Quando optamos o agrupamento dos itens por lote, facilitará as prestadoras de serviços concretizar suas ações na região específica não causando a perda do conjunto, tampouco prejuízo à celeridade da Licitação, conforme orientação constante da Decisão n° 263/2014 do Pleno Tribunal de Contas do Estado de Rondônia.

3.2.4. Sendo assim o agrupamento em lote, neste caso, traz vantagens e benefícios para a administração pública, quanto ao controle e gerenciamento dos serviços prestados, conforme [Súmula nº 8/TCE-RO](#). O critério de julgamento adotado será o de menor preço por lote, justificando-se pela natureza do objeto, tendo em vista que, sua fragmentação em itens acarretará a perda do conjunto, perda de economia de escala, bem como, ocasionará a excessiva pulverização de contratos, pois os itens guardam homogeneidade entre si, podendo ser fornecidos por um mesmo fornecedor, concretizando, assim, os princípios da competitividade e igualdade.

3.2.5. Considerando que os serviços a serem contratados são de caráter continuado, cuja interrupção poderá comprometer a continuidade das atividades da Administração e cuja necessidade de contratação deva estender-se por mais de um exercício financeiro e continuamente. Portanto justifica-se o não parcelamento do objeto visando o seguinte:

3.2.6. Economia de escala, podemos obter no processo licitatório pelo menor preço possível, prezando pelo erário, uma contratação que atenda às necessidades da secretaria e com um custo pertinente e transparente dos recursos públicos;

3.2.7. Facilidade de gerenciamento e fiscalização, já que a atividade vai envolver diversas equipes em regime de trabalho de 24 horas por dia, sete dias por semana e facilidade nas soluções de ocorrências que possam atrapalhar o desenvolvimento do ano escolar;

3.2.8. Facilidade de imputação de responsabilidades pelos incidentes que venham a ocorrer, devido à natureza dos serviços e para garantir os bens patrimoniais, proporcionando total transparência na execução;

3.2.9. Facilidade no planejamento e execução das atividades, sem que hajam questões entre as empresas que venham a prejudicar o andamento dos trabalhos, favorecendo o andamento do ano escolar.

3.2.10. Os serviços de gerenciamento de transporte escolar envolvem uma série de atividades interligadas e são complementares, o que torna a fragmentação em itens isolados inviável, como a mão de obra contínua, rastreamento e monitoramento dos veículos, abastecimento de combustível, manutenção preventiva, preditiva e corretiva em toda a frota contratada. A fragmentação desses serviços em diferentes contratos poderia comprometer a qualidade e a eficiência do gerenciamento, uma vez que cada empresa contratada poderia ter dificuldades em coordenar as diversas atividades necessárias para a plena operação do transporte escolar.

3.2.11. A prestação de serviços de transporte escolar exige uma operação contínua e integrada, que assegure a segurança dos alunos. A interrupção ou a dificuldade de coordenação entre diferentes fornecedores poderia resultar em falhas na prestação do serviço, comprometendo a segurança e a regularidade do transporte dos alunos. O não parcelamento assegura que um único fornecedor tenha a responsabilidade total pela execução do serviço, garantindo que todos os insumos e serviços estejam em conformidade com as normas da legislação e os dispositivos legais vigentes.

3.2.12. A contratação em um único lote possibilita uma gestão mais eficiente dos recursos públicos, permitindo melhor planejamento e controle financeiro. Ao agrupar os serviços em uma única contratação, a administração poderá obter preços mais competitivos e condições mais vantajosas, além de facilitar a fiscalização e o gerenciamento do contrato, uma única contratada para a totalidade do objeto garante maior responsabilidade e supervisão, evitando a pulverização de contratos que poderia dificultar a coordenação das atividades e o controle sobre a execução dos serviços. A contratação de um único fornecedor para todo o serviço de gerenciamento de transporte escolar proporciona uma economia de escala significativa. Isso significa que a empresa contratada poderá otimizar os custos relacionados ao fornecimento de insumos e serviços, resultando em uma melhor utilização dos recursos públicos.

3.2.13. Com a contratação de uma única empresa, a responsabilidade pela execução dos serviços e a transparência na execução orçamentária são amplificadas. Eventuais problemas ou falhas poderão ser atribuídos de forma clara ao fornecedor responsável, facilitando a resolução de incidentes e a imputação de responsabilidades.

3.2.14. O não parcelamento reduz a probabilidade de conflitos entre diferentes fornecedores e melhora a comunicação entre a Administração e a empresa contratada. A atuação de uma única empresa responsável por todos os serviços facilita a resolução de problemas e a implementação de soluções, garantindo um fluxo de trabalho mais harmonioso.

3.2.15. A contratação em lote global proporciona economia de escala, possibilitando que a Administração Pública obtenha condições mais vantajosas em termos de preço e qualidade. Essa abordagem minimiza custos e maximiza a utilização dos recursos públicos, atendendo ao interesse público de forma mais eficaz.

3.2.16. A decisão de não parcelar o objeto está em conformidade com a SÚMULA TCU 247, que permite a adjudicação por preço global em casos onde a divisibilidade não seja viável e não haja prejuízo ao conjunto. No presente caso, a opção pelo não parcelamento foi criteriosamente analisada e justificada, levando em consideração a manutenção da qualidade e eficiência na execução dos serviços.

3.2.17. Diante dessas considerações, a decisão de não parcelar a contratação dos serviços de gerenciamento de transporte escolar se revela como a alternativa mais adequada e eficiente para atender às necessidades da Secretaria de Estado da Educação, garantindo a continuidade, segurança e qualidade do transporte escolar no **Presidente Médici - RO** e regiões.

3.2.18. A contratação por item, em vez de uma contratação em lote global, pode acarretar diversos prejuízos para o conjunto da demanda na prestação de serviços de gerenciamento de transporte escolar. Aqui estão alguns dos principais impactos negativos que podem ocorrer:

3.2.19. A contratação por itens pode levar à fragmentação dos serviços, resultando em uma falta de coordenação entre diferentes fornecedores. Isso pode causar ineficiências operacionais, já que cada empresa pode ter abordagens e cronogramas distintos para a execução das atividades, dificultando a integração necessária para o bom funcionamento do transporte escolar.

3.2.20. Ao fragmentar a contratação, a administração pública pode perder oportunidades de economia de escala. Fornecedores únicos geralmente conseguem oferecer preços mais competitivos ao fornecer um conjunto de serviços, enquanto a contratação por item pode resultar em custos mais altos, já que diferentes fornecedores podem cobrar preços distintos por serviços equivalentes. A gestão de múltiplos contratos pode aumentar a complexidade da fiscalização e do gerenciamento dos serviços. Isso pode resultar em um aumento da carga administrativa para a equipe responsável, além de dificultar a supervisão da qualidade dos serviços prestados, pois a responsabilidade pode ser diluída entre vários fornecedores.

3.2.21. A falta de uma empresa única responsável por todo o serviço pode resultar em compromissos na qualidade da prestação do serviço. Por exemplo, se um fornecedor não cumprir sua parte do contrato, isso pode afetar a operação como um todo, levando a atrasos, falhas no abastecimento ou na manutenção dos veículos. A contratação por item pode aumentar os riscos operacionais. Em caso de falha de um fornecedor, a responsabilidade pela interrupção dos serviços pode não ser clara, levando a situações de insegurança no transporte escolar e, consequentemente, comprometendo a segurança dos alunos.

3.2.22. Com vários contratos, a identificação de responsabilidades em caso de problemas ou incidentes pode ser dificultada. Isso pode levar a uma falta de transparência na execução dos serviços e complicar a resolução de conflitos entre as partes. A fragmentação pode resultar em interrupções no serviço, especialmente se um dos fornecedores não conseguir atender à demanda. Essa interrupção pode afetar a rotina escolar e o deslocamento dos alunos, prejudicando o cumprimento dos horários e a continuidade das atividades educacionais.

3.2.23. Dessa forma, a escolha pelo não parcelamento do objeto se justifica pela necessidade de garantir a efetividade, a economia e a eficiência na prestação dos serviços, respeitando as diretrizes legais e as exigências do Tribunal de Contas.

3.3. Do Agrupamento dos Itens por Lote

3.3.1. O objeto do presente Termo de Referência é a Contratação de empresa especializada na prestação de serviços contínuos de transporte escolar para atender as necessidade dos alunos matriculados na rede estadual de educação, residentes na zona rural, com fornecimento de veículos tipo ônibus, incluindo o abastecimento, rastreamento, monitoramento, manutenção, motoristas e monitores em toda a frota contratada, para executar o serviço por quilometragem percorrida KM/MÊS, referente aos 200 (duzentos) dias Letivos e 10 (dez) dias destinados as Provas de Recuperação e Exames Finais, totalizando 210 (duzentos e dez) dias contratados, executáveis no período de 12 meses, no município de **Presidente Médici** - RO e regiões, à luz da Lei Geral de Licitações e da Súmula nº. 8/TCE-RO, de maneira que a fragmentação em itens **acarretaria a perda do conjunto; perda da econômica de escala; redundaria em prejuízo à celeridade da licitação; ocasionaria a excessiva pulverização de contratos ou resultaria em contratos de pequena expressão econômica.**

3.3.2. Segundo o Doutor Marçal Justen Filho, o fracionamento ^[1]“respeita limites de ordem técnica e econômica. Não se admite o fracionamento quando tecnicamente isso não for viável ou, mesmo, recomendável”.

3.4. Do agrupamento por lote de itens que guardem homogeneidade entre si.

3.4.1. Nas licitações de objetos divisíveis o Tribunal de Contas da União entende que o julgamento seja feito por item, e não por preço por lote. Contudo, há situações em que se faz necessário aglutinar os itens com o intento de casar aquisições, visto que poderá haver um vínculo entre eles, ou se comprados separadamente prejudicarão o resultado esperado pela Administração.

3.4.2. Nesse caso, apesar dos objetos serem divisíveis, eles guardam estrita identidade de natureza e características semelhantes, além de guardar correspondência com sua composição, podendo serem executados por um mesmo prestador de serviços, por se tratarem de objetos comuns ao ramo da prestação de serviços de Contratação de empresa especializada na prestação de serviços contínuos de transporte escolar para atender as necessidade dos alunos matriculados na rede estadual de educação, residentes na zona rural, com fornecimento de veículos tipo ônibus, incluindo o abastecimento, rastreamento, monitoramento, manutenção, motoristas e monitores em toda a frota contratada, para executar o serviço por quilometragem percorrida KM/MÊS, referente aos 200 (duzentos) dias Letivos e 10 (dez) dias destinados as Provas de Recuperação e Exames Finais, totalizando 210 (duzentos e dez) dias contratados, executáveis no período de 12 meses, no município de **Presidente Médici** - RO e regiões, concretizando, assim, os princípios da competitividade.

3.5. Da fragmentação em itens acarretar a perda do conjunto

3.5.1. O parcelamento do objeto somente se justifica e fundamenta quando houver viabilidade técnica e, principalmente, ganho econômico para a Administração Pública. No presente caso não há viabilidade técnica, uma vez que a falta de um tipo de serviço prejudicaria todo o conjunto, e, de nada adiantaria ter por tratar-se de um conjunto de soluções que precisam trabalhar de forma integrada para garantir sua eficiência e compatibilidade. Ter uma gerência integrada diminui a curva do aprendizado e possibilita sua gestão com poucos colaboradores especializados o que não aconteceria caso fosse adjudicação por item.

3.5.2. Em se tratando da prestação de serviços de transporte escolar para atender as necessidade dos alunos matriculados na rede estadual de educação, residentes na zona rural do município de **Presidente Médici**- RO, e considerando ainda que envolve a participação as escolas, alunos, professores, técnicos e outros, não podemos considerar o fator econômico como preponderante, mas mesmo assim entendemos que a adjudicação por lote, dentro da economia de escala, também possibilitará um desembolso menor dos cofres públicos do que se todos os itens fossem adquiridos de forma distinta. Podemos acrescentar também, caso a adjudicação fosse por item, quanto a dificuldade de gestão dos contratos de suporte e de sua eficiência, além da possibilidade de conflito na utilização dos recursos e sua complexidade, como por exemplo. Há necessidade que todos os itens estejam disponíveis para a adequada utilização de todos equipamentos.

3.6. Da perda da economia de escala

3.6.1. As contratações efetuadas pela Administração devem ser divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala.

3.6.2. Quanto maior a quantidade a ser executada, maior poderá ser o desconto na contratação de serviços. Esse ganho está relacionado com o aumento da quantidade adquirida sem um aumento proporcional no custo e está intrinsecamente relacionado ao princípio da economicidade esculpido no art. 70 de nossa Carta Magna.

3.6.3. A economia de escala é definida como aquela que ocorre a partir de determinado patamar de quantidade de itens comercializados e pode acarretar relevante desconto na aquisição dos bens e serviços.

3.6.4. De tal modo, que no caso em tela a adoção critério de julgamento menor preço permite o melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e a ampliação da competitividade, sem perda da economia de escala, como por exemplo, a empresa que ganhar o lote executará todos os itens, acarretando, consequentemente, uma diminuição nos custos e economia de escala.

3.7. Do prejuízo à celeridade da licitação

3.7.1. Um dos fatores que pode ser levado em conta na elaboração de um edital por lote é o interesse na celeridade do processo.

3.7.2. Neste caso, trata-se de 01 (um) Lote, com quantidades distintas de itens. Assim, da prestação de serviços de transporte escolar para atender as necessidade dos alunos matriculados na rede estadual de educação, residentes na zona rural do município de **Presidente Médici**- RO e regiões, conjuntamente, por uma única empresa por lote, fica mais célere o julgamento das propostas. Caso contrário, seriam estabelecidos vários prazos entre várias empresas para conclusão do objeto contratado, e com isso, poderia haver um grande embarço.

3.8. Da pulverização de contratos

3.8.1. A licitação por itens corresponde, na verdade, a uma multiplicidade de licitações, cada qual com existência própria e dotada de autonomia jurídica, mas todas desenvolvidas conjuntamente em um único procedimento, documentado nos mesmos autos. Esta exagerada divisão de objeto pode ocasionar uma excessiva pulverização dos contratos, tornando mais dispendiosa a contratação.

3.8.2. No caso em questão, a adoção do critério de julgamento menor preço por lote para a contratação de empresa para a prestação de serviços de transportes rodoviários intermunicipais, resultaria na contratação de 1 (uma) única empresas fornecedora/licitantes por lote, não ocorrendo a pulverização de contratos. Ainda há, com base no interesse público, maior segurança ao cumprimento do contrato.

3.8.3. Por fim, há que se observar o caso concreto, avaliando a conveniência e oportunidade, de modo a satisfazer da melhor forma o interesse público, pois cada contratação tem suas especificidades, in casu a aquisição por lote é mais vantajosa para a Administração, em decorrência dos riscos inerentes à própria execução, pois, não restam dúvidas, o objeto pretendido, quando executado por vários contratados, poderá não ser integralmente entregue, tendo em vista problemas na relações jurídicas mantidas com diversos contratados.

3.9. Alinhamento com os Instrumentos de Planejamento Organizacional

3.9.1. A prestação do serviço, objeto deste estudo, encontra-se previsto no planejamento da Secretaria de Estado da Educação – SEDUC [PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL](#), no resumo das contratações naquilo que conserve a prestação de atividades planejamento, execução, gestão e ao cumprimento das diretrizes governamentais, considerando a sua natureza essencial, além do que os mesmos têm por objetivo atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, assegurando a integridade humana, assim como, o funcionamento das atividades finalísticas da escola, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional, há meta, objetivo ou indicador específico relacionado no planejamento estratégico da secretaria, encontra-se nos contratos continuado conforme quadro abaixo:

166	Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	CONTRATO CONTINUADO - TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS	R\$ 36.066.062,00	4037	339039	1500001001	Alta
167	Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	CONTRATO CONTINUADO - TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS	R\$ 3.500.000,00	4037	339039	1553000001	Alta
168	Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	CONTRATO CONTINUADO - TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS	R\$ 2.551.938,00	4037	339039	1540001030	Alta
169	Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	CONTRATO CONTINUADO - TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS	R\$ 18.887.760,00	4042	339039	1500001001	Alta

Vinculação com o Planejamento Estratégico: (X) SIM () NÃO	Área de Resultado: não se aplica.	Meta: não se aplica.
Vinculação com algum Projeto/Programa: () SIM (X) NÃO		Identificação do Projeto/Programa: não se aplica.
Vinculação com algum Termo de Compromisso/Convênio: () SIM (X) NÃO	Vigência do Termo/Convênio: não se aplica.	Conta Bancária: não se aplica.
Região de Planejamento e Gestão conforme Lei n. 1808, de novembro de 2007: Região V.		

3.10. Levantamento de Mercado

3.10.1. O levantamento de mercado consiste na análise das alternativas possíveis, bem como a justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar (art. 18, §1º, V da Lei 14.133/2021).

3.10.2. O objetivo principal deste Estudo Técnico Preliminar é analisar e selecionar a solução que melhor atenda às necessidades da Secretaria de Educação (SEDUC), levando em consideração aspectos legais, técnicos, econômicos da contratação.

3.10.3. O serviço objeto deste documento possui natureza comum devido a sua forma de execução, sendo o mesmo realizado por um vasto número de empresas do ramo deste objeto. Dentre as opções disponíveis no mercado, a contratação de serviços de terceiros, pessoa jurídica, na prestação de serviços contínuos de transporte escolar para atender as necessidade dos alunos matriculados na rede estadual de educação, conforme condições e exigências, constantes deste instrumento.

3.10.4. Diante das características específicas do objeto, diversas alternativas foram consideradas para atender à demanda. Estas alternativas oferecem diferentes benefícios e desafios, e a escolha da modalidade de contratação deve ser feita com base na natureza específica da demanda, nos recursos disponíveis e nos objetivos da contratação.

3.10.5. A realização de um levantamento de mercado detalhado e bem-estruturado é essencial para assegurar a pretensa contratação, dentro do prazo e orçamento estabelecidos, atendendo assim às necessidades da SEDUC. Seguindo os passos e considerações legais e administrativas, o processo pode ser concluído de forma eficiente e conforme as normas vigentes.

3.10.6. No que diz respeito ao mercado de transporte escolar, há várias empresas que oferecem esse serviço na região. A lista, embora não seja exaustiva, apresenta um número satisfatório de possíveis fornecedores, o que indica a presença de uma competição saudável no mercado. Isso é uma variável importante na obtenção de preços adequados durante o processo de licitação para futura contratação.

3.10.7. Após essa análise, foram identificados os seguintes fornecedores:

	FORNECEDOR	CNPJ	MUNICÍPIO
1	F. F. PLENTZ TRANSPORTES	14.644.807/0001-71	PRESIDENTE MEDICI - RO
2	OLIVEIRA & GARCIA CONSTRUCOES E TERRAPLANAGEM LTDA	03.174.630/0001-70	ALTO ALEGRE DOS PARECIS - RO
3	WR TRANSPORTES LTDA	06.225.530/0001-14	ROLIM DE MOURA - RO
4	PRIME TRANSPORTES LTDA	26.617.698/0001-82	PRESIDENTE MEDICI - RO
5	B&W TRANSPORTES LTDA	08.983.460/0001-99	JI-PARANA - RO
6	ACAO TRANSPORTE ESCOLAR LTDA	03.801.502/0001-00	OURO PRETO DO OESTE - RO
7	POSITIVO TRANSPORTES E SERVICOS LTDA	08.424.032/0001-26	VALE DO PARAISO - RO
8	FRETUR TRANSPORTES DE PASSAGEIROS LTDA	05.476.094/0001-93	URUPA - RO
9	M. S. P. TRANSPORTES LTDA	08.574.528/0001-86	GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA - RO
10	I MARTINS VEIGA EMPREENDIMENTOS	42.729.383/0001-83	PORTO VELHO - RO

3.10.8. Ao considerar as opções de mercado para a prestação dos serviços públicos, é possível analisar duas abordagens neste estudo:

SOLUÇÃO	DESCRIÇÃO
Aquisição de ônibus	<p>Pela administração a fim de que estes componham sua frota oficial.</p> <p>Nesta opção, os veículos são adquiridos e incorporados à frota da SEDUC, sendo responsabilidade da instituição a gestão da manutenção e toda documentação pertinente, como inspeções regulares, reparos necessários, renovação de licenças e seguros, além de outras exigências legais.</p> <p>Custo inicial e despesas contínuas: O investimento inicial na compra de ônibus para transporte escolar pode ser significativo. Além disso, há despesas contínuas associadas à manutenção, combustível, seguro e outras despesas operacionais.</p> <p>Flutuações na demanda: A demanda por transporte escolar pode variar sazonalmente ou de ano para ano, o que pode tornar difícil prever com precisão quantos ônibus serão necessários. A aquisição de uma frota fixa pode resultar em subutilização dos veículos em períodos de baixa demanda ou sobrecarga durante picos de demanda.</p> <p>Depreciação do valor do veículo: Assim como acontece com qualquer veículo, os ônibus escolares sofrem desvalorização ao longo do tempo. Isso significa que o valor dos ônibus diminui à medida que são usados, o que pode afetar o retorno sobre o investimento.</p>

	<p>Manutenção e idade da frota: A manutenção adequada é essencial para garantir a segurança e o desempenho dos ônibus escolares. Com o tempo, os veículos podem exigir reparos mais frequentes e podem se tornar menos confiáveis, especialmente se não forem substituídos regularmente.</p> <p>Custos regulatórios e de conformidade: A operação de ônibus escolares pode estar sujeita a regulamentações específicas, como padrões de segurança mais rigorosos, inspeções regulares e requisitos de treinamento para motoristas. Cumprir essas regulamentações pode adicionar custos e complexidade à operação.</p>
Contração de empresa especializada que forneça desde o veículo e a manutenção.	<p>Destes com as devidas peças e reparos que estes necessitam, à motoristas devidamente habilitados e treinados para executar o serviço de transporte escolar. O serviço envolve a disponibilização de veículos pela empresa contratada, que assume a responsabilidade pela manutenção de cada veículo, pela gestão da documentação necessária e pela substituição dos veículos, se necessário.</p> <p>Redução de custos iniciais: Ao contratar uma empresa especializada, você pode evitar o alto custo inicial de comprar uma frota de ônibus. Em vez disso, você pode pagar uma taxa regular ou um contrato de leasing, o que pode ser mais gerenciável em termos de fluxo de caixa.</p> <p>Previsibilidade financeira: Com um contrato de serviço, você terá uma compreensão clara dos custos associados ao transporte escolar ao longo do tempo. Isso facilita o planejamento financeiro e evita surpresas inesperadas relacionadas a reparos ou manutenção.</p> <p>Acesso a veículos modernos e bem-mantidos: Ao contratar uma empresa especializada, você pode ter acesso a uma frota de veículos mais recentes e bem-mantidos, o que pode melhorar a segurança e o conforto dos alunos. Além disso, você não precisa se preocupar com a manutenção e a substituição dos veículos, já que isso é cuidado pela empresa.</p> <p>Flexibilidade e escalabilidade: Ao trabalhar com uma empresa de transporte especializada, você pode ajustar facilmente a quantidade de veículos necessários com base na demanda de transporte escolar. Isso oferece maior flexibilidade para lidar com flutuações na demanda ao longo do tempo.</p> <p>Especialização e conformidade regulatória: Empresas especializadas em transporte escolar geralmente têm um conhecimento profundo das regulamentações e requisitos específicos para operar ônibus escolares. Isso pode garantir que você esteja em conformidade com todas as leis e regulamentos relevantes, reduzindo o risco de problemas legais ou de segurança.</p> <p>Suporte técnico e expertise: Ao trabalhar com uma empresa especializada, você terá acesso ao conhecimento e à experiência de profissionais qualificados em manutenção e reparo de ônibus escolares. Isso pode garantir que seus veículos sejam mantidos em condições ideais de funcionamento e segurança.</p>

3.10.9. Para tanto, ao se avaliar as possibilidades de mercado, entende-se que duas vias podem ser analisadas neste estudo, quais sejam, a aquisição de ônibus pela administração a fim de que estes compoñham sua frota oficial e a contratação de empresa especializada que forneça desde o veículo e a manutenção destes com as devidas peças e reparos que estes necessitam, à motoristas devidamente habilitados e treinados para executar o serviço de transporte escolar.

3.10.10. Diante da realidade do **município de Presidente Médici - RO e regiões**, infere-se que o perfeito atendimento da demanda ocorrerá por meio de veículos, da categoria "ônibus", em razão de suas particularidades geográficas, onde se pode perceber, por meio dos mapas, que esta região possui vias pavimentadas e não pavimentadas, ademais, em razão do quantitativo de alunos informados no Documento de Formalização de Demanda - DFD 53 (0046015841), este é o meio que se mostra mais adequado para efetivar as determinações legais acerca do trabalho que visa diminuir/impedir a evasão escolar, compreendendo que o difícil acesso às unidades educacionais tem sido um dos principais fatores desencadeador do abandono escolar por educandos que residem em região rural.

3.10.11. Após analisar cuidadosamente os diversos aspectos envolvidos na prestação de serviços de transporte escolar, fica claro que a contratação de empresas terceirizadas para a prestação do serviço de transporte escolar a é a escolha mais vantajosa e viável para instituições educacionais.

3.11. Justificativa para a exclusão de Participação de Pessoas Físicas na Licitação

3.11.1. Quanto ao tópico em deslinde, antes de adentrar no contexto propriamente dito, é necessário esclarecer a hermenêutica do texto descrito no art. 34, XIV do Decreto Estadual nº 28.874/2024, *in verbis*:

Art. 34.O Estudo Técnico Preliminar deverá apresentar o seguinte conteúdo mínimo:

(...)

XIV - justificativa para a exclusão de participação de Pessoas Físicas na licitação

3.11.2. Conforme se desprende da transcrição do inciso, resta claro que a justificativa é necessária quando o posicionamento for no sentido de se excluir a participação de pessoas físicas no certame, a fim de que reste fundamentado a decisão.

3.11.3. Nesse contexto, mostra-se plausível a decisão de excluir a participação de pessoas físicas, vez que pessoas físicas, geralmente, não têm capacidade para atender a essas exigências de forma adequada e contínua.

3.11.4. Ademais a contratação de empresas especializadas oferece maior garantia de qualidade, segurança e confiabilidade na prestação dos serviços, uma vez que essas empresas possuem experiência, expertise e recursos necessários para operar dentro das normas e regulamentações vigentes.

3.11.5. Neste sentido, as empresas especializadas têm maior capacidade financeira e estrutural para arcar com os custos operacionais e cumprimento de exigências legais e contratuais, o que não é garantido no caso de pessoas físicas.

3.11.6. A contratação de pessoas físicas pode acarretar desafios relacionados ao cumprimento de obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias, bem como questões de regularidade e licitude da prestação de serviços, o que pode representar riscos legais e financeiros para a Administração Pública.

3.11.7. Assim, a exclusão de pessoas físicas da contratação em epígrafe visa preservar a competitividade do certame, promovendo assim a equidade e a lisura no processo.

3.11.8. Portanto, a exclusão de participação de pessoas físicas na licitação se justifica pela necessidade de assegurar a qualidade, segurança, conformidade legal e competitividade na contratação de empresa especializada na prestação de serviços contínuos de transporte escolar para atender as necessidade dos alunos matriculados na rede estadual de educação, residentes na zona rural, com fornecimento de veículos tipo ônibus, incluindo o abastecimento, rastreamento, monitoramento, manutenção, motoristas e monitores em toda a frota contratada, para executar o serviço por quilometragem percorrida KM/MÊS, referente aos 200 (duzentos) dias Letivos e 10 (dez) dias destinados as Provas de Recuperação e Exames Finais, totalizando 210 (duzentos e dez) dias contratados, executáveis no período de 12 meses, no município de **Presidente Médici - RO e regiões**, nos termos da legislação vigente, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

3.12. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.12.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada no Estudo Técnico Preliminar 272 (0055211164), e no Documento de Formalização de Demanda DFD 53 (0046015841).

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea 'd' da Lei nº 14.133/21)

4.1. Sustentabilidade

4.1.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.2. O fiscal avaliará, para efeitos de cumprimento das obrigações contratuais, o que tange a responsabilidade da contratada quanto ao devido recolhimento e o adequado descarte dos itens utilizado na prestação dos serviços, cuja a má destinação poderá causar grande impacto ao meio ambiente (óleos lubrificantes, baterias e pneus).

4.1.3. Priorizar o emprego de mão de obra, materiais, tecnologias e matérias- primas de origem local, nos termos dos incisos II e IV do art. 4º do Decreto nº 7.746/2012;

4.1.3. Obedecer às normas técnicas, de saúde, de higiene e de segurança do trabalho, de acordo com as normas do Ministério do Trabalho e Emprego e normas ambientais vigentes;

4.1.4. Não possuir inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, instituído pela Portaria Interministerial MTPS/MMIRDH nº 4, de 11 de maio de 2016;

4.1.5. Não ter sido condenada, a empresa vencedora ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta à previsão aos artigos 1º e 170 da Constituição Federal de 1988; do artigo 149 do Código Penal Brasileiro; do Decreto nº 5.017, de 12 de março de 2004 (promulga o Protocolo de Palermo) e das Convenções da OIT nºs 29 e 105.

4.2. Subcontratação

4.2.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.2.2. Para o objeto dos autos, não foi facultado subcontratação, cessão e/ou transferência total ou parcial, em razão da necessidade de manter a padronização dos serviços, especialmente por se tratar de transporte escolar para atender as necessidade dos alunos matriculados na rede estadual de educação, residentes na zona rural do município de **Presidente Médici** - RO e regiões, o que requer um maior rigor na qualidade.

4.2.3. A decisão está ancorada nos eventos anteriores, onde foi verificado que é possível o atendimento às demandas sem a necessidade de subcontratações, além do que, o gerenciamento das ações, tendo como executora uma única empresa de transporte escolar para atender as necessidade dos alunos matriculados, facilita o controle e confere maior economia processual.

4.3. Garantia da Contratual

4.3.1. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21, no percentual de 5% do valor contratual, conforme regras previstas no contrato, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual.

4.3.2. A garantia nas modalidades caução e fiança bancária deverá ser prestada em até 10 dias após assinatura do contrato.

4.3.3. No caso de seguro-garantia sua apresentação deverá ocorrer, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.3.4. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

4.3.5. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, na forma da Lei nº 14.133/2021.

4.3.6. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

4.3.7. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

4.3.8. prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

4.3.9. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada;

4.3.10. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

4.3.11. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

4.3.12. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.

4.3.13. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

4.3.14. A espécie Título de Capitalização, será aceita na modalidade Instrumento de Garantia, como regra geral e deverá ser prestada por ocasião da assinatura do Termo de Contrato, como adimplemento da obrigação contratual a prestação do serviço, na forma prevista no § 7º, art. 92, da Lei nº 14.133/2021.

4.3.15. O Título de Capitalização, poderá ser aceito inclusive nas hipóteses previstas na alínea “d”, II do caput do art. 124 da Lei 14.133/2021.

4.3.16. O Título de Capitalização, será custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total e deverão conter o critério de atualização de valores inerentes ao contrato, observadas as normas em vigor.

4.3.17. Para prestação de Garantia por meio de Título de Capitalização, o licitante vencedor deverá em documento específica a cessão total dos direitos do título à contratante, mediante comunicação escrita a sociedade de capitalização ficando vedada a cobrança de qualquer espécie.

4.4. Do Reajustamento Contratual

4.4.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano e quando assim houver, será atualizado com base no **INPC, contado da data do orçamento estimado**, conforme § 7º, art. 25, da Lei n. 14.133/2021.

4.4.2. O equilíbrio econômico-financeiro dos contratos administrativos é direito do contratado, sendo sua manutenção interesse público e deverá ser apresentado pela contratada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do fato gerador de seu direito (arts. 150 a 156, Decreto Estadual nº 28.874/2024).

4.4.3. Os preços contratados serão repactuados em sentido amplo, para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, após o interregno de um ano, mediante solicitação do contratado, art. 161, § 1º, 2º e 3º, do Decreto Estadual 28.874/2024.

4.4.4. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

I - da data-limite, constante do ato convocatório, para apresentação da proposta ou do orçamento a que estas se referirem, em relação aos custos com a execução do serviço decorrentes do mercado; ou

II - da data do acordo, convenção, dissídio coletivo de trabalho ou equivalente vigente à época da apresentação da proposta, quando a variação dos custos for decorrente da mão de obra e estiver vinculada às datas-bases destes instrumentos.

Parágrafo único. Nas repactuações subsequentes à primeira, a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo à última repactuação.

4.4.5. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, observado o princípio da anualidade do reajuste de preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, como os decorrentes de mão de obra e os decorrentes dos insumos necessários à execução dos serviços. (art. 157, § 2º, Decreto Estadual nº 28.874/2024; e, art. 135, § 4º, da Lei n.º 14.133/2021).

4.4.6. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, a repactuação dos custos contratuais decorrentes da mão de obra poderá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho das respectivas categorias. (art. 135, § 5º, da Lei n.º 14.133/2021)

4.4.7. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de lei, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho.

4.4.8. Na repactuação, a administração, não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade. (art. 135, §§ 1º e 2º, da Lei n.º 14.133/2021)

4.4.9. Quando a repactuação solicitada se referir aos custos da mão de obra, o contratado efetuará a comprovação da variação dos custos por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, convenção ou sentença normativa da categoria profissional abrangida pelo contrato.

4.4.10. A repactuação para reajustamento do contrato em razão de novo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho deve repassar integralmente o aumento de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.

4.4.11. Quando a repactuação solicitada pelo contratado se referir aos custos decorrentes do mercado, o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do índice de reajustamento pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), art. 156 do Decreto Estadual nº 28.874/2024, com base na seguinte fórmula:

$$R = V \left(\frac{I - I^0}{I^0} \right) / I^0$$
, onde:

R = Valor do reajustamento procurado;

V = Valor contratual correspondente à parcela dos custos decorrentes do mercado a ser reajustada;

I^º = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data de apresentação da proposta;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento

4.4.12. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica o contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

4.4.13. Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos custos decorrentes do mercado será, obrigatoriamente, o definitivo.

4.4.14. Caso o índice estabelecido venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

4.4.15. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos custos decorrentes do mercado, por meio de termo aditivo.

4.4.16. Independentemente do requerimento de repactuação dos custos decorrentes do mercado, o contratante verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.

4.4.17. Os efeitos financeiros da repactuação decorrente da variação dos custos contratuais de mão de obra vinculados aos acordos, às convenções ou aos dissídios coletivos de trabalho retroagirão, quando for o caso, à data do início dos efeitos financeiros do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação.

4.4.18. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações poderão se iniciar em data futura, desde que assim acordado entre as partes, sem prejuízo da contagem da anualidade para concessão das repactuações futuras.

4.4.19. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

4.4.20. O pedido de repactuação deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação ou encerramento contratual, com base no Art. 152, I, II III e IV, combinado com o art. 155, I e II, do Decreto Estadual nº 28.874/2024, sob pena de preclusão.

4.4.21. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, convenção ou dissídio coletivo da categoria, ou ainda não tenha sido possível ao contratante ou ao contratado proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão, quando couber.

4.4.22. A extinção do contrato não configurará óbice para o deferimento da repactuação solicitada tempestivamente, hipótese em que será concedida por meio de termo indenizatório.

4.4.23. O contratante decidirá sobre o pedido de repactuação de preços em até 60 (sessenta) dias, contado da data do fornecimento, pelo contratado, da documentação comprobatória da variação dos custos a serem repactuados. (art. 162 do Decreto Estadual nº 28.874/2024).

4.4.24. O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto o contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo contratante para a comprovação da variação dos custos.

4.4.25. A repactuação de preços será formalizada por apostilamento.

4.4.26. As repactuações não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 160 do Decreto Estadual nº 28.874/2024; art. 124, inciso II, alínea "d", da Lei nº 14.133, de 2021.

4.4.27. O contratado deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção inicial em relação ao valor contratado.

4.4.28. A majoração da tarifa de transporte público gera a possibilidade de revisão do item relativo aos valores pagos a título de vale-transporte, constante da Planilha de Custos e Formação de Preços do presente Contrato, desde que comprovada pelo contratado a sua efetiva repercussão sobre os preços contratados.

4.4.29. A revisão dos custos relativos ao vale-transporte será formalizada por apostilamento.

4.5. Vistoria Facultativa (Art. 63, §2º, da Lei 14.133/2021)

4.5.1. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08h00 às 14h00.

4.5.2. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.5.3. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.5.4. Os interessados dispõem de 03 opções para cumprir os requisitos de habilitação conforme §§ 2º e 3º do Art. 63, da Lei 14.133/2021.

4.5.5. Realizar a vistoria e atestar que conhece o local e as condições de realização do serviço;

4.5.6. Atestar que conhece o local e as condições de serviços; e,

4.5.7. Declarar formalmente por meio do respectivo representante técnico, que possui conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.6. Dimensionamento da Proposta

4.6.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, a empresa pretendente, poderá realizar vistoria as rotas, objeto de execução dos serviços.

4.6.2. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos materiais e equipamentos, dos quantitativos, dos locais da prestação dos serviços, devendo a (s) empresas vencedoras assumir os ônus dos serviços decorrentes.

4.6.3. Não menos importante, a (s) empresa (s) interessada (s), para a montagem de suas propostas, deverão considerar todos os custos compreendidos no LOTE 1- subitens 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39 e 40 no interregno de **210 (duzentos e dez) dias letivos**, para a **execução dos serviços**, incursos no interregno máximo de **365 (trezentos e sessenta e cinco) dias**, a contar da assinatura do contrato e sua publicação e a consequente emissão da ordem de serviços.

4.7. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.7.1. Os serviços serão prestados de acordo com a demanda e necessidade da Secretaria de Estado da Educação, conforme previsto no calendário escolar, e destinam-se ao transporte escolar de estudantes matriculados na rede estadual de educação, residentes na zona rural do município de Presidente Médici - RO e região.

4.7.2. Desenvolver-se-ão da seguinte maneira:

4.7.3. Administrar o Transporte do estudante do ponto de embarque à escola e da escola ao ponto de origem;

4.7.4. Cumprir os horários previstos tanto para o embarque dos estudantes quanto para sua chegada à escola;

4.7.5. Manter as condições de bem-estar dos estudantes desde o momento de espera da condução, passando pelo tempo de permanência dentro do veículo, de modo que ao chegar à escola estejam em plenas condições de obter rendimento escolar;

4.7.6. Fornecer e fiscalizar o uso dos EPI (Equipamento de Proteção Individual);

4.7.7. Fornecer motoristas, e condutores reserva na proporção mínima de 01 (um) para 10(dez), habilitados e capacitados para conduzir o alunado nos diversos trajetos. Os motoristas dos veículos responsáveis pelo transporte deverão ter a idade mínima de 21 anos e ser devidamente habilitado. Ter sido submetido a exame psicotécnico com aprovação especial para transporte de alunos. Possuir curso de formação de condutor de Transporte Escolar. Deverá trabalhar portando crachá de identificação e uniforme condizente com a função.

4.7.8. Fornecer monitores, habilitados e capacitados, responsáveis pelo embarque e desembarque dos alunos e pelo controle do comportamento durante o trajeto. Deverão ter a idade mínima de 18 anos. Deverá trabalhar portando crachá de identificação e uniforme condizente com a função.

4.7.9. Abastecer os veículos;

4.7.10. Executar manutenção preditiva, preventiva e corretiva e preventiva nos veículos;

4.7.11. Elaborar e entregar relatórios mensais à Secretaria Estadual de Educação;

4.7.12. Manter à higiene e limpeza dos veículos;

4.7.13. Manter comunicação rápida e constante com a Secretaria Estadual de Educação – SEDUC por meio de seus representantes (servidores);

4.7.14. Identificar com uniformes e crachás os funcionários da empresa;

4.7.15. Os prestadores de serviço (motoristas e monitores) deverão tratar com cordialidade e gentileza os estudantes e seus responsáveis.

4.7.16. Todas as dúvidas e dimensionamentos relativos ao serviço deverão ser sanadas durante a visita técnica prévia.

4.8. Das Características dos Veículos

4.8.1. Os veículos “Ônibus Rural Escolar”, devem possuir as seguintes características:

4.8.2. Tipo Ore I - ônibus com comprimento total máximo de 7.000mm, capacidade de carga útil líquida de no mínimo 2.000kg, comportando transportar 29 (vinte e nove) estudantes sentados, e podendo ser equipado com plataforma elevatória veicular.

4.8.3. Tipo Ore II - ônibus com comprimento total máximo de 9.000mm, capacidade de carga útil líquida de no mínimo 3.000kg, comportando transportar 44 (quarenta e quatro) estudantes sentados, e podendo ser equipado com plataforma elevatória veicular.

4.8.4. Cada veículo contratado deverá ter 01 (um) motorista e 01 (um) monitor.

4.8.5. Veículos sem ar-condicionado, com cadeiras de fibra;

4.8.6. Os ônibus ofertados para o transporte escolar deverão estar em perfeitas condições de uso e manutenção adequada, com todos os dispositivos de segurança exigidos pela legislação pertinente (Resolução nº 14/1998 do CONTRAN, e suas alterações posteriores) e de acordo com o art. 136 e 137 do CTB - Código Nacional de Trânsito- Lei nº 9503, de 23.09.97 e o manual DETRAN - Departamento Estadual de Trânsito de Rondônia;

4.8.7. Os ônibus utilizados para o transporte escolar devem ter inspeção aprovada pelo DETRAN-RO/CIRETRAN/RO, em cumprimento a Legislação Estadual e Nacional;

4.8.8. Durante todo o período de vigência contratual, todos os veículos, incluindo os veículos reservas, não poderão ter mais de 15 (quinze) anos de uso, essa exigência se estende para contratos posteriores (Aditivos), sob pena de nulidade de contrato;

4.8.9. A comprovação dos anos de uso dos veículos se dará por meio de Nota fiscal e na ausência desta, considerar-se-á o ano de fabricação dos veículos.

4.9. Da manutenção geral (preditiva, preventiva e corretiva)

4.9.1. Os serviços de manutenção preditiva, preventiva e corretiva dos veículos transporte terrestre, objetiva a execução das manutenções, reparos, substituição de peças e partes por desgaste natural, análise, avaliação e diagnose, desmontagem, montagem, retificação, reparação, correção, restauração, reposição, complementação, conservação, bem como serviços equivalentes. Incluirão a realização de todos os testes elétricos e mecânicos, revisão, aferição e limpeza dos equipamentos, conforme cada caso, bem como as orientações à Seduc acerca da utilização normal e adequada dos mesmos. Incluindo o fornecimento de peças, bem como as ferramentas, equipamentos e materiais necessários a execução da manutenção devidamente autorizada, visando o funcionamento pleno e adequado dos veículos.

4.9.2. Todo material necessário à manutenção preditiva e preventiva deverá ser fornecido pela Contratada, que, face às obrigações assumidas, deverá dispor de todas as ferramentas, equipamentos, instalações, etc., adequados ao tipo de serviço a ser realizado.

4.9.3. Todo o material, partes, peças e consumíveis a serem fornecidos deverão ser ORIGINAIS ou GENUÍNOS (NOVOS, sem uso), não podendo valer-se em nenhuma hipótese de itens reconicionados, usados de mercado paralelo ou de outra procedência.

4.9.4. Toda a manutenção geral (preditiva, preventiva e corretiva) deverá ser fornecido pela Contratada, seguindo conforme manual do veículo que estiver em execução do serviço, em cumprimento a Legislação Estadual e Nacional.

4.10. Manutenção Preditiva

4.10.1. A manutenção preditiva, também conhecida como manutenção planejada, é aquela em que os veículos recebem ajustes periódicos, que pode ser de 6(seis) em 6(seis) meses sem deixar quebrar ou falhar.

4.11. Manutenção Preventiva

4.11.1. O que a diferencia da manutenção preventiva, é que, naquela, não há periodicidade certa, mas na preditiva sim. Por exemplo, trocar o óleo e o filtro do motor com base a cada 15.000 km.

4.12. Manutenção Corretiva

4.12.1. Feita quando o veículo quebra em uma via fazendo o transporte, se tornando necessário sempre um veículo de apoio.

4.13. Dos veículos com acessibilidade

4.13.1. Existindo alunos matriculados, portadores de necessidades especiais, a CONTRATADA deverá fornecer ônibus com acessibilidades de acordo com as Leis vigentes de acessibilidade para o transporte escolar, para atender o trajeto.

4.13.2. A (s) empresa (s) terá (ão) o prazo de até 30 (trinta) dias corridos para adaptar o (s) veículo (s) conforme as necessidades do (s) aluno (s), de acordo com as Leis vigentes de acessibilidade para o transporte escolar.

4.14. Do veículo/ônibus Reserva

4.14.1. A (s) empresa (s) contratada (s) deverá (ão) apresentar, no mínimo, 01 (um) ônibus reserva tipo urbano, sendo a) 01 (um) por lote se houver empresas vencedoras diferentes ou b) 01 (um) pelo contrato total caso haja apenas uma empresa vencedora, os veículos devem possuir as mesmas características e exigências solicitadas no **item 7.6**, o qual deverá também ser aprovado pela Comissão de Inspeção de Veículos de Transporte Escolar, devidamente nomeada pela Secretaria de Estado da Educação - SEDUC.

4.14.2. O veículo reserva deverá atender todas as exigências do Conselho Nacional de Trânsito/CONTRAN e DETRAN-RO.

4.14.3. O veículo reserva somente será utilizado no caso de substituições de emergência seja por avarias de qualquer natureza, ou por necessidade de reparos, revisões, emplacamentos, realização de vistoria, e/ou outros serviços ou mesmo da solicitação de substituição de veículo que esteja em desacordo, com os itens solicitados nesta solicitação.

4.15. Do motorista (Art. 138 e 329 do CTB)

4.15.1. Deverá obedecer aos itens abaixo relacionados:

4.15.2. Estar em perfeitas condições de saúde;

4.15.3. Ter idade superior a vinte e um anos;

4.15.4. Ser habilitado na Categoria D devendo ter a observação “Exerce atividade remunerada” incluídas em sua CNH ([Resolução 168/04, Art. 4º § 1º e Art. 6º § 2º do CONTRAN](#)) - condutor de veículo motorizado utilizado no transporte de passageiros, cuja lotação exceda a oito lugares, excluído o do motorista;

4.15.5. Ser aprovado em curso especializado, nos termos da regulamentação do CONTRAN;

4.15.6. Não ter cometido nenhuma infração grave ou gravíssima, ou ser reincidente em infrações médias durante os doze últimos meses;

4.15.7. Apresentar-se devidamente uniformizado e identificado por crachá, conforme padrão da contratada;

4.15.8. Atender todas as previsões dos órgãos reguladores do transporte, em conformidade com as previstas no Capítulo XIII do Código Brasileiro de Trânsito (DETRAN, CONTRAN, CIRETRAN, no que compete ao Motorista/Condutor de Escolar).

4.16. Do Monitor

4.16.1. Deverá obedecer aos itens abaixo relacionados:

4.16.2. O monitor, cuja função é permanecer no veículo durante todo o trajeto, auxiliando no embarque e desembarque dos alunos, bem como zelando por sua segurança, a ser indicado pelo licitante vencedor, por ocasião da contratação, na forma estabelecida neste instrumento, deverá atender aos seguintes requisitos:

4.16.3. Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos;

4.16.4. Ter capacitação física e mental para a execução dos serviços;

4.16.5. Não estar cumprindo ou tenha cumprido pena, nos últimos 05 (cinco) anos;

4.16.6. Apresentar-se devidamente uniformizado e identificado por crachá, conforme padrão da contratada.

4.16.7. Atender todas as previsões dos órgãos reguladores do transporte, em conformidade com as previstas no Capítulo XIII do Código Brasileiro de Trânsito (DETRAN, CONTRAN, CIRETRAN, no que compete ao Motorista/Condutor de Escolar).

4.17. Da Identificação visual do Veículo

4.17.1. O veículo deve possuir a identificação visual definida pela Secretaria Estadual de Educação.

4.18. Do Rastreamento

4.18.1. Os veículos utilizadas na prestação do serviço de transporte escolar deverão ser dotadas de sistema de rastreamento veicular.

4.18.2. O rastreamento deverá permanecer ativo em todo o tempo que a veículo estiver prestando serviço à Administração contratante.

4.18.3. As informações sobre as posições dos veículo devem ser atualizadas periodicamente, no intervalo não superior a 30 (trinta) segundos, mediante a utilização da rede de telefonia móvel existente no local da prestação do serviço.

4.18.4. Havendo perda temporária de sinal, o sistema deverá armazenar as ocorrências (eventos) e descarregá-las automaticamente no retorno do sinal.

4.18.5. O dispositivo de rastreamento de cada veículos deverá ser integrado a um sistema informatizado com acesso via web, que registrará, no mínimo: identificação da veículos rastreada, trajetos percorridos em mapa cartográfico, fotográfico ou híbrido, identificação da data e dos horários do início e término de cada trecho percorrido, velocidade média, velocidade máxima, posição atual (latitude e longitude), posições anteriores (latitude e longitude) e distâncias percorridas.

4.18.6. O sistema deve permitir a emissão de relatórios de atividade de cada veículos monitorada, individualmente ou em grupo, em especial: relatório de quilômetros rodados por veículos e por intervalo de datas e horários, relatório de alertas por excesso de velocidade permitida, informando data, hora, local onde o veículos ultrapassou a velocidade limite e relatório de informações de trajeto percorrido, com informações detalhadas dos locais por onde o veículo passou, velocidades máxima e média, distância percorrida e visualização em mapa.

4.18.7. Todas as informações geradas deverão ter cópia de segurança (backup), ficando armazenadas em servidores por período não inferior a 2 (dois) anos.

4.18.8. As informações coletadas devem ser acessíveis por meio de chave de acesso (usuário e senha), não devendo ser necessário, para tanto, nada mais que um navegador de internet.

4.18.9. A chave de acesso deve ficar na posse da Administração no mínimo 5 acessos para viabilizar o controle e o monitoramento das informações.

4.18.10. O sistema de rastreamento a ser implantado pela contratada deverá obrigatoriamente permitir a integração, compartilhamento do rastreamento ao Sistema Transcolar Rural e outros Sistemas de interesse da SEDUC-RO, sem custos adicionais.

4.19. Serviço de Implantação do Sistema de Monitoramento

4.19.1. Os equipamentos de monitoramento, com seus componentes e acessórios, deverão ser instalados e configurados em todos os veículos terceirizados indicados pela empresa contratada em atendimento ao transporte de educandos.

4.19.2. O rastreamento deverá permanecer ativo em todo o tempo que os veículos estiverem prestando serviço à Administração contratante.

4.19.3. O sistema de rastreamento a ser implantado pela contratada deverá obrigatoriamente permitir a integração, compartilhamento do rastreamento ao Sistema Transcolar Rural e outros Sistemas de interesse da SEDUC-RO, sem custos adicionais;

4.19.4. A Contratada deverá disponibilizar via *web* (internet) um *software* de monitoramento e aplicativo com sistema *Android* que atenda a todos os requisitos técnicos descritos a seguir.

a) Visualização individual, parcial e global de todos os veículos no mapa.

b) Cadastramento de veículos por grupos (veículo ativo) e subgrupos (veículo reserva).

c) Servidor de mapas cartográfico, fotográfico ou híbrido, identificação da data e dos horários do início e término de cada trecho percorrido, velocidade média, velocidade máxima, posição atual (latitude e longitude), posições anteriores (latitude e longitude) e distâncias percorridas.

d) Mapa digital de todo o território nacional, principalmente do Estado de RO, com arruamento, sentido de trânsito, rodovias e a informação de tráfego de veículos, *on line*.

e) Posição (localização em mapa digital) dos veículos, em tempo real.

f) Situação da ignição dos veículos (ligada/desligada).

g) Alarme de acionamento de botão de pânico. O botão de Pânico servirá para o motorista comunicar sob qualquer urgência no decorrer da rota, onde através de comunicação visual ou sonora a contratada terá ciência da necessidade de apoio ao veículo.

h) Informação em tempo real da violação de pontos ou rota estabelecida para análise de atraso, adiantamento e descumprimento.

i) Deve ser permitida a construção de áreas geograficamente delimitadas no mapa digital (conhecidas como geocercas ou alvos) para alertas de entrada e saída de limites territoriais, horários, velocidades internas e externas ou qualquer outra situação que esta SEDUC achar necessária a estas cercas.

j) A chave de acesso deve ficar na posse da Administração no mínimo 5 acessos para viabilizar o controle e o monitoramento das informações.

k) O controle de acesso ao sistema deve conter três (3) perfis de usuários: Administrador (Empresa Contratada) e Gestor (Fiscal de Contrato SUPER e Gestor de Contrato SEDUC Sede) e se solicitado, caso necessário, a Gerencia de Transporte Escolar.

l) Registro de atividade de cada motorista, contendo: início e fim de jornada, vínculo de veículo, pânico virtual, registro de localização com coordenadas GPS, e qualquer outra informação que esta SEDUC solicitar.

m) O mapa deve apresentar setas de direcionamento do sentido para onde o veículo está se deslocando.

n) O sistema deve listar quais são os veículos próximos a um endereço determinado.

4.20. Janela de status do veículo, contendo:

- a) Código do veículo ou placa.
- b) Unidade Administrativa ou Unidade Regional onde o veículo está cadastrado.
- c) Nome do motorista que está conduzindo o veículo no momento e monitora.
- d) Status em tempo real da ignição: desligada/ligada.
- e) Status de atividade de operação: Em operação/Inativo.
- f) Status da localização: Sem posição.
- g) As informações sobre as posições dos veículos devem ser atualizadas periodicamente, no intervalo não superior a 30 (trinta) segundos, mediante a utilização do GPS - Sistema de Posicionamento Global.

4.21. Plataforma WEB

4.21.1. Sistema em Plataforma WEB deverá ser totalmente online, permitindo o acesso da SUPER e SEDUC Sede, a todas as informações necessárias à gestão da frota e das atividades.

4.21.2. A plataforma deverá disponibilizar para consulta via WEB os relatórios abaixo relacionados:

- a) Distância percorrida por motorista.
- b) Demonstração, através de *heat map*, dos horários e locais de utilização do(s) veículo(s), permitindo a individualização e/o agrupamento desses e a determinação de períodos, para fácil entendimento dos gestores.
- c) Ociosidade do veículo e também por motorista.
- d) Distância percorrida por faixa de horário por veículo e por motorista.
- e) Utilização dentro e fora dos dias úteis e finais de semana, devendo o sistema permitir inserir calendário dos feriados e pontos facultativos.
- f) Velocidade alcançada por distância percorrida.
- g) Velocidade máxima permitida violada.
- h) Relatório de pânico acionado.
- i) Relatório por eventos e alertas.
- j) Relatório comparativo entre a frota e entre motoristas.
- k) Automatizador de envio de Relatórios, Gráficos e Alertas via e-mail e SMS.
- l) Gerenciamento da frota que armazene dados e aplique filtros de visualização.

4.21.3. As consultas, históricos e relatórios deverão ser disponibilizados em tempo real, podendo ser exportados em formato JPEG, PDF e CSV, por todo o período da vigência do contrato.

4.21.4. Todas as informações geradas deverão ter cópia de segurança (backup), ficando armazenadas em servidores por período não inferior a 2 (dois) anos.

4.21.5. As informações coletadas devem ser acessíveis (disponibilizadas) por meio de chave de acesso (usuário e senha).

4.22. Central de Monitoramento e Data Center Profissional

4.22.1. A Contratada deverá prestar atendimento e suporte técnico à SEDUC quando necessário, na qual deverá disponibilizar meios de comunicação que incluam pelo menos telefone local e *WhatsApp*.

4.22.2. Todo o serviço de monitoramento deverá ser disponibilizado através de mapas digitais e o acesso ao sistema deverá ser protegido por senhas com níveis de serviços.

4.22.3. O acesso à base de dados, relatório, telas de operação e mapas do sistema deverá ser disponibilizado a mais de um posto de monitoramento ao mesmo tempo, sendo possível que um determinado veículo possa ser monitorado concomitantemente por mais de um operador, não podendo ter mesmo usuário em simultaneidade.

4.22.4. O Sistema de monitoramento deverá possuir uma auto verificação para detecção do funcionamento dos equipamentos de rastreamento.

4.22.5. O monitoramento será realizado 24 (vinte e quatro) horas por dia e 07 (sete) dias por semana, ininterruptamente até o final do contrato.

4.22.6. Os *softwares* dos sistemas, bancos de dados e *firewall* deverão estar instalados em Data Center profissional, que tenha redundância de operadoras de telecomunicações para garantia do acesso à internet e toda a segurança necessária a esta prestação de serviços.

4.23. Características gerais dos módulos rastreadores com seus respectivos componentes e acessórios:

4.23.1. O equipamento deverá possuir internamente um receptor de GPS, o qual fornece, a cada minuto, a data e hora UTC, com a latitude e longitude do veículo, de acordo com a programação estabelecida e transmitir para a central de controle a situação atual do veículo.

4.23.2. O equipamento deverá ser capaz de transmitir informações suficientes para que por intermédio do Software de Monitoramento, poderá através de comandos específicos, proceder da seguinte maneira:

4.23.3. Transmissão à central de controle da situação atual do veículo.

4.23.4. Transmissão à central de controle, caso algum sensor seja acionada.

4.23.5. Veículo parado e ligado.

4.23.6. Toda comunicação que for originada do veículo deve possibilitar a obtenção das informações de data, hora, localização (latitude e longitude), velocidade, status da ignição, estado das entradas.

4.23.7. O equipamento, a antena GPS e cabos elétricos e de sinais devem ser instalados no interior do veículo, protegidos do sol e da água.

4.23.8. A instalação deverá ser feita de forma a dificultar ao máximo o acesso de pessoa não autorizada. Esse processo deve prever um sistema de lacre, onde sua violação seja facilmente detectável.

4.23.9. A manutenção de equipamentos ou trocas, essa será realizada pela contratada. A assistência técnica dos equipamentos deverá ser prestada pela contratada.

4.23.10. Durante o uso do equipamento, aquele que apresentar vícios, defeitos ou incorreções, deverá ser reparado e corrigido, sem ônus para a SEDUC.

4.23.11. Finalmente, em caso de desfazimento de veículos, substituição ou aquisição de novos, deverá a contratada realizar a transferência do equipamento para o novo veículo sem custo adicional para a contratante.

4.24. Do Consórcio:

4.24.1. Tendo em vista que, é prerrogativa do Poder Público, na condição de contratante, a escolha da participação, ou não, de empresas constituídas sob a forma de consórcio, com as devidas justificativas, conforme se depreende da literalidade do texto da Lei Nº 14.133/21 e ainda o entendimento do Acórdão TCU nº 1316/2010, que atribui à Administração a prerrogativa de admissão de consórcios em licitações por ela promovidas:

4.24.2. Fica vedada a participação de empresas em consórcio, tendo em vista que o objeto a ser licitado não envolve questões de alta complexidade técnica, operacional ou econômica que impeça, isoladamente, a prestação do serviço de transporte escolar de passageiros, ao ponto de haver necessidade de parcelamento do objeto, através da união de esforços.

4.24.3. Acerca dos Consórcios esta SEDUC, informa que a conveniência de admitir a participação dos mesmos em procedimento licitatório é decisão meramente discricionária da Administração, art. 15, da Lei nº 14.133/2021.

4.24.4. Sobre o tema, Marçal Justen Filho (Comentários à lei de licitações e contratos administrativos, 12. ed., São Paulo: Dialética, p. 410) assevera:

O ato convocatório admitirá ou não a participação de empresas em consórcio. Trata-se de escolha discricionária da Administração Pública, o que evidentemente não significa autorização para decisões arbitrárias ou imotivadas.

4.24.5. E assim conclui:

Admitir ou negar a participação de consórcios é o resultado de um processo de avaliação do mercado em face do objeto a ser licitado e da ponderação dos riscos inerentes à atuação de uma pluralidade de sujeitos associados para a execução do objeto.

4.24.6. Dessa forma, não seria vantajoso para a Administração Pública contratar empresas em regime de consórcio, tendo em vista que estas empresas passariam a ter responsabilidade solidária no que concerne às obrigações trabalhistas e previdenciárias, o que traria riscos para a contratação, podendo gerar graves repercussões para o cumprimento do contrato celebrado com o Estado, caso tal empresa, de repente, tivesse os seus valores financeiros bloqueados pela Justiça, para fins de pagamento de dívidas.

4.24.7. A vedação quanto à participação de consórcio de empresas no presente procedimento licitatório não limitará a competitividade.

4.25. Da Participação de Sociedades Cooperativas

4.25.1. Para a presente contratação **não será admitido** a contratação de Sociedade Cooperativa, em função:

4.25.2. Da natureza do serviço demandar subordinação entre a cooperativa e os cooperados e os cooperados e a administração;

4.25.3. A execução do objeto não é gerida por gestão compartilhada, conforme estabelece o art. 10 da IN SEGES nº 5/2017;

4.25.4. Da impossibilidade da execução ser exclusiva de cooperados, vedando qualquer intermediação.

4.26. Da Garantia do Serviço

4.26.1. A Contratada deverá garantir o produto e os serviços executados, respondendo, nos ditames da Lei nº. 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e às demais legislações pertinentes, por quaisquer danos decorrentes da má execução dos serviços que não estiverem conformidade com o Termo de Referência.

4.26.2. Em caso de apresentação de falhas na execução dos serviços, os objetos que apresentarem problemas deverão ser retirados para correção no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas da comunicação que deverá ser realizado pelo setor competente quanto a controle e fiscalização dos serviços.

4.26.3. O prazo para substituição dos itens danificados, que estejam dentro do prazo de garantia, será de até 30 (trinta) dias.

4.26.4. Os serviços somente poderão ser executados por profissionais qualificados em condições e instalações técnicas adequadas, objetivando a realização dos serviços com eficiência e qualidade desejadas e com garantia.

4.27. Das vedações Expressas

4.27.1. É expressamente proibida, durante a execução dos serviços, a contratação de servidor ou dirigente de qualquer órgão do Governo do Estado.

4.27.2. É expressamente proibida, também, a veiculação de publicidade acerca dos serviços a que se refere este Contrato, salvo se houver prévia autorização da Contratante.

4.27.3. É vedada a subcontratação de outra empresa para realizar os serviços objeto deste Contrato.

4.27.4. Vedado considerar os trabalhadores da contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

4.27.5. Diante da particularidade do objeto, não se justifica a participação de empresas consorciadas.

4.28. Prazo de Assinatura do Contrato

4.28.1. O contrato deverá ser assinado, em até **03 (três) dias** úteis a \contar da convocação.

4.28.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração, na forma do art. 90, § 1º da Lei 14.133/2021.

4.29. Resolução nº924/2022/ CONTRAN

4.29.1. Em atenção à Resolução nº924/2022/ CONTRAN, que consolida normas sobre a utilização obrigatória de espelhos retrovisores, equipamentos do tipo câmera- monitor ou outro dispositivo equivalente, nos veículos destinados ao transporte coletivo de escolares, os veículos escolares deverão se adequar, nos termo da Resolução.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1. Condições De Execução

5.1.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.2. O contrato será fielmente executado pelas partes nos termos do art. 115 da Lei nº 14.133/2021.

5.1.3. O regime de execução do serviço se dará na modalidade de Empreitada por Preço Unitário conforme o subitem **1.4**.

5.1.4. Início da execução do objeto: 05 (cinco) dias da emissão da ordem de serviço;

5.2. Do local e horário de realização dos serviços

5.2.1. A prestação dos serviços ocorrerá nos dias e horários estipulados pela Secretaria de Estado de Educação, com o objetivo de atender as especificações da Planilha Detalhamento dos Trajetos (0055136342), detalhados na Croqui de trajetos atualizados (0055136631) e garantir a chegada dos estudantes nas unidades de ensino de acordo com o horário de início das aulas de cada turno, bem como, o transporte de retorno às suas residências ao término das aulas durante todos os dias letivos, de acordo com o Calendário Escolar de cada unidade de ensino, compreendendo sábados letivos, feriados letivos, tempos estendidos ou contra turnos, conforme a demanda da escola.

5.2.2. A contratada terá que está no local de partida dos alunos com 30 (trinta) minutos de antecedência do horário marcado, cumprindo, rigorosamente, as demais paradas do itinerário fornecido pela contratante.

5.3. Das condições do local onde os serviços serão executados

5.3.1. Os serviços deverão ser prestados, de acordo com as respectivas necessidades operacionais e especificidades pertinentes.

5.3.2. Os serviços deverão ser prestados no Município de Presidente Médici e região, objetivando o transporte escolar de alunos, com ou sem deficiência, de suas residências, ou no caso de impossibilidade de acesso, em local próximo, combinado como ponto de encontro, ou nas dependências das escolas da rede escolar estadual pertencente à Superintendência Regional de Educação de Ji-paraná, ou entidades conveniadas.

5.3.3. Serão incluídas atividades extracurriculares que poderão ser realizadas, também, durante os fins de semana e férias escolares, a critério da Secretaria de Estado da Educação.

5.4. Da metodologia e/ou procedimentos a ser utilizada na execução dos serviços

5.4.1. Os serviços, objeto desta solicitação, deverão ser executados de acordo com a seguinte metodologia:

5.4.2. Os serviços serão executados no município de **Presidente Médici** e regiões, com local determinado pela Secretaria Estadual de Educação – SEDUC;

5.4.3. O transporte deverá ser efetuado no sistema ponto a ponto, observando o percurso do Itinerário (trajeto) e, considerando os períodos de aulas da escola a ser atendida e o número de alunos a serem transportados;

5.4.4. A contratada deverá cumprir fielmente os prazos de execução de serviços constante nos anexos da presente solicitação, sob a pena de aplicação de penalidades ou rescisão do contrato;

5.4.5. A Empresa Contratada deverá nomear um responsável técnico pela execução do contrato, o qual ficará autorizado a representá-lo perante a Secretaria Estadual de Educação – SEDUC e a fiscalização deste em tudo o que disser respeito àquela;

5.4.6. A Superintendência Regional de Educação de Ji-Paraná deve realizar visitas “*in loco*” para verificar a efetividade da oferta do serviço de transporte escolar com instrumentais específicos pelos fiscais de contrato nomeados em Portaria. Os fiscais devem elaborar, encaminhar, orientar e acompanhar as planilhas de prestação de serviço, em conformidade com o Projeto Básico de transporte escolar na unidade de ensino.

5.4.7. A equipe gestora das unidades de ensino deve assinar, preencher com a relação de estudantes a planilha de controle diário do serviço prestado de cada rota/trajeto, entregar mensalmente aos motoristas e monitores, para que os mesmos façam a frequência dos estudantes, e encaminhar mensalmente para SEDUC-SUPERJIPGAB, informando quaisquer eventualidades como problemas nos veículos, falta de combustível, ausência de motoristas ou monitores, entre outros. Sendo estas planilhas que atestam os dias trabalhados de acordo com o Calendário Escolar Aprovado e, consequentemente, autorizam, junto com o Relatório do Fiscal, o pagamento do serviço prestado.

5.4.8. Toda documentação produzida relativa ao objeto desta solicitação será de propriedade exclusiva da Secretaria Estadual de Educação – SEDUC;

5.4.9. Documentos produzidos pelas contratadas deverão ser entregues à Secretaria Estadual de Educação – SEDUC por meios impressos e/ou virtuais, devidamente assinados/autenticados sem proteção de senha ou qualquer outro meio que restrinja o acesso e utilização dos dados textos, valores, fórmulas ou códigos de programação, nos prazos definidos cronograma a ser elaborado;

5.4.10. Quaisquer visitas, reuniões ou entrevistas junto às unidades dos órgãos diretamente interessados, deverão ser previamente agendadas;

5.4.11. A fiscalização do Contrato será exercida por representantes da Secretaria Estadual de Educação, designados por Portaria da Secretária Estadual de Educação – SEDUC, que será editado após a assinatura do futuro contrato a ser celebrado, aos quais competirá dirimir dúvidas que vier surgir na vigência do contrato;

5.4.12. A Superintendência Regional de Educação de Ji-Paraná deverá elaborar instrumentais específicos padrão para o acompanhamento do serviço de transporte escolar, afim de fiscalizar *in loco*, e os instrumentais de acompanhamento diário do serviço prestado pela empresa. A empresa deverá garantir o preenchimento desses instrumentais por seus funcionários (motoristas e/ou monitores), utilizando os modelos disponibilizados no Manual transcolar (0047638078);

- a) APÊNDICE A - REQUERIMENTO PARA A UTILIZAÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR;
- b) APÊNDICE B - TERMO DE DECLARAÇÃO DE UTILIZAÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR;
- c) APÊNDICE C - INSTRUMENTAL DE VISTORIA PARA TRANSPORTE ESCOLAR TERRESTRE;
- d) APÊNDICE F - PLANILHA DE CONTROLE DIÁRIO DO TRANSPORTE ESCOLAR TERRESTRE;
- e) APÊNDICE G - PLANILHA DE FREQUÊNCIA DOS MOTORISTAS E MONITORES;
- f) TRANSPORTE TERRESTRE (EMPRESA TERCEIRIZADA);
- g) APÊNDICE J - FORMULÁRIO DE DENÚNCIA (TRANSPORTE ESCOLAR RURAL);
- h) APÊNDICE K - QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR.

5.4.13. Os motoristas e monitores devem ir à escola diariamente nos horários de início e término da aula para apresentar a planilha de frequência dos estudantes e receber o visto do gestor escolar;

5.4.14. Os fiscais da Secretaria Estadual de Educação – SEDUC deverão receber os produtos tipificados conforme o serviço objeto desta.

5.4.15. O período de execução dos serviços compreenderá por 200 (duzentos) dias letivos e 10 (dez) dias para os trabalhos de recuperação e exames finais.

5.4.16. A Contratada deverá apresentar os custos fixos e variáveis na composição dos custos dos serviços.

5.4.17. A Contratada deverá apresentar planilha de custos de implantação, e garantias patrimoniais, para que a Secretaria Estadual de Educação – SEDUC, garanta o devido provimento.

5.4.18. A contratada deverá solucionar os problemas que porventura venham a surgir, relacionados com embarque e desembarque dos alunos e manter os seus profissionais, quando em serviço, devidamente identificados.

5.4.19. A Contratada deverá manter todo o pessoal, veículos e equipamento necessário para a prestação eficiente do serviço contratado, bem como pagamento de todos os custos diretos ou indiretos, relativos ao objeto deste inclusive materiais de uso e consumo para a prestação do serviço, bem como todos os impostos, seguros, indenizações e demais encargos ou quaisquer outros custos decorrentes ou que venham a ser devido em razão do objeto desta contratação, não cabendo a Secretaria Estadual de Educação – SEDUC quaisquer custos adicionais;

5.4.20. Qualquer impedimento que houver no decorrer desta contratação, deve a Contratada em caso de motivada ausência na prestação do serviço, responsabilizar-se pela substituição do motorista, monitor ou veículo necessário ao transporte;

5.4.21. Manter em condições de uso os veículos objeto da prestação do serviço, observando a mecânica, a lataria e acessórios, cuja avaliação será atestada periodicamente pela Secretaria Estadual de Educação – SEDUC e implicitamente anotado no alvará de prestação de serviço, inclusive quanto o eventual veículo substituto;

5.4.22. Ser responsável por todas as despesas inerentes aos trabalhos contratados, inclusive as de pagamento seguro contra acidentes de trabalho ou danos de qualquer espécie, aqui entendido, quaisquer envolvidos, devendo arcar e ressarcir os dispêndios como eventuais indenizações, em caso de ações judiciais; ficando a critério da mesma, segurar em companhia comprovadamente idônea, todos os transportados, com fulcro nos riscos que o objeto oferece, responsabilizando-se também por danos a terceiros;

5.4.23. Manter durante todo período de contratação, compatibilidade com as obrigações assumidas nas condições de habilitação e qualificação exigidas;

5.4.24. A Secretaria de Estado da Educação-SEDUC não se responsabilizará pela contratação dos motoristas e monitores, ficando todas as despesas com combustível, pagamento dos monitores e motoristas e todos os encargos decorrentes da referida contratação e/ou rescisão por conta da Contratada;

5.4.25. Revisar os veículos, diariamente;

5.4.26. A Contratada não poderá substituir motorista e/ou monitor indicados na assinatura do contrato, salvo os casos de força maior e mediante prévia concordância da Secretaria Estadual de Educação – SEDUC, apresentando para tal fim toda a documentação exigida em relação a tais profissionais,

5.4.27. A Secretaria de Estado da Educação-SEDUC não se responsabilizará pela contratação dos motoristas e monitores, ficando todas as despesas com combustível, pagamento dos monitores e motoristas e todos os encargos decorrentes da referida contratação e/ou rescisão por conta da Contratada;

5.4.28. A Contratada deverá conduzir educando até o portão da escola garantido que os mesmos adentrem no estabelecimento educacional;

5.4.29. A Contratada deverá apresentar um livro ATA de registro de transporte escolar por veículo a ser preenchido pelo monitor;

5.4.30. A Contratada deverá apresentar a listagem de alunos usuários anexadas dentro do veículo.

6. MODELO DE GESTÃO DE CONTRATOS

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato quanto a fase de elaboração de projetos e execução da obra/adaptação, o cronograma de execução poderá ser prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6. Preposto

6.6.1. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.6.2. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

6.7. Fiscalização

6.7.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo (s) fiscal (is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

6.8. Fiscalização Técnica

6.8.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e art. 23, II do Dec. Estadual nº 28.874/2028).

6.8.2. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 28.874/2024, art. 23, III);

6.8.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 28.874/2024, art. 23, III);

6.8.4. O fiscal técnico do contrato comunicará imediatamente ao gestor do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas estabelecidas; (Decreto Estadual nº 28.874/2024, art. 23, V);

6.8.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto Estadual nº 28.874/2024, art. 23, V).

6.8.6. Durante a execução do objeto, fase do recebimento provisório, o fiscal técnico designado deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

6.8.7. O fiscal técnico do contrato deverá apresentar ao preposto da contratada a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

6.8.8. O preposto deverá apor assinatura no documento, tomando ciência da avaliação realizada.

6.8.9. A contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

6.8.10. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à contratada de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

6.8.11. É vedada a atribuição à contratada da avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços por ela realizada.

6.8.12. O fiscal técnico poderá realizar a avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

6.8.13. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos na Lei n. 14.133/2021. (IN05/17 - art. 62)

6.8.14. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada destes, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso. (art. 47, §2º, IN 05/2017)

6.8.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.8.16. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

6.8.17. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

6.7. Fiscalização Administrativa

6.7.1. O fiscal administrativo do contrato certificar-se de que a contratada mantém, durante toda execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e/ou na contratação, solicitando os documentos necessários a esta constatação, com especial atenção para a regularidade trabalhista e previdenciária nos casos de obras e serviços com dedicação exclusiva (ou predominante) de mão de obra; (Decreto Estadual nº 28.874/2024, art. 24, II).

6.7.2. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução de eventuais problemas relacionados ao descumprimento das obrigações contratuais e reportar ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;; (Decreto Estadual nº 28.874/2024, art. 24, IV).

6.7.3. A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.

6.7.4. Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações:

6.7.5. No caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT):

6.7.6. no primeiro mês da prestação dos serviços, a contratada deverá apresentar a seguinte documentação:

6.7.7. relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

6.7.8. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela contratada;

6.7.9. exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços; e

6.7.10. entrega até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços ao setor responsável pela fiscalização do contrato dos seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade destes no Sistema de Cadastro de Fornecedores (Sicaf):

6.7.11. Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);

6.7.12. certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado;

6.7.13. Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e

6.7.14. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

6.7.15. entrega, quando solicitado pelo Contratante, de quaisquer dos seguintes documentos:

6.7.16. extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da Administração contratante;

6.7.17. cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador a parte contratante;

6.7.18. cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;

6.7.19. comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado; e

6.7.20. comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato.

6.7.21. entrega de cópia da documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo definido no contrato:

6.7.22. termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;

6.7.23. guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;

6.7.24. extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;

6.7.25. exames médicos demissionais dos empregados dispensados.

6.7.26. Sempre que houver admissão de novos empregados pela contratada, os documentos elencados no item 6.33.1.1 acima deverão ser apresentados.

6.7.27. A Administração deverá analisar a documentação solicitada no item 6.33.1.4 acima no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente.

6.7.28. A cada período de 12 meses de vigência do contrato de trabalho, a contratada deverá encaminhar termo de quitação anual das obrigações trabalhistas, na forma do art. 507-B da CLT, ou comprovar a adoção de providências voltadas à sua obtenção, relativamente aos empregados alocados, em dedicação exclusiva, na prestação de serviços contratados.

6.7.29. O termo de quitação anual efetivado deverá ser firmado junto ao respectivo Sindicato dos Empregados e obedecerá ao disposto no art. 507-B, parágrafo único, da CLT.

6.7.30. Para fins de comprovação da adoção das providências a que se refere o presente item, será aceito qualquer meio de prova, tais como: recibo de convocação, declaração de negativa de negociação, ata de negociação, dentre outros.

6.7.31. Não haverá pagamento adicional pela Contratante à Contratada em razão do cumprimento das obrigações previstas neste item.

6.7.32. No caso de sociedades diversas, tais como as Organizações Sociais Cíveis de Interesse Público (Oscip's) e as Organizações Sociais, será exigida a comprovação de atendimento a eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as respectivas organizações.

6.7.33. Os documentos necessários à comprovação do cumprimento das obrigações sociais trabalhistas poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração.

6.7.34. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficiar à Receita Federal do Brasil (RFB).

6.7.35. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficiar ao Ministério do Trabalho.

6.7.36. O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pelo contratado poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.

6.7.37. A Administração contratante poderá conceder um prazo para que a contratada regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade da empresa de corrigir.

6.7.38. Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, a CONTRATANTE comunicará o fato à CONTRATADA e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

6.7.39. Não havendo quitação das obrigações por parte da Contratada no prazo de quinze dias, a Contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.

6.7.40. O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pela Contratante para acompanhar o pagamento das verbas mencionadas.

6.7.41. Tais pagamentos não configuram vínculo empregatício ou implicam a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre a contratante e os empregados da Contratada.

6.7.42. O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pela Contratada, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.

6.7.43. A Contratada é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

6.7.44. A inadimplência da Contratada, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.

6.7.46. A fiscalização administrativa observará, ainda, as diretrizes relacionadas no item 10 do Anexo VIII-B da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, cuja incidência se admite por força da Instrução Normativa Seges/Me nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

6.7.47. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.

6.8. Fiscalização Setorial

6.8.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, caberá ao fiscal setorial do contrato e nos seus impedimentos legais, ao seu substituto, exercer as atribuições de que trata a fiscalização Técnica e Administrativa, retro descritas.

6.9. Gestor do Contrato

6.9.1. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.9.2. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.9.3. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.9.4. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor competente para tal, conforme o caso (Decreto Estadual nº 28.874/2024 art. 20, XV).

6.9.5. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto Estadual nº 28.874/2024 art. 20, XIV).

6.9.6. receber as notas fiscais atestadas pelo(s) fiscal(is) do contrato e encaminhá-las para o setor responsável pelo pagamento, após conferência dos respectivos documentos (Decreto Estadual nº 28.874/2024 art. 20, IX).

6.10. Conta-Depósito Vinculada

6.10.1. Na presente contratação, a conta-depósito vinculada é isenta de tarifas bancárias.

6.10.2. O futuro contratado deve autorizar a Administração contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

6.10.3. Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

6.10.4. O contratado autorizará o provisionamento de valores para o pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores alocados à execução do contrato, bem como de suas repercussões trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, que serão depositados pelo contratante em conta-depósito vinculada específica, em nome do prestador dos serviços, bloqueada para movimentação, e que somente serão liberados para o pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores, nas condições estabelecidas no item 1.5 do anexo VII-B da IN SEGES/MP n. 05/2017.

6.10.5. O montante dos depósitos da conta vinculada, conforme item 2 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017 será igual ao somatório dos valores das provisões a seguir discriminadas, incidentes sobre a remuneração, cuja movimentação dependerá de autorização do órgão ou entidade promotora da contratação e será feita exclusivamente para o pagamento das respectivas obrigações:

6.10.6. 13º (décimo terceiro) salário;

6.10.7. Férias e um terço constitucional de férias;

6.10.8. Multa sobre o FGTS e contribuição social para as rescisões sem justa causa; e

6.10.9. Encargos sobre férias e 13º (décimo terceiro) salário.

6.10.10. Os percentuais de provisionamento e a forma de cálculo serão aqueles indicados no Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017.

6.10.11. O saldo da conta-depósito será remunerado pelo índice de correção da poupança pro rata die, conforme definido em Termo de Cooperação Técnica firmado entre o promotor desta contratação e instituição financeira. Eventual alteração da forma de correção implicará a revisão do Termo de Cooperação Técnica.

6.10.12. Os valores referentes às provisões mencionadas neste edital Termo de Referência que sejam retidos por meio da conta-depósito deixarão de compor o valor mensal a ser pago diretamente à empresa que vier a prestar os serviços.

6.10.13. O contratado poderá solicitar a autorização do órgão ou entidade contratante para utilizar os valores da conta-depósito para o pagamento dos encargos trabalhistas previstos nos subitens acima ou de eventuais indenizações trabalhistas aos empregados, decorrentes de situações ocorridas durante a vigência do contrato.

6.10.14. Na situação do subitem acima, a empresa deverá apresentar os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento. Somente após a confirmação da ocorrência da situação pela Administração, será expedida a autorização para a movimentação dos recursos creditados na conta-depósito vinculada, que será encaminhada à Instituição Financeira no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela empresa.

6.10.15. A autorização de movimentação deverá especificar que se destina exclusivamente para o pagamento dos encargos trabalhistas ou de eventual indenização trabalhista aos trabalhadores favorecidos.

6.10.16. O contratado deverá apresentar ao contratante, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da movimentação, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas.

6.10.17. O saldo remanescente dos recursos depositados na conta-depósito será liberado à respectiva titular no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, quando couber, e após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado, conforme item 15 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 05/2017.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.1.1. não produzir os resultados acordados,

7.1.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou,

7.1.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.2. Do Recebimento

7.2.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de até 5 (cinco) dias, pelos fiscais técnico, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 e Arts. 23, X e Art. 24, VII do Decreto Estadual nº 28.874, de 2024).

7.2.2. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.2.3. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 23, X, Decreto Estadual nº 28.874, de 2024).

7.2.4. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 24, VII, Decreto Estadual nº 28.874, de 2024).

7.2.5. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.2.6. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal:

7.2.6.1. o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.2.6.2. o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, fiscais, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.

7.2.7. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.2.8. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.2.9. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

7.2.10. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os serviços.

7.2.11. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.2.12. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.2.13. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de até 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

- 7.2.14.** Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;
- 7.2.15.** Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;
- 7.2.16.** Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.
- 7.2.17.** Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.
- 7.2.18.** No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 7.2.19.** Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.
- 7.2.20.** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.3. Liquidação

- 7.3.1.** Recebida e conferida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente e realizado o devido ateste do cumprimento do objeto será encaminhado para fins de liquidação, na forma do inciso I, art. 188 do Decreto Estadual nº 28.874/2024.
- 7.3.2.** O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 7.3.3.** Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- 7.3.3.1.** o prazo de validade;
- 7.3.3.2.** a data da emissão;
- 7.3.3.3.** os dados do contrato e do órgão contratante;
- 7.3.3.4.** o período respectivo de execução do contrato;
- 7.3.3.5.** o valor a pagar; e,
- 7.3.3.6.** eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 7.3.4.** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;
- 7.3.5.** A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133/2021](#).
- 7.3.6.** A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:
- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
- 7.3.7.** Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
- 7.3.8.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 7.3.9.** Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
- 7.3.10.** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

7.4. Prazo de Pagamento

- 7.4.1.** O pagamento decorrente de contratações públicas será feito após a habilitação para pagamento, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, em conformidade com o art. 190, do Decreto Estadual 28.874/2024.
- 9.4.2.** No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.
- 9.4.3.** Ocorrendo atraso no pagamento em que o Fornecedor não tenha de alguma forma concorrido para a mora, os valores devidos ao Fornecedor serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice de correção monetária. Os encargos moratórios pelo atraso no pagamento serão calculados pela seguinte fórmula:
- $$EM = N \times Vp \times (I / 365)$$
- Onde: EM = Encargos moratórios a serem pagos pelo atraso de pagamento;
- N = Números de dias em atraso, contados da data limite fixada para pagamento e a data do efetivo pagamento;
- Vp = Valor da parcela em atraso;
- I = IPCA anual acumulado (Índice de Preços ao Consumidor Ampliado do IBGE)/100.

7.5. Forma de Pagamento

- 7.5.1.** O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 7.5.2.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 7.5.3.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 7.5.3.1.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 7.5.4.** O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial (certificado digital), de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.6. Cessão de Crédito

- 7.6.1.** É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.
- 7.6.2.** As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.
- 7.6.3.** A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.6.4. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, tudo nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.6.5. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.6.7. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E REGIME DE EXECUÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'h', da Lei n. 14.133/2021).

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade pregão, sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento **MENOR PREÇO POR LOTE**, para os fins de seleção da proposta apta gerar o resultado da contratação mais vantajosa para a Administração Pública, desde que atendidas às especificações constantes deste termo, com fulcro no art. 6º, inciso XLI, da Lei 14.133/21:

8.2. Regime de Execução

8.2.1. A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Unitário.

8.3. Exigências de habilitação

8.3.1. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>);

d) Cadastro de Fornecedor Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual - CAGEFIMP emitido pela Controladoria Geral do Estado.

e) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme art. 62, inciso IV, da Lei n. 14.133/2021

8.3.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa interessada e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.3.3. Caso conste na Consulta de Situação do interessado a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.3.4. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.3.5. O interessado será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

8.3.6. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do interessado será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.3.7. É dever do interessado manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

8.3.8. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.3.9. Se o interessado for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.3.10. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.3.11. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos: que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

8.3.12. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

8.4. Habilitação jurídica

8.4.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.4.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <http://www.portaldoempreendedor.gov.br/>;

8.4.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

8.4.4. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

8.4.5. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

8.4.6. No caso de agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP- P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pelo Ministério do Desenvolvimento Social, conforme Decreto nº 11.802, de 28/11/2023.

8.4.7. No caso de produtor rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 2110, de 2022.

8.4.8. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização, e se for o caso, ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

8.4.9. Os documentos acima deverão estar acompanhados da última alteração ou da consolidação respectiva.

8.5. Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.5.1. Comprovação de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

8.5.2. Comprovação de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.5.3. Prova de regularidade perante a Fazenda federal;

8.5.4. Prova de regularidade Estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

8.5.5. Certidão de Regularidade do FGTS, relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

8.5.6. Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão de Regularidade de Débito – CNDT, para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento.

8.5.7. Declaração de cumprimento do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

8.6. Qualificação Econômico-Financeira

8.6.1. Certidão Negativa de feitos sobre falência – Lei nº. 11.101/05, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, expedida nos últimos **90 (noventa)** dias caso não conste o prazo de validade - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#);

8.6.1.1. As empresas em recuperação judicial, poderão participar da licitação, desde que apresentado o seu plano de recuperação judicial homologado pelo juízo, conforme determina o art. 58, da Lei nº 11.101/2005.

8.6.2. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, ou o Balanço de Abertura, caso a licitante tenha sido constituída em menos de um ano, devidamente autenticado ou registrado no órgão competente, para que o(a) pregoeiro(a) possa aferir se esta possui Patrimônio Líquido (licitantes constituídos há mais de um ano) ou Capital Social (licitantes constituídos há menos de um ano), de 10% (dez por cento) do valor estimado do item/ lote que o licitante estiver participando.

a). No caso do licitante classificado em mais de um item/lote, o aferimento do cumprimento da disposição acima levará em consideração a soma de todos os valores referências;

b). Caso seja constatada a insuficiência de patrimônio líquido ou capital social para a integralidade dos itens/lotos em que o licitante estiver classificado, o Pregoeiro o convocará para que decida sobre a desistência do(s) item(ns)/lote(s) até o devido enquadramento a regra acima disposta;

c) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

d) O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º).

8.6.3. As regras descritas nos incisos “a” e “b”, deverão ser observadas em caso de ulterior classificação de licitante que já se consagrou classificado em outro item(ns)/lote(s).

8.6.4 Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido nos arts. 1.065 e 1.078 do Código Civil.

8.6.5. Na hipótese de apresentação de Certidão Positiva de recuperação judicial, o (a) Pregoeiro verificará se a licitante teve seu plano de recuperação judicial homologado pelo juízo, conforme determina o art.58 da Lei 11.101/2005.

8.6.6. Eventuais contratos com a Administração Pública e /ou iniciativa privada, vigentes na data da apresentação da proposta, não constituem fato impeditivo para a execução do contrato, objeto deste Termo de Referência.

8.6.7. A exigência de qualificação econômico-financeira encartada acima é usual de mercado e estão em harmonia com o que prevê o art. 69 da Lei 14.133/21 sendo necessário, para garantir que a (s) vencedora (as) detenha (am) condições econômicas para executar o futuro contrato.

8.7. Qualificação Técnica

8.7.1. Declaração de que o interessado tomou conhecimento de todas as informações para o cumprimento das obrigações objeto da contratação;

8.7.2. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.8. Qualificação Técnico-Operacional

8.8.1. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido (s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.8.2. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

1) Comprovação de que executou contrato de prestação de serviços de transporte escolar, com fornecimento de mão de obra, compatível em característica por ser esta a parcela de maior relevância do serviço;

1.1.) Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

1.2.) Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5, de 2017;

2) Atestado demonstrando aptidão da empresa licitante, executado no mínimo 50% (cinquenta por cento), da quantidade de quilômetros do total diário previsto, no item **2.2.** e descrito na 8ª coluna (TRAJETO KM/DIÁRIO), deste Termo de Referência.

8.8.2.1. Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa interessada.

8.8.2.2. O interessado disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

8.8.2.3. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

8.8.3. Declaração de que o interessado possui ou instalará escritório em local (cidade/município) previamente definido pela Administração, a ser comprovado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contado a partir da vigência do contrato, quando for o caso.

8.8.4. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

8.8.5. A apresentação de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitido, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

8.8.6. Para a presente contratação, serão exigidos a **cópia** dos seguintes documento

8.8.6.1. Da Relação explícita ou declaração de que dispõe de instalações, aparelhamento e pessoal técnico adequado para a execução dos serviços.

8.8.7. Da Justificativa da Exigências

a) Quanto as exigências quanta à qualificação técnica - No caso da presente contratação, que tem como objeto a Contratação de empresa especializada na prestação de serviços contínuos de transporte escolar para atender as necessidade dos alunos matriculados na rede estadual de educação, residentes na zona rural, com fornecimento de veículos tipo ônibus, incluindo o abastecimento, rastreamento, monitoramento, manutenção, motoristas e monitores em toda a frota contratada, para executar o serviço por quilometragem percorrida KM/MÊS, referente aos 200 (duzentos) dias Letivos e 10 (dez) dias destinados as Provas de Recuperação e Exames Finais, totalizando 210 (duzentos e dez) dias contratados, executáveis no período de 12 meses, no município de **Presidente Médici** - RO e regiões, a comprovação da capacidade técnica das empresas é de fundamental importância. Isso porque os serviços de transporte escolar envolvem o transporte de um grande número de pessoas (alunos e professores), o que exige por parte da empresa contratada a comprovação de sua capacidade técnica.

Por fim as exigências visam principalmente, a seleção da proposta que melhor atenda aos interesses da Administração, sendo que a falta de expertise de uma determinada licitante que se sagre a vencedora da licitação pode levar à inexecuibilidade da sua proposta. Afinal, não estamos lidando aqui apenas com as exigências para a habilitação, mas com a própria aferição da capacidade técnica das licitantes e, por conseguinte, da exequibilidade de suas propostas.

b) Quanto a exigência relativa à qualificação econômico-financeira, recai sobre a possibilidade da Administração Pública poder aferir as condições econômicas das proponentes, na tentativa de resguardar o cumprimento do contrato, em outras palavras, buscam prevenir a participação de empresas aventureiras, que sem responsabilidade ou respaldo financeiro, possam participar e vencer o certame e, durante a execução da obrigação contratada, não possuam capacidade para concluir o objeto da obrigação.

9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 9.1. O valor da contratação, é de R\$ 11.809.924,35 (onze milhões, oitocentos e nove mil, novecentos e vinte e quatro reais e trinta e cinco centavos) conforme Planilha de custos e formação de preços (0057362335).
- 9.2. A estimativa de preços unitários e global que balizará a seleção proposta mais vantajosa, por ocasião do certame licitatório, encontra-se definido no Planilha de custos e formação de preços (0057362335), elaborada pela SEDUC-GCS, em atendimento a competência designativa, cujo montante é da ordem de R\$ 11.809.924,35 (onze milhões, oitocentos e nove mil, novecentos e vinte e quatro reais e trinta e cinco centavos).

10. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VII)

- 10.1. Os recursos necessários à execução, correrão por conta da dotação orçamentária consignada no orçamento da Secretaria de Estado da Educação – SEDUC, os gastos previstos encontram se dentro do PLANO PLURIANUAL (PPA) 2023/2024, recursos não vinculados de impostos, conforme Informação Orçamentária 954 SEDUC-GEO (0055216648).

Função Programática	Natureza da Despesa	Fonte
12.361.2156.4037- Combater o Abandono Escolar no Ensino Fundamental	33.90.39 - 93 - Transporte Escolar de Alunos	1.500.0.01001 - Recursos não vinculados de impostos (Ensino)
12.362.2157.4042- Combater o Abandono Escolar no Ensino Médio	33.90.39 - 93 - Transporte Escolar de Alunos	1.500.0.01001 - Recursos não vinculados de impostos (Ensino)

11. DO JULGAMENTO DA PROPOSTA

- 11.1. Para julgamento das propostas será adotado o critério de **MENOR PREÇO POR LOTE**, observado as especificações técnicas, os parâmetros mínimos de desempenho e de qualidade e as demais condições definidas neste Termo de Referência, estabelecido no ato convocatório designada para a prática do ato.
- 11.2. Para a formação do preço, o interessado levará em consideração o piso da categoria profissional e os direitos previstos nos Dissídios, Convenções Coletivas e ou Acordos Coletivos , bem como os encargos sociais e tributários deverão estar de acordo com a alíquota vigente na legislação.
- 11.3. A proposta deve ser impressa em papel timbrado da empresa, em uma via, sendo assinada pelo representante legal da empresa, sem emendas, acréscimos, borrões, rasuras, ressalvas, entrelinhas ou omissões, que acarretem lesão ao direito das demais contratadas, prejuízo à administração pública ou impeçam exata compreensão de seu conteúdo, nela deverá conter:
- a) Valor unitário mensal;
- b) Valor global para a execução dos serviços por 210 (duzentos e dez) dias;
- c) Planilha demonstrativa de composição de preços, com previsão de custo total mensal.
- 11.4. Nos preços propostos deverão estar inclusos todas as despesas com as manutenções preditivas, preventivas e corretivas dos ônibus, seguros, encargos sociais, impostos e taxas, transportes, reserva técnica, despesas administrativas, os custos mensais inerentes à mão de obra do piloto (a) e monitor, bem como os insumos de materiais, inclusive combustível, equipamentos, depreciação dos ônibus e sua manutenção/repares/recuperação, demais insumos necessários à sua composição. Este insumo de manutenção/repares/recuperação tem por objetivo custear os valores para manter os ônibus nas condições contratadas, peculiaridades estas que podem gerar danos, desgastes, prejuízos e mau funcionamento dos ônibus no decorrer do contrato.
- 11.5. Validade da Proposta mínima de 90 (noventa) dias corridos, a partir de seu recebimento pela Administração.
- 11.6. Apresentar junto com a proposta de preços **DECLARAÇÃO informando o enquadramento sindical da empresa, a atividade econômica preponderante e a justificativa para adoção do instrumento coletivo do trabalho em que se baseia sua proposta.**
- 11.7. **Fica ressalvada a responsabilização da empresa** licitante nas situações de ocorrência de erro no enquadramento sindical, ou fraude pela utilização de instrumento coletivo incompatível com o enquadramento sindical declarado ou no qual a empresa não tenha sido representada por órgão de classe de sua categoria, que daí tenha resultado vantagem indevida na fase de julgamento das propostas, sujeitando a contratada às sanções previstas no art. 56, incisos III e IV, da Lei 14.133/2021.

12. CONDIÇÕES CONTRATUAIS

- 12.1. A formalização da contratação se dará através de Contrato Administrativo, conforme disposto nos artigos 89 e seguintes da Lei nº. 14.133/21.
- 12.2. **Para assinatura do Contrato, a empresa vencedora do certame deverá apresentar a seguinte documentação, para os itens os quais for declarada vencedora:**
- 12.2.1. Após homologação do certame licitatório a (s) empresa (s) vencedora (s), a (s) mesma (s) será (ão) formalmente convocada pela Comissão portariada pelo Ordenador de Despesas da SEDUC/RO, ocasião em que a (s) mesma (s) será (ão) informada (s) a data e local para apresentar os veículos destinados à execução dos serviços para vistoria prévia, **no prazo de 15 (quinze) dias corridos.**
- 12.2.1.1. No ato de apresentação dos veículos para vistoria técnica, a comissão avaliadora nomeada pela Administração Estadual, avaliará:
- a) As condições do objeto ofertado;
- b) Vínculo de propriedade ou posse;
- c) Certificado de Aferição de Tacógrafo expedido pelo órgão competente (Instrução de Serviço nº 001/2017/DTO/DETRAN/RO);
- d) A locação ficará condicionada aos veículos com idade máxima de 15 (quinze) anos para os Ônibus;
- e) Os veículos deverão estar em perfeitas condições de uso e manutenção adequada, com todos os dispositivos de segurança exigidos pela legislação pertinente (Resolução nº 14/1998 do CONTRAN, Resolução 504/2014/DENATRAN/CONTRAN e Resolução nº 009/2016/CONSELHODIRETOR/DETRAN-RO) e de acordo com o art. 136 e 137 do CTB – Código Nacional de Trânsito – Lei nº 9503, de 23.09.97 e o manual do DETRAN - Departamento Estadual de Trânsito de Rondônia. O ônibus utilizado para o transporte Escolar deve ter inspeção aprovada pelo DETRAN/RO/CIRETRAN/RO, em cumprimento a Legislação Estadual;
- f) Documento dos motoristas (CNH compatível com a categoria), incluindo a Certidão Negativa do Registro de Distribuição Criminal, conforme exige o art. 329 do CTB.
- g) Documentos dos Motoristas e do Monitor.
- h) Documentação de todos os veículos que irão executar o serviço, bem como do ônibus reserva;
- 12.2.1.2. Será elaborado relatório circunstanciado, registrando-se as condições operacionais do objeto contratual, o qual será anexo aos autos.
- 12.2.1.3. Na hipótese de reprovação dos veículos na primeira vistoria, a empresa terá o prazo máximo de 02 (dois) dias úteis para apresentação de veículo escoimados das causas da reprovação.
- 12.2.1.4. Após averiguação dos veículos (ônibus) disponibilizados pela empresa vencedora do certame licitatório, se constatado que os mesmos estão de acordo com as exigências legais, a Comissão Técnica responsável pela vistoria emitirá o pertinente “Laudo de Vistoria Técnica” e o disponibilizará à futura contratada, para que esta última apresente no ato da assinatura do contrato.
- 12.3. A Administração convocará regularmente o interessado para aceitar ou retirar o instrumento equivalente, **no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas**, contado da data da ciência ao chamamento, para no local indicado, firmar o instrumento de Contrato, nas condições estabelecidas no respectivo Termo de Referência, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 155, da Lei n. º 14.133/21.
- 12.4. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.
- 12.5. facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo e condições estabelecidos, convocar as empresas interessadas remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo obedecida a ordem de classificação e examinada a aceitabilidade da proposta

classificada quanto ao objeto, valor ofertado e habilitação, podendo inclusive negociar diretamente com o proponente para que seja obtido melhor preço, independentemente da cominação prevista no art. 90, incisos I e II, §4º, da Lei 14.133/21.

12.6. A recusa injustificada da empresa vencedora em assinar o documento de contratação, ou aceitar/retirar o instrumento equivalente dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas nos artigos 155 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

12.7. O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, com base no valor inicial atualizado do contrato, respeitando os limites do art. 125 da Lei nº 14.133/21.

12.6. É obrigação do contratado de manter, durante toda execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Termo.

12.7. O instrumento de contrato poderá ser substituído por outro instrumento hábil, como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compras ou ordem de execução de serviço, a critério da Administração, aplicando-se ao instrumento de contrato todas as disposições legais do contrato, conforme preconiza o art. 95 da Lei nº 14.133/2021.

12.8. Plano de Manutenção da Frota

12.8.1. A empresa contratada deverá apresentar um **Plano de Manutenção da Frota**, elaborado com base nos manuais dos fabricantes dos veículos que serão utilizados na prestação do serviço.

12.8.2. O plano deverá conter:

- **Cronograma de Manutenção:** com datas e/ou quilometragens previstas para as manutenções preventivas e corretivas.
- **Crítérios Técnicos:** procedimentos que serão adotados para garantir a manutenção adequada dos veículos.
- **Controles de Rastreabilidade:** registros das manutenções realizadas, incluindo data, tipo de serviço, peças substituídas e responsáveis técnicos.
- **Indicadores de Desempenho:** como a disponibilidade da frota, número de falhas e tempo médio de reparo.

12.8.3. A SEDUC/RO analisará o plano apresentado, podendo solicitar ajustes, acompanhar sua execução e exigir atualizações sempre que necessário. O não cumprimento desta exigência poderá acarretar sanções previstas no contrato, inclusive a suspensão da execução dos serviços até a regularização.

13. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

13.1. Efetuar o recebimento dos serviços verificando se os mesmos estão em conformidade com o Termo de Referência e as cláusulas contratuais.

13.2. Designar, como fiscais do contrato, servidores para executar operacionalmente as ações de acompanhamento físico, controle e fiscalização do contrato, desempenhando o papel de “Representante da Administração” aos termos do art. 177 da Lei nº 14.133/2021.

13.3. Realizar os atos relativos à cobrança do cumprimento pela Contratada das obrigações contratualmente assumidas e aplicar sanções, garantida a ampla defesa e o contraditório, decorrentes do descumprimento das obrigações contratuais.

13.4. Assegurar o acesso dos empregados da Contratada, quando devidamente identificados, aos locais onde irão executar suas atividades.

13.5. Prestar as informações necessárias ao desenvolvimento dos trabalhos.

13.6. Comunicar prontamente à Contratada, qualquer anormalidade no objeto do instrumento contratual, podendo recusar o recebimento, caso não esteja de acordo com as especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência.

13.7. Notificar previamente à Contratada, quando da aplicação de sanções administrativas.

13.8. Efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com o estabelecido no presente Termo de Referência.

13.9. Fornecer cópia do respectivo Termo de Referência aos responsáveis pela fiscalização e acompanhamento da execução dos serviços para assegurar o controle da qualidade dos serviços prestados, com comprovação de recebimento.

13.10. No início do contrato deve ser realizada inspeção pela contratada, juntamente com a contratante, da quantidade e estado de conservação dos equipamentos que serão postos à disposição da contratada, para que ao terminar o contrato sejam devolvidos em condições de uso.

13.11. Exercer a fiscalização dos serviços realizados pela CONTRATADA, emitindo, mensalmente, relatórios sobre a qualidade dos serviços prestados.

13.12. Exercer a fiscalização de modo a assegurar a execução do serviço contratado, verificando o cumprimento dos horários estabelecidos, utilização de uniformes, de equipamentos e EPIs dentre outros elementos necessários a fiel execução do contrato.

13.13. Solicitar a imediata retirada do local, bem como a substituição de funcionários da CONTRATADA que estiverem sem uniforme ou crachá ou que embarçarem ou dificultarem a fiscalização do contrato.

13.14. Executar, mensalmente, a medição dos serviços efetivamente prestados, descontando o equivalente aos não realizados, desde que, por motivos imputáveis à CONTRATADA, sem prejuízo das demais sanções disciplinadas no contrato.

13.15. Recusar os materiais e serviços que não estiverem de acordo com as especificações descritas neste Termo de Referência. A ocorrência de não conformidades implicará na não aceitação dos materiais e serviços, devendo a CONTRATADA adotar as medidas necessárias para a sua correção e/ou substituir por produto igual ou similar com anuência da CONTRATANTE, sem ônus para a mesma e sem prejuízo das sanções cabíveis.

13.16. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 20 (vinte) dias.

13.17. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (§4º, do art. 137, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.18. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso [do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

13.19. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

14. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA (art. 92, XIV, XVI e XVII)

14.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

14.2. Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato.

14.3. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

14.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

14.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir os ônibus, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo máximo de 4 (quatro) horas, nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

14.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o [Código de Defesa do Consumidor \(Lei nº 8.078, de 1990\)](#), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

14.7. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do [artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de](#)

2021:

14.8. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

14.9. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; 5) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual; e, 6) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

14.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e outras que convier a Administração para o estrito cumprimento de suas obrigações legais;

14.11. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

14.12. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

14.13. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

14.14. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

14.15. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

14.16. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

14.17. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para qualificação na contratação direta;

14.18. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116](#));

14.19. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único](#));

14.20. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

14.21. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

14.22. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

14.23. Garantir o acesso do contratante, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento;

14.24. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;

14.25. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

14.26. Disponibilizar ao contratante os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;

14.27. Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito na conta bancária de titularidade do trabalhador, em agência situada na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte da contratante. Em caso de impossibilidade de cumprimento desta disposição, a contratado deverá apresentar justificativa, a fim de que a Administração analise sua plausibilidade e possa verificar a realização do pagamento.

14.28. Autorizar o contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis;

14.29. Deverá ser efetuada a reposição da mão de obra nos Trajetos, por profissional com as mesmas qualificações mínimas descritas neste instrumento, em caráter imediato, em eventual ausência, **não sendo permitida a prorrogação da jornada de trabalho** (dobra).

14.30. Atender às solicitações do contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;

14.31. Prestar os serviços durante o ano letivo em curso previsto em contrato, conforme calendário escolar, informados pelas unidades escolares;

14.32. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o contratado relatar ao contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

14.33. Instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção das informações de seus interesses junto aos órgãos públicos, relativas ao contrato de trabalho e obrigações a ele inerentes, adotando, entre outras, as seguintes medidas:

14.34. Oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos de seus direitos sociais, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível.

14.35. Não se beneficiar da condição de optante pelo Simples Nacional, salvo quando se tratar das exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

14.36. Comunicar formalmente à Receita Federal a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, para fins de exclusão obrigatória do Simples Nacional, a contar do mês seguinte ao da contratação, conforme previsão do art. 17, XII, art. 30, §1º, II, e do art. 31, II, todos da Lei Complementar nº 123/2006, salvo quando se tratar das exceções previstas no § 5º-C do art. 18 do mesmo diploma legal;

14.37. Para efeito de comprovação da comunicação, a contratado deverá apresentar cópia do ofício enviado à Receita Federal do Brasil, com comprovante de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência da situação de vedação.

14.38. Nos casos em que haja um número mínimo de vinte e cinco colaboradores alocados no contrato, destinar 8% das vagas exclusivamente para mulheres vítimas de violência doméstica;

14.39. As vagas reservadas serão destinadas prioritariamente para pretas e pardas, na proporção que essas mulheres representarem na unidade da federação da prestação do serviço segundo o último censo do IBGE, que no presente caso corresponde a 30%.

14.40. Incluem-se entre as beneficiárias das vagas reservadas as mulheres trans, travestis e outras possibilidades do gênero feminino, conforme definido no art. 5º da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006.

14.41. Sempre que houver um desligamento, a contratada deverá buscar atender ao percentual mínimo de 8% com a nova contratação.

14.42. Se não houver mulheres elegíveis em número suficiente para preencher as vagas reservadas, a empresa poderá contratar livremente.

14.43. Para cálculo do percentual de vagas reservadas serão considerados todos os empregados alocados no contrato, incluindo folguistas e substitutos.

14.44. O percentual de mão-de-obra de que trata este item deverá ser mantido durante toda a execução contratual, ressalvado o subitem 9.1.37.

14.45. A contratada deve manter o sigilo da condição de violência doméstica da profissional que será alocada para a prestação do serviço.

14.46. Prestar os serviços durante o ano letivo em curso previsto em contrato, conforme calendário escolar, informados pelas unidades escolares.

14.47. Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente, nos dias e turnos estipulados pela Secretaria Estadual de Educação, bem como na necessidade do serviço em sábados letivos, caso a unidade escolar necessite dos serviços nesses dias, sendo a contratada, comunicada com antecedência de no mínimo 72 horas.

14.48. É expressamente proibido o motorista conduzir pessoas que não alunos, exceto se o aluno precisar de um acompanhante por problemas de saúde ou servidor da escola autorizado pela Secretaria Estadual de Educação, por escrito, desde que haja disponibilidade de assento no ônibus;

14.49. Ficando expressamente proibido o transporte de terceiros, o chamado "carona", nos ônibus destinadas ao Transporte Escolar.

14.50. Cumprir o horário de chegada de cada trajeto/rota na unidade escolar, preferencialmente 15 minutos antes do horário de início das atividades escolares.

14.51. Em caso de impedimento de circulação de quaisquer ônibus destinadas a execução do transporte em questão, seja por avarias de qualquer natureza, ou por necessidade de reparos, revisões, emplacements, realização de vistoria, e/ou outros serviços, responsabilizar-se pela substituição imediata do ônibus, por outro de nível igual ou superior, de modo a evitar atrasos e interrupções dos serviços do Transporte escolar, daquela ROTA.

14.52. Substituir imediatamente o ônibus que estiver prestando serviço, em caso de acidente ou qualquer tipo de defeito mecânico ou falta de manutenção, má conservação e irregularidades identificadas.

14.53. No retorno, não exceder a 15 minutos de espera por parte do aluno dentro da unidade escolar, salvo motivo de força maior ou exceções previamente acordadas entre as partes.

14.54. O motorista deverá estar devidamente habilitados na Categoria "D".

14.55. Cabe ao motorista não estar cumprindo pena de suspensão do direito de dirigir, cassação da Carteira Nacional de Habilitação (CNH), pena decorrente de crime de trânsito, bem como não estar impedido judicialmente de exercer seus direitos.

14.56. Deverá o motorista possuir certidão de distribuição criminal negativa para os crimes de homicídio, roubo, estupro e corrupção de menores, conforme determina o art. 329 do Código de Trânsito Brasileiro (CTB).

14.57. Treinar os condutores e monitores dos ônibus, ficando todos os encargos trabalhistas decorrentes da contratação e/ou rescisão por conta da Contratada.

14.58. A Contratada assumirá qualquer responsabilidade pelos encargos judiciais ou extrajudiciais decorrentes da execução dos serviços, que tiver dado causa (s) a terceiro (s).

14.59. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à administração, aos alunos e terceiros na execução dos serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade pela fiscalização e/ou acompanhamento da Secretaria Estadual de Educação.

14.60. Tratar com urbanidade os alunos, pais, servidores da escola e os agentes de fiscalização da Contratante.

14.61. A Proponente obriga-se ainda, em atendimento ao disposto na Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), a manter sigilo de todas as informações sobre os dados pessoais e dados pessoais sensíveis, repassados em decorrência da execução da contratação, sendo vedado o repasse dessas informações, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do objeto contratado.

14.62. Aproximar o ônibus de local adequado para embarque e desembarque, sendo recomendado o acesso principal da escola, garantindo a segurança e a integridade dos alunos atendidos pelo transporte escolar.

14.63. Os ônibus deverão ser utilizadas exclusivamente para o transporte escolar dos alunos, devendo as mesmas permanecer nas proximidades da unidade escolar durante todo o período de aula.

14.64. Manter o ônibus escolar, durante toda a vigência do contrato, em perfeito estado de conservação, fazendo as manutenções e higienização necessárias para não prejudicar o andamento das atividades da Contratante.

14.65. Recolher, guardar e, posteriormente, entregar qualquer objeto esquecido no ônibus escolar.

14.66. Orientar os alunos, coibindo comportamentos inadequados durante o percurso, mantendo-os sentados e evitando atitudes que possam afetar a concentração do condutor do ônibus e colocar terceiros em riscos desnecessários.

14.67. Manter um Livro de Ocorrências diárias com identificação do ônibus, condutor (motorista), horário de saída e chegada e eventual histórico de ocorrências, comunicando ao responsável da Secretaria Estadual de Educação qualquer situação/fato que ocorrer durante a Rota/Itinerário. Ao final do ano letivo, o livro deverá ser entregue à SEDUC.

14.68. Caberá à Contratada proceder a guarda dos ônibus após a execução de cada atividade.

14.69. Exigir que os condutores e monitores do ônibus escolar trajem-se adequadamente, fazendo uso do protetor solar, uniforme, crachá de identificação (foto recente) e fardamento, Rota/itinerário que trabalha e a empresa para qual foi contratado.

14.70. Assumir todas as responsabilidades do veículo (multas, impostos, taxas, etc.), fornecendo combustível de acordo com os dias letivos e dentro das normas apropriadas de abastecimento.

14.71. Manter os veículos limpos e higienizados diariamente.

14.72. Manobrar o ônibus somente com os alunos sentados e com os salva-vidas colocados.

14.73. A Contratada terá que arcar com todas as despesas com combustível, peças e demais referentes à manutenção dos ônibus, ocorrendo por conta da empresa durante a vigência do contrato;

14.74. O contratado não compartilhe os recursos humanos e materiais disponíveis de uma contratação para execução simultânea de outros contratos;

14.75. Registrar e controlar, juntamente com a Administração, diariamente, a frequência e a pontualidade de seu pessoal, bem como as ocorrências do posto em que estiver prestando seus serviços.

14.76. A contratada deverá aplicar boas práticas de sustentabilidade em atenção ao art. 170 da CRFB/88, art. 5º da Lei nº 14.133/2021, a Lei nº 12.187/2009 e o art. 6º da Instrução Normativa nº 1/2010 da SLTI/MPOG.

14.77. Deverá ser mantida a disponibilidade de efetivo dentro dos padrões desejados, para atender eventuais acréscimos solicitados pela Administração, bem como impedir que a mão de obra que cometer falta disciplinar, qualificada como de natureza grave, seja mantida ou retorne às instalações dela.

14.78. Comprovar a formação técnica específica da mão de obra oferecida, por meio de Certificado, atestado (s) expedidos por instituições devidamente habilitadas e reconhecidas.

14.79. Apresentar a Declaração de Não Utilização de Trabalho Degradante ou Forçado.

14.80. Apresentar a Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

14.81. Apresentar a Declaração de Fato Superveniente.

14.82. Apresentar a Declaração de ME/EPP.

14.83. Apresentar a Declaração de Ciência do Edital.

14.84. Apresentar a Declaração de Menor.

14.85. Apresentar a Declaração Independente de Proposta.

14.86. Apresentar a Declaração de Acessibilidade.

14.87. Apresentar a Declaração de Cota de Aprendizagem.

14.88. A reserva de 2% de vagas para mão-de-obra para apenados no regime semi-aberto (Decreto nº 25.783 de 1º de fevereiro de 2021).

14.89. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento) (art. 125, da Lei 14.133/2021) (arts. 142, 143, 144 e 145, Decreto Estadual Nº 28.874/24).

15. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- der causa à inexecução parcial do contrato;
- der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- der causa à inexecução total do contrato;
- ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

15.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

15.2.1. Multa: A aplicação da sanção prevista na alínea “b” observará os seguintes parâmetros:

- 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia útil sobre o valor da parcela em atraso do Contrato, em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia útil e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
- 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela em atraso do Contrato, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem anterior ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
- 0,5% (meio por cento) até 30% (trinta por cento) sobre o valor do Contrato ou do saldo não atendido do Contrato, em caso de inexecução total da obrigação assumida;
- 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do Contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e
- 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do Contrato por dia útil de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias úteis autorizará o CONTRATANTE a promover a rescisão do Contrato.
- As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.
- Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo Quadro Abaixo:

INFRAÇÃO			
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
Para os itens a seguir, deixar de:			
5	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
6	Substituir empregado alocado que não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
7	Cumprir quaisquer dos itens do Contrato e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
8	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no Contrato;	01	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
9	Conduzir os veículos até o destino final sem interrupção voluntária da viagem.	01	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
10	Tratar os passageiros com polidez	02	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
11	Manter em ordem e em funcionamento todos os itens de segurança dos veículos.	02	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
12	Conduzir o veículo com segurança e responsabilidade respeitando os limites de velocidade para prevenir acidentes ou situações de risco no trânsito.	03	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
13	Cumprir rigorosamente todas as rotas de itinerário.	02	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
14	Dar carona ou transportar pessoas alheias ao meio estudantil.	02	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
15	Cumprir integralmente as normas de trânsito vigentes e demais legislações correlatas ao serviço.	03	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato

16	Auxiliar os passageiros a ingressarem no veículo quando necessário.	01	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
17	Estar Identificado e usando fardamento.	01	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

- 15.3.** A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- 15.4.** Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- 15.4.1.** Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- 15.4.2.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- 15.4.3.** Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 15.5.** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 15.6.** Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):
- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - b) as peculiaridades do caso concreto;
 - c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - d) os danos que dela provierem para o Contratante;
 - e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 15.7.** Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos [na Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida [Lei \(art. 159\)](#).
- 15.8.** A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#))
- 15.9.** O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#))
- 15.10.** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).
- 15.11.** Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

16. DA APLICAÇÃO DA COTA RESERVADA

- 16.1.** Afastamos a possibilidade de reserva da cota prevista no Inciso XII Art. 42 do Decreto 28.874/2024, de 25 de janeiro de 2024, para os beneficiários da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, tendo em vista o seguinte:
- 16.1.1.** A aplicação da Cota Reservada, não pode ser adotada, por não haver previsão legal quando trata-se de serviços. De outro plano e devido a natureza dos serviços, é incompatível ser realizado por 02 (duas) empresas e isso poderia trazer sérios danos ao interesse público.

17. DA RESOLUÇÃO DE CONFLITOS

- 17.1.** Nesta contratação serão empregados meios alternativos para a resolução pacífica de conflitos, desde que as controvérsias não estejam relacionadas com direitos patrimoniais indisponíveis, considerando o Princípio da Indisponibilidade, na forma da Constituição Federal e do Capítulo XII da Lei Federal 14.133/21.
- 17.2.** Caso não seja possível a resolução pacífica, fica eleito o foro do Município de Porto Velho/RO, em renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

18. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

- 18.1.** Em caso de descumprimento de quaisquer das condições estabelecidas neste instrumento, a extinção do contrato, seja administrativa ou amigável, será efetuada de acordo com as disposições do art. 137 e seguintes da Lei nº 14.133/2021 e demais ordenamentos jurídicos, conforme estipulado nos itens 11.1 a 11.11.2. do Termo de Contrato.

19. ANEXOS

- ANEXO I-** Documento de Formalização de Demanda - DFD 53
- ANEXO II -** Planilha
- ANEXO III -**Manual transcolar
- ANEXO IV -** Portaria Portaria nº 2 de 07 de janeiro de 2025 - Caderno Técnico 2025
- ANEXO V -** Planilha Detalhamento dos Trajetos
- ANEXO VI -** Relação de alunos atualizadas
- ANEXO VII-** Croqui de trajetos atualizados
- ANEXO VIII-** Estudo Técnico Preliminar 272
- ANEXO IX-** Mapa de Risco 168
- ANEXO X-** Análise de Riscos 150 - MATRIZ
- ANEXO XI-** Minuta de Contrato
- ANEXO XII-** SAMS
- ANEXO XIII-** Planilha de Composição de Custo



Documento assinado eletronicamente por **Antonio Tabosa Neto, Gerente.**, em 14/05/2025, às 10:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ana Clara Vieira do Nascimento, Assessor(a)**, em 14/05/2025, às 10:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Adriana Marques Ramos, Coordenador(a)**, em 14/05/2025, às 13:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **DÉBORA LÚCIA RAPOSO DA SILVA, Secretário(a) Adjunto(a)**, em 15/05/2025, às 23:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0059869684** e o código CRC **5AB9A20D**.



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria de Estado da Educação - SEDUC

PLANILHA

ITEM	TRAJETO	DESCRIÇÃO DOS TRAJETOS	TURNO DE EXECUÇÃO	QUANTIDADE ESTIMADA DE ALUNOS POR TRAJETO	TRAJETO KM/DIÁRIO PAVIMENTADO	TRAJETO KM/DIÁRIO NÃO-PAVIMENTADO	TRAJETO KM/DIÁRIO ESTIMADO TOTAL	PERCENTUAL DE ESTRADA DE TERRA (%)	VEÍCULO ESPECIAL	DIAS CONTRATADOS (210 dias)
1	Trajetos 01 - Lote 01	MATUTINO - O Veículo sai às 5h50min (Ponto de referência: travessão da RO480), percorre 1.1km, entra à esquerda, percorre 2.8km, entra a direita, percorre 3.3km e retorna 3.3km, continua na mesma por 1.0km, continua em frente e percorre 4.0km e retorna 4.0km, entra a esquerda, percorre 4.3km, entra a esquerda, percorre 8.4km e retorna 8.4km até a Escola Emburana. as 11h30min, refaz o mesmo itinerário até o ponto de partida. Perfazendo um total de 81.2km. (sendo 81.2km não pavimentados) $1.1 + 2.8 + 3.3 + 3.3 + 1.0 + 4.0 + 4.0 + 4.3 + 8.4 + 8.4 = 40.6 \times 2 = 81.2\text{km}$	MATUTINO	34	0,00	81,20	81,20	100,0%	NÃO	210
2	Trajetos 02 - Lote 01	VESPERTINO - O Veículo sai às 11h30min (Ponto de referência: linha 136, Estrela de Rondônia), percorre 3.2km, entra a direita, percorre 1.3km e retorna 1.3km, entra à direita, percorre 8.2km continua em frente, percorre 2.9km e retorna 2.9km, entra à esquerda, percorre 3.7km, entra à esquerda, percorre 5.5km e retorna 5.5km, continua em frente, percorre 3.9km até a Escola Emburana. Perfazendo um total de 76.8km. (sendo 29.8km pavimentado e 47.0km não pavimentados) $3.2 + 1.3 + 1.3 + 8.2 + 2.9 + 2.9 + 3.7 + 5.5 + 5.5 + 3.9 = 38.4 \times 2 = 76.8\text{km}$	VESPERTINO	27	29,8	47,00	76,80	61,2%	NÃO	210
3	Trajetos 03 - Lote 01	MATUTINO - O Veículo sai às 6h00min (Ponto de referência: linha 136, Estrela de Rondônia), percorre 3.2km, entra a direita, percorre 0.5km e retorna 0.5km, entra à direita, percorre 8.2km continua em frente, percorre 2.9km e retorna 2.9km, entra à esquerda, percorre 3.7km, entra à esquerda, percorre 5.5km, entra a direita, percorre 3.9km e retorna 3.9km, entra a esquerda 5.5km, continua em frente, percorre 3.9km até a Escola Emburana. Perfazendo um total de 89.2km. (sendo 45.4km pavimentado e 43.8km não pavimentados) $3.2 + 0.5 + 0.5 + 8.2 + 2.9 + 2.9 + 3.7 + 5.5 + 3.9 + 3.9 + 5.5 + 3.9 = 44.6 \times 2 = 89.2\text{km}$	MATUTINO	21	45,40	43,80	89,20	49,1%	NÃO	210
4	Trajetos 04 - Lote 01	MATUTINO - Sai às 6h00min (Ponto de referência: linha 01), percorre 7.1km, entra a direita, percorre 3.2km, continua em frente e percorre 3.5km e retorna 3.5km, entra a direita, percorre 4.2km, entra a esquerda, percorre 2.4km, entra a direita, percorre 3.7km até a escola Emburana. Perfazendo um total de 55.2km diários. (sendo 55.2km não pavimentados). $7.1 + 3.2 + 3.5 + 3.5 + 4.2 + 2.4 + 3.7 = 27.6 \times 2 = 55.2\text{km}$	MATUTINO	19	0,00	55,20	55,20	100,0%	NÃO	210
5	Trajetos 05 - Lote 01	VESPERTINO - Sai às 11h30min (Ponto de referência: linha 01), percorre 7.1km, entra a direita, percorre 3.2km, continua em frente e percorre 4.1km e retorna 4.1km, entra a direita, percorre 4.2km, entra a esquerda, percorre 2.4km, entra a direita, percorre 3.8km até a escola Emburana. Perfazendo um total de 57.8km diários. (sendo 57.8km não pavimentados). $7.1 + 3.2 + 4.1 + 4.1 + 4.2 + 2.4 + 3.8 = 28.9 \times 2 = 57.8\text{km}$	VESPERTINO	12	0,00	57,80	57,80	100,0%	NÃO	210
6	Trajetos 06 - Lote 01	VESPERTINO - O veículo sai às 11h45min (Ponto de referência: Igreja Palavra de Cristo para o Brasil na Linha 114) percorre 3.3km, entra a esquerda, percorre 0.2km e retorna 0.2km, entra a esquerda, percorre 1.0km, continua enfrente, percorre 4.0km e retorna 4.0km, entra a esquerda, percorre 4.3km, entra a esquerda, percorre 7.8km e retorna 7.8km até Escola Emburana. Perfazendo um total de 65.2km. (sendo 65.2km não pavimentados). $3.3 + 0.2 + 0.2 + 1.0 + 4.0 + 4.0 + 4.3 + 7.8 + 7.8 = 32.6 \times 2 = 65.2\text{km}$	VESPERTINO	22	0,00	65,20	65,20	100,0%	NÃO	210
7	Trajetos 07 - Lote 01	MATUTINO - O Veículo sai às 6h00min (Ponto de referência: linha 114), percorre 2.3km, entra direita, percorre 1.4km e retorna 1.4km, entra a direita, percorre 9.1km, continua em frente, percorre 11.0km e retorna 11.0km, entra a direita, percorre 4.3km, entra a esquerda, percorre 3.0km até a Escola Dona Benta. Perfazendo um total de 87.0km. (sendo 87.0km não pavimentados) $2.3 + 1.4 + 1.4 + 9.1 + 11.0 + 11.0 + 4.3 + 3.0 = 43.5 \times 2 = 87.0\text{km}$	MATUTINO	23	0,00	87,00	87,00	100,0%	NÃO	210
8	Trajetos 08 - Lote 01	MATUTINO - Sai às 6h00min (Ponto de referência: linha 01), percorre 3.8km entra a esquerda, percorre 2.0km e retorna 2.0km, continua em frente e percorre 7.6km, faz curva a direita e percorre 5.2km, entra a direita percorre 2.6km, entra a direita, percorre 3.2km, entra esquerda, percorre 4.1km, entra a direita, percorre 0.8km até a escola Dona Benta. Perfazendo um total de 62.6km diários. (sendo 62.6km não pavimentados). $3.8 + 2.0 + 2.0 + 7.6 + 5.2 + 2.6 + 3.2 + 4.1 + 0.8 = 31.3 \times 2 = 62.6\text{km}$	MATUTINO	8	0,00	62,60	62,60	100,0%	NÃO	210
9	Trajetos 09 - Lote 01	VESPERTINO - Sai às 11h30min (Ponto de referência: linha 140), percorre 4.4km, faz curva a direita, percorre 7.6km, faz curva a direita, percorre 7.8km, entra a direita, percorre 3.2km, continua em frente, percorre 2.6km, entra a direita percorre 3.0km e retorna 3.0km, entra a direita, percorre 3.0km e retorna 3.0km, faz leve curva a esquerda, percorre 2.6km, entra a direita, percorre 4.9km até a escola Dona Benta. Perfazendo um total de 90.2km diários. (sendo 90.2km não pavimentados). $4.4 + 7.6 + 7.8 + 3.2 + 2.6 + 3.0 + 3.0 + 3.0 + 2.6 + 4.9 = 45.1 \times 2 = 90.2\text{km}$	VESPERTINO	19	0,00	90,20	90,20	100,0%	NÃO	210

10	Trajeto 10- Lote 01	VESPERTINO - Sai às 11h40min (Ponto de referência: linha 128), percorre 4.6km, curva a direita, percorre 2.3km e retorna 2.3km, entra a direita, percorre 4.5km, faz curva e entra a esquerda, percorre 1.1km, entra a direita, percorre 3.8km e retorna 3.8 km, entra a direita, percorre 4.1 e retorna 4.1km, continua em frente, percorre 1.1km, entra a esquerda, percorre 1.0km até a escola Dona Benta. Perfazendo um total de 65.4km diários. (sendo 65.4km não pavimentados). $4.6 + 2.3 + 2.3 + 4.5 + 1.1 + 3.8 + 3.8 + 4.1 + 4.1 + 1.1 + 1.0 = 32.7 \times 2 = 65.4\text{km}$	VESPERTINO	13	0,00	65,40	65,40	100,0%	NÃO	210
11	Trajeto 11 - Lote 01	MATUTINO - Sai às 6h15min (Ponto de referência: linha 106), percorre 8.3km, continua em frente, percorre 4.4km e retorna 4.4km, entra a esquerda, percorre 7.5km, entra a esquerda, percorre 3.0km até a escola Dona Benta. Perfazendo um total de 55.2km diários. (sendo 55.2km não pavimentados). $8.3 + 4.4 + 4.4 + 7.5 + 3.0 = 27.6 \times 2 = 55.2\text{km}$	MATUTINO	11	0,00	55,20	55,20	100,0%	NÃO	210
12	Trajeto 12 - Lote 01	MATUTINO - Sai às 6h00min (Ponto de referência: linha 109 próximo a ponte), percorre 6.5km entra a esquerda, percorre 4.1km, entra a esquerda, percorre 1.0km e retorna 1.0km, entra a esquerda, percorre 4.3km, entra a esquerda, percorre 19.6km até a escola Dona Benta. Perfazendo um total de 73.0km diários. (sendo 73.0km não pavimentados). $6.5 + 4.1 + 1.0 + 1.0 + 4.3 + 19.6 = 36.5 \times 2 = 73.0\text{km}$	MATUTINO	29	0,00	73,00	73,00	100,0%	NÃO	210
13	Trajeto 13 - Lote 01	VESPERTINO - Sai às 11h30min (Ponto de referência: linha 109 próximo a ponte), percorre 6.4km entra a esquerda, percorre 4.1km, entra a esquerda, percorre 5.4km e retorna 5.4km, entra a esquerda, percorre 4.3km, entra a esquerda, percorre 19.6km até a escola Dona Benta. Perfazendo um total de 90.4km diários. (sendo 90.4km não pavimentados). $6.4 + 4.1 + 5.4 + 5.4 + 4.3 + 19.6 = 45.2 \times 2 = 90.4\text{km}$	VESPERTINO	26	0,00	90,40	90,40	100,0%	NÃO	210
14	Trajeto 14 - Lote 01	VESPERTINO - Sai às 11h15min (Ponto de referência: linha 128), percorre 8.3km, continua em frente, percorre 2.9km e retorna 2.9km, entra a esquerda, percorre 2.8km, entra a direita, percorre 8.9km e retorna 8.9km, continua em frente, percorre 2.0km e retorna 2.0 km, entra a esquerda, percorre 4.3km, entra esquerda, percorre 3.0km até a escola Dona Benta. Perfazendo um total de 92.0km diários. (sendo 92.0km não pavimentados). $8.3 + 2.9 + 2.9 + 2.8 + 8.9 + 8.9 + 2.0 + 2.0 + 4.3 + 3.0 = 46.0 \times 2 = 92.0\text{km}$	VESPERTINO	16	0,00	92,00	92,00	100,0%	NÃO	210
15	Trajeto 15 - Lote 01	MATUTINO - Sai às 6h00min (Ponto de referência: linha 128), percorre 5.5km, entra a direita, percorre 4.1km, entra a direita, percorre 1.3km, faz cura a direita, percorre 1.1km, entra a direita, percorre 4.4km e retorna 4.4km, entra a direita, percorre 4.1km e retorna 4.1km, continua em frente, percorre 1.1km, entra esquerda, percorre 1.0km até a escola Dona Benta. Perfazendo um total de 62.2km diários. (sendo 62.2km não pavimentados). $5.5 + 4.1 + 1.3 + 1.1 + 4.4 + 4.4 + 4.1 + 4.1 + 1.1 + 1.0 = 31.1 \times 2 = 62.2\text{km}$	MATUTINO	12	0,00	62,20	62,20	100,0%	NÃO	210
16	Trajeto 01 - Lote 02	VESPERTINO - Sai às 11h30min (Ponto de referência: sétima linha), percorre 4.2km, entra a esquerda, percorre 2.3km e retorna 2.3km, entra a esquerda, percorre 2.0km e retorna 2.0km, entra a esquerda, percorre 2.4km, entra a esquerda, percorre 4.3km, entra a esquerda, percorre 2.0km, entra a direita, percorre 9.4km, faz curva a direita, percorre 8.2km, continua em frente, percorre 2.1km e retorna 2.1km até a escola Irma Doraty. Perfazendo um total de 86.6km diários. (sendo 1.2 pavimentado e 85.4km não pavimentados). $4.2 + 2.3 + 2.3 + 2.0 + 2.0 + 2.4 + 4.3 + 2.0 + 9.4 + 8.2 + 2.1 + 2.1 = 43.3 \times 2 = 86.6\text{km}$	VESPERTINO	22	1,2	85,40	86,60	98,6%	NÃO	210
17	Trajeto 02 - Lote 02	VESPERTINO - Sai às 11h30min (Ponto de referência: quarta linha), percorre 8.6km, continua em frente, percorre 5.5km e retorna 5.5km, entra a direita, percorre 2.0km, entra a esquerda, percorre 1.4km e retorna 1.4km, entra a esquerda, percorre 11.4km, entra a esquerda, percorre 2.0km, faz a curva a direita, percorre 0.8km, entra a esquerda, percorre 2.5km, entra a direita, percorre 1.2km e retorna 1.2km, continua em frente, percorre 3.6km até a escola Irma Doraty. Perfazendo um total de 94.2km diários. (sendo 26.8 pavimentado e 67.4km não pavimentados). $8.6 + 5.5 + 5.5 + 2.0 + 1.4 + 1.4 + 11.4 + 2.0 + 0.8 + 2.5 + 1.2 + 1.2 + 3.6 = 47.1 \times 2 = 94.2\text{km}$	VESPERTINO	32	26,8	67,40	94,20	71,5%	NÃO	210
18	Trajeto 03 - Lote 02	MATUTINO - Sai às 6h00min (Ponto de referência: quarta linha), percorre 4.3km, continua em frente, percorre 1.2km e retorna 1.2km, entra a direita, percorre 2.0km, entra a esquerda, percorre 0.7km e retorna 0.7km, entra a esquerda, percorre 2.0km, entra a esquerda, percorre 4.0km e retorna 4.0km, entra a esquerda, percorre 9.5km, entra a esquerda, percorre 2.0km, entra a direita, percorre 0.8km, entra a esquerda, percorre 2.5km, entra a direita, percorre 1.2km e retorna 1.2km,continua em frente, percorre 3.6km até a escola Irma Doraty. Perfazendo um total de 81.8km diários. (sendo 26.8 pavimentado e 55.0km não pavimentados). $4.3 + 1.2 + 1.2 + 2.0 + 0.7 + 0.7 + 2.0 + 4.0 + 4.0 + 9.5 + 2.0 + 0.8 + 2.5 + 1.2 + 1.2 + 3.6 = 40.9 \times 2 = 81.8\text{km}$	MATUTINO	20	26,8	55,00	81,80	67,2%	NÃO	210
19	Trajeto 04 - Lote 02	MATUTINO - Sai às 6h00min (Ponto de referência: 6ª linha), percorre 4.3km, entra a esquerda, percorre 2.3km, entra a direita, percorre 1.6km e retorna 1.6km, entra a direita, percorre 2.5km, entra a direita percorre 14.6km, entra a direita, percorre 4.6km, entra a esquerda, percorre 4.2km, faz curva a direita, percorre 4.3km até a Escola Irmã Doraty. Perfazendo um total de 80.0km diários. (sendo 9.2 pavimentado e 70.8km não pavimentados). $4.3 + 2.3 + 1.6 + 1.6 + 2.5 + 14.6 + 4.6 + 4.2 + 4.3 = 40.0 \times 2 = 80.0\text{km}$	MATUTINO	14	9,2	70,80	80,00	88,5%	NÃO	210
20	Trajeto 05 - Lote 02	MATUTINO - Sai às 6h00min (Ponto de referência: TN 29), percorre 9.9km, entra a esquerda, percorre 2.0km, entra a direita, percorre 3.6km, entra a direita, percorre 4.7 e retorna 4.7km, entra a direita, percorre 9.0km, faz curva a direita, percorre 4.8km, continua em frente, percorre 2.1km e retorna 2.1km até a Escola Irmã Doraty. Perfazendo um total de 85.8km diários. (85.8km não pavimentados). $9.9 + 2.0 + 3.6 + 4.7 + 4.7 + 9.0 + 4.8 + 2.1 + 2.1 = 42.9 \times 2 = 85.8\text{km}$	MATUTINO	10	0,00	85,80	85,80	100,0%	NÃO	210
21	Trajeto 06 - Lote 02	VESPERTINO - Sai às 11h30min (Ponto de referência: 6ª linha), percorre 2.2km, continua em frente, percorre 2.1km e retorna 2.1km, entra a direita, percorre 2.0km, entra a direita e percorre 14.6km, continua em frente, percorre 3.6km e retorna 3.6km, entra a esquerda, percorre	VESPERTINO	20	9,2	78,60	87,80	89,5%	NÃO	210


		4.6km, entra a esquerda, percorre 4.3km, faz curva a direita, percorre 4.8km até a Escola Irmã Doraty. Perfazendo um total de 87.8km diários. (sendo 9.2 pavimentado e 78.6km não pavimentados). $2.2 + 2.1 + 2.1 + 2.0 + 14.6 + 3.6 + 3.6 + 4.6 + 4.3 + 4.8 = 43.9 \times 2 = 87.8\text{km}$									
22	Trajetos 07 - Lote 02	MATUTINO - Sai às 6h10min (Ponto de referência: BR 364 kinmaster km 26), percorre 1.2km, faz curva a direita, percorre 4.0km, entra a esquerda, percorre 4.0km, entra a direita, percorre 1.8km, continua em frente, percorre 2.1km, entra a esquerda, percorre 0.7km e retorna 0.7km, entra a esquerda, percorre 0.9km, entra a direita, percorre 4.2km e retorna 4.2km, entra a esquerda, percorre 0.9km, continua em frente, percorre 2.1km, entra a esquerda, percorre 0.5km até a escola Apolônia Rossi. Perfazendo um total de 27.3km diários. (sendo 7.4km pavimentados e 19.9km não pavimentados). MEIO DIA – Sai da escola, percorre 0.5k, entra a direita, percorre 2.1km, entra a esquerda, percorre 0.7km e retorna 0.7km, entra a esquerda, percorre 0.9km, entra a direita percorre 4.2km e retorna 4.2km, entra a esquerda, percorre 0.9km, continua em frente, percorre 2.1km, continua em frente, percorre 1.8km, entra a esquerda, percorre 4.0km, entra a esquerda, percorre 1.5km e retorna 1.5km, continua em frente, percorre 4.0km, entra a direita, percorre 1.2km até o ponto final da rota e retorna 5.6km até a escola Apolônia Rossi. Perfazendo um total de 35.9km diários. (sendo 13.0km pavimentados e 22.9km não pavimentados). VESPERTINO – Sai da escola, percorre 0.5k, entra a direita, percorre 2.1km, entra a esquerda, percorre 0.7km e retorna 0.7km, entra a esquerda, percorre 0.9km, entra a direita percorre 0.6km e retorna 0.6km, entra a esquerda, percorre 0.9km, continua em frente 2.1km, continua em frente, percorre 1.8km, entra a esquerda, percorre 4.0km, entra a esquerda, percorre 1.5km e retorna 1.5km, continua em frente, percorre 4.0km, entra a direita, percorre 1.2km até o ponto final da rota. Perfazendo um total de 23.1km diários. (sendo 7.4km pavimentados e 15.7km não pavimentados). Manhã : $1.2 + 4.0 + 4.0 + 1.8 + 2.1 + 0.7 + 0.7 + 0.9 + 4.2 + 4.2 + 0.9 + 2.1 + 0.5 = 27.3\text{km}$ Meio dia : $0.5 + 2.1 + 0.7 + 0.7 + 0.9 + 4.2 + 4.2 + 0.9 + 2.1 + 1.8 + 4.0 + 1.5 + 1.5 + 4.0 + 1.2 + 5.6 = 35.9\text{km}$ Tarde : $0.5 + 2.1 + 0.7 + 0.7 + 0.9 + 0.6 + 0.6 + 0.9 + 2.1 + 1.8 + 4.0 + 1.5 + 1.5 + 4.0 + 1.2 = 23.1\text{km}$ Total dos turnos : $27.3 + 35.9 + 23.1 = 86.3\text{km}$	MATUTINO/VESPERTINO	29	27,8	58,50	86,30	67,8%	NÃO	210	
23	Trajetos 08 - Lote 02	MATUTINO - Sai às 6h00min (Ponto de referência: km11 Posto Perfil), percorre 2.0km, entra a esquerda, percorre 5.3km, entra direita, percorre 3.6km, entra a direita, percorre 2.8km e retorna 2.8km, continua em frente, percorre 0.9km, entra a direita, percorre 3.1km e retorna 3.1km, entra a direita, percorre 8.2km até a escola Apolônia Rossi. Perfazendo um total de 31.8km. (sendo 16.6km pavimentados e 15.1km não pavimentados). MEIO DIA – Sai da escola, percorre 8.2k, entra a esquerda, percorre 3.1km e retorna 3.1km, entra a esquerda, percorre 0.9km, entra a direita, percorre 3.6km, faz curva a esquerda, percorre 5.3km, entra a direita, percorre 2.0km até o ponto final da rota e retorna 2.0km, continua em frente, percorre 2.8km, continua em frente, percorre 0.9km, continua em frente, percorre 8.2km até a escola Apolônia Rossi. Perfazendo um total de 40.1km diários. (sendo 25.0km pavimentados e 15.1km não pavimentados). VESPERTINO – Sai da escola, percorre 8.2k, entra a esquerda, percorre 3.1km e retorna 3.1km, entra a esquerda, percorre 0.9km, entra a direita, percorre 3.6km, faz curva a esquerda, percorre 5.3km, entra a direita, percorre 2.0km até o ponto final da rota. Perfazendo um total de 26.2km. (sendo 11.0km pavimentados e 15.1km não pavimentados). Manhã : $2.0 + 5.3 + 3.6 + 2.8 + 2.8 + 0.9 + 3.1 + 3.1 + 8.2 = 31.8\text{km}$ Meio dia : $8.2 + 3.1 + 3.1 + 0.9 + 3.6 + 5.3 + 2.0 + 2.0 + 2.8 + 0.9 + 8.2 = 40.1\text{km}$ Tarde : $8.2 + 3.1 + 3.1 + 0.9 + 3.6 + 5.3 + 2.0 = 26.2\text{km}$ Total dos turnos : $31.8 + 40.1 + 26.2 = 97.9\text{km}$	MATUTINO/VESPERTINO	34	52,60	45,30	97,90	46,3%	NÃO	210	
24	Trajetos 01 - Lote 03	MATUTINO - Sai às 6h00min (Ponto de referência: 2ª linha), percorre 2.8km, entra a esquerda, percorre 4.0km, entra a esquerda, percorre 2.0km e retorna 2.0km, continua em frente e percorre 7.8km, entra a esquerda, percorre 4.0km, entra a esquerda, percorre 8.4km, passando pelas escolas de Presidente Médici. Perfazendo um total de 62.0km diários. (sendo 24.8km pavimentados e 37.2km não pavimentados). $2.8 + 4.0 + 2.0 + 2.0 + 7.8 + 4.0 + 8.4 = 31.0 \times 2 = 62.0\text{km}$	MATUTINO	27	24,8	37,20	62,00	60,0%	NÃO	210	
25	Trajetos 02 - Lote 03	MATUTINO - Sai às 6h00min (Ponto de referência: RO135), percorre 5.6km, continua em frente, percorre 5.2km e retorna 5.2km, entra a direita, percorre 4.0km, continua em frente, percorre 2.4km e retorna 2.4km, entra a direita, percorre 9.8km, entra a esquerda, percorre 8.5km, passando pelas escolas de Presidente Médici. Perfazendo um total de 86.2km diários. (sendo 68.0km pavimentados e 18.2km não pavimentados). $5.6 + 5.2 + 5.2 + 4.0 + 2.4 + 2.4 + 9.8 + 8.5 = 43.1 \times 2 = 86.2\text{km}$	MATUTINO	28	68,00	18,2	86,20	21,1%	NÃO	210	
26	Trajetos 03 - Lote 03	MATUTINO - Sai às 6h00min (Ponto de referência: assentamento), percorre 1.9km, continua em frente, percorre 1.3km e retorna 1.3km, entra a direita, percorre 6.1km, continua em frente e percorre 1.3km e retorna 1.3km, entra a esquerda, percorre 1.5km, continua em frente, percorre 1.2km e retorna 1.2km, entra a direita, percorre 4.0km, entra a esquerda, percorre 10.0km, entra a direita, percorre 5.5km, entra a esquerda, percorre 8.6km, passando pelas escolas de Presidente Médici. Perfazendo um total de 90.4km diários. (sendo 27.8km pavimentados e 62.6km não pavimentados). $1.9 + 1.3 + 1.3 + 6.1 + 1.3 + 1.3 + 1.5 + 1.2 + 1.2 + 4.0 + 10.0 + 5.5 + 8.6 = 45.2 \times 2 = 90.4\text{km}$	MATUTINO	27	26,8	55,00	81,80	67,2%	NÃO	210	
27	Trajetos 04 - Lote 03	MATUTINO - Sai às 6h05min (Ponto de referência: 2ª linha próximo a BR429), percorre 7.6km, entra direita, percorre 2.0km, entra a direita, percorre 2.0km, entra a esquerda, percorre 2.0km, entra a direita, percorre 5.6km, entra a esquerda, percorre 4.0km, entra a esquerda, percorre 8.4km passando pelas escolas de Presidente Médici. Perfazendo um total de 63.2km diários. (sendo 24.8km pavimentados e 38.4km não	MATUTINO	29	24,8	38,40	63,20	60,8%	NÃO	210	

		pavimentados). 7.6 + 2.0 + 2.0 + 2.0 + 5.6 + 4.0 + 8.4 = 31.6 x 2 = 63.2km								
28	Trajetos 05 - Lote 03	MATUTINO - Sai às 5h40min (Ponto de referência: linha118, próximo ao riachuelo), percorre 11.4km entra a esquerda, percorre 2.9km, faz curva a direita, percorre 9.4km, entra a esquerda, percorre 8.1km passando pelas escolas em Presidente Médici. Perfazendo um total de 63.6km diários. (sendo 16.2km pavimentado e 47.4km não pavimentados). 11.4 + 2.9 + 9.4 + 8.1 = 31.8 x 2 = 63.6km	MATUTINO	22	15,4	48,20	63,60	75,8%	NÃO	210
29	Trajetos 06 - Lote 03	MATUTINO - Sai às 6h00min (Ponto de referência: linha 136 km 15), percorre 3.5km, continua em frente e percorre 2.0km e retorna 2.0km, entra a direita, percorre 4.1km, entra a direita, percorre 1.3km e retorna 1.3km, faz curva a direita, percorre 0.5km, continua em frente e percorre 1.2km e retorna 1.2km, entra a esquerda, percorre 23.8km passando pelas escolas de Presidente Médici. Perfazendo um total de 81.8km diários. (sendo 81.8km não pavimentados). 3.5 + 2.0 + 2.0 + 4.1 + 1.3 + 1.3 + 0.5 + 1.2 + 1.2 + 23.8 = 40.9 x 2 = 81.8km	MATUTINO	20	0,00	81,80	81,80	100,0%	NÃO	210
30	Trajetos 07 - Lote 03	MATUTINO - Sai às 6h20min (Ponto de referência: BR364, próximo a trevo do Estrela de Rondônia), percorre 12.7km, entra direita, percorre 3.2km e retorna 3.2km, entra a direita, percorre 4.4km, entra a esquerda, percorre 1.7km e retorna 1.7km, entra a esquerda, percorre 18.2km passando pelas escolas de Presidente Médici. Perfazendo um total de 90.2km diários. (sendo 70.6km pavimentados e 19.6km não pavimentados). 12.7 + 3.2 + 3.2 + 4.4 + 1.7 + 1.7 + 18.2 = 45.1 x 2 = 90.2km	MATUTINO	15	70,60	19,6	90,20	21,7%	NÃO	210
31	Trajetos 08 - Lote 03	MATUTINO - Sai às 5h40min (Ponto de referência: km 11), percorre 2.9km, entra esquerda, percorre 3.9km e retorna 3.9km, entra a esquerda, percorre 1.2km e retorna 1.2km, entra a esquerda, percorre 3.6km, entra a direita, percorre 2.8km e retorna 2.8km, continua em frente e percorre 25.1km, passando pelas escolas de Presidente Médici. Perfazendo um total de 94.8km diários. (sendo 55.0km pavimentados e 39.8km não pavimentados). 2.9 + 3.9 + 3.9 + 1.2 + 1.2 + 3.6 + 2.8 + 2.8 + 25.1 = 47.4 x 2 = 94.8km	MATUTINO	26	55,00	39,80	94,80	42,0%	NÃO	210
32	Trajetos 09 - Lote 03	MATUTINO - Sai às 6h05min (Ponto de referência: km 17), percorre 4.0km, continua em frente e percorre 1.3km e retorna 1.3km, entra a esquerda, percorre 6.2km, entra a direita, percorre 5.0km, entra a esquerda, percorre 7.6km, entra a direita, percorre 1.1km e retorna 1.1km, entra a direita, percorre 11.9km, passando pelas escolas de Presidente Médici. Perfazendo um total de 79.0km diários. (sendo 39.0km pavimentados e 40.0km não pavimentados). 4.0 + 1.3 + 1.3 + 6.2 + 5.0 + 7.6 + 1.1 + 1,1 + 11.9 = 39.5 x 2 = 79.0km	MATUTINO	17	39,00	40,00	79,00	50,6%	NÃO	210
33	Trajetos 10 - Lote 03	MATUTINO - Sai às 5h50min (Ponto de referência: linha 128 próximo ao bar do Dau), percorre 1.4km entra a direita e percorre 6.4km, faz leve curva a direita e percorre 8.5km, entra a esquerda percorre 7.0km, entra a direita percorre 3.1km e retorna 3.1km, entra a direita percorre 12.5 km até as escolas de Presidente Médici. Perfazendo um total de 84.0km diários. (sendo 39.0km pavimentada e 45.0km não pavimentados). 1.4 + 6.4 + 8.5 + 7.0 + 3.1 + 3.1 + 12.5 = 42 x 2 = 84.0km	MATUTINO	16	39,00	45,00	84,00	53,6%	NÃO	210
34	Trajetos 11 - Lote 03	MATUTINO - Sai às 6h05min (Ponto de referência: linha 132/136), percorre 7.5km entra a esquerda, percorre 1.0km, entra a direita, percorre 4.3km, entra a esquerda percorre 5.5km, entra a direita, percorre 9.2km, entra a direita, percorre 2.4km, faz curva a esquerda, percorre 6.1km até as escolas de Presidente Médici. Perfazendo um total de 72.0km diários. (sendo 72.0km não pavimentados). 7.5 + 1.0 + 4.3 + 5.5 + 9.2 + 2.4 + 6.1 = 36 x 2 = 72.0km	MATUTINO	28	0,00	72,00	72,00	100,0%	NÃO	210
35	Trajetos 12 - Lote 03	NOTURNO - Sai às 17h20min (Ponto de referência: assentamento), percorre 10.0km, entra a direita, percorre 5.5km, entra a esquerda, percorre 3.3km, continua em frente e percorre 11.0km e retorna 11.0km, entra a direita, percorre 0.5km, até escola CEEJA Marechal Rondon. Perfazendo um total de 82.6km diários. (sendo 62.6km pavimentados e 20.0km não pavimentados). 10.0 + 5.5 + 3.3 + 11.0 + 11.0 + 0.5 = 41.3 x 2 = 82.6km	NOTURNO	5	62,60	20,00	82,60	24,2%	NÃO	210
36	Trajetos Extra 01	MATUTINO - Sai às 6h30min (Ponto de referência: Bandeira Branca), percorre 1,6km, entra a esquerda, percorre 4.0km, entra a direita, percorre 2.2km, entra a direita, percorre 1.8km, entra a esquerda, percorre 12.4km passando pelas escolas de Presidente Médici. Perfazendo um total de 44.0km diários. (sendo 28.0 pavimentado e 16.0km não pavimentados). 1.6 + 4.0 + 2.2 + 1.8 + 12.4 = 22.0 x 2 = 44.0km	MATUTINO	37	28,00	16,00	44,00	36,4%	NÃO	210
37	Trajetos Extra 02	MATUTINO - Sai às 6h30min (Ponto de referência: BR 429), percorre 12.7km, entra a esquerda, percorre 2.9km, entra a direita, percorre 6.5km passando pelas escolas de Presidente Médici. Perfazendo um total de 44.2km diários. (sendo 25.4 pavimentado e 18.8km não pavimentados). 12.7 + 2.9 + 6.5 = 22.1 x 2 = 44.2km	MATUTINO	16	25,4	18,8	44,20	42,5%	NÃO	210
38	Trajetos Extra 03	MATUTINO - Sai às 6h30min (Ponto de referência: linha 128, entra da EMBRAPA), percorre 5.4km, entra a esquerda, percorre 4.0km e retorna 4.0km, entra a esquerda, percorre 4.0km, entra a direita, percorre 3.2km, entra a esquerda, percorre7.3km, faz curva a direita, percorre 7.9km passando pelas escolas de Presidente Médici. Perfazendo um total de 71.6km diários. (71.6km não pavimentados). 5.4 + 4.0 + 4.0 + 4.0 + 3.2 + 7.3 + 7.9 = 35.8 x 2 = 71.6km	MATUTINO	6	0,00	71,60	71,60	100,0%	NÃO	210
39	Trajetos Extra 04	MATUTINO - Sai às 6h30min (Ponto de referência: linha 128), percorre 5.7km, entra a esquerda, continua em frente, percorre 1.7km e retorna 1.7km, entra a esquerda, percorre 2.0km, continua em frente, percorre 3.0km e retorna 3.0km, entra a esquerda, percorre 4.0km, entra a esquerda, percorre1.7km, entra a direita, percorre 3.7km, faz curva a esquerda, percorre 2.2km, faz curva a esquerda, percorre 8.0km passando pelas escolas de Presidente Médici. Perfazendo um total de 73.4km diários. (73.4km não pavimentados). 5.7 + 1.7 + 1.7 + 2.0 + 3.0 + 3.0 + 4.0 + 1.7 + 3.7 + 2.2 + 8.0 = 36.7 x 2 = 73.4km	MATUTINO	12	0,00	73,40	73,40	100,0%	NÃO	210
40	Trajetos Extra 05	MATUTINO - Sai às 6h30min (Ponto de referência: restaurante panela cheia), percorre 3.9km, entra a esquerda, continua em frente, percorre 2.6km e retorna 2.6km, entra a direita, percorre 1.4km, continua em	MATUTINO	14	17,2	31,8	49,00	64,9%	NÃO	210


30/05/2025, 11:04

SEI/RO - 0047586840 - Planilha

	frente, percorre 0.6km e retorna 0.6km, entra a direita, percorre 4.2km, entra a esquerda, percorre 8.6km passando pelas escolas de Presidente Médici. Perfazendo um total de 49.0km diários. (17.2km pavimentado e 31.8km não pavimentados). 3.9 + 2.6 + 2.6 + 1.4 + 0.6 + 0.6 + 4.2 + 8.6 = 24.5 x 2 = 49.0km								
TOTAL			818	725,40	2.301,80	3.027,20	-	-	-



Documento assinado eletronicamente por **Julimara Valeria Courinos Lima da Silva, Gerente**, em 27/11/2024, às 13:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0047586840** e o código CRC **913ECF35**.

Referência: Caso responda este(a) Planilha, indicar expressamente o Processo nº 0029.008066/2024-13

SEI nº 0047586840



MANUAL DE ORIENTAÇÕES BÁSICAS DO TRANSPORTE ESCOLAR NO ESTADO DE RONDÔNIA

SEDUC
Secretaria de Estado da
Educação



1ª Edição – 2020



**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA**

**Governador do Estado de Rondônia
CORONEL MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS**

**Vice-Governador do Estado
JOSE ATILIO SALAZAR MARTINS**

**Secretário de Estado da Educação
SUAMY VIVECANANDA LACERDA ABREU**

**Diretora Administrativa e Financeira
MARTA SOUZA COSTA**

**Diretora Geral de Educação
IRANY DE OLIVEIRA LIMA MORAIS**



**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA**

Equipe Técnica de Organização:

**BRUNA BARROS BRILHANTE
DARLLY DE OLIVEIRA DE SOUZA VARGAS
JAIR ALVES DOS SANTOS FILHO**

Colaboradores:

**Diretoria Administrativa e Financeira – SEDUC/RO
Gerência Administrativa – SEDUC/RO
Gerência de Convênios – SEDUC/RO
Gerência de Prestação de Contas – SEDUC/RO
Assessoria Técnica de Contratos – SEDUC/RO
Assessoria de Comunicação – SEDUC/RO
Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN/RO
Capitania Fluvial de Porto Velho**

Apoio:

**PREFEITURAS
SECRETARIAS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO
COORDENADORIAS REGIONAIS DE EDUCAÇÃO
INSTITUIÇÕES DE ENSINO ESTADUAIS E MUNICIPAIS
FISCAIS DO TRANSPORTE ESCOLAR**

APRESENTAÇÃO

O Manual de Orientações Básicas do Transporte Escolar, ora apresentado, versa sobre os procedimentos e normatizações pertinentes ao Transporte Escolar, as competências relativas aos órgãos de controle, manutenção e fiscalização; bem como, sobre os instrumentais de acompanhamento.

Os temas apresentados objetivam subsidiar as atividades técnicas e operacionais produzidas pelos órgãos competentes da educação, na perspectiva de um trabalho eficaz e dinâmico, a fim de aprimorar o atendimento prestado à comunidade escolar em todo o Transporte Escolar do Estado de Rondônia.

A Secretaria do Estado de Educação acredita que a estabilidade na organização do Transporte Escolar e os adequados procedimentos de registro, devidamente fundamentados na legislação em vigor, garantem a solidez das informações que permeiam a vida escolar do estudante e comunidade.

O Governo do Estado de Rondônia estabelece uma estrutura organizacional buscando subsídios dentro da normatização em regulamentar e estruturar as políticas institucionais, fluxos operacionais, procedimentos, competências, funções e atribuições dos responsáveis. O controle interno deve ser implementado na Secretaria Estadual de Educação, para apoiar a organização da Administração no alcance de seus objetivos.

Por obter um papel importante para o processo de estruturação do Transporte Escolar na região, agradecemos o comprometimento e a participação de todos os profissionais que atuam na otimização do Transporte Escolar no Estado de Rondônia.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Modelos de coletes salva-vidas	25
Figura 2 - Distribuição das bóias salva-vidas em embarcações com Ct menor que 24m	26
Figura 3 - Tipos de bóias salva-vidas: circular e ferradura	26
Figura 4 - Mapa do Estado de Rondônia	33
Figura 5 - Imagens de tipos de transporte escolar – terrestre e fluvial	47

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Categorias das lanchas escolares (LE)	21
Quadro 2 - Medicamentos e materiais de primeiros socorros	27
Quadro 3 - Quantidades e tipos de extintores de incêndio de acordo com cumprimento total da embarcação	29

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AB	Arqueação Bruta
AG	Agências
ANATEL	Agência Nacional de Telecomunicações
ANVISA	Agência Nacional de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde
ART	Artigo
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CCB	Código Civil Brasileiro
CIR	Caderneta de Inscrição e Registro
CIT	Caderno de Informações Técnicas
CNH	Carteira Nacional de Habilitação
CONTRAN	Conselho Nacional de Trânsito
CP	Capitanias dos Portos
CRE	Coordenadoria Regional de Educação
Ct	Comprimento total
CTB	Código de Trânsito Brasileiro
DETRAN	Departamento Estadual de Trânsito
DL	Delegacias
DOE	Diário Oficial do Estado
DPC	Diretoria de Portos e Costas
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica
GPS	Sistema de Posicionamento Global
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LE	Lanchas Escolares
MEC	Ministério da Educação
MB	Marinha Brasileira
NORMAM	Normas da Autoridade Marítima
PGE	Procuradoria Geral do Estado de Rondônia
PNATE	Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar
RO	Rondônia
SEDUC	Secretaria de Estado da Educação
SUPEL	Superintendência Estadual de Licitações
TM	Tribunal Marítimo

SUMÁRIO

1. TRANSPORTE ESCOLAR.....	10
2. LEGISLAÇÃO PERTINENTE.....	10
2.1 Constituição Federal.....	11
2.2 Lei de Diretrizes Básicas da Educação (LDB - Lei nº 9.394/96)	13
2.3 Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/1990)	14
2.4 Código de Trânsito Brasileiro – CTB (Lei Nº 9.503/1997)	15
2.4.1 Veículos	15
2.4.2 Condutor	17
2.4.3 Resoluções do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN).....	18
2.5 Legislações referente ao Transporte Escolar Fluvial.....	19
2.5.1 Especificações Técnicas da Lancha Escolar (Normam 02/DPC e Caderno de Informações Técnicas - CIT do FNDE/Programa Caminho da Escola)	20
2.5.2 Material de Segurança para as Embarcações (Capítulo 4 da NORMAM 02/2005 - DPC) e Equipamentos de Navegação.	22
3. PROGRAMAS E RECURSOS FINANCEIROS	30
3.1 Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE).....	30
3.2 Programa Caminho da Escola.....	31
4. TRANSPORTE ESCOLAR NO ESTADO DE RONDÔNIA	32
5. TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DA ADMINISTRAÇÃO.....	34
5.1 Convênios.....	36
5.1.1 Programa estadual IR e VIR, com início a partir de fevereiro de 2020	37
5.2 Contratos	38
5.3 Termo de Cooperação	41
5.4 Prestação de contas	42
5.4.1 Gerência de prestação de contas/SEDUC.....	43
5.4.2 Programa Ir e Vir	43
5.4.3 PNATE	44
5.4.4 Caminho da Escola	44
5.4.5 Contratos administrados - SEDUC.....	45
6. FROTA OFICIAL	46
7. EMPRESAS TERCEIRIZADAS	48

8. FUNCIONALIDADE, COMPETÊNCIAS E RESPONSABILIDADES NO TRANSPORTE ESCOLAR	50
8.1 Governo Federal	50
8.2 Governo do Estado de Rondônia.....	50
8.3 Secretarias de Estado da Educação.....	51
8.4 Coordenadorias Regionais de Educação – CREs.....	52
8.5 Prefeituras	53
8.6 Secretarias Municipais de Educação	53
8.7 Unidades de Ensino.....	55
8.8 Motoristas, Pilotos e Monitores.....	56
8.9 Pais e/ou responsáveis.....	59
8.10 Estudantes	60
9. MATERIAIS E INSTRUMENTOS DE FISCALIZAÇÃO E MONITORAMENTO (ADMINISTRATIVOS E <i>IN LOCO</i>)	61
10. FISCALIZAÇÃO E MONITORAMENTO	65
10.1 Fiscalização	66
10.1.1 Fiscais	69
10.2 Monitoramento	70
11. CONSIDERAÇÕES FINAIS	71
REFERÊNCIAS.....	72
APÊNDICE	75
ANEXO	101

1. TRANSPORTE ESCOLAR

Transporte escolar é o meio que o governo viabiliza o acesso dos estudantes, que residem em zona rural a partir de 02 (dois) quilômetros de distância da escola mais próxima, às unidades de ensino da rede pública de educação, por meio de veículos escolares. O Intuito é a realização do deslocamento dos estudantes no trajeto casa-escola-casa, para otimizar o acesso e a continuidade desses nas escolas, potencializando as condições da oferta do ensino público.

A razão pela qual o transporte escolar foi estabelecido ocorre devido à grande parte da população residirem em áreas rurais ou de difícil acesso, com estradas de longas distâncias, dificultando o ingresso do estudante à instituição de ensino. Portanto, o ensino gratuito; sozinho, muitas vezes não é o efetivo para sustentar o acesso e o prosseguimento do estudante na escola.

Dessa forma, a política pública da União visa assegurar o acesso à educação subsidiando, por meio de programas, os Estados e Municípios que, por sua vez, possuem suas próprias regras de utilização do transporte escolar e de definição dos requisitos para a prestação do serviço.

Assim, é preciso que os Estados e Municípios desenvolvam formas que possibilitem a estruturação do controle e gestão do serviço prestado à comunidade. Por ser um dos elementos importantes para a garantia do direito fundamental à educação, o transporte escolar é estruturado por políticas públicas e qualificado como um programa complementar substancial para que o estudante possa dispor de seu direito constituído por leis.

2. LEGISLAÇÃO PERTINENTE

A Constituição Federal de 1988, no art. 205, dispôs sobre a educação como um pilar para o desenvolvimento da sociedade brasileira, indicando - como objetivo fundamental - o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Destaca-se, entre os princípios

apontados para o desenvolvimento do ensino, a promoção de ações que assegurem a igualdade de condições para o acesso e a permanência à escola.

No entanto, sabe-se que a realidade é caracterizada pela desigualdade social, e que muitos alunos estão localizados em áreas distantes enfrentando dificuldades para ter acesso às unidades escolares, daí a importância de serem desenvolvidas ações voltadas para disponibilização de transporte escolar gratuito e não apenas ofertar o sistema de ensino.

O transporte escolar, no âmbito das normas vigentes, é vinculado ao direito à educação e considerado essencial para garantir o acesso e a permanência do aluno na rede de ensino público. O conhecimento da legislação vigente e das normas pertinentes podem auxiliar os gestores públicos a implementar metas, diretrizes e ações políticas com a finalidade de oferecer um serviço de qualidade, atuando com segurança, eficiência e transparência.

2.1 Constituição Federal

A Constituição Federal no capítulo II (título II) e III (título VIII) dispõe que a Educação é um direito social de todos e dever do Estado e da família, assegurando que o ensino será ministrado por meio do princípio da igualdade de condições para o acesso e permanência na escola. Desta forma, o direito ao transporte escolar, oferecido gratuitamente, é uma maneira de garantir e consolidar a Educação como direito fundamental, social e elemento essencial para o desenvolvimento e formação do cidadão.

Art. 6º: São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

Art. 205: A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988).

O art. 208, Inciso VII, da Constituição Federal estabelece que, o transporte escolar é uma das garantias para a efetivação da educação:

VII - Atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009).

A Constituição Federal ainda define como os entes federados devem atuar no sistema de ensino.

Art. 211. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino.

§ 1º A União organizará o sistema federal de ensino e o dos Territórios, financiará as instituições de ensino públicas federais e exercerá, em matéria educacional, função redistributiva e supletiva, de forma a garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino mediante assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios.

§ 2º Os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil.

§ 3º. Os Estados e o Distrito Federal atuarão prioritariamente no ensino fundamental e médio.

§ 4º. Na organização de seus sistemas de ensino, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios definirão formas de colaboração, de modo a assegurar a universalização do ensino obrigatório.

§ 5º A educação básica pública atenderá prioritariamente ao ensino regular. (BRASIL, 1988).

Para a Constituição Federal, a Educação é situada nos chamados direitos de 2ª dimensão, tratada como um direito social, no âmbito dos direitos fundamentais. São direitos que encontram seu fundamento de validade na preservação da condição humana. O direito à educação, para a ordem constitucional, está intimamente ligado ao reconhecimento da dignidade da pessoa humana como fundamento da República Federativa do Brasil e um de seus objetivos, portanto, deve ser assegurado pelo Estado sempre que demandado. Neste contexto, o transporte escolar é visto como um instrumento de garantia desse direito fundamental, fazendo se cumprir um dos princípios que regem o sistema educacional, que é igualar as condições de acesso e permanência. Outros instrumentos jurídicos, que regulam tal direito; também serão tratados a seguir, embasados sempre na Lei Maior que é nossa Constituição Federal.

2.2 Lei de Diretrizes Básicas da Educação (LDB - Lei nº 9.394/96)

A Lei de Diretrizes Básicas da Educação (lei nº 9.394/96), conhecida como LDB e alterações (Lei nº 10.709/2003 e Lei nº 12.796/2013), dispõe em seus artigos que: o dever do Estado com a educação escolar pública será efetivado mediante garantias, entre elas, educação básica obrigatória e gratuita, disponibilizando ainda, o acesso para aqueles que não concluíram na idade própria, atendimento ao educando por meio de material didático-escolar, alimentação, assistência à saúde e garantia do direito ao transporte escolar.

Art. 4º O dever do Estado com a educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, organizada da seguinte forma: (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

a) pré-escola;

b) ensino fundamental;

c) ensino médio;

IV - acesso público e gratuito aos ensinos fundamental e médio para todos os que não os concluíram na idade própria;

VIII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013). (BRASIL, 1996)

A LDB também prevê o direito do aluno ao transporte escolar mediante obrigações dos Estados e Municípios, ficando cada um responsável por assumir o transporte escolar dos alunos de sua rede de ensino. É importante ressaltar que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios trabalharão em regime de colaboração, conforme princípio constitucional, que rege todas as ações educacionais.

Art. 8º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão, em regime de colaboração, os respectivos sistemas de ensino.

§ 1º Caberá à União a coordenação da política nacional de educação, articulando os diferentes níveis e sistemas e exercendo função normativa, redistributiva e supletiva em relação às demais instâncias educacionais.

§ 2º Os sistemas de ensino terão liberdade de organização nos termos desta Lei.

Art. 10. Os Estados incumbir-se-ão de:

VII - assumir o transporte escolar dos alunos da rede estadual. (Incluído pela Lei nº 10.709, de 31/7/2003).

Art. 11. Os Municípios incumbir-se-ão de:

VI - assumir o transporte escolar dos alunos da rede municipal (incluído pela Lei nº 10.709, de 31/7/2003). (BRASIL, 1996)

A Lei ainda estabelece a possibilidade de destinar recursos vinculados à educação para a manutenção e desenvolvimento de programas de transporte escolar.

Art. 70. Considerar-se-ão como de manutenção e desenvolvimento do ensino as despesas realizadas com vistas à consecução dos objetivos básicos das instituições educacionais de todos os níveis, compreendendo as que se destinam a:

VIII - aquisição de material didático-escolar e manutenção de programas de transporte escolar. (BRASIL, 1996)

2.3 Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/1990)

A norma jurídica, Estatuto da Criança e do adolescente, é um importante instrumento que também assegura o direito à educação, garantido pelo poder público com absoluta prioridade e ainda prevê as condições de desenvolvimento, como por exemplo, o acesso à escola pública e gratuita próxima a sua residência. Quando não é possível disponibilizar unidades de ensino próximo a moradia do estudante, o poder público deve ofertar transporte escolar gratuito de qualidade, garantindo a integridade física dos mesmos.

Art. 4º - É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Art. 53 - A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se lhes:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - direito de ser respeitado por seus educadores;

III - direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;

IV - direito de organização e participação em entidades estudantis;

V - acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência.

Art. 54 - É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente:

VII - atendimento no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde. (BRASIL, 1990)

2.4 Código de Trânsito Brasileiro – CTB (Lei Nº 9.503/1997)

O Código de Trânsito Brasileiro, dedica um capítulo para tratar exclusivamente da condução de escolares, expresso nos artigos 136º ao 139º, embora seja uma atividade econômica, de livre iniciativa, seu exercício depende de requisitos específicos a fim de preservar a segurança das crianças e adolescentes que usufruem do serviço.

2.4.1 Veículos

Os artigos 136º e 137º do CTB estabelecem que os veículos escolares devem ter autorização emitida pelos órgãos ou entidades executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal (DETRAN) e para a concessão da autorização, o veículo escolar deve atender os requisitos expressos no art. 136º, Incisos I a VII. A condução do veículo escolar sem o porte desta autorização caracteriza infração grave, prevista no art. 230º, Inciso XX, sujeita às penalidades de multa e de apreensão do veículo.

Art. 136. Os veículos especialmente destinados à condução coletiva de escolares somente poderão circular nas vias com autorização emitida pelo órgão ou entidade executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal, exigindo-se, para tanto:

I - registro como veículo de passageiros;

II - inspeção semestral para verificação dos equipamentos obrigatórios e de segurança;

III - pintura de faixa horizontal na cor amarela, com quarenta centímetros de largura, à meia altura, em toda a extensão das partes laterais e traseira da carroçaria, com o dístico ESCOLAR, em preto, sendo que, em caso de veículo de carroçaria pintada na cor amarela, as cores aqui indicadas devem ser invertidas;

IV - equipamento registrador instantâneo inalterável de velocidade e tempo;

V - lanternas de luz branca, fosca ou amarela dispostas nas extremidades da parte superior dianteira e lanternas de luz vermelha dispostas na extremidade superior da parte traseira;

VI - cintos de segurança em número igual à lotação;

VII - outros requisitos e equipamentos obrigatórios estabelecidos pelo CONTRAN. (BRASIL, 1998)

Os requisitos básicos estabelecidos nos Incisos anteriores são especificados a seguir:

- **Autorização:** Deverá ser emitida pelo órgão ou entidade de trânsito dos Estados ou do Distrito Federal. Os interessados deverão encaminhar o pedido aos DETRANs, para que os veículos sejam inspecionados e a autorização emitida, ressaltando que as vistorias são realizadas semestralmente.
- **Registro como veículo de passageiros:** os veículos que realizam o transporte escolar são classificados no tipo passageiro, não sendo aceitável nenhum outro tipo, realizado geralmente por ônibus e micro-ônibus.
- **Inspeção semestral:** Semestralmente, será verificado as condições dos equipamentos obrigatórios e de segurança, conforme o artigo 105 do CTB e os estabelecidos pelo CONTRAN, sob pena de ser cassada a autorização uma vez constatadas irregularidades.
- **Pintura de uma faixa amarela com o dístico ESCOLAR, na cor preta:** com as especificações descritas no art. 136º, inciso III.
- **Equipamento registrador instantâneo de velocidade e tempo (Tacógrafo):** responsável por disponibilizar, a qualquer tempo, as informações de velocidade, distância percorrida, tempo de movimentação e interrupções,

data e hora de início da operação, identificação do veículo, identificação dos condutores e identificação de abertura do compartimento que contém o disco ou de emissão da fita diagrama. A Resolução nº 92/99 do CONTRAN (BRASIL, 1999) dispõe sobre os requisitos técnicos mínimos do registrador instantâneo e inalterável de velocidade e tempo, conforme o Código de Trânsito Brasileiro.

- Lanternas de luz: Deverá ser branca, fosca ou amarela dispostas nas extremidades da parte superior dianteira e lanternas de luz vermelha dispostas na extremidade superior da parte traseira, para melhor percepção do veículo quando se encontrar trafegando.
- Cintos de segurança em número igual a lotação: cada assento dos passageiros e do condutor deverá possuir cinto de segurança, com as travas/fivelas em funcionamento regular, garantindo assim a segurança de todos.
- Outros requisitos e equipamentos obrigatórios estabelecidos pelo CONTRAN: Resolução nº 14/98 dispõe sobre outros equipamentos obrigatórios.

O artigo 137 dispõe sobre o local de afixação da autoridade supracitada, na parte interna do veículo em local bem visível.

Art. 137. A autorização a que se refere o artigo anterior deverá ser afixada na parte interna do veículo, em local visível, com inscrição da lotação permitida, sendo vedada a condução de escolares em número superior à capacidade estabelecida pelo fabricante. (BRASIL, 1997)

2.4.2 Condutor

Para o condutor, o artigo 138 do CTB exige o cumprimento dos seguintes requisitos:

Art. 138. O condutor de veículo destinado à condução de escolares deve satisfazer os seguintes requisitos:

I - ter idade superior a vinte e um anos;

II - ser habilitado na categoria D;

III - (VETADO)

IV - não ter cometido nenhuma infração grave ou gravíssima, ou ser reincidente em infrações médias durante os doze últimos meses;

V - ser aprovado em curso especializado, nos termos da regulamentação do CONTRAN.

Outra exigência, que não consta no artigo 138, mas também está contemplada no Código de Trânsito Brasileiro, é que os condutores de transporte escolar devem apresentar; previamente, certidão negativa do registro de distribuição criminal relativamente aos crimes de homicídio, roubo, estupro e corrupção de menores, renovável a cada cinco anos, junto ao órgão responsável pela respectiva concessão ou autorização.

Art. 329. Os condutores dos veículos de que tratam os artigos 135 e 136, para exercerem suas atividades, deverão apresentar, previamente, certidão negativa do registro de distribuição criminal relativamente aos crimes de homicídio, roubo, estupro e corrupção de menores, renovável a cada cinco anos, junto ao órgão responsável pela respectiva concessão ou autorização.

Por fim, o artigo 139 não exclui a competência municipal, independente das normas já estabelecidas em nível nacional, o município tem competência para estabelecer regras condizentes com a administração local no que tange o transporte escolar.

Art. 139. O disposto neste Capítulo não exclui a competência municipal de aplicar as exigências previstas em seus regulamentos, para o transporte de escolares.

2.4.3 Resoluções do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN)

- Resolução CONTRAN nº 14 de 06/02/1998: Estabelece os equipamentos obrigatórios para a frota de veículos em circulação a serem constatados pela fiscalização e condições de funcionamento (anexo B).
- Resolução CONTRAN nº 92 de 04/05/1999: dispõe sobre requisitos técnicos mínimos do registrador instantâneo e inalterável de velocidade e tempo (Tacógrafos), conforme o Código de Trânsito Brasileiro (anexo C).

- Resolução CONTRAN nº 168 de 14/12/2004: estabelece normas e procedimentos para a formação de condutores de veículos automotores e elétricos, a realização dos exames, a expedição de documentos de habilitação, os cursos de formação, especializados, de reciclagem e dá outras providências (anexo D).
- Resolução CONTRAN nº 277 de 28/05/2008: Dispõe sobre o transporte de menores de 10 anos e a utilização do dispositivo de retenção para o transporte de crianças em veículos (anexo E).

2.5 Legislações referente ao Transporte Escolar Fluvial

O programa caminho da escola foi criado em 2007, com o objetivo de renovar, padronizar e ampliar a frota de veículos escolares, de forma a melhorar a segurança e a qualidade do transporte dos estudantes das redes estaduais e municipais, no âmbito da educação básica. Ele objetiva também contribuir para a redução da evasão escolar, a redução dos preços e o aumento da transparência nas aquisições dos veículos. Em função do Programa, foram viabilizados uma série de estudos e pesquisas sobre o Transporte Escolar, uma iniciativa do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, que contou com importante colaboração dos gestores estaduais e municipais que ajudaram a estabelecer normas e definir novas ações para o Programa. As Secretarias (municipais e estaduais) de Educação foram e ainda são fundamentais nesse processo (FNDE 2020).

Nesse sentido, o FNDE estabeleceu uma parceria com a Marinha do Brasil e universidades para a condução de uma investigação que apontasse as necessidades de crianças ribeirinhas relacionadas ao Transporte Escolar Rural Aquaviário. Em um período de 95 dias uma equipe de pesquisadores percorreu cerca de seis mil quilômetros pelos rios Amazonas, Solimões e alguns de seus afluentes entrevistando alunos, pais, professores, diretores e gestores que manifestaram suas opiniões apontando facilidades e dificuldades relacionadas ao uso do barco para o transporte de crianças de casa para a escola e vice-versa. Assim em 2009 foram projetadas e construídas 674 lanchas escolares pela Marinha

do Brasil em cooperação com FNDE/MEC. Foram feitos veículos aquaviários com características específicas para transportar estudantes de forma mais segura e eficiente (FNDE, 2020). Os modelos definidos são certificados pelas Normas da Autoridade Marítima - NORMAM 02/DPC. Algumas definições:

- I. NORMAM/DPC: Normas da Autoridade Marítima para Embarcações Empregadas na Navegação Interior, aprovadas pela DPC/MB através da PORTARIA Nº 85 /DPC, DE 14 DE OUTUBRO DE 2005.
- II. Diretoria de Portos e Costas (DPC) – Organização Militar com competência delegada pela Marinha do Brasil para aprovar as Normas da Autoridade Marítima, estabelecida pela PORTARIA Nº 156/MB, DE 3 DE JUNHO DE 2004.
- III. Marinha do Brasil (MB) – Organização Militar que exerce a Autoridade Marítima, conforme a Lei Nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997.
- IV. Caderneta de Inscrição e Registro (CIR) – Para o exercício da atividade profissional em embarcações nacionais o aquaviário deverá estar portando a Caderneta de Inscrição e Registro (CIR) com a etiqueta de Dados pessoais atualiza.

2.5.1 Especificações Técnicas da Lancha Escolar (Normam 02/DPC e Caderno de Informações Técnicas - CIT do FNDE/Programa Caminho da Escola)

A NORMAM 02/DPC aplica-se a todas as embarcações de bandeira brasileira destinadas à navegação interior, com exceção de embarcações empregadas na atividade de esporte e/ou recreio, a menos onde previsto nas normas específicas para tais embarcações (NORMAM-03); e embarcações da Marinha do Brasil. Para maior compreensão a norma define:

- I. Embarcação: qualquer construção, inclusive as plataformas flutuantes e, quando rebocadas, as fixas, sujeita à inscrição na Autoridade Marítima e suscetível de se locomover na água, por meios próprios ou não, transportando pessoas ou cargas;
- II. Navegação interior: a realizada em hidrovias interiores, assim considerados rios, lagos, canais, lagoas, baías, angras, enseadas e áreas marítimas consideradas abrigadas.

Todas as embarcações brasileiras estão sujeitas à inscrição nas Capitânicas dos Portos (CP), Delegacias (DL) ou Agências (AG), excetuando-se as pertencentes à Marinha do Brasil. As embarcações com arqueação bruta (AB) maior que 100, além de inscritas nas CP, DL ou AG, devem ser registradas no Tribunal Marítimo (TM) (NORMAM 02/2005 - DPC, capítulo 2, item 0203).

As Lanchas Escolares (LE), segundo a NORMAM 02/2005 - DPC, capítulo 3, seção I, item 0301, letra "j2", são embarcações certificada Classe 2 (EC-2) de classificação para navegação interior, empregada na atividade de transporte de passageiros e com propulsão própria. Segundo o Caderno de Informações Técnicas - CIT de 2018 do FNDE/Programa Caminho da Escola, as lanchas escolares são subdivididas em 3 categorias (quadro 1) (FNDE, 2020):

Quadro 1 - Categorias das lanchas escolares (LE).

Classificação	Descrição	Comprimento total (mm)	Total de passageiros	Largura total	Altura total
LE - P	Lancha Escolar Pequena	5.600 a 6.800	10 passageiros sentados mais 01 tripulante.	1.800 a 2.200 mm	2.400 a 2.700 mm
LE - M	Lancha Escolar Média	7.000 a 8.600	20 passageiros sentados mais 01 tripulante.	2.300 a 2.700 mm	2.400 a 2.700 mm
LE - G	Lancha Escolar Grande	10.000 a 12.000	33 passageiros sentados mais 01 tripulante.	2.300 a 2.700 mm	2.400 a 2.700 mm

Fonte: Caderno de Informações Técnicas: Lanchas Escolares – FNDE.

Segundo o CIT/2018 do FNDE, O comprimento total da lancha escolar é a distância entre 02 (dois) planos verticais perpendiculares ao plano longitudinal

médio da lancha escolar e que tangenciam a dianteira e a traseira da mesma. Todas as partes da lancha escolar, inclusive qualquer parte que se projete da dianteira ou traseira, devem estar contidas entre esses 02 (dois) planos, exceto verdugos, se houver (FNDE, 2020).

A largura externa da lancha escolar é compreendida pela distância entre 02 (dois) planos paralelos ao plano longitudinal médio da lancha escolar e que tangenciam a mesma em ambos os lados deste plano. Na determinação da largura estão incluídas todas as partes da lancha escolar, excluído qualquer equipamento/acessório de projeção, segurança ou sinalização (FNDE, 2020).

Na determinação da altura estão incluídas todas as partes da lancha escolar, excluído qualquer equipamento/acessório de projeção, segurança ou sinalização.

Devem ser fabricadas com características que suportem sua operação em zonas ribeirinhas, áreas de categorias tipo ÁREA 1 e ÁREA 2, classificadas conforme NORMAM 02/2005 - DPC, capítulo 6, seção I, item 0605, que sejam resistentes à corrosão atmosférica, ou seja, às condições severas de operação.

- ÁREA 1: corresponde às áreas abrigadas, tais como lagos, lagoas, baías, rios e canais, onde normalmente não sejam verificadas ondas com alturas significativas que não apresentem dificuldades ao tráfego das embarcações;
- ÁREA 2: são áreas parcialmente abrigadas, onde eventualmente sejam observadas ondas com alturas significativas e ou combinações adversas de agentes ambientais, tais como vento, correnteza ou maré, que dificultem o tráfego das embarcações.

2.5.2 Material de Segurança para as Embarcações (Capítulo 4 da NORMAM 02/2005 - DPC) e Equipamentos de Navegação.

Os requisitos de compartimentagem e dotações de dispositivos, equipamentos e materiais para embarcações, é aplicado visando minimizar os riscos de acidentes, e prover a salvaguarda da vida humana. As embarcações deverão possuir a bordo os seguintes itens:

- a) Lanterna portátil com bateria recarregável ou com pilhas sobressalentes;
- b) Apito;
- c) Binóculo 7 X 50;
- d) Prumo de mão;
- e) Limpador de para-brisa ou vigia rotativa;
- f) Agulha giroscópica ou magnética;
- g) Quadro elétrico de luzes e sistema de comunicação;
- h) Sistema de comunicação para divulgação de informações gerais por intermédio de alto-falantes aos passageiros;
- i) Sistema de Posicionamento Global (GPS);
- j) Cartas náuticas ou croquis da área em que irá operar a embarcação;
- k) Tabela informando comprimento, boca, pontal, calados máximo e mínimo, deslocamentos leve e carregado e altura acima da linha d'água do tijupá, comando e convés principal, com a respectiva distância de visibilidade nesses locais.

- Equipamentos de comunicação

As embarcações deverão ser providas de, pelo menos, um equipamento de radiocomunicação em VHF fixo com potência maior ou igual a 25W e que disponha da frequência de chamada de socorro 156,8 MHz (canal 16), sendo recomendável que possuam, pelo menos, mais um equipamento de VHF, fixo ou móvel, para ser utilizado em situações de falha do equipamento orgânico. Todos os equipamentos eletrônicos de comunicações deverão estar de acordo com as normas da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL.

- Equipamento de Salvatagem

A embarcação deve possuir os equipamentos de segurança e salvatagem em quantidades, tipo e classe conforme estabelecidos na NORMAM-02/2005 - DPC em vigor. Os equipamentos de salvatagem deverão ter as seguintes informações, inscritas pelo fabricante:

- I. número do Certificado de Homologação emitido pela DPC;
- II. nome do fabricante;
- III. modelo;
- IV. classe;
- V. número de série (caso aplicável);
- VI. data de fabricação.

a) Colete Salva-Vidas

É um meio individual de abandono, capaz de manter uma pessoa, mesmo inconsciente, flutuando por, no mínimo, 24 horas. Os coletes podem ser rígidos ou infláveis e são fabricados em quatro tamanhos diferentes a saber:

- Extra-grande: para pessoas de massa igual ou superior a 110kg;
- Grande: para pessoas de massa igual ou superior a 55kg e inferior a 110kg;
- Médio: para pessoas de massa superior a 35 kg e inferior a 55kg;
- Pequeno: para crianças até 35 Kg. Os coletes podem ser do tipo "canga" (de vestir pela cabeça) ou tipo "jaleco" (de vestir como paletó).

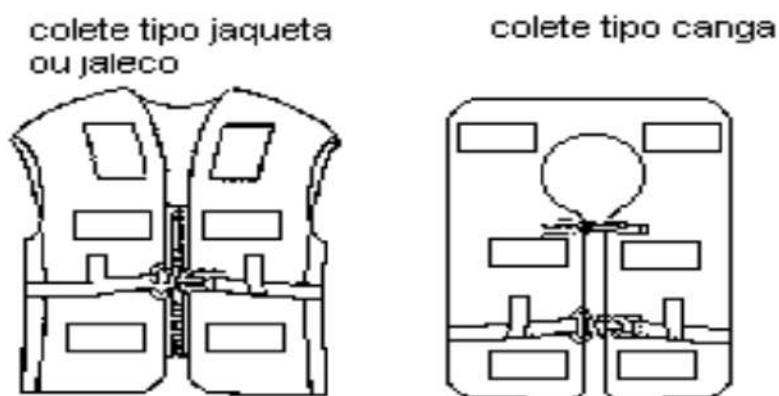
As embarcações deverão dotar coletes salva-vidas classe III na proporção de um colete de tamanho grande para cada pessoa a bordo. Embarcações empregadas no transporte de passageiros deverão dotar, adicionalmente, uma quantidade de coletes salva-vidas adequada para crianças (colete tamanho pequeno) igual a, pelo menos, 10% do total de passageiros, ou uma quantidade maior, como for necessário, de modo que haja um colete salva-vidas para cada criança.

Os coletes salva-vidas deverão ser estivados de maneira a poderem ser prontamente utilizados, em local visível, bem sinalizado e de fácil acesso. Se estiverem estocados em armários, estes não poderão possuir portas ou qualquer dispositivo de fechamento, de maneira a facilitar a retirada dos coletes em caso de emergência.

Além da certificação dos coletes serem de acordo com a NORMAM-05, é importante ressaltar que a norma estabelece critérios para embarcações com

tripulação de pessoas adultas, no entanto, o público das lanchas escolares é constituído por crianças e adolescente havendo a necessidade de adaptação da quantidade de coletes e seus respectivos tamanhos, sendo que o total será igual a 100% dos passageiros.

Figura 1 - Modelos de coletes salva-vidas.



Fonte: NORMAM 05/2003 - DPC.

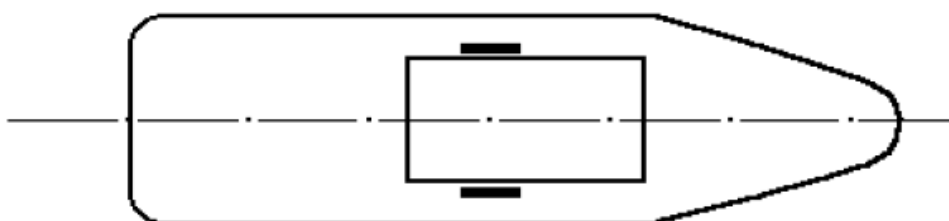
b) Boia Salva-Vidas

É um equipamento de salvamento destinado, principalmente, a constituir um meio flutuante de apoio para a pessoa que caiu na água, enquanto aguarda salvamento. A bóia salva-vidas possui, fixado em 4 (quatro) pontos equidistantes em sua periferia, um cabo de náilon - formando alças para facilitar o seu lançamento- bem como para apoio da mão do náufrago e, também, uma retinida flutuante de 20m constituída de cabo de material sintético, capaz de flutuar, devendo ter diâmetro mínimo de 8mm.

A dotação mínima e distribuição de bóias salva-vidas deverá ser estabelecida em função do comprimento total (Ct) da embarcação. Nos casos em que Ct for menor que 24 m (exceto as miúdas), que é o caso das lanchas escolares,

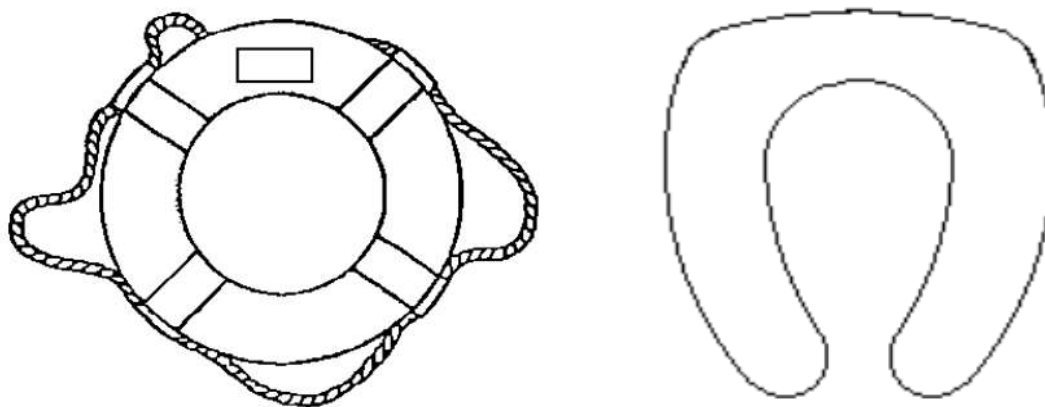
a quantidade de bóias será igual a 2, distribuídas conforme imagem abaixo (figura 2).

Figura 2 - Distribuição das bóias salva-vidas em embarcações com Ct menor que 24m.



Fonte: NORMAM 02/2005 – DPC.

Figura 3 - Tipos de bóias salva-vidas: circular e ferradura.



Fonte: NORMAM 05/2003 – DPC.

- Primeiros Socorros

A dotação de medicamentos e materiais cirúrgicos é estabelecida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde (ANVISA) expressa na NORMAM 03/2003 – DPC, item 0422. As embarcações que transportam 15 (quinze) pessoas ou mais a bordo dotam os medicamentos e materiais de primeiros socorros, conforme quadro 2.

Quadro 2 – Medicamentos e materiais de primeiros socorros.

Caixa de medicamentos	Material médico cirúrgico
Paracetamol	Bacia de aço inoxidável, alumínio ou plástico
Álcool para assepsia à 70%	Curativos adesivos de formatos variados
Loção de calamina	Copos descartáveis
Clorpromazina	Bolsa de água quente/gelo
Hidróxido de alumínio composto	Tesoura reta
Hidróxido de magnésio	Termômetro Clínico
Iodeto de Potássio	Torniquete
Solução antisséptica de timerozol (0,1 g)	Algodão absorvente não estéril
Água Boricada 3%	Talas diversas
Água oxigenada 20 vol.	Atadura de crepom
Xilocaína gel	Atadura de gaze
-	Hastes flexíveis com algodão nas extremidades
-	Esparadrapo comum

Fonte: NORMAM – 03/DPC. Observação: O anexo 4C da NORMAM 03/DPC descreve a quantidade e apresentação dos medicamentos e ainda informações complementares e quantidade dos materiais médico-cirúrgicos.

O uso dos medicamentos e materiais deverá ser compatível às instruções de uso constantes da rotulagem ou bula do produto, onde deverá estar escrito o número de seu registro no órgão competente do Ministério da Saúde. Há necessidade, também, do manual de primeiros socorros para auxiliar a tripulação em alguma emergência.

- Extintores de Incêndio

Um extintor é um aparelho manual utilizado com a finalidade de combater princípios e focos de fogo que contém um determinado agente extintor para certos

tipos de incêndios. Extintores que apresentem um peso bruto de 20kg ou menos, quando carregados, são considerados portáteis. Extintores com um peso bruto superior a 20kg, quando carregados, serão considerados semiportáteis e deverão possuir mangueiras e esguichos adequados ou outros meios praticáveis para que possam atender todo o espaço para o qual são destinados.

Os extintores portáteis de incêndio são classificados pela combinação de um número e uma letra. A letra indica a classe do incêndio para o qual se espera utilizar o extintor, enquanto que o número representa o tamanho relativo da unidade. Os extintores também podem ser classificados de acordo com sua capacidade extintora. As classes de incêndio consideradas de acordo com a Normam 02/2005 - DPC, seção IV, são as seguintes:

- I. Classe A - fogo em materiais sólidos que deixam resíduos. - Exemplo: madeira, papel, almofadas, fibra de vidro, borracha e plásticos. Somente nessa classe de incêndio a água pode ser usada com segurança;
- II. Classe B - fogo em líquidos, gases e graxas combustíveis ou inflamáveis;
- III. Classe C - fogo envolvendo equipamentos e instalações elétricas energizados). Caso esses equipamentos estejam desenergizados, o incêndio passa a ser Classe A.

Segundo a mesma NORMAM, a capacidade extintora é a medida do poder de extinção de fogo de um extintor, obtida em ensaio prático normalizado. Em outras palavras, é o tamanho do fogo e a classe de incêndio que o extintor deve combater. Exemplo: 2-A:20-B:C

- I. 2-A: tamanho do fogo classe A;
- II. 20-B: tamanho do fogo classe B;
- III. C: adequado para extinção de incêndio classe C

A capacidade extintora mínima de cada tipo de extintor portátil deve ser:

- I. Carga d'água: um extintor com capacidade extintora de no mínimo 2-A;

- II. Carga de espuma mecânica: um extintor com capacidade extintora de, no mínimo, 2-A:10-B;
- III. Carga de CO₂: um extintor com capacidade extintora de, no mínimo, 5-B:C;
- IV. Carga de pó BC: um extintor de com capacidade extintora de, no mínimo, 20-B:C;
- V. Carga de pó ABC: um extintor com capacidade extintora de, no mínimo, 2-A:20-B:C;
- VI. Carga de compostos halogenados: um extintor com capacidade extintora de, no mínimo, 5-B.

A NORMAM 02/2005 - DPC descreve que todos os extintores portáteis novos e os revisados deverão possuir o selo do Inmetro, conforme portaria em vigor, e as quantidades e tipos de extintores de incêndio para embarcações com AB < que 20 são definidos em função do comprimento (Ct), conforme quadro 3.

Quadro 3 - Quantidades e tipos de extintores de incêndio de acordo com comprimento total da embarcação.

Comprimento total (Ct)	Quantidade e tipo de extintores
Se o Ct > 12m	2 de 4 kg CO ₂ próximo ao motor (*) 1 DE 1kg de PÓ QUÍMICO no comando e na cozinha 1 DE 10l ÁGUA nas acomodações
Se 8m < Ct ≤ 12 m	1 DE 6 kg de CO ₂ próximo ao motor (*) 1 DE 4kg de PÓ QUÍMICO no comando
Ct ≤ 8 m	1 de 4 kg CO ₂ ou 1 de 1 kg pó químico (*)

Fonte: NORMAM 02/2005 - DPC. Observação: (*) - Se dotada com praça de máquinas separada, mais um de 6 kg de Pó Químico próximo ao local.

Não é recomendável o uso de extintores de pó ABC em embarcações de alumínio. A localização dos extintores deverá ser aquela que se configura a mais conveniente em caso de emergência (NORMAM 02/2005 - DPC)

3. PROGRAMAS E RECURSOS FINANCEIROS

O Ministério da Educação, por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), executa atualmente 2 (dois) programas voltados ao transporte escolar: o Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE) e o Programa Caminho da Escola. O FNDE é uma autarquia do Ministério da Educação que tem como missão prover recursos e executar ações para o desenvolvimento da Educação, visando garantir a qualidade da educação a todos os brasileiros.

3.1 Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE)

O Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE) foi instituído no âmbito do Ministério da Educação pela Lei Nº 10.880, de 9 de junho de 2004, e sua execução ficou a cargo do FNDE. Tem como objetivo, segundo o art. 2º da lei nº 10.880/2004 (alterada pela Lei nº 11.947/2019), “oferecer transporte escolar aos alunos da educação básica pública, residentes em área rural, por meio de assistência financeira, em caráter suplementar, aos Estados, ao Distrito Federal e aos municípios, observadas a disposições desta lei. ” (BRASIL, 2004). De acordo com os parágrafos 1º ao 4º da referida lei, o montante dos recursos financeiros será repassado em parcelas e calculado com base no número de alunos da educação básica pública residentes em área rural que utilizem o transporte escolar, serão determinados com base nos dados oficiais do censo escolar, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, relativo ao ano imediatamente anterior ao do atendimento.

O Conselho Deliberativo do FNDE divulgará, a cada exercício financeiro, a forma de cálculo, o valor a ser repassado aos entes referidos no caput do art. 2º, a prioridade dos repasses, bem como orientações e instruções necessárias à execução do PNATE, observado o montante de recursos disponíveis para este fim constante da Lei Orçamentária Anual, e em suas alterações, aprovadas para o

Fundo. A assistência financeira de que trata o artigo 2º tem caráter suplementar, destina-se, exclusivamente ao transporte escolar do aluno.

Além de identificar os beneficiários, é importante considerar as características, as particularidades e a capacidade de financiamento, pois o custo com o transporte escolar pode variar de região para região.

Segundo o FNDE, os recursos financeiros liberados por meio deste Programa são utilizados para custear despesas com manutenção, seguros, licenciamento, impostos e taxas, pneus, câmaras e serviços de mecânica em freio, suspensão, câmbio, motor, elétrica e funilaria, recuperação de assentos, combustível e lubrificantes do veículo ou; no que couber, da embarcação utilizada para o transporte de alunos da educação básica pública, residentes em área rural. Pode ser utilizado também para o pagamento de serviços contratados junto a terceiros para o transporte escolar (FNDE, 2020).

3.2 Programa Caminho da Escola

O programa Caminho da Escola foi criado pela Resolução nº 3 de 28 de março de 2007, com a finalidade de ampliar, por meio do transporte escolar, o acesso e a permanência dos alunos da educação básica transportados da zona rural dos sistemas estadual e municipal, renovar a frota de veículos escolares, garantir segurança e qualidade ao transporte dos estudantes, padronizar os veículos de transporte escolar, reduzir preços dos veículos e aumentar a transparência nessas aquisições.

Participam como beneficiários deste Programa, o Distrito Federal, Estados, Municípios e outros órgãos da administração pública de entes federados que transportam alunos da zona rural da Educação Básica, nos termos da Resolução CD/FNDE Nº 1/2012. (BRASIL, 2012).

De acordo com a Apostila do FNDE “Conhecendo o Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE) e o Programa Caminho da Escola”, a participação no programa Caminho da Escola se dá por meio de adesão ao pregão

eletrônico para registro de preços e as aquisições de veículos podem ser feitas de três maneiras (FNDE, 2020):

- a) Assistência financeira do FNDE;
- b) Recursos próprios dos estados, Distrito Federal e municípios;
- c) Linha de crédito do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

O FNDE deverá disciplinar os procedimentos, além de acompanhar, controlar e fiscalizar o cumprimento das normas estabelecidas para o programa. E assim como no PNATE, quem também fiscaliza o Programa Caminho da Escola são os conselheiros do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica - FUNDEB.

4. TRANSPORTE ESCOLAR NO ESTADO DE RONDÔNIA

Localizado na região norte do Brasil, o Estado de Rondônia, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, possui uma extensão territorial de 237.765,233 km², sendo que sua área está dividida em 52 municípios (figura 4). De acordo com o censo de 2010 do IBGE, 1.149.180 pessoas residem em área urbana e 413.229 pessoas residem em área rural em todo o Estado.

Uma das grandes dificuldades encontradas no Estado é o transporte público, que em sua maioria; está localizado na capital do Estado, Porto Velho. No censo de 2018, que quantifica os tipos de veículos no Estado, há 6.164 ônibus no território de Rondônia que estão divididos em transporte público coletivo urbano, transporte escolar, transporte rodoviário, entre outros. O transporte público coletivo e escolar desempenham um papel importante para o exercício das atividades cotidianas da população e o acesso às instituições de ensino é um dos fatores que contribui para a sua utilização.

Figura 4 - Mapa do Estado de Rondônia



Fonte: História e Geografia de Rondônia – Disponível em: <http://rondoniaemsala.blogspot.com/2010/08/as-divisoes-regionais.html> - Acesso 19 de Novembro de 2019.

As áreas urbanas são providas de transporte público coletivo que não é gratuito, porém permite o deslocamento praticamente em todo o perímetro urbano de uma cidade, facilitando o acesso de quem reside na área urbana às instituições de ensino. Todavia, as problemáticas apresentadas em relação ao transporte encontram-se nas regiões rurais ou de longa distância.

As regiões rurais do Estado de Rondônia apresentam um padrão complexo de organização espacial e estrutural das estradas. As estradas do perímetro rural encontram-se segregadas por travessões, pontes de madeiras e rios, sem pavimentação e desníveis negativos na maioria de sua extensão. Além disso, os

moradores da área rural são caracterizados, em sua maioria, de baixa renda, fazendo com que os estudantes dependam quase que exclusivamente do transporte escolar que, por sua vez, é gratuito.

Além do transporte escolar terrestre nas regiões rurais, há também no Estado o transporte escolar fluvial, realizado por voadeiras nas regiões rurais ribeirinhas, o qual, é a única forma que os estudantes dessa localidade possuem para terem acesso às escolas.

Isso posto, com relação ao serviço do transporte escolar e a quantidade significativa de pessoas que residem em área rural, a oferta inadequada de serviços e de infraestrutura de transportes resulta em um déficit da qualidade de aprendizado dos estudantes que utilizam esse meio de locomoção.

No Estado de Rondônia a prestação do serviço do transporte escolar ocorre de forma direta, indireta ou mista; por meio de convênios, contratos, termos de cooperação ou frotas oficiais. A parceria do Estado com os municípios fortalece o desempenho do serviço de transporte e favorece um laço de união para a melhoria da educação no Estado de Rondônia como um todo.

5. TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DA ADMINISTRAÇÃO

Segundo a Lei nº 3.307, de 19 de dezembro de 2013, na Administração, para a execução de projetos, programas e atividades de interesse público oriundos do Orçamento Estadual, ocorre a transferência de recursos financeiros mediante convênios, contratos e termos cooperação que são celebrados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Direta e Indireta do Estado de Rondônia, juntamente com os órgãos e entidades Públicas Federais, Estaduais, Municipais e com entidades privadas sem fins lucrativos.

Para buscarmos compreender melhor, considera-se necessária a formalização de alguns termos nos moldes da Lei nº 3.307, de 19 de dezembro de 2013:

Art. 1º. [...]

§ 1º. Para os efeitos desta Lei, considera-se:

[...]

IV – Concedente – órgão ou entidade da Administração Pública Estadual, Direta e Indireta responsável pela transferência dos recursos financeiros ou pela descentralização dos créditos orçamentários destinados à execução do objeto do convênio;

V – Contratante – órgão ou entidade da Administração Pública, Direta e Indireta, do Estado de Rondônia, que pactua a execução de programa, projeto, atividade ou evento, por intermédio de instituição financeira mandatária, mediante a celebração de contrato de repasse;

VI – Conveniente – órgão ou entidade da Administração Pública, Direta e Indireta, de qualquer esfera de governo, bem como entidade privada sem fins lucrativos, com o qual a Administração Estadual pactua a execução de programas, projetos, atividades ou evento, mediante a celebração de convênio;

VII – Contratado – órgão ou entidade da Administração Pública, Direta e Indireta, de qualquer esfera de governo, bem como entidade privada sem fins lucrativos, com a qual a Administração Estadual pactua a execução de contrato de repasse;

VIII – Interveniente – órgão ou entidade da Administração Pública, Direta e Indireta, de qualquer esfera de governo, bem como entidade privada sem fins lucrativos, que participa do convênio para manifestar consentimento ou assumir obrigações em nome próprio;

[...]

XIII – Projeto Básico – conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar a obra, serviço, complexo de obras ou serviços, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegurem a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento, e que possibilite a avaliação do custo da obra e serviço de engenharia e a definição dos métodos e do prazo de execução. [...]

5.1 Convênios

O Convênio é realizado quando acontece um acordo entre as partes de interesses recíprocos, Estado e Municípios, na formalização de parcerias que se adequem a necessidade de ambos, partindo desse pressuposto há a necessidade da apresentação da documentação necessária a realização do pacto.

Em primeiro lugar o município deverá apresentar levantamento do quantitativo de alunos, tanto da rede estadual, como municipal; residentes na zona rural que necessitam do transporte para se locomoverem de suas residências até o ambiente escolar, feito isso a concedente, que seria o Estado com a interveniência da Secretaria de Estado da Educação - SEDUC, realiza levantamento de custo mediante comprovação de fiscalização emitida pelas Coordenadorias Regionais de Educação - CREs, órgão responsável pelas informações necessárias que são exigidas pela concedente. Após a aprovação do valor encontrado para repasse em face da parceria, faz-se necessário a juntada de documentos pertinentes à formalização mediante “cheque list” expedido pelo órgão concedente, sendo que após a aprovação da documentação mediante abertura do processo, tramita na Procuradoria Geral do Estado de Rondônia - PGE interna para celebração de convênios e posterior repasse.

- Contratação

A subcontratação de serviços de transporte escolar modalidade convênio só será admitida nos termos e limites previstos no edital de licitação.

A subcontratação de forma irregular pode inviabilizar a prestação do serviço de transporte escolar e, por isso, não deve ocorrer. Toda contratação deve observar os dispositivos contidos na Lei 8.666/93, cujo processo licitatório deve selecionar a proposta mais vantajosa, ou seja, aquela com menor custo e maior benefício para a Administração Pública.

- Formas de execução

É realizado por veículos (rodoviários e fluviais) próprios ou alugados pelos governos Estaduais e Prefeituras. O regime ou sistema de execução do transporte escolar pode ser de três diferentes formas:

- a) Execução direta: quando o município presta diretamente os serviços de transporte escolar, na íntegra, por meio de frota própria;
- b) Execução indireta: relativa à contratação de uma ou mais empresas para prestar todo o serviço do transporte escolar;
- c) Execução mista: quando o município decide prestar diretamente parte dos serviços e contratar a outra parcela.

5.1.1 Programa estadual IR e VIR, com início a partir de fevereiro de 2020

A lei 4.426, de 10 de dezembro de 2018, institui o Programa Estadual de Transporte Escolar compartilhado IR e VIR, direcionado a transferência de recursos para custeio do transporte do educando residente em zona rural.

Conforme o Art. 2º, do Decreto nº 24.490, de 22/11/2019, que regulamenta a referida Lei: “A Administração Municipal que tenha interesse em participar do Programa Estadual de Transporte Escolar Compartilhado Ir e Vir, deve inscrever-se mediante a assinatura de Termo de Adesão, pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, a ser celebrado com o Estado por intermédio da Secretaria de Estado da Educação-SEDUC”.

O Programa não muito difere da modalidade convênio o mesmo atende os requisitos da Lei a qual foi instituído com um pequeno referencial em face ao procedimento licitatório, sendo que nesta modalidade o atendimento ao proposto está qualificado para atendimento em conformidade com o caderno de informações Técnicas da Superintendência Estadual de Licitações - SUPEL e legislação

correlata inseridos na Lei de criação do programa nº 4.426/2018, Decreto de regulamentação nº 24.490/2019 e Portaria de Publicação de valores.

A subcontratação de forma irregular pode inviabilizar a prestação do serviço de transporte escolar e, por isso, não deve ocorrer.

Formas de execução, não difere a modalidade convênio. Pois é realizado por veículos (rodoviários e fluviais) próprios ou alugados pelos governos estaduais e prefeituras;

O regime ou sistema de execução do transporte escolar nesta modalidade segue a mesma forma da modalidade convênio sendo direta, indireta ou mista.

5.2 Contratos

Contrato, de acordo com a Lei nº 8.666/93, é todo e qualquer ajuste celebrado entre órgãos ou entidades da Administração Pública e particulares, por meio do qual se estabelece acordo de vontades, para formação de vínculo e estipulação de obrigações recíprocas.

O transporte escolar pode ser realizado pelo Estado e Município ou por Terceiros, particulares contratados pela Administração Pública, que deverão cumprir as regras do contrato, recebendo remuneração diretamente do contratante pelo serviço prestado, em conformidade com a Lei nº 8.666/93. Se o Poder Público optar por terceirizar a execução do serviço de Transporte Escolar Rural deverá fazê-lo sob a forma de contratos de serviço, regidos pela Lei nº 8.666/93. O Contratado é mero executor do serviço, recebendo pagamento diretamente do Poder Público contratante. A Contratação está sujeita à prévia licitação, conforme art. 2º da Lei nº 8.666/93

Para implementar a regulação do serviço de transporte escolar rural, a Administração Pública precisa conhecer os problemas a serem solucionados, a situação atual e os objetivos que pretende atingir com suas ações. A Coordenadoria

Regional de Educação - CRE responsável encaminha a necessidade a ser contratada como: descrição dos trajetos, mapas dos trajetos, relação dos alunos, cópia do último termo aditivo (quando houver); quantitativo de ônibus e o quantitativo de quilômetros que necessita ser executado.

Mas conhecer só não basta, é preciso planejar essas ações, definindo pontos essenciais, e são esses pontos que serão o norte para a elaboração de um Projeto Básico a ser inserido no processo de licitação, nele estarão definidas todas as necessidades e características dos materiais necessários para determinada região, bem como, o tipo do profissional e a qualificação exigida.

Conforme o art. 37, inciso XXI da Constituição Federal, é necessário a realização de licitação para: Obras; Serviços; Compras; Alienações. Contudo, a própria lei abre exceções para alguns casos, criando a figura da dispensa ou inexigibilidade. A diferença entre inexigibilidade e dispensa é:

- Inexigibilidade ocorre sempre que não exista possibilidade de competição, devendo, contudo, ser comprovada (art. 25 da Lei nº 8.666/93);
- Dispensa acontece quando mesmo sendo aceitável a licitação, ocorre razão justificada que exclua sua necessidade (arts. 17 e 24 da Lei nº 8.666/93).

Observação: Se o valor do contrato de serviços do operador privado for inferior a R\$8.000,00; se for necessária a aquisição de peças para a manutenção de ônibus escolares com fornecedor original durante período de garantia; ou se contratar serviços ou mão-de-obra de Associação de Portadores de Deficiência Física, sem fins lucrativos e de comprovada idoneidade, para monitoria nos veículos, a Licitação será dispensada.

Em casos de Licitação, toda a demanda enviada pela CRE é analisada e autorizada pelo ordenador de despesas. Após, vai para a Superintendência Estadual de Licitações - SUPEL dar sequência no chamamento público, para verificar qual será a empresa vencedora, que deverá apresentar todos os itens estipulados pelo Projeto Básico. Os veículos serão fiscalizados previamente pelo Chefe de Transporte da CRE responsável juntamente com o DETRAN (transporte

terrestre) ou Marinha do Brasil (transporte fluvial), que serão informados pela Assessoria Técnica de Contratos sobre tal ação. Definida a empresa, o processo retorna para a SEDUC, passando pelo setor de Orçamento, Homologação até a elaboração do contrato. Com a assinatura do contrato, é elaborada a Ordem de serviço junto à empresa.

Antes de iniciar a prestação dos serviços, é confeccionada a Portaria de Fiscal do Contrato, o qual é responsável por realizar fiscalização *in loco* e emitir Relatório de Acompanhamento e Fiscalização dos serviços prestados pela contratada. O fiscal anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados; é orientado que o Fiscal dos Contratos de Transporte Escolar seja o Chefe de Transporte da CRE, pois já é função do mesmo acompanhar esses tipos de serviços. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do fiscal deverão ser solicitadas aos seus superiores, em tempo hábil, para adoção das medidas convenientes;

Também é confeccionada a Portaria de Comissão de Termo de Recebimento, onde os membros (normalmente 4 servidores) certificarão e acompanharão a prestação de serviço de transporte escolar, realizando mensalmente o recebimento das notas fiscais, e após compará-las com o relatório das escolas e do Fiscal do Contrato, expedirão Termo de Recebimento dos Serviços executado pela contratada.

Tanto a portaria do Fiscal de Contrato, quanto a Portaria da Comissão de Termo de Recebimento e Certificação, devem obrigatoriamente ser publicadas no Diário Oficial do Estado de Rondônia - DOE/RO.

Após o início dos serviços prestados, o processo de contratação será enviado para Coordenadoria responsável, a fim de anexar as notas fiscais que a empresa tem que apresentar todo mês, Relatório do Fiscal do Contrato, Termo de Recebimento e Certificação elaborado pela comissão, além de todas as documentações exigida no certame licitatório. O representante do transporte

escolar da CRE reenvia o processo de volta para o gestor do contrato para dar sequência no pagamento apresentado através das notas fiscais e relatórios.

5.3 Termo de Cooperação

Termo de Cooperação Técnica de acordo com o Parecer 15/2013 da Advocacia Geral da União é definido como “O ACORDO de cooperação como um instrumento jurídico formalizado entre órgãos e entidades da Administração Pública ou entre esses e entidades privadas sem fins lucrativos com o objetivo de firmar interesse de mútua cooperação técnica visando à execução de programas de trabalho, projetos/atividade ou evento de interesse recíproco, da qual não decorra obrigação de repasse de recursos entre os partícipes. Por força do Artigo 116 da Lei 8.666/1993, a mesma se aplica a esta modalidade de instrumento jurídico”.

O acordo de cooperação é um instrumento formal utilizado por entes públicos para se estabelecer um vínculo cooperativo ou de parceria entre si ou, ainda, com entidades privadas, que tenham interesses e condições recíprocas ou equivalentes, de modo a realizar um propósito comum, voltado ao interesse público. Normalmente, as duas partes fornecem, cada uma, a sua parcela de conhecimento, equipamento, ou até mesmo uma equipe, para que seja alcançado o objetivo acordado, não havendo, contudo, nenhum tipo de repasse financeiro.

O TERMO ou ACORDO de cooperação se diferencia de convênios, contratos de repasse e termos de execução descentralizada pelo simples fato de não existir a possibilidade de transferência de recursos entre os partícipes. Essa é mais uma forma de reforço do Regime de Colaboração entre os entes públicos, podendo ser utilizado para a execução do transporte escolar compartilhado, desde que não haja repasse de recursos com essa finalidade para o município.

Para formalização do Termo de Cooperação é necessária a elaboração de um Plano de Trabalho bem criterioso, contendo de forma pormenorizada as obrigações de cada partícipe. No Plano de Trabalho, além das etapas já previstas

para sua elaboração, deverá constar detalhadamente a atribuição de cada ente público, sendo:

- Responsabilidade total pelos alunos que utilizam o transporte escolar;
- Detalhamento de todas as formas de segurança;
- Responsabilidade por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, social, tributária e trabalhista, respondendo por si e por seus sucessores;
- Responsabilidade por todos os veículos, que deverão estar dentro das condições previstas nos artigos 135 a 139 do Código de Trânsito brasileiro e com as Resoluções do CONTRAN e DETRAN, bem como as normas vigentes para realização do transporte escolar;
- Atendimento na íntegra de todos itinerários ou trajetos constantes no Plano de Trabalho;
- Previsão de possíveis alterações durante sua execução, devendo estas ser solicitadas através de Aditivo ao Termo de Cooperação;
- Previsão de cláusula de rescisão, que o ajuste poderá ser denunciado por escrito a qualquer tempo, e rescindido de pleno direito, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, por descumprimento das normas estabelecidas, por inadimplemento de quaisquer de suas cláusulas ou condições ou pela superveniência da norma legal ou fato que o torne material ou formalmente inexequível, dele decorrendo as responsabilidades pelas obrigações contraídas no prazo de sua vigência.

O termo de cooperação técnica é elaborado quando não há, por algum motivo legal, a possibilidade do município de aderir o Programa Ir e Vir ou ainda o firmamento de um convênio com o Estado, uma vez que, estas são as opções mais comuns para a execução do Transporte Escolar de forma compartilhada.

5.4 Prestação de contas

5.4.1 Gerência de prestação de contas/SEDUC

Conforme determina a Constituição Federal de 1988, em seu Parágrafo Único do artigo 70 versa:

Art. 70. [...]

Parágrafo único. Prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária.

Partindo desse princípio as prestações de contas dos recursos financeiros transferidos das esferas estadual e federal para execução na forma de termo de adesão, contratos e convênios estão sujeitos ao controle, acompanhamento, fiscalização, análise e homologação, com base nas legislações específicas que os rege quais sejam: Programa Estadual de Transporte Escolar Compartilhado IR e VIR, e aqueles firmados por Convênio, com exceção do PNATE – Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar que tem sua conta julgada pelo Conselho de Controle Social – CACS, e pelo FNDE – Fundo de Desenvolvimento da Educação.

5.4.2 Programa Ir e Vir

Dessa forma, para o Programa Estadual de Transporte Escolar Compartilhado Ir e Vir, foram elaborados instrumentais para auxiliar também na correta composição e organização da formalização da prestação de contas, sendo os anexos legalizados pela Portaria nº 3464 de 18 de setembro de 2020, publicados no DOE nº 188 de 25/09/2019 com vistas a consolidar a prestação de contas com coesão referencial, que apesar de minuciosa, apresenta o passo a passo para que a prestação de contas possa ser feita de maneira rápida e fácil e posterior entrega na GPC, devendo o prazo de entrega da prestação de contas obedecer o disposto no o § 1 do Decreto 24.490 de 22 de novembro de 2019, ainda devem ser observados o artigo 6º da Lei nº 4.426 /2018, §2 do art. 15 do referido decreto.

5.4.3 PNATE

Em relação à prestação de contas do PNATE, é realizada juntamente com a concessão do recurso, encaminhada a Gestão de Prestação de Contas (GPC) e posteriormente inserida no Sistema de Gestão de Prestação de Contas On Line – (SIGPC) do FNDE.

A prestação de contas do PNATE após inserida no Sistema de Gestão de Prestação de Contas (SIGPC), com prazo até o dia 28 de fevereiro do ano subsequente ao da efetivação dos créditos do recurso, é encaminhada pelo gestor municipal, estadual ou distrital, ao Conselho de Acompanhamento e Controle Social – CACS para emitir o seu parecer pelo Sistema de Gestão de Conselhos (Sigecon), até 30 de abril do ano subsequente ao da efetivação do crédito à conta do PNATE, levando em conta a execução do objeto por meio do recurso recebido e verificando a veracidade das informações prestadas pelo Ente Executor. No âmbito do FNDE a prestação de conta será analisada pelas áreas técnicas e financeira que se manifestarão por meio de pareceres conclusivos. Ficando disponível no endereço eletrônico: <https://www.fnde.gov.br/sigpc> pelo Ente Executor (EEx).

5.4.4 Caminho da Escola

A prestação de contas do Programa Caminho da Escola deve ser elaborada pelos gestores municipais, estaduais ou distrital no Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle do Ministério da Educação (SIMEC), na aba “Execução e Acompanhamento”. O prazo para enviar a prestação de contas das ações previstas nos termos de compromissos firmados no Plano de Ação Articulada (PAR) é de no máximo 60 (sessenta) dias após o encerramento de sua vigência, ou de sua rescisão. Para o envio da prestação de contas, o ente federado precisa registrar no SIMEC o monitoramento da aquisição do veículo, as informações financeiras, a declaração de guarda de documentos e o relatório de cumprimento de objeto, que são documentos declaratórios. A seguir, os gestores

enviam a prestação de contas para manifestação do CACS/ FUNDEB que tem o prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir do envio da prestação de contas pelo gestor, para enviar sua análise ao FNDE. Conforme disposto no Artigo 10 da Lei nº 12.695, de 25 de julho de 2012, cabe ao CACS/FUNDEB o acompanhamento, o controle social e a análise das prestações de contas dos recursos repassados aos entes federados no âmbito do PAR. O Caminho da Escola é uma das ações previstas no PAR. Se a prestação de contas não for processada no prazo e na forma estabelecidos, os gestores municipal, estadual ou distrital, assim como o presidente do CACS/FUNDEB poderão ser responsabilizados civil, penal e administrativamente – e, de acordo com a normas dos Programas de Transporte Escolar, o ente federado poderá ser punido com a suspensão de repasses financeiros futuros. Para maiores informações sobre o processo de prestação de contas do Caminho da Escola acesse o Manual “PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS – Orientações para Acompanhamento, Controle e Análise das Prestações de Contas pelos CACS/FUNDEB – Módulo PAR 2011-2014”, disponibilizado na página do PAR.

5.4.5 Contratos administrados – SEDUC

Para os contratos elaborados por meio dos Recursos Estaduais a prestação de contas é feita de acordo com o Plano de Trabalho, onde determina toda a documentação e relatórios necessários que os Fiscais de Contratos e a Comissão Certificadora e de Recebimento devam fazer e apresentar à Assessoria Técnica de Contratos da Secretaria Estadual de Educação, certificando desta maneira que todas as cláusulas do contrato estejam sendo cumpridas e que a empresa contratada está regular no âmbito fiscal e trabalhista, bem como, se sua estrutura e qualificação técnica permanecem aptas para o funcionamento do Transporte Escolar.

6. FROTA OFICIAL

A Administração Pública é o conceito pelo qual as ações governamentais são organizadas com o objetivo de obter as operacionalizações de modo eficiente e eficaz junto aos cidadãos. Para este propósito, utiliza-se do conhecimento da administração nas funções de elaborar, estruturar, conduzir e coordenar a máquina pública para que os serviços públicos estabelecidos cheguem à sociedade de forma satisfatória.

Tendo em vista essa conceituação e baseado no fato de que as instituições públicas devem assegurar o acesso à Educação, o transporte escolar é uma importante ação pública para que os alunos da educação básica, principalmente das zonas rurais, tenham acesso às unidades de ensino, direito esse garantido pela Constituição Federal e demais legislações.

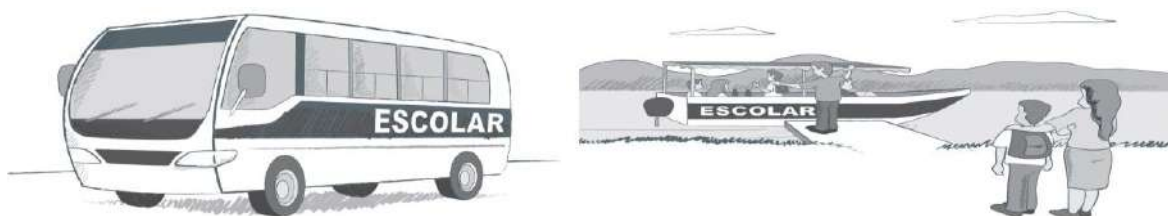
Um dos modos de garantir que os alunos tenham acesso ao transporte escolar é a aquisição de veículos para a frota oficial do Estado e/ou Município. Para tal ação, o gestor público utiliza de ferramentas disponíveis tendo um conjunto de obrigações (financeira, técnica e administrativa) e noções das variadas áreas que se fazem necessárias para estruturar, controlar e coordenar a frota utilizada no Transporte Escolar.

Além disso, cabe a gestão da frota oficial planejar e gerenciar as situações como manutenções e abastecimentos, garantindo de forma eficiente o atendimento da demanda escolar e, também, o controle dos servidores responsáveis pela condução dos veículos e monitoramento dos alunos.

Segundo a apostila Módulo 5: Gestão da Frota do Transporte Escolar - FNDE, alguns aspectos devem ser considerados na aquisição dos veículos, como: adequação às características e necessidades de cada localidade atendida (embarcações, ônibus, bicicletas, etc.); adaptação para as pessoas com deficiência; idade do veículo; distâncias que serão percorridas diariamente; adequação às características financeiras de quem vai arcar com os custos de aquisição, manutenção, equipamentos de auxílio e equipes de suporte técnico.

Todas as especificações técnicas do tipo de veículo necessário precisam estar bem definidas nos editais e licitações como o desempenho do motor, equipamentos de segurança, adaptações, capacidade de transporte, mobiliário, acessórios, entre outros (Módulo 5: Gestão da Frota do Transporte Escolar - FNDE). Buscando a maior efetividade dos serviços prestados no transporte escolar, a gestão pública precisa atentar-se para as legislações que regem o transporte escolar terrestre e fluvial, respeitando suas especificações.

Figura 5 - Imagens de tipos de transporte escolar – terrestre e fluvial.



Fonte: Cartilha: Regulação do Transporte Escolar Rural – Disponível em: www.fnde.gov.br – Acesso em: 07/04/2020.

Como já ressaltado, o adequado planejamento da administração da frota precisa buscar um resultado de excelência, visando entregar o produto final de forma a atender satisfatoriamente o direito constitucional da sociedade. Um dos planejamentos é estabelecer as exigências instituídas nas legislações específicas para cada transporte.

Nos manuais do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE descreve a identificação visual padrão dos veículos escolares: “na traseira e nas laterais das carroçarias e/ou cascos, deve ser pintada, em toda a sua extensão, uma faixa horizontal com as seguintes especificações: cor preta com 400mm \pm 10mm de largura, a meia altura, na qual deverá ser inscrita, em letras maiúsculas, o dístico “ESCOLAR”, na tipologia Arial, com altura da letra de 280mm \pm 10mm, na cor ‘Amarelo Escolar’ (referência da cor: 1.25Y 7/12 – Tabela de Cartelas Munsell), pintado em sistema poliuretano bi componente, e espessura da camada seca entre 50 e 60 μ m” (FNDE).

Outra característica da ação dos gestores da frota é assegurar a execução do transporte escolar em condições satisfatórias, priorizando a integridade física e o conforto dos usuários, ou seja, sobrepondo a segurança como uma das prioridades. Com isso, é necessário que a gestão busque sempre fiscalizar os elementos básicos de segurança garantindo que o transporte escolar seja realizado com êxito.

Os agentes de transporte escolar da Administração devem dominar todos os requisitos básicos de segurança exigidos para o transporte escolar (terrestre e fluvial), em especial as regulamentações estabelecidas pelos órgãos de controle.

Dentre os principais itens de segurança do transporte escolar, se destacam: extintores de incêndio; caixas de Primeiros Socorros; sistemas de retenção; tacógrafo; travas de segurança que impedem a abertura total das janelas; luzes de segurança; limitador de velocidade; sistemas de rádio e GPS; dentre outros (Módulo 5: Gestão da Frota do Transporte Escolar - FNDE).

Além da observância dos aspectos físicos do sistema e da operação, a gestão precisa se atentar a alguns parâmetros necessários para designar os agentes no serviço, conforme explícito no tópico de competências dos motoristas/pilotos e monitores do referido Manual.

7. EMPRESAS TERCEIRIZADAS

As empresas que participam dos processos licitatórios e contratos precisam ter algumas características como idoneidade técnica, financeira e jurídica; sendo apta a realizar seus serviços de acordo com as leis vigentes (Lei nº 8.666/93). Os encargos e responsabilidades das empresas devem ficar claramente definidos em regulamentos e/ou contratos possibilitando uma maior transparência na prestação dos serviços e fiscalização dos mesmos (Lei nº 8.666/93 – Capítulo III, Seção I: Disposições Preliminares).

É de responsabilidade da empresa a prestação de contas com os documentos requeridos nos regulamentos e/ou contratos, fornecendo toda

assistência necessária para cumprimento do contrato, se responsabilizando pela contratação dos colaboradores e pelos encargos previdenciários, sociais e trabalhistas dos mesmos. A contratada deverá manter durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.

É fundamental que a empresa zele pela qualificação de seus colaboradores. Cursos como o de condutor escolar e monitor são necessários para que os funcionários qualifiquem-se para um adequado atendimento decorrente da atividade exercida.

Faz-se necessário que a empresa contratada possibilite aos fiscais de contrato e monitoramento da contratante o livre acesso aos registros e documentos de natureza social, trabalhista e tributária, bem como os veículos de transporte escolar.

A empresa tem por obrigação realizar a manutenção de qualquer caráter e abastecimento de seus veículos escolares. É responsável também por apresentar os veículos em bom estado de uso, conservados e limpos; realizando substituição quando houve necessidade (em casos de acidente ou qualquer tipo de defeito ou manutenção). A substituição dos veículos deverá ser comunicada com antecedência à administração da contratante, assim como, a troca de motoristas/pilotos e monitores; devendo em todos os casos preencher as mesmas condições e requisitos prescritos no contrato.

É importante que a empresa respeite as legislações que regem suas atividades contratadas, como: Código de Trânsito Brasileiro - CTB, Leis marítimas (NORMAM), entre outras; obedecendo principalmente os requisitos de segurança determinados para cada tipo de transporte. Serão de responsabilidade da empresa a apresentação e quaisquer despesas dos veículos para vistoria junto aos órgãos competentes de fiscalização de veículos (fluviais e terrestres).

É de incumbência da empresa providenciar um condutor e/ou um monitor para cada veículo (conforme natureza das atividades) que fará o transporte dos alunos da Educação Básica, com o objetivo de transportar e acompanhar os alunos no percurso. Designar aos seus colaboradores, o uso obrigatório de crachá de

identificação e acompanhar as atividades diárias desenvolvidas por eles que são essenciais para promover a efetividade do atendimento do transporte escolar.

8. FUNCIONALIDADE, COMPETÊNCIAS E RESPONSABILIDADES NO TRANSPORTE ESCOLAR

As resoluções e práticas envolta no processo de administrar o transporte escolar depende do compromisso e envolvimento de diversas esferas, secretarias e órgãos do sistema público. A gestão do transporte escolar no Estado é desenvolvida de forma integrada e cada instituição possui responsabilidades próprias.

8.1 Governo Federal

Na busca de proporcionar sempre o melhor desenvolvimento da educação e atender a população que, por vezes, não possuem condições de locomoção para usufruir das unidades de ensino públicas, a União trabalha auxiliando os Estados e Municípios nos recursos financeiros e buscando junto aos órgãos da própria jurisdição o apoio a fiscalização e monitoramento para combater atos criminosos.

8.2 Governo do Estado de Rondônia

A administração do Governo do Estado de Rondônia trabalha em parcerias com os municípios buscando a melhor maneira de atender as demandas das escolas onde os alunos necessitam de transporte escolar. Os órgãos do Estado trabalham proporcionando uma administração e organização do transporte escolar de forma confiável e transparente; trabalhando no monitoramento, fiscalização e nos repasses financeiros para os municípios. Cada órgão, instituição ou secretaria do Estado tem seus objetivos e diretrizes para o desenvolvimento do transporte escolar e a harmonização das ações promovem um crescimento na educação do Estado.

8.3 Secretarias de Estado da Educação

A Secretaria de Estado da Educação de Rondônia concentra os trabalhos técnicos-administrativos do transporte escolar em nível do Governo de Estado e é responsável especificamente pelas seguintes atividades:

- Acompanhar a oferta do serviço do transporte escolar em todo o Estado e zelar pelo seu cumprimento;
- Propor a parceria aos municípios na adesão dos serviços de apoio ao transporte escolar, para atendimento aos alunos da educação básica que residem na área rural;
- Celebrar Convênio para atendimento ao Transporte Escolar dos alunos da rede estadual e municipal de ensino;
- Repassar, coordenar e acompanhar os recursos financeiros, obedecendo o Cronograma de Desembolso aprovado pela concedente, Secretaria de Estado da Educação, estabelecida na legislação pertinente;
- Designar às Coordenadorias Regionais de Educação (CREs) responsáveis pela jurisdição da Unidade Educacional para realizar o acompanhamento e avaliação da execução dos serviços;
- Elaborar contratos com empresas em casos que não for possível firmar parcerias via convênio;
- Analisar e aprovar a prestação de contas do convênio/contrato;
- Gerenciar os veículos da frota própria, que prestam atendimento ao Transporte Escolar;
- Criar portarias, decretos e materiais de apoio que possam regulamentar os procedimentos/etapas do processo de Transporte Escolar;
- Fiscalizar e Monitorar as ações das CREs e intervir, quando necessário;
- Administrar as informações geradas pelas CREs e propor ações voltadas à melhoria da oferta desse serviço em todo o Estado;
- Capacitar, divulgar e orientar as CREs e Instituições de Ensino quanto ao direito e aos critérios definidos para uso do transporte escolar;
- Propor e atualizar os documentos técnico-metodológicos de Gestão do Transporte Escolar Público e atualizar os existentes sempre que necessário;

- Desenvolver estudos, pesquisas e levantamentos no sentido da melhoria da oferta do transporte escolar no município;
- Desenvolver um Sistema de Gestão Eficiente e transparente do Transporte Escolar em todo o Estado.

8.4 Coordenadorias Regionais de Educação – CREs

As Coordenadorias Regionais de Educação - CREs são os órgãos fiscalizadores e operacionais que fazem com que o Transporte Escolar funcione em sua totalidade, acompanhando os serviços, orientando a comunidade escolar e notificando as empresas terceirizadas quando houver intercorrências. Todas as CREs são a ponte entre Escola e SEDUC, trazendo as informações essenciais (relatórios, prestação de contas, registros) para o andamento do processo. São as CREs que indicam servidores para exercerem os papéis de Fiscal de convênio, Fiscal de contrato e membros da comissão certificadora de notas e serviços dos contratos. Tendo essa reflexão, as atividades a seguir são atribuições das Coordenadorias Regionais de Educação:

- Acompanhar e orientar as Unidades Educacionais sobre os direitos, critérios e procedimentos/etapas relacionados ao transporte escolar;
- Acompanhar as ocorrências relativas ao transporte, registradas em livro próprio da Unidade Escolar, informando à Secretaria de Educação para realização e apuração dos fatos;
- Realizar visita *in loco*, conferindo dados informados pelos contratados/conveniados, no tocante a levantamento de custos, número de alunos, quilômetro dia, dias letivos, bem como alteração ou supressão de rotas e/ou realinhamento de preços, certificando a veracidade das informações;
- Realizar a fiscalização dos serviços executados por contratos e convênios, enviando relatório à Secretaria de Educação;
- Elaborar Prestação de contas e enviar para a Secretaria de Educação dos serviços adquiridos através de contratos;

- Responder, em tempo hábil, à Secretaria de Estado da Educação as informações que forem solicitadas referente ao transporte escolar;
- Recepcionar os Relatórios de Acompanhamento Mensal do Transporte Escolar, enviados pelas Unidades de Ensino Estaduais, e encaminhar para a Secretaria Municipal de Educação quando existir convênio;
- Encaminhar à Secretaria Municipal de Educação, quando existir convênio, a listagem dos alunos da rede estadual de ensino que utilizarão o transporte escolar, bem como outras informações que julgarem necessárias.
- Supervisionar as rotas executadas a fim de não permitir trajetos desnecessários ou superdimensionamento das rotas por parte dos prestadores de serviço do transporte escolar;
- Fornecer às escolas instrumentais e orientações para a coleta de dados mensais, relativos ao andamento do transporte escolar;
- Conscientizar a comunidade escolar sobre o papel que cada indivíduo envolvido no transporte escolar deve exercer para o bom funcionamento do processo.

8.5 Prefeituras

No Estado de Rondônia, os municípios também são executores do transporte escolar. Nessa condição, além de oferecer o ensino fundamental e a educação infantil, são responsáveis pela gestão e operacionalização do serviço de Transporte Escolar e as responsabilidades são cumpridas em regime de colaboração com o Governo do Estado. Não somente a atribuição de operacionalização do serviço de transporte é cabível à Prefeitura como boa parte de seus recursos também buscam atender as demandas das manutenções das estradas e rodovias.

8.6 Secretarias Municipais de Educação

As Secretarias Municipais de Educação buscam atender a demanda registrada pelas escolas e proporciona um controle mais próximo no atendimento

do Transporte Escolar. São características das Secretarias Municipais de Educação:

- Assegurar o acesso ao Transporte Escolar, na zona rural, interior do município, os estudantes da rede pública municipal de ensino e mediante convênio, a Estadual;
- Aprimorar a qualidade da prestação do serviço de Transporte Escolar, primando especialmente pela segurança dos alunos;
- Aderir à parceria para apoio ao transporte escolar, para atendimento aos alunos da educação básica que residem na área rural, em consonância com a legislação pertinente;
- Executar as ações pactuadas de acordo com o Plano de Trabalho e anexos, de acordo com legislação pertinente;
- Propiciar aos técnicos da Secretaria de Estado da Educação o livre acesso para o acompanhamento e avaliação dos serviços executados;
- Nomear comissão para acompanhamento e avaliação da execução dos serviços;
- Apresentar a prestação de contas parcial e final dos recursos recebidos na forma estabelecida na legislação pertinente;
- Recepcionar os Relatórios de Acompanhamento Mensal do Transporte Escolar, enviados pelas Unidades de Ensino Municipais, e encaminhar para a Coordenadorias Regionais de Educação - CREs quando existir contrato;
- Encaminhar às CREs, quando existir contrato, a listagem dos alunos da rede municipal de ensino que utilizarão o transporte escolar, bem como outras informações que julgarem necessárias;
- Exercer supervisão sobre as rotas executadas a fim de não permitir trajetos desnecessários ou superdimensionamento das rotas por parte dos prestadores de serviço do transporte escolar.

8.7 Unidades de Ensino

No processo de Transporte escolar a Gestão escolar tem um papel de grande importância, uma vez que, a mesma se torna o fiscal mais assíduo do transporte escolar, podendo assegurar diariamente a sua funcionalidade, bem como a qualidade dos serviços ofertados aos alunos. Logo, compete a escola:

- Identificar no ato da matrícula a necessidade de transporte escolar para o aluno;
- Encaminhar as informações necessárias (ficha de matrícula, comprovante de endereço, Termo de Declaração de utilização do Transporte Escolar - apêndice B e Relação dos estudantes com os dados do Transporte Escolar - apêndice I) para as CREs e/ou Secretaria municipal de Educação;
- Encaminhar às CREs e/ou Secretaria municipal de Educação o calendário escolar pedagógico para análise, informação e aprovação;
- Manter as informações cadastrais do aluno da rede estadual de ensino atualizadas no Diário Eletrônico Portaria N° 2361/2016-GAB/SEDUC;
- Observar e registrar diariamente a funcionalidade do Transporte escolar, conforme apêndice E, F, G e H;
- Acompanhar os alunos diariamente na entrada e saída da escola até o veículo;
- Enviar mensalmente à Coordenadoria Regional de Educação – CRE, quando escola estadual; ou à Secretaria Municipal de Educação, quando escola municipal, planilha de atendimento diário, por veículo e condutor, para fins de comprovação dos serviços prestados (apêndice E, F, G e H);
- Informar em tempo hábil às CREs e/ou Secretaria municipal de Educação qualquer alteração relacionada ao aluno (endereço, evasão, remanejamento de turno e/ou escola, desistências);
- Informar em tempo hábil às CREs e/ou Secretaria municipal de Educação qualquer intercorrência relacionada aos serviços de transporte Escolar;
- Seguir as orientações determinadas pelas CREs e/ou Secretaria municipal de Educação;

- Divulgar aos pais/responsáveis dos alunos e a toda comunidade escolar os critérios e prazos para o atendimento dos alunos que se utilizam do transporte escolar;
- Afixar em lugar acessível a listagem dos condutores responsáveis pelo transporte dos alunos;
- Encaminhar a relação dos alunos a serem transportados pelos condutores, às CREs e/ou Secretaria municipal de Educação (apêndice I);
- Atender aos pais de alunos, fornecendo-lhes as orientações, informações e esclarecimentos, inclusive, com relação às ocorrências/denúncias registradas (apêndice J);
- Encaminhar às CREs e/ou Secretaria municipal de Educação, solicitações relativas a condutores, alunos e famílias quanto aos procedimentos e normas do transporte escolar;
- Informar às CREs e/ou Secretaria Municipal de Educação os alunos ausentes a partir 20 (vinte) faltas consecutivas consideradas injustificadas pelos pais ou responsáveis, tendo como consequência a exclusão do aluno no transporte escolar;
- Incluir questionário contendo avaliação acerca do transporte escolar nas reuniões promovidas com os pais de alunos (apêndice K) e encaminhar às CREs e/ou Secretaria Municipal de Educação;
- Em casos de atividades pedagógicas externas que necessitem de transporte, a escola deverá solicitar autorização, detalhando o trajeto, hora de saída, hora de retorno, fins pedagógicos a ser atingido e relação nominal de alunos e professores que participarão da atividade. A solicitação deverá ser por escrita e entregue à CRE ou Secretaria Municipal de Educação, de acordo com a jurisdição da escola, com antecedência mínima de 04 dias úteis.

8.8 Motoristas, Pilotos e Monitores

As atividades desenvolvidas pelos motoristas/pilotos e monitores são essenciais para o funcionamento do transporte escolar, por isso, algumas práticas

devem ser executadas para que o processo seja realizado de forma eficiente, logo compete a esses agentes:

- Andar, durante o transporte dos alunos, devidamente identificado, e no caso dos motoristas com a Carteira Nacional de Habilitação – CNH dentro do prazo de validade e os condutores de embarcações com suas habilitações emitidas pela Marinha do Brasil;
- Portar relação dos alunos, com nome, telefone, endereço, nome dos pais ou responsáveis;
- Reportar ao diretor da escola qualquer irregularidade cometida pelos alunos durante o trajeto do transporte escolar;
- Realizar frequência/conferência diária dos alunos (embarque e desembarque) – apêndice E e F; entregá-las para a Direção da Escola;
- Manter a limpeza e conservação dos veículos de transporte;
- Promover o bom comportamento dos alunos durante o trajeto, auxiliando-os na travessia de rodovias, pontes e balsas quando se fizer necessário; orientando-os no uso dos acessórios de segurança (cinto, extintores de incêndio, equipamentos de primeiros socorros, etc.) e sobre os perigos e noções no trânsito;
- Não autorizar o desembarque dos estudantes em locais alheios à escola;
- Embarque e desembarque, no transporte terrestre, exclusivamente no lado da calçada e, se possível, no mesmo lado da escola;
- Percorrer fielmente os roteiros, para o qual foi contratado, observando os horários previamente estabelecidos;
- Ter atenção quanto ao uso dos cintos de segurança pelos passageiros e também usá-lo; em embarcações, atenção ao colete salva-vidas;
- Conhecer os elementos básico de segurança conforme o transporte utilizado, auxiliando os alunos quando necessário;
- Transportar somente passageiros devidamente autorizados, sendo expressamente proibido caronas;

- Avisar imediatamente a empresa e a escola problemas ocorridos no veículo de transporte que impossibilitem o trajeto escolar, para que nenhum passageiro fique no trajeto sem chegar ao destino final;
- Conduzir o veículo de transporte com responsabilidade, respeitando e atendendo aos requisitos estabelecidos nas normas do Código de Trânsito Brasileiro e/ou na norma estabelecida pelas autoridades marítimas no caso de veículo aquaviário (Normas Marítimas – NORMAM);
- Buscar ser cordial, otimizando a ética profissional e a qualidade do atendimento.
- Acatar as orientações dos gestores de transporte escolar;
- Não ingerir bebida alcoólica durante o expediente de trabalho;
- Não fumar e não permitir que qualquer pessoa o faça no interior do veículo e/ou nos lugares onde existe trânsito e ou permanência de escolares;
- Apresentar-se adequadamente trajado;

Os requisitos do Código de Trânsito Brasileiro (CTB) para condutor de veículo destinado à condução de escolares estão expostos no art.138 que são:

- a) Ser habilitado na Categoria D;
- b) Ter idade superior a vinte e um anos;
- c) Não ter cometido nenhuma infração grave ou gravíssima, ou ser reincidente em infrações médias durante os doze últimos meses;
- d) Ser aprovado em curso especializado, nos termos da regulamentação do CONTRAN.

Ainda no art. 329 há outra exigência para os condutores escolares:

- Deverão apresentar, previamente, certidão negativa do registro de distribuição criminal relativamente aos crimes de homicídio, roubo, estupro e corrupção de menores, renovável a cada cinco anos, junto ao órgão responsável pela respectiva concessão ou autorização.

8.9 Pais e/ou responsáveis

No artigo 227 da Constituição Federal, é atribuído à família o dever de educar, bem como o dever de convivência e o respeito à dignidade dos filhos, devendo está sempre primar pelo desenvolvimento saudável do menor. Ainda na Constituição federal o artigo 229, também atribui aos pais o dever de assistir, criar e educar os filhos.

Já o artigo 3º do Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece que toda criança e adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, a fim de lhes proporcionar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

A Lei 10.406/2002, o atual Código Civil Brasileiro (CCB), em seu artigo 1.634, impõe entre os deveres conjugais, o de sustento, criação, guarda, companhia e educação dos filhos (1.566, IV).

Sabendo que os pais exercem papel fundamental na educação de seus filhos, é de responsabilidade dos mesmos, assegurar que o menor tenha direito ao transporte escolar quando a situação exige, bem como, orientar e acompanhar seus filhos no processo de utilização dos veículos, fazendo com que os educandos possam usufruir do benefício como um bem público. É fundamental que os responsáveis das crianças/adolescentes exijam de seus filhos as seguintes regras:

- Informar a instituição de Ensino a necessidade de Transporte Escolar (apêndice A);
- Orientar que o menor não converse com o motorista/piloto, salvo um caso de necessidade;
- Exigir que o aluno respeite e obedeça os motoristas/pilotos e monitores;
- Informar a Unidade Escolar sobre mudanças de endereços;
- Exigir que o aluno mantenha-se uniformizado no veículo do transporte escolar;
- Instruir o aluno sobre seu comportamento para com os colegas de escola;

- Ordenar que o aluno zele pela preservação do meio de condução escolar;
- Orientar o aluno para utilização do cinto de segurança, e em caso de embarcações o uso de colete salva-vidas;
- Acompanhar/fiscalizar situações de irregularidades referentes aos serviços prestados no transporte escolar, informando às instituições de ensino;
- Participar de reuniões na escola a fim de informar os problemas detectados na prestação do serviço de transporte escolar, bem como buscar soluções dentro da própria comunidade, garantindo eficiência, economia e segurança no transporte dos alunos;
- Quando possível avisar o motorista/piloto quando o aluno não for a escola, evitando assim gastos desnecessários;
- É de responsabilidade dos pais o embarque e desembarque do aluno no transporte escolar, quando este não tiver condições de retornar a residência sozinho.

8.10 Estudantes

O transporte escolar é um processo que exige muito de diversos órgãos públicos, e demanda de grande gasto para sua funcionalidade, por esse motivo conscientizar o aluno de que tudo é feito para atendê-lo da melhor maneira possível é imprescindível, enfatizando sempre suas obrigações na utilização desse serviço, tais como:

- Manter a higiene e conservação do veículo de transporte;
- Não conversar com o motorista/conductor, apenas em casos de emergência;
- Respeitar as orientações do monitor e motorista;
- Utilizar uniforme escolar dentro do veículo de transporte;
- Usar o cinto de segurança afivelado;
- Em casos de embarcações manter-se sentado com o colete salva-vidas afivelado;
- Comunicar aos pais, condutor/monitor e Diretor da escola sobre intercorrências durante o trajeto para a escola;

- Respeitar os colegas que compartilham o transporte escolar;
- Ser pontual com o horário na utilização do veículo;
- Obedecer o itinerário definido;
- Descer do veículo somente depois que ele parar totalmente;
- Não colocar braços e cabeça para fora da janela do veículo ou embarcações.

9. MATERIAIS E INSTRUMENTOS DE FISCALIZAÇÃO E MONITORAMENTO (ADMINISTRATIVOS E *IN LOCO*)

Para manter o bom andamento do serviço realizado no transporte escolar é necessário que a Administração Pública busque fiscalizar e monitorar constantemente todos os aspectos do transporte escolar, promovendo uma boa gestão dos recursos financeiros e administrativos, além de entregar o atendimento de qualidade à sociedade. Em busca de normatizar as atividades desenvolvidas nos processos de gerenciamento do transporte escolar, a Administração procura desenvolver instrumentos e utilizar materiais que otimizem as atividades de fiscalização e monitoramento.

Sugestões de Instrumentais de fiscalização e monitoramento:

- I. Requerimento para a utilização do Transporte Escolar: é o documento que os pais e/ou responsáveis preenchem solicitando à Gestão da escola o atendimento do transporte escolar (apêndice A);
- II. Termo de Declaração de Utilização do Transporte Escolar: é o documento que os pais e/ou responsáveis preenchem atestando a Gestão da escola que está ciente das informações para a utilização do transporte escolar e seus compromissos (apêndice B);
- III. Instrumental de Vistoria para Transporte Escolar Terrestre: é o documento utilizado para fiscalizar as condições dos veículos escolares do tipo terrestre, rotas, e outros aspectos do transporte. Onde é realizado um *check list* dos itens documentais obrigatórios, segurança e estruturas veiculares. O instrumental é estabelecido conforme o Código de Trânsito Brasileiro e

- Resoluções do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN). Utilizado por servidores que realizam fiscalização e monitoramento *in loco* (apêndice C);
- IV. Instrumental de Vistoria para Transporte Escolar Fluvial: é o documento utilizado para fiscalizar os veículos escolares do tipo fluvial (embarcações), rotas, e outros aspectos do transporte *in loco*. Onde é preenchido o *check list* dos itens documentais obrigatórios, segurança e condições estruturais. O Instrumento é estabelecido de acordo com as Normas Marítimas – NORMAM 02 DPC. Utilizado por servidores que realizam fiscalização e monitoramento (apêndice D);
- V. Planilha de controle diário do Transporte Escolar Fluvial: é o documento utilizado pelo condutor e/ou monitor de embarcações. Busca promover o monitoramento de frequência diária dos alunos que utilizam o respectivo transporte. Os dados devem ser preenchidos e encaminhados diariamente a Gestão da escola para a ciência do Diretor, que posteriormente encaminhará para a Coordenadoria Regional de Educação, Secretaria Municipal de Educação e/ou outros órgãos fiscalizadores (apêndice E);
- VI. Planilha de controle diário do Transporte Escolar Terrestre: é o documento utilizado pelo condutor e/ou monitor de veículos terrestre. Busca promover o monitoramento de frequência diária dos alunos que utilizam o respectivo transporte. Os dados devem ser preenchidos e encaminhados diariamente a Gestão da escola para a ciência do Diretor, que posteriormente encaminhará para as Coordenadoria Regional de Educação, Secretaria Municipal de Educação e/ou outros órgãos fiscalizadores (apêndice F);
- VII. Planilha de frequência dos motoristas e monitores – Transporte Terrestre (Empresa Terceirizada): é o documento que a gestão da escola coleta as assinaturas dos motoristas e monitores, monitorando a assiduidade e outros aspectos do transporte escolar terrestre realizado por empresa terceirizada. A gestão escolar preenche e encaminha para as Coordenadorias Regionais de Educação, Secretaria Municipal e Estadual de Educação (apêndice G);
- VIII. Planilha de frequência do condutor – Transporte Fluvial (Empresa Terceirizada): é o documento que a gestão da escola coleta as assinaturas

dos condutores, monitorando a assiduidade e outros aspectos do transporte escolar fluvial realizado por empresa terceirizada. A gestão escolar preenche e encaminha para as Coordenadorias Regionais de Educação, Secretaria Municipal e Estadual de Educação (apêndice H);

- IX.** Relação dos estudantes com os dados do Transporte Escolar: é o documento que a Gestão da escola preenche e encaminha para as Coordenadorias Regionais de Educação, Secretaria Municipal e Estadual de Educação, empresa terceirizada na realização do transporte e entidades de controle (apêndice I);
- X.** Formulário de Denúncia (Transporte escolar rural): é o documento que qualquer pessoa poderá preencher para realizar denúncia sobre o transporte escolar no Estado de Rondônia. Caso a pessoa coloque seus dados pessoais, o servidor deverá atentar-se para a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 e Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017 (apêndice J);
- XI.** Questionário de Avaliação do transporte Escolar: é o documento que a gestão escolar entrega para os pais e/ou responsáveis e para os usuários do transporte escolar preencherem, nas reuniões de pais e alunos ou de acordo com a determinação das entidades de controle, para avaliar a qualidade do serviço prestado (apêndice K);
- XII.** Folheto de orientações para os pais e/ou responsáveis: é o documento que os agentes da Gestão do transporte entrega aos pais e/ou responsáveis com o objetivo de orientá-los sobre alguns de seus deveres no transporte escolar (apêndice L);
- XIII.** Folheto de orientações para os estudantes: é o documento que os agentes da Gestão do transporte entregam aos estudantes com o objetivo de orientá-los sobre alguns de seus deveres no transporte escolar (apêndice M).

Além dos instrumentais supracitados, é necessário que a Administração Pública busque adquirir outros materiais permanentes e de consumo que promovam a qualidade do serviço de fiscalização e monitoramento, in loco, desempenhado pelos servidores públicos.

Sugestões de materiais de consumo:

a) Materiais de expediente e acondicionamento:

- I. Bloco de anotação;
- II. Caderno;
- III. Papéis impressos - mapas, instrumentais de fiscalização, documentos de embasamento da fiscalização e monitoramento;
- IV. Canetas;
- V. Lápis;
- VI. Prancheta;
- VII. Borracha;
- VIII. Garrafas térmicas para armazenamento de água.
- IX. Cantil

b) Materiais de segurança e proteção para as vistorias:

- I. Protetor solar contra os raios UVA e UVB, necessário devido às condições climáticas do Estado de Rondônia, com o clima predominante tropical quente e úmido, apresentando elevadas temperaturas;
- II. Sapatos de proteção (Botas, botinas e outros sapatos fechados de segurança) necessários devido às difíceis condições ambientais enfrentadas em campo, principalmente durante o período de chuvas;
- III. kit de primeiros socorros;
- IV. Coletes salva-vidas, para a fiscalização das embarcações;
- V. Capa de chuva
- VI. Chapéu com abas largas ou bonés com proteção solar;
- VII. Lanternas.

Sugestões de equipamentos e Materiais Permanentes:

- I. Equipamento de orientação GPS (Sistema de posicionamento Global): O GPS é um dos aparelhos mais importantes para a produção e obtenção de dados geográficos. Através dele é possível plotar os mapas, adquirir imagens

satélites das rotas fiscalizadas e monitoradas, além auxiliar no deslocamento seguro durante as atividades de campo.

- II. Equipamento de comunicação - Rádio Comunicador: Necessário para as trocas de informações entre os membros da equipe durante os trabalhos de campo, pertinentes ao desenvolvimento das atividades e ainda auxiliando na segurança do trabalho, já que se tratam de áreas rurais, onde não é possível comunicação por meio de celulares.
- III. Veículo 4X4 (camionete): Para realização da fiscalização do transporte terrestre nas áreas rurais, onde as estradas e vias não pavimentadas ocasionam o difícil acesso, havendo necessidade de veículos capazes de percorrer tais áreas, principalmente em períodos chuvosos, onde a situação se agrava.
- IV. Embarcação de pequeno porte (tipo lancha): Para fiscalização e monitoramento do transporte fluvial, nas áreas ribeirinhas, que compreende uma parte significativa do transporte escolar no Estado de Rondônia.

10. FISCALIZAÇÃO E MONITORAMENTO

A atividade desenvolvida referente a Gestão do transporte escolar e suas respectivas regulações buscam levar à população uma ótima qualidade do serviço, para tanto, na continuidade da qualidade do transporte escolar para o público é necessário que a Gestão procure realizar fiscalizações e monitoramentos em todas as etapas nas atividades desenvolvidas. Além disso, é necessário o estabelecimento de alguns conceitos de fiscalização e monitoramento que darão a base à compreensão das ações.

A fiscalização refere-se às atividades desenvolvidas pela Gestão do transporte escolar e seus respectivos agentes que se empenham em fazer cumprir as legislações decorrente das ações do sistema público. É de fundamental importância para manter as atividades desenvolvidas para a população de forma eficiente e estruturada.

Já o monitoramento nada mais é do que o acompanhamento regular e minucioso de determinada atividade e/ou objeto da atividade. O monitoramento do transporte escolar ocorre por meio de coleta, medição e registro de dados, fazendo com que o propósito seja apresentar uma compreensão nítida e atualizada do conteúdo monitorado. Tendo em vista esse ponto de análise, é com o monitoramento que a Gestão do transporte escolar adquire as informações que são de fundamental importância para analisar e decidir se os objetivos foram atingidos, além de ter o melhor conhecimento do estado do serviço monitorado. Por isso, é indispensável ter um procedimento padrão e contínuo do monitoramento.

A partir da conceituação dos termos, precisamos entender, segundo o Manual do FNDE de Planejamento do Transporte Escolar Rural (2010), que a análise e/ou investigação das atividades desenvolvidas no transporte escolar são definidas perante o diagnóstico da comparação do estado idealizado pelo projeto básico e o estado atual das ações. Essa etapa corresponde à identificação dos problemas existentes ou que poderão existir.

Na busca da regulação do transporte escolar a Gestão precisará compreender que a fiscalização e o monitoramento são procedimentos periódico e limitados, que precisam acompanhar as mudanças de forma a favorecer que os procedimentos sejam mais dinâmicos e eficazes, não somente por causa das atividades desenvolvidas pela Administração pública, mas também na qualidade do produto final à população.

10.1 Fiscalização

Para podermos realizar fiscalizações no sistema de transporte escolar, faz-se necessário entender os elementos que compõem esse sistema. Segundo o Manual do FNDE de Regulação do Transporte Escolar Rural (2010), o sistema de transporte escolar pode ser dividido nas seguintes categorias:

- I. Componentes físicos do sistema;

- II. A operação propriamente dita;
- III. Os agentes no serviço.

As características de cada categoria são, de forma geral, o que compõem a estrutura do transporte escolar diário.

Os componentes físicos do sistema pautam-se na infra-estrutura e nos veículos. A Gestão e seus agentes fiscalizadores precisam atentar-se para as condições das vias e trajetos, dos pontos de parada, e nas estruturas dos pátios e garagens quando for frota oficial. Por isso, se faz necessário a união de vários órgãos e departamentos do sistema público, uma vez que, não é somente a averiguação dos veículos que a Gestão precisa se preocupar. Se as vias, trajetos e pontos de paradas não tiverem condições adequadas, o transporte escolar pode sofrer com paralisações decorrente dos trajetos mal viabilizados e veículos danificados devido à falta de estrutura.

Em relação aos veículos, os itens de averiguação estão descritos conforme o Instrumental de Vistoria para Transporte Escolar Terrestre (apêndice C) e o Instrumental de Vistoria para Transporte Escolar Fluvial (apêndice D), em conformidade com as legislações vigentes.

Na operação propriamente dita, os elementos operacionais buscam conceituar a estrutura funcional do serviço e do seu desenvolvimento. Destacam dentre os elementos:

- a) a distribuição espacial das rotas;
- b) a quilometragem percorrida diariamente;
- c) as características dos pontos de embarque e desembarque;
- d) os horários (chegada e saída, duração da viagem, periodicidade e turnos);
- e) o local onde o serviço está sendo realizado;
- f) se a incumbência da execução é pela Administração pública ou empresa terceirizada.

O fiscal precisa se atentar aos elementos operacionais e como eles estão sendo desenvolvidos de acordo com o plano organizacional quando for frota própria, ou de acordo com o contrato quando for empresa terceirizada.

É de fundamental importância que o fiscal busque averiguar todos os aspectos decorrente da operacionalização do transporte escolar, buscando que se cumpra todos os requisitos acima listados dos elementos operacionais e seus respectivos dados.

Com relação aos agentes no serviço, quando realizado por empresa terceirizada a idoneidade técnica, financeira, jurídica pautam-se na Lei nº 8.666/93. Como fora mencionado no título “Empresas Terceirizadas” deste Manual, é a empresa que se responsabiliza pelos seus colaboradores, encargos e responsabilidades. Em relação a frota própria, é a Administração que se responsabiliza pelo modo de contratação, encargos e responsabilidades dos seus servidores que atuarão na função de condutor e monitor. É importante que o fiscal atente-se para as questões burocráticas e também a ética profissional dos condutores e monitores, que precisam atender o público alvo da maneira cordial e eficiente, evitando qualquer problema de conduta ou denúncias.

Os pais também fazem parte dos agentes no serviço com os seus respectivos deveres e responsabilidades na utilização, pelos seus filhos, de um serviço público.

É importante ressaltar que as fiscalizações devem ser realizadas conforme as leis vigentes e por um fiscal portariado. A periodicidade das fiscalizações vai de acordo com a demanda das atividades de cada localidade e de acordo com a ocorrência de denúncias. Cabe ao fiscal estabelecer seu plano de ação, buscando desenvolver cronogramas que atendem a necessidade de sua localidade de atuação.

Além da fiscalização feita pelo Fiscal de Contrato (servidor da SEDUC), no âmbito Estadual, também existe a vistoria feita pelo DETRAN, que acontece semestralmente, conforme Resolução nº 009/2016/CONSEDIR/DETRANRO, que dispõe sobre os procedimentos adotados

para a inspeção semestral de veículos escolares, bem como define os períodos para a realização desse serviço com vistas à obtenção da "Autorização de Transporte de Escolar" prevista no art. 136, II do CTB.

Somente com a Autorização de transporte escolar expedida pelo DETRAN é que o veículo pode trafegar legalmente executando o serviço de transporte escolar. Quando há contratação de empresas terceirizadas, as mesmas devem ser avisadas/lembradas semestralmente pelas CRE's, a fim de agendar a vistoria *in loco* junto ao DETRAN, tendo em vista que normalmente a frota de ônibus não cabe no pátio do Departamento de Transito. Para veículos de frota oficial a própria Secretaria de Educação deve fazer o agendamento no DETRAN.

10.1.1 Fiscais

O verbo fiscalizar para um Fiscal de Contrato engloba muitas coisas em seu significado, não há de se pensar que o Fiscal de contrato será como um agente do DETRAN, que inspeciona constantemente os veículos utilizados para transportar pessoas. Entende-se fiscalizar no contexto do transporte escolar, toda a logística elaborada como forma de seguimento, controle e aperfeiçoamento dos serviços prestados pela empresa contratada ou mesmo pela entidade pública.

Desde a primeira inspeção de regularidade dos veículos (física e documental) até a conferência dos documentos pessoais dos prestadores de serviços, bem como análise dos relatórios elaborados pelas escolas e relatos verbais de alunos e responsáveis são formas diferentes de fiscalizar, que corroboram para o todo, dado como responsabilidade de um fiscal de contrato. Já dito anteriormente neste manual, é orientado que o fiscal do contrato seja o chefe de transportes das Coordenadorias Regionais de educação, uma vez que, os serviços elaborados diariamente por este profissional estão diretamente interligados às responsabilidades de um Fiscal de Contrato do transporte escolar.

Devido a grande demanda e quantitativo de rotas/veículos existentes no Estado de Rondônia, é inviável que o Fiscal de Contrato esteja todos os meses nas

mesmas rotas. Por esse motivo o profissional precisa conscientizar a comunidade escolar de que todos são responsáveis pelo bom andamento do Transporte escolar, fornecendo instrumentais e orientações para que eles possam colaborar com informações pertinentes à prática e executando suas obrigações como parte desta logística, as empresas também precisam estar cientes de que todos os registros elaborados mensalmente precisam conter subsídios que comprovem o bom andamento dos serviços contratados. Dessa maneira o Fiscal de contrato absorve de forma legal, tudo que está acontecendo, e pode tomar as decisões mais cabíveis para cada situação que possa surgir.

10.2 Monitoramento

Ao contrário da fiscalização que ocorre de acordo com as demandas, o monitoramento é ininterrupto. O monitoramento é desenvolvido através da coleta de dados que os Gestores das unidades de ensino encaminham à Gestão do transporte escolar, conforme os instrumentais de monitoramento descritos no título “Materiais e Instrumentos de Fiscalização e Monitoramento (Administrativos e In Loco)”.

Além disso, outros dados que precisam ser monitorados carecem está de acordo com quem está na incumbência da execução do serviço, pois nas empresas terceirizadas é no contrato que serão estabelecidos os dados que a empresa precisará encaminhar para a averiguação e monitoramento das informações pela Gestão do Transporte escolar.

Não cabe apenas a Administração pública o monitoramento do transporte escolar, essa também é uma atividade para todos que buscam uma qualidade nesse tipo de serviço público, ou seja, é fundamental que a população participe na observância da qualidade do desenvolvimento do serviço.

11. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Administração pública tem como um dos seus objetivos atender de forma satisfatória os interesses da sociedade. Em busca desse objetivo, o Ensino Público é uma ação governamental instituído por lei que possui um conjunto de funções, as quais levam a educação de forma eficaz para toda a população. Para tanto, o transporte escolar é um dos programas que o governo viabiliza na busca da promoção da educação. Com esse programa, a Administração pública otimiza o acesso e permanência dos alunos nas instituições de ensino.

Tendo em vista todo o conteúdo desenvolvido neste Manual, observamos que no transporte escolar a estruturação das atividades realizadas é importante para a sua regulamentação e padronização. Essa normatização do transporte escolar pela Administração pública busca impulsionar as atividades técnico-administrativas de sua gestão.

Com isso, a criação do manual tem por objetivo reunir as informações acerca do transporte escolar, organizando os conhecimentos das atividades desenvolvidas pela Gestão de forma clara para que essas atividades sejam realizadas de maneira coesa, buscando apresentar ao leitor as conexões das legislações vigentes com o trabalho desenvolvido dia-a-dia.

Todavia, é importante destacar que o Manual não pode ser considerado como a única solução para todos os problemas acerca do transporte escolar rural. Diante da complexidade do tema, faz-se necessário um planejamento em todas as etapas no desenvolvimento do transporte escolar, bem como, a instituição de políticas públicas que buscam instruir os agentes públicos, fiscais, empresas terceirizadas e toda a sociedade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil (1988). Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1988/constituicao-1988-5-outubro-1988-22142-publicacaooriginal-1-pl.html>> Acesso em: 16 de jan. 2020.

_____. Lei nº9.394, de 20 de dezembro de 1996. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm> Acesso em 17 de janeiro de 2020.

_____. Lei nº10.709, de 21 julho de 2003. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.709.htm> Acesso: 17 de janeiro de 2020.

_____. Lei nº8.069, de 13 de julho de 1990. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm> Acesso: 17 de janeiro de 2020.

_____. Lei nº11.947, de 16 de junho 2009. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11947.htm> Acesso: 17 de janeiro de 2020.

_____. Lei nº8.069, de 13 de julho de 1990. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm> Acesso: 17 de janeiro de 2020.

_____. Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8666cons.htm> Acesso: 03 de abril de 2020.

_____. Lei nº9.503, de 23 de setembro de 1997. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9503.htm> Acesso: 17 de janeiro de 2020.

_____. Lei nº10.880, de 09 de junho de 2004. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.880.htm> Acesso: 17 de janeiro de 2020.

_____. Ministério da Infraestrutura. Resolução nº14, de 06 de fevereiro de 1998 (CONTRAN). Disponível em: <<https://infraestrutura.gov.br/resolucoes-contran.html>> Acesso: 17 de janeiro de 2020.

_____. Ministério da Infraestrutura. Resolução nº92, de maio de 1999. Disponível em: <<https://infraestrutura.gov.br/resolucoes-contran.html>> Acesso: 17 de janeiro de 2020.

_____. Ministério da Infraestrutura. Resolução nº168, de 14 de dezembro de 2004. Disponível em: <<https://infraestrutura.gov.br/resolucoes-contran.html>> Acesso: 17 de janeiro de 2020.

_____. Ministério da Infraestrutura. Resolução nº277, de 28 de maio de 2008. Disponível em: <<https://infraestrutura.gov.br/resolucoes-contran.html>> Acesso: 17 de janeiro de 2020.

_____. Marinha do Brasil. Diretoria de Portos e Costas. NORMAM – Normas da Autoridade Marítima 02, 03 e 05. Disponível em: <<https://www.marinha.mil.br/dpc/normas>> Acesso em: 09 de abril de 2020.

_____. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Resolução/CD/FNDE/ nº3, de 28 de março de 2007. Disponível em: <<https://www.fnde.gov.br/index.php/acesso-a-informacao/institucional/legislacao/item/3127-resolu%C3%A7%C3%A3o-cd-fnde-n%C2%BA-3-de-28-de-mar%C3%A7o-de-2007>> Acesso: 17 de janeiro de 2020.

_____. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. PNATE - Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar. Manuais e Materiais de Apoio. Disponível em: <<https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/pnate/area-para-gestores/manuais-e-material-de-apoio>> Acesso: 29 de maio de 2020.

_____. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. PNATE - Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar. Manual de Regulação do Transporte Escolar Rural. Brasília, 2010. 93p.

_____. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. PNATE - Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar. Manual de Planejamento do Transporte Escolar Rural. Brasília, 2010. 136p.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/pt/inicio.html>> Acesso: 27 de novembro de 2019.

CASTRO, Wilza. Código AlfaCon – Carreiras Administrativas. Editora AlfaCon: Cascavel/PR, 2018.

GUEDES, Evandro. MORAES, Thállius. Devo Saber – Direito Administrativo. Editora AlfaCon: Cascavel/PR, 2017.

LOPES, Elisangela Pereira. Modelo Organizacional para o Transporte Escolar Rural nos Estados e Municípios Brasileiros. 2009. 172p. Dissertação de Mestrado em Transportes, Publicação T.DM – 007A/2009, Departamento de Engenharia Civil e Ambiental, Universidade de Brasília, Brasília, DF.

APÊNDICE

APÊNDICE A - REQUERIMENTO PARA A UTILIZAÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR.



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

REQUERIMENTO PARA A UTILIZAÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR
Pais e/ou Responsáveis

Eu, _____,
Número de Identidade: _____ Órgão de Expedição: _____/_____,
Telefone de contato: _____, responsável pelo
aluno(a) _____,
residente na localidade _____,
Linha/Ramal/Comunidade _____,
matriculado(a) na Escola: _____,
no Ano letivo: 20_____, Turno: _____, Série/Ano
escolar: _____, vem mui respeitosamente REQUERER à Gestão da
escola, a utilização do Transporte Escolar para o estudante supracitado.

Porto Velho, _____ de _____ 20_____.

Assinatura do Responsável pelo(a) aluno(a)

Anexar documentos pessoais (RG e CPF) e comprovante de residência do responsável e do estudante.

APÊNDICE B - TERMO DE DECLARAÇÃO DE UTILIZAÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

TERMO DE DECLARAÇÃO DE UTILIZAÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR Pais e/ou Responsáveis



Eu, _____,
Número de Identidade: _____ Órgão de Expedição: _____ / _____,
Telefone de contato: _____, responsável pelo
aluno(a) _____,
residente na localidade _____,
Linha/Ramal/Comunidade _____,
matriculado(a) na Escola: _____,
no Ano letivo: 20_____, Turno: _____, Série/Ano
escolar: _____, DECLARO ter conhecimento das Normas de utilização do
Transporte Escolar, da Secretaria de Estado da Educação de Rondônia, a ser
oferecido no ano letivo de 20_____.

Asseguro que, ao confirmar a matrícula do referido aluno na escola, estou
ciente de assumir os seguintes compromissos:

- I. Residir em Área Rural;
- II. O(a) aluno(a) está devidamente matriculado no Educação Básica;
- III. Comunicar quando houver impedimento ou desistência do aluno(a), justificando por escrito à Direção da Escola;
- IV. Quando houver alteração de residência para outra localidade e/ou município comunicar, imediatamente, à Direção da Escola;
- V. Orientar que o menor não converse com o motorista/piloto, salvo em caso de necessidade;
- VI. Exigir que o(a) aluno(a) respeite os motoristas/pilotos e monitores;
- VII. Exigir que o(a) aluno(a) mantenha-se uniformizado no transporte escolar;



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

- VIII. Ordenar que o(a) aluno(a) zele pela preservação do meio de condução escolar;
- IX. Orientar o(a) aluno(a) para utilização do cinto de segurança, e em caso de embarcações o uso de colete salva-vidas;
- X. Participar de reuniões na escola a fim de informar os problemas detectados na prestação do serviço de transporte escolar, bem como buscar soluções dentro da própria comunidade, garantindo eficiência, economia e segurança no transporte dos alunos;
- XI. Quando possível avisar o motorista/piloto quando o aluno não for a escola, evitando assim gastos desnecessários;
- XII. É de responsabilidade dos pais o embarque e desembarque do aluno no transporte escolar, quando este não tiver condições de retornar a residência sozinho.

Caso não cumpra todas as cláusulas deste compromisso, terei a utilização do transporte escolar suspensa até a regularização da presente situação. Por fim, declaro entender também que casos omissos serão analisados pela Coordenadoria Regional de Educação.

Porto Velho, ____ de _____ 20 ____.

Assinatura do Responsável pelo(a) aluno(a)

Assinatura da Direção da Escola

APÊNDICE C - INSTRUMENTAL DE VISTORIA PARA TRANSPORTE ESCOLAR TERRESTRE.



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

INSTRUMENTAL DE VISTORIA PARA TRANSPORTE ESCOLAR (TERRESTRE)

Vistoria nº _____

No dia _____ de _____ de _____, a equipe de fiscalização do transporte escolar composta pelos servidores _____,

conforme Portaria nº _____, de _____ de 20_____,
deslocaram - se até a localidade de _____
do Município de _____. O objetivo da vistoria pautou-se

_____.

Escola Atendida: _____

Localidade/Lote: _____

Ponto da garagem/estacionamento: _____

Período: Matutino ()

Saída Do Ponto De Partida: Horário de Saída: _____ Horário de Chegada: _____

Saída da Escola: Horário de Saída: _____ Horário de Chegada: _____

Vespertino ()

Saída Do Ponto De Partida: Horário de Saída: _____ Horário de Chegada: _____

Saída da Escola: Horário de Saída: _____ Horário de Chegada: _____

Noturno ()

Saída Do Ponto De Partida: Horário de Saída: _____ Horário de Chegada: _____

Saída da Escola: Horário de Saída: _____ Horário de Chegada: _____

Empresa Prestadora de Serviço: _____

CNPJ: _____

sob o Contrato nº: _____, Processo nº _____,

representada pelo(a) Sr(a) _____,

RG: _____, **Órgão expedidor:** _____ / _____, **CPF:** _____

Observação: _____

Nome do Motorista: _____

Nº da CNH: _____ **Validade:** _____ / _____ / _____

Nome da Monitora: _____

Crachá de identificação (motorista e monitor): () SIM () NÃO _____

Uniforme (motorista e monitor): () SIM () NÃO _____



Requisitos a serem vistoriados
- Preenchimento exclusivo do fiscal de transporte –

Instrumentais de vistoria para transporte escolar de acordo com os Artigos 136 e 137 do Código Trânsito Brasileiro – CTB e Resoluções do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN).

DADOS DO VEÍCULO

() Rodoviário; () Transporte Escolar; () Circular/Urbano; () Van/Escolar; () Micro-Ônibus.
 Placa: _____ Numeração do ônibus: _____
 Registro como veículo de Passageiros na CRLV: () SIM () NÃO _____
 Cor vistoriada: _____ Cor no documento: _____
 Ano de fabricação: _____ Capacidade: _____ passageiros.
 Cidade: _____ UF: _____ CRL Exercício: _____
 CHASSI: _____ RENAVAL: _____
 Capacidade de combustível: _____ Quantidade de estudantes: _____
 Itinerário/rota: _____
 Condições de trafegabilidade no trajeto: _____
 Veículo em funcionamento: () SIM () NÃO _____

REQUISITOS BÁSICOS DE SEGURANÇA

A) Vistoria externa:

01. Pintura de faixa horizontal na cor amarela, com 40 cm, de largura, à meia altura em toda a extensão das partes laterais e traseira da carroceria, com dístico **ESCOLAR** em preto, sendo que, em caso de veículo pintado na cor amarela, as cores indicadas devem ser invertidas: () **SIM** () **NÃO**.
02. Lanternas de luz branca, fosca ou amarela disposta nas extremidades da parte superior dianteira: () **SIM** () **NÃO**.
03. Luz alta e média: () **SIM** () **NÃO**.
04. Luz do pisca: () **SIM** () **NÃO**.
05. Luz de freio: () **SIM** () **NÃO**.
06. Retrovisores: () **SIM** () **NÃO**.
07. Limpadores de para-brisa: () **SIM** () **NÃO**.
08. Para-brisa: () **SIM** () **NÃO**.
09. Pneus em perfeitas condições: () **SIM** () **NÃO**.
10. Estepe: () **SIM** () **NÃO**.



B) Vistoria interna:

01. Equipamento registrador instantâneo inalterável de velocidade e tempo (Tacógrafo) – certificado de aferição do DETRAN: () **SIM** () **NÃO**.
02. Câmera de monitoramento: () **SIM** () **NÃO**.
03. Sistema de GPS (Sistema de Posicionamento Global): () **SIM** () **NÃO**.
04. Sistema de freios: () **SIM** () **NÃO**.
05. Cinto de Segurança do Motorista: () **SIM** () **NÃO**.
06. Cinto de segurança em número igual à lotação: () **SIM** () **NÃO**: _____ danificados.
07. Macaco: () **SIM** () **NÃO**.
08. Chave de Roda: () **SIM** () **NÃO**.
09. Caixa de ferramentas: () **SIM** () **NÃO**.
10. Triângulo: () **SIM** () **NÃO**.
11. Extintor de incêndio: () **SIM** () **NÃO**. Validade _____
12. Sistema de Ventilação: () **SIM** () **NÃO**.
13. Janelas em perfeitas condições: () **SIM** () **NÃO**.
14. Janelas: (saída de emergência): () **SIM** () **NÃO**.
15. Adaptação para o transporte de Portadores de Necessidades Especiais: () **SIM** () **NÃO**.

OBSERVAÇÕES

Assinatura

Assinatura

_____- RO,
de _____ de 20____.

APÊNDICE D - INSTRUMENTAL DE VISTORIA PARA TRANSPORTE ESCOLAR FLUVIAL



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

INSTRUMENTAL DE VISTORIA PARA TRANSPORTE ESCOLAR (FLUVIAL)

Vistoria nº _____

No dia _____ de _____ de _____, a equipe de fiscalização do transporte escolar composta pelos servidores _____,

conforme Portaria nº _____, de _____ de 20_____, deslocaram - se até a localidade de _____ do Município de _____. O objetivo da vistoria pautou-se

_____.

Escola Atendida: _____

Localidade/Lote: _____

Período: Matutino ()

Saída Do Ponto De Partida: Horário de Saída: _____ Horário de Chegada: _____

Saída da Escola: Horário de Saída: _____ Horário de Chegada: _____

Vespertino ()

Saída Do Ponto De Partida: Horário de Saída: _____ Horário de Chegada: _____

Saída da Escola: Horário de Saída: _____ Horário de Chegada: _____

Noturno ()

Saída Do Ponto De Partida: Horário de Saída: _____ Horário de Chegada: _____

Saída da Escola: Horário de Saída: _____ Horário de Chegada: _____

Empresa Prestadora de Serviço: _____

CNPJ: _____

sob o Contrato nº: _____, Processo nº _____,

representada pelo(a) Sr(a) _____,

RG: _____, Órgão expedidor: _____ / _____, CPF: _____

Observação: _____

Nome do Condutor/Piloto: _____

Habilitação de condutor: _____ Validade: ____/____/____

CIR nº _____ Validade: ____/____/____

Possui monitor(a): SIM () NÃO () _____

Crachá de identificação: () SIM () NÃO _____

Uniforme: () SIM () NÃO _____



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Requisitos a serem vistoriados
- Preenchimento exclusivo do fiscal de transporte -

(Conforme: NORMAM – 02 DPC)

DADOS DA EMBARCAÇÃO

Embarcação: _____ Prefixo: _____
 Registro como veículo de Passageiros: () SIM () NÃO _____
 A embarcação é registrada na Marinha do Brasil? () Sim () Não - N° CSN _____
 A embarcação é autorizada para trafegar, exposta em local visível? () Sim () Não
 N° da autorização _____
 Termo de responsabilidade: () Sim () Não – N° _____
 Ano de fabricação: _____ Capacidade: _____ passageiros.
 Cidade: _____ UF: _____ Capacidade de combustível: _____
 Quantidade de estudantes: _____
 Itinerário/rota: _____
 Condições de trafegabilidade no trajeto: _____
 Embarcação em funcionamento: () SIM () NÃO _____

Características Técnicas:

Propulsão mecânica: () Sim () Não _____
 Casco de alumínio (semi-chato): () Sim () Não _____
 Motor 40 HP: () Sim () Não _____
 Cobertura cobrindo todos os assentos: () Sim () Não _____
 Grades laterais: () Sim () Não _____
 Banco almofadados: () Sim () Não _____
 Encosto lateral: () Sim () Não _____
 Estrado: () Alumínio () Madeira _____
 Comprimento total da embarcação: _____

Identificação Visual:

Cor da embarcação: _____
 Faixa horizontal: () Sim () Não - Largura: _____ cm - Cor: _____
 Identificação "ESCOLAR": () Sim () Não - Cor: _____ Letra
 maiúscula: () Sim () Não - Tipologia Arial: () Sim () Não - Altura da letra: _____ cm
 Pintura sistema poliuretano bi componente: () Sim () Não _____
 Espessura da camada seca (entre 50 a 60 µm): _____



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA E SALVATAGEM

Colete Salva-vidas:

Classe III: () Sim () Não _____
 Colete em número igual a tripulação total: () Sim () Não. Faltam _____ coletes.
 10% de colete excedente: () Sim () Não _____
 Nome da embarcação nos coletes: () Sim () Não _____
 Certificado de Homologação (DPC): () Sim () Não - N° _____
 Acomodação dos coletes – local visível, sinalizado e de fácil acesso: () Sim () Não _____
 Tamanhos variados dos coletes (quantidade):
 Extra grande: _____, Grande: _____, Médio: _____, Pequeno: _____

Bóia Salva-vidas:

Boia salva-vidas fixadas em 4 pontos equidistantes: () Sim () Não _____
 Cabo de Náilon: () Sim () Não _____
 Alças para facilitar o lançamento: () Sim () Não _____
 Retinida flutuante (20 m e diâmetro mínimo de 8 mm): () Sim () Não _____
 Quantidade de bóias: _____

Primeiros Socorros:

Kit de primeiros socorros (disposto no item 0416 da NORMAM – 02/DPC e anexo 4C da NORMAM 03/DPC): () Sim () Não _____

 Extintores de incêndio: () Sim () Não. Validade: _____

EQUIPAMENTOS DE NAVEGAÇÃO E OUTROS

Equipamentos:

Luzes de navegação (bombordo e boreste): () Sim () Não _____
 Rádio VHF - frequência 156,8 MHz (chamada de socorro) (canal 16): () Sim () Não _____
 Potência ≥ 5 W: () Sim () Não - Equipamento reserva: () Sim () Não _____
 Buzina: () Sim () Não _____
 Bandeira Nacional (0,45 X 0,60 m): () Sim () Não _____



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Remos (madeira ou alumínio): () Sim () Não – Quantidade: _____
 Possui Capa de Chuva? () Sim () Não _____
 Possui Luzes de Navegação Noturnas? () Sim () Não _____
 Possui Refletor ou Celibrin? () Sim () Não _____
 O tanque de combustível é protegido? () Sim () Não _____
 Adaptação para o transporte de Portadores de Necessidades Especiais: () Sim () Não _____

OBSERVAÇÕES

Assinatura _____ de _____ de 20 ____ - RO,

Assinatura

APÊNDICE E - PLANILHA DE CONTROLE DIÁRIO DO TRANSPORTE ESCOLAR FLUVIAL



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

PLANILHA DE CONTROLE DIÁRIO DO TRANSPORTE ESCOLAR FLUVIAL

(Planilha do condutor/monitor)

[illegible]

APÊNDICE F - PLANILHA DE CONTROLE DIÁRIO DO TRANSPORTE ESCOLAR TERRESTRE



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Planilha de controle diário do Transporte Escolar Terrestre

(Planilha do motorista/monitor)

Instituição de Ensino:	
Lote:	Rota:
Trajetos:	
Nome do motorista:	
Nome da monitor(a):	
Mês / Ano:	

[illegible]



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Nº	Dias do Mês	01/03	31/03
	Relação de alunos		
19			
20			
21			
22			
23			
24			
25			
26			
27			
28			
29			
30			
31			
32			
33			
34			
35			
36			
37			
38			
39			
40			
41			
42			
43			
44			
45			
46			



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Nº	Dias do Mês	01/03	31/03
	Relação de alunos		
47			
48			
49			
50			
	INÍCIO DA ROTA		
	CHEGADA NA ESCOLA		
	SAÍDA DA ESCOLA		
	TÉRMINO DA ROTA		
	Assinatura do motorista/monitor		
	Assinatura da Gestão da Escola		

APÊNDICE G - PLANILHA DE FREQUÊNCIA DOS MOTORISTAS E MONITORES -
TRANSPORTE TERRESTRE (EMPRESA TERCEIRIZADA)



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

PLANILHA DE FREQUÊNCIA DOS MOTORISTAS E MONITORES - TRANSPORTE TERRESTRE (EMPRESA TERCEIRIZADA)

Instituição de Ensino:		Turno:		Observações / Justificativas / Ocorrências
Total de Estudantes:				
Lote:	Rota:	Veículo/Placa:		
Trajetos:		Km diário:		
Nome da Empresa:				
Nome do motorista:				
Nome do(a) monitor(a):				
Mês / Ano:				
Nº	Dias do Mês	Atesto do dia trabalhado		Monitor(a)
		-Escola- Assinatura da Gestão da Escola	-Contratada- Motorista	
01				
02				
03				
04				
05				
06				
07				
08				
09				
10				
11				
12				
13				
14				
15				
16				
17				
18				
19				



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Nº	Dias do Mês	Atesto do dia trabalhado		Atesto do dia trabalhado		Observações / Justificativas / Ocorrências
		Assinatura da Gestão da Escola	-Escola-	Motorista	-Contratada-Monitor(a)	
20						
21						
22						
23						
24						
25						
26						
27						
28						
29						
30						
31						
Total de dias Trabalhados:						

Assinatura da Gestão da Escola

APÊNDICE H - PLANILHA DE FREQUÊNCIA DO CONDUTOR - TRANSPORTE FLUVIAL (EMPRESA TERCEIRIZADA)



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

PLANILHA DE FREQUÊNCIA DO CONDUTOR – TRANSPORTE FLUVIAL (EMPRESA TERCEIRIZADA)

Instituição de Ensino:				
Total de Estudantes:		Turno:		
Lote:	Rota:	Condução/ n° ou nome:		
Trajeto:		Km diário:		
Nome da Empresa:				
Nome do Condutor:				
Mês / Ano:				
N°	Dias do Mês	Atesto do dia trabalhado -Escola- Assinatura da Gestão da Escola	Atesto do dia trabalhado -Contratada- Assinatura do Condutor / Monitor	Observações / Justificativas / Ocorrências
01				
02				
03				
04				
05				
06				
07				
08				
09				
10				
11				
12				
13				
14				
15				
16				
17				
18				
19				
20				



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Nº	Dias do Mês	Atesto do dia trabalhado -Escola- Assinatura da Gestão da Escola	Atesto do dia trabalhado -Contratada- Assinatura do Condutor / Monitor	Observações / Justificativas / Ocorrências
21				
22				
23				
24				
25				
26				
27				
28				
29				
30				
31				
Total de dias Trabalhados:				

Assinatura da Gestão da Escola

APÊNDICE I - RELAÇÃO DOS ESTUDANTES COM OS DADOS DO TRANSPORTE ESCOLAR



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Relação dos estudantes com os dados do Transporte Escolar

Instituição de Ensino:							
Dados da Escola: (endereço, telefone, e-mail, INEP, etc.)							
Dados do transporte escolar: (empresa terceirizada, tipo de transporte, etc)							
Nº	Nome Completo	Data de Nascimento	Série/Turma	Turno	Endereço	Rota	Lote
01							
02							
03							
04							
05							
06							
07							
08							
09							
10							
11							
12							
13							
14							
15							

_____ – RO, _____ de _____ de 20____.

Assinatura da Gestão Escolar

APÊNDICE J - FORMULÁRIO DE DENÚNCIA (TRANSPORTE ESCOLAR RURAL)



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

**FORMULÁRIO DE DENÚNCIA
(TRANSPORTE ESCOLAR RURAL)**

Formulário nº _____

I. Você quer se identificar? Sim () - Não ()

Caso queira se identificar, preencha o quadro abaixo com seus dados.

Nome completo:
Endereço residencial:
Telefone: ()
E-mail:

Dados pessoais protegidos, nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 e Lei nº 13.480, de 26 de junho de 2017.

II. Fato denunciado.

[illegible]

III. Existem documentos que queira anexar ao formulário? Sim () - Não ()

Caso exista, descreva quais os documentos que irão ser anexados.

Data do preenchimento: ____/____/____

(Assinatura, caso tenha preenchido o item I)

(Assinatura, servidor responsável pela coleta do formulário)

APÊNDICE K - QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR

Escola:				
Nome completo do estudante:				
Série/Ano escolar:			Turno:	
Rota/Trajetória:				
Nome do Pai/Mãe/Responsável:				
Questionário para os alunos				
<p>Que tipo de transporte escolar você utiliza?</p> <p>() Terrestre: ônibus, micro-ônibus, bicicletas, etc.</p> <p>() Fluvial: embarcações – lanchas ou voadeiras.</p>	<p>O condutor se explica quando ocorrem atrasos?</p> <p>() sempre () frequentemente () às vezes () raramente () nunca</p>	<p>Você e os outros colegas são tratados com cordialidade pelo condutor e/ou monitor?</p> <p>() sempre () frequentemente () às vezes () raramente () nunca</p>	<p>Ocorre muitas paralizações no transporte escolar devido o veículo estar quebrado ou problema nas vias e trajetos?</p> <p>() sempre () frequentemente () às vezes () raramente () nunca</p>	<p>Considerando o atendimento do transporte escolar com uma nota, sendo que 0 é muito ruim e 10 é excelente, qual nota você daria para o atendimento do transporte escolar?</p>
<p>A condução passa no horário combinado?</p> <p>() sempre () frequentemente () às vezes () raramente () nunca</p>	<p>O veículo trafega em uma velocidade rápida demais ou faz manobras irregulares (ex: desrespeitar os sinais de trânsito)?</p> <p>() sempre () frequentemente () às vezes () raramente () nunca</p>	<p>O condutor e/ou monitor observa se você e os colegas estão usando corretamente o cinto (ou os equipamentos de segurança obrigatórios, no caso de transporte fluvial)?</p> <p>() sempre () frequentemente () às vezes () raramente () nunca</p>		



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR

Questionário para os Pais e/ou responsáveis			
Que tipo de transporte escolar seu filho utiliza? () Terrestre: ônibus, micro-ônibus, bicicletas, etc. () Fluvial: embarcações – lanchas ou voadeiras.	O condutor se explica quando ocorrem atrasos? () sempre () frequentemente () às vezes () raramente () nunca	Ocorre muitas paralisações no transporte escolar em sua localidade devido o veículo está quebrado ou ter quebrado durante o trajeto? () sempre () frequentemente () às vezes () raramente () nunca	A escola em que seu (sua) filho (a) estuda realizou a devida orientação sobre o uso do transporte escolar, buscando também a atender quaisquer questionamentos referente ao transporte? () sempre () frequentemente () às vezes () raramente () nunca
A condução passa no horário combinado para buscar e deixar seu filho (a)? () sempre () frequentemente () às vezes () raramente () nunca	Seu (sua) filho (a) já reclamou sobre algum tipo de ocorrido durante o trajeto de transporte escolar? () sempre () frequentemente () às vezes () raramente () nunca Se sim, conte-nos. O que aconteceu? _____ _____ _____	As condições das estradas e ruas (no caso do transporte fluvial: rios) da sua localidade ocasiona a paralização do transporte escolar? () sempre () frequentemente () às vezes () raramente () nunca	Considerando em qualificar o atendimento do transporte escolar com uma nota, sendo que 0 é muito ruim e 10 é excelente, qual nota você daria para o atendimento do transporte escolar?

Escreva suas sugestões, elogios ou reclamações sobre o serviço.

APÊNDICE L - FOLHETO DE ORIENTAÇÕES PARA OS PAIS E/OU RESPONSÁVEIS

Transporte Escolar

O Transporte Escolar é o meio que o governo viabiliza o acesso dos estudantes, que residem em zona rural a partir de 05 (cinco) quilômetros de distância da escola mais próxima, às unidades de ensino da rede pública de educação, por meio de veículos escolares. O intuito é a realização do deslocamento dos estudantes no trajeto casa-escola-casa, para otimizar o acesso e a continuidade desses nas escolas, potencializando as condições da oferta do ensino público.

A Constituição Federal de 1988, a Lei nº 9.394/96, o Estatuto da Criança e do Adolescente, entre outras legislações, são normas que regem a importância do Transporte Escolar na otimização no processo de ensino nas escolas públicas em todo país.



Fonte: FNDE – Manuais e Materiais de Apoio.

Rondônia

No Estado de Rondônia a prestação do serviço do transporte escolar ocorre de forma terrestre e fluvial; por meio de convênios, contratos ou frotas oficiais. A parceria do Estado com os municípios fortalece o desempenho do serviço de transporte e favorece um laço de união para a melhoria da educação no Estado de Rondônia como um todo.



Fonte: Depositphotos - <https://depositphotos.com/98615665/stock-illustration-holky-happy-child-family.html> Acesso: 16/03/2020

País e/ou Responsáveis

A contribuição dos pais e/ou responsáveis é fundamental no bom andamento do Transporte Escolar. Para isso os pais exercem papel fundamental na educação de seus filhos e é de

responsabilidade dos mesmos, assegurar que o menor tenha direito ao transporte escolar quando a situação exige, bem como, orientar e acompanhar seus filhos no processo de utilização dos veículos, fazendo com que os educandos possam usufruir do benefício como um bem público.



Fonte: Centro Universitário de Iguape - <https://biblioteca.ufmgovernador-paulistaiguape.net.br/26/09/2020>

Os pais têm como umas das responsabilidades orientar seus filhos sobre o adequado uso do transporte escolar se atentando as orientações encaminhadas pelas Instituições de Ensino. Algumas ações dos pais são:

1. Exigir que o aluno mantenha-se uniformizado no veículo do transporte escolar;

2. Orientar que o menor não converse com o motorista/piloto, salvo um caso de necessidade;

3. Ensinar que o aluno zele pela preservação do meio de condução escolar;

4. Aconselhar o aluno para utilização do cinto de segurança, e em caso de embarcações o uso de colete salva-vidas;

5. Participar de reuniões na escola a fim de informar os problemas detectados na prestação do serviço de transporte escolar, bem como buscar soluções dentro da própria comunidade, garantindo eficiência, economia e segurança no transporte dos alunos;

6. É de responsabilidade dos pais o embarque e desembarque do aluno no transporte escolar, quando este não tiver condições de retornar a residência sozinho.



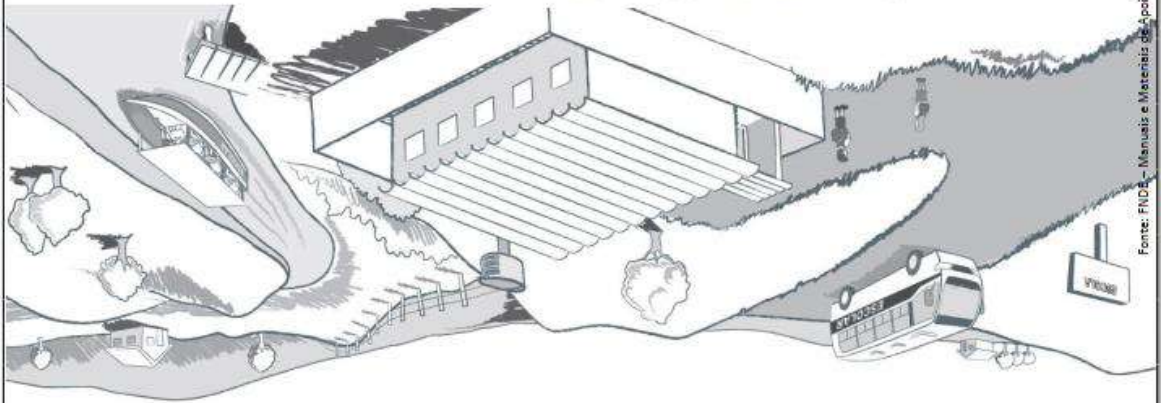
GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
GERÊNCIA ADMINISTRATIVA
NÚCLEO DE TRANSPORTE ESCOLAR



Fonte: PNE/MEC - <https://pne.mec.gov.br/transporte-escolar-eng/> Acesso: 16/03/2020

Rua: Padre Chiquinho, s/n - Palácio Rio Madeira – Edifício
 Rio Guaporé, 4º andar, Porto Velho/RO – CEP: 76801-086.
 Telefone: (69) 3216-5980
 E-mail: pca@educ.ro.gov.br

TRANSPORTE ESCOLAR RURAL



Fonte: FNDE – Manuais e Materiais de Apoio.

APÊNDICE M - FOLHETO DE ORIENTAÇÕES PARA OS ESTUDANTES

Orientações

Buscando auxiliar o desenvolvimento da educação principalmente em áreas rurais, o Transporte Escolar é o meio que o governo viabiliza aos alunos que residem na zona rural de chegarem às escolas.

Como existe uma parte da população que ainda reside em áreas rurais e o acesso às escolas nessas regiões é complicado pelas longas distâncias entre as residências e os colégios, é que surge o Transporte Escolar Rural com a intenção de facilitar e garantir o acesso às escolas a partir do que é estabelecido pela Constituição e demais leis vigentes.

A união do Estado com os municípios proporciona uma boa gestão no transporte escolar favorecendo toda a comunidade.



Fonte: FINEC - Ministério da Educação e Cultura
Projeto: 172/2013/MDIC/Secretaria de Educação -
Projeto de Lei nº 172/2013

Estudantes

O Transporte Escolar, no Estado de Rondônia, é caracterizado como Terrestre e Fluvial.

O Transporte Escolar Terrestre pode ser realizado por:

- Ônibus;
- Micro-Ônibus;
- VANS;
- VW KOMBI;

A qualificação do veículo precisa estar de acordo com as características do trajeto a ser percorrido e/ou necessidade da demanda escolar, conforme o código de trânsito brasileiro e demais legislações.

Já o Transporte Escolar Fluvial é realizado por embarcações, de acordo com as leis marítimas, com algumas características:

- Cobertura para proteção contra o sol e a chuva;
- Grades laterais para proteção contra quedas;
- Boa qualidade e apresentar bom estado de conservação;
- Entre outras características.

O transporte escolar é um processo que exige muito de diversos órgãos públicos, e demanda de grande gasto para sua funcionalidade, por esse motivo conscientizar o aluno de que tudo é feito para atendê-lo da melhor maneira possível é imprescindível. Enfatizando sempre suas obrigações, na utilização desse serviço.



Fonte: Vexels
https://br.vexels.com/produto/139474/criacao-gratuita-de-imagens-e-photos
https://www.gettyimages.com/galeria/3641897062-394

- Manter a higiene e conservação do veículo de transporte;
- Não conversar com o motorista/conductor, apenas em casos de emergência;

ANEXO

ANEXO A - LEGISLAÇÕES

Quadro - Legislações citadas neste manual.

CF - 1988	Constituição da República Federativa do Brasil.
Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996	Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
Lei nº 10.709, de 31 de julho de 2003	Acrescenta incisos aos arts. 10 e 11 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional e dá outras providências.
Lei nº 12.796, de 04 de abril de 2013	Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências.
Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990	Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.
Lei nº 10.880, de 9 de junho de 2004	Institui o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar - PNATE e o Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos, dispõe sobre o repasse de recursos financeiros do Programa Brasil Alfabetizado, altera o art. 4º da Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996, e dá outras providências.
Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993	Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.
Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002	Institui o Código Civil.
Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997	Institui o Código de Trânsito Brasileiro - CTB.

Continuação

Lei nº 3.307, de 19 de dezembro de 2013	Regulamenta as transferências de recursos da Administração Direta e Indireta do Estado de Rondônia, mediante convênios financeiros, contratos de repasse e termos de cooperação e dá outras providências.
Lei nº 4.426, de 10 de dezembro de 2018	Institui o Programa Estadual de Transporte Escolar Compartilhado Ir e Vir, direcionado à transferência de recursos para custeio do transporte do educando residente em zona rural.
Resolução nº 14 de 06/02/1998 (CONTRAN)	Estabelece os equipamentos obrigatórios para a frota de veículos em circulação, bem como o prazo para a adequação destes aos requisitos de segurança exigidos pela legislação.
Resolução nº 92 de 04/05/1999 (CONTRAN)	Dispõe sobre requisitos técnicos mínimos do registrador instantâneo e inalterável de velocidade e tempo, conforme o Código de Trânsito Brasileiro.
Resolução nº 168 de 14/12/2004 (CONTRAN)	Estabelece Normas e Procedimentos para a formação de condutores de veículos automotores e elétricos, a realização dos exames, a expedição de documentos de habilitação, os cursos de formação, especializados, de reciclagem e dá outras providências.
Resolução nº 277 de 28/05/2008 (CONTRAN)	Dispõe sobre o transporte de menores de 10 anos e a utilização do dispositivo de retenção para o transporte de crianças em veículos.
Resolução nº 3 de 28 de março de 2007	Cria o Programa Caminho da Escola.
Resolução CD/FNDE nº 1 de 3 de janeiro de 2012	Estabelece as diretrizes e orientações para que os Municípios, Estados e o Distrito Federal possam buscar financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES para aquisição de veículos para o Transporte Escolar no âmbito do Programa Caminho da Escola.

Continuação

Resolução nº 009/2016/CONSEDIR/DETRAN-RO	Estabelece a padronização e o cumprimento do que dispõe as normas de trânsito quanto às inspeções (vistorias) semestrais de veículos de transporte escolar que prestam serviços ao Estado e às Prefeituras Municipais do Estado de Rondônia.
Decreto nº 24.490, de 22 de novembro de 2019	Regulamenta a Lei nº 4.426, de 10 de dezembro de 2018, que "Institui o Programa Estadual de Transporte Escolar Compartilhado Ir e Vir, direcionado à transferência de recursos para custeio do transporte do educando residente em zona rural."
Portaria nº 2361/2016-GAB/SEDUC	Implanta, por meio tecnológico, o Diário Eletrônico no Sistema de Educação da Rede Pública Estadual de Ensino de Rondônia, e dá outras providências.
Portaria no 1990/2018/SEDUC-GCONV	Regulamenta as diretrizes para a formalização dos convênios entre o Governo do Estado de Rondônia e seus municípios para a execução do transporte escolar dos alunos da rede pública estadual e municipal e dá outras providências.
NORMAM 02/DPC	Normas da autoridade marítima para embarcações empregadas na navegação interior.

Fonte: Dados coletados.

ANEXO B - RESOLUÇÃO CONTRAN Nº 14/98

RESOLUÇÃO CONTRAN Nº 14, DE 6 DE FEVEREIRO DE 1998 E ALTERAÇÕES

(Acrescida pelas Resoluções nº 34/98, 43/98, 87/99 e 44/98, 46/98 e 129/01. Alterada pelas Resoluções 87, 228, 259 e 592/16)

A Resolução Estabelece os equipamentos obrigatórios para a frota de veículos em circulação e dá outras providências.

O Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN, usando da competência que lhe confere o inciso I, do Art.12, da Lei 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro – CTB e conforme o Decreto 2.327, de 23 de setembro de 1997, que trata da coordenação do Sistema Nacional de Trânsito;

CONSIDERANDO o Art. 105, do Código de Trânsito Brasileiro;

CONSIDERANDO a necessidade de proporcionar às autoridades fiscalizadoras, as condições precisas para o exercício do ato de fiscalização; CONSIDERANDO que os veículos automotores, em circulação no território nacional, pertencem a diferentes épocas de produção, necessitando, portanto, de prazos para a completa adequação aos requisitos de segurança exigidos pela legislação; resolve:

Art. 1º Para circular em vias públicas, os veículos deverão estar dotados dos equipamentos obrigatórios relacionados abaixo, a serem constatados pela fiscalização e em condições de funcionamento:

I) nos veículos automotores e ônibus elétricos:

- 1) pára-choques, dianteiro e traseiro;
- 2) protetores das rodas traseiras dos caminhões;
- 3) espelhos retrovisores, interno e externo;
- 4) limpador de pára-brisa;

- 5) lavador de pára-brisa;
- 6) pala interna de proteção contra o sol (pára-sol) para o condutor;
- 7) faróis principais dianteiros de cor branca ou amarela;
- 8) luzes de posição dianteiras (faroletes) de cor branca ou amarela;
- 9) lanternas de posição traseiras de cor vermelha;
- 10) lanternas de freio de cor vermelha;
- 11) lanternas indicadoras de direção: dianteiras de cor âmbar e traseiras de cor âmbar ou vermelha;
- 12) lanterna de marcha à ré, de cor branca;
- 13) retrorrefletores (catadióptrico) traseiros, de cor vermelha;
- 14) lanterna de iluminação da placa traseira, de cor branca;
- 15) velocímetro;
- 16) buzina;
- 17) freios de estacionamento e de serviço, com comandos independentes;
- 18) pneus que ofereçam condições mínimas de segurança;
- 19) dispositivo de sinalização luminosa ou refletora de emergência, independente do sistema de iluminação do veículo;
- 20) extintor de incêndio;
- 21) registrador instantâneo e inalterável de velocidade e tempo, nos veículos de transporte e condução de escolares, nos de transporte de passageiros com mais de dez lugares e nos de carga com capacidade máxima de tração superior a 19t;
- 22) cinto de segurança para todos os ocupantes do veículo;
- 23) dispositivo destinado ao controle de ruído do motor, naqueles dotados de motor a combustão;

24) roda sobressalente, compreendendo o aro e o pneu, com ou sem câmara de ar, conforme o caso;

25) macaco, compatível com o peso e carga do veículo;

26) chave de roda;

27) chave de fenda ou outra ferramenta apropriada para a remoção de calotas;

28) lanternas delimitadoras e lanternas laterais nos veículos de carga, quando suas dimensões assim o exigirem;

29) cinto de segurança para a árvore de transmissão em veículos de transporte coletivo e carga.

II) para os reboques e semirreboques:

1) pára-choque traseiro;

2) protetores das rodas traseiras;

3) lanternas de posição traseiras, de cor vermelha;

4) freios de estacionamento e de serviço, com comandos independentes, para veículos com capacidade superior a 750 quilogramas e produzidos a partir de 1997;

5) lanternas de freio, de cor vermelha;

6) iluminação de placa traseira;

7) lanternas indicadoras de direção traseiras, de cor âmbar ou vermelha;

8) pneus que ofereçam condições mínimas de segurança;

9) lanternas delimitadoras e lanternas laterais, quando suas dimensões assim o exigirem.

III) para os ciclomotores:

- 1) espelhos retrovisores, de ambos os lados;
- 2) farol dianteiro, de cor branca ou amarela;
- 3) lanterna, de cor vermelha, na parte traseira;
- 4) velocímetro;
- 5) buzina;
- 6) pneus que ofereçam condições mínimas de segurança;
- 7) dispositivo destinado ao controle de ruído do motor.

IV) para as motonetas, motocicletas e triciclos:

- 1) espelhos retrovisores, de ambos os lados;
- 2) farol dianteiro, de cor branca ou amarela;
- 3) lanterna, de cor vermelha, na parte traseira;
- 4) lanterna de freio, de cor vermelha
- 5) iluminação da placa traseira;
- 6) indicadores luminosos de mudança de direção, dianteiro e traseiro;
- 7) velocímetro;
- 8) buzina;
- 9) pneus que ofereçam condições mínimas de segurança;

10) dispositivo destinado ao controle de ruído do motor, dimensionado para manter a temperatura de sua superfície externa em nível térmico adequado ao uso seguro do veículo pelos ocupantes sob condições normais de utilização e com uso de vestimentas e acessórios indicados no manual do usuário fornecido pelo fabricante, devendo ser complementado por redutores de temperatura nos pontos

críticos de calor, a critério do fabricante, conforme exemplificado no Anexo desta Resolução.

V) para os quadriciclos:

- 1) espelhos retrovisores, de ambos os lados;
- 2) farol dianteiro, de cor branca ou amarela;
- 3) lanterna, de cor vermelha na parte traseira;
- 4) lanterna de freio, de cor vermelha;
- 5) indicadores luminosos de mudança de direção, dianteiros e traseiros; 6) iluminação da placa traseira;
- 7) velocímetro;
- 8) buzina;
- 9) pneus que ofereçam condições mínimas de segurança;
- 10) dispositivo destinado ao controle de ruído do motor;
- 11) protetor das rodas traseiras.

VI) nos tratores de rodas e mistos:

- 1) faróis dianteiros, de luz branca ou amarela;
- 2) lanternas de posição traseiras, de cor vermelha;
- 3) lanternas de freio, de cor vermelha;
- 4) indicadores luminosos de mudança de direção, dianteiros e traseiros;
- 5) pneus que ofereçam condições mínimas de segurança;
- 6) dispositivo destinado ao controle de ruído do motor.

VII) nos tratores de esteiras:

- 1) faróis dianteiros, de luz branca ou amarela;
- 2) lanternas de posição traseiras, de cor vermelha;
- 3) lanternas de freio, de cor vermelha;
- 4) indicadores luminosos de mudança de direção, dianteiros e traseiros;
- 5) dispositivo destinado ao controle de ruído do motor.

Parágrafo único: Quando a visibilidade interna não permitir, utilizar-se-ão os espelhos retrovisores laterais.

A presente Resolução do CONTRAN de nº 14 de 06/02/1998 sofreu alterações pelas Resoluções:

RESOLUÇÃO Nº 43, DE 21 DE MAIO DE 1998: O CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO - CONTRAN resolve:

Art. 1º: Tornar facultativo o uso em caminhões, ônibus e em micro-ônibus de espelho retrovisor interno, quando portarem espelhos retrovisores externos esquerdo e direito.

RESOLUÇÃO Nº 44, DE 21 DE MAIO DE 1998: O CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO - CONTRAN resolve:

Art. 1º Os automóveis nacionais ou importados, deverão ser dotados, obrigatoriamente, de encosto de cabeça nos assentos dianteiros próximos às portas e nos traseiros laterais, quando voltados para frente do veículo.

§ 1º A aplicação do encosto de cabeça nos assentos centrais é facultativa.

§ 2º Nos automóveis esportivos do tipo dois mais dois ou nos modelos conversíveis é facultado o uso do encosto de cabeça nos bancos traseiros.

Art. 2º Os automóveis, nacionais ou importados, produzidos a partir de 1º de janeiro de 1999, com código marca/ modelo deferido pelo órgão máximo executivo de trânsito da União até 31 de dezembro de 1998, deverão ser dotados, obrigatoriamente, de encosto de cabeça nos assentos dianteiros próximos às portas, sendo facultada sua instalação nos demais assentos.

Art. 3º O disposto no Art. 1º. aplica-se ao desenvolvimento de novos projetos, a partir de 1º de janeiro de 1.999.

Parágrafo único. Não se considera como projeto novo a derivação de um mesmo modelo básico de veículo.

Art. 4º Para efeito de aplicação do encosto de cabeça, serão aceitos os resultados de ensaios emitidos por órgãos credenciados pela Comunidade Européia ou Estados Unidos da América, de conformidade com os procedimentos oficiais lá adotados, na falta de padronização nacional, bem como os testes feitos no Brasil por órgãos oficiais competentes ou outros por eles credenciados, de acordo com os procedimentos europeus ou americanos.

RESOLUÇÃO Nº 46, DE 21 DE MAIO DE 1998: O CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO - CONTRAN resolve:

Art. 1º As bicicletas com aro superior a vinte deverão ser dotadas dos seguintes equipamentos obrigatórios:

I - espelho retrovisor do lado esquerdo, acoplado ao guidom e sem haste de sustentação;

II - campainha, entendido como tal o dispositivo sonoro mecânico, eletromecânico, elétrico, ou pneumático, capaz de identificar uma bicicleta em movimento;

III - sinalização noturna, composta de retrorefletores, com alcance mínimo de visibilidade de trinta metros, com a parte prismática protegida contra a ação das intempéries, nos seguintes locais:

- a) na dianteira, nas cores branca ou amarela;
- b) na traseira na cor vermelha;
- c) nas laterais e nos pedais de qualquer cor.

Art. 2º Estão dispensadas do espelho retrovisor e da campainha as bicicletas destinadas à prática de esportes, quando em competição dos seguintes tipos:

- I - mountain bike (ciclismo de montanha);
- II - down hill (descida de montanha);
- III - free style (competição estilo livre);
- IV - competição olímpica e panamericana;
- V - competição em avenida, estrada e velódromo;
- VI - outros.

Art. 3º Esses equipamentos obrigatórios serão exigidos a partir de 01 de janeiro de 2000.

RESOLUÇÃO Nº 129, DE 06 DE AGOSTO DE 2001.

Art.1º A circulação do triciclo automotor de cabine fechada está restrita às vias urbanas, sendo proibida sua circulação em rodovias federais, estaduais e do Distrito Federal.

Art. 2º. Para circular nas áreas urbanas, sem a obrigatoriedade do uso de capacete de segurança pelo condutor e passageiros, o triciclo automotor com cabine fechada deverá estar dotado dos seguintes equipamentos obrigatórios:

- 1) espelhos retrovisores, de ambos os lados;

- 2) farol dianteiro, de cor branca ou amarela;
- 3) lanterna, de cor vermelha, na parte traseira;
- 4) lanterna de freio de cor vermelha;
- 5) iluminação da placa traseira;
- 6) indicadores luminosos de mudança de direção, dianteiro e traseiro;
- 7) velocímetro;
- 8) buzina;
- 9) pneus em condições mínimas de segurança;
- 10) dispositivo destinado ao controle de ruído do motor;
- 11) pára-choque traseiro;
- 12) pára-brisa confeccionado em vidro laminado;
- 13) limpador de pára-brisa;
- 14) luzes de posição na parte dianteira (faroletes) de cor branca ou amarela;
- 15) retrorefletores (catadióptricos) na parte traseira;
- 16) freios de estacionamento e de serviço, com comandos independentes;
- 17) dispositivo de sinalização luminosa ou refletora de emergência, independentemente do sistema de iluminação do veículo;
- 18) extintor de incêndio;
- 19) cinto de segurança;
- 20) roda sobressalente, compreendendo o aro e o pneu;
- 21) macaco, compatível com o peso e a carga do veículo;
- 22) chave de roda.

§ 1º A relação de que trata este artigo contempla e inclui os equipamentos obrigatórios exigidos no inciso IV, do artigo 1º da Resolução no 14/98 – CONTRAN.

RESOLUÇÃO Nº 87 DE 4 DE MAIO DE 1999

Dá nova redação à alínea “a”, e cria a alínea “c” inciso III do art. 2º, prorroga o prazo referente ao inciso II do art. 6º da Resolução nº 14/98-CONTRAN, que estabelece os equipamentos obrigatórios para a frota de veículos em circulação e dá outras providências.

O CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO-CONTRAN, usando da competência que lhe confere o art. 12, inciso I, da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro, e conforme o Decreto nº 2.327, de 23 de setembro de 1997, que trata da coordenação do Sistema Nacional de Trânsito, e tendo em vista o constante no art. 319 do CTB e a alínea “a”, do inciso III, do art. 2º da Resolução nº 14/98 e ainda, a Deliberação nº 03 “ad referendum” do Presidente do Conselho Nacional de Trânsito-CONTRAN, publicada no Diário Oficial da União de 4 de fevereiro de 1999, resolve: O art. 2º da Resolução nº 14/98 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º Dos equipamentos relacionados no artigo anterior, não se exigirá:

III) registrador instantâneo e inalterável de velocidade e tempo:

a) para os veículos de carga com capacidade máxima de tração inferior a 19 (dezenove) toneladas, fabricados até 31 de dezembro de 1990;

c) até 30 de setembro de 1999, para os veículos de carga com capacidade máxima de tração inferior a 19 toneladas, fabricados a partir de 1º de janeiro de 1991;

d) até 30 de setembro de 1999, para os veículos de carga com capacidade máxima de tração igual ou superior a 19 (dezenove) toneladas, fabricados até 31 de dezembro de 1990.

Art. 2º Prorroga para 30 de setembro 1999 a entrada em vigor do disposto no inciso II do art. 6º da Resolução nº 14/98-CONTRAN.

Art. 3º Fica mantida a obrigatoriedade do uso do registrador inalterável de velocidade e tempo para os veículos de transporte de cargas de produtos perigosos, escolares e de passageiros com mais de 10 (dez) lugares (ônibus e micro-ônibus).

Art. 4º As penalidades aplicadas, no período de 1º de janeiro até a presente data, em razão da falta do registrador inalterável de velocidade e tempo nos veículos constantes na alínea “a”, inciso III, do art. 2º e no inciso II, do art. 6º, da Resolução 14/98, de acordo com o disposto nos arts. 1º e 2º desta Resolução, não serão consideradas.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RENAN CALHEIROS

Ministro da Justiça - Presidente

ELISEU PADILHA

Ministro dos Transportes - titular

Gral. FRANCISCO ROBERTO DE ALBUQUERQUE

Secretário Geral do Ministério do Exército - suplente

AGNALDO DE SOUSA BARBOSA

Ministério da Educação - representante

JOSÉ CARLOS CARVALHO

Secretário Executivo do Ministério do Meio Ambiente - suplente

BARJAS NEGRI

Secretário Executivo do Ministério da Saúde - suplente

CARLOS AMÉRICO PACHECO

Secretário Executivo do Ministério da Ciência e Tecnologia - suplente

RESOLUÇÃO Nº 228 DE 02 DE MARÇO DE 2007

Dar nova redação ao item “10” do inciso IV do art. 1º da
Resolução nº 14/98, do CONTRAN.

O CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO – CONTRAN, usando da competência que lhe confere o art. 12, inciso I, da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro – CTB e conforme Decreto nº 4.711, de 29 de maio de 2003, que dispõe sobre a coordenação do Sistema Nacional de Trânsito, e Considerando a necessidade de prover maior segurança à saúde e à integridade física dos condutores e passageiros de motonetas, motocicletas e triciclos;

Considerando o contido no processo nº 80001.007247/2006-80, resolve:

Art. 1º. Dar nova redação ao item “10” do inciso IV do art. 1º da Resolução nº 14, de 6 de fevereiro de 1998, do CONTRAN:

"Art. 1.º

IV ...

1) ...

2) ...

3) ...

4) ...

5) ...

6) ...

7) ...

8) ...

9) ...

10) “dispositivo destinado ao controle de ruído do motor, dimensionado para manter a temperatura de sua superfície externa em nível térmico adequado ao uso seguro do veículo pelos ocupantes sob condições normais de utilização e com uso de vestimentas e acessórios indicados no manual do usuário fornecido pelo fabricante, devendo ser complementado por redutores de temperatura nos pontos críticos de calor, a critério do fabricante, conforme exemplificado no Anexo desta Resolução”.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2009.

ALFREDO PERES DA SILVA

Presidente

JAQUELINE FILGUEIRAS CHAPADENSE PACHECO

Ministério das Cidades – Suplente

JOSÉ ANTONIO SILVÉRIO

Ministério da Ciência e Tecnologia – Suplente

RUI CESAR DA SILVEIRA BARBOSA

Ministério da Defesa – Suplente

CARLOS ALBERTO FERREIRA DOS SANTOS

Ministério do Meio Ambiente – Suplente

EDSON DIAS GONÇALVES

Ministério dos Transportes – Titular

VALTER CHAVES COSTA

Ministério da Saúde – Titular



RESOLUÇÃO Nº 259, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2007

Altera a Resolução nº 14, de 06 de fevereiro de 1998 e dá outras providências.

O CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO – CONTRAN, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 12, inciso I da lei nº 9.503, de 25 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro e, conforme o Decreto nº 4.711, de 29 de maio de 2003, que dispõe sobre a coordenação do Sistema Nacional de Trânsito, e Considerando o que consta do processo nº 80001.012370/2007-01, resolve:

Art. 1º Acrescer a alínea “e” ao inciso V do art. 2º da Resolução nº 14/98 – CONTRAN, com a seguinte redação:

e) para automóveis, camionetas, caminhonetes e utilitários, com peso bruto total – PBT, de até 3,5 toneladas, a dispensa poderá ser reconhecida pelo órgão máximo executivo de trânsito da União, por ocasião do requerimento do código específico de marca/modelo/versão, pelo fabricante ou importador, quando comprovada que tal característica é inerente ao projeto do veículo, e desde que este seja dotado de alternativas para o uso do pneu e aro sobressalentes, macaco e chave de roda.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Alfredo Peres da Silva

Presidente

Elcione Diniz Macedo

Ministério das Cidades

Rodrigo Lamego de Teixeira Soares

Ministério da Educação

Rui César da Silveira Barbosa

Ministério da Defesa

RESOLUÇÃO Nº 592, DE 24 DE MAIO DE 2016

Incluir o inciso VII no art. 2º da Resolução nº 14, de 6 de fevereiro de 1998, do CONTRAN.

O CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO (CONTRAN), usando da competência que lhe confere o art. 12, inciso I, da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro (CTB) e conforme Decreto nº 4.711, de 29 de maio de 2003, que dispõe sobre a coordenação do Sistema Nacional de Trânsito, e

Considerando a necessidade de aperfeiçoar e atualizar os requisitos de segurança para os veículos nacionais e importados.

Considerando a necessidade de minimizar as consequências dos acidentes em casos de colisões traseira.

Considerando o contido no processo nº 80020.001167/2015-83.

RESOLVE:

Art. 1º. Incluir o inciso VII no Art. 2º da Resolução nº 14, de 6 de fevereiro de 1998, do CONTRAN:

“VII) para-choques traseiro nos veículos mencionados no Art. 4º da Resolução nº 593, de 24 de maio de 2016, do CONTRAN.”

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Alberto Angerami

Presidente

Guilherme Moraes Rego

Ministério da Justiça e Cidadania

Alexandre Euzébio de Moraes

Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

Rafael Silva Menezes

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Edilson dos Santos Macedo

Ministério das Cidades

Thomas Paris Caldellas



ANEXO C - RESOLUÇÃO CONTRAN Nº 92/99

RESOLUÇÃO Nº 92, DE 4 DE MAIO DE 1999

Dispõe sobre requisitos técnicos mínimos do registrador instantâneo e inalterável de velocidade e tempo, conforme o Código de Trânsito Brasileiro.

O CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO - CONTRAN, usando da competência que lhe confere os artigos 7º e 12º da Lei no 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro e o Decreto no 2.327, de 23 de setembro de 1997, que trata da coordenação do Sistema Nacional de Trânsito e considerando a necessidade de proporcionar às autoridades competentes, as condições precisas para o exercício do ato de fiscalização e de análise dos acidentes, resolve:

Art. 1º O registrador instantâneo e inalterável de velocidade e tempo pode constituir-se num único aparelho mecânico, eletrônico ou compor um conjunto computadorizado que, além das funções específicas, exerça outros controles.

Art. 2º Deverá apresentar e disponibilizar a qualquer momento, pelo menos, as seguintes informações das últimas vinte e quatro horas de operação do veículo:

- I. velocidades desenvolvidas;
- II. distância percorrida pelo veículo;
- III. tempo de movimentação do veículo e suas interrupções;
- IV. data e hora de início da operação;
- V. identificação do veículo;
- VI. identificação dos condutores;
- VII. identificação de abertura do compartimento que contém o disco ou de emissão da fita diagrama.

Parágrafo único. Para a apuração dos períodos de trabalho e de repouso diário dos condutores, a autoridade competente utilizará as informações previstas nos incisos III, IV, V e VI.

Art. 3º. A fiscalização das condições de funcionamento do registrador instantâneo e inalterável de velocidade e tempo, nos veículos em que seu uso é obrigatório, será exercida pelos órgãos executivos do Sistema Nacional de Trânsito.

§ 1º Na ação de fiscalização de que trata este artigo o agente vistoriador deverá verificar e inspecionar:

I. se o registrador instantâneo e inalterável de velocidade e tempo encontra-se em perfeitas condições de uso;

II. se as ligações necessárias ao seu correto funcionamento estão devidamente conectadas e lacradas e seus componentes sem qualquer alteração;

III. se as informações previstas no artigo 2º estão disponíveis, e se a sua forma de registro continua ativa;

IV. se o condutor dispõe de disco ou fita diagrama reserva para manter o funcionamento do registrador instantâneo e inalterável de velocidade e tempo até o final da operação do veículo.

§ 2º Nas operações de fiscalização do registrador instantâneo e inalterável de velocidade e tempo, o agente fiscalizador deverá identificar-se e assinar o verso do disco ou fita diagrama, bem como mencionar o local, a data e horário em que ocorreu a fiscalização.

Art. 4º. Para a extração, análise e interpretação dos dados registrados, o agente fiscalizador deverá ser submetido a um prévio treinamento sob responsabilidade do fabricante, conforme instrução dos fabricantes dos equipamentos ou pelos órgãos incumbidos da fiscalização.

Art. 5º. Ao final de cada período de vinte quatro horas, as informações previstas no artigo segundo ficarão à disposição da autoridade policial ou da autoridade administrativa com jurisdição sobre a via, pelo prazo de noventa dias.

Art. 6º. Em caso de acidente, as informações referentes às últimas vinte e quatro horas de operação do veículo ficarão à disposição das autoridades competentes pelo prazo de um ano.

Parágrafo único. Havendo necessidade de apreensão do registrador instantâneo e inalterável de velocidade e tempo ou do dispositivo que contenha o registro das informações, a autoridade competente fará justificativa fundamentada.

Art. 7º. O registrador instantâneo e inalterável de velocidade e tempo e o disco ou fita diagrama para a aprovação pelo órgão máximo executivo de trânsito da União, deverá ser certificado pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial –INMETRO, ou por entidades por ele credenciadas.

Parágrafo Único – Para certificação, o equipamento registrador instantâneo e inalterável de velocidade e tempo e o disco diagrama ou fita diagrama, deverão, no mínimo, atender às especificações técnicas dos Anexos I (para equipamentos providos de disco diagrama) e II (para os equipamentos eletrônicos providos de fita diagrama) e os seguintes requisitos:

I.possuir registrador próprio, em meio físico adequado, de espaço percorrido, velocidades desenvolvidas e tempo de operação do veículo, no período de vinte e quatro horas;

II.fornecer, em qualquer momento, as informações de que trata o Art. 2º desta Resolução;

III.assegurar a inviolabilidade e inalterabilidade do registro de informações;

IV.possuir lacre de proteção das ligações necessárias ao seu funcionamento e de acesso interno ao equipamento;

V.dispor de indicação de violação;

VI.ser constituído de material compatível para o fim a que se destina;

VII.totalizar toda distância percorrida pelo veículo;

VIII.ter os seus dispositivos indicadores iluminados adequadamente, com luz não ofuscante ao motorista;

IX. utilizar como padrão as seguintes unidades de medida e suas frações: quilômetro por hora (Km/h), para velocidade; hora (h) para tempo e quilômetro (km) para espaço percorrido;

X. situar-se na faixa de tolerância máxima de erro nas indicações, conforme Anexos I e II;

XI. possibilitar leitura fácil, direta e sem uso de instrumental próprio no local de fiscalização, nos dados registrados no meio físico.

Art. 8º A inobservância do disciplinado nesta Resolução constitui-se em infração de trânsito previstas nos arts. 238 e 230, incisos, IX, X, XIV, com as penalidades constantes dos arts. 258, inciso II, 259, inciso II, 262 e 266, e as medidas administrativas disciplinadas nos arts. 270, 271 e 279 do Código de Trânsito Brasileiro, não excluindo-se outras estabelecidas em legislação específica.

Art. 9º A violação ou adulteração do registrador instantâneo e inalterável de velocidade e tempo sujeitará o infrator às cominações da legislação penal aplicável.

Art. 10º Ficam revogadas as Resoluções 815/96 e 816/96-CONTRAN

Art. 11º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RENAN CALHEIROS

Ministro da Justiça – Presidente

ELISEU PADILHA

Ministro dos Transportes – titular

Gral. FRANCISCO ROBERTO DE ALBUQUERQUE

Secretário Geral do Ministério do Exército – suplente

AGNALDO DE SOUSA BARBOSA

Ministério da Educação – representante

JOSÉ CARLOS CARVALHO

Secretário Executivo do Ministério do Meio Ambiente – suplente

BARJAS NEGRI

Secretário Executivo do Ministério da Saúde – suplente

CARLOS AMÉRICO PACHECO

Secretário Executivo do Ministério da Ciência e Tecnologia – suplente

ANEXOS RESOLUÇÃO CONTRAN N° 92/99

REGISTRADOR INSTANTÂNEO E INALTERÁVEL DE VELOCIDADE E TEMPO, PROVIDO DE DISCO DIAGRAMA

I. DEFINIÇÃO

Instrumento instalado em veículos automotores para registro contínuo, instantâneo, simultâneo e inalterável, em disco diagrama, de dados sobre a operação desses veículos e de seus condutores.

O instrumento pode ter períodos de registro de 24 horas, em um único disco, ou de 7 dias em um conjunto de 7 discos de 24 horas cada um. Neste caso registrador troca automaticamente o disco após as 24 horas de utilização de cada um.

II. CARACTERÍSTICAS GERAIS E FUNÇÕES DO REGISTRADOR INSTANTÂNEO E INALTERÁVEL DE VELOCIDADE E TEMPO

O registrador de velocidade deverá fornecer os seguintes registros:

- a) distância percorrida pelo veículo
- b) velocidade do veículo
- c) tempo de movimentação do veículo e suas interrupções
- d) abertura do compartimento de que aloja o disco diagrama
- e) poderá ainda, dependendo do modelo, fornecer outros tempos como :direção efetiva, disponibilidade e repouso do motorista.

III. GENERALIDADES

1. O instrumento deve incluir os seguintes dispositivos:

Dispositivos indicadores:

Da distância percorrida (odômetro)

da velocidade (velocímetro)

do tempo (relógio)

Dispositivo de registro incluído;

um registrador de distância percorrida

um registrador de velocidade

um registrador de tempo

Dispositivo de marcação que assinale no disco diagrama qualquer abertura do compartimento que contém esse disco.

2. A eventual inclusão no instrumento de outros dispositivos além dos acima numerados não deve comprometer o bom funcionamento dos dispositivos obrigatórios, nem dificultar a sua leitura.

O instrumento deverá ser à homologação e aprovação munido desses dispositivos complementares eventuais

3. Materiais:

Todos os elementos constituídos do registrador instantâneo e inalterável de velocidade e tempo, devem ser feitos de materiais com estabilidade e resistência mecânica suficientes com características elétricas e magnéticas invariáveis.

4. Medição da distância percorrida:

As distâncias percorridas podem ser totalizadas e registradas: quer em marcha em frente e marcha trás, quer em marcha em frente, o eventual registro das manobras de marcha atrás não deve em nada afetar a clareza e a precisão dos outros registros

5. Medição de velocidade

- o campo da medida de velocidade deve ser compatível com modelo do registrador.
- a frequência natural e o dispositivo de amortecimento do mecanismo de medição, devem ser tais que os dispositivos de indicação e de registro de velocidade possam, dentro do campo de medida, seguir as mudanças de aceleração de 2m/s^2 dentro dos limites de tolerância admitidos.

6. Medição do tempo (relógio)

O comando do dispositivo de ajustamento da hora deve encontra-se no interior do compartimento que contém o disco diagrama, e cada abertura desse compartimento será assinalada automaticamente no disco diagrama

7. Iluminação e proteção

Os dispositivos indicadores do aparelho devem estar munidos de uma iluminação adequada não ofuscante.

Em condições normais de utilização, todas as partes internas do instrumento devem estar protegidas de umidade e pó.

IV. DISPOSITIVOS INDICADORES

1. Indicador da distância percorrida (odômetro)

A divisão mínima do dispositivo indicador da distância percorrida deve ser de 0.1 Km. Os algarismos que exprimem os décimos devem poder distinguir-se dos que exprimem números de quilômetros.

Os algarismos do contador totalizador devem ser claramente legíveis e ter uma altura visível de, pelo menos, 4mm.

O contador totalizador deve poder indicar, pelo menos, até 99.999,9 Km.

2. Indicador de velocidade (velocímetro)

No interior do campo de medida, a escala da velocidade deve ser graduada uniformemente por 1, 2, 5 ou 10 Km/h. O valor de uma divisão da velocidade (espaço compreendido entre duas marcas sucessivas) não deve exceder 10% da velocidade máxima que figurar no fim da escala.

O espaço para além do campo não deve ser numerado.

O comprimento de cada divisão correspondente a uma diferença de velocidade de 10Km/h não deve ser inferior a 10mm.

Num indicador com ponteiro, a distância entre ente e o mostrador não deve ultrapassar 3mm.

3. Indicador de Tempo (relógio)

O indicador de tempo deve ser visível do exterior do instrumento e a sua leitura deve ser segura, fácil e não ambígua.

V. DISPOSITIVOS REGISTRADORES

1. Generalidades

Em todos os instrumentos, deve ser prevista uma marca que permita a colocação do disco diagrama, de forma a que seja assegurada a correspondência entre a hora indicada pelo relógio e a marcação horária no disco diagrama.

O mecanismo que movimenta o disco diagrama deve garantir que esse movimento se efetue sem manipulação e a folha possa ser colocada e retirada livremente.

O dispositivo que faz avançar o disco diagrama, é comandado pelo mecanismo do relógio neste caso, o movimento de rotação do disco diagrama será contínuo e uniforme com uma velocidade mínima de 7 mm/h, medida no bordo inferior da coroa circular que delimita a zona de registro da velocidade.

Os registros da velocidade do veículo, tempos, da distância percorrida e da abertura do compartimento contendo o(s) disco (s) diagrama devem ser automáticos.

O disco diagrama inserido no registrador instantâneo e inalterável de velocidade e tempo deverá conter, necessariamente, a data da operação, o número da placa do veículo, o nome ou o prontuário do condutor, a quilometragem inicial e o término de sua utilização, a quilometragem final do veículo.

Nos veículos que revezam dois condutores as informações poderão ser registradas:

- a) de forma diferenciada, em um único disco diagrama, quando o registrador de velocidade e tempo for dotado de dispositivo de comutação de condutor ou;
- b) separadamente, e, dois discos diagramas, sendo um disco para cada condutor.

2. Registro da distância percorrida

Todo o percurso de uma distância de 1 Km deve ser representado no disco diagrama por uma variação de pelo menos, 1mm da coordenada correspondente.

Mesmo que a velocidade do veículo se situe no limite superior do campo da medida, o registro da distância percorrida dever ser também claramente legível.

3. Registro da velocidade

A agulha de registro da velocidade deve, em princípio, Ter um movimento retilíneo e perpendicular à direção de deslocamento do disco diagrama.

Todavia, pode ser admitido um movimento curvilíneo da agulha, se forem preenchidas as seguintes condições:

- traçado descrito pela agulha deve ser perpendicular à média.

Qualquer variação de 10 Km/h da velocidade deve ser representada no disco diagrama por uma variação mínima de 1,5 mm da coordenada correspondente.

4. Registro de tempos

O registrador deve ser construído de tal forma que permita a clara visualização do tempo de operação e parada do veículo, podendo o registrador ser provido de dispositivo de manobra que identifique, no disco diagrama, a natureza

de tempo registrado como: direção efetiva por motorista, parada para repouso, parada para espera (disponibilidade) e outros trabalhos.

VI. DISPOSITIVO DE FECHAMENTO

1. O compartimento que contém o disco diagrama e o comando do dispositivo de ajustamento da hora deverá ser provido de um dispositivo de fechamento.

2. Qualquer abertura do compartimento que contém o disco diagrama e o comando do dispositivo de ajustamento da hora deverá ser automaticamente registrada no disco.

VII. INDICAÇÕES DO MOSTRADOR

No mostrador do instrumento deve figurar no mínimo a seguinte inscrição:

- Próximo da escala de velocidades, a indicação “Km/h”.

VIII. ERROS MÁXIMOS TOLERADOS (DISPOSITIVOS INDICADORES E REGISTRADORES)

1. No banco de ensaio antes da instalação:

a) Para registro da distância percorrida, o erro máximo admissível é o maior dos dois valores abaixo, positivo ou negativo:

- 1% da distância real, sendo esta, pelo menos igual a 1Km;
- 10 m da distância real, sendo esta, pelo menos igual a 1Km.

b) Para registro da velocidade, o erro máximo admissível é o maior dos dois valores abaixo, positivo ou negativo:

- 3% da velocidade real;
- 3 Km/h da velocidade real

c) Para registro do tempo decorrido o erro máximo admissível é o abaixo discriminado: 2 minutos a cada 24 horas com o máximo de 10 minutos em sete dias

2. Na instalação:

a) Para registro da distância percorrida, o erro máximo é o maior dos valores abaixo positivo ou negativo:

2% da distância real, sendo esta pelo menos igual a 1 KM

20m da distância real, sendo esta pelo menos igual a 1 Km

b) Para registro da velocidade, o erro máximo é o maior dos valores abaixo positivo e negativo:

- 4% da velocidade real;

- 4Km/h da velocidade real;

- Para registro do tempo decorrido, o erro máximo admissível é o abaixo discriminado:

- 2 minutos a cada 24 horas, com o máximo de 10 minutos em 7 dias;

Em uso:

a) Para registro da distância percorrida, o erro máximo admissível é o maior dos dois valores abaixo positivo ou negativo:

- 4% da distância real, sendo esta, pelo menos igual a 1 Km

- 40m da distância real, sendo esta, pelo menos igual a 1 Km

b) Para registro da velocidade, o erro máximo admissível é o maior dos dois valores abaixo positivo e negativo:

6% da velocidade real;

6Km/h da velocidade real.

c) Para registro do tempo decorrido, o erro máximo admissível é o abaixo discriminado:

- 2 minutos a cada 24 horas, com o máximo de 10 minutos em 7 dias ;

IX. DISCO DIAGRAMA

1. Definição

Disco de papel carbonado recoberto de fino revestimento destinado a receber e fixar os registros provenientes dos dispositivos de marcação do registrador instantâneo de velocidade de forma contínua e inalterável e de leitura e interpretação direta (sem dispositivos especiais de leitura).

2. Generalidades

a) Os discos diagrama devem ser de uma qualidade tal de forma a não impedir o funcionamento normal e permitir que os registros sejam indeléveis, claramente legíveis e identificáveis.

Esses discos diagrama devem conservar as suas dimensões e registros em condições normais de higrometria e de temperatura

Em condições normais de conservação, os registros devem ser legíveis com precisão durante, pelo menos, cinco anos.

b) A capacidade de registro no disco diagrama deve ser de 24 horas.

Se vários discos diagrama forem ligados entre si, a fim de aumentar a capacidade de registros contínuos sem intervenção do pessoal, as ligações entre os diversos discos diagrama devem ser feitas de tal maneira que os registros não apresentem nem interrupções nem sobreposições nos pontos de passagem de um disco diagrama ao outro.

3. Zonas de registro e respectivas graduações

a) Devem comportar as seguintes zonas de registro:

- Exclusivamente reservada para indicações relativas à velocidade;
- Exclusivamente reservada para indicações relativas às distâncias percorridas;
- As indicações relativas ao tempo de movimentação do veículo, e poderá ter zonas para outros tempos de trabalho e de presença no trabalho, interrupções de trabalho e repouso dos condutores.

b) A zona reservada ao registro da velocidade deve estar subdivida, no mínimo, de 20 em 20 Km/h. A velocidade correspondente deve Ser indicada em algarismos em cada linha dessa subdivisão. O símbolo KM/ h deve figurar, pelo menos, uma vez no interior dessa zona. A última linha dessa zona deve coincidir com o limite superior do campo de medida.

c) A zona reservada ao registro das distâncias percorridas deve ser imprensa de forma a permitir a leitura do número de quilômetros percorridos.

d) A zona reservada aos registro de tempos deverá ser compatível com o modelo do registrados em uso.

e) Indicações impressas nos discos diagrama:

- Cada disco diagrama deve conter, impressas, as seguintes indicações
- nome do fabricante
- escalas de leitura
- limite superior da velocidade registrável, em quilômetros por hora.

Além disso, cada disco deve Ter impresso pelo menos uma escala de tempo, graduada de forma a permitir a leitura direta do tempo com intervalo de 5 minutos, bem como a determinação fácil de cada intervalo de 15 minutos.

f) Espaço livre para as inscrições manuscritas.

Deve haver um espaço livre que permita ao condutor a inscrição de, pelo menos, as seguintes indicações manuscritas:

- nome do condutor ou número do prontuário;
- data e lugar do início da utilização do disco;
- número da placa do veículo;
- quilometragem inicial;
- quilometragem final;
- total de quilômetros.

Conjunto Computadorizado para Registro Eletrônico Instantâneo e Inalterável de Velocidade, Distância Percorrida, Tempo e Provido de Equipamento Emissor de Fita Diagrama

1. DEFINIÇÃO

Conjunto computadorizado instalado em veículos automotores para registro eletrônico instantâneo, simultâneo, inalterável e contínuo, em memória circular não volátil, de dados sobre a operação desse veículo e de seus condutores.

O conjunto deverá obrigatoriamente conter um equipamento emissor de fita diagrama para disponibilização das informações registradas.

Esse conjunto deverá ter capacidade de armazenar os dados previstos relativos as últimas vinte e quatro horas de operação do veículo.

2. CARACTERÍSTICAS GERAIS E FUNÇÕES DO CONJUNTO COMPUTADORIZADO PARA REGISTRO ELETRÔNICO INSTANTÂNEO DE VELOCIDADE, DISTÂNCIA PERCORRIDA E TEMPO

2.1 deverá fornecer os seguintes registros

- velocidade do veículo
- distância percorrida pelo veículo
- tempo de movimentação do veículo e suas interrupções
- data e hora de início da operação
- identificação do veículo
- identificação dos condutores (nome ou número do prontuário)
- identificação dos períodos de condução de cada condutor

constante.

2.2 Software básico

O Conjunto Computadorizado para Registro Eletrônico de velocidade, distância percorrida, tempo provido de equipamento emissor de fita diagrama deverá obrigatoriamente conter o programa que atenda às disposições desta Resolução, de responsabilidade do fabricante, residente de forma permanente no equipamento, em memória não-volátil, com a finalidade específica e exclusiva de gerenciamento das operações e impressão de documentos por meio do equipamento emissor de fita diagrama não podendo ser modificado ou ignorado por programa aplicativo.

2.3 Segurança das informações

Em caso de acidente com o veículo, as informações das últimas vinte e quatro horas, ficarão à disposição das autoridades competentes, em mídia eletrônica e em documento impresso, pelo prazo de 5 cinco anos. As informações em mídia eletrônica deverão incorporar autenticação eletrônica (algoritmo que permite a verificação de autenticidade de um conjunto de dados), portanto assegurando que os dados sejam a cópia fiel e inalterável das informações solicitadas. A autenticação eletrônica deverá utilizar algoritmo reconhecido garantindo que a modificação de qualquer bit do conjunto de dados invalide o código de autenticação. A chave de verificação de autenticidade deverá estar depositado no órgão controlador.

Havendo necessidade de apreensão do Conjunto Computadorizado para Registro eletrônico instantâneo de velocidade, distância percorrida e tempo, a autoridade competente, mediante decisão fundamentada fornecerá documento circunstanciado, contendo a sua marca, o seu modelo, o seu número de série, o nome do fabricante e a identificação do veículo. Os dados das últimas vinte e quatro horas antes da apreensão deverão permanecer intactos na memória do dispositivo, independente do fornecimento de energia elétrica, por pelo menos um ano.

3. GENERALIDADES

3.1. O equipamento deve incluir os seguintes dispositivos:

3.1.1. Eletrônicos indicadores:

- e funcionamento do conjunto computadorizado;
- de funcionamento do relógio de tempo.
- de duas velocidades padrão para correlação com o instrumento indicador
- do funcionamento do sensor de distância.

3.1.2. Eletrônicos de registro não volátil:

- a velocidade do veículo;
- a distância percorrida pelo veículo;
- o tempo de operação do veículo e suas interrupções;
- a data e hora de início da operação;
- a identificação do veículo;
- da identificação dos condutores (nome ou nº do prontuário)
- da identificação dos períodos de condução de cada condutor.

3.1.3.- Localização dos lacres:

- nas ligações necessárias ao seu completo funcionamento;
- nas caixas dos aparelhos que compõem o Conjunto Computadorizado para registro eletrônico instantâneo de velocidade, distância percorrida e tempo.

3.2. Acessórios

A eventual inclusão de novas funções, além das acima citadas não deve comprometer o funcionamento dos registros obrigatórios, nem dificultar a sua leitura.

3.3. Materiais

Todos os elementos constituintes do Conjunto Computadorizado para Registro eletrônico instantâneo de velocidade, distância percorrida e tempo devem utilizar materiais com estabilidade e resistência mecânica adequadas e com características elétricas e magnéticas invariáveis, conforme normas da indústria automotiva.

3.4. Medição da distância percorrida

As distâncias percorridas serão totalizadas e registradas quer em marcha em frente e marcha atrás. O eventual registro das manobras de marcha atrás não deverá em nada afetar a clareza e precisão dos outros registros. O registro deverá ser feito com resolução mínima de 10 metros.

A aferição deverá ser realizada mediante o envio ao Conjunto Computadorizado para Registro Eletrônico, por meio de um microcomputador, de um parâmetro numérico acompanhado de uma senha alfanumérica de pelo menos 8 caracteres e deverá portar em local adequado, a inscrição do valor da constante k .

O erro máximo tolerado na aferição deverá ser de 1% para mais ou para menos da distância real. Em uso, a diferença tolerada será aquela devida ao desgaste natural dos pneus do veículo.

3.5. Medição de velocidade

Operará com o tempo de digitalização registro da velocidade não superior a um segundo nas últimas vinte e quatro horas. A unidade utilizada deverá ser quilômetros por hora (km/h).

A frequência própria e o amortecimento do dispositivo de medição devem ser tais que os instrumentos de indicação e de registro da velocidade possam, dentro da gama de medição, acompanhar variações de aceleração até 2m/s^2 dentro dos limites de tolerância admitidos.

O erro máximo tolerado na aferição da instalação poderá ser de 1% para mais ou para menos da velocidade real. Em uso, a diferença adicional tolerada deverá ser aquela devido ao desgaste natural dos pneus.

O registro de velocidades deverá ser feito na faixa de 0 a 150 km/h com resolução de 1 km/h.

3.6. Medição do tempo (relógio eletrônico)

Conterá um relógio eletrônico interno que servirá de referência para registro das informações, no equipamento emissor de fita diagrama, e deverá ter precisão até 0,05%.

Na ausência de fornecimento de energia elétrica para o Conjunto Computadorizado para Registro eletrônico instantâneo de velocidade, distância percorrida e tempo, o relógio eletrônico deverá manter-se em funcionamento normal por um período não inferior a 5 (cinco) anos.

3.7. Iluminação e proteção

Os dispositivos eletrônicos indicadores devem ter uma iluminação adequada não ofuscante.

Em condições normais de utilização, todas as partes internas do Conjunto Computadorizado para Registro eletrônico instantâneo de velocidade, distância percorrida e tempo deverão estar protegidas.

3.8. Indicador de velocidade, tempo e distância

Com o uso do sistema computadorizado para registro instantâneo de velocidade e tempo e provido de equipamento emissor de fita diagrama, o veículo deve ser equipado com velocímetro, odômetro e relógio em conformidade com a especificação original do fabricante do veículo.

3.8.1. Indicador da distância percorrida (odômetro);

A divisão mínima do dispositivo indicador da distância percorrida deve ser de 0.1 Km. Os algarismos que exprimem os décimos devem poder distinguir-se dos que exprimem números de quilômetros.

Os algarismos do contador totalizador devem ser claramente legíveis e ter uma altura visível de, pelo menos, 4mm.

O contador totalizador deve poder indicar, pelo menos até 99.999,9 Km.

3.8.2. Indicador de velocidade (velocímetro)

No interior do campo de medida, a escala da velocidade deve ser graduada uniformemente por 1,2,5 ou 10 Km/h. O valor de uma divisão da velocidade (espaço compreendido entre duas marcas sucessivas) não deve exceder 10% da velocidade máxima que figurar no fim da escala.

O espaço para além do campo de medida não deve ser numerado.

O comprimento de cada divisão correspondente a uma diferença de velocidade de 10 km/h não deve ser inferior a 10 mm.

Num indicador com ponteiro, a distância entre este e o mostrador não deve ultrapassar 3 mm.

3.8.3. Indicador de tempo (relógio)

O indicador de tempo deve ser visível do exterior do aparelho e a sua leitura deve ser segura, fácil e não ambígua.

3.9. Manutenção dos dados

Os dados obtidos do conjunto computadorizado para registro instantâneo e inalterável de velocidade e tempo, para cada período de vinte e quatro horas, deverão ser mantidos em meio magnético pelo prazo de um ano. É responsabilidade do usuário manter um sistema de armazenamento de dados que atenda esta exigência.

3.10. Fita diagrama

A fita diagrama deve ser de uma qualidade tal não impedindo o funcionamento normal e permitindo que os registros que nela efetuados sejam indeléveis e claramente legíveis e identificáveis

Deve resistir e conservar as suas dimensões e registros em condições normais de higrometria, temperatura e manuseio em ambiente automotivo.

Em condições normais de conservação os registros devem ser legíveis com precisão, durante, cinco anos pelo menos.

Não deverá ter largura superior a 75,0 mm e comprimento mínimo para os registros de vinte quatro horas.

Deve comportar as seguintes zonas de registro pré impressas:

- uma zona exclusiva reservada às indicações relativas à velocidade;
- uma zona para as indicações relativas ao tempo de operação do veículo.

Deverá ter necessariamente marcas d'água para a escalas de velocidade e campo de tempo e conter impressa o limite superior da velocidade registrável, em quilômetros por hora e a identificação do fabricante da fita.

4. DISPONIBILIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES

4.1. Disponibilizador de informações

O equipamento emissor de fita diagrama, deverá ser uma impressora de, no mínimo, 250 pontos por linha.

4.2. Informações

Deverá disponibilizar informações do tipo A e B, a saber:

4.2.1. Tipo A: O relatório deve incluir as seguintes informações:

- ao modelo, ao número de série,
- a constante de velocidade,
- a identificação do veículo,
- o início e final da operação (odômetro, data e hora),
- a identificação dos condutores (nome ou prontuário),
- o tempo de operação do veículo e suas interrupções,
- as velocidades atingidas pelo veículo, sendo que qualquer variação de 10 km/h deverá ser representada no diagrama de fita por uma variação de 2,0 +/- 0,1 mm da coordenada correspondente;
- um marco a cada 5 km de distância percorrida, sendo que cada mm deve corresponder pelo menos a 2,5 km;
- a marcação de velocidade na fita deve ser a cada minuto, e o valor marcado deve ser a da maior velocidade dos sessenta segundos anteriores a marcação.

Estes dados relativos às últimas vinte e quatro horas, considerando o ato da solicitação, deverão ser disponibilizados em forma gráfica por meio do equipamento emissor de fita diagrama a qualquer momento da operação do veículo, na ação de fiscalização.

Em condições de conservação, as informações impressas devem ser legíveis com precisão, durante pelos 5 cinco anos, pelo menos.

Cada fita diagrama deverá ter impressa pelo menos uma escala de tempo, graduada de forma a permitir a leitura direta do tempo com intervalo de quinze, bem como a determinação fácil de cada intervalo de cinco minutos. O comprimento do campo gráfico registro de vinte e quatro horas para velocidade, tempo e distância) deve ser de 290 mm +/- 10 mm.

O tempo máximo de impressão de uma fita diagrama deve ser de 3 (três) minutos.

Um exemplo desta fita encontra-se no final do anexo. (Item 4.3)

4.2.3. Tipo B: As informações das últimas vinte e quatro horas deverão ser enviadas para um microcomputador mediante o uso de uma senha programável independente daquela usada para a aferição. O referido microcomputador deverá armazenar os dados em meio magnético com assinatura digital que garanta a autenticidade dos mesmos. Um programa específico fornecido pelo fabricante deverá processar os dados armazenados de forma gráfica e textual. Este tipo de informação é direcionado para análise de situações de acidente e deverá obedecer os seguintes critérios:

4.2.3.1. A informação de velocidade deverá ser mostrada em um gráfico Velocidade x Tempo, com resolução conforme descrito no item 3.5, sendo que, cada unidade de velocidade (km/h) deverá ser representada graficamente por uma variação mínima de 0,5 mm no seu eixo. A representação de tempo deverá permitir a visualização de um período de 24 vinte e quatro horas por lauda tamanho A4. Deverá permitir também períodos de 5 minutos com resolução de pelo menos 0,5 mm a cada segundo.

4.2.3.2. A representação da quilometragem deverá ser apresentada, em forma numérica, no início e no final de cada gráfico e permitir, também, o cálculo da distância percorrida entre dois pontos distanciados de no máximo 200 (duzentos) metros para uma velocidade de 150 km/h. A variação de 1 km deverá representar no gráfico a variação mínima de 1 mm.

4.2.3.3. As indicações de data e horário deverão ser apresentadas de forma alfanumérica no formato DD/MM/AA e hh:mm, onde:

- "DD"," MM" e "AA" representa respectivamente o dia, mês e ano;
- "hh" e "mm" representa respectivamente a hora e minuto.

4.2.3.4. As informações referentes a identificação do veículo, identificação dos condutores (nome ou nº do prontuário) e seus períodos de condução, identificação do Conjunto Computadorizado para Registro eletrônico instantâneo de velocidade, distância percorrida e tempo deverão ser apresentadas de tal forma que permita sua clara visualização e não comprometa a legibilidade do gráfico.

A presente Resolução do CONTRAN de nº 92 de 04/05/1999 sofreu alterações pelas Resoluções:

RESOLUÇÃO Nº 406 DE 12 DE JUNHO DE 2012

Altera a Resolução nº 92, de 4 de maio de 1999, que dispõe sobre requisitos técnicos mínimos do registrador instantâneo e inalterável de velocidade e tempo, conforme o Código de Trânsito Brasileiro.

O CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO - CONTRAN, usando da competência que lhe confere os incisos I e IX do artigo 12, da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro - CTB, e conforme o Decreto nº 4.711, de 29 de maio de 2003, que dispõe sobre a coordenação do Sistema Nacional de Trânsito - SNT, e

CONSIDERANDO a publicação da Lei nº 12.619, de 30 de abril de 2012, que dispõe sobre o exercício da profissão de motorista profissional; altera a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nos 9.503, de 23 de setembro de 1997, 10.233, de 5 de junho de 2001, 11.079, de 30 de dezembro de 2004, e 12.023, de 27 de agosto de 2009,

para regular e disciplinar a jornada de trabalho e o tempo de direção do motorista profissional; e dá outras providências;

CONSIDERANDO que a fiscalização do tempo de direção do motorista profissional poderá ser realizada por meio dos registros obtidos do registrador instantâneo inalterável de velocidade e tempo dos veículos em que esse equipamento seja obrigatório;

RESOLVE:

Art. 1º o art. 3º da Resolução CONTRAN nº 92, de 4 de maio de 1999, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 3º A fiscalização das condições de funcionamento do registrador instantâneo e inalterável de velocidade e tempo, nos veículos em que seu uso é obrigatório, será exercida pelos órgãos ou entidades de trânsito com circunscrição sobre a via onde o veículo estiver transitando.

§ 1º Na ação de fiscalização de que trata este artigo o agente deverá verificar e

Inspecionar:

.....
.....

V - se o registrador instantâneo e inalterável de velocidade e tempo está aprovado na verificação metrológica realizada pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - INMETRO ou entidade credenciada.

.....
.....

§ 3º A comprovação da verificação metrológica de que trata o inciso V do § 1º poderá ser feita por meio de sítio do

INMETRO na rede mundial de computadores ou por meio da via original ou cópia autenticada do certificado de verificação metrológica. (NR)

Art. 2º O item “I.DEFINIÇÃO” do Anexo I da Resolução CONTRAN nº 92, de 4 de maio de 1999, passa a vigorar com a seguinte redação:

“I. DEFINIÇÃO

.....

O instrumento pode ter períodos de registro de 24 horas, em um único disco, ou de 7 ou 8 dias em um conjunto de 7 ou 8 discos de 24 horas cada um. Neste caso registrador troca automaticamente o disco após as 24 horas de utilização de cada um.

.....(NR).”

Art. 3º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Julio Ferraz Arcoverde

Presidente

Jerry Adriane Dias Rodrigues

Ministério da Justiça

Rui Cesar da Silveira Barbosa

Ministério da Defesa

Guiovaldo Nunes Laport Filho

Ministério da Defesa

Rone Evaldo Barbosa

Ministério dos Transportes

Luiz Otávio Maciel Miranda

Ministério da Saúde

José Antônio Silvério


Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Paulo Cesar de Macedo

Ministério do Meio Ambiente

Luiza Gomide de Faria Vianna

Ministério das Cidades



ANEXO D - RESOLUÇÃO CONTRAN Nº 168/04

RESOLUÇÃO Nº 168, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2004

Estabelece Normas e Procedimentos para a formação de condutores de veículos automotores e elétricos, a realização dos exames, a expedição de documentos de habilitação, os cursos de formação, especializados, de reciclagem e dá outras providências.

O CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO – CONTRAN usando da competência que lhe confere o artigo 12, inciso I e artigo 141, da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro – CTB e, conforme o Decreto nº 4.711, de 29 de maio de 2003, que trata da coordenação do Sistema Nacional de Trânsito,

RESOLVE:

Art. 1º As normas regulamentares para o processo de formação, especialização e habilitação do condutor de veículo automotor e elétrico, os procedimentos dos exames, cursos e avaliações para a habilitação, renovação, adição e mudança de categoria, emissão de documentos de habilitação, bem como do reconhecimento do documento de habilitação obtido em país estrangeiro são estabelecidas nesta Resolução.

Do Processo de Habilitação do Condutor

Art. 2º O candidato à obtenção da Autorização para Conduzir Ciclomotor – ACC, da Carteira Nacional de Habilitação – CNH, solicitará ao órgão ou entidade executivo de trânsito do Estado ou do Distrito Federal, do seu domicílio ou residência, ou na sede estadual ou distrital do próprio órgão ou entidade, a abertura do processo de Habilitação para o qual deverá preencher os seguintes requisitos:

- I – ser penalmente imputável;
- II – saber ler e escrever;
- III – possuir documento de identidade;
- IV – possuir Cadastro de Pessoa Física – CPF.

§1º O processo de habilitação do condutor de que trata o caput deste artigo, após o devido cadastramento dos dados informativos do candidato no Registro Nacional de Condutores Habilitados – RENACH, deverá realizar Avaliação Psicológica, Exame de Aptidão Física e Mental, Curso Teórico-técnico, Exame Teórico-técnico, Curso de Prática de Direção Veicular e Exame de Prática de Direção Veicular, nesta ordem.

§2º O candidato poderá requerer simultaneamente a ACC e habilitação na categoria “B”, bem como requerer habilitação em “A” e “B” submetendo-se a um único Exame de Aptidão Física e Mental e Avaliação Psicológica, desde que considerado apto para ambas.

§3º O processo do candidato à habilitação ficará ativo no órgão ou entidade executivo de trânsito do Estado ou do Distrito Federal, pelo prazo de 12 (doze) meses, contados da data do requerimento do candidato.

§4º A obtenção da ACC obedecerá aos termos e condições estabelecidos para a CNH nas categorias “A”, “B” e, “A” e “B”.

Art. 3º Para a obtenção da ACC e da CNH o candidato deverá submeter-se a realização de:

I – Avaliação Psicológica;

II – Exame de Aptidão Física e Mental;

III – Exame escrito, sobre a integralidade do conteúdo programático, desenvolvido em

Curso de Formação para Condutor;

IV – Exame de Direção Veicular, realizado na via pública, em veículo da categoria para a qual esteja se habilitando.

Art. 4º O Exame de Aptidão Física e Mental será preliminar e renovável a cada cinco anos, ou a cada três anos para condutores com mais de sessenta e cinco anos de idade, no local de residência ou domicílio do examinado.

§1º O condutor que exerce atividade de transporte remunerado de pessoas ou bens terá que se submeter ao Exame de Aptidão Física e Mental e a Avaliação Psicológica de acordo com os parágrafos 2º e 3º do Art. 147 do Código de Trânsito Brasileiro.

§2º Quando houver indícios de deficiência física, mental ou de progressividade de doença que possa diminuir a capacidade para conduzir veículo, o prazo de validade do exame poderá ser diminuído a critério do perito examinador.

§3º O condutor que, por qualquer motivo, adquira algum tipo de deficiência física para a condução de veículo automotor, deverá apresentar-se ao órgão ou entidade executivo de trânsito do Estado ou do Distrito Federal para submeter-se aos exames necessários.

Art. 5º Os tripulantes de aeronaves titulares de cartão de saúde, devidamente atualizado, expedido pelas Forças Armadas ou pelo Departamento de Aviação Civil – DAC, ficam dispensados do exame de aptidão física e mental necessário à obtenção ou à renovação periódica da habilitação para conduzir veículo automotor, ressalvados os casos previstos no §4º do art. 147 e art. 160 do CTB.

Parágrafo único. O prazo de validade da habilitação, com base na regulamentação constante no caput deste artigo, contará da data da obtenção ou renovação da CNH, pelo prazo previsto no §2º do artigo 147 do CTB.

Art. 6º O Exame de Aptidão Física e Mental será exigido quando da:

- I – obtenção da ACC e da CNH;
- II – renovação da ACC e das categorias da CNH;
- III – adição e mudança de categoria;
- IV – substituição do documento de habilitação obtido em país estrangeiro.

§1º Por ocasião da renovação da CNH o condutor que ainda não tenha freqüentado o curso de Direção Defensiva e de Primeiros Socorros, deverá cumprir o previsto no item 4 do anexo II desta Resolução.

§2º A Avaliação Psicológica será exigida quando da:

- a) obtenção da ACC e da CNH;
- b) renovação caso o condutor exercer serviço remunerado de transporte de pessoas ou bens;
- c) substituição do documento de habilitação obtido em país estrangeiro;
- d) por solicitação do perito examinador.

§3º O condutor, com Exame de Aptidão Física e Mental vencido há mais de 5 (cinco) anos, contados a partir da data de validade, deverá submeter-se ao Curso de Atualização para a Renovação da CNH.

Da Formação do Condutor

Art. 7º A formação de condutor de veículo automotor e elétrico compreende a realização de Curso Teórico-técnico e de Prática de Direção Veicular, cuja estrutura curricular, carga horária e especificações estão definidas no anexo II.

Art. 8º Para a Prática de Direção Veicular, o candidato deverá estar acompanhado por um Instrutor de Prática de Direção Veicular e portar a Licença para Aprendizagem de Direção Veicular – LADV expedida pelo órgão ou entidade executivo de trânsito do Estado ou do Distrito Federal, contendo no mínimo, as seguintes informações:

I – identificação do órgão ou entidade executivo de trânsito expedidor;

II – nome completo, número do documento de identidade, do Cadastro de Pessoa Física – CPF e do formulário RENACH do candidato;

III – categoria pretendida;

IV – nome do Centro de Formação de Condutores – CFC responsável pela instrução;

V – prazo de validade.

§1º A LADV será expedida em nome do candidato com a identificação do CFC responsável e/ou do Instrutor, depois de aprovado nos exames previstos na legislação, com prazo de validade que permita que o processo esteja concluído de acordo com o previsto no § 3º, do art 2º, desta Resolução.

§2º A LADV será expedida mediante a solicitação do candidato ou do CFC ao qual o mesmo esteja vinculado para a formação de prática de direção veicular e somente produzirá os seus efeitos legais quando apresentada no original, acompanhada de um documento de identidade e na Unidade da Federação em que tenha sido expedida.

§3º Quando o candidato optar pela mudança de CFC será expedida nova LADV, considerando-se as aulas já ministradas.

§4º O candidato que for encontrado conduzindo em desacordo com o disposto nesta resolução terá a LADV suspensa pelo prazo de seis meses.

Art. 9º A instrução de Prática de Direção Veicular será realizada na forma do disposto no art. 158 do CTB.

Parágrafo único. Quando da mudança ou adição de categoria o condutor deverá cumprir as instruções previstas nos itens 2 ou 3 do Anexo II desta Resolução.

Dos Exames

Art. 10. O Exame de Aptidão Física e Mental e a Avaliação Psicológica, estabelecidos no art. 147 do CTB, seus procedimentos, e critérios de credenciamento dos profissionais das áreas médica e psicológica, obedecerão ao disposto em Resolução específica.

Art. 11. O candidato à obtenção da ACC ou da CNH, após a conclusão do curso de formação, será submetido a Exame Teórico-técnico, constituído de prova convencional ou eletrônica de no mínimo 30 (trinta) questões, incluindo todo o conteúdo programático, proporcional à carga horária de cada disciplina, organizado de forma individual, única e sigilosa, devendo obter aproveitamento de, no mínimo, 70% (setenta por cento) de acertos para aprovação.

Parágrafo único. O exame referido neste artigo será aplicado pelo órgão ou entidade executivo de trânsito do Estado ou do Distrito Federal, ou por entidade pública ou privada por ele credenciada.

~~Art. 12. O Exame de Direção Veicular previsto no art. 147 do CTB será realizado pelo órgão ou entidade executivo de trânsito do Estado ou do Distrito Federal, sendo a aplicação de responsabilidade exclusiva dos examinadores devidamente titulados no curso previsto em Resolução específica.~~

Art. 12. O Exame de Direção Veicular previsto no art. 3º desta Resolução será realizado pelo órgão ou entidade executivo de trânsito do Estado ou do Distrito Federal e aplicado pelos examinadores titulados no curso previsto em regulamentação específica e devidamente designados.

Parágrafo único. Os examinadores responderão pelos atos decorrentes, no limite de suas responsabilidades. [\(Alterado pela Resolução Contran 169/2005\)](#)

~~Art. 13. O candidato à obtenção da ACC, da CNH, adição ou mudança de categoria, somente poderá prestar exame de Prática de Direção Veicular depois de cumprida a seguinte carga horária de aulas práticas:~~

~~I – obtenção da ACC: mínimo de 15 (quinze) horas/aula;~~

~~II – obtenção da CNH: mínimo de 15 (quinze) horas/aula por categoria pretendida;~~

~~III – adição de categoria: mínimo de 15 (quinze) horas/aula em veículo da categoria na qual esteja sendo adicionada;~~

~~IV – mudança de categoria: mínimo de 15 (quinze) horas/aula em veículo da categoria para a qual esteja mudando.~~

Art. 13. O candidato à obtenção da ACC, da CNH, adição ou mudança de categoria, somente poderá prestar exame de Prática de Direção Veicular depois de cumprida a seguinte carga horária de aulas práticas:

I – obtenção da ACC: mínimo de 20 (vinte) horas/aula;

II – obtenção da CNH: mínimo de 20 (vinte) horas/aula por categoria pretendida;

III – adição de categoria: mínimo de 15 (quinze) horas/aula em veículo da categoria na qual esteja sendo adicionada;

IV – mudança de categoria: mínimo de 15 (quinze) horas/aula em veículo da categoria para a qual esteja mudando.

Parágrafo único. Deverão ser observados, em todos os casos, 20% (vinte por cento) da carga horária cursada para a prática de direção veicular no período noturno. [\(Alterado pela Resolução Contran 347/2010\)](#)

Art. 14. O Exame de Direção Veicular será realizado perante uma comissão formada por três membros, designados pelo dirigente do órgão ou entidade executivo de trânsito do Estado ou do Distrito Federal.

§1º A comissão de que trata o caput deste artigo poderá ser volante para atender às especificidades de cada Estado ou do Distrito Federal, a critério do respectivo órgão ou entidade executivo de trânsito.

§2º No Exame de Direção Veicular, o candidato deverá estar acompanhado, durante toda a prova, por no mínimo, dois membros da comissão, sendo pelo menos um deles habilitado na categoria igual ou superior à pretendida pelo candidato.

§3º O Exame de Direção Veicular para os candidatos à ACC e à categoria “A” deverá ser realizado em área especialmente destinada a este fim, que apresente os obstáculos e as dificuldades da via pública, de forma que o examinado possa ser observado pelos examinadores durante todas as etapas do exame, sendo que pelo menos um dos membros deverá estar habilitado na categoria “A”.

~~Art. 15. O Exame de Direção Veicular somente poderá ser realizado em locais e horários estabelecidos pelo órgão ou entidade executivo de trânsito do Estado ou do Distrito Federal em veículo com transmissão mecânica, da categoria pretendida pelo candidato.~~

~~Parágrafo único. Para o exame referido no caput deste artigo o veículo de quatro rodas deverá possuir duplo comando de freios, exceto veículo adaptado, a critério médico, devendo ainda ser identificado como “veículo em exame” quando não for veículo de aprendizagem.~~

Art. 15. Para veículo de quatro ou mais rodas, o Exame de Direção Veicular deverá ser realizado:

I - em locais e horários estabelecidos pelo órgão ou entidade executivo de trânsito do Estado ou do Distrito Federal, em acordo com a autoridade responsável pela via;

II - com veículo da categoria pretendida, com transmissão mecânica e duplo comando de freios;

III - com veículo identificado como “aprendiz em exame” quando não for veículo destinado à formação de condutores.

Parágrafo único. Ao veículo adaptado para portador de deficiência física, a critério médico não se aplica o inciso II. [\(Alterado pela Resolução Contran 169/2005\)](#)

Art. 16. O Exame de Direção Veicular, para veículo de quatro ou mais rodas, é composto de duas etapas:

- I – estacionar em vaga delimitada por balizas removíveis;
- II – conduzir o veículo em via pública, urbana ou rural.

§1º A delimitação da vaga balizada para o Exame Prático de Direção Veicular, em veículo de quatro ou mais rodas, deverá atender as seguintes especificações, por tipo de veículo utilizado:

- a) Comprimento total do veículo, acrescido de mais 40 (quarenta por cento) %;
- b) Largura total do veículo, acrescida de mais 40 (quarenta por cento) %.

~~§ 2º O tempo máximo permitido para colocação de veículos em espaço delimitado por balizas, para as três tentativas, será:~~

- ~~a) para categoria “B”: de (dois a cinco minutos);~~
- ~~b) para categoria “C” e “D”: de (três a seis minutos);~~
- ~~c) para categoria “E”: de (seis a nove minutos).~~

§ 2º Caberá à autoridade de trânsito do órgão ou entidade executivo de trânsito do Estado e do Distrito Federal definir o tempo máximo para o estacionamento de veículos em espaço delimitado por balizas, para três tentativas, considerando as condições da via e respeitados os seguintes intervalos:

- a) para a categoria “B”: de dois a cinco minutos;
- b) para as categorias “C” e “D”: de três a seis minutos;
- c) para a categoria “E”: de cinco a nove minutos.

[\(Redação dada pela Resolução Contran 169/2005\)](#)

Art. 17. O Exame de Direção Veicular, para veículo de duas rodas, será realizado em área especialmente destinada para tal fim em pista com largura de 2m, e que deverá apresentar no mínimo os seguintes obstáculos:

I – ziguezague (slalow) com no mínimo quatro cones alinhados com distância entre eles de 3,5m (três e meio metros);

II – prancha ou elevação com no mínimo oito metros de comprimento, com 30cm (trinta centímetros) de largura e 3cm (três centímetros) de altura com entrada chanfrada;

III – sonorizadores com réguas de largura e espaçamento de 0,08m (oito centímetros) e altura de 0,025m (dois centímetros e cinco milímetros), na largura da pista e com 2,5m (dois e meio metros) de comprimento;

IV – duas curvas seqüenciais de 90° (noventa graus) em “L” (ele);

V – duas rotatórias circulares que permitam manobra em formato de “8” (oito).

Art. 18. O candidato será avaliado, no Exame de Direção Veicular, em função da pontuação negativa por faltas cometidas durante todas as etapas do exame, atribuindo-se a seguinte pontuação:

I – uma falta eliminatória: reprovação;

II – uma falta grave: 03 (três) pontos negativos;

III – uma falta média: 02 (dois) pontos negativos;

IV – uma falta leve: 01 (um) ponto negativo.

Parágrafo único. Será considerado reprovado na prova prática de direção veicular o candidato que cometer falta eliminatória ou cuja soma dos pontos negativos ultrapasse a 3 (três).

Art. 19. Constituem faltas no Exame de Direção Veicular, para veículos das categorias “B”, “C”, “D” e “E”:

I – Faltas Eliminatórias:

- a) desobedecer à sinalização semafórica e de parada obrigatória;
- b) avançar sobre o meio fio;
- c) não colocar o veículo na área balizada, em no máximo três tentativas, no tempo estabelecido;
- d) avançar sobre o balizamento demarcado quando do estacionamento do veículo na vaga;
- e) transitar em contramão de direção;
- f) não completar a realização de todas as etapas do exame;
- g) avançar a via preferencial;
- h) provocar acidente durante a realização do exame;
- i) exceder a velocidade regulamentada para a via;
- j) cometer qualquer outra infração de trânsito de natureza gravíssima.

II – Faltas Graves:

- a) desobedecer a sinalização da via, ou ao agente da autoridade de trânsito;
- b) não observar as regras de ultrapassagem ou de mudança de direção;
- c) não dar preferência de passagem ao pedestre que estiver atravessando a via transversal para onde se dirige o veículo, ou ainda quando o pedestre não haja concluído a travessia, mesmo que ocorra sinal verde para o veículo;
- d) manter a porta do veículo aberta ou semi-aberta durante o percurso da prova ou parte dele;
- e) não sinalizar com antecedência a manobra pretendida ou sinalizá-la incorretamente;
- f) não usar devidamente o cinto de segurança;
- g) perder o controle da direção do veículo em movimento;

h) cometer qualquer outra infração de trânsito de natureza grave.

III – Faltas Médias:

a) executar o percurso da prova, no todo ou parte dele, sem estar o freio de mão inteiramente livre;

b) trafegar em velocidade inadequada para as condições adversas do local, da circulação, do veículo e do clima;

c) interromper o funcionamento do motor, sem justa razão, após o início da prova;

d) fazer conversão incorretamente;

e) usar buzina sem necessidade ou em local proibido;

f) desengrenar o veículo nos declives;

g) colocar o veículo em movimento, sem observar as cautelas necessárias;

h) usar o pedal da embreagem, antes de usar o pedal de freio nas frenagens;

i) entrar nas curvas com a engrenagem de tração do veículo em ponto neutro;

j) engrenar ou utilizar as marchas de maneira incorreta, durante o percurso;

k) cometer qualquer outra infração de trânsito de natureza média.

IV – Faltas Leves:

a) provocar movimentos irregulares no veículo, sem motivo justificado;

b) ajustar incorretamente o banco de veículo destinado ao condutor;

c) não ajustar devidamente os espelhos retrovisores;

d) apoiar o pé no pedal da embreagem com o veículo engrenado e em movimento;

- e) utilizar ou Interpretar incorretamente os instrumentos do painel do veículo;
- f) dar partida ao veículo com a engrenagem de tração ligada;
- g) tentar movimentar o veículo com a engrenagem de tração em ponto neutro;
- h) cometer qualquer outra infração de natureza leve.

Art. 20. Constituem faltas, no Exame de Direção Veicular, para obtenção da ACC ou para veículos da categoria “A”:

I – Faltas Eliminatórias:

- a) iniciar a prova sem estar com o capacete devidamente ajustado à cabeça ou sem viseira ou óculos de proteção;
- b) descumprir o percurso preestabelecido;
- c) abalroar um ou mais cones de balizamento;
- d) cair do veículo, durante a prova;
- e) não manter equilíbrio na prancha, saindo lateralmente da mesma;
- f) avançar sobre o meio fio ou parada obrigatória;
- g) colocar o(s) pé(s) no chão, com o veículo em movimento;
- h) provocar acidente durante a realização do exame.
- i) cometer qualquer outra infração de trânsito de natureza gravíssima.

(Incluído pela Resolução Contran 169/2005)

II – Faltas Graves:

- a) deixar de colocar um pé no chão e o outro no freio ao parar o veículo;
- b) invadir qualquer faixa durante o percurso;

- c) fazer incorretamente a sinalização ou deixar de fazê-la;
- d) fazer o percurso com o farol apagado;
- e) cometer qualquer outra infração de trânsito de natureza grave.
- e) cometer qualquer outra infração de trânsito de natureza grave. (Alterado pela Resolução Contran 169/2005)

III – Faltas Médias:

- a) utilizar incorretamente os equipamentos;
- b) engrenar ou utilizar marchas inadequadas durante o percurso;
- c) não recolher o pedal de partida ou o suporte do veículo, antes de iniciar o percurso;
- d) interromper o funcionamento do motor sem justa razão, após o início da prova;
- e) conduzir o veículo durante o exame sem segurar o guidom com ambas as mãos, salvo eventualmente para indicação de manobras;
- f) cometer qualquer outra infração de trânsito de natureza média.

IV – Faltas Leves:

- a) colocar o motor em funcionamento, quando já engrenado;
- b) conduzir o veículo provocando movimento irregular no mesmo sem motivo justificado;
- c) regular os espelhos retrovisores durante o percurso do exame;
- d) cometer qualquer outra infração de trânsito de natureza leve.

Art. 21. O Exame de Direção Veicular para candidato portador de deficiência física será considerado prova especializada e deverá ser avaliado por uma

comissão especial, integrada por, no mínimo um examinador de trânsito, um médico perito examinador e um membro indicado pelo Conselho Estadual de Trânsito – CETRAN ou Conselho de Trânsito do Distrito Federal – CONTRADIFE, conforme dispõe o inciso VI do art. 14 do CTB.

Parágrafo único. O veículo destinado à instrução e ao exame de candidato portador de deficiência física deverá estar perfeitamente adaptado segundo a indicação da Junta Médica Examinadora podendo ser feito, inclusive, em veículo disponibilizado pelo candidato.

Art. 22. No caso de reprovação no Exame Teórico-técnico ou Exame de Direção Veicular, o candidato só poderá repetir o exame depois de decorridos 15 (quinze) dias da divulgação do resultado, sendo dispensado do exame no qual tenha sido aprovado.

~~Art. 23. Quando se tratar de candidato às categorias “C”, “D” e “E”, a Instrução e o Exame de Direção Veicular deverão ser realizados em veículos que atendam aos seguintes requisitos:~~

~~I – Categoria “C” – veículo motorizado utilizado no transporte de carga, registrado com capacidade mínima de Peso Bruto Total (PBT) de 6.000 Kg;~~

~~II – Categoria “D” – veículo motorizado utilizado no transporte de passageiros, registrado com capacidade mínima de 20 (vinte) lugares;~~

~~III – Categoria “E” – combinação de veículos onde o caminhão trator deverá ser acoplado a um reboque ou semi-reboque, que esteja registrado com capacidade de PBT de no mínimo 6.000kg ou veículo articulado cuja lotação exceda a 20 (vinte) lugares.~~

Art. 23. Na Instrução e no Exame de Direção Veicular para candidatos às categorias “B”, “C”, “D” e “E”, deverão ser atendidos os seguintes requisitos:

I – Categoria “B” – veículo motorizado de quatro rodas, excetuando-se o quadriciclo;

II – Categoria “C” – veículo motorizado utilizado no transporte de carga, registrado com Peso Bruto Total (PBT) de, no mínimo, 6.000 kg;

III – Categoria “D” – veículo motorizado utilizado no transporte de passageiros, registrado com capacidade mínima de vinte lugares;

IV – Categoria “E” – combinação de veículos, cujo caminhão trator deverá ser acoplado a um reboque ou semi-reboque, registrado com Peso Bruto Total (PBT) de, no mínimo, 6.000kg ou veículo articulado cuja lotação exceda a vinte lugares.
(Alterado pela Resolução Contran 169/2005)

~~Art. 24. Quando se tratar de candidato à categoria “A”, o Exame de Direção Veicular deverá ser realizado em veículo com cilindrada acima de 120 (cento e vinte) centímetros cúbicos.~~

Art. 24. Quando se tratar de candidato à categoria “A”, o Exame de Direção Veicular deverá ser realizado em veículo de duas rodas com cilindrada acima de 120 (cento e vinte) centímetros cúbicos. (Alterado pela Resolução Contran 169/2005)

Art. 25. A aprendizagem e o Exame de Direção Veicular, para a obtenção da ACC, deverão ser realizados em qualquer veículo de duas rodas classificado como ciclomotor.

Art. 26. Os condutores de veículos automotores habilitados na categoria “B”, “C”, “D” ou “E”, que pretenderem obter a categoria “A” e a ACC, deverão se submeter aos Exames de Aptidão Física e Mental e de Prática de Direção Veicular, comprovando a realização de, no mínimo, 15 (quinze) horas/aula de prática de direção veicular em veículo classificado como ciclomotor.

~~Art. 27. Os examinadores, para o exercício de suas atividades, deverão ser designados pelo dirigente do órgão ou entidade executivo de trânsito do Estado ou do Distrito Federal para o período de no máximo 01 (um) ano, permitida a recondução por mais um período de igual duração, devendo comprovar na data da sua designação e da recondução:~~

~~I – possuir CNH no mínimo há 02 (dois) anos;~~

~~II – possuir certificado do curso específico, registrado junto ao órgão ou entidade executivo de trânsito do Estado ou do Distrito Federal;~~

~~III – não ter cometido nenhuma infração de trânsito de natureza gravíssima nos últimos 12 (doze) meses;~~

~~IV – não estar cumprindo pena de suspensão do direito de dirigir ou de cassação da CNH.~~

~~§1º São consideradas infrações do examinador, puníveis pelo dirigente do órgão ou entidade executivo de trânsito do Estado ou do Distrito Federal:~~

~~a) induzir o candidato a erro quanto às regras de circulação e conduta;~~

~~b) faltar com o devido respeito ao candidato;~~

~~c) praticar atos de improbidade contra a fé pública, contra o patrimônio ou contra a administração pública ou privada;~~

~~§2º As infrações constantes do §1º serão apuradas em procedimentos administrativos, sendo assegurado o direito constitucional da ampla defesa e do contraditório que determinarão em função da sua gravidade e independentemente da ordem seqüencial, as seguintes penalidades:~~

~~a) advertência por escrito;~~

~~b) suspensão das atividades por até 30 (trinta) dias;~~

~~c) cancelamento da designação.~~

Art. 27. Os examinadores, para o exercício de suas atividades, deverão ser designados pelo dirigente do órgão ou entidade executivo de trânsito do Estado ou do Distrito Federal para o período de, no máximo, um ano, permitida a recondução por um período de igual duração, devendo comprovar na data da sua designação e da recondução:

I – possuir CNH no mínimo há dois anos;

II – possuir certificado do curso específico, registrado junto ao órgão ou entidade executivo de trânsito do Estado ou do Distrito Federal;

III – não ter cometido nenhuma infração de trânsito de natureza gravíssima nos últimos doze meses;

IV – não estar cumprindo pena de suspensão do direito de dirigir e, quando cumprida, ter decorrido doze meses;

V – não estar cumprindo pena de cassação do direito de dirigir e, quando cumprida, ter decorrido vinte e quatro meses de sua reabilitação.

§1º São consideradas infrações do examinador, puníveis pelo dirigente do órgão ou entidade executivo de trânsito dos Estados ou do Distrito Federal:

- a) induzir o candidato a erro quanto às regras de circulação e conduta;
- b) faltar com o devido respeito ao candidato;
- c) praticar atos de improbidade contra a fé pública, contra o patrimônio ou contra a administração pública ou privada.

§2º As infrações constantes do §1º serão apuradas em procedimentos administrativos, sendo assegurado o direito constitucional da ampla defesa e do contraditório que determinarão em função da sua gravidade e independentemente da ordem sequencial, as seguintes penalidades:

- a) advertência por escrito;
- b) suspensão das atividades por até 30 (trinta) dias;
- c) revogação da designação.

(Alteração dada pela Resolução Contran 169/2005)

Art. 28. O candidato a ACC e a CNH, cadastrado no RENACH, que transferir seu domicílio ou residência para outra Unidade da Federação, terá assegurado o seu direito de continuar o processo de habilitação na Unidade da Federação do seu novo domicílio ou residência, sem prejuízo dos exames nos quais tenha sido aprovado.

Parágrafo único. O disposto no caput deste artigo aplica-se também, aos condutores que estiverem em processo de adição ou mudança de categoria.

Do Candidato ou Condutor Estrangeiro

~~Art. 29. O condutor de veículo automotor, natural de país estrangeiro e nele habilitado, em estada regular, desde que penalmente imputável no Brasil, poderá dirigir no Território Nacional quando amparado por convenções ou acordos internacionais, ratificados e aprovados pela República Federativa do Brasil.~~

~~§ 1º Poderá ser aplicado o Princípio da Reciprocidade, em relação à habilitação estrangeira, não amparada por convenções ou acordos internacionais.~~

~~§ 2º O órgão máximo executivo de trânsito da União informará aos órgãos ou entidades executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal a que países se aplica o disposto neste artigo.~~

~~§ 3º O condutor de que trata este artigo, após o registro do reconhecimento no órgão ou entidade executivo de trânsito do Estado ou do Distrito Federal, deverá portar, obrigatoriamente, a carteira de habilitação estrangeira dentro do prazo de validade, acompanhada de sua tradução juramentada e de documento de identificação.~~

~~§ 4º O condutor estrangeiro, após prazo de 180 (cento e oitenta) dias de estada regular no Brasil, deverá, se pretender conduzir veículo automotor, submeter-se aos Exames de Aptidão Física e Mental e Avaliação Psicológica, nos termos do artigo 147 do CTB, respeitada a sua categoria, com vistas à obtenção da CNH brasileira.~~

~~§ 5º Na hipótese de mudança de categoria deverá ser obedecido o disposto no artigo 146 do CTB.~~

~~§ 6º O disposto nos parágrafos anteriores não será aplicado aos diplomatas ou cônsules de carreira, e àqueles a eles equiparados.~~

~~Art. 30. O estrangeiro não habilitado, com estada regular no Brasil, pretendendo habilitar-se para conduzir veículo automotor em Território Nacional, deverá satisfazer todas as exigências previstas na legislação de trânsito.~~

~~Art. 31. Quando o condutor habilitado em país estrangeiro cometer infração de trânsito, cuja penalidade implique na proibição do direito de dirigir, a autoridade~~

~~competente de trânsito tomará as seguintes providências, com base no artigo 42 da Convenção sobre Trânsito Viário, celebrada em Viena, promulgada pelo Decreto nº 86.714, de 10 de dezembro de 1981:~~

~~I — recolher e reter o documento de habilitação, até que expire o prazo da suspensão do direito de usá-la, ou até que o condutor saia do território nacional, se a saída ocorrer antes de expirar o citado prazo;~~

~~II — comunicar à autoridade que expediu ou em cujo nome foi expedido o documento de habilitação, a suspensão do direito de usá-lo, solicitando que notifique ao interessado da decisão tomada;~~

~~III — indicar no documento de habilitação, que o mesmo não é válido no território nacional, quando se tratar de documento de habilitação com validade internacional.~~

~~Parágrafo único. Quando se tratar de missão diplomática, consular ou a elas equiparadas, as medidas cabíveis deverão ser tomadas pelo Ministério das Relações Exteriores.~~

~~Art. 31A. O Brasileiro habilitado no exterior, para conduzir veículo automotor no Território Nacional, deverá cumprir o disposto no § 3º do artigo 29 desta Resolução."~~

~~Acrescentado pela Resolução Contran 169/2005~~

~~Art. 32. O condutor com Habilitação Internacional para Dirigir, expedida no Brasil, que cometer infração de trânsito cuja penalidade implique na suspensão ou cassação do direito de dirigir, terá o recolhimento e apreensão desta, juntamente com o documento de habilitação nacional, pelo órgão ou entidade executivo de trânsito do Estado ou do Distrito Federal.~~

~~Parágrafo único. A Carteira Internacional expedida pelo órgão ou entidade executivo de trânsito do Estado e do Distrito Federal não poderá substituir a CNH.~~

~~(Revogado pela Resolução Contran 360/2010)~~

Dos Cursos Especializados

Art. 33. Os Cursos especializados serão destinados a condutores habilitados que pretendam conduzir veículo de transporte coletivo de passageiros, de escolares, de produtos perigosos ou de emergência.

§1º Os cursos especializados serão ministrados:

- a) pelos órgão ou entidade executivo de trânsito do Estados e do Distrito Federal;
- b) por instituições vinculadas ao Sistema Nacional de Formação de Mão-de-Obra.

§2º As instituições em funcionamento, vinculadas ao Sistema Nacional de Formação de Mão-de-Obra credenciadas pelo órgão ou entidade executivo de trânsito do Estado ou do Distrito Federal deverão ser recadastradas em até 180 (cento e oitenta) dias da data da publicação desta Resolução, com posterior renovação a cada dois anos.

§3º Os conteúdos e regulamentação dos cursos especializados constam dos anexos desta resolução.

§4º O órgão ou entidade executivo de trânsito do Estado ou do Distrito Federal registrará no RENACH, em campo específico da CNH, a aprovação nos cursos especializados, conforme codificação a ser definida pelo órgão máximo executivo de trânsito da União.

§ 5º As entidades que, quando da publicação da Resolução nº. 168/04, se encontravam credenciadas para ministrar exclusivamente cursos especializados, para continuidade do exercício de suas atividades, deverão efetuar recadastramento, renovando-o a cada dois anos.

(Acrescentado pela Resolução Contran 222/2007)

Da Expedição da Carteira Nacional de Habilitação e da Permissão Internacional para Dirigir Veículo

~~Art. 34. A CNH será expedida pelo órgão ou entidade executivo de trânsito do Estado ou do Distrito Federal, em nome do órgão máximo executivo de trânsito da União, em modelo único e especificações técnicas definidas por esse órgão da União, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias a partir da publicação desta resolução.~~

~~§1º A CNH conterá a condição e especializações de cada condutor e terá validade em todo o Território Nacional, equivalendo ao documento de identidade, produzindo seus efeitos quando apresentada no original e dentro do prazo de validade.~~

~~§2º Na Permissão para Dirigir das categorias “A”, “B” ou “A” e “B”, constará a validade de 01(um) ano, e ao término desta, o condutor poderá solicitar a definitiva, que lhe será concedida desde que tenha cumprido o disposto no §3º do art. 148 do CTB.~~

~~§3º A ACC, para efeito de simplificação e padronização em registro e documento único conforme § 7º do art.159 do CTB, será inserida em campo específico da CNH.~~

~~§4º Para efeito de fiscalização fica concedida a mesma tolerância estabelecida no art. 162, inciso V, do CTB, ao condutor portador de Permissão para Dirigir, contada da data do vencimento do referido documento, aplicando-se a mesma penalidade e medida administrativa.~~

~~§5º Até que o órgão máximo executivo de trânsito da União edite regulamentação suplementar especificando tecnicamente o novo modelo único da CNH, fica valendo o modelo definido pelas Resoluções 765/93 e 71/98.~~

Art. 34. A ACC e a CNH serão expedidas pelo órgão ou entidade executivo de trânsito do Estado ou do Distrito Federal, em nome do órgão máximo executivo de trânsito da União, ao condutor considerado apto nos termos desta resolução.

§ 1º Ao candidato considerado apto nas categorias “A”, “B” ou “A” e “B”, será conferida Permissão para Dirigir com validade de 01(um) ano e ao término desta, o condutor poderá solicitar a CNH definitiva, que lhe será concedida desde que tenha cumprido o disposto no §3º do art. 148 do CTB.

§ 2º Ao candidato considerado apto para conduzir ciclomotores será conferida ACC provisória com validade de 01(um) ano e, ao término desta, o condutor poderá solicitar a Autorização definitiva, que lhe será concedida desde que tenha cumprido o disposto no §3º do art. 148 do CTB.”

§3º A CNH conterá as condições e especializações de cada condutor e terá validade em todo o Território Nacional, equivalendo ao documento de identidade, produzindo seus efeitos quando apresentada no original e dentro do prazo de validade.

§4º Quando o condutor possuir CNH, a ACC será inserida em campo específico da mesma, utilizando-se para ambas, um único registro conforme dispõe o § 7º do art.159 do CTB.

§5º. Para efeito de fiscalização, fica concedido ao condutor portador de Permissão para Dirigir, prazo idêntico ao estabelecido no art. 162, inciso V, do CTB, aplicando-se a mesma penalidade e medida administrativa, caso este prazo seja excedido. ([Redação dada pela Resolução Contran 169/2005](#))

Art. 35. O documento de Habilitação terá 2 (dois) números de identificação nacional e 1 (um) número de identificação estadual, que são:

I – o primeiro número de identificação nacional – Registro Nacional, será gerado pelo sistema informatizado da Base Índice Nacional de Condutores – BINCO, composto de 9 (nove) caracteres mais 2 (dois) dígitos verificadores de segurança, sendo único para cada condutor e o acompanhará durante toda a sua existência como condutor não sendo permitida a sua reutilização para outro condutor.

II – o segundo número de identificação nacional – Número do Espelho da CNH) será formado por 8 (oito) caracteres mais 1 (um) dígito verificador de segurança, autorizado e controlado pelo órgão máximo executivo de trânsito da União, e identificará cada espelho de CNH expedida;

III – o número de identificação estadual será o número do formulário RENACH, documento de coleta de dados do candidato/condutor gerado a cada serviço, composto, obrigatoriamente, por 11 (onze) caracteres, sendo as duas

primeiras posições formadas pela sigla da Unidade de Federação expedidora, facultada a utilização da última posição como dígito verificador de segurança.

§1º O número do formulário RENACH identificará a Unidade da Federação onde o condutor foi habilitado ou realizou alterações de dados no seu prontuário pela última vez.

§2º O Formulário RENACH que dá origem às informações na BINCO e autorização para a impressão da CNH, deverá ficar arquivado em segurança, no órgão ou entidade executivo de trânsito do Estado ou do Distrito Federal.

Art. 36. A expedição do documento único de habilitação dar-se-á:

- I – na autorização para conduzir ciclomotores (ACC);
- II – na primeira habilitação nas categorias “A”, “B” e “A” e “B”;
- III – após o cumprimento do período permissionário, atendendo ao disposto no §3º do art. 148 do CTB;
- IV – na adição ou alteração de categoria;
- V – em caso de perda, dano ou extravio;
- VI – na renovação dos exames, atendendo ao disposto no art. 150 do CTB;
- VII – na aprovação dos exames do processo de reabilitação;
- VIII – na alteração de dados do condutor, exceto mudança de endereço;
- IX – no reconhecimento da Carteira de Habilitação estrangeira.

Parágrafo Único. Nos processos de adição, mudança de categoria ou renovação, estando ainda válida a CNH do condutor, o órgão ou entidade executivo de trânsito do Estado ou do Distrito Federal, deverá entregar a nova CNH, mediante devolução da anterior para inutilização.

(Incluído pela Resolução Contran 169/2005)

~~Art. 37. A CNH será expedida pelo órgão ou entidade executivo de trânsito do Estado ou do Distrito Federal e confeccionada por empresas especializadas, por ele contratada, inscritas no cadastro de fornecedores do órgão máximo executivo de trânsito da União, com capacidade técnica comprovada para atender aos requisitos exigidos nesta Resolução e em normas complementares.~~

~~§1º As empresas de que trata o caput deste artigo, para homologarem suas inscrições junto ao órgão máximo executivo de trânsito da União, devem:~~

~~a) comprovar sua capacidade industrial na fabricação e impressão de documentos de segurança, por meio de atestados de capacidade técnica;~~

~~b) submeter à avaliação o seu parque industrial;~~

~~c) comprovar a capacidade técnica instalada para comunicação de dados, com o Sistema RENACH, para recebimento e transmissão de informações e imagens em tempo real e armazenamento de dados e de imagens.~~

~~§2º A empresa homologada, ao ser contratada pelo órgão ou entidade executivo de trânsito do Estado ou do Distrito Federal, deverá atender as exigências relativas à segurança e infraestrutura para comunicação de dados em local apropriado e definido pelo contratante.~~

~~(Revogado pela Resolução Contran 169/2005)~~

~~Art. 38. Todos os dados constantes na CNH deverão ser armazenados em meios magnéticos ou óticos, sob a responsabilidade da empresa fornecedora dos referidos documentos, contratada pelo órgão ou entidade executivo de trânsito do Estado ou do Distrito Federal, que devem ser disponibilizadas para o RENACH, na forma e condições definidas pelo contratante.~~

~~Parágrafo único. A propriedade dos dados a que se refere o caput deste artigo é do órgão máximo executivo de trânsito da União e do órgão ou entidade executivo de trânsito do Estado ou do Distrito Federal, explicitada em cláusulas contratuais.~~

~~(Revogado pela Resolução Contran 169/2005)~~

Art. 39. Compete ao órgão máximo executivo de trânsito da União e ao órgão ou entidade executivo de trânsito do Estado ou do Distrito Federal, inspecionar o local de emissão da CNH.

Art. 40. A Permissão Internacional para Dirigir será expedida pelo órgão ou entidade executivo de trânsito do Estado ou Distrito Federal detentor do registro do condutor, conforme modelo definido no Anexo VII da Convenção de Viena, promulgada pelo Decreto nº 86.714, de 10 de dezembro de 1981, contendo os dados cadastrais do RENACH.

Parágrafo único. A expedição do documento referido neste artigo dar-se-á após o cumprimento dos requisitos mínimos exigidos em normas específicas, com prazo de validade igual ao do documento nacional.

Art 40 A. O CONTRAN definirá, no prazo máximo de noventa dias da data publicação desta resolução, regulamentação especificando modelo único do documento de ACC, Permissão para Dirigir e CNH. [\(Incluído pela Resolução Contran 169/2005\)](#)

Das Disposições Gerais

Art. 41. A Base Índice Nacional de Condutores – BINCO conterà um arquivo de dados onde será registrada toda e qualquer restrição ao direito de dirigir e de obtenção da ACC e da CNH, que será atualizado pelos órgão ou entidade executivo de trânsito do Estado e do Distrito Federal.

§1º O condutor, que for penalizado com a suspensão ou cassação do direito de dirigir, terá o seu registro bloqueado pelo mesmo prazo da penalidade.

§2º O Registro Nacional do condutor de que trata o artigo 35, que teve cassado o direito de dirigir, será desbloqueado e mantido, quando da sua reabilitação.

§3º A suspensão do direito de dirigir ou a proibição de se obter a habilitação, imputada pelo Poder Judiciário, será registrada na BINCO.

Art. 41A. Para efeito desta resolução, os dados requeridos para o processo de habilitação e os constantes do RENACH são de propriedade do órgão máximo executivo de trânsito da União.

[\(Incluído pela Resolução Contran 169/2005\)](#)

~~Art. 42. O condutor que tiver a CNH cassada, após decorrido o prazo de 02 (dois) anos da cassação, poderá requerer sua reabilitação, submetendo-se ao curso de reciclagem e a todos os exames necessários à mesma categoria da que possuía ou em categoria inferior, preservando a data da primeira habilitação.~~

~~Parágrafo único. Para abertura do processo de reabilitação será necessário que o órgão ou entidade executivo de trânsito do Estado ou do Distrito Federal certifique-se de que todos os débitos registrados tenham sido efetivamente quitados.~~

Art. 42. O condutor que tiver a CNH cassada poderá requerer sua reabilitação, após decorrido o prazo de dois anos da cassação. [\(Alterado pela Resolução Contran 169/2005\)](#)

Art. 42A. A reabilitação de que trata o artigo anterior dar-se-á após o condutor ser aprovado no curso de reciclagem e nos exames necessários à obtenção de CNH da categoria que possuía, ou de categoria inferior, preservada a data da primeira habilitação. [\(Incluído pela Resolução Contran 169/2005\)](#)

Art. 43. Os candidatos poderão habilitar-se nas categorias de “A” à “E”, obedecida a gradação prevista no Art. 143 do CTB e a no Anexo I desta resolução, bem como para a ACC.

Art. 43A. O processo de habilitação de candidato que procedeu ao requerimento de sua abertura anterior à vigência desta norma, permanecerá ativo no órgão ou entidade executivo de trânsito do Estado ou Distrito Federal, pelo prazo de doze meses a partir da data de publicação desta resolução.”

Art. 43B. Fica o órgão máximo executivo de trânsito da União autorizado a baixar as instruções necessárias para o pleno funcionamento do disposto nesta

resolução, objetivando sempre a praticidade e a agilidade das operações, em benefício do cidadão. ([Incluído pela Resolução Contran 169/2005](#))

Art. 44. Revogam-se as Resoluções Nos 412, de 21 de janeiro de 1969; 491, de 19 de março de 1975; 520 de 19 de julho de 1977; 605, de 25 de novembro de 1982; 789, de 13 de novembro de 1994; 800, de 27 de junho de 1995; 804, de 25 de setembro de 1995; 07 de 23 de janeiro de 1998; 50, de 21 de maio de 1998; 55, de 21 de maio de 1998; 57, 21 de maio de 1998; 58 de 21 de maio de 1998; 67, de 23 de setembro de 1998; 85, de 04 de maio de 1999; 90, de 04 de maio de 1999; 91, de 04 de maio de 1999; 93, de 04 de maio de 1999; 98, de 14 de julho de 1999 e 161, de 26 de maio de 2004 e artigo 3º da resolução 700, de 04 de outubro de 1988 e incisos VIII, IX, X, XI, XII do artigo 12 e artigo 13 da Resolução 74, de 19 de novembro de 1998.

Art. 45. Esta Resolução entrará em vigor 90 (noventa) dias após a data de sua publicação.*

AILTON BRASILIENSE PIRES

Presidente

JAQUELINE FILGUEIRAS CHAPADENSE

Ministério das Cidades – Suplente

RENATO ARAUJO JUNIOR

Ministério da Ciência e Tecnologia – Titular

AMILTON COUTINHO RAMOS

Ministério da Defesa – Suplente

JUSCELINO CUNHA

Ministério da Educação – Titular

CARLOS ALBERTO F DOS SANTOS

Ministério do Meio Ambiente – Suplente

EDSON DIAS GONÇALVES

Ministério dos Transportes – Titular

EUGENIA MARIA SILVEIRA RODRIGUES

Ministério da Saúde – Suplente

- Republicado por ter saído, no D.O.U. nº: 245, Secção I, página 73 de 22/12/04, com incorreções.

TABELA DE CORRESPONDÊNCIA E PREVALÊNCIA DAS CATEGORIAS

CATEGORIA	ESPECIFICAÇÃO
"A"	Todos os veículos automotores e elétricos, de duas ou três rodas, com ou sem carro lateral.
"B"	Veículos automotores e elétricos, de quatro rodas cujo peso bruto total não exceda a três mil e quinhentos quilogramas e cuja lotação não exceda a 08 (oito) lugares, excluído o do motorista, contemplando a combinação de unidade acoplada, reboque, semi-reboque ou articulada, desde que atenda a lotação e capacidade de peso para a categoria.
"C"	Todos os veículos automotores e elétricos utilizados em transporte de carga, cujo peso bruto total exceda a três mil e quinhentos quilogramas; tratores, máquinas agrícolas e de movimentação de cargas, motor-casa, combinação de veículos em que a unidade acoplada, reboque, semi-reboque ou articulada, não exceda a 6.000 kg de PBT e, todos os veículos abrangidos pela categoria "B".
"D"	Veículos automotores e elétricos utilizados no transporte de passageiros, cuja lotação exceda a 08 (oito) lugares e, todos os veículos abrangidos nas categorias "B" e "C".

<p style="text-align: center;">“E”</p>	<p>Combinação de veículos automotores e elétricos, em que a unidade tratora se enquadre nas categorias “B”, “C” ou “D”; cuja unidade acoplada, reboque, semi-reboque, articulada, ou ainda com mais de uma unidade tracionada, tenha seis mil quilogramas ou mais, de peso bruto total, ou cuja lotação exceda a oito lugares, enquadrados na categoria <i>trailer</i>, e, todos os veículos abrangidos pelas categorias “B”, “C” e “D”.</p>
--	--

ANEXO II

~~ESTRUTURA CURRICULAR BÁSICA, ABORDAGEM DIDÁTICO-PEDAGÓGICA E DISPOSIÇÕES GERAIS DOS CURSOS~~

~~1. Curso de formação de condutores para obtenção da Permissão para Dirigir e autorização para conduzir ciclomotores;~~

~~2. Curso de mudança de categoria;~~

~~3. Curso de adição de categoria;~~

~~4. Curso de atualização para renovação da CNH;~~

~~5. Curso de reciclagem para condutores infratores;~~

~~6. Cursos especializados;~~

~~7. Curso de atualização para cursos especializados.~~

~~1. CURSOS DE FORMAÇÃO DE CONDUTORES PARA OBTENÇÃO DA
PERMISSÃO PARA DIRIGIR E~~

~~DA AUTORIZAÇÃO PARA CONDUZIR CICLOMOTORES~~

~~1.1 CURSO TEÓRICO-TÉCNICO~~

~~1.1.1 Carga Horária Total: 30 (trinta) horas aula~~

1.1.2 Estrutura curricular

1.1.2.1 Legislação de Trânsito: 12 (doze) horas aula

Determinações do CTB quanto a:

- Formação do condutor;
- Exigências para categorias de habilitação em relação ao veículo conduzido;
- Documentos do condutor e do veículo: apresentação e validade;
- Sinalização viária;
- Penalidades e crimes de trânsito;
- Direitos e deveres do cidadão;
- Normas de circulação e conduta.

Infrações e penalidades referentes a:

- Documentação do condutor e do veículo;
- Estacionamento, parada e circulação;
- Segurança e atitudes do condutor, passageiro, pedestre e demais atores do processo de circulação;
- Meio ambiente.

1.1.2.2 Direção defensiva: 8 (oito) horas aula

- Conceito de direção defensiva — veículos de 2 e 4 rodas;
- Condições adversas;
- Como evitar acidentes;
- Cuidados com os demais usuários da via;
- Estado físico e mental do condutor;
- Situações de risco.

1.1.2.3 Noções de Primeiros Socorros: 4 (quatro) horas aula

- ~~— Sinalização do local do acidente;~~
- ~~— Acionamento de recursos em caso de acidentes;~~
- ~~— Verificação das condições gerais da vítima;~~
- ~~— Cuidados com a vítima (o que não fazer).~~

~~1.1.2.4 Noções de Proteção e Respeito ao Meio Ambiente e de Convívio Social no Trânsito: 4 (quatro) horas aula~~

- ~~— O veículo como agente poluidor do meio ambiente;~~
- ~~— Regulamentação do CONAMA sobre poluição ambiental causada por veículos;~~
- ~~— Emissão de gases;~~
- ~~— Emissão de partículas (fumaça);~~
- ~~— Emissão sonora;~~
- ~~— Manutenção preventiva do veículo para preservação do meio ambiente;~~
- ~~— O indivíduo, o grupo e a sociedade;~~
- ~~— Diferenças individuais;~~
- ~~— Relacionamento interpessoal;~~
- ~~— O indivíduo como cidadão.~~

~~1.1.2.5 Noções sobre Funcionamento do Veículo de 2 e 4 rodas: 2 (duas) horas aula~~

- ~~— Equipamentos de uso obrigatório do veículo e sua utilização;~~
- ~~— Noções de manuseio e do uso do extintor de incêndio;~~
- ~~— Responsabilidade com a manutenção do veículo;~~
- ~~— Alternativas de solução para eventualidades mais comuns.~~

~~1.2 CURSO DE PRÁTICA DE DIREÇÃO VEICULAR~~

~~1.2.1 Carga Horária Total: 15 (quinze) horas aula~~

~~1.2.2 Estrutura curricular~~

- ~~— O veículo: funcionamento, equipamentos obrigatórios e sistemas;~~
- ~~— Prática na via pública: direção defensiva, normas de circulação e conduta, parada e estacionamento, observação da~~
- ~~sinalização e comunicação;~~
- ~~— Os pedestres, os ciclistas e demais atores do processo de circulação.~~

~~1.3 DISPOSIÇÕES GERAIS~~

- ~~— Considera-se hora aula o período igual a 50 (cinquenta) minutos.~~

~~1.4 ABORDAGEM DIDÁTICO-PEDAGÓGICA~~

- ~~— Todos os conteúdos devem ser desenvolvidos em aulas dinâmicas, procurando o instrutor fazer sempre a relação com o contexto do trânsito, possibilitando a reflexão e o desenvolvimento de valores de respeito ao outro, ao ambiente e à vida, de solidariedade e de controle das emoções;~~
- ~~— Nas aulas de prática de direção veicular, o instrutor deve realizar acompanhamento e avaliação direta, corrigindo possíveis desvios, salientando a responsabilidade do condutor na segurança do trânsito.~~

~~2. CURSO PARA MUDANÇA DE CATEGORIA~~

~~2.1 CURSO DE PRÁTICA DE DIREÇÃO VEICULAR~~

~~2.1.1 Carga Horária Total: 15 (quinze) horas aula~~

~~2.1.2 Estrutura curricular~~

- ~~O veículo: funcionamento e equipamentos obrigatórios e sistemas;~~
- ~~— Prática na via pública: direção defensiva, normas de circulação e conduta, parada e estacionamento, observação da sinalização.~~

~~2.2 DISPOSIÇÕES GERAIS~~

~~— Considera-se hora aula o período igual a 50 (cinquenta) minutos.~~

~~2.3 ABORDAGEM DIDÁTICO-PEDAGÓGICA~~

~~— Os conteúdos, contemplando a realidade do trânsito, devem ser desenvolvidos procurando-se ressaltar os valores de respeito ao outro, ao ambiente e à vida, de solidariedade e de controle das emoções;~~

~~— Nas aulas de prática de direção veicular, o instrutor deve realizar acompanhamento e avaliação direta, corrigindo possíveis desvios, salientando a responsabilidade do condutor na segurança do trânsito.~~

~~3. CURSO PARA ADIÇÃO DE CATEGORIA~~

~~3.1 CURSO DE PRÁTICA DE DIREÇÃO VEICULAR~~

~~3.1.1 Carga Horária Total: 15 (quinze) horas aula~~

~~3.1.2 Estrutura curricular~~

~~— O veículo: funcionamento e equipamentos obrigatórios e sistemas;~~

~~— Prática na via pública: direção defensiva, normas de circulação e conduta, parada e estacionamento, observação da sinalização ou prática de direção veicular em campo de treinamento para veículos de 2 rodas.~~

~~3.2 DISPOSIÇÕES GERAIS~~

~~— Considera-se hora aula o período igual a 50 (cinquenta) minutos.~~

~~3.3 ABORDAGEM DIDÁTICO-PEDAGÓGICA~~

~~— Os conteúdos, contemplando a realidade do trânsito, devem ser desenvolvidos procurando-se ressaltar os valores de respeito ao outro, ao ambiente e à vida, de solidariedade e de controle das emoções;~~

~~— Nas aulas de prática de direção veicular, o instrutor deve realizar acompanhamento e avaliação direta, corrigindo possíveis desvios, salientando a responsabilidade do condutor na segurança do trânsito.~~

~~4. CURSO DE ATUALIZAÇÃO PARA RENOVAÇÃO DA CNH~~

~~4.1 CURSO TEÓRICO~~

~~4.1.1 Carga Horária Total: 15 (quinze) horas aula~~

~~4.1.2 Estrutura curricular~~

~~4.1.2.1 Direção Defensiva – Abordagens do CTB – 10 (dez) horas aula~~

~~– Conceito~~

~~– Condições adversas;~~

~~– Como evitar acidentes;~~

~~– Cuidados na direção e manutenção de veículos;~~

~~– Cuidados com os demais usuários da via;~~

~~– Estado físico e mental do condutor;~~

~~– Normas gerais de circulação e conduta;~~

~~– Infrações e penalidades;~~

~~– Noções de respeito ao meio ambiente e de convívio social no trânsito:
relacionamento interpessoal e diferenças individuais.~~

~~4.1.2.2 Noções de Primeiros Socorros – 5 (cinco) horas aula~~

~~– Sinalização do local do acidente;~~

~~– Acionamento de recursos em caso de acidente;~~

~~– Verificação das condições gerais da vítima;~~

~~– Cuidados com a vítima.~~

~~4.2 DISPOSIÇÕES GERAIS~~

~~– Devem participar deste curso os condutores que não tenham o Curso de Direção Defensiva e de Primeiros Socorros em situação anterior e os condutores referidos no §3º do Artigo 6º;~~

~~– Este curso poderá ser realizado em duas modalidades:~~

~~I — Presencial — com frequência integral comprovada em curso de 15 (quinze) horas aula, efetuado pelos órgãos executivos de trânsito dos Estados ou do Distrito Federal, ou por entidades por ele credenciadas, podendo ser ministrado de forma intensiva com carga horária diária de, no máximo 10 horas aula;~~

~~II — Não Presencial~~

~~a) Curso à Distância — EAD: efetuado pelos órgãos ou entidades executivos de trânsito dos Estados ou do Distrito Federal ou por entidades especializadas por eles credenciadas, conforme regulamentação específica, devidamente homologadas pelo órgão máximo executivo de trânsito da União, atendendo aos requisitos mínimos estabelecidos no anexo IV.~~

~~b) Validação de Estudos: estudos realizados pelo condutor de forma autodidata.~~

~~— Na modalidade NÃO PRESENCIAL, os condutores submeter-se-ão à prova de no mínimo 30 (trinta) questões de múltipla escolha, realizada pelos órgãos ou entidades executivos de trânsito dos Estados ou do Distrito Federal ou entidades por eles credenciadas, obtendo um aproveitamento mínimo de 70% de acertos.~~

~~— Aproveitamento de Cursos: Poderá ainda ser feito o aproveitamento de cursos de Primeiros Socorros e de Direção Defensiva dos quais o candidato apresente documentação comprobatória da realização de tais cursos em órgãos ou instituições oficialmente reconhecidos;~~

~~— A certificação será conferida ao condutor que:~~

~~a) Frequentar o curso presencial de 15 (quinze) horas aula na sua totalidade, atendendo as exigências de cada órgão ou entidade executivo de trânsito dos Estados ou do Distrito Federal;~~

~~b) Obter aproveitamento mínimo de 70 % de acertos em prova teórica, convencional ou eletrônica, de no mínimo trinta questões de múltipla escolha, validando os cursos na modalidade NÃO PRESENCIAL;~~

~~e) Validar o aproveitamento de cursos junto ao órgão executivo de trânsito dos Estados ou do Distrito Federal através de documentação comprobatória dos cursos realizados, em órgãos ou instituições oficialmente reconhecidos.~~

~~— O certificado de realização do curso terá validade em todo o território nacional, devendo ser registrado no RENACH pelo órgão ou entidade executivo de trânsito dos Estados ou do Distrito Federal;~~

~~— Em caso de reprovação na prova teórica, o candidato só poderá repeti-la decorridos cinco dias da divulgação oficial do resultado.~~

~~— Considera-se hora aula o período igual a cinquenta minutos.~~

~~4.3 ABORDAGEM DIDÁTICO-PEDAGÓGICA~~

~~— Os conteúdos devem ser tratados de forma dinâmica, participativa, buscando análise e reflexão sobre a~~

~~responsabilidade de cada um para um trânsito seguro;~~

~~— Todos os conteúdos devem ser desenvolvidos em aulas dinâmicas, utilizando-se técnicas que permitam a~~

~~participação dos condutores procurando, o instrutor fazer sempre a relação com o contexto do trânsito,~~

~~possibilitando a reflexão e o desenvolvimento de valores de respeito ao outro, ao ambiente e à vida, de~~

~~solidariedade e de controle das emoções;~~

~~— A ênfase nestas aulas deve ser de atualização dos conhecimentos e análise do contexto atual do trânsito local e~~

~~brasileiro.~~

~~5. CURSO DE RECICLAGEM PARA CONDUTORES INFRATORES~~

~~5.1 CURSO TEÓRICO~~

~~5.1.1 Carga Horária Total: 30 (trinta) horas aula~~

~~5.1.2 Estrutura curricular~~

~~5.1.2.1 Legislação de Trânsito: 12 (doze) horas aula~~

~~Determinações do CTB quanto a:~~

- ~~— Formação do condutor;~~
- ~~— Exigências para categorias de habilitação em relação a veículo conduzido;~~
- ~~— Documentos do condutor e do veículo: apresentação e validade;~~
- ~~— Sinalização viária;~~
- ~~— Penalidades e crimes de trânsito;~~
- ~~— Direitos e deveres do cidadão;~~
- ~~— Normas de circulação e conduta.~~

~~Infrações e penalidades referentes a:~~

- ~~— Documentação do condutor e do veículo;~~
- ~~— Estacionamento, parada e circulação;~~
- ~~— Segurança e atitudes do condutor, passageiro, pedestre e demais atores do processo de circulação;~~
- ~~— Meio ambiente.~~

~~5.1.2.2 Direção defensiva: 8 (oito) horas aula~~

- ~~— Conceito de direção defensiva — veículos de 2, 4 ou mais rodas;~~
- ~~— Condições adversas;~~
- ~~— Como evitar acidentes;~~
- ~~— Cuidados com os demais usuários da via;~~
- ~~— Estado físico e mental do condutor;~~
- ~~— Situações de risco.~~

~~5.1.2.3 Noções de Primeiros Socorros: 4 (quatro) horas aula~~

- ~~— Sinalização do local do acidente;~~
- ~~— Acionamento de recursos em caso de acidentes;~~
- ~~— Verificação das condições gerais da vítima;~~
- ~~— Cuidados com a vítima (o que não fazer).~~

5.1.2.4 Relacionamento Interpessoal: 6 (seis) horas aula

- ~~- Comportamento solidário no trânsito;~~
- ~~— O indivíduo, o grupo e a sociedade;~~
- ~~— Responsabilidade do condutor em relação aos demais atores do processo de circulação;~~
- ~~— Respeito às normas estabelecidas para segurança no trânsito;~~
- ~~— Papel dos agentes de fiscalização de trânsito.~~

5.2 DISPOSIÇÕES GERAIS

~~— O curso será ministrado pelo órgão ou entidade executivo de trânsito do Estado ou do Distrito Federal ou instituições/entidades por eles credenciadas, para condutores penalizados nos termos do art. 261, § 2º, e art. 268 do CTB;~~

~~Este curso poderá ser realizado em duas modalidades:~~

~~I — Presencial — com frequência integral comprovada em curso de 30 (trinta) horas aula, efetuado pelos órgãos executivos de trânsito dos Estados ou do Distrito Federal, ou por entidades por ele credenciadas, podendo ser ministrado de forma intensiva com carga horária diária de, no máximo 10 horas aula;~~

~~II — Não Presencial — Curso à Distância — EAD: efetuado pelos órgãos ou entidades executivos de trânsito dos Estados ou do Distrito Federal ou por entidades especializadas por eles credenciadas, conforme regulamentação específica, devidamente homologadas pelo órgão máximo executivo de trânsito da União, atendendo aos requisitos mínimos estabelecidos no anexo III.~~

~~— Em qualquer das modalidades, os condutores submeter-se-ão à prova de no mínimo 30 (trinta) questões de múltipla escolha, realizada pelos órgãos ou entidades executivos de trânsito dos Estados ou do Distrito Federal ou entidades por eles credenciadas, obtendo um aproveitamento mínimo de 70% de acertos.~~

~~— O candidato reprovado uma primeira vez poderá realizar nova avaliação e, se reprovado pela 2ª. vez deverá matricular-se para um novo curso, frequentando-o integralmente, antes de submeter-se a nova avaliação. Caso ainda não consiga resultado satisfatório, deverá receber atendimento individualizado afim de superar suas dificuldades.~~

~~— O certificado de realização do curso terá validade em todo o território nacional, devendo ser registrado no RENACH pelo órgão ou entidade executivo de trânsito dos Estados ou do Distrito Federal;~~

~~— Considera-se hora aula o período igual a cinquenta minutos.~~

~~5.3 ABORDAGEM DIDÁTICO-PEDAGÓGICA~~

~~— Por se tratar de condutores, que estão cumprindo penalidade por infrações de trânsito, os conteúdos devem ser tratados de forma dinâmica, participativa, buscando análise e reflexão sobre a responsabilidade de cada um para um trânsito seguro;~~

~~— Todos os conteúdos devem ser desenvolvidos em aulas dinâmicas, procurando o instrutor fazer sempre a relação com o contexto do trânsito, permitindo a reflexão e o desenvolvimento de valores de respeito ao outro, ao ambiente e à vida, de solidariedade e de controle das emoções;~~

~~— A ênfase deve ser de revisão de conhecimentos e atitudes.~~

~~6 CURSOS ESPECIALIZADOS PARA CONDUTORES DE VEÍCULOS~~

~~I— DOS FINS~~

~~Estes cursos têm a finalidade de aperfeiçoar, instruir, qualificar e atualizar condutores, habilitando-os à condução de veículos de:~~

~~a) transporte coletivo de passageiros;~~

- b) ~~transporte de escolares;~~
- c) ~~transporte de produtos perigosos;~~
- d) ~~transporte de veículos de emergência.~~

~~Para atingir seus fins, estes cursos devem dar condições ao condutor de:~~

- ~~— Permanecer atento ao que acontece dentro do veículo e fora dele;~~
- ~~— Agir de forma adequada e correta no caso de eventualidades, sabendo tomar iniciativas quando necessário;~~
- ~~— Relacionar-se harmoniosamente com usuários por ele transportados, pedestres e outros condutores;~~
- ~~— Proporcionar segurança aos usuários e a si próprio;~~
- ~~— Conhecer e aplicar preceitos de segurança e comportamentos preventivos, em conformidade com o tipo de transporte e/ou veículo;~~
- ~~— Conhecer, observar e aplicar disposições contidas no CTB, na legislação de trânsito e legislação específica sobre o transporte especializado para o qual está se habilitando;~~
- ~~— Transportar produtos perigosos com segurança de maneira a preservar a integridade física do condutor, da carga, do veículo e do meio ambiente.~~
- ~~— Conhecer e aplicar os preceitos de segurança adquiridos durante os cursos ou atualização fazendo uso de comportamentos preventivos e procedimentos em casos de emergência, desenvolvidos para cada tipo de transporte, e para cada uma das classes de produtos perigosos.~~

~~II — DA ORGANIZAÇÃO~~

- ~~— A organização administrativo-pedagógica dos cursos para condutores especializados será estabelecida em consonância com a presente Resolução, na forma do parágrafo 1º do Art. 33, desta Resolução, cadastrados pelos órgãos ou entidade executivo de Trânsito dos Estados ou do Distrito Federal.~~

~~III – DA REGÊNCIA~~

~~As disciplinas dos cursos para condutores especializados serão ministradas por pessoas habilitadas em cursos de instrutores de trânsito, realizados por Instituições credenciadas pelos órgãos ou entidade executivos de trânsito dos Estados ou do Distrito Federal, e que tenham realizado, com aprovação, os cursos especiais que vierem a ministrar.~~

~~IV – DO REGIME DE FUNCIONAMENTO~~

~~Cada curso especializado será constituído de 50 (cinquenta) horas aula;~~

~~Cada curso poderá desenvolver-se na modalidade de ensino à distância, através de apostilas atualizadas e outros recursos tecnológicos, não podendo exceder a 20% do total da carga horária do curso;~~

~~A carga horária presencial diária será organizada de forma a atender as peculiaridades e necessidades da clientela, não podendo exceder, em regime intensivo, 10 horas aula por dia;~~

~~O número máximo de alunos, por turma, deverá ser de 25 alunos;~~

~~Considera-se hora aula o período igual a 50 (cinquenta) minutos.~~

~~V – DO APROVEITAMENTO DE ESTUDOS~~

~~Poderá ser feito o aproveitamento de conteúdos de estudos que o condutor tiver realizado em outro curso especializado, devendo os órgãos entidades executivos de trânsito dos Estados ou do Distrito Federal e instituições oferecer um módulo, de no mínimo 5 (cinco) horas aula, de adequação da abordagem dos conteúdos para a especificidade do novo curso pretendido.~~

~~VI – DA AVALIAÇÃO~~

~~— Ao final de cada módulo será realizada, pelas instituições que ministram os cursos, uma prova com 20 questões de múltipla escolha sobre os assuntos trabalhados;~~

~~— Será considerado aprovado no curso, o condutor que acertar, no mínimo, 70% das questões da prova de cada módulo;~~

~~— O condutor reprovado ao final do módulo deverá realizar nova prova a qualquer momento, sem prejuízo da continuidade do curso. Caso ainda não consiga resultado satisfatório deverá receber atendimento individualizado a fim de superar suas dificuldades;~~

~~— Nos cursos de atualização, a avaliação será feita através de observação direta e constante do desempenho dos condutores, demonstrado durante as aulas, devendo o instrutor interagir com os mesmos reforçando e/ou corrigindo respostas e colocações;~~

~~— As instituições que ministrarem cursos especializados deverão manter em arquivo, durante 5 (cinco) anos, os registros dos alunos com o resultado do seu desempenho.~~

~~VII – DA CERTIFICAÇÃO~~

~~— Os condutores aprovados no curso especializado e os que realizarem a atualização exigida terão os dados correspondentes registrados no cadastro RENACH pelos órgãos ou entidades executivos de trânsito dos Estados ou do Distrito Federal, informando-os em campo específico da CNH;~~

~~— Os certificados deverão conter no mínimo os seguintes dados:~~

~~a) Nome completo do condutor,~~

~~b) Número do registro RENACH e categoria de habilitação do condutor;~~

~~c) Validade e data de conclusão do curso;~~

~~d) Assinatura do diretor da entidade ou instituição, e validação do órgão ou entidade executivo de trânsito do Estado ou do Distrito Federal quando for o caso;~~

~~e) No verso deverão constar as disciplinas, a carga horária, os instrutores e o aproveitamento do condutor.~~

~~— O modelo dos certificados será elaborado e divulgado em portaria pelo órgão máximo executivo de trânsito da União.~~

~~VIII — DA VALIDADE~~

~~— Os cursos especializados deverão ter validade de no máximo de 5 (cinco) anos, quando os condutores deverão realizar a atualização dos respectivos cursos, devendo os mesmos coincidir com a validade do exame de Aptidão Física e Mental do condutor;~~

~~— Poderão as Autoridades dos órgãos ou entidades executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal, estender a validade dos cursos realizados anteriormente a publicação desta resolução, a fim que se possam compatibilizar os prazos dos atuais cursos e exames de Aptidão Física e Mental, sem que haja ônus para o cidadão;~~

~~— Na renovação do exame de Aptidão Física e Mental, o condutor especializado deverá apresentar comprovante de que realizou o curso de atualização no qual está habilitado, registrando os dados no órgão ou entidade executivo de trânsito do Estado ou do Distrito Federal;~~

~~— O condutor que não apresentar comprovante de que realizou o curso de atualização no qual está habilitado quando da renovação da CNH, terá automaticamente suprimida a informação correspondente;~~

~~— Os cursos de atualização terão uma carga horária mínima de 16 (dezesseis) horas aula, sobre as disciplinas dos cursos especializados, abordando preferencialmente, as atualizações na legislação, a evolução tecnológica e estudos de casos, dos módulos específicos de cada curso.~~

~~IX — DISPOSIÇÕES GERAIS~~

~~— Considera-se hora aula o período de 50 (cinquenta) minutos.~~

~~6.1 CURSO PARA CONDUTORES DE VEÍCULO DE TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS~~

~~6.1.1 Carga horária: 50 (cinquenta) horas aula~~

~~6.1.2 Requisitos para matrícula~~

~~— Ser maior de 21 anos;~~

~~— estar habilitado, no mínimo, na categoria “D”;~~

~~— não ter cometido nenhuma infração grave ou gravíssima ou ser reincidente em infrações médias durante os últimos 12 (doze) meses;~~

~~— não estar cumprindo pena de suspensão ou cassação do direito de dirigir.~~

~~6.1.3 Estrutura Curricular~~

~~6.1.3.1 Módulo I — Legislação de trânsito — 10 (dez) horas aula~~

~~Determinações do CTB quanto a:~~

~~— Categoria de habilitação e relação com veículos conduzidos;~~

~~— documentação exigida para condutor e veículo;~~

~~— sinalização viária;~~

~~— infrações, crimes de trânsito e penalidades;~~

~~— regras gerais de estacionamento, parada e circulação.~~

~~Legislação específica sobre transporte de passageiros:~~

~~— Responsabilidades do condutor do veículo de transporte de passageiros.~~

~~6.1.3.2 Módulo II — Direção Defensiva — 15 (quinze) horas aula~~

~~— Acidente evitável ou não evitável;~~

~~— como ultrapassar e ser ultrapassado;~~

~~— o acidente de difícil identificação da causa;~~

- ~~— como evitar acidentes com outros veículos;~~
- ~~— como evitar acidentes com pedestres e outros integrantes do trânsito (motociclista, ciclista, carroceiro, skatista);~~
- ~~— a importância de ver e ser visto (veículos, condutores e pedestres);~~
- ~~— a importância do comportamento seguro na condução de veículos especializados;~~
- ~~— comportamento seguro e comportamento de risco (diferença que pode poupar vidas).~~

~~6.1.3.3 Módulo III — Noções de Primeiros Socorros, Respeito ao Meio Ambiente e Convívio Social no Trânsito — 10 (dez) horas aula Primeiras providências:~~

- ~~— Sinalização do local do acidente;~~
- ~~— acionamento de recursos em casos de acidente;~~
- ~~— verificação das condições gerais da vítima;~~
- ~~— cuidados com a vítima (o que não fazer).~~

~~O veículo como agente poluidor do meio ambiente:~~

~~— Regulamentação do CONAMA sobre poluição ambiental causada por veículos;~~

- ~~— emissão de gases;~~
- ~~— emissão de partículas (fumaça);~~
- ~~— emissão sonora;~~
- ~~— manutenção preventiva do veículo para preservação do meio ambiente.~~

~~O indivíduo, o grupo e a sociedade:~~

- ~~— Relacionamento interpessoal;~~
- ~~— o indivíduo como cidadão;~~

~~— a responsabilidade civil e criminal do condutor perante o CTB;~~

~~6.1.3.4 Módulo IV — Relacionamento Interpessoal — 15 (quinze) horas aula~~

~~— Aspectos do comportamento e de segurança no transporte de passageiros;~~

~~— comportamento solidário no trânsito;~~

~~— responsabilidade do condutor em relação aos demais atores do processo de circulação;~~

~~— respeito às normas estabelecidas para segurança no trânsito;~~

~~— papel dos agentes de fiscalização de trânsito;~~

~~— atendimento às diferenças e especificidades dos usuários (pessoas portadoras de necessidades especiais, faixas etárias diversas, outras condições);~~

~~— características das faixas etárias dos usuários mais comuns de transporte coletivo de passageiros.~~

~~6.2 CURSO PARA CONDUTORES DE VEÍCULOS DE TRANSPORTE ESCOLAR~~

~~6.2.1 Carga horária: 50 (cinquenta) horas aula~~

~~6.2.2 Requisitos para Matrícula:~~

~~— Ser maior de 21 anos;~~

~~— estar habilitado, no mínimo, na categoria “D”;~~

~~— não ter cometido nenhuma infração grave ou gravíssima ou ser reincidente em infrações médias durante os últimos 12 (doze) meses;~~

~~— não estar cumprindo pena de suspensão ou cassação do direito de dirigir.~~

~~6.2.3 Estrutura Curricular~~

~~6.2.3.1 Módulo I — Legislação de Trânsito — 10 (dez) horas aula~~

~~Determinações do CTB quanto a:~~

~~— Categoria de habilitação e relação com veículos conduzidos;~~

- ~~— documentação exigida para condutor e veículo;~~
- ~~— sinalização viária;~~
- ~~— infrações, crimes de trânsito e penalidades;~~
- ~~— regras gerais de estacionamento, parada e circulação.~~

~~Legislação específica sobre transporte de escolares:~~

- ~~— Normatização local para condução de veículos de transporte de escolares;~~
 - ~~— responsabilidades do condutor do veículo de transporte de escolares.~~
- ~~6.2.3.2 Módulo II – Direção Defensiva – 15 (quinze) horas aula~~
- ~~— Acidente evitável ou não evitável;~~
 - ~~— como ultrapassar e ser ultrapassado;~~
 - ~~— o acidente de difícil identificação da causa;~~
 - ~~— como evitar acidentes com outros veículos;~~
 - ~~— como evitar acidentes com pedestres e outros integrantes do trânsito (motociclista, ciclista, carroceiro, skatista);~~
 - ~~— a importância de ver e ser visto;~~
 - ~~— a importância do comportamento seguro na condução de veículos especializados;~~
 - ~~— comportamento seguro e comportamento de risco (diferença que pode poupar vidas).~~

~~6.2.3.3 Módulo III – Noções de Primeiros Socorros, Respeito ao Meio Ambiente e Convívio Social NO Trânsito–~~

~~10 (dez) horas aula~~

~~Primeiras providências:~~

- ~~— Sinalização do local do acidente;~~

~~—acionamento de recursos em casos de acidente;~~

~~—verificação das condições gerais da vítima;~~

~~—cuidados com a vítima (o que não fazer);~~

~~O veículo como agente poluidor do meio ambiente;~~

~~—Regulamentação do CONAMA sobre poluição ambiental causada por veículos:~~

~~—emissão de gases;~~

~~—emissão de partículas (fumaça);~~

~~—emissão sonora;~~

~~—manutenção preventiva do veículo para preservação do meio ambiente;~~

~~O indivíduo, o grupo e a sociedade:~~

~~—Relacionamento interpessoal;~~

~~—o indivíduo como cidadão;~~

~~—a responsabilidade civil e criminal do condutor perante o CTB.~~

~~6.2.3.4 Módulo IV — Relacionamento Interpessoal — 15 (quinze) horas aula~~

~~— Aspectos do comportamento e de segurança no transporte de escolares;~~

~~—comportamento solidário no trânsito;~~

~~—responsabilidade do condutor em relação aos demais atores do processo de circulação;~~

~~—respeito às normas estabelecidas para segurança no trânsito;~~

~~—papel dos agentes de fiscalização de trânsito;~~

~~—atendimento às diferenças e especificidades dos usuários (pessoas portadoras de necessidades especiais, faixa~~

~~etária, outras condições);~~

- ~~— características da faixa etária dos usuários de transporte de escolares;~~
- ~~— cuidados especiais e atenção que devem ser dispensados aos escolares e seus responsáveis, quando for o caso.~~

~~6.3 CURSO PARA CONDUTORES DE VEÍCULOS DE TRANSPORTE DE PRODUTOS PERIGOSOS~~

~~6.3.1 Carga horária: 50 (cinquenta) horas aula~~

~~6.3.2 Requisitos para matrícula~~

- ~~— Ser maior de 21 anos;~~
- ~~— estar habilitado em uma das categorias “B”, “C”, “D” ou “E”;~~
- ~~— não ter cometido nenhuma infração grave ou gravíssima ou ser reincidente em infrações médias durante os últimos 12 (doze) meses;~~
- ~~— não estar cumprindo pena de suspensão ou cassação do direito de dirigir.~~

~~6.3.3 Estrutura Curricular~~

~~6.3.3.1 Módulo I – Legislação de trânsito – 10 (dez) horas aula~~

~~Determinações do CTB quanto a:~~

- ~~— Categoria de habilitação e relação com veículos conduzidos;~~
- ~~— documentação exigida para condutor e veículo;~~
- ~~— sinalização viária;~~
- ~~— infrações, crimes de trânsito e penalidades;~~
- ~~— regras gerais de estacionamento, parada e circulação.~~

~~Legislação específica e normas sobre transporte de produtos perigosos:~~

- ~~— Cargas x produtos perigosos~~
- ~~— conceitos, considerações e exemplos.~~

~~Produtos Perigosos:~~

~~—Acondicionamento: verificação da integridade do acondicionamento (se há vazamentos ou contaminação externa); verificação dos instrumentos de tanques (manômetros e assemelhados);~~

~~—proibição do transporte de animais e produtos para uso humano ou animal, juntamente com produtos perigosos;~~

~~—descontaminação do veículo quando do transporte de produtos perigosos para outros fins.~~

~~Responsabilidade do condutor durante o transporte:~~

~~—Fatores de interrupção da viagem;~~

~~—participação do condutor no carregamento e descarregamento do veículo;~~

~~—trajes e equipamentos de proteção individual.~~

~~Documentação e simbologia:~~

~~—Documentos fiscais e de trânsito;~~

~~—documentos e símbolos relativos aos produtos transportados;~~

~~—certificados de capacitação;~~

~~—ficha de emergência;~~

~~—envelope para o transporte;~~

~~—marcação e rótulos nas embalagens;~~

~~—rótulos de risco principal e subsidiário;~~

~~—painel de segurança;~~

~~—sinalização em veículos.~~

~~Registrador gráfico ou similar:~~

~~—Conceito;~~

~~—funcionamento;~~

~~—importância e obrigatoriedade do seu uso.~~

Das infrações e penalidades:

~~— Previstas no CTB e as legislações específicas.~~

6.3.3.2 Módulo II — Direção Defensiva — 15 (quinze) horas aula

~~— Acidente evitável ou não evitável;~~

~~— como ultrapassar e ser ultrapassado;~~

~~— o acidente de difícil identificação da causa;~~

~~— como evitar acidentes com outros veículos;~~

~~— como evitar acidentes com pedestres e outros integrantes do trânsito (motociclista, ciclista, carroceiro, skatista);~~

~~— a importância de ver e ser visto (veículo, condutor e pedestre);~~

~~— a importância do comportamento seguro na condução de veículos especializados;~~

~~— comportamento seguro e comportamento de risco (diferença que pode poupar vidas);~~

~~— ingestão e consumo de bebida alcoólica, medicamentos e drogas;~~

~~— comportamento pós-acidente.~~

6.3.3.3 Módulo III — Noções de Primeiros Socorros, Respeito ao meio Ambiente e Prevenção de Incêndio — 10 (dez) horas aula

~~— Primeiros Socorros:~~

~~Primeiras providências:~~

~~— Sinalização do local do acidente;~~

~~— acionamento de recursos em caso de acidentes;~~

~~— verificação das condições gerais da vítima;~~

~~— cuidados com a vítima em conformidade com a periculosidade da carga, e/ou produto transportado.~~

Meio ambiente:

- O veículo como agente poluidor do meio ambiente;
- regulamentação do CONAMA sobre poluição ambiental causada por veículos;
- emissão de gases;
- emissão de partículas (fumaça);
- emissão sonora;
- manutenção preventiva do veículo para preservação do meio ambiente.

O indivíduo, o grupo e a sociedade:

- Relacionamento interpessoal;
- o indivíduo como cidadão;
- a responsabilidade civil e criminal do condutor perante o CTB;
- conceitos de poluição: causas e conseqüências.

Prevenção de incêndio:

- Conceito de fogo;
- triângulo de fogo;
- fontes de ignição;
- classificação de incêndios;
- tipos de aparelhos extintores;
- agentes extintores;
- escolha, manuseio e aplicação dos agentes extintores.

6.3.3.4 Módulo IV — Movimentação de Produtos Perigosos — 15 horas aula

Produtos Perigosos:

- Classificação dos produtos perigosos;

- ~~—simbologia;~~
- ~~—reações químicas (conceituações);~~
- ~~—efeito de cada classe sobre o meio ambiente.~~

Explosivos:

- ~~—Conceituação;~~
- ~~—divisão da classe;~~
- ~~—regulamentação específica do ministério do exército;~~
- ~~—comportamento preventivo do condutor;~~
- ~~—procedimentos em casos de emergência.~~

Gases:

- ~~—Inflamáveis, não inflamáveis, tóxicos e não tóxicos:~~
- ~~—comprimidos;~~
- ~~—liquefeitos;~~
- ~~—mistura de gases;~~
- ~~—refrigerados.~~
- ~~—em solução;~~
- ~~—comportamento preventivo do condutor;~~
- ~~—procedimentos em casos de emergência.~~
- ~~—Líquidos inflamáveis e produtos transportados a temperaturas elevadas:~~
- ~~—Ponto de fulgor;~~
- ~~—comportamento preventivo do condutor;~~
- ~~—procedimentos em casos de emergência.~~

~~Sólidos inflamáveis; substâncias sujeitas a combustão espontânea;~~
~~substâncias que, em contato com a água, emitem gases inflamáveis;~~

- ~~– Comportamento preventivo do condutor;~~
- ~~– procedimentos em casos de emergência;~~
- ~~– produtos que necessitam de controle de temperatura.~~

~~Substâncias oxidantes e peróxidos orgânicos:~~

- ~~– Comportamento preventivo do condutor;~~
- ~~– procedimentos em casos de emergência;~~
- ~~– produtos que necessitam de controle de temperatura.~~

~~Substâncias tóxicas e substâncias Infectantes:~~

- ~~– Comportamento preventivo do condutor;~~
- ~~– procedimentos em casos de emergência.~~

~~Substâncias radioativas:~~

- ~~– Legislação específica pertinente;~~
- ~~– comportamento preventivo do condutor;~~
- ~~– procedimentos em casos de emergência.~~

~~Corrosivos:~~

- ~~– Comportamento preventivo do condutor;~~
- ~~– procedimentos em casos de emergência.~~

~~Substâncias perigosas diversas:~~

- ~~– Comportamento preventivo do condutor;~~
- ~~– procedimentos em casos de emergência.~~

~~Riscos múltiplos:~~

- ~~– Comportamento preventivo do condutor;~~
- ~~– procedimentos em casos de emergência.~~

Resíduos:

- ~~– Legislação específica pertinente;~~
- ~~– comportamento preventivo do condutor;~~
- ~~– procedimentos em casos de emergência.~~

~~6.4 CURSO PARA CONDUTORES DE VEÍCULOS DE EMERGÊNCIA~~

~~6.4.1 Carga horária: 50 (cinquenta) horas aula~~

~~6.4.2 Requisitos para matrícula~~

- ~~– Ser maior de 21 anos;~~
- ~~– estar habilitado em uma das categorias “A”, “B”, “C”, “D” ou “E”;~~
- ~~– não ter cometido nenhuma infração grave ou gravíssima ou ser reincidente em infrações médias durante os últimos 12 (doze) meses;~~
- ~~– não estar cumprindo pena de suspensão ou cassação do direito de dirigir.~~

~~6.4.3 Estrutura Curricular~~

~~6.4.3.1 Módulo I – Legislação de Trânsito – 10 (dez) horas aula~~

~~Determinações do CTB quanto a:~~

- ~~– Categoria de habilitação e relação com veículos conduzidos;~~
- ~~– documentação exigida para condutor e veículo;~~
- ~~– sinalização viária;~~
- ~~– infrações, crimes de trânsito e penalidades;~~
- ~~– regras gerais de estacionamento, parada e circulação.~~

~~Legislação específica para veículos de emergência:~~

- ~~– Responsabilidades do condutor de veículos de emergência.~~

~~6.4.3.2 Módulo II – Direção Defensiva – 15 (quinze) horas aula~~

- ~~– Acidente evitável ou não evitável;~~

- ~~— como ultrapassar e ser ultrapassado;~~
- ~~— o acidente de difícil identificação da causa;~~
- ~~— como evitar acidentes com outros veículos;~~
- ~~— como evitar acidentes com pedestres e outros integrantes do trânsito (motociclista, ciclista, carroceiro, skatista);~~
- ~~— a importância de ver e ser visto (veículo, condutor e pedestre);~~
- ~~— a importância do comportamento seguro na condução de veículos especializados;~~
- ~~— comportamento seguro e comportamento de risco — diferença que pode poupar vidas.~~

~~6.4.3.3 Módulo III — Noções de Primeiros Socorros, Respeito ao Meio Ambiente e Convívio Social no Trânsito — 10 (dez) horas aula.~~

~~Primeiras providências:~~

- ~~— Sinalização do local do acidente;~~
- ~~— acionamento de recursos em casos de acidentes;~~
- ~~— verificação das condições gerais da vítima;~~
- ~~— cuidados com a vítima (o que não fazer).~~

~~O veículo como agente poluidor do meio ambiente;~~

~~— Regulamentação do CONAMA sobre poluição ambiental causada por veículos;~~

- ~~— emissão de gases;~~
- ~~— emissão de partículas (fumaça);~~
- ~~— emissão sonora;~~
- ~~— manutenção preventiva do veículo para preservação do meio ambiente.~~

~~O indivíduo, o grupo e a sociedade;~~

- ~~—Relacionamento interpessoal;~~
- ~~—o indivíduo como cidadão;~~
- ~~—a responsabilidade civil e criminal do condutor perante o CTB.~~

~~6.4.3.4 Módulo IV — Relacionamento Interpessoal — 15 (quinze) horas aula~~

- ~~— Aspectos do comportamento e de segurança na condução de veículos de emergência;~~
- ~~— comportamento solidário no trânsito;~~
- ~~— responsabilidade do condutor em relação aos demais atores do processo de circulação;~~
- ~~— respeito às normas estabelecidas para segurança no trânsito;~~
- ~~— papel dos agentes de fiscalização de trânsito;~~
- ~~— atendimento às diferenças e especificidades dos usuários (pessoas portadoras de necessidades especiais, faixa etária, outras condições);~~
- ~~— características dos usuários de veículos de emergência;~~
- ~~— cuidados especiais e atenção que devem ser dispensados aos passageiros e aos outros atores do trânsito, na condução de veículos de emergência.~~

~~7 — ATUALIZAÇÃO DOS CURSOS ESPECIALIZADOS PARA CONDUTORES DE VEÍCULOS~~

~~7.1 CURSO DE ATUALIZAÇÃO PARA CONDUTORES DE VEÍCULO DE TRANSPORTE COLETIVO DE~~

~~PASSEIROS~~

~~7.1.1 Carga Horária: 16 (dezesesseis) horas aula~~

~~7.1.2 — Estrutura Curricular~~

~~7.1.2.1 Módulo I — Legislação de trânsito — 3 (três) horas aula~~

- ~~— Retomada dos conteúdos do curso de especialização;~~
- ~~— atualização sobre resoluções, leis e outros documentos legais promulgados recentemente.~~

~~7.1.2.2 Módulo II — Direção defensiva — 5 (cinco) horas aula~~

- ~~— A direção defensiva como meio importante para a segurança do condutor, passageiros, pedestres e demais usuários do trânsito;~~
- ~~— a responsabilidade do condutor de veículos especializados de dirigir defensivamente;~~
- ~~— atualização dos conteúdos trabalhados durante o curso relacionando teoria e prática.~~

~~7.1.2.3 Módulo III — Noções de Primeiros Socorros, Respeito ao meio ambiente e Convívio Social no Trânsito — 3 (três) horas aula.~~

- ~~— Retomada dos conteúdos trabalhados no curso de especialização, estabelecendo a relação com a prática vivenciada pelos condutores no exercício da profissão;~~
- ~~— atualização de conhecimentos.~~

~~7.1.2.4 Módulo IV — Relacionamento Interpessoal — 5 (cinco) horas aula~~

- ~~— Atualização dos conhecimentos desenvolvidos no curso;~~
- ~~— retomada de conceitos;~~
- ~~— relacionamento da teoria e da prática;~~
- ~~— principais dificuldades vivenciadas e alternativas de solução.~~

~~7.2 CURSO DE ATUALIZAÇÃO PARA CONDUTORES DE VEÍCULO DE TRANSPORTE DE ESCOLARES~~

~~7.2.1 Carga Horária: 16 (dezesseis) horas aula~~

~~7.2.2 Estrutura Curricular~~

~~7.2.2.1 Módulo I – Legislação de trânsito – 3 (três) horas aula~~

- ~~– Retomada dos conteúdos do curso de especialização;~~
- ~~– atualização sobre resoluções, leis e outros documentos legais promulgados recentemente.~~

~~7.2.2.2 Módulo II – Direção defensiva – 5 (cinco) horas aula~~

- ~~– A direção defensiva como meio importante para a segurança do condutor, passageiros, pedestres e demais usuários do trânsito;~~
- ~~– a responsabilidade do condutor de veículos especializados de dirigir defensivamente;~~
- ~~– atualização dos conteúdos trabalhados durante o curso relacionando teoria e prática.~~

~~7.2.2.3 Módulo III – Noções de Primeiros Socorros, Respeito ao meio ambiente e Convívio Social no Trânsito – 3 (três) horas aula.~~

- ~~– Retomada dos conteúdos trabalhados no curso de especialização, estabelecendo a relação com a prática vivenciada pelos condutores no exercício da profissão;~~
- ~~– atualização de conhecimentos.~~

~~7.2.2.4 Módulo IV – Relacionamento Interpessoal – 5 (cinco) horas aula~~

- ~~– Atualização dos conhecimentos desenvolvidos no curso;~~
- ~~– retomada de conceitos;~~
- ~~– relação da teoria e da prática;~~
- ~~– principais dificuldades vivenciadas e alternativas de solução.~~

~~7.3 CURSO DE ATUALIZAÇÃO PARA CONDUTORES DE VEÍCULO DE TRANSPORTE DE CARGAS DE PRODUTOS PERIGOSOS~~

~~7.3.1 Carga Horária: 16 (dezesseis) horas aula~~

~~7.3.2 Estrutura Curricular~~

~~7.3.2.1 Módulo I – Legislação de trânsito – 3 (três) horas aula~~

- ~~– Retomada dos conteúdos do curso de especialização;~~
- ~~– atualização sobre resoluções, leis e outros documentos legais promulgados recentemente.~~

~~7.3.2.2 Módulo II – Direção defensiva – 5 (cinco) horas aula~~

- ~~– A direção defensiva como meio importante para a segurança do condutor, passageiros, pedestres e demais usuários do trânsito;~~
- ~~– a responsabilidade do condutor de veículos especializados de dirigir defensivamente;~~
- ~~– atualização dos conteúdos trabalhados durante o curso relacionando teoria e prática.~~

~~7.3.2.3 Módulo III – Noções de Primeiros Socorros, Respeito ao meio ambiente e Convívio Social no Trânsito – 3 (três) horas aula~~

- ~~– Retomada dos conteúdos trabalhados no curso de especialização, estabelecendo a relação com a prática vivenciada pelos condutores no exercício da profissão;~~
- ~~– atualização de conhecimentos.~~

~~7.3.2.4 Módulo IV – Prevenção de Incêndio, Movimentação de Produtos Perigosos – 5 (cinco) horas aula~~

- ~~– Retomada dos conteúdos trabalhados no curso de especialização, estabelecendo a relação com a prática vivenciada pelos condutores no exercício da profissão;~~
- ~~– atualização de conhecimentos sobre novas tecnologias e procedimentos que tenham surgido no manejo e transporte de cargas perigosas.~~

~~7.4 CURSO DE ATUALIZAÇÃO PARA CONDUTORES DE VEÍCULO DE TRANSPORTE DE~~

EMERGÊNCIA

7.4.1 Carga Horária: 16 (dezesseis) horas aula.

7.4.2 Estrutura Curricular

7.4.2.1 Módulo I – Legislação de trânsito – 3 (três) horas aula

- Retomada dos conteúdos do curso de especialização;
- atualização sobre resoluções, leis e outros documentos legais promulgados recentemente.

7.4.2.2 Módulo II – Direção defensiva – 5 (cinco) horas aula

- A direção defensiva como meio importante para a segurança do condutor, passageiros, pedestres e demais usuários do trânsito;
- a responsabilidade do condutor de veículos especializados de dirigir defensivamente;
- atualização dos conteúdos trabalhados durante o curso relacionando teoria e prática.

7.4.2.3 Módulo III – Noções de Primeiros Socorros, Respeito ao meio ambiente e Convívio Social no Trânsito – 3 (três) horas aula

- Retomada dos conteúdos trabalhados no curso de especialização, estabelecendo a relação com a prática vivenciada pelos condutores no exercício da profissão;
- atualização de conhecimentos.

7.4.2.4 Módulo IV – Relacionamento Interpessoal – 5 (cinco) horas aula

- Atualização dos conhecimentos desenvolvidos no curso;
- retomada de conceitos;
- relacionamento da teoria e da prática;
- principais dificuldades vivenciadas e alternativas de solução.

ESTRUTURA CURRICULAR BÁSICA, ABORDAGEM DIDÁTICO-PEDAGÓGICA E DISPOSIÇÕES

GERAIS DOS CURSOS

1. Curso de formação para habilitação de condutores de veículos automotores;
2. Curso para mudança de categoria;
3. Curso para adição de categoria;
4. Curso de atualização para renovação da CNH;
5. Curso de reciclagem para condutores infratores;
6. Cursos especializados para condutores de veículos;
7. Atualização dos cursos especializados para condutores de veículos.

1. CURSOS DE FORMAÇÃO PARA HABILITAÇÃO DE CONDUTORES DE VEÍCULOS AUTOMOTORES

1.1 CURSO TEÓRICO-TÉCNICO

1.1.1 Carga Horária Total: 45 (quarenta e cinco) horas aula

1.1.2 Estrutura curricular

1.1.2.1 Legislação de Trânsito: 18 (dezoito) horas aula

Determinações do CTB quanto a veículos de duas ou mais rodas:

- Formação do condutor;
- Exigências para categorias de habilitação em relação ao veículo conduzido;
- Documentos do condutor e do veículo: apresentação e validade;
- Sinalização viária;
- Penalidades e crimes de trânsito;

- Direitos e deveres do cidadão;
- Normas de circulação e conduta.
- Infrações e penalidades para veículos de duas ou mais rodas referentes à:
- Documentação do condutor e do veículo;
- Estacionamento, parada e circulação;
- Segurança e atitudes do condutor, passageiro, pedestre e demais atores do processo de circulação;
- Meio ambiente.

1.1.2.2 Direção defensiva para veículos de duas ou mais rodas:

16 (dezesseis) horas aula.

- Conceito de direção defensiva;
- Conduzindo em condições adversas;
- Conduzindo em situações de risco;
- Ultrapassagens
- Derrapagem
- Ondulações e buracos
- Cruzamentos e curvas
- Frenagem normal e de emergência
- Como evitar acidentes em veículos de duas ou mais rodas;
- Abordagem teórica da condução de motocicletas com passageiro e ou cargas;
- Cuidados com os demais usuários da via;
- Respeito mútuo entre condutores;
- Equipamentos de segurança do condutor motociclista;

- Estado físico e mental do condutor, consequências da ingestão e consumo de bebida alcoólica e substâncias

psicoativas;

- Situações de risco.

1.1.2.3 Noções de Primeiros Socorros: 4 (quatro) horas aula

- Sinalização do local do acidente;

- Acionamento de recursos: bombeiros, polícia, ambulância, concessionária da via e outros;

- Verificação das condições gerais da vítima;

- Cuidados com a vítima (o que não fazer);

- Cuidados especiais com a vítima motociclista.

1.1.2.4 Noções de Proteção e Respeito ao Meio Ambiente e de Convívio Social no Trânsito: 4 (quatro) horas aula

- O veículo como agente poluidor do meio ambiente;

- Regulamentação do CONAMA sobre poluição ambiental causada por veículos;

- Emissão de gases;

- Emissão de partículas (fumaça);

- Emissão sonora;

- Manutenção preventiva do automóvel e da motocicleta para preservação do meio ambiente;

- O indivíduo, o grupo e a sociedade;

- Diferenças individuais;

- Relacionamento interpessoal;

- O respeito mútuo entre condutores;

- O indivíduo como cidadão.

1.1.2.5 Noções sobre Funcionamento do Veículo de duas ou mais rodas:

3 (três) horas aula

- Equipamentos de uso obrigatório do veículo, sua utilização e cuidados que se deve ter com eles;
- Noções de manuseio e do uso do extintor de incêndio;
- Responsabilidade com a manutenção do veículo;
- Alternativas de solução para eventualidades mais comuns;
- Condução econômica e inspeção mecânica (pequenos reparos);
- Verificação diária dos itens básicos: água, óleo, calibragem dos pneus, dentre outros.
- Cuidados e revisões necessárias anteriores a viagens.

1.2 CURSO DE PRÁTICA DE DIREÇÃO VEICULAR

1.2.1 Carga Horária Total: 20 (vinte) horas aula para cada categoria pretendida.

1.2 CURSO DE PRÁTICA DE DIREÇÃO VEICULAR

1.2.1 Carga Horária Mínima: 20 (vinte) horas aula, sendo que 20% (vinte por cento) destas deverão ser ministradas no período noturno.

(Alterado pela Resolução Contran 347/2010)

1.2.2 Estrutura curricular

1.2.2.1 Para veículos de quatro ou mais rodas:

- O veículo: funcionamento, equipamentos obrigatórios e sistemas;
- Prática na via pública, urbana e rural: direção defensiva, normas de circulação e conduta, parada e estacionamento, observância da sinalização e comunicação;

- Os pedestres, os ciclistas e demais atores do processo de circulação;
- Os cuidados com o condutor motociclista.

1.2.2.2 Para veículos de duas rodas:

- Normas e cuidados antes do funcionamento do veículo;
- O veículo: funcionamento, equipamentos obrigatórios e sistemas;
- Prática de pilotagem defensiva, normas de circulação e conduta, parada e estacionamento, observância da sinalização e comunicação:
 - a) em área de treinamento específico, até o pleno domínio do veículo;
 - b) em via pública, urbana e rural, em prática monitorada.
- Os pedestres, os ciclistas e demais atores do processo de circulação;
- Cuidados na condução de passageiro e cargas;
- Situações de risco: ultrapassagem, derrapagem, obstáculos na pista, cruzamentos e curvas, frenagem normal e de emergência.

1.3 DISPOSIÇÕES GERAIS

- Considera-se hora/aula o período igual a 50 (cinquenta) minutos.
- O candidato deverá realizar a prática de direção veicular, mesmo em condições climáticas adversas tais como: chuva, frio, nevoeiro, noite, dentre outras, que constam do conteúdo programático do curso.

1.4 ABORDAGEM DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

- A abordagem dos conteúdos deve contemplar obrigatoriamente a condução responsável de automóveis ou motocicletas, utilizando técnicas que oportunizem a participação dos candidatos, devendo o instrutor, por meio de aulas dinâmicas, fazer sempre a relação com o contexto do trânsito a fim de proporcionar a reflexão, o controle das emoções e o desenvolvimento de valores de solidariedade e de respeito ao outro, ao ambiente e à vida.

- Nas aulas de prática de direção veicular, o instrutor deve realizar acompanhamento e avaliação direta, corrigindo possíveis desvios, salientando a responsabilidade do condutor na segurança do trânsito.

- A monitoração da prática de pilotagem de motocicleta em via pública poderá ser executada pelo instrutor em outro veículo.

~~2. CURSO PARA MUDANÇA DE CATEGORIA~~

~~2.1 CURSO DE PRÁTICA DE DIREÇÃO VEICULAR~~

~~2.1.1 Carga Horária Total: 15 (quinze) horas aula~~

2. CURSO PARA MUDANÇA DE CATEGORIA

2.1 CURSO DE PRÁTICA DE DIREÇÃO VEICULAR

2.1.1 Carga Horária Mínima: 15 (quinze) horas aula, sendo que 20% (vinte por cento) destas deverão ser ministradas no período noturno ([Redação dada pela Resolução Contran 347/2010](#))

2.1.2 Estrutura curricular

- O veículo em que está se habilitando: funcionamento e equipamentos obrigatórios e sistemas;

- Prática na via pública, urbana e rural: direção defensiva, normas de circulação e conduta, parada e estacionamento, observação da sinalização;

- No caso de prática de direção / para veículos de 2 rodas, a instrução deve ser preliminarmente em circuito fechado de treinamento específico até o pleno domínio do veículo;

2.2 DISPOSIÇÕES GERAIS

- Considera-se hora aula o período igual a 50 (cinquenta) minutos.

2.3 ABORDAGEM DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

- Os conteúdos devem ser relacionados à realidade do trânsito, procurando desenvolver valores de respeito ao outro, ao ambiente e à vida, de solidariedade e de controle das emoções;

- Nas aulas de prática de direção veicular, o instrutor deve realizar acompanhamento e avaliação direta, corrigindo possíveis desvios, salientando a responsabilidade do condutor na segurança do trânsito.

3. CURSO PARA ADIÇÃO DE CATEGORIA

3.1 CURSO DE PRÁTICA DE DIREÇÃO VEICULAR

3.1.1 Carga Horária Total: 15 (quinze) horas aula

3. CURSO PARA ADIÇÃO DE CATEGORIA

3.1 CURSO DE PRÁTICA DE DIREÇÃO VEICULAR

3.1.1 Carga Horária Mínima: 15 (quinze) horas aula, sendo que 20% (vinte por cento) destas deverão ser ministradas no período noturno. (Alterado pela Resolução Contran 347/2010)

3.1.2 Estrutura curricular

- O veículo que está sendo aditado: funcionamento, equipamentos obrigatórios e sistemas;

- Prática na via pública, urbana e rural: direção defensiva, normas de circulação e conduta, parada e estacionamento, observação da sinalização;

- No caso de prática de direção / para veículos de duas rodas, a instrução deve ser preliminarmente em circuito fechado de treinamento específico até o pleno domínio do veículo;

3.2 DISPOSIÇÕES GERAIS

- Considera-se hora aula o período igual a 50(cinquenta) minutos.

3.3 ABORDAGEM DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

- Os conteúdos devem ser relacionados à realidade do trânsito, procurando desenvolver valores de respeito ao outro, ao ambiente e à vida, de solidariedade e de controle das emoções.

- Nas aulas de prática de direção veicular, o instrutor deve realizar acompanhamento e avaliação direta, corrigindo possíveis desvios, salientando a responsabilidade do condutor na segurança do trânsito.

4. CURSO DE ATUALIZAÇÃO PARA RENOVAÇÃO DA CNH

4.1 CURSO TEÓRICO

4.1.1 Carga Horária Total: 15 (quinze) horas aula

4.1.2 Estrutura curricular

4.1.2.1 Direção Defensiva - Abordagens do CTB para veículos de duas ou mais rodas - 10 (dez) horas aula

- Conceito
- Condições adversas;
- situações de risco nas ultrapassagens, derrapagem, ondulações e buracos, cruzamentos e curvas, frenagem normal e de emergência;
- abordagem teórica da condução do veículo com passageiros e ou cargas;
- Como evitar acidentes;
- Cuidados na direção e manutenção de veículos;
- Cuidados com os demais usuários da via;
- Estado físico e mental do condutor, conseqüências da ingestão e consumo de bebida alcoólica e substâncias psicoativas;
- Normas gerais de circulação e conduta;
- Equipamentos de segurança do condutor;
- Infrações e penalidades;

- Noções de respeito ao meio ambiente e de convívio social no trânsito;
- Relacionamento interpessoal, diferenças individuais e respeito mútuo entre condutores;

4.1.2.2 Noções de Primeiros Socorros – 5 (cinco) horas aula

- Sinalização do local do acidente;
- Acionamento de recursos: bombeiros, polícia, ambulância, concessionária da via, e outros;
- Verificação das condições gerais da vítima;
- Cuidados com a vítima (o que não fazer).
- Cuidados especiais com a vítima motociclista.

4.2 DISPOSIÇÕES GERAIS

4.2.1 Devem participar deste curso os condutores que em sua formação, em situação anterior, na forma do Art. 150 do CTB, não tenham recebido instrução de direção defensiva e primeiros socorros;

4.2.2 Este curso poderá ser realizado nas seguintes modalidades:

4.2.2.1 Em curso presencial com carga horária de 15 horas aula, que poderá ser realizado de forma intensiva, com carga horária diária máxima de 10 horas aula, ministrado pelo órgão ou entidade executivo de trânsito do Estado ou do Distrito Federal, ou instituição/entidade por ele credenciada, com frequência integral comprovada, dispensada a aplicação de prova;

4.2.2.2 Em curso realizado à distância, validado por prova de 30 questões de múltipla escolha, com aproveitamento mínimo de 70%, efetuado pelo órgão ou entidade executivo de trânsito do Estado ou do Distrito Federal ou instituição/entidade por ele credenciada de forma que atenda aos requisitos mínimos estabelecidos no anexo IV desta resolução;

4.2.2.3 Em estudos realizados pelo condutor de forma autodidata, submetendo-se a prova de 30 questões de múltipla escolha, com aproveitamento

mínimo de 70%, efetuada pelo órgão ou entidade executivo de trânsito do Estado ou do Distrito Federal ou instituição/entidade por ele credenciada; em caso de reprovação, o condutor só poderá repeti-la decorridos cinco dias da divulgação oficial do resultado. Persistindo a reprovação deverá freqüentar obrigatoriamente o curso presencial para a renovação da CNH.

4.2.2.4 Poderá ser feito o aproveitamento de cursos com conteúdos de primeiros socorros e de direção defensiva, dos quais o candidato apresente documentação comprobatória de ter realizado tais cursos, em órgão ou instituição oficialmente reconhecido;

4.2.2.5 O certificado de realização do curso será conferido ao condutor que:

- Freqüentar o curso de 15 horas/aula na sua totalidade. Neste caso o processo de avaliação, sem caráter eliminatório ou classificatório, deve ocorrer durante o curso;

- Tiver aprovação em curso à distância ou estudos autodidata, através de aproveitamento mínimo de 70 % de acertos em prova teórica de 30 questões de múltipla escolha;

- Apresentar documentação ao DETRAN, e este a validar como aproveitamento de cursos realizados em órgão ou instituição oficialmente reconhecido;

4.2.2.6 O certificado de realização do curso terá validade em todo o território nacional, devendo ser registrado no RENACH pelo órgão ou entidade executivo de trânsito do Estado ou do Distrito Federal;

4.2.2.7 Considera-se hora aula o período igual a 50 (cinquenta) minutos.

4.3 ABORDAGEM DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

4.3.1 Os conteúdos devem ser tratados de forma dinâmica, participativa, buscando análise e reflexão sobre a responsabilidade de cada um para um trânsito seguro;

4.3.2 Todos os conteúdos devem ser desenvolvidos em aulas dinâmicas, utilizando-se técnicas que oportunizem a participação dos condutores procurando, o instrutor fazer sempre a relação com o contexto do trânsito, oportunizando a reflexão e o desenvolvimento de valores de respeito ao outro, ao ambiente e à vida, de solidariedade e de controle das emoções;

4.3.3 A ênfase, nestas aulas, deve ser de atualização dos conhecimentos e análise do contexto atual do trânsito local e brasileiro.

5. CURSO DE RECICLAGEM PARA CONDUTORES INFRATORES

5.1 CURSO TEÓRICO

5.1.1 Carga Horária Total: 30 (trinta) horas/aula

5.1.2 Estrutura curricular

5.1.2.1 Legislação de Trânsito: 12 (doze) horas/aula

Determinações do CTB quanto a:

- Formação do condutor;
- Exigências para categorias de habilitação em relação a veículo conduzido;
- Documentos do condutor e do veículo: apresentação e validade;
- Sinalização viária;
- Penalidades e crimes de trânsito;
- Direitos e deveres do cidadão;
- Normas de circulação e conduta.

Infrações e penalidades referentes a:

- Documentação do condutor e do veículo;
- Estacionamento, parada e circulação;
- Segurança e atitudes do condutor, passageiro, pedestre e demais atores do processo de circulação;

- Meio ambiente.

5.1.2.2 Direção defensiva: 8 (oito) horas/aula

- Conceito de direção defensiva – veículos de 2, 4 ou mais rodas;
- Condições adversas;
- Como evitar acidentes;
- Cuidados com os demais usuários da via;
- Estado físico e mental do condutor, conseqüências da ingestão e consumo de bebida alcoólica e substâncias psicoativas;
- Situações de risco.

5.1.2.3 Noções de Primeiros Socorros: 4 (quatro) horas/aula

- Sinalização do local do acidente;
- Acionamento de recursos: bombeiros, polícia, ambulância, concessionária da via e outros
- Verificação das condições gerais da vítima;
- Cuidados com a vítima (o que não fazer).

5.1.2.4 Relacionamento Interpessoal: 6 (seis) horas/aula

- Comportamento solidário no trânsito;
- O indivíduo, o grupo e a sociedade;
- Responsabilidade do condutor em relação aos demais atores do processo de circulação;
- Respeito às normas estabelecidas para segurança no trânsito;
- Papel dos agentes de fiscalização de trânsito.

5.2 DISPOSIÇÕES GERAIS

- O curso será ministrado pelo órgão ou entidade executivo de trânsito do Estado ou do Distrito Federal ou instituição/entidade por ele credenciada, para condutores penalizados nos termos do art. 261, § 2º, e art. 268 do CTB;

- ~~- Este curso poderá ser realizado em duas modalidades:~~

- ~~- Em curso presencial com carga horária de 15 horas/aula, que poderá ser realizado de forma intensiva, com carga horária diária máxima de 10 horas/aula, ministrado pelo órgão ou entidade executivo de trânsito do Estado ou do Distrito Federal, ou instituição/entidade por ele credenciado, com frequência integral comprovada, dispensada a aplicação de prova;~~

- Este curso poderá ser realizado em duas modalidades:

- Em curso presencial com carga horária de 30 horas/aula, que poderá ser realizado de forma intensiva, com carga horária diária máxima de 10 horas/aula, ministrado pelo órgão ou entidade executivo de trânsito do Estado ou do Distrito Federal, ou instituição/entidade por ele credenciado, com frequência integral comprovada, sendo obrigatória a aplicação de prova; [\(Retificação da Resolução 285/2008\)](#)

- Em curso/estudo realizado à distância, validado por prova teórica de 30 questões de múltipla escolha, com aproveitamento mínimo de 70%, efetuado pelo órgão ou entidade executivo de trânsito do Estado ou do Distrito Federal ou instituição/entidade por ele credenciada de forma que atenda os requisitos mínimos estabelecidos no anexo III desta resolução;

- Os candidatos ao final do curso, serão submetidos a uma avaliação pelo órgão ou entidade executivo de trânsito do Estado ou do Distrito Federal ou instituição/entidade por ele credenciada, através de uma prova com um mínimo de 30 questões sobre os conteúdos ministrados;

- A aprovação se dará quando o condutor acertar no mínimo 70% das questões;

- O condutor aluno reprovado uma primeira vez poderá realizar nova avaliação após 5 (cinco) dias e, se reprovado pela 2ª. vez poderá matricular-se para

um novo curso, freqüentando-o integralmente. Caso ainda não consiga resultado satisfatório, deverá receber atendimento individualizado a fim de superar suas dificuldades.

- O certificado de realização do curso terá validade em todo o território nacional, devendo ser registrado no RENACH pelo órgão ou entidade executivo de trânsito do Estado ou do Distrito Federal;

- Considera-se hora aula o período igual a 50 (cinquenta) minutos.

5.3 ABORDAGEM DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

- Por se tratar de condutores, que estão cumprindo penalidade por infrações de trânsito, os conteúdos devem ser tratados de forma dinâmica, participativa, buscando análise e reflexão sobre a responsabilidade de cada um para um trânsito seguro;

- Todos os conteúdos devem ser desenvolvidos em aulas dinâmicas, procurando o instrutor fazer sempre a relação com o contexto do trânsito, oportunizando a reflexão e o desenvolvimento de valores de respeito ao outro, ao ambiente e à vida, de solidariedade e de controle das emoções;

- A ênfase deve ser de revisão de conhecimentos e atitudes, valorizando a obediência à Lei, a necessidade de atenção e o desenvolvimento de habilidades.

6 CURSOS ESPECIALIZADOS PARA CONDUTORES DE VEÍCULOS

I – DOS FINS

Estes cursos têm a finalidade de aperfeiçoar, instruir, qualificar e atualizar condutores, habilitando-os à condução de veículos de:

- a) transporte coletivo de passageiros;
- b) transporte de escolares;
- c) transporte de produtos perigosos;
- d) emergência;

e) transporte de carga indivisível e outras, objeto de regulamentação específica pelo CONTRAN.

Para atingir seus fins, estes cursos devem dar condições ao condutor de:

- Permanecer atento ao que acontece dentro do veículo e fora dele;
- Agir de forma adequada e correta no caso de eventualidades, sabendo tomar iniciativas quando necessário;
- Relacionar-se harmoniosamente com usuários por ele transportados, pedestres e outros condutores;
- Proporcionar segurança aos usuários e a si próprio;
- Conhecer e aplicar preceitos de segurança e comportamentos preventivos, em conformidade com o tipo de transporte e/ou veículo;
- Conhecer, observar e aplicar disposições contidas no CTB, na legislação de trânsito e legislação específica sobre o transporte especializado para o qual está se habilitando;
- Realizar o transporte com segurança de maneira a preservar a integridade física do passageiro, do condutor, da carga, do veículo e do meio ambiente.
- Conhecer e aplicar os preceitos de segurança adquiridos durante os cursos ou atualização fazendo uso de comportamentos preventivos e procedimentos em casos de emergência, desenvolvidos para cada tipo de transporte, e para cada uma das classes de produtos ou cargas perigosos.

II – DA ORGANIZAÇÃO

- A organização administrativo-pedagógica dos cursos para condutores especializados será estabelecida em consonância com a presente Resolução, pelas Instituições listadas no parágrafo 1º do Art. 33, desta Resolução, cadastrados pelo órgão ou entidade executivo de Trânsito do Estado ou do Distrito Federal.

III – DA REGÊNCIA

- As disciplinas dos cursos para condutores especializados serão ministradas por pessoas habilitadas em cursos de instrutores de trânsito, realizados por / órgão ou entidade executivo de trânsito do Estado ou do Distrito Federal, ou instituição por ele credenciada e que tenham realizado, com aprovação, os cursos especiais que vierem a ministrar.

- A qualificação de professor para formação de instrutor de curso especializado será feita por disciplina e será regulamentada em portaria do DENATRAN – órgão máximo executivo de trânsito da União, devendo ser profissional de nível superior tendo comprovada experiência a respeito da disciplina.

IV – DO REGIME DE FUNCIONAMENTO

- Cada curso especializado será constituído de 50 (cinquenta) horas aula;
- O curso poderá desenvolver-se na modalidade de ensino à distância, através de apostilas atualizadas e outros recursos tecnológicos, não podendo exceder a 20% do total da carga horária prevista para cada curso;
- A carga horária presencial diária será organizada de forma a atender as peculiaridades e necessidades da clientela, não podendo exceder, em regime intensivo, 10 horas aula por dia;
- O número máximo de alunos, por turma, deverá ser de 25 alunos;
- Considera-se hora aula o período igual a 50 (cinquenta) minutos.

V – DO APROVEITAMENTO DE ESTUDOS

- Poderá ser feito o aproveitamento de estudos de conteúdos que o condutor tiver realizado em outro curso especializado, devendo para tal, a Instituição oferecer um módulo, de no mínimo 15 (quinze) horas aula, de adequação da abordagem dos conteúdos para a especificidade do novo curso pretendido.

VI – DA AVALIAÇÃO

- Ao final de cada módulo, será realizada, pelas instituições que ministram os cursos uma prova com 20 questões de múltipla escolha sobre os assuntos trabalhados;

- Será considerado aprovado no curso, o condutor que acertar, no mínimo, 70% das questões da prova de cada módulo;

- O condutor reprovado ao final do módulo deverá realizar nova prova a qualquer momento, sem prejuízo da continuidade do curso. Caso ainda não consiga resultado satisfatório deverá receber atendimento individualizado a fim de superar suas dificuldades;

- Nos cursos de atualização, a avaliação será feita através de observação direta e constante do desempenho dos condutores, demonstrado durante as aulas, devendo o instrutor interagir com os mesmos reforçando e/ou corrigindo respostas e colocações;

- As instituições que ministrarem cursos especializados deverão manter em arquivo, durante 5 (cinco) anos, os registros dos alunos com o resultado do seu desempenho.

VII – DA CERTIFICAÇÃO

- Os condutores aprovados no curso especializado e os que realizarem a atualização exigida terão os dados correspondentes registrados em seu cadastro pelo órgão ou entidade executivo de trânsito do Estado ou do Distrito

Federal, informando-os no campo “observações” da CNH;

- Os certificados deverão conter no mínimo os seguintes dados:

- Nome completo do condutor,

- Número do registro RENACH e categoria de habilitação do condutor;

- Validade e data de conclusão do curso;

- Assinatura do diretor da entidade ou instituição, e validação do DETRAN quando for o caso;

- No verso deverão constar as disciplinas, a carga horária, o instrutor e o aproveitamento do condutor.

- O modelo dos certificados será elaborado e divulgado em portaria pelo órgão máximo executivo de trânsito da União.

VIII- DA VALIDADE

- Os cursos especializados tem validade de / 5 (cinco) anos, quando os condutores deverão realizar a atualização dos respectivos cursos, devendo os mesmos coincidir com a validade do exame de sanidade física e mental do condutor constantes de sua CNH;

- A fim de se compatibilizar os prazos dos atuais cursos e exames de sanidade física e mental, sem que haja ônus para o cidadão os cursos já realizados, antes da publicação desta resolução, terão sua validade estendida até a data limite da segunda renovação da CNH;

- Na renovação do exame de sanidade física e mental, o condutor especializado deverá apresentar comprovante de que realizou o curso de atualização no qual está habilitado, registrando os dados no órgão ou entidade executivo de trânsito do Estado ou do Distrito Federal;

- O condutor que não apresentar comprovante de que realizou o curso de atualização no qual está habilitado quando da renovação da CNH, terá automaticamente suprimida a informação correspondente;

- Os cursos de atualização terão uma carga horária mínima de 15(quinze) horas aula, sobre as disciplinas dos cursos especializados, abordando preferencialmente, as atualizações na legislação, a evolução tecnológica e estudos de casos, dos módulos específicos de cada curso.

IX – DISPOSIÇÕES GERAIS

- Considera-se hora aula o período de 50 (cinquenta) minutos.

6.1 CURSO PARA CONDUTORES DE VEÍCULO DE TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS

6.1.1 Carga horária: 50 (cinquenta) horas aula

6.1.2 Requisitos para matrícula

- Ser maior de 21 anos;
- Estar habilitado, no mínimo, na categoria “D”;
- Não ter cometido nenhuma infração grave ou gravíssima ou ser reincidente em infrações médias durante os últimos 12 (doze) meses;
- Não estar cumprindo pena de suspensão do direito de dirigir, cassação da CNH, pena decorrente de crime de trânsito, bem como estar impedido judicialmente de exercer seus direitos.

6.1.3 Estrutura Curricular

6.1.3.1 Módulo I - Legislação de trânsito – 10 (dez) horas aula

Determinações do CTB quanto a:

- Categoria de habilitação e relação com veículos conduzidos;
- Documentação exigida para condutor e veículo;
- Sinalização viária;
- Infrações, crimes de trânsito e penalidades;
- Regras gerais de estacionamento, parada, conduta e circulação.

Legislação específica sobre transporte de passageiros

- Responsabilidades do condutor do veículo de transporte coletivo de passageiros.

6.1.3.2 Módulo II – Direção Defensiva – 15 (quinze) horas aula

- Acidente evitável ou não evitável;
- Como ultrapassar e ser ultrapassado;
- O acidente de difícil identificação da causa;
- Como evitar acidentes com outros veículos;

- Como evitar acidentes com pedestres e outros integrantes do trânsito (motociclista, ciclista, carroceiro, skatista);
- A importância de ver e ser visto;
- A importância do comportamento seguro na condução de veículos especializados;
- Comportamento seguro e comportamento de risco – diferença que pode poupar vidas.
- Estado físico e mental do condutor, conseqüências da ingestão e consumo de bebida alcoólica e substâncias psicoativas;

6.1.3.3 Módulo III – Noções de Primeiros Socorros, Respeito ao Meio Ambiente e Convívio Social – 10 (dez) horas aula

Primeiras providências quanto à vítima de acidente, ou passageiro com mal súbito:

- Sinalização do local do acidente;
 - Acionamento de recursos: bombeiros, polícia, ambulância, concessionária da via e outros;
 - Verificação das condições gerais de vítima de acidente, ou passageiro com mal súbito;
 - Cuidados com a vítima (o que não fazer);
- O veículo como agente poluidor do meio ambiente;
- Regulamentação do CONAMA sobre poluição ambiental causada por veículos;
 - Emissão de gases;
 - Emissão de partículas (fumaça);
 - Emissão sonora;
 - Manutenção preventiva do veículo para preservação do meio ambiente;

- O indivíduo, o grupo e a sociedade;
- Relacionamento interpessoal;
- O indivíduo como cidadão;
- A responsabilidade civil e criminal do condutor e o CTB.

6.1.3.4 Módulo IV – Relacionamento Interpessoal – 15 (quinze) horas aula

- Aspectos do comportamento e de segurança no transporte de passageiros;
- Comportamento solidário no trânsito;
- Responsabilidade do condutor em relação aos demais atores do processo de circulação;
- Respeito às normas estabelecidas para segurança no trânsito;
- Papel dos agentes de fiscalização de trânsito;
- Atendimento às diferenças e especificidades dos usuários (pessoas portadoras de necessidades especiais, faixas etárias diversas, outras condições);
- Características das faixas etárias dos usuários mais comuns de transporte coletivo de passageiros.

6.2 CURSO PARA CONDUTORES DE VEÍCULOS DE TRANSPORTE ESCOLAR

6.2.1 Carga horária: 50 (cinquenta) horas aula

6.2.2 Requisitos para Matrícula:

- Ser maior de 21 anos;
- Estar habilitado, no mínimo, na categoria D;
- Não ter cometido nenhuma infração grave ou gravíssima ou ser reincidente em infrações médias durante os últimos doze meses;
- Não estar cumprindo pena de suspensão do direito de dirigir, cassação da carteira nacional de habilitação – CNH, pena decorrente de crime de trânsito, bem como não estar impedido judicialmente de exercer seus direitos.

6.2.3 Estrutura Curricular

6.2.3.1 Módulo I – Legislação de Trânsito – 10 (dez) horas aula

Determinações do CTB quanto a:

- Categoria de habilitação e relação com veículos conduzidos;
- Documentação exigida para condutor e veículo;
- Sinalização viária;
- Infrações, crimes de trânsito e penalidades;
- Regras gerais de estacionamento, parada e circulação.

Legislação específica sobre transporte de escolares

- Normatização local para condução de veículos de transporte de escolares;
- Responsabilidades do condutor do veículo de transporte de escolares.

6.2.3.2 Módulo II – Direção Defensiva – 15 (quinze) horas/aula

- Acidente evitável ou não evitável;
- Como ultrapassar e ser ultrapassado;
- O acidente de difícil identificação da causa;
- Como evitar acidentes com outros veículos;
- Como evitar acidentes com pedestres e outros integrantes do trânsito (motociclista, ciclista, carroceiro, skatista);
- A importância de ver e ser visto;
- A importância do comportamento seguro na condução de veículos especializados;
- Comportamento seguro e comportamento de risco – diferença que pode poupar vidas.
- Estado físico e mental do condutor, consequências da ingestão e consumo de bebida alcoólica e substâncias psicoativas;

6.2.3.3 Módulo III – Noções de Primeiros Socorros, Respeito ao Meio Ambiente e Convívio Social – 10 (dez) horas aula

- Primeiras providências quanto a vítimas de acidente, ou passageiro com mal súbito:

- Sinalização do local de acidente;

- Acionamento de recursos: bombeiros, polícia, ambulância, concessionária da via e outros;

- Verificação das condições gerais de vítima de acidente, ou passageiro com mal súbito;

- Cuidados com a vítima, (o que não fazer);

- O veículo como agente poluidor do meio ambiente;

- Regulamentação do CONAMA sobre poluição ambiental causada por veículos;

- Emissão de gases;

- Emissão de partículas (fumaça);

- Emissão sonora;

- Manutenção preventiva do veículo para preservação do meio ambiente;

- O indivíduo, o grupo e a sociedade;

- Relacionamento interpessoal;

- O indivíduo como cidadão;

- A responsabilidade civil e criminal do condutor e o CTB.

6.2.3.4 Módulo IV – Relacionamento Interpessoal – 15 (quinze) horas aula

- Aspectos do comportamento e de segurança no transporte de escolares;

- Comportamento solidário no trânsito;

- Responsabilidade do condutor em relação aos demais atores do processo de circulação;
- Respeito às normas estabelecidas para segurança no trânsito;
- Papel dos agentes de fiscalização de trânsito;
- Atendimento às diferenças e especificidades dos usuários (pessoa portadora deficiências físicas, faixas etárias, outras condições);
- Características das faixas etárias dos usuários de transporte de escolares;
- Cuidados especiais e atenção que devem ser dispensados aos escolares e seus responsáveis, quando for o caso.

6.3 CURSO PARA CONDUTORES DE VEÍCULOS DE TRANSPORTE DE PRODUTOS PERIGOSOS

6.3.1 Carga horária: 50 (cinquenta) horas aula

6.3.2 Requisitos para matrícula

- Ser maior de 21 anos;
- Estar habilitado em uma das categorias “B”, “C”, “D” e “E”;
- Não ter cometido nenhuma infração grave ou gravíssima ou ser reincidente em infrações médias durante os últimos doze meses;
- Não estar cumprindo pena de suspensão do direito de dirigir, cassação da Carteira Nacional de Habilitação - CNH, pena decorrente de crime de trânsito, bem como não estar impedido judicialmente de exercer seus direitos.

6.3.3 Estrutura Curricular

6.3.3.1 Módulo I - Legislação de trânsito - 10 (dez) horas aula

Determinações do CTB quanto a:

- Categoria de habilitação e relação com veículos conduzidos;
- Documentação exigida para condutor e veículo;

- Sinalização viária;
- Infrações, crimes de trânsito e penalidades;
- Regras gerais de estacionamento, parada conduta e circulação.

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA E NORMAS SOBRE TRANSPORTE DE PRODUTOS PERIGOSOS

- Cargas de produtos perigosos
- Conceitos, considerações e exemplos.
- Acondicionamento: verificação da integridade do acondicionamento (se há vazamentos ou contaminação externa); verificação dos instrumentos de tanques (manômetros, e outros);
- Proibição do transporte de animais, produtos para uso humano ou animal (alimentos, medicamentos e embalagens afins), juntamente com produtos perigosos;
- Utilização do veículo que transporta produtos perigosos para outros fins; descontaminação quando permitido.

RESPONSABILIDADE DO CONDUTOR DURANTE O TRANSPORTE

- Fatores de interrupção da viagem;
- Participação do condutor no carregamento e descarregamento do veículo;
- Trajes e equipamentos de proteção individual.

DOCUMENTAÇÃO E SIMBOLOGIA

- Documentos fiscais e de trânsito;
- Documentos e símbolos relativos aos produtos transportados;
- Certificados de capacitação;
- Ficha de emergência;
- Envelope para o transporte;

- Marcação e rótulos nas embalagens;
- Rótulos de risco principal e subsidiário;
- Painel de segurança;
- Sinalização em veículos.
- REGISTRADOR INSTANTÂNEO E INALTERÁVEL DE VELOCIDADE E TEMPO:
- Definição;
- Funcionamento;
- Importância e obrigatoriedade do seu uso.

DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES (CTB e legislação específica)

- Tipificações, multas e medidas administrativas.

6.3.3.2 Módulo II – Direção Defensiva – 15 (quinze) horas aula

- Acidente evitável ou não evitável;
- Como ultrapassar e ser ultrapassado;
- O acidente de difícil identificação da causa;
- Como evitar acidentes com outros veículos;
- Como evitar acidentes com pedestres e outros integrantes do trânsito (motociclista, ciclista, carroceiro, skatista);
- A importância de ver e ser visto;
- A importância do comportamento seguro na condução de veículos especializados;
- Comportamento seguro e comportamento de risco – diferença que pode poupar vidas;
- Comportamento pós-acidente.
- Estado físico e mental do condutor, consequências da ingestão e consumo de bebida alcoólica e substâncias psicoativas;

6.3.3.3 Módulo III – Noções de Primeiros Socorros, Respeito ao meio Ambiente e Prevenção de Incêndio – 10 (dez) horas aula

PRIMEIROS SOCORROS

Primeiras providências quanto a acidente de trânsito:

- Sinalização do local de acidente;
- Acionamento de recursos: bombeiros, polícia, ambulância, concessionária da via e outros;
- Verificação das condições gerais de vítima de acidente de trânsito;
- Cuidados com a vítima de acidente, ou contaminação (o que não fazer) em conformidade com a periculosidade da carga, e/ou produto transportado.

MEIO AMBIENTE

- O veículo como agente poluidor do meio ambiente;
- Regulamentação do CONAMA sobre poluição ambiental causada por veículos;
- Emissão de gases;
- Emissão de partículas (fumaça);
- Emissão de ruídos;
- Manutenção preventiva do veículo;
- O indivíduo, o grupo e a sociedade;
- Relacionamento interpessoal;
- O indivíduo como cidadão;
- A responsabilidade civil e criminal do condutor e o CTB;
- Conceitos de poluição: causas e conseqüências.
- PREVENÇÃO DE INCÊNDIO
- Conceito de fogo;

- Triângulo de fogo;
- Fontes de ignição;
- Classificação de incêndios;
- Tipos de aparelhos extintores;
- Agentes extintores;
- Escolha, manuseio e aplicação dos agentes extintores.

6.3.3.4 Módulo IV – Movimentação de Produtos Perigosos – 15 horas aula

PRODUTOS PERIGOSOS

- Classificação dos produtos perigosos;
- Simbologia;
- Reações químicas (conceituações);
- Efeito de cada classe sobre o meio ambiente.

EXPLOSIVOS:

- Conceituação;
- Divisão da classe;
- Regulamentação específica do Ministério da Defesa;
- Comportamento preventivo do condutor;
- Procedimentos em casos de emergência.

GASES:

- Inflamáveis, não-inflamáveis, tóxicos e não-tóxicos;
- Comprimidos;
- Liquefeitos;
- Mistura de gases;

- Refrigerados.
- Em solução;
- Comportamento preventivo do condutor;
- Procedimentos em casos de emergência.

LÍQUIDOS INFLAMÁVEIS E PRODUTOS TRANSPORTADOS A TEMPERATURAS ELEVADAS

- Ponto de fulgor;
- Comportamento preventivo do condutor;
- Procedimentos em casos de emergência.

SÓLIDOS INFLAMÁVEIS; SUBSTÂNCIAS SUJEITAS A COMBUSTÃO ESPONTÂNEA; SUBSTÂNCIAS

QUE, EM CONTATO COM A ÁGUA, EMITEM GASES INFLAMÁVEIS

- Comportamento preventivo do condutor;
- Procedimentos em casos de emergência;
- Produtos que necessitam de controle de temperatura.

SUBSTÂNCIAS OXIDANTES E PERÓXIDOS ORGÂNICOS

- Comportamento preventivo do condutor;
- Procedimentos em casos de emergência;
- Produtos que necessitam de controle de temperatura.

SUBSTÂNCIAS TÓXICAS E SUBSTÂNCIAS INFECTANTES

- Comportamento preventivo do condutor;
- Procedimentos em casos de emergência.

SUBSTÂNCIAS RADIOATIVAS

- Legislação específica pertinente;

- Comportamento preventivo do condutor;
- Procedimentos em casos de emergência.

- CORROSIVOS

- Comportamento preventivo do condutor;
- Procedimentos em casos de emergência.

- SUBSTÂNCIAS PERIGOSAS DIVERSAS:

- Comportamento preventivo do condutor;
- Procedimentos em casos de emergência.

- RISCOS MÚLTIPLOS

- Comportamento preventivo do condutor;
- Procedimentos em casos de emergência.

- RESÍDUOS

- Legislação específica pertinente;
- Comportamento preventivo do condutor;
- Procedimentos em casos de emergência.

6.4 CURSO PARA CONDUTORES DE VEÍCULOS DE EMERGÊNCIA

6.4.1 Carga horária: 50 (cinquenta) horas aula

6.4.2 Requisitos para matrícula

- Ser maior de 21 anos;
- Estar habilitado em uma das categorias “A”, “B”, “C”, “D” ou “E”;
- Não ter cometido nenhuma infração grave ou gravíssima ou ser reincidente em infrações médias durante os últimos 12 (doze) meses;

- Não estar cumprindo pena de suspensão do direito de dirigir, cassação da CNH, pena decorrente de crime de

trânsito, bem como não estar impedido judicialmente de exercer seus direitos.

6.4.3 Estrutura Curricular.

6.4.3.1 Módulo I - Legislação de Trânsito – 10 (dez) horas aula

Determinações do CTB quanto a:

- Categoria de habilitação e relação com veículos conduzidos;
- Documentação exigida para condutor e veículo;
- Sinalização viária;
- Infrações, crimes de trânsito e penalidades;
- Regras gerais de estacionamento, parada e circulação.
- Legislação específica para veículos de emergência:
- Responsabilidades do condutor de veículo de emergência.

6.4.3.2 Módulo II – Direção Defensiva – 15 (quinze) horas aula

- Acidente evitável ou não evitável;
- Como ultrapassar e ser ultrapassado;
- O acidente de difícil identificação da causa;
- Como evitar acidentes com outros veículos;
- Como evitar acidentes com pedestres e outros integrantes do trânsito (motociclista, ciclista, carroceiro, skatista);
- A importância de ver e ser visto;
- A importância do comportamento seguro na condução de veículos especializados.

- Comportamento seguro e comportamento de risco – diferença que pode poupar vidas.

- Estado físico e mental do condutor, conseqüências da ingestão e consumo de bebida alcoólica e substâncias psicoativas;

6.4.3.3 Módulo III – Noções de Primeiros Socorros, Respeito ao Meio Ambiente e Convívio Social – 10 (dez) horas aula

Primeiras providências quanto à vítima de acidente, ou passageiro enfermo:

- Sinalização do local de acidente;

- Acionamento de recursos: bombeiros, polícia, ambulância, concessionária da via e outros;

- Verificação das condições gerais de vítima de acidente ou enfermo;

- Cuidados com a vítima ou enfermo (o que não fazer);

O veículo como agente poluidor do meio ambiente;

- Regulamentação do CONAMA sobre poluição ambiental causada por veículos;

- Emissão de gases;

- Emissão de partículas (fumaça);

- Emissão sonora;

- Manutenção preventiva do veículo para preservação do meio ambiente;

O indivíduo, o grupo e a sociedade;

- Relacionamento interpessoal;

- O indivíduo como cidadão;

- A responsabilidade civil e criminal do condutor e o CTB.

6.4.3.4 Módulo IV – Relacionamento Interpessoal – 15 (quinze) horas aula

- Aspectos do comportamento e de segurança na condução de veículos de emergência;
- Comportamento solidário no trânsito;
- Responsabilidade do condutor em relação aos demais atores do processo de circulação;
- Respeito às normas estabelecidas para segurança no trânsito;
- Papel dos agentes de fiscalização de trânsito;
- Atendimento às diferenças e especificidades dos usuários (pessoas portadoras de necessidades especiais, faixas etárias, outras condições);
- Características dos usuários de veículos de emergência;
- Cuidados especiais e atenção que devem ser dispensados aos passageiros e aos outros atores do trânsito, na condução de veículos de emergência.

6.5 CURSO PARA CONDUTORES DE VEÍCULOS DE TRANSPORTE DE CARGA INDIVISÍVEL E OUTRAS OBJETO DE REGULAMENTAÇÃO ESPECÍFICA PELO CONTRAN

6.5.1 Carga horária: 50 (cinquenta) horas aula.

6.5.2 Requisitos para matrícula

- Ser maior de 21 anos;
- Estar habilitado na categoria “C” ou “E”;
- Não ter cometido nenhuma infração grave ou gravíssima ou ser reincidente em infrações médias durante os últimos doze meses;
- Não estar cumprindo pena de suspensão do direito de dirigir, cassação da Carteira Nacional de Habilitação - CNH, pena decorrente de crime de trânsito, bem como não estar impedido judicialmente de exercer seus direitos.

6.5.3 Estrutura Curricular

6.5.3.1 Módulo I - Legislação de trânsito - 10 (dez) horas aula

DETERMINAÇÕES DO CTB QUANTO A:

- Categoria de habilitação e relação com veículos conduzidos;
- Documentação exigida para condutor e veículo;
- Sinalização viária;
- Infrações, crimes de trânsito e penalidades;
- Regras gerais de estacionamento, parada conduta e circulação.

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA SOBRE TRANSPORTE DE CARGA

- Carga indivisível
- Conceitos, considerações e exemplos.
- Acondicionamento: verificação da integridade do acondicionamento (ancoragem e amarração da carga);

RESPONSABILIDADE DO CONDUTOR DURANTE O TRANSPORTE

- Fatores de interrupção da viagem;
- Participação do condutor no carregamento e descarregamento do veículo;

DOCUMENTAÇÃO E SIMBOLOGIA

- Documentos fiscais e de trânsito;
- Documentos e símbolos relativos aos produtos transportados;
- Certificados de capacitação;
- Sinalização no veículo.

REGISTRADOR INSTANTÂNEO E INALTERÁVEL DE VELOCIDADE E TEMPO:

- Definição;
- Funcionamento;
- Importância e obrigatoriedade do seu uso.

DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES (CTB e legislação específica)

- Tipificações, multas e medidas administrativas.

6.5.3.2 Módulo II – Direção Defensiva – 15 (quinze) horas aula

- Acidente evitável ou não evitável;
- Como ultrapassar e ser ultrapassado;
- O acidente de difícil identificação da causa;
- Como evitar acidentes com outros veículos;
- Como evitar acidentes com pedestres e outros integrantes do trânsito (motociclista, ciclista, carroceiro, skatista);
- A importância de ver e ser visto;
- A importância do comportamento seguro na condução de veículos especializados;
- Comportamento seguro e comportamento de risco – diferença que pode poupar vidas;
- Comportamento pós-acidente.
- Estado físico e mental do condutor, consequências da ingestão e consumo de bebida alcoólica e substâncias psicoativas;

6.5.3.3 Módulo III – Noções de Primeiros Socorros, Respeito ao meio Ambiente e Prevenção de Incêndio – 10 (dez) horas aula

PRIMEIROS SOCORROS

Primeiras providências quanto a acidente de trânsito:

- Sinalização do local de acidente;
- Acionamento de recursos: bombeiros, polícia, ambulância, concessionária da via e outros;
- Verificação das condições gerais de vítima de acidente de trânsito;

- Cuidados com a vítima de acidente (o que não fazer) em conformidade com a periculosidade da carga, e/ou produto transportado.

MEIO AMBIENTE

- O veículo como agente poluidor do meio ambiente;
- Regulamentação do CONAMA sobre poluição ambiental causada por veículos;
- Emissão de gases;
- Emissão de partículas (fumaça);
- Emissão de ruídos;
- Manutenção preventiva do veículo;
- O indivíduo, o grupo e a sociedade;
- Relacionamento interpessoal;
- O indivíduo como cidadão;
- A responsabilidade civil e criminal do condutor e o CTB;
- Conceitos de poluição: causas e consequências.

PREVENÇÃO DE INCÊNDIO

- Conceito de fogo;
- Triângulo de fogo;
- Fontes de ignição;
- Classificação de incêndios;
- Tipos de aparelhos extintores;
- Agentes extintores;
- Escolha, manuseio e aplicação dos agentes extintores.

6.5.3.4 Módulo IV – Movimentação de Carga

- 15 horas aula

CARGA INDIVISÍVEL

- Definição de carga perigosa ou indivisível;
- Efeito ou consequências no tráfego urbano ou rural de carga perigosa ou indivisível.

- Autorização Especial de Trânsito (AET)

BLOCOS DE ROCHAS

- Conceituação;
- Classes de rochas e dimensões usuais/permitidas dos blocos;
- Regulamentação específica;
- Comportamento preventivo do condutor;
- Procedimentos em casos de emergência.

MÁQUINAS OU EQUIPAMENTOS DE GRANDES DIMENSÕES E INDIVISÍVEIS

- Conceituação;
- Dimensões usuais/permitidas; comprimento, altura e largura da carga;
- Comportamento preventivo do condutor;
- Procedimentos em casos de emergência.

TORAS, TUBOS E OUTRAS CARGAS

- Classes e conceituações;
- Dimensões usuais/permitidas; comprimento, altura e largura da carga;
- Comportamento preventivo do condutor;
- Procedimentos em casos de emergência.

OUTRAS CARGAS CUJO TRANSPORTE SEJA REGULAMENTADAS PELO CONTRAN

- Comportamento preventivo do condutor;
- Procedimentos em casos de emergência.

RISCOS MÚLTIPLOS E RESÍDUOS

- Comportamento preventivo do condutor;
- Procedimentos em casos de emergência.
- Legislação específica;

7 ATUALIZAÇÃO DOS CURSOS ESPECIALIZADOS PARA CONDUTORES DE VEÍCULOS

7.1 CURSO DE ATUALIZAÇÃO PARA CONDUTORES DE VEÍCULO DE TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS.

7.1.1 Carga Horária: 16 (dezesesseis) horas aula

7.1.2 - Estrutura Curricular

7.1.2.1 Módulo I - Legislação de trânsito – 3 (três) horas aula

- Retomada dos conteúdos do curso de especialização;
- Atualização sobre resoluções, leis e outros documentos legais promulgados recentemente.

7.1.2.2 Módulo II – Direção defensiva – 5 (cinco) horas aula

- A direção defensiva como meio importante para a segurança do condutor, passageiros, pedestres e demais usuários do trânsito;
- A responsabilidade do condutor de veículos especializados de dirigir defensivamente;
- Atualização dos conteúdos trabalhados durante o curso relacionando teoria e prática.

- Estado físico e mental do condutor, consequências da ingestão e consumo de bebida alcoólica e substâncias psicoativas;

7.1.2.3 Módulo III – Noções de Primeiros Socorros, Respeito ao Meio Ambiente e Convívio Social – 3 (três) horas aula

- Retomada dos conteúdos trabalhados no curso de especialização, estabelecendo a relação com a prática vivenciada pelos condutores no exercício da profissão;

- Atualização de conhecimentos.

7.1.2.4 Módulo IV – Relacionamento Interpessoal – 5 (cinco) horas aula

- Atualização dos conhecimentos desenvolvidos no curso;

- Retomada de conceitos;

- Relacionamento da teoria e da prática;

- Principais dificuldades vivenciadas e alternativas de solução.

7.2 CURSO DE ATUALIZAÇÃO PARA CONDUTORES DE VEÍCULO DE TRANSPORTE DE ESCOLARES

7.2.1 Carga Horária: 16 (dezesseis) horas aula

7.2.2 Estrutura Curricular

7.2.2.1 Módulo I – Legislação de trânsito – 3 (três) horas aula

- Retomada dos conteúdos de no curso de especialização;

- Atualização sobre resoluções, leis e outros documentos legais promulgados recentemente.

7.2.2.2 Módulo II – Direção defensiva – 5 (cinco) horas aula

- A direção defensiva como meio importantíssimo para a segurança do condutor, passageiros, pedestres e demais usuários do trânsito;

- A responsabilidade do condutor de veículos especializados de dirigir defensivamente;

- Atualização dos conteúdos trabalhados durante o curso relacionando teoria e prática.

- Estado físico e mental do condutor, consequências da ingestão e consumo de bebida alcoólica e substâncias psicoativas;

7.2.2.3 Módulo III – Noções de Primeiros Socorros, Respeito ao Meio Ambiente e Convívio Social – 3 (três) horas aula

- Retomada dos conteúdos trabalhados no curso de especialização, estabelecendo a relação com a prática vivenciada pelos condutores no exercício da profissão;

- Atualização de conhecimentos.

7.2.2.4 Módulo IV – Relacionamento Interpessoal – 5 (cinco) horas aula

- Atualização dos conhecimentos desenvolvidos no curso;

- Retomada de conceitos;

- Relação da teoria e da prática;

- Principais dificuldades vivenciadas e alternativas de solução.

7.3 CURSO DE ATUALIZAÇÃO PARA CONDUTORES DE VEÍCULO DE TRANSPORTE DE CARGAS DE

PRODUTOS PERIGOSOS

7.3.1 Carga Horária: 16 (dezesseis) horas aula

7.3.2 Estrutura Curricular

7.3.2.1 Módulo I – Legislação de trânsito – 3 (três) horas aula

- Retomada dos conteúdos do curso de especialização;

- Atualização sobre resoluções, leis e outros documentos legais promulgados recentemente.

7.3.2.2 Módulo II – Direção defensiva – 5 (cinco) horas aula

- A direção defensiva como meio importante para a segurança do condutor, passageiros, pedestres e demais usuários do trânsito;
- A responsabilidade do condutor de veículos especializados de dirigir defensivamente;
- Atualização dos conteúdos trabalhados durante o curso relacionando teoria e prática.
- Estado físico e mental do condutor, consequências da ingestão e consumo de bebida alcoólica e substâncias psicoativas;

7.3.2.3 Módulo III – Noções de Primeiros Socorros, Respeito ao Meio Ambiente e Convívio Social – 3 (três) horas aula

- Retomada dos conteúdos trabalhados no curso de especialização, estabelecendo a relação com a prática vivenciada pelos condutores no exercício da profissão;
- Atualização de conhecimentos.

7.3.2.4 Módulo IV – Prevenção de Incêndio, Movimentação de Produtos Perigosos – 5 (cinco) horas aula

- Retomada dos conteúdos trabalhados no curso de especialização, estabelecendo a relação com a prática vivenciada pelos condutores no exercício da profissão;
- Atualização de conhecimentos sobre novas tecnologias e procedimentos que tenham surgido no manejo e transporte de cargas perigosas.

7.4 CURSO DE ATUALIZAÇÃO PARA CONDUTORES DE VEÍCULO DE TRANSPORTE DE EMERGÊNCIA

7.4.1 Carga Horária: 16 (dezesseis) horas aula

7.4.2 Estrutura Curricular

7.4.2.1 Módulo I – Legislação de trânsito – 3 (três) horas aula

- Retomada dos conteúdos do curso de especialização;
- Atualização sobre resoluções, leis e outros documentos legais promulgados recentemente.

7.4.2.2 Módulo II – Direção defensiva – 5 (cinco) horas aula

- A direção defensiva como meio importante para a segurança do condutor, passageiros, pedestres e demais usuários do trânsito;
- A responsabilidade do condutor de veículos especializados de dirigir defensivamente;
- Atualização dos conteúdos trabalhados durante o curso relacionando teoria e prática.
- Estado físico e mental do condutor, consequências da ingestão e consumo de bebida alcoólica e substâncias psicoativas;

7.4.2.3 Módulo III – Noções de Primeiros Socorros, Respeito ao meio ambiente e Convívio Social – 3 (três) horas aula

- Retomada dos conteúdos trabalhados no curso de especialização, estabelecendo a relação com a prática vivenciada pelos condutores no exercício da profissão;
- Atualização de conhecimentos.

7.4.2.4 Módulo IV – Relacionamento Interpessoal – 5 (cinco) horas aula

- Atualização dos conhecimentos desenvolvidos no curso;
- Retomada de conceitos;
- Relacionamento da teoria e da prática;
- Principais dificuldades vivenciadas e alternativas de solução.

7.5 CURSO DE ATUALIZAÇÃO PARA CONDUTORES DE VEÍCULOS DE CARGAS COM BLOCOS DE

ROCHA ORNAMENTAIS E OUTRAS CUJO TRANSPORTE SEJA OBJETO DE REGULAMENTAÇÃO

ESPECIFICA PELO CONTRAN.

7.5.1 Carga Horária: 16 (dezesseis) horas aula

7.5.2 Estrutura Curricular

7.5.2.1 Módulo I - Legislação de trânsito – 3 (três) horas aula

- Retomada dos conteúdos do curso de especialização;
- Atualização sobre resoluções, leis e outros documentos legais promulgados recentemente.

7.5.2.2 Módulo II – Direção defensiva – 5 (cinco) horas aula

- A direção defensiva como meio importante para a segurança do condutor, passageiros, pedestres e demais usuários do trânsito;
- A responsabilidade do condutor de veículos especializados de dirigir defensivamente;
- Atualização dos conteúdos trabalhados durante o curso relacionando teoria e prática.

- Estado físico e mental do condutor, consequências da ingestão e consumo de bebida alcoólica e substâncias psicoativas;

7.5.2.3 Módulo III – Noções de Primeiros Socorros, Respeito ao Meio Ambiente e Convívio Social – 3 (três) horas aula

- Retomada dos conteúdos trabalhados no curso de especialização, estabelecendo a relação com a prática vivenciada pelos condutores no exercício da profissão;

- Atualização de conhecimentos.

7.5.2.4 Módulo IV –, Movimentação de Cargas:

5 (cinco) horas aula

- Retomada dos conteúdos trabalhados no curso de especialização, estabelecendo a relação com a prática vivenciada pelos condutores no exercício da profissão;

- Atualização de conhecimentos sobre novas tecnologias e procedimentos que tenham surgido no manejo e transporte de cargas.

(Nova Redação dada pela Resolução Contran 285/2008)

DOCUMENTAÇÃO PARA HOMOLOGAÇÃO DE CURSO A DISTANCIA PARA
RECICLAGEM DE CONDUTORES INFRATORES, JUNTO AO ORGÃO MÁXIMO
EXECUTIVO DE TRÂNSITO DA UNIÃO

A solicitação de homologação para a oferta de curso a distância para reciclagem de condutores infratores deve ser feita por meio de ofício próprio que disponha, em papel timbrado da entidade requerente, a razão social, endereço fiscal e eletrônico, CNPJ e o respectivo projeto. A estes elementos deve-se, ainda, anexar a documentação comprobatória pertinente.

A requisição de homologação para a reciclagem de infratores do Código de Trânsito Brasileiro através da modalidade de ensino a distância (EAD) está sujeita à avaliação de elementos obrigatórios [EO] e de elementos desejáveis [ED] facultativos que são acrescidos de pontuação específica e representam pontos de enriquecimento para o credenciamento do projeto apresentado. Este, ainda, deve estar em conformidade com as orientações desta resolução, para a reciclagem de infratores do Código de Trânsito Brasileiro.

Durante o processo de homologação, a entidade requerente deve disponibilizar uma apresentação do curso concluído.

PROEJETO			
	EO	ED	Pontuação Máxima
1 Proposta Pedagógica	<input type="checkbox"/>		
1.1 Compreensão da Problemática e Fundamentação Teórica	<input type="checkbox"/>		
1.2 Objetivos	<input type="checkbox"/>		
1.3 Conteúdos	<input type="checkbox"/>		
1.4 Definição de Estrutura Modular do Curso	<input type="checkbox"/>		
1.5 Detalhamento da Análise de Tarefas		<input type="checkbox"/>	30
1.6 Competências e Habilidades Auferidas		<input type="checkbox"/>	25
1.7 Metodologia	<input type="checkbox"/>		
1.8 Justificativa das Mídias e Tecnologias Utilizadas	<input type="checkbox"/>		
1.9 Formas de Interação e de Interatividade	<input type="checkbox"/>		
1.10 Formas de Auto-Avaliação (Simulados)		<input type="checkbox"/>	25
1.11 Estrutura de Navegabilidade		<input type="checkbox"/>	20
1.12 Suporte Pedagógico (Tutoria On-line)	<input type="checkbox"/>		
2 Equipe Multidisciplinar (Capacitação dos profissionais envolvidos e descrição das experiências que contribuem para o projeto)	<input type="checkbox"/>		
2.1 Pedagogo	<input type="checkbox"/>		

2.1.1 Título de Especialista ou Mestre		<input type="checkbox"/>	10
2.1.2 Título de Doutor		<input type="checkbox"/>	15
2.1.3 Experiência em EAD		<input type="checkbox"/>	25
2.1.4 Atividade de Docência e Pesquisa e IES (Instituição de Ensino Superior)		<input type="checkbox"/>	20
2.2 Engenheiro	<input type="checkbox"/>		
2.2.1 Título de Especialista ou Mestre		<input type="checkbox"/>	10
2.2.2 Experiência Comprovada em Engenharia de Trânsito		<input type="checkbox"/>	25
2.3 Médico	<input type="checkbox"/>		
2.3.1 Título de Especialista ou Mestre		<input type="checkbox"/>	10
2.3.2 Experiência Comprovada em Primeiros-socorros relacionados a Questões decorrentes de acidentes de Trânsito		<input type="checkbox"/>	25
2.4 Advogado	<input type="checkbox"/>		
2.4.1 Título de Especialista ou Mestre		<input type="checkbox"/>	10
2.4.2 Experiência Comprovada na área de Legislação de Trânsito		<input type="checkbox"/>	25
2.5 Psicólogo		<input type="checkbox"/>	5
2.5.1 Título de Especialista ou Mestre		<input type="checkbox"/>	10
2.5.2 Experiência Comprovada em relação à situações de Stress em Grandes cidades e Aspectos		<input type="checkbox"/>	25

Comportamentais de Condutores de veículos			
3 Propriedade Intelectual	<input type="checkbox"/>		
3.1 Texto Base Utilizado para a Confecção do Curso é reconhecido pelo órgão máximo executivo de trânsito da União		<input type="checkbox"/>	25
4 Requisitos Técnicos e Tecnológicos	<input type="checkbox"/>		
4.1 Domínio Internet Registrado e Ativo	<input type="checkbox"/>		
4.2 Servidor dedicado com gerenciamento exclusivo para transmissão de troca de informações com o banco de dados do respectivo órgão ou entidade executivo de trânsito do Estado ou do Distrito Federal	<input type="checkbox"/>		
4.3 Infra-estrutura e Banda IP	<input type="checkbox"/>		
4.4 Firewall	<input type="checkbox"/>		
4.5 Estrutura de Recuperação de Desastre	<input type="checkbox"/>		
4.6 Escalabilidade	<input type="checkbox"/>		
4.7 Monitoração 7x24x365	<input type="checkbox"/>		
4.8 Atestado de Capacitação Técnica em Soluções de Internet e Desenvolvimento de Aplicações	<input type="checkbox"/>		
4.9 Comprovação de certificação do corpo técnico nas plataformas escolhidas		<input type="checkbox"/>	10

4.10 Desenho técnico da estrutura	<input type="checkbox"/>		
4.11 Criptografia para sigilo das senhas e dados dos usuários	<input type="checkbox"/>		
4.12 Infra-estrutura de Suporte Técnico		<input type="checkbox"/>	15
4.13 Ferramentas para identificação biométrica do condutor infrator para captura da foto e assinatura digitais	<input type="checkbox"/>		
5 Website do Curso	<input type="checkbox"/>		
5.1 Informações sobre o Curso de Reciclagem	<input type="checkbox"/>		
5.2 Caracterização das ferramentas e equipamentos necessários para a realização do curso		<input type="checkbox"/>	15
5.3 Descrição das Aplicações e Ferramentas disponibilizadas		<input type="checkbox"/>	15
5.4 Disponibilização de formas de contato com os Tutores do Curso e horários de Plantão de Atendimento	<input type="checkbox"/>		
5.5 Ferramentas disponibilizadas para interação entre Tutores e Alunos	<input type="checkbox"/>		
5.6 Informação dos locais das provas eletrônicas presenciais	<input type="checkbox"/>		
5.7 Compatibilidade com os Navegadores mais utilizados (IE, Netscape, Mozilla, etc.)		<input type="checkbox"/>	15

5.8 Apresentação de estudo de navegabilidade, usabilidade e ergonomia		☐	20
5.9 Guia de Orientação com informações sobre as características da EAD, Orientações para Estudo nesta Modalidade		☐	20
5.10 Detalhamento dos objetivos, competências e habilidades a serem alcançadas em cada um dos módulos previstos e sistemáticas de auto-avaliação e tempo		☐	20
6 Aplicação de prova eletrônica (teórica)	☐		
6.1 Identificação positiva do condutor infrator por meio de ferramentas biométricas 1:N e 1:1	☐		
6.2 Utilização de um banco de questões fornecido pelo respectivo órgão ou entidade executivo de trânsito do Estado ou do Distrito Federal para geração aleatória das questões da prova, apenas no momento em que o condutor infrator (aluno) é identificado	☐		
6.3 Tracking para acompanhamento da performance do condutor infrator (aluno)		☐	15
6.4 Realização de avaliações modulares		☐	15

6.5 Sistema de gerenciamento do tempo da prova	<input type="checkbox"/>		
6.6 Sistema de correção automática da prova e apresentação do respectivo resultado ao condutor infrator (aluno) imediatamente final da prova	<input type="checkbox"/>		
6.7 Geração aleatória da posição das alternativas de respostas da questão, bem como da posição da questão na prova			
6.8 Interface única através de Browser para cadastro de imagem e de impressão digital do condutor infrator (aluno)	<input type="checkbox"/>		
Total de Pontos Possível para Elementos Facultativos Desejáveis			500

No caso específico dos integrantes da equipe multidisciplinar é necessário anexar currículos e documentos pertinentes que comprovem a qualificação dos profissionais responsáveis pela concepção, desenvolvimento, implementação, acompanhamento e avaliação do curso, bem como a comprovação do tipo de vínculo contratual da equipe com a entidade requerente.

DOCUMENTAÇÃO PARA HOMOLOGAÇÃO DE CURSO A DISTANCIA DE ATUALIZAÇÃO PARA RENOVAÇÃO DE CNH, JUNTO AO ORGÃO MÁXIMO EXECUTIVO DE TRÂNSITO DA UNIÃO

A solicitação de homologação para a oferta de curso a distância de atualização para renovação de CNH deve ser feita por meio de ofício próprio que disponha, em papel timbrado da entidade requerente, a razão social, endereço

fiscal e eletrônico, CNPJ e o respectivo projeto. A estes elementos deve-se, ainda, anexar a documentação comprobatória pertinente.

A requisição de homologação de curso para a atualização para a renovação de CNH através da modalidade de ensino a distância (EAD) está sujeita à avaliação de elementos obrigatórios [EO] e de elementos desejáveis [ED] facultativos que são acrescidos de pontuação específica e representam pontos de enriquecimento para o credenciamento do projeto apresentado. Este, ainda, deve estar em conformidade com as orientações específicas desta resolução, para o curso de atualização para renovação de CNH.

Durante o processo de homologação, a entidade requerente deve disponibilizar uma apresentação do curso concluído.

PROEJETO			
	EO	ED	Pontuação Máxima
1 Proposta Pedagógica	<input type="checkbox"/>		
1.1 Compreensão da Problemática e Fundamentação Teórica	<input type="checkbox"/>		
1.2 Objetivos	<input type="checkbox"/>		
1.3 Conteúdos	<input type="checkbox"/>		
1.4 Definição de Estrutura Modular do Curso	<input type="checkbox"/>		
1.5 Detalhamento da Análise de Tarefas		<input type="checkbox"/>	30
1.6 Competências e Habilidades Auferidas		<input type="checkbox"/>	25
1.7 Metodologia	<input type="checkbox"/>		
1.8 Justificativa das Mídias e Tecnologias Utilizadas	<input type="checkbox"/>		

1.9 Formas de Interação e de Interatividade	<input type="checkbox"/>		
1.10 Formas de Auto-Avaliação (Simulados)		<input type="checkbox"/>	25
1.11 Estrutura de Navegabilidade		<input type="checkbox"/>	20
1.12 Suporte Pedagógico (Tutoria On-line)	<input type="checkbox"/>		
2 Equipe Multidisciplinar (Capacitação dos profissionais envolvidos e descrição das experiências que contribuem para o projeto)	<input type="checkbox"/>		
2.1 Pedagogo	<input type="checkbox"/>		
2.1.1 Título de Especialista ou Mestre		<input type="checkbox"/>	10
2.1.2 Título de Doutor		<input type="checkbox"/>	15
2.1.3 Experiência em EAD		<input type="checkbox"/>	25
2.1.4 Atividade de Docência e Pesquisa e IES (Instituição de Ensino Superior)		<input type="checkbox"/>	20
2.2 Engenheiro	<input type="checkbox"/>		
2.2.1 Título de Especialista ou Mestre		<input type="checkbox"/>	10
2.2.2 Experiência Comprovada em Engenharia de Trânsito		<input type="checkbox"/>	25
2.3 Médico	<input type="checkbox"/>		
2.3.1 Título de Especialista ou Mestre		<input type="checkbox"/>	10
2.3.2 Experiência Comprovada em Primeiros-socorros relacionados a		<input type="checkbox"/>	25

Questões decorrentes de acidentes de Trânsito			
2.4 Advogado	<input type="checkbox"/>		
2.4.1 Título de Especialista ou Mestre		<input type="checkbox"/>	10
2.4.2 Experiência Comprovada na área de Legislação de Trânsito		<input type="checkbox"/>	25
2.5 Psicólogo		<input type="checkbox"/>	5
2.5.1 Título de Especialista ou Mestre		<input type="checkbox"/>	10
2.5.2 Experiência Comprovada em relação à situações de Stress em Grandes cidades e Aspectos Comportamentais de Condutores de veículos		<input type="checkbox"/>	25
3 Propriedade Intelectual	<input type="checkbox"/>		
3.1 Texto Base Utilizado para a Confecção do Curso é reconhecido pelo órgão máximo executivo de trânsito da União		<input type="checkbox"/>	25
4 Requisitos Técnicos e Tecnológicos	<input type="checkbox"/>		
4.1 Domínio Internet Registrado e Ativo	<input type="checkbox"/>		
4.2 Servidor dedicado com gerenciamento exclusivo para transmissão de troca de informações com o banco de dados do respectivo órgão ou entidade executivo de trânsito do Estado ou do Distrito Federal	<input type="checkbox"/>		

4.3 Infra-estrutura e Banda IP	<input type="checkbox"/>		
4.4 Firewall	<input type="checkbox"/>		
4.5 Estrutura de Recuperação de Desastre	<input type="checkbox"/>		
4.6 Escalabilidade	<input type="checkbox"/>		
4.7 Monitoração 7x24x365	<input type="checkbox"/>		
4.8 Atestado de Capacitação Técnica em Soluções de Internet e Desenvolvimento de Aplicações	<input type="checkbox"/>		
4.9 Comprovação de certificação do corpo técnico nas plataformas escolhidas		<input type="checkbox"/>	10
4.10 Desenho técnico da estrutura	<input type="checkbox"/>		
4.11 Criptografia para sigilo das senhas e dados dos usuários	<input type="checkbox"/>		
4.12 Infra-estrutura de Suporte Técnico		<input type="checkbox"/>	15
4.13 Ferramentas para identificação biométrica do condutor infrator para captura da foto e assinatura digitais	<input type="checkbox"/>		
5 Website do Curso	<input type="checkbox"/>		
5.1 Informações sobre o Curso de Reciclagem	<input type="checkbox"/>		
5.2 Caracterização das ferramentas e equipamentos necessários para a realização do curso		<input type="checkbox"/>	15
5.3 Descrição das Aplicações e Ferramentas disponibilizadas		<input type="checkbox"/>	15

5.4 Disponibilização de formas de contato com os Tutores do Curso e horários de Plantão de Atendimento	<input type="checkbox"/>		
5.5 Ferramentas disponibilizadas para interação entre Tutores e Alunos	<input type="checkbox"/>		
5.6 Informação dos locais das provas eletrônicas presenciais	<input type="checkbox"/>		
5.7 Compatibilidade com os Navegadores mais utilizados (IE, Netscape, Mozilla, etc.)		<input type="checkbox"/>	15
5.8 Apresentação de estudo de navegabilidade, usabilidade e ergonomia		<input type="checkbox"/>	20
5.9 Guia de Orientação com informações sobre as características da EAD, Orientações para Estudo nesta Modalidade		<input type="checkbox"/>	20
5.10 Detalhamento dos objetivos, competências e habilidades a serem alcançadas em cada um dos módulos previstos e sistemáticas de auto-avaliação e tempo		<input type="checkbox"/>	20
6 Aplicação de prova eletrônica (teórica)	<input type="checkbox"/>		
6.1 Identificação positiva do condutor infrator por meio de ferramentas biométricas 1:N e 1:1	<input type="checkbox"/>		
6.2 Utilização de um banco de questões fornecido pelo respectivo	<input type="checkbox"/>		

órgão ou entidade executivo de trânsito do Estado ou do Distrito Federal para geração aleatória das questões da prova, apenas no momento em que o condutor infrator (aluno) é identificado			
6.3 Tracking para acompanhamento da performance do condutor infrator (aluno)		<input type="checkbox"/>	15
6.4 Realização de avaliações modulares		<input type="checkbox"/>	15
6.5 Sistema de gerenciamento do tempo da prova	<input type="checkbox"/>		
6.6 Sistema de correção automática da prova e apresentação do respectivo resultado ao condutor infrator (aluno) imediatamente final da prova	<input type="checkbox"/>		
6.7 Geração aleatória da posição das alternativas de respostas da questão, bem como da posição da questão na prova			
6.8 Interface única através de Browser para cadastro de imagem e de impressão digital do condutor infrator (aluno)	<input type="checkbox"/>		
Total de Pontos Possível para Elementos Facultativos Desejáveis			500

No caso específico dos integrantes da equipe multidisciplinar é necessário anexar currículos e documentos pertinentes que comprovem a qualificação dos

profissionais responsáveis pela concepção, desenvolvimento, implementação, acompanhamento e avaliação do curso, bem como a comprovação do tipo de vínculo contratual da equipe com a entidade requerente.

ANEXO E - RESOLUÇÃO CONTRAN Nº 277/08

RESOLUÇÃO Nº 277, DE 28 DE MAIO DE 2008

Dispõe sobre o transporte de menores de 10 anos e a utilização do dispositivo de retenção para o transporte de crianças em veículos.

O CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO - CONTRAN, no uso das atribuições legais que lhe confere o Art. 12, inciso I, da Lei 9503, de 23 de setembro de 1997 que institui o Código de Trânsito Brasileiro, e conforme o Decreto 4711 de 29 de maio de 2003, que trata da coordenação do Sistema Nacional de Trânsito, e

Considerando a necessidade de aperfeiçoar a regulamentação dos artigos 64 e 65, do Código de Trânsito Brasileiro;

Considerando ser necessário estabelecer as condições mínimas de segurança para o transporte de passageiros com idade inferior a dez anos em veículos, resolve:

Art.1º Para transitar em veículos automotores, os menores de dez anos deverão ser transportados nos bancos traseiros usando individualmente cinto de segurança ou sistema de retenção equivalente, na forma prevista no Anexo desta Resolução.

§1º. Dispositivo de retenção para crianças é o conjunto de elementos que contém uma combinação de tiras com fechos de travamento, dispositivo de ajuste, partes de fixação e, em certos casos, dispositivos como: um berço portátil porta-bebê, uma cadeirinha auxiliar ou uma proteção anti-choque que devem ser fixados ao veículo, mediante a utilização dos cintos de segurança ou outro equipamento apropriado instalado pelo fabricante do veículo com tal finalidade.

§2º. Os dispositivos mencionados no parágrafo anterior são projetados para reduzir o risco ao usuário em casos de colisão ou de desaceleração repentina do veículo, limitando o deslocamento do corpo da criança com idade até sete anos e meio.

§ 3º As exigências relativas ao sistema de retenção, no transporte de crianças com até sete anos e meio de idade, não se aplicam aos veículos de transporte coletivo, aos de aluguel, aos de transporte autônomo de passageiro (táxi), aos veículos escolares e aos demais veículos com peso bruto total superior a 3,5t.

Art. 2º Na hipótese de a quantidade de crianças com idade inferior a dez anos exceder a capacidade de lotação do banco traseiro, será admitido o transporte daquela de maior estatura no banco dianteiro, utilizando o cinto de segurança do veículo ou dispositivo de retenção adequado ao seu peso e altura.

Parágrafo único. Excepcionalmente, nos veículos dotados exclusivamente de banco dianteiro, o transporte de crianças com até dez anos de idade poderá ser realizado neste banco, utilizando-se sempre o dispositivo de retenção adequado ao peso e altura da criança.

Art. 3º. Nos veículos equipados com dispositivo suplementar de retenção (airbag), para o passageiro do banco dianteiro, o transporte de crianças com até dez anos de idade neste banco, conforme disposto no Artigo 2º e seu parágrafo, poderá ser realizado desde que utilizado o dispositivo de retenção adequado ao seu peso e altura e observados os seguintes requisitos:

I – É vedado o transporte de crianças com até sete anos e meio de idade, em dispositivo de retenção posicionado em sentido contrário ao da marcha do veículo.

II – É permitido o transporte de crianças com até sete anos e meio de idade, em dispositivo de retenção posicionado no sentido de marcha do veículo, desde que não possua bandeja, ou acessório equivalente, incorporado ao dispositivo de retenção;

III - Salvo instruções específicas do fabricante do veículo, o banco do passageiro dotado de airbag deverá ser ajustado em sua última posição de recuo, quando ocorrer o transporte de crianças neste banco.

Art. 4º. Com a finalidade de ampliar a segurança dos ocupantes, adicionalmente às prescrições desta Resolução, o fabricante e/ou montador e/ou importador do veículo poderá estabelecer condições e/ou restrições específicas para o uso do dispositivo de retenção para crianças com até sete anos e meio de idade em seus veículos, sendo que tais prescrições deverão constar do manual do proprietário.

Parágrafo único. Na ocorrência da hipótese prevista no caput deste artigo, o fabricante ou importador deverá comunicar a restrição ao DENATRAN no requerimento de concessão da marca/modelo/versão ou na atualização do Certificado de Adequação à Legislação de Trânsito (CAT)

Art. 5º. Os manuais dos veículos automotores, em geral, deverão conter informações a respeito dos cuidados no transporte de crianças, da necessidade de dispositivos de retenção e da importância de seu uso na forma do artigo 338 do CTB.

Art 6º. O transporte de crianças em desatendimento ao disposto nesta Resolução sujeitará os infratores às sanções do artigo 168, do Código de Trânsito Brasileiro.

Art 7º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeito nos seguintes prazos:

I - a partir da data da publicação desta Resolução as autoridades de trânsito e seus agentes deverão adotar medidas de caráter educativo para esclarecimento dos usuários dos veículos quanto à necessidade do atendimento das prescrições relativas ao transporte de crianças;

II - a partir de 360 (trezentos e sessenta) dias após a publicação desta Resolução, os órgãos e entidades componentes do Sistema Nacional de Trânsito

deverão iniciar campanhas educativas para esclarecimento dos condutores dos veículos no tocante aos requisitos obrigatórios relativos ao transporte de crianças;

III - Em 730 dias, após a publicação desta Resolução, os órgãos e entidades componentes do Sistema Nacional de Trânsito fiscalizarão o uso obrigatório do sistema de retenção para o transporte de crianças ou equivalente.

Art. 8º Transcorrido um ano da data da vigência plena desta Resolução, os órgãos executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal, bem como as entidades que acompanharem a execução da presente Resolução, deverão remeter ao órgão executivo de trânsito da União, informações e estatísticas sobre a aplicação desta Resolução, seus benefícios, bem como sugestões para aperfeiçoamento das medidas ora adotadas.

Art. 9º O não cumprimento do disposto nesta Resolução sujeitará os infratores às penalidades prevista no art. 168 do CTB.

Art.10º Fica revogada a Resolução n.º 15, de 06 de janeiro de 1998, do CONTRAN

Alfredo Peres da Silva

Presidente

José Antonio Silvério

Ministério da Ciência e Tecnologia

Rui César da Silveira Barbosa

Ministério da Defesa

Elcione Diniz Macedo

Ministério das Cidades

Edson Dias Gonçalves

Ministério dos Transportes

Valter Chaves Costa

Ministério da Saúde

Marcelo Paiva dos Santos

Ministério da Justiça

A decorative graphic at the bottom of the page consisting of several overlapping, wavy, curved bands in shades of blue and white, creating a modern, abstract look.

DISPOSITIVO DE RETENÇÃO PARA TRANSPORTE DE CRIANÇAS EM VEÍCULOS AUTOMOTORES PARTICULARES

OBJETIVO: estabelecer condições mínimas de segurança de forma a reduzir o risco ao usuário em casos de colisão ou de desaceleração repentina do veículo, limitando o deslocamento do corpo da criança.

1 – As Crianças com até um ano de idade deverão utilizar, obrigatoriamente, o dispositivo de retenção denominado “bebê conforto ou conversível” (figura 1)

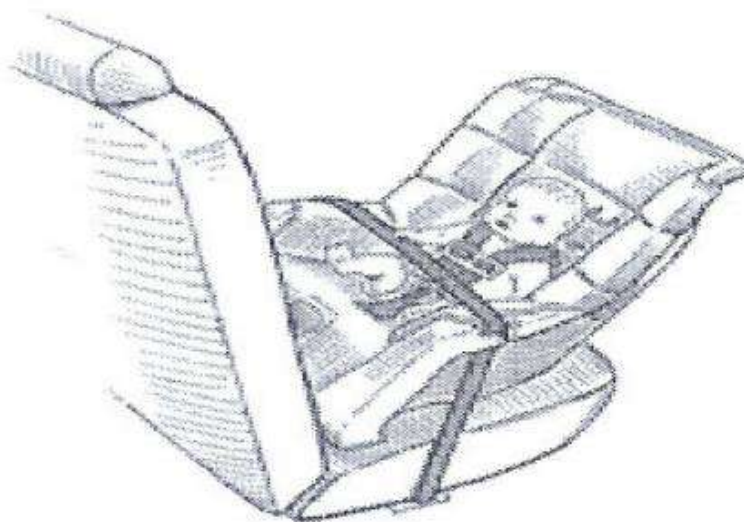


Figura 1

2 – As crianças com idade superior a um ano e inferior ou igual a quatro anos deverão utilizar, obrigatoriamente, o dispositivo de retenção denominado “cadeirinha” (figura 2)



Figura 2

3 – As crianças com idade superior a quatro anos e inferior ou igual a sete anos e meio deverão utilizar o dispositivo de retenção denominado “assento de elevação”.



Figura 3

4 – As crianças com idade superior a sete anos e meio e inferior ou igual a dez anos deverão utilizar o cinto de segurança do veículo (figura 4).



Figura 4

A presente Resolução do CONTRAN de nº 277 de 28/05/2008 sofreu alterações pelas Resoluções:

RESOLUÇÃO Nº 352, DE 14 DE JUNHO DE 2010:

Dá nova redação ao inciso III do art.7.º da Resolução nº 277, de 28 de maio de 2008, do CONTRAN.

O CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO - CONTRAN, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 12, da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro - CTB, e conforme o disposto no Decreto nº 4.711, de 29 de maio de 2003, que trata da coordenação do Sistema Nacional de Trânsito - SNT;

RESOLVE:

Art. 1.º Referendar a Deliberação n.º 95, de 07 de junho de 2010, do Presidente do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN, publicada no Diário Oficial da União em 08 de junho de 2010.

Art. 2.º Alterar o inciso III do art. 7.º da Resolução n.º 277, de 28 de maio de 2008, do CONTRAN passa a vigorar com a seguinte redação:

“III – A partir de 1.º de setembro de 2010, os órgãos e entidades componentes do Sistema Nacional de Trânsito fiscalizarão o uso obrigatório do sistema de retenção para o transporte de crianças ou equivalente”.

Art. 2.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Alfredo Peres da Silva

Presidente

Marcelo Paiva dos Santos

Ministério da Justiça

Rui César da Silveira Barbosa

Ministério da Defesa

Rone Evaldo Barbosa

Ministério dos Transportes

Esmeraldo Malheiros Santos

Ministério da Educação

Carlos Alberto Ferreira dos Santos

Ministério do Meio Ambiente

Elcione Diniz Macedo

Ministério das Cidades

RESOLUÇÃO Nº 639, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2016

Suspende a exigência prevista no § 4º do art. 1º da Resolução CONTRAN nº 277, de 28 de maio de 2008, com redação dada pela Resolução CONTRAN nº 541, de 15 de julho de 2015, de utilização de dispositivo de retenção para o transporte de crianças com até sete anos e meio de idade em veículos utilizados no transporte escolar.

O CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO (CONTRAN), no uso da competência que lhe confere o artigo 12, inciso I, da lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro e nos termos do disposto no Decreto nº 4.711, de 29 de maio de 2003, que trata da Coordenação do Sistema Nacional de Trânsito (SNT).

Considerando as dificuldades técnicas, econômicas e sociais para a adaptação dos veículos escolares em circulação para o uso dos dispositivos de retenção adequados para o transporte de crianças;

Considerando a baixa oferta no mercado de dispositivos de retenção para o transporte de crianças apropriados para o uso em veículos escolares dotados de cintos de segurança do tipo sub-abdominal;

Considerando as regulamentações técnicas das Nações Unidas (R44 e R129) referente à melhoria da segurança de crianças transportadas em veículos, utilizando dispositivos de retenção com sistema de ancoragem ISOFIX;

Considerando a necessidade de realização de estudos complementares para avaliar a efetividade da adaptação dos sistemas de retenção nos veículos já em circulação;

Considerando as conclusões da Audiência Pública promovida pela Comissão de Educação em conjunto com a Comissão de Viação e Transporte da

Câmara dos Deputados para debater a viabilidade do uso dos dispositivos de retenção para o transporte de crianças em veículos escolares;

Considerando o constante dos autos dos processos nº 80000.120929/2016-69, nº 80000.121034/2016-41, nº 80000.119292/2016-68 e nº 80000.113650/2016-29,

RESOLVE:

Art. 1º Suspender a exigência prevista no § 4º do art. 1º da Resolução CONTRAN nº 277, de 28 de maio de 2008, com redação dada pela Resolução CONTRAN nº 541, de 15 de julho de 2015, de utilização de dispositivo de retenção para o transporte de crianças com até sete anos e meio de idade em veículos utilizados no transporte escolar, até que os referidos veículos sejam fabricados com cintos de três pontos e sistemas de ancoragem do tipo isofix.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor no data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogada a Resolução CONTRAN nº 562, de 22 de novembro de 2015.

Elmer Coelho Vicenzi

Presidente

Pedro de Souza da Silva

Ministério da Justiça e Cidadania

Alexandre Euzébio de Moraes

Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

Djailson Dantas de Medeiros

Ministério da Educação

Olavo de Andrade Lima Neto

Ministério das Cidades

Noboru Ofugi

Agência Nacional de Transportes Terrestre

ANEXO F - ASPECTOS DA LEI Nº 8.666 DE 21 DE JUNHO DE 1993.

Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993

CAPÍTULO II

SEÇÃO II

DA HABILITAÇÃO

Art. 27. Para a habilitação nas licitações exigir-se-á dos interessados, exclusivamente, documentação relativa a:

I - habilitação jurídica;

II - qualificação técnica;

III - qualificação econômico-financeira;

IV - regularidade fiscal e trabalhista;

V - cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

Art. 28. A documentação relativa à habilitação jurídica, conforme o caso, consistirá em:

I - cédula de identidade;

II - registro comercial, no caso de empresa individual;

III - ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

IV - inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

V – decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

Art. 29. A documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista, conforme o caso, consistirá em:

I – prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Geral de Contribuintes (CGC);

II – prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

III – prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

IV – prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

V – prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº5.452, de 1º de maio de 1943.

Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

I – registro ou inscrição na entidade profissional competente;

II – comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

III - comprovação, fornecida pelo órgão licitante, de que recebeu os documentos, e, quando exigido, de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

IV - prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso.

§ 1º A comprovação de aptidão referida no inciso II do "caput" deste artigo, no caso das licitações pertinentes a obras e serviços, será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, limitadas as exigências a:

I - capacitação técnico-profissional: comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, vedadas as exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos;

II - (Vetado). (Incluído pela Lei nº 8.883, de 1994)

a) (Vetado). (Incluído pela Lei nº 8.883, de 1994)

b) (Vetado). (Incluído pela Lei nº 8.883, de 1994)

§ 2º As parcelas de maior relevância técnica e de valor significativo, mencionadas no parágrafo anterior, serão definidas no instrumento convocatório.

§ 3º Será sempre admitida a comprovação de aptidão através de certidões ou atestados de obras ou serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior.

§ 4º Nas licitações para fornecimento de bens, a comprovação de aptidão, quando for o caso, será feita através de atestados fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado.

§ 5º É vedada a exigência de comprovação de atividade ou de aptidão com limitações de tempo ou de época ou ainda em locais específicos, ou quaisquer outras não previstas nesta Lei, que inibam a participação na licitação.

§ 6º As exigências mínimas relativas a instalações de canteiros, máquinas, equipamentos e pessoal técnico especializado, considerados essenciais para o cumprimento do objeto da licitação, serão atendidas mediante a apresentação de relação explícita e da declaração formal da sua disponibilidade, sob as penas cabíveis, vedada as exigências de propriedade e de localização prévia.

§ 7º (Vetado). (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

I - (Vetado). (Incluído pela Lei nº 8.883, de 1994)

II - (Vetado). (Incluído pela Lei nº 8.883, de 1994)

§ 8º No caso de obras, serviços e compras de grande vulto, de alta complexidade técnica, poderá a Administração exigir dos licitantes a metodologia de execução, cuja avaliação, para efeito de sua aceitação ou não, antecederá sempre à análise dos preços e será efetuada exclusivamente por critérios objetivos.

§ 9º Entende-se por licitação de alta complexidade técnica aquela que envolva alta especialização, como fator de extrema relevância para garantir a execução do objeto a ser contratado, ou que possa comprometer a continuidade da prestação de serviços públicos essenciais.

§ 10. Os profissionais indicados pelo licitante para fins de comprovação da capacitação técnico-operacional de que trata o inciso I do § 1º deste artigo deverão participar da obra ou serviço objeto da licitação, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela administração.

§ 11. (Vetado). (Incluído pela Lei nº 8.883, de 1994)

§ 12. (Vetado). (Incluído pela Lei nº 8.883, de 1994)

Art. 31. A documentação relativa à qualificação econômico-financeira limitar-se-á a:

I - balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

II - certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física;

III - garantia, nas mesmas modalidades e critérios previstos no "caput" e § 1º do art. 56 desta Lei, limitada a 1% (um por cento) do valor estimado do objeto da contratação.

§ 1º A exigência de índices limitar-se-á à demonstração da capacidade financeira do licitante com vistas aos compromissos que terá que assumir caso lhe seja adjudicado o contrato, vedada a exigência de valores mínimos de faturamento anterior, índices de rentabilidade ou lucratividade.

§ 2º A Administração, nas compras para entrega futura e na execução de obras e serviços, poderá estabelecer, no instrumento convocatório da licitação, a exigência de capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo, ou ainda as garantias previstas no § 1º do art. 56 desta Lei, como dado objetivo de comprovação da qualificação econômico-financeira dos licitantes e para efeito de garantia ao adimplemento do contrato a ser ulteriormente celebrado.

§ 3º O capital mínimo ou o valor do patrimônio líquido a que se refere o parágrafo anterior não poderá exceder a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta, na forma da lei, admitida a atualização para esta data através de índices oficiais.

§ 4º Poderá ser exigida, ainda, a relação dos compromissos assumidos pelo licitante que importem diminuição da capacidade operativa ou absorção de disponibilidade financeira, calculada está em função do patrimônio líquido atualizado e sua capacidade de rotação.

§ 5º A comprovação de boa situação financeira da empresa será feita de forma objetiva, através do cálculo de índices contábeis previstos no edital e devidamente justificados no processo administrativo da licitação que tenha dado início ao certame licitatório, vedada a exigência de índices e valores não usualmente adotados para correta avaliação de situação financeira suficiente ao cumprimento das obrigações decorrentes da licitação.

§ 6º (Vetado). (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

Art. 32. Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da administração ou publicação em órgão da imprensa oficial.

§ 1º A documentação de que tratam os arts. 28 a 31 desta Lei poderá ser dispensada, no todo ou em parte, nos casos de convite, concurso, fornecimento de bens para pronta entrega e leilão.

§ 2º O certificado de registro cadastral a que se refere o § 1º do art. 36 substitui os documentos enumerados nos arts. 28 a 31, quanto às informações disponibilizadas em sistema informatizado de consulta direta indicado no edital, obrigando-se a parte a declarar, sob as penalidades legais, a superveniência de fato impeditivo da habilitação.

§ 3º A documentação referida neste artigo poderá ser substituída por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que previsto no edital e o registro tenha sido feito em obediência ao disposto nesta Lei.

§ 4º As empresas estrangeiras que não funcionem no País, tanto quanto possível, atenderão, nas licitações internacionais, às exigências dos parágrafos

anteriores mediante documentos equivalentes, autenticados pelos respectivos consulados e traduzidos por tradutor juramentado, devendo ter representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

§ 5º Não se exigirá, para a habilitação de que trata este artigo, prévio recolhimento de taxas ou emolumentos, salvo os referentes a fornecimento do edital, quando solicitado, com os seus elementos constitutivos, limitados ao valor do custo efetivo de reprodução gráfica da documentação fornecida.

§ 6º O disposto no § 4º deste artigo, no § 1º do art. 33 e no § 2º do art. 55, não se aplica às licitações internacionais para a aquisição de bens e serviços cujo pagamento seja feito com o produto de financiamento concedido por organismo financeiro internacional de que o Brasil faça parte, ou por agência estrangeira de cooperação, nem nos casos de contratação com empresa estrangeira, para a compra de equipamentos fabricados e entregues no exterior, desde que para este caso tenha havido prévia autorização do Chefe do Poder Executivo, nem nos casos de aquisição de bens e serviços realizada por unidades administrativas com sede no exterior.

§ 7º A documentação de que tratam os arts. 28 a 31 e este artigo poderá ser dispensada, nos termos de regulamento, no todo ou em parte, para a contratação de produto para pesquisa e desenvolvimento, desde que para pronta entrega ou até o valor previsto na alínea “a” do inciso II do caput do art. 23.

CAPÍTULO III

SEÇÃO I

Art. 54. Os contratos administrativos de que trata esta Lei regulam-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

§ 1º Os contratos devem estabelecer com clareza e precisão as condições para sua execução, expressas em cláusulas que definam os direitos, obrigações e responsabilidades das partes, em conformidade com os termos da licitação e da proposta a que se vinculam.

§ 2º Os contratos decorrentes de dispensa ou de inexigibilidade de licitação devem atender aos termos do ato que os autorizou e da respectiva proposta.

Art. 55. São cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam:

I - o objeto e seus elementos característicos;

II - o regime de execução ou a forma de fornecimento;

III - o preço e as condições de pagamento, os critérios, data-base e periodicidade do reajustamento de preços, os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento;

IV - os prazos de início de etapas de execução, de conclusão, de entrega, de observação e de recebimento definitivo, conforme o caso;

V - o crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica;

VI - as garantias oferecidas para assegurar sua plena execução, quando exigidas;

VII - os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas;

VIII - os casos de rescisão;

IX - o reconhecimento dos direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 desta Lei;

X - as condições de importação, a data e a taxa de câmbio para conversão, quando for o caso;

XI - a vinculação ao edital de licitação ou ao termo que a dispensou ou a inexigiu, ao convite e à proposta do licitante vencedor;

XII - a legislação aplicável à execução do contrato e especialmente aos casos omissos;

XIII - a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação

§ 1º (Vetado). (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

§ 2º Nos contratos celebrados pela Administração Pública com pessoas físicas ou jurídicas, inclusive aquelas domiciliadas no estrangeiro, deverá constar necessariamente cláusula que declare competente o foro da sede da Administração para dirimir qualquer questão contratual, salvo o disposto no § 6º do art. 32 desta Lei.

§ 3º No ato da liquidação da despesa, os serviços de contabilidade comunicarão, aos órgãos incumbidos da arrecadação e fiscalização de tributos da União, Estado ou Município, as características e os valores pagos, segundo o disposto no art. 63 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 56. A critério da autoridade competente, em cada caso, e desde que prevista no instrumento convocatório, poderá ser exigida prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e compras.

§ 1º Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia: (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

I - caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda; (Redação dada pela Lei nº 11.079, de 2004)

II - seguro-garantia; (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

III - fiança bancária. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 8.6.94)

§ 2º A garantia a que se refere o caput deste artigo não excederá a cinco por cento do valor do contrato e terá seu valor atualizado nas mesmas condições daquele, ressalvado o previsto no parágrafo 3º deste artigo.

§ 3º Para obras, serviços e fornecimentos de grande vulto envolvendo alta complexidade técnica e riscos financeiros consideráveis, demonstrados através de parecer tecnicamente aprovado pela autoridade competente, o limite de garantia previsto no parágrafo anterior poderá ser elevado para até dez por cento do valor do contrato.

§ 4º A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a execução do contrato e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.

§ 5º Nos casos de contratos que importem na entrega de bens pela Administração, dos quais o contratado ficará depositário, ao valor da garantia deverá ser acrescido o valor desses bens.

Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:

I - aos projetos cujos produtos estejam contemplados nas metas estabelecidas no Plano Plurianual, os quais poderão ser prorrogados se houver interesse da Administração e desde que isso tenha sido previsto no ato convocatório;

II - à prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração, limitada a sessenta meses; (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998)

III - (Vetado). (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

IV - ao aluguel de equipamentos e à utilização de programas de informática, podendo a duração estender-se pelo prazo de até 48 (quarenta e oito) meses após o início da vigência do contrato.

V - às hipóteses previstas nos incisos IX, XIX, XXVIII e XXXI do art. 24, cujos contratos poderão ter vigência por até 120 (cento e vinte) meses, caso haja interesse da Administração. (Incluído pela Lei nº 12.349, de 2010)

§ 1º Os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega admitem prorrogação, mantidas as demais cláusulas do contrato e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos seguintes motivos, devidamente autuados em processo:

I - alteração do projeto ou especificações, pela Administração;

II - superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;

III - interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo de trabalho por ordem e no interesse da Administração;

IV - aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos por esta Lei;

V - impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência;

VI - omissão ou atraso de providências a cargo da Administração, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis.

§ 2º Toda prorrogação de prazo deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente para celebrar o contrato.

§ 3º É vedado o contrato com prazo de vigência indeterminado.

§ 4º Em caráter excepcional, devidamente justificado e mediante autorização da autoridade superior, o prazo de que trata o inciso II do caput deste artigo poderá ser prorrogado por até doze meses.

Art. 58. O regime jurídico dos contratos administrativos instituído por esta Lei confere à Administração, em relação a eles, a prerrogativa de:

I - modificá-los, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do contratado;

II - rescindi-los, unilateralmente, nos casos especificados no inciso I do art. 79 desta Lei;

III - fiscalizar-lhes a execução;

IV - aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

V - nos casos de serviços essenciais, ocupar provisoriamente bens móveis, imóveis, pessoal e serviços vinculados ao objeto do contrato, na hipótese da necessidade de acautelar apuração administrativa de faltas contratuais pelo contratado, bem como na hipótese de rescisão do contrato administrativo.

§ 1º As cláusulas econômico-financeiras e monetárias dos contratos administrativos não poderão ser alteradas sem prévia concordância do contratado.

§ 2º Na hipótese do inciso I deste artigo, as cláusulas econômico-financeiras do contrato deverão ser revistas para que se mantenha o equilíbrio contratual.

Art. 59. A declaração de nulidade do contrato administrativo opera retroativamente impedindo os efeitos jurídicos que ele, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.

Parágrafo único. A nulidade não exonera a Administração do dever de indenizar o contratado pelo que este houver executado até a data em que ela for declarada e por outros prejuízos regularmente comprovados, contanto que não lhe seja imputável, promovendo-se a responsabilidade de quem lhe deu causa.



A ASSESSORA, no uso de suas atribuições que lhe confere a Portaria n. 3392/2019/SEGEp-NCSR de 27.3.2019, publicado no DOE, Edição 057, de 28.3.2019,

Considerando, Requerimento 0041771317 SEDUC-EEEFMPI, Despacho 0041940080 SEDUC-GLMS, que consta no Processo n. 0029.053375/2023-59,

R E S O L V E:

Conceder Licença Prêmio por Assiduidade, de acordo com o Artigo 123, da Lei Complementar n. 68 de 9.12.1992, à servidora **MARIA DE FATIMA RODRIGUES**, Professor Classe C - Ch 40, Matrícula n. *****679, pertencente ao Quadro Permanente de Pessoal Civil do Estado de Rondônia, lotada na Secretaria de Estado da Educação/SEDUC/São Miguel do Guaporé, no período de **1.2.2024 a 30.4.2024**, referente ao 2º quinquênio de 15.6.2015 a 20.1.2022.

Anna Polliana Oliveira Arivabene Coelho

Assessor - SEGEp

Portaria n. 3392/2019/SEGEp-NCSR

Protocolo 0045543451

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES - SUPEL

AVISO

Aviso de Reabertura

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 078/2021/SUPEL/RO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0036.383334/2020-52

OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de Porta Pallets, visando atender a demanda das unidades desta SESAU, por um período de 12 (doze) meses.

A Superintendência Estadual de Licitações, através da Pregoeira, nomeada através Portaria nº 08/2024/SUPEL/CI, publicada no DOE 10/01/2024, torna público aos interessados, em especial as empresas que retiraram o instrumento convocatório, que foi respondido os pedidos de impugnações e esclarecimentos. Informa que o mesmo **SOFREU ALTERAÇÕES**, e que o **ADENDO MODIFICADOR I**, está disponível na íntegra nos sites: www.gov.br/compras ou www.rondonia.ro.gov.br/supel. Desta forma, sugerimos aos licitantes e interessados, que procedam à retirada do Edital, devidamente ratificado, para conhecimento de todas as alterações realizadas. Informamos ainda, que o certame em epigrafe antes suspenso, fica estabelecido novo prazo de abertura para o dia **19/02/2024 às 10h00min** (horário de Brasília - DF). Eventuais dúvidas poderão ser sanadas junto ao Pregoeiro e equipe de apoio através dos telefones (69) 3212-9243 ou pelo e-mail: atendimentosupel@gmail.com. Porto Velho/ RO, 29 de janeiro de 2024.

Bruna Karen Borges Rodrigues

Pregoeira - SUPEL/RO

Protocolo 0045521676

Portaria nº 19 de 29 de janeiro de 2024

Atualiza a tabela de preços referenciais do **Caderno Técnico de Transporte Escolar para o ano de 2024**, e revoga a Portaria nº 136 de 25 de setembro de 2023, no âmbito da Superintendência Estadual de Compras e Licitações de Rondônia - SUPEL/RO.

O **SUPERINTENDENTE DE COMPRAS E LICITAÇÕES DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso das atribuições legais e regimentais previstas nos termos do art. 5º, inciso V, do Decreto nº 27.948, de 01 de março de 2023 e do art. 43 da Lei Complementar n. 965, de 20 de dezembro de 2017;

CONSIDERANDO art. 13, inciso VI, do Decreto nº 27.948, de 01 de março de 2023, que dispõe sobre à competência da Coordenadoria de Pesquisa e Análise de Preços para criação de cadernos técnicos que objetivem o interesse público pertinente à composição dos preços públicos dos processos licitatórios;

CONSIDERANDO a PORTARIA CONJUNTA Nº 10, DE 12 DE JANEIRO DE 2024, publicada no DOE n.º 10, p. 56, de 16 de janeiro de 2024 (id. 0045272152), que "Institui a Comissão Conjunta de Estudo e Elaboração do Caderno Técnico de Transporte Escolar do Estado de Rondônia, no âmbito da Superintendência Estadual de Compras e Licitações de Rondônia - SUPEL/RO, em conjunto com a Secretária de Estado da Educação - SEDUC/RO."

CONSIDERANDO ajustes nos preços que compõem o cálculo do valor médio do transporte escolar para o Estado de Rondônia, bem como a necessidade de revisão e atualização da tabela de preços referenciais do Caderno Técnico

TABELA DE VALOR REFERÊNCIAL PREÇO POR TRECHO							REGIONAL - ARIQUEMES	
FAIXA POR KM	VALORES - R\$							
	ORE 1		ORE 1 (4X4)		ORE 2		ORE 3	
	PAVIMENTADO	NÃO PAVIMENTADO	PAVIMENTADO	NÃO PAVIMENTADO	PAVIMENTADO	NÃO PAVIMENTADO	PAVIMENTADO	NÃO PAVIMENTADO
Até 40 km	R\$ 23,16	R\$ 23,72	R\$ 25,95	R\$ 26,61	R\$ 24,33	R\$ 25,09	R\$ 25,49	R\$ 26,29
41 a 50 km	R\$ 19,25	R\$ 19,81	R\$ 21,61	R\$ 22,27	R\$ 20,45	R\$ 21,21	R\$ 21,44	R\$ 22,24
51 a 60 km	R\$ 16,64	R\$ 17,20	R\$ 18,72	R\$ 19,38	R\$ 17,86	R\$ 18,63	R\$ 18,73	R\$ 19,54
61 a 70 km	R\$ 14,78	R\$ 15,34	R\$ 16,65	R\$ 17,31	R\$ 16,02	R\$ 16,78	R\$ 16,80	R\$ 17,60
71 a 80 km	R\$ 13,39	R\$ 13,94	R\$ 15,11	R\$ 15,76	R\$ 14,63	R\$ 15,40	R\$ 15,35	R\$ 16,16
81 a 90 km	R\$ 12,30	R\$ 12,86	R\$ 13,90	R\$ 14,56	R\$ 13,56	R\$ 14,32	R\$ 14,23	R\$ 15,03
91 a 100 km	R\$ 11,43	R\$ 11,99	R\$ 12,94	R\$ 13,59	R\$ 12,70	R\$ 13,46	R\$ 13,33	R\$ 14,13
101 a 110 km	R\$ 10,72	R\$ 11,28	R\$ 12,15	R\$ 12,80	R\$ 11,99	R\$ 12,75	R\$ 12,59	R\$ 13,39
111 a 120 km	R\$ 10,13	R\$ 10,68	R\$ 11,49	R\$ 12,14	R\$ 11,40	R\$ 12,17	R\$ 11,97	R\$ 12,78
121 a 130 km	R\$ 9,63	R\$ 10,18	R\$ 10,93	R\$ 11,59	R\$ 10,91	R\$ 11,67	R\$ 11,45	R\$ 12,26
131 a 140 km	R\$ 9,20	R\$ 9,75	R\$ 10,46	R\$ 11,11	R\$ 10,48	R\$ 11,24	R\$ 11,01	R\$ 11,81
141 a 150 km	R\$ 8,82	R\$ 9,38	R\$ 10,04	R\$ 10,70	R\$ 10,11	R\$ 10,87	R\$ 10,62	R\$ 11,42
Acima de 150 km	R\$ 8,50	R\$ 9,05	R\$ 9,68	R\$ 10,34	R\$ 9,79	R\$ 10,55	R\$ 10,28	R\$ 11,09

TABELA DE VALOR REFERÊNCIAL PREÇO POR TRECHO							REGIONAL - CACOAL	
FAIXA POR KM	VALORES - R\$							
	ORE 1		ORE 1 (4X4)		ORE 2		ORE 3	
	PAVIMENTADO	NÃO PAVIMENTADO	PAVIMENTADO	NÃO PAVIMENTADO	PAVIMENTADO	NÃO PAVIMENTADO	PAVIMENTADO	NÃO PAVIMENTADO
Até 40 km	R\$ 23,23	R\$ 23,80	R\$ 26,02	R\$ 26,69	R\$ 24,44	R\$ 25,22	R\$ 25,61	R\$ 26,43
41 a 50 km	R\$ 19,32	R\$ 19,88	R\$ 21,68	R\$ 22,35	R\$ 20,56	R\$ 21,34	R\$ 21,55	R\$ 22,37
51 a 60 km	R\$ 16,71	R\$ 17,28	R\$ 18,79	R\$ 19,45	R\$ 17,98	R\$ 18,76	R\$ 18,85	R\$ 19,67
61 a 70 km	R\$ 14,85	R\$ 15,42	R\$ 16,72	R\$ 17,39	R\$ 16,13	R\$ 16,91	R\$ 16,91	R\$ 17,74
71 a 80 km	R\$ 13,45	R\$ 14,02	R\$ 15,17	R\$ 15,84	R\$ 14,75	R\$ 15,53	R\$ 15,47	R\$ 16,29
81 a 90 km	R\$ 12,37	R\$ 12,93	R\$ 13,97	R\$ 14,63	R\$ 13,67	R\$ 14,45	R\$ 14,34	R\$ 15,16
91 a 100 km	R\$ 11,50	R\$ 12,06	R\$ 13,00	R\$ 13,67	R\$ 12,81	R\$ 13,59	R\$ 13,44	R\$ 14,26
101 a 110 km	R\$ 10,79	R\$ 11,35	R\$ 12,21	R\$ 12,88	R\$ 12,10	R\$ 12,88	R\$ 12,70	R\$ 13,52
111 a 120 km	R\$ 10,19	R\$ 10,76	R\$ 11,56	R\$ 12,22	R\$ 11,52	R\$ 12,30	R\$ 12,09	R\$ 12,91
121 a 130 km	R\$ 9,69	R\$ 10,26	R\$ 11,00	R\$ 11,67	R\$ 11,02	R\$ 11,80	R\$ 11,57	R\$ 12,39
131 a 140 km	R\$ 9,26	R\$ 9,83	R\$ 10,52	R\$ 11,19	R\$ 10,59	R\$ 11,37	R\$ 11,12	R\$ 11,94
141 a 150 km	R\$ 8,89	R\$ 9,46	R\$ 10,11	R\$ 10,78	R\$ 10,23	R\$ 11,00	R\$ 10,74	R\$ 11,56
Acima de 150 km	R\$ 8,57	R\$ 9,13	R\$ 9,75	R\$ 10,41	R\$ 9,90	R\$ 10,68	R\$ 10,40	R\$ 11,22

TABELA DE VALOR REFERÊNCIAL PREÇO POR TRECHO					REGIONAL - JI-PARANÁ			
FAIXA POR KM	VALORES - R\$							
	ORE 1		ORE 1 (4X4)		ORE 2		ORE 3	
	PAVIMENTADO	NÃO PAVIMENTADO	PAVIMENTADO	NÃO PAVIMENTADO	PAVIMENTADO	NÃO PAVIMENTADO	PAVIMENTADO	NÃO PAVIMENTADO
Até 40 km	R\$ 23,40	R\$ 24,00	R\$ 26,19	R\$ 26,89	R\$ 24,73	R\$ 25,55	R\$ 25,90	R\$ 26,76
41 a 50 km	R\$ 19,49	R\$ 20,09	R\$ 21,85	R\$ 22,55	R\$ 20,85	R\$ 21,68	R\$ 21,84	R\$ 22,71
51 a 60 km	R\$ 16,89	R\$ 17,48	R\$ 18,96	R\$ 19,65	R\$ 18,27	R\$ 19,09	R\$ 19,14	R\$ 20,00
61 a 70 km	R\$ 15,02	R\$ 15,62	R\$ 16,90	R\$ 17,59	R\$ 16,42	R\$ 17,25	R\$ 17,21	R\$ 18,07
71 a 80 km	R\$ 13,63	R\$ 14,22	R\$ 15,35	R\$ 16,04	R\$ 15,04	R\$ 15,86	R\$ 15,76	R\$ 16,62
81 a 90 km	R\$ 12,54	R\$ 13,13	R\$ 14,14	R\$ 14,83	R\$ 13,96	R\$ 14,79	R\$ 14,63	R\$ 15,50
91 a 100 km	R\$ 11,67	R\$ 12,26	R\$ 13,18	R\$ 13,87	R\$ 13,10	R\$ 13,92	R\$ 13,73	R\$ 14,60
101 a 110 km	R\$ 10,96	R\$ 11,55	R\$ 12,39	R\$ 13,08	R\$ 12,40	R\$ 13,22	R\$ 12,99	R\$ 13,86
111 a 120 km	R\$ 10,37	R\$ 10,96	R\$ 11,73	R\$ 12,42	R\$ 11,81	R\$ 12,63	R\$ 12,38	R\$ 13,24
121 a 130 km	R\$ 9,87	R\$ 10,46	R\$ 11,17	R\$ 11,87	R\$ 11,31	R\$ 12,14	R\$ 11,86	R\$ 12,72
131 a 140 km	R\$ 9,44	R\$ 10,03	R\$ 10,70	R\$ 11,39	R\$ 10,89	R\$ 11,71	R\$ 11,41	R\$ 12,28
141 a 150 km	R\$ 9,06	R\$ 9,66	R\$ 10,28	R\$ 10,98	R\$ 10,52	R\$ 11,34	R\$ 11,03	R\$ 11,89
Acima de 150 km	R\$ 8,74	R\$ 9,33	R\$ 9,92	R\$ 10,62	R\$ 10,19	R\$ 11,02	R\$ 10,69	R\$ 11,55

TABELA DE VALOR REFERÊNCIAL PREÇO POR TRECHO							REGIONAL - PORTO VELHO	
FAIXA POR KM	VALORES - R\$							
	ORE 1		ORE 1 (4X4)		ORE 2		ORE 3	
	PAVIMENTADO	NÃO PAVIMENTADO	PAVIMENTADO	NÃO PAVIMENTADO	PAVIMENTADO	NÃO PAVIMENTADO	PAVIMENTADO	NÃO PAVIMENTADO
Até 40 km	R\$ 23,19	R\$ 23,75	R\$ 25,98	R\$ 26,64	R\$ 24,37	R\$ 25,14	R\$ 25,54	R\$ 26,34
41 a 50 km	R\$ 19,28	R\$ 19,84	R\$ 21,64	R\$ 22,30	R\$ 20,49	R\$ 21,26	R\$ 21,48	R\$ 22,29
51 a 60 km	R\$ 16,67	R\$ 17,23	R\$ 18,75	R\$ 19,41	R\$ 17,91	R\$ 18,68	R\$ 18,78	R\$ 19,59
61 a 70 km	R\$ 14,81	R\$ 15,37	R\$ 16,68	R\$ 17,34	R\$ 16,06	R\$ 16,83	R\$ 16,84	R\$ 17,65
71 a 80 km	R\$ 13,41	R\$ 13,97	R\$ 15,13	R\$ 15,79	R\$ 14,68	R\$ 15,45	R\$ 15,40	R\$ 16,21
81 a 90 km	R\$ 12,33	R\$ 12,88	R\$ 13,93	R\$ 14,59	R\$ 13,60	R\$ 14,37	R\$ 14,27	R\$ 15,08
91 a 100 km	R\$ 11,46	R\$ 12,02	R\$ 12,96	R\$ 13,62	R\$ 12,74	R\$ 13,51	R\$ 13,37	R\$ 14,18
101 a 110 km	R\$ 10,75	R\$ 11,30	R\$ 12,17	R\$ 12,83	R\$ 12,03	R\$ 12,80	R\$ 12,63	R\$ 13,44
111 a 120 km	R\$ 10,15	R\$ 10,71	R\$ 11,51	R\$ 12,17	R\$ 11,45	R\$ 12,22	R\$ 12,02	R\$ 12,83
121 a 130 km	R\$ 9,65	R\$ 10,21	R\$ 10,96	R\$ 11,62	R\$ 10,95	R\$ 11,72	R\$ 11,50	R\$ 12,31
131 a 140 km	R\$ 9,22	R\$ 9,78	R\$ 10,48	R\$ 11,14	R\$ 10,52	R\$ 11,29	R\$ 11,05	R\$ 11,86
141 a 150 km	R\$ 8,85	R\$ 9,41	R\$ 10,07	R\$ 10,73	R\$ 10,16	R\$ 10,92	R\$ 10,66	R\$ 11,47
Acima de 150 km	R\$ 8,52	R\$ 9,08	R\$ 9,71	R\$ 10,37	R\$ 9,83	R\$ 10,60	R\$ 10,33	R\$ 11,14

TABELA DE VALOR REFERÊNCIAL PREÇO POR TRECHO					REGIONAL - SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ			
FAIXA POR KM	VALORES - R\$							
	ORE 1		ORE 1 (4X4)		ORE 2		ORE 3	
	PAVIMENTADO	NÃO PAVIMENTADO	PAVIMENTADO	NÃO PAVIMENTADO	PAVIMENTADO	NÃO PAVIMENTADO	PAVIMENTADO	NÃO PAVIMENTADO
Até 40 km	R\$ 23,22	R\$ 23,78	R\$ 26,01	R\$ 26,67	R\$ 24,42	R\$ 25,19	R\$ 25,58	R\$ 26,40
41 a 50 km	R\$ 19,31	R\$ 19,87	R\$ 21,67	R\$ 22,33	R\$ 20,54	R\$ 21,32	R\$ 21,53	R\$ 22,35
51 a 60 km	R\$ 16,70	R\$ 17,26	R\$ 18,78	R\$ 19,44	R\$ 17,96	R\$ 18,73	R\$ 18,82	R\$ 19,64
61 a 70 km	R\$ 14,84	R\$ 15,40	R\$ 16,71	R\$ 17,37	R\$ 16,11	R\$ 16,89	R\$ 16,89	R\$ 17,71
71 a 80 km	R\$ 13,44	R\$ 14,00	R\$ 15,16	R\$ 15,82	R\$ 14,73	R\$ 15,50	R\$ 15,44	R\$ 16,26
81 a 90 km	R\$ 12,35	R\$ 12,92	R\$ 13,95	R\$ 14,62	R\$ 13,65	R\$ 14,42	R\$ 14,32	R\$ 15,14
91 a 100 km	R\$ 11,48	R\$ 12,05	R\$ 12,99	R\$ 13,65	R\$ 12,79	R\$ 13,56	R\$ 13,42	R\$ 14,23
101 a 110 km	R\$ 10,77	R\$ 11,34	R\$ 12,20	R\$ 12,87	R\$ 12,08	R\$ 12,86	R\$ 12,68	R\$ 13,50
111 a 120 km	R\$ 10,18	R\$ 10,75	R\$ 11,54	R\$ 12,21	R\$ 11,50	R\$ 12,27	R\$ 12,07	R\$ 12,88
121 a 130 km	R\$ 9,68	R\$ 10,24	R\$ 10,99	R\$ 11,65	R\$ 11,00	R\$ 11,77	R\$ 11,55	R\$ 12,36
131 a 140 km	R\$ 9,25	R\$ 9,81	R\$ 10,51	R\$ 11,17	R\$ 10,57	R\$ 11,35	R\$ 11,10	R\$ 11,92
141 a 150 km	R\$ 8,88	R\$ 9,44	R\$ 10,10	R\$ 10,76	R\$ 10,20	R\$ 10,98	R\$ 10,71	R\$ 11,53
Acima de 150 km	R\$ 8,55	R\$ 9,12	R\$ 9,74	R\$ 10,40	R\$ 9,88	R\$ 10,66	R\$ 10,38	R\$ 11,19

TABELA DE VALOR REFERÊNCIAL PREÇO POR TRECHO							REGIONAL - VILHENA	
FAIXA POR KM	VALORES - R\$							
	ORE 1		ORE 1 (4X4)		ORE 2		ORE 3	
	PAVIMENTADO	NÃO PAVIMENTADO	PAVIMENTADO	NÃO PAVIMENTADO	PAVIMENTADO	NÃO PAVIMENTADO	PAVIMENTADO	NÃO PAVIMENTADO
Até 40 km	R\$ 23,17	R\$ 23,73	R\$ 25,96	R\$ 26,62	R\$ 24,34	R\$ 25,11	R\$ 25,51	R\$ 26,31
41 a 50 km	R\$ 19,26	R\$ 19,82	R\$ 21,62	R\$ 22,28	R\$ 20,47	R\$ 21,23	R\$ 21,45	R\$ 22,26
51 a 60 km	R\$ 16,65	R\$ 17,21	R\$ 18,73	R\$ 19,39	R\$ 17,88	R\$ 18,64	R\$ 18,75	R\$ 19,55
61 a 70 km	R\$ 14,79	R\$ 15,35	R\$ 16,66	R\$ 17,32	R\$ 16,03	R\$ 16,80	R\$ 16,82	R\$ 17,62
71 a 80 km	R\$ 13,40	R\$ 13,95	R\$ 15,11	R\$ 15,77	R\$ 14,65	R\$ 15,41	R\$ 15,37	R\$ 16,17
81 a 90 km	R\$ 12,31	R\$ 12,87	R\$ 13,91	R\$ 14,57	R\$ 13,57	R\$ 14,34	R\$ 14,24	R\$ 15,05
91 a 100 km	R\$ 11,44	R\$ 12,00	R\$ 12,95	R\$ 13,60	R\$ 12,71	R\$ 13,48	R\$ 13,34	R\$ 14,15
101 a 110 km	R\$ 10,73	R\$ 11,29	R\$ 12,16	R\$ 12,81	R\$ 12,01	R\$ 12,77	R\$ 12,60	R\$ 13,41
111 a 120 km	R\$ 10,14	R\$ 10,69	R\$ 11,50	R\$ 12,16	R\$ 11,42	R\$ 12,18	R\$ 11,99	R\$ 12,80
121 a 130 km	R\$ 9,64	R\$ 10,19	R\$ 10,94	R\$ 11,60	R\$ 10,92	R\$ 11,69	R\$ 11,47	R\$ 12,28
131 a 140 km	R\$ 9,21	R\$ 9,76	R\$ 10,47	R\$ 11,12	R\$ 10,50	R\$ 11,26	R\$ 11,02	R\$ 11,83
141 a 150 km	R\$ 8,83	R\$ 9,39	R\$ 10,05	R\$ 10,71	R\$ 10,13	R\$ 10,89	R\$ 10,64	R\$ 11,44
Acima de 150 km	R\$ 8,51	R\$ 9,06	R\$ 9,69	R\$ 10,35	R\$ 9,81	R\$ 10,57	R\$ 10,30	R\$ 11,11



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria de Estado da Educação - SEDUC

PLANILHA

ORD	TRAJETO	DESCRIÇÃO DOS TRAJETOS	TURNO DE EXECUÇÃO	QUANTIDADE ESTIMADA DE ALUNOS POR TRAJETO	TRAJETO KM/ DIÁRIO PAVIMENTADO	TRAJETO KM/ DIÁRIO NÃO- PAVIMENTADO	TRAJETO KM/DIÁRIO ESTIMADO TOTAL	PERCENTUAL DE ESTRADA DE TERRA (%)	TIPO DE VEÍCULO	VEÍCULO ESPECIAL	DIAS CONTRATADOS (210 dias)
01	Trajetos 01 - Lote 01	MATUTINO - O Veículo sai às 5h50min (Ponto de referência: travessão da RO480), percorre 1.1km, entra à esquerda, percorre 2.8km, entra a direita, percorre 3.3km e retorna 3.3km, continua na mesma por 1.0km, continua em frente e percorre 4.0km e retorna 4.0km, entra a esquerda, percorre 4.3km, entra a esquerda, percorre 8.4km e retorna 8.4km até a Escola Emburana. as 11h30min, refaz o mesmo itinerário até o ponto de partida. Perfazendo um total de 81.2km. (sendo 81.2km não pavimentados) 1.1 + 2.8 + 3.3 + 3.3 + 1.0 + 4.0 + 4.0 + 4.3 + 8.4 + 8.4 = 40.6 x 2 = 81.2km	MATUTINO	34	00	81.2	81.2	100%	42	NÃO	200 letivos 10 extras
02	Trajetos 02 - Lote 01	VESPERTINO - O Veículo sai às 11h30min (Ponto de referência: linha 136, Estrela de Rondônia), percorre 3.2km, entra a direita, percorre 1.3km e retorna 1.3km, entra à direita, percorre 8.2km continua em frente, percorre 2.9km e retorna 2.9km, entra à esquerda, percorre 3.7km, entra à esquerda, percorre 5.5km e retorna 5.5km, continua em frente, percorre 3.9km até a Escola Emburana. Perfazendo um total de 76.8km. (sendo 29.8km pavimentado e 47.0km não pavimentados) 3.2 + 1.3 + 1.3 + 8.2 + 2.9 + 2.9 + 3.7 + 5.5 + 5.5 + 3.9 = 38.4x 2 = 76.8km	VESPERTINO	27	29.8	47.0	76.8	61.2%	37	NÃO	200 letivos 10 extras
03	Trajetos 03 - Lote 01	MATUTINO - O Veículo sai às 6h00min (Ponto de referência: linha 136, Estrela de Rondônia), percorre 3.2km, entra a direita, percorre 0.5km e retorna 0.5km, entra à direita, percorre 8.2km continua em frente, percorre 2.9km e retorna 2.9km, entra à esquerda, percorre 3.7km, entra à esquerda, percorre 5.5km, entra a direita, percorre 3.9km e retorna 3.9km, entra a esquerda 5.5km, continua em frente, percorre 3.9km até a Escola Emburana. Perfazendo um total de 89.2km. (sendo 45.4km pavimentado e 43.8km não pavimentados) 3.2 + 0.5 + 0.5 + 8.2 + 2.9 + 2.9 + 3.7 + 5.5 + 3.9 + 3.9 + 5.5 + 3.9 = 44.6x 2 = 89.2km	MATUTINO	21	45.4	43.8	89.2	49.2%	37	NÃO	200 letivos 10 extras
04	Trajetos 04 - Lote 01	MATUTINO - Sai às 6h00min (Ponto de referência: linha 01), percorre 7.1km, entra a direita, percorre 3.2km, continua em frente e percorre 3.5km e retorna 3.5km, entra a direita, percorre 4.2km, entra a esquerda, percorre 2.4km, entra a direita, percorre 3.7km até a escola Emburana. Perfazendo um total de 55.2km diários. (sendo 55.2km não pavimentados) . 7.1 + 3.2 + 3.5 + 3.5 + 4.2 + 2.4 + 3.7 = 27.6 x 2 = 55.2km	MATUTINO	19	00	55.2	55.2	100%	37	NÃO	200 letivos 10 extras
05	Trajetos 05 - Lote 01	VESPERTINO - Sai às 11h30min (Ponto de referência: linha 01), percorre 7.1km, entra a direita, percorre 3.2km, continua em frente e percorre 4.1km e retorna 4.1km, entra a direita, percorre 4.2km, entra a esquerda, percorre 2.4km, entra a direita, percorre 3.8km até a escola Emburana. Perfazendo um total de 57.8km diários. (sendo 57.8km não pavimentados) . 7.1 + 3.2 + 4.1 + 4.1 + 4.2 + 2.4 + 3.8 = 28.9 x 2 = 57.8km	VESPERTINO	12	00	57.8	57.8	100%	27	NÃO	200 letivos 10 extras
06	Trajetos 06 - Lote 01	VESPERTINO - O veículo sai às 11h45min (Ponto de referência: Igreja Palavra de Cristo para o Brasil na Linha 114) percorre 3.3km, entra a esquerda, percorre 0.2km e retorna 0.2km, entra a esquerda, percorre 1.0km, continua enfrente, percorre 4.0km e retorna 4.0km, entra a esquerda, percorre 4.3km, entra a esquerda, percorre 7.8km e retorna 7.8km até Escola Emburana. Perfazendo um total de 65.2km. (sendo 65.2km não pavimentados) . 3.3 + 0.2 + 0.2 + 1.0 + 4.0 + 4.0 + 4.3 + 7.8 + 7.8 = 32.6 x 2 = 65.2km	VESPERTINO	22	00	65.2	65.2	100%	37	NÃO	200 letivos 10 extras
07	Trajetos 07 - Lote 01	MATUTINO - O Veículo sai às 6h00min (Ponto de referência: linha 114), percorre 2.3km, entra direita, percorre 1.4km e retorna 1.4km, entra a direita, percorre 9.1km, continua em frente, percorre 11.0km e retorna 11.0km, entra a direita, percorre 4.3km, entra a esquerda, percorre 3.0km até a Escola Dona Benta. Perfazendo um total de 87.0km. (sendo 87.0km não pavimentados) 2.3 + 1.4 + 1.4 + 9.1 + 11.0 + 11.0 + 4.3 + 3.0 = 43.5 x 2 = 87.0km	MATUTINO	23	00	87.0	87.0	100%	37	NÃO	200 letivos 10 extras

08	Trajeto 08 - Lote 01	MATUTINO - Sai às 6h00min (Ponto de referência: linha 01), percorre 3.8km entra a esquerda, percorre 2.0km e retorna 2.0km, continua em frente e percorre 7.6km, faz curva a direita e percorre 5.2km, entra a direita percorre 2.6km, entra a direita, percorre 3.2km, entra esquerda, percorre 4.1km, entra a direita, percorre 0.8km até a escola Dona Benta. Perfazendo um total de 62.6km diários. (sendo 62.6km não pavimentados). $3.8 + 2.0 + 2.0 + 7.6 + 5.2 + 2.6 + 3.2 + 4.1 + 0.8 = 31.3 \times 2 = 62.6\text{km}$	MATUTINO	08	00	62.6	62.6	100%	27	NÃO	200 letivos 10 extras
09	Trajeto 09 - Lote 01	VESPERTINO - Sai às 11h30min (Ponto de referência: linha 140), percorre 4.4km, faz curva a direita, percorre 7.6km, faz curva a direita, percorre 7.8km, entra a direita, percorre 3.2km, continua em frente, percorre 2.6km, entra a direita percorre 3.0km e retorna 3.0km, entra a direita, percorre 3.0km e retorna 3.0km, faz leve curva a esquerda, percorre 2.6km, entra a direita, percorre 4.9km até a escola Dona Benta. Perfazendo um total de 90.2km diários. (sendo 90.2km não pavimentados). $4.4 + 7.6 + 7.8 + 3.2 + 2.6 + 3.0 + 3.0 + 3.0 + 3.0 + 2.6 + 4.9 = 45.1 \times 2 = 90.2\text{km}$	VESPERTINO	19	00	90.2	90.2	100%	37	NÃO	200 letivos 10 extras
10	Trajeto 10- Lote 01	VESPERTINO - Sai às 11h40min (Ponto de referência: linha 128), percorre 4.6km, curva a direita, percorre 2.3km e retorna 2.3km, entra a direita, percorre 4.5km, faz curva e entra a esquerda, percorre 1.1km, entra a direita, percorre 3.8km e retorna 3.8 km, entra a direita, percorre 4.1 e retorna 4.1km, continua em frente, percorre 1.1km, entra a esquerda, percorre 1.0km até a escola Dona Benta. Perfazendo um total de 65.4km diários. (sendo 65.4km não pavimentados). $4.6 + 2.3 + 2.3 + 4.5 + 1.1 + 3.8 + 3.8 + 4.1 + 4.1 + 1.1 + 1.0 = 32.7 \times 2 = 65.4\text{km}$	VESPERTINO	13	00	65.4	65.4	100%	20	NÃO	200 letivos 10 extras
11	Trajeto 11 - Lote 01	MATUTINO - Sai às 6h15min (Ponto de referência: linha 106), percorre 8.3km, continua em frente, percorre 4.4km e retorna 4.4km, entra a esquerda, percorre 7.5km, entra a esquerda, percorre 3.0km até a escola Dona Benta. Perfazendo um total de 55.2km diários. (sendo 55.2km não pavimentados). $8.3 + 4.4 + 4.4 + 7.5 + 3.0 = 27.6 \times 2 = 55.2\text{km}$	MATUTINO	11	00	55.2	55.2	100%	20	NÃO	200 letivos 10 extras
12	Trajeto 12 - Lote 01	MATUTINO - Sai às 6h00min (Ponto de referência: linha 109 próximo a ponte), percorre 6.5km entra a esquerda, percorre 4.1km, entra a esquerda, percorre 1.0km e retorna 1.0km, entra a esquerda, percorre 4.3km, entra a esquerda, percorre 19.6km até a escola Dona Benta. Perfazendo um total de 73.0km diários. (sendo 73.0km não pavimentados). $6.5 + 4.1 + 1.0 + 1.0 + 4.3 + 19.6 = 36.5 \times 2 = 73.0\text{km}$	MATUTINO	29	00	73.0	73.0	100%	37	NÃO	200 letivos 10 extras
13	Trajeto 13 - Lote 01	VESPERTINO - Sai às 11h30min (Ponto de referência: linha 109 próximo a ponte), percorre 6.4km entra a esquerda, percorre 4.1km, entra a esquerda, percorre 5.4km e retorna 5.4km, entra a esquerda, percorre 4.3km, entra a esquerda, percorre 19.6km até a escola Dona Benta. Perfazendo um total de 90.4km diários. (sendo 90.4km não pavimentados). $6.4 + 4.1 + 5.4 + 5.4 + 4.3 + 19.6 = 45.2 \times 2 = 90.4\text{km}$	VESPERTINO	26	00	90.4	90.4	100%	37	NÃO	200 letivos 10 extras
14	Trajeto 14 - Lote 01	VESPERTINO - Sai às 11h15min (Ponto de referência: linha 128), percorre 8.3km, continua em frente, percorre 2.9km e retorna 2.9km, entra a esquerda, percorre 2.8km, entra a direita, percorre 8.9km e retorna 8.9km, continua em frente, percorre 2.0km e retorna 2.0 km, entra a esquerda, percorre 4.3km, entra esquerda, percorre 3.0km até a escola Dona Benta. Perfazendo um total de 92.0km diários. (sendo 92.0km não pavimentados). $8.3 + 2.9 + 2.9 + 2.8 + 8.9 + 8.9 + 2.0 + 2.0 + 4.3 + 3.0 = 46.0 \times 2 = 92.0\text{km}$	VESPERTINO	16	00	92.0	92.0	85.6%	27	NÃO	200 letivos 10 extras
15	Trajeto 15 - Lote 01	MATUTINO - Sai às 6h00min (Ponto de referência: linha 128), percorre 5.5km, entra a direita, percorre 4.1km, entra a direita, percorre 1.3km, faz cura a direita, percorre 1.1km, entra a direita, percorre 4.4km e retorna 4.4km, entra a direita, percorre 4.1km e retorna 4.1km, continua em frente, percorre 1.1km, entra esquerda, percorre 1.0km até a escola Dona Benta. Perfazendo um total de 62.2km diários. (sendo 62.2km não pavimentados). $5.5 + 4.1 + 1.3 + 1.1 + 4.4 + 4.4 + 4.1 + 4.1 + 1.1 + 1.0 = 31.1 \times 2 = 62.2\text{km}$	MATUTINO	12	00	62.2	62.2	80.2%	27	NÃO	200 letivos 10 extras
16	Trajeto 01 - Lote 02	VESPERTINO - Sai às 11h30min (Ponto de referência: sétima linha), percorre 4.2km, entra a esquerda, percorre 2.3km e retorna 2.3km, entra a esquerda, percorre 2.0km e retorna 2.0km, entra a esquerda, percorre 2.4km, entra a esquerda, percorre 4.3km, entra a esquerda, percorre 2.0km, entra a direita, percorre 9.4km, faz curva a direita, percorre 8.2km, continua em frente, percorre 2.1km e retorna 2.1km até a escola Irma Doraty. Perfazendo um total de 86.6km diários. (sendo 1.2 pavimentado e 85.4km não pavimentados). $4.2 + 2.3 + 2.3 + 2.0 + 2.0 + 2.4 + 4.3 + 2.0 + 9.4 + 8.2 + 2.1 + 2.1 = 43.3 \times 2 = 86.6\text{km}$	VESPERTINO	22	1.2	85.4	86.6	98.7%	37	NÃO	200 letivos 10 extras
17	Trajeto 02 - Lote 02	VESPERTINO - Sai às 11h30min (Ponto de referência: quarta linha), percorre 8.6km, continua em frente, percorre 5.5km e retorna 5.5km, entra a direita, percorre 2.0km, entra a esquerda, percorre 1.4km e retorna 1.4km, entra a esquerda, percorre 11.4km, entra a esquerda, percorre 2.0km, faz a curva a direita, percorre 0.8km, entra a esquerda, percorre 2.5km, entra a direita, percorre 1.2km e retorna 1.2km, continua em frente, percorre 3.6km até a escola Irma Doraty. Perfazendo um total de 94.2km diários. (sendo 26.8 pavimentado e 67.4km não pavimentados).	VESPERTINO	32	26.8	67.4	94.2	71.6%	37	NÃO	200 letivos 10 extras

		8.6 + 5.5 + 5.5 + 2.0 + 1.4 + 1.4 + 11.4 + 2.0 + 0.8 + 2.5 + 1.2 + 1.2 + 3.6 = 47.1 x 2 = 94.2km									
18	Trajetos 03 - Lote 02	MATUTINO - Sai às 6h00min (Ponto de referência: quarta linha), percorre 4.3km, continua em frente, percorre 1.2km e retorna 1.2km, entra a direita, percorre 2.0km, entra a esquerda, percorre 0.7km e retorna 0.7km, entra a esquerda, percorre 2.0km, entra a esquerda, percorre 4.0km e retorna 4.0km, entra a esquerda, percorre 9.5km, entra a esquerda, percorre 2.0km, entra a direita, percorre 0.8km, entra a esquerda, percorre 2.5km, entra a direita, percorre 1.2km e retorna 1.2km, continua em frente, percorre 3.6km até a escola Irma Doraty. Perfazendo um total de 81.8km diários. (sendo 26.8 pavimentado e 55.0km não pavimentados). 4.3 + 1.2 + 1.2 + 2.0 + 0.7 + 0.7 + 2.0 + 4.0 + 4.0 + 9.5 + 2.0 + 0.8 + 2.5 + 1.2 + 1.2 + 3.6 = 40.9 x 2 = 81.8km	MATUTINO	20	26.8	55.0	81.8	67.3%	27	NÃO	200 letivos 10 extras
19	Trajetos 04 - Lote 02	MATUTINO - Sai às 6h00min (Ponto de referência: 6ª linha), percorre 4.3km, entra a esquerda, percorre 2.3km, entra a direita, percorre 1.6km e retorna 1.6km, entra a direita, percorre 2.5km, entra a direita percorre 14.6km, entra a direita, percorre 4.6km, entra a esquerda, percorre 4.2km, faz curva a direita, percorre 4.3km até a Escola Irmã Doraty. Perfazendo um total de 80.0km diários. (sendo 9.2 pavimentado e 70.8km não pavimentados). 4.3 + 2.3 + 1.6 + 1.6 + 2.5 + 14.6 + 4.6 + 4.2 + 4.3 = 40.0 x 2 = 80.0km	MATUTINO	14	9.2	70.8	80.0	88.5%	27	NÃO	200 letivos 10 extras
20	Trajetos 05 - Lote 02	MATUTINO - Sai às 6h00min (Ponto de referência: TN 29), percorre 9.9km, entra a esquerda, percorre 2.0km, entra a direita, percorre 3.6km, entra a direita, percorre 4.7 e retorna 4.7km, entra a direita, percorre 9.0km, faz curva a direita, percorre 4.8km, continua em frente, percorre 2.1km e retorna 2.1km até a Escola Irmã Doraty. Perfazendo um total de 85.8km diários. (85.8km não pavimentados). 9.9 + 2.0 + 3.6 + 4.7 + 4.7 + 9.0 + 4.8 + 2.1 + 2.1 = 42.9 x 2 = 85.8km	MATUTINO	10	00	85.8	85.8	100%	20	NÃO	200 letivos 10 extras
21	Trajetos 06 - Lote 02	VESPERTINO - Sai às 11h30min (Ponto de referência: 6ª linha), percorre 2.2km, continua em frente, percorre 2.1km e retorna 2.1km, entra a direita, percorre 2.0km, entra a direita e percorre 14.6km, continua em frente, percorre 3.6km e retorna 3.6km, entra a esquerda, percorre 4.6km, entra a esquerda, percorre 4.3km, faz curva a direita, percorre 4.8km até a Escola Irmã Doraty. Perfazendo um total de 87.8km diários. (sendo 9.2 pavimentado e 78.6km não pavimentados). 2.2 + 2.1 + 2.1 + 2.0 + 14.6 + 3.6 + 3.6 + 4.6 + 4.3 + 4.8 = 43.9 x 2 = 87.8km	VESPERTINO	20	9.2	78.6	87.8	89.6%	37	NÃO	200 letivos 10 extras
22	Trajetos 07 - Lote 02	MATUTINO - Sai às 6h10min (Ponto de referência: BR 364 kinmaster km 26), percorre 1.2km, faz curva a direita, percorre 4.0km, entra a esquerda, percorre 4.0km, entra a direita, percorre 1.8km, continua em frente, percorre 2.1km, entra a esquerda, percorre 0.7km e retorna 0.7km, entra a esquerda, percorre 0.9km, entra a direita, percorre 4.2km e retorna 4.2km, entra a esquerda, percorre 0.9km, continua em frente, percorre 2.1km, entra a esquerda, percorre 0.5km até a escola Apolônia Rossi. Perfazendo um total de 27.3km diários. (sendo 7.4km pavimentados e 19.9km não pavimentados). MEIO DIA – Sai da escola, percorre 0.5k, entra a direita, percorre 2.1km, entra a esquerda, percorre 0.7km e retorna 0.7km, entra a esquerda, percorre 0.9km, entra a direita percorre 4.2km e retorna 4.2km, entra a esquerda, percorre 0.9km, continua em frente, percorre 2.1km, continua em frente, percorre 1.8km, entra a esquerda, percorre 4.0km, entra a esquerda, percorre 1.5km e retorna 1.5km, continua em frente, percorre 4.0km, entra a direita, percorre 1.2km até o ponto final da rota e retorna 5.6km até a escola Apolônia Rossi. Perfazendo um total de 35.9km diários. (sendo 13.0km pavimentados e 22.9km não pavimentados). VESPERTINO – Sai da escola, percorre 0.5k, entra a direita, percorre 2.1km, entra a esquerda, percorre 0.7km e retorna 0.7km, entra a esquerda, percorre 0.9km, entra a direita percorre 0.6km e retorna 0.6km, entra a esquerda, percorre 0.9km, continua em frente 2.1km, continua em frente, percorre 1.8km, entra a esquerda, percorre 4.0km, entra a esquerda, percorre 1.5km e retorna 1.5km, continua em frente, percorre 4.0km, entra a direita, percorre 1.2km até o ponto final da rota. Perfazendo um total de 23.1km diários. (sendo 7.4km pavimentados e 15.7km não pavimentados). Manhã : 1.2 + 4.0 + 4.0 + 1.8 + 2.1 + 0.7 + 0.7 + 0.9 + 4.2 + 4.2 + 0.9 + 2.1 + 0.5 = 27.3km Meio dia : 0.5 + 2.1 + 0.7 + 0.7 + 0.9 + 4.2 + 4.2 + 0.9 + 2.1 + 1.8 + 4.0 + 1.5 + 1.5 + 4.0 + 1.2 + 5.6 = 35.9km Tarde : 0.5 + 2.1 + 0.7 + 0.7 + 0.9 + 0.6 + 0.6 + 0.9 + 2.1 + 1.8 + 4.0 + 1.5 + 1.5 + 4.0 + 1.2 = 23.1km Total dos turnos : 27.3 + 35.9 + 23.1 = 86.3km	MATUTINO/VESPERTINO	29	27.8	58.5	86.3	67.8%	38	NÃO	200 letivos 10 extras
23	Trajetos 08 - Lote 02	MATUTINO - Sai às 6h00min (Ponto de referência: km11 Posto Perfil), percorre 2.0km, entra a esquerda, percorre 5.3km, entra direita, percorre 3.6km, entra a direita, percorre 2.8km e retorna 2.8km, continua em frente, percorre 0.9km, entra a direita, percorre 3.1km e retorna 3.1km, entra a direita, percorre 8.2km até a escola Apolônia Rossi. Perfazendo um total de 31.8km. (sendo 16.6km pavimentados e 15.1km não pavimentados). MEIO DIA – Sai da escola, percorre 8.2k, entra a esquerda, percorre 3.1km e retorna 3.1km, entra a esquerda, percorre 0.9km, entra a direita, percorre 3.6km, faz curva a esquerda, percorre 5.3km, entra a direita, percorre 2.0km até o ponto final da rota e retorna 2.0km, continua em frente,	MATUTINO/VESPERTINO	34	52.6	45.3	97.9	46.3%	42	NÃO	200 letivos 10 extras

		<p>percorre 2.8km, continua em frente, percorre 0.9km, continua em frente, percorre 8.2km até a escola Apolônia Rossi. Perfazendo um total de 40.1km diários. (sendo 25.0km pavimentados e 15.1km não pavimentados).</p> <p>VESPERTINO – Sai da escola, percorre 8.2k, entra a esquerda, percorre 3.1km e retorna 3.1km, entra a esquerda, percorre 0.9km, entra a direita, percorre 3.6km, faz curva a esquerda, percorre 5.3km, entra a direita, percorre 2.0km até o ponto final da rota. Perfazendo um total de 26.2km. (sendo 11.0km pavimentados e 15.1km não pavimentados).</p> <p>Manhã : 2.0 + 5.3 + 3.6 + 2.8 + 2.8 + 0.9 + 3.1 + 3.1 + 8.2 = 31.8km</p> <p>Meio dia : 8.2 + 3.1 + 3.1 + 0.9 + 3.6 + 5.3 + 2.0 + 2.0 + 2.8 + 0.9 + 8.2 = 40.1km</p> <p>Tarde : 8.2 + 3.1 + 3.1 + 0.9 + 3.6 + 5.3 + 2.0 = 26.2km</p> <p>Total dos turnos : 31.8 + 40.1 + 26.2 = 97.9km</p>									
24	Trajeto 01 - Lote 03	<p>MATUTINO - Sai às 6h00min (Ponto de referência: 2ª linha), percorre 2.8km, entra a esquerda, percorre 4.0km, entra a esquerda, percorre 2.0km e retorna 2.0km, continua em frente e percorre 7.8km, entra a esquerda, percorre 4.0km, entra a esquerda, percorre 8.4km, passando pelas escolas de Presidente Médici. Perfazendo um total de 62.0km diários. (sendo 24.8km pavimentados e 37.2km não pavimentados).</p> <p>2.8 + 4.0 + 2.0 + 2.0 + 7.8 + 4.0 + 8.4 = 31.0 x 2 = 62.0km</p>	MATUTINO	27	24.8	37.2	62.0	60%	37	NÃO	200 letivos 10 extras
25	Trajeto 02 - Lote 03	<p>MATUTINO - Sai às 6h00min (Ponto de referência: RO135), percorre 5.6km, continua em frente, percorre 5.2km e retorna 5.2km, entra a direita, percorre 4.0km, continua em frente, percorre 2.4km e retorna 2.4km, entra a direita, percorre 9.8km, entra a esquerda, percorre 8.5km, passando pelas escolas de Presidente Médici. Perfazendo um total de 86.2km diários. (sendo 68.0km pavimentados e 18.2km não pavimentados).</p> <p>5.6 + 5.2 + 5.2 + 4.0 + 2.4 + 2.4 + 9.8 + 8.5 = 43.1 x 2 = 86.2km</p>	MATUTINO	28	68.0	18.2	86.2	18.2%	37	NÃO	200 letivos 10 extras
26	Trajeto 03 - Lote 03	<p>MATUTINO - Sai às 6h00min (Ponto de referência: assentamento), percorre 1.9km, continua em frente, percorre 1.3km e retorna 1.3km, entra a direita, percorre 6.1km, continua em frente e percorre 1.3km e retorna 1.3km, entra a esquerda, percorre 1.5km, continua em frente, percorre 1.2km e retorna 1.2km, entra a direita, percorre 4.0km, entra a esquerda, percorre 10.0km, entra a direita, percorre 5.5km, entra a esquerda, percorre 8.6km, passando pelas escolas de Presidente Médici. Perfazendo um total de 90.4km diários. (sendo 27.8km pavimentados e 62.6km não pavimentados).</p> <p>1.9 + 1.3 + 1.3 + 6.1 + 1.3 + 1.3 + 1.5 + 1.2 + 1.2 + 4.0 + 10.0 + 5.5 + 8.6 = 45.2 x 2 = 90.4km</p>	MATUTINO	27	26.8	55.0	81.8	67.3%	37	NÃO	200 letivos 10 extras
27	Trajeto 04 - Lote 03	<p>MATUTINO - Sai às 6h05min (Ponto de referência: 2ª linha próximo a BR429), percorre 7.6km, entra direita, percorre 2.0km, entra a direita, percorre 2.0km, entra a esquerda, percorre 2.0km, entra a direita, percorre 5.6km, entra a esquerda, percorre 4.0km, entra a esquerda, percorre 8.4km passando pelas escolas de Presidente Médici. Perfazendo um total de 63.2km diários. (sendo 24.8km pavimentados e 38.4km não pavimentados).</p> <p>7.6 + 2.0 + 2.0 + 2.0 + 5.6 + 4.0 + 8.4 = 31.6 x 2 = 63.2km</p>	MATUTINO	29	24.8	38.4	63.2	60.8%	37	NÃO	200 letivos 10 extras
28	Trajeto 05 - Lote 03	<p>MATUTINO - Sai às 5h40min (Ponto de referência: linha118, próximo ao riachuelo), percorre 11.4km entra a esquerda, percorre 2.9km, faz curva a direita, percorre 9.4km, entra a esquerda, percorre 8.1km passando pelas escolas em Presidente Médici. Perfazendo um total de 63.6km diários. (sendo 16.2km pavimentado e 47.4km não pavimentados).</p> <p>11.4 + 2.9 + 9.4 + 8.1 = 31.8 x 2 = 63.6km</p>	MATUTINO	22	15.4	48.2	63.6	75.8%	37	NÃO	200 letivos 10 extras
29	Trajeto 06 - Lote 03	<p>MATUTINO - Sai às 6h00min (Ponto de referência: linha 136 km 15), percorre 3.5km, continua em frente e percorre 2.0km e retorna 2.0km, entra a direita, percorre 4.1km, entra a direita, percorre 1.3km e retorna 1.3km, faz curva a direita, percorre 0.5km, continua em frente e percorre 1.2km e retorna 1.2km, entra a esquerda, percorre 23.8km passando pelas escolas de Presidente Médici. Perfazendo um total de 81.8km diários. (sendo 81.8km não pavimentados).</p> <p>3.5 + 2.0 + 2.0 + 4.1 + 1.3 + 1.3 + 0.5 + 1.2 + 1.2 + 23.8 = 40.9 x 2 = 81.8km</p>	MATUTINO	20	00	81.0	81.0	100%	37	NÃO	200 letivos 10 extras
30	Trajeto 07 - Lote 03	<p>MATUTINO - Sai às 6h20min (Ponto de referência: BR364, próximo a trevo do Estrela de Rondônia), percorre 12.7km, entra direita, percorre 3.2km e retorna 3.2km, entra a direita, percorre 4.4km, entra a esquerda, percorre 1.7km e retorna 1.7km, entra a esquerda, percorre 18.2km passando pelas escolas de Presidente Médici. Perfazendo um total de 90.2km diários. (sendo 70.6km pavimentados e 19.6km não pavimentados).</p> <p>12.7 + 3.2 + 3.2 + 4.4 + 1.7 + 1.7 + 18.2 = 45.1 x 2 = 90.2km</p>	MATUTINO	15	70.6	19.6	90.2	21.8%	37	NÃO	200 letivos 10 extras
31	Trajeto 08 - Lote 03	<p>MATUTINO - Sai às 5h40min (Ponto de referência: km 11), percorre 2.9km, entra esquerda, percorre 3.9km e retorna 3.9km, entra a esquerda, percorre 1.2km e retorna 1.2km, entra a esquerda, percorre 3.6km, entra a direita, percorre 2.8km e retorna 2.8km, continua em frente e</p>	MATUTINO	26	55.0	39.8	94.8	42.0%	37	NÃO	200 letivos 10 extras

		percorre 25.1km, passando pelas escolas de Presidente Médici. Perfazendo um total de 94.8km diários. (sendo 55.0km pavimentados e 39.8km não pavimentados). 2.9 + 3.9 + 3.9 + 1.2 + 1.2 + 3.6 + 2.8 + 2.8 + 25.1 = 47.4 x 2 = 94.8km									
32	Trajeto 09 - Lote 03	MATUTINO - Sai às 6h05min (Ponto de referência: km 17), percorre 4.0km, continua em frente e percorre 1.3km e retorna 1.3km, entra a esquerda, percorre 6.2km, entra a direita, percorre 5.0km, entra a esquerda, percorre 7.6km, entra a direita, percorre 1.1km e retorna 1.1km, entra a direita, percorre 11.9km, passando pelas escolas de Presidente Médici. Perfazendo um total de 79.0km diários. (sendo 39.0km pavimentados e 40.0km não pavimentados). 4.0 + 1.3 + 1.3 + 6.2 + 5.0 + 7.6 + 1.1 + 1,1 + 11.9 = 39.5 x 2 = 79.0km	MATUTINO	17	39.0	40.0	79.0	50.7%	27	NÃO	200 letivos 10 extras
33	Trajeto 10 - Lote 03	MATUTINO - Sai às 5h50min (Ponto de referência: linha 128 próximo ao bar do Dau), percorre 1.4km entra a direita e percorre 6.4km, faz leve curva a direita e percorre 8.5km, entra a esquerda percorre 7.0km, entra a direita percorre 3.1km e retorna 3.1km, entra a direita percorre 12.5 km até as escolas de Presidente Médici. Perfazendo um total de 84.0km diários. (sendo 39.0km pavimentada e 45.0km não pavimentados). 1.4 + 6.4 + 8.5 + 7.0 + 3.1 + 3.1 + 12.5 = 42 x 2 = 84.0km	MATUTINO	16	39.0	45.0	84.0	53.6%	27	NÃO	200 letivos 10 extras
34	Trajeto 11 - Lote 03	MATUTINO - Sai às 6h05min (Ponto de referência: linha 132/136), percorre 7.5km entra a esquerda, percorre 1.0km, entra a direita, percorre 4.3km, entra a esquerda percorre 5.5km, entra a direita, percorre 9.2km, entra a direita, percorre 2.4km, faz curva a esquerda, percorre 6.1km até as escolas de Presidente Médici. Perfazendo um total de 72.0km diários. (sendo 72.0km não pavimentados). 7.5 + 1.0 + 4.3 + 5.5 + 9.2 + 2.4 + 6.1 = 36 x 2 = 72.0km	MATUTINO	28	00	72.0	72.0	100%	37	NÃO	200 letivos 10 extras
35	Trajeto 12 - Lote 03	NOTURNO - Sai às 17h20min (Ponto de referência: assentamento), percorre 10.0km, entra a direita, percorre 5.5km, entra a esquerda, percorre 3.3km, continua em frente e percorre 11.0km e retorna 11.0km, entra a direita, percorre 0.5km, até escola CEEJA Marechal Rondon. Perfazendo um total de 82.6km diários. (sendo 62.6km pavimentados e 20.0km não pavimentados). 10.0 + 5.5 + 3.3 + 11.0 + 11.0 + 0.5 = 41.3 x 2 = 82.6km	NOTURNO	05	62.6	20.0	82.6	24.3%	20	NÃO	200 letivos 10 extras
36	Trajeto Extra 01	MATUTINO - Sai às 6h30min (Ponto de referência: Bandeira Branca), percorre 1,6km, entra a esquerda, percorre 4.0km, entra a direita, percorre 2.2km, entra a direita, percorre 1.8km, entra a esquerda, percorre 12.4km passando pelas escolas de Presidente Médici. Perfazendo um total de 44.0km diários. (sendo 28.0 pavimentado e 16.0km não pavimentados). 1.6 + 4.0 + 2.2 + 1.8 + 12.4 = 22.0 x 2 = 44.0km	MATUTINO	37	28.0	16.0	44.0	36.4%	42	NÃO	200 letivos 10 extras
37	Trajeto Extra 02	MATUTINO - Sai às 6h30min (Ponto de referência: BR 429), percorre 12.7km, entra a esquerda, percorre 2.9km, entra a direita, percorre 6.5km passando pelas escolas de Presidente Médici. Perfazendo um total de 44.2km diários. (sendo 25.4 pavimentado e 18.8km não pavimentados). 12.7 + 2.9 + 6.5 = 22.1 x 2 = 44.2km	MATUTINO	16	25.4	18.8	44.2	42.6%	27	NÃO	200 letivos 10 extras
38	Trajeto Extra 03	MATUTINO - Sai às 6h30min (Ponto de referência: linha 128, entra da EMBRAPA), percorre 5.4km, entra a esquerda, percorre 4.0km e retorna 4.0km, entra a esquerda, percorre 4.0km, entra a direita, percorre 3.2km, entra a esquerda, percorre7.3km, faz curva a direita, percorre 7.9km passando pelas escolas de Presidente Médici. Perfazendo um total de 71.6km diários. (71.6km não pavimentados). 5.4 + 4.0 + 4.0 + 4.0 + 3.2 + 7.3 + 7.9 = 35.8 x 2 = 71.6km	MATUTINO	06	00	71.6	71.6	100%	20	NÃO	200 letivos 10 extras
39	Trajeto Extra 04	MATUTINO - Sai às 6h30min (Ponto de referência: linha 128), percorre 5.7km, entra a esquerda, continua em frente, percorre 1.7km e retorna 1.7km, entra a esquerda, percorre 2.0km, continua em frente, percorre 3.0km e retorna 3.0km, entra a esquerda, percorre 4.0km, entra a esquerda, percorre1.7km, entra a direita, percorre 3.7km, faz curva a esquerda, percorre 2.2km, faz curva a esquerda, percorre 8.0km passando pelas escolas de Presidente Médici. Perfazendo um total de 73.4km diários. (73.4km não pavimentados). 5.7 + 1.7 + 1.7 + 2.0 + 3.0 + 3.0 + 4.0 + 1.7 + 3.7 + 2.2 + 8.0 = 36.7 x 2 = 73.4km	MATUTINO	12	00	73.4	73.4	100%	27	NÃO	200 letivos 10 extras
40	Trajeto Extra 05	MATUTINO - Sai às 6h30min (Ponto de referência: restaurante panela cheia), percorre 3.9km, entra a esquerda, continua em frente, percorre 2.6km e retorna 2.6km, entra a direita, percorre 1.4km, continua em frente, percorre 0.6km e retorna 0.6km, entra a direita, percorre 4.2km, entra a esquerda, percorre 8.6km passando pelas escolas de Presidente Médici. Perfazendo um total de 49.0km diários. (17.2km pavimentado e 31.8km não pavimentados). 3.9 + 2.6 + 2.6 + 1.4 + 0.6 + 0.6 + 4.2 + 8.6 = 24.5 x 2 = 49.0km	MATUTINO	14	17.2	31.8	49.0	64.9%	27	NÃO	200 letivos 10 extras



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Ernane Almeida Bandeira, Técnico**, em 26/11/2024, às 01:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rosangela Aparecida Marum Candido, Superintendente Regional de Educação II**, em 26/11/2024, às 09:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0055071001** e o código CRC **F4535C59**.



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO - CRE

Rua 06 de Maio, 1722 – Bairro Casa Preta – Fone: (69) 3416-4866 e 3416-4861 – CEP. 76907-572 – Ji-Paraná – RO.

TRAJETO 01 – LOTE 01

MATUTINO - O Veículo sai às 6h00min (Ponto de referência: travessão da RO480), percorre 1.1km, entra à esquerda, percorre 2.8km, entra a direita, percorre 3.3km e retorna 3.3km, continua na mesma por 1.0km, continua em frente e percorre 4.0km e retorna 4.0km, entra a esquerda, percorre 4.3km, entra a esquerda, percorre 8.4km e retorna 8.4km até a Escola Emburana. as 11h30min, refaz o mesmo itinerário até o ponto de partida. Perfazendo um total de 81.2km. (sendo 81.2km não pavimentados)

Matutino: $1.1 + 2.8 + 3.3 + 3.3 + 1.0 + 4.0 + 4.0 + 4.3 + 8.4 + 8.4 = 40.6 \times 2 = 81.2\text{km}$





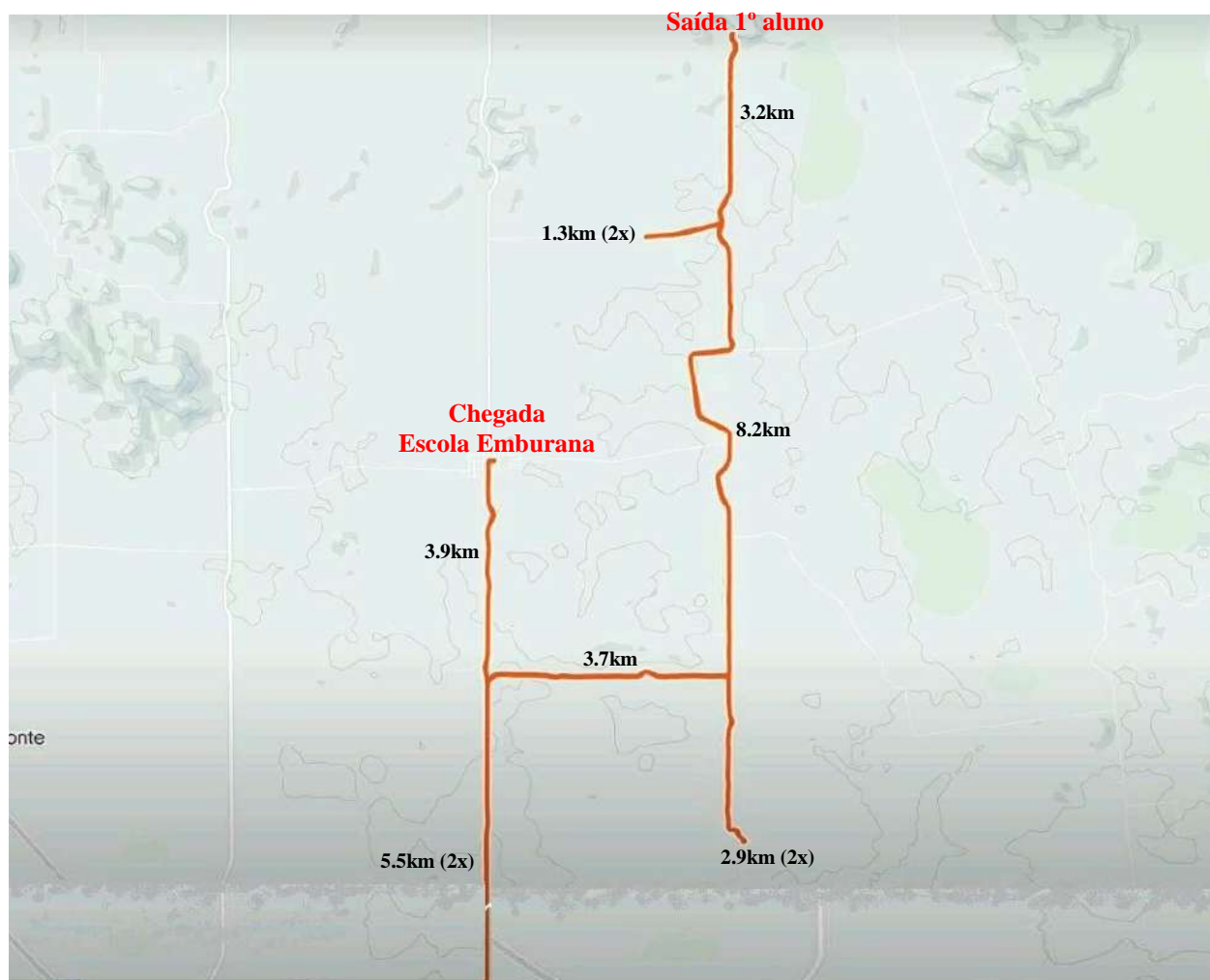
GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO - CRE

Rua 06 de Maio, 1722 – Bairro Casa Preta – Fone: (69) 3416-4866 e 3416-4861 – CEP. 76907-572 – Ji-Paraná – RO.

TRAJETO 02 – LOTE 01

VESPERTINO - O Veículo sai às 11h30min (Ponto de referência: linha 136, Estrela de Rondônia), percorre 3.2km, entra a direita, percorre 1.3km e retorna 1.3km, entra à direita, percorre 8.2km continua em frente, percorre 2.9km e retorna 2.9km, entra à esquerda, percorre 3.7km, entra à esquerda, percorre 5.5km e retorna 5.5km, continua em frente, percorre 3.9km até a Escola Emburana. Perfazendo um total de 76.8km. (sendo 29.8km pavimentados e 47.0km não pavimentados)

Matutino: $3.2 + 1.3 + 1.3 + 8.2 + 2.9 + 2.9 + 3.7 + 5.5 + 5.5 + 3.9 = 38.4 \times 2 = 76.8\text{km}$





GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO - CRE

Rua 06 de Maio, 1722 – Bairro Casa Preta – Fone: (69) 3416-4866 e 3416-4861 – CEP. 76907-572 – Ji-Paraná – RO.

TRAJETO 03 – LOTE 01

MATUTINO - O Veículo sai às 6h00min (Ponto de referência: linha 136, Estrela de Rondônia), percorre 3.2km, entra a direita, percorre 0.5km e retorna 0.5km, entra à direita, percorre 8.2km continua em frente, percorre 2.9km e retorna 2.9km, entra à esquerda, percorre 3.7km, entra à esquerda, percorre 5.5km, entra a direita, percorre 3.9km e retorna 3.9km, entra a esquerda 5.5km, continua em frente, percorre 3.9km até a Escola Emburana. Perfazendo um total de 89.2km. (sendo 45.4km pavimentado e 43.8km não pavimentados)

VESPERTINO: $3.2 + 0.5 + 0.5 + 8.2 + 2.9 + 2.9 + 3.7 + 5.5 + 3.9 + 3.9 + 5.5 + 3.9 = 44.6 \times 2 = 89.2\text{km}$





GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO - CRE

Rua 06 de Maio, 1722 – Bairro Casa Preta – Fone: (69) 3416-4866 e 3416-4861 – CEP. 76907-572 – Ji-Paraná – RO.

TRAJETO 04 – LOTE 01

MATUTINO - Sai às 6h00min (**Ponto de referência: linha 01**), percorre 7.1km, entra a direita, percorre 3.2km, continua em frente e percorre 3.5km e retorna 3.5km, entra a direita, percorre 4.2km, entra a esquerda, percorre 2.4km, entra a direita, percorre 3.7km até a escola Emburana. Perfazendo um total de 55.2km diários. (sendo 55.2km não pavimentados).

$$7.1 + 3.2 + 3.5 + 3.5 + 4.2 + 2.4 + 3.7 = 27.6 \times 2 = 55.2\text{km}$$





GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO - CRE

Rua 06 de Maio, 1722 – Bairro Casa Preta – Fone: (69) 3416-4866 e 3416-4861 – CEP. 76907-572 – Ji-Paraná – RO.

TRAJETO 05 – LOTE 01

VESPERTINO - Sai às 11h30min (**Ponto de referência: linha 01**), percorre 7.1km, entra a direita, percorre 3.2km, continua em frente e percorre 4.1km e retorna 4.1km, entra a direita, percorre 4.2km, entra a esquerda, percorre 2.4km, entra a direita, percorre 3.8km até a escola Emburana. Perfazendo um total de 57.8km diários. (sendo 57.8km não pavimentados).

$$7.1 + 3.2 + 4.1 + 4.1 + 4.2 + 2.4 + 3.8 = 28.9 \times 2 = 57.8\text{km}$$





GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO - CRE

Rua 06 de Maio, 1722 – Bairro Casa Preta – Fone: (69) 3416-4866 e 3416-4861 – CEP. 76907-572 – Ji-Paraná – RO.

TRAJETO 06 – LOTE 01

VESPERTINO - O veículo sai às 11h45min (Ponto de referência: Igreja Palavra de Cristo para o Brasil na Linha 114) percorre 3.3km, entra a esquerda, percorre 0.2km e retorna 0.2km, entra a esquerda, percorre 1.0km, continua enfrente, percorre 4.0km e retorna 4.0km, entra a esquerda, percorre 4.3km, entra a esquerda, percorre 7.8km e retorna 7.8km até Escola Emburana. Perfazendo um total de 65.2km. (sendo **65.2km não pavimentados**).

$$3.3 + 0.2 + 0.2 + 1.0 + 4.0 + 4.0 + 4.3 + 7.8 + 7.8 = 32.6 \times 2 = 65.2\text{km}$$



Saída 1º Aluno



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO - CRE

Rua 06 de Maio, 1722 – Bairro Casa Preta – Fone: (69) 3416-4866 e 3416-4861 – CEP. 76907-572 – Ji-Paraná – RO.

TRAJETO 07 – LOTE 01

MATUTINO - O Veículo sai às 6h00min (Ponto de referência: linha 114), percorre 2.3km, entra direita, percorre 1.4km e retorna 1.4km, entra a direita, percorre 9.1km, continua em frente, percorre 11.0km e retorna 11.0km, entra a direita, percorre 4.3km, entra a esquerda, percorre 3.0km até a Escola Dona Benta. Perfazendo um total de 87.0km. (sendo 87.0km não pavimentados)

$$2.3 + 1.4 + 1.4 + 9.1 + 11.0 + 11.0 + 4.3 + 3.0 = 43.5 \times 2 = 87.0\text{km}$$





GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO - CRE

Rua 06 de Maio, 1722 – Bairro Casa Preta – Fone: (69) 3416-4866 e 3416-4861 – CEP. 76907-572 – Ji-Paraná – RO.

TRAJETO 08 – LOTE 01

MATUTINO - Sai às 6h00min (**Ponto de referência: linha 01**), percorre 3.8km entra a esquerda, percorre 2.0km e retorna 2.0km, continua em frente e percorre 7.6km, faz curva a direita e percorre 5.2km, entra a direita percorre 2.6km, entra a direita, percorre 3.2km, entra esquerda, percorre 4.1km, entra a direita, percorre 0.8km até a escola Dona Benta. Perfazendo um total de 62.6km diários. (sendo 62.6km não pavimentados).

$$3.8 + 2.0 + 2.0 + 7.6 + 5.2 + 2.6 + 3.2 + 4.1 + 0.8 = 31.3 \times 2 = 62.6\text{km}$$





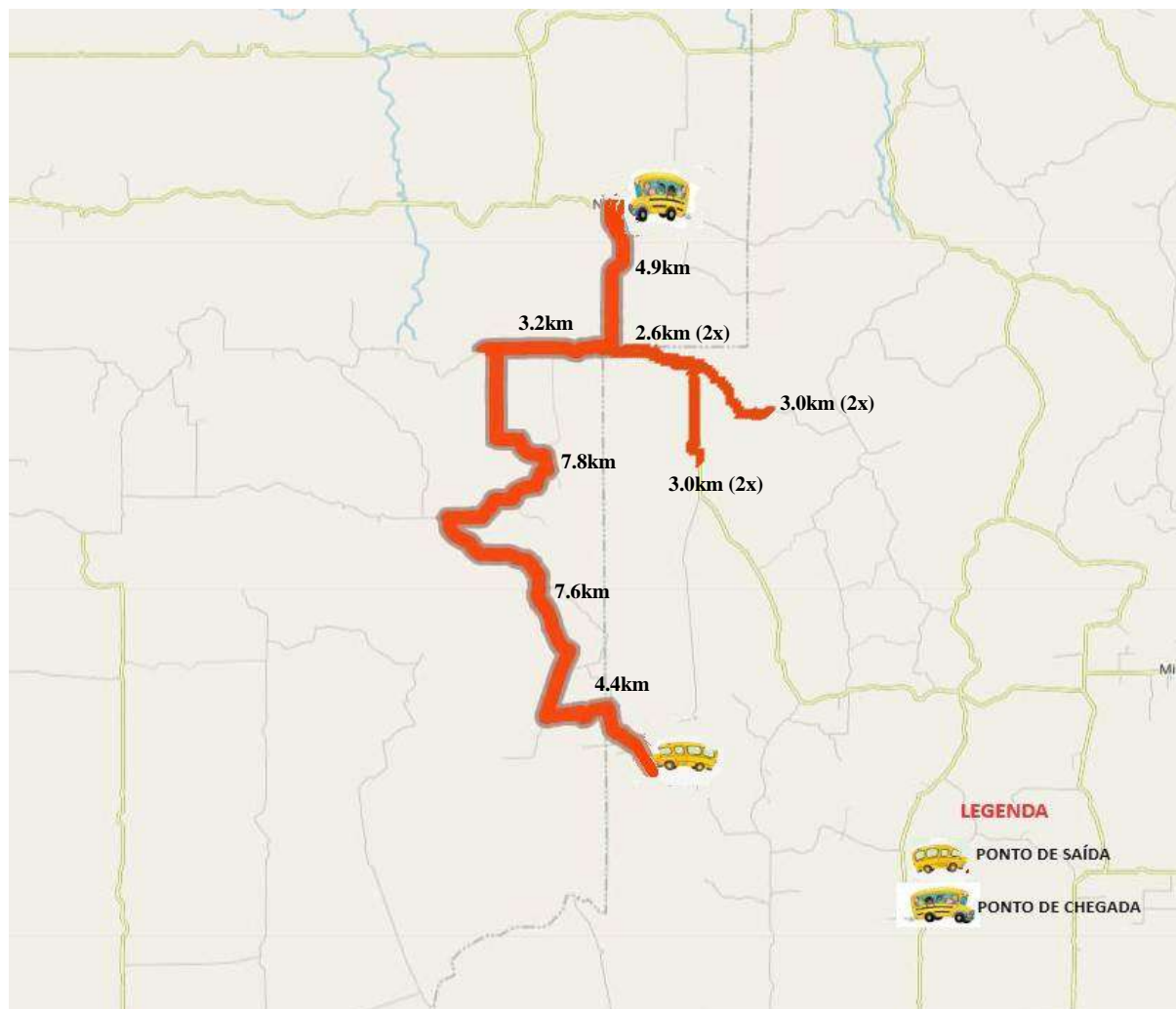
GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO - CRE

Rua 06 de Maio, 1722 – Bairro Casa Preta – Fone: (69) 3416-4866 e 3416-4861 – CEP. 76907-572 – Ji-Paraná – RO.

TRAJETO 09 – LOTE 01

VESPERTINO - Sai às 11h30min (**Ponto de referência: linha 140**), percorre 4.4km, faz curva a direita, percorre 7.6km, faz curva a direita, percorre 7.8km, entra a direita, percorre 3.2km, continua em frente, percorre 2.6km, entra a direita percorre 3.0km e retorna 3.0km, entra a direita, percorre 3.0km e retorna 3.0km, faz leve curva a esquerda, percorre 2.6km, entra a direita, percorre 4.9km até a escola Dona Benta. Perfazendo um total de 89.6km diários. (**sendo 89.6km não pavimentados**).

$$4.4 + 7.6 + 7.8 + 3.2 + 2.6 + 3.0 + 3.0 + 3.0 + 3.0 + 2.6 + 4.9 = 45.1 \times 2 = 90.2\text{km}$$





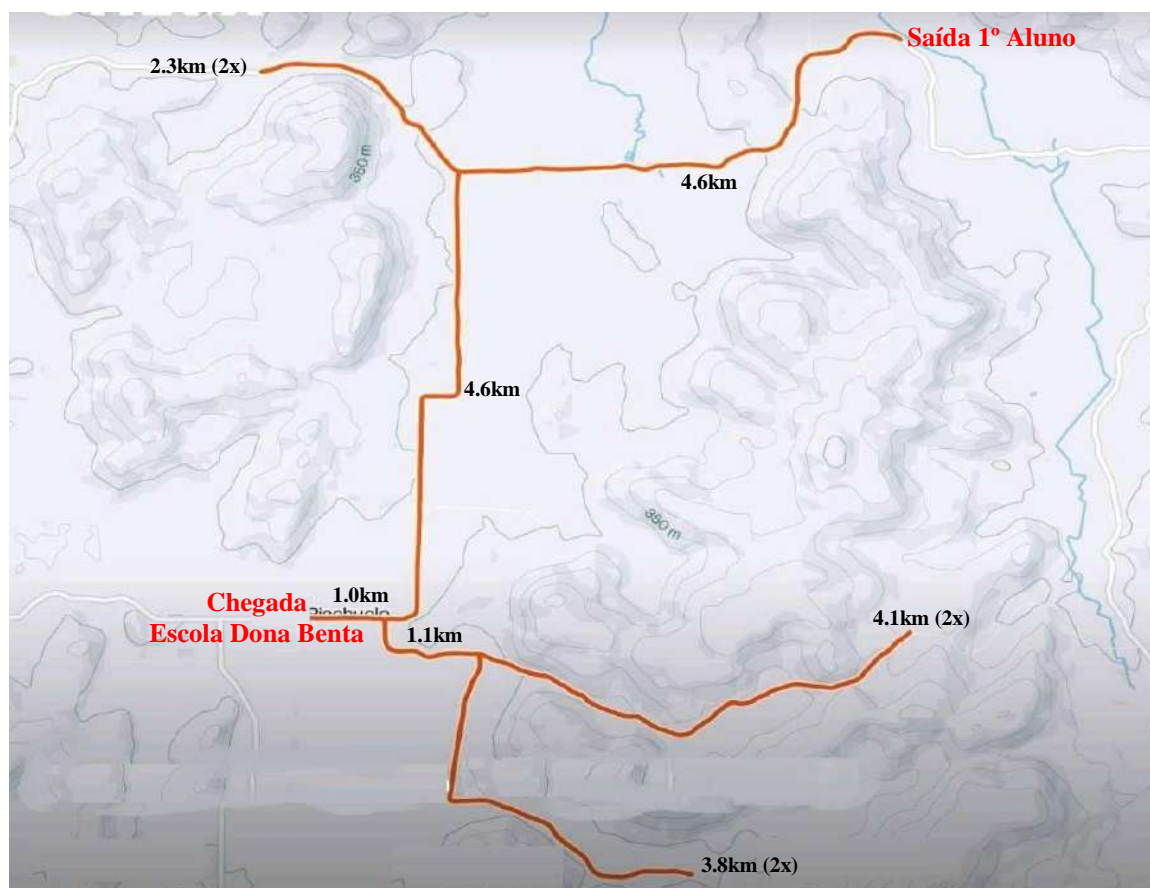
GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO - CRE

Rua 06 de Maio, 1722 – Bairro Casa Preta – Fone: (69) 3416-4866 e 3416-4861 – CEP. 76907-572 – Ji-Paraná – RO.

TRAJETO 10 – LOTE 01

VESPERTINO - Sai às 11h40min (**Ponto de referência: linha 128**), percorre 4.6km, curva a direita, percorre 2.3km e retorna 2.3km, entra a direita, percorre 4.5km, faz curva e entra a esquerda, percorre 1.1km, entra a direita, percorre 3.8km e retorna 3.8 km, entra a direita, percorre 4.1 e retorna 4.1km, continua em frente, percorre 1.1km, entra a esquerda, percorre 1.0km até a escola Dona Benta. Perfazendo um total de 65.4km diários. (sendo 65.4km não pavimentados).

$$4.6 + 2.3 + 2.3 + 4.5 + 1.1 + 3.8 + 3.8 + 4.1 + 4.1 + 1.1 + 1.0 = 32.7 \times 2 = 65.4\text{km}$$





GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO - CRE

Rua 06 de Maio, 1722 – Bairro Casa Preta – Fone: (69) 3416-4866 e 3416-4861 – CEP. 76907-572 – Ji-Paraná – RO.

TRAJETO 11 – LOTE 01

MATUTINO - Sai às 6h15min (**Ponto de referência: linha 106**), percorre 8.3km, continua em frente, percorre 4.4km e retorna 4.4km, entra a esquerda, percorre 7.5km, entra a esquerda, percorre 3.0km até a escola Dona Benta. Perfazendo um total de 55.2km diários. (**sendo 55.2km não pavimentados**).

$$8.3 + 4.4 + 4.4 + 7.5 + 3.0 = 27.6 \times 2 = \mathbf{55.2km}$$





GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO - CRE

Rua 06 de Maio, 1722 – Bairro Casa Preta – Fone: (69) 3416-4866 e 3416-4861 – CEP. 76907-572 – Ji-Paraná – RO.

TRAJETO 12 – LOTE 01

MATUTINO - Sai às 6h00min (**Ponto de referência: linha 109 proximo a ponte**), percorre 6.5km entra a esquerda, percorre 4.1km, entra a esquerda, percorre 1.0km e retorna 1.0km, entra a esquerda, percorre 4.3km, entra a esquerda, percorre 19.6km até a escola Dona Benta. Perfazendo um total de 73.0km diários. (sendo **73.0km não pavimentados**).

$$6.5 + 4.1 + 1.0 + 1.0 + 4.3 + 19.6 = 36.5 \times 2 = 73.0\text{km}$$





GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO - CRE

Rua 06 de Maio, 1722 – Bairro Casa Preta – Fone: (69) 3416-4866 e 3416-4861 – CEP. 76907-572 – Ji-Paraná – RO.

TRAJETO 13 – LOTE 01

VESPERTINO - Sai às 11h30min (**Ponto de referência: linha 109 proximo a ponte**), percorre 6.4km entra a esquerda, percorre 4.1km, entra a esquerda, percorre 5.4km e retorna 5.4km, entra a esquerda, percorre 4.3km, entra a esquerda, percorre 19.6km até a escola Dona Benta. Perfazendo um total de 90.4km diários. (sendo 90.4km não pavimentados).

$$6.4 + 4.1 + 5.4 + 5.4 + 4.3 + 19.6 = 45.2 \times 2 = 90.4\text{km}$$





GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO - CRE

Rua 06 de Maio, 1722 – Bairro Casa Preta – Fone: (69) 3416-4866 e 3416-4861 – CEP. 76907-572 – Ji-Paraná – RO.

TRAJETO 14 – LOTE 01

VESPERTINO - Sai às 11h15min (**Ponto de referência: linha 128**), percorre 8.3km, continua em frente, percorre 2.9km e retorna 2.9km, entra a esquerda, percorre 2.8km, entra a direita, percorre 8.9km e retorna 8.9km, continua em frente, percorre 2.0km e retorna 2.0 km, entra a esquerda, percorre 4.3km, entra esquerda, percorre 3.0km até a escola Dona Benta. Perfazendo um total de 92.0km diários. (**sendo 92.0km não pavimentados**).

$$8.3 + 2.9 + 2.9 + 2.8 + 8.9 + 8.9 + 2.0 + 2.0 + 4.3 + 3.0 = 46.0 \times 2 = 92.0\text{km}$$





GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO - CRE

Rua 06 de Maio, 1722 – Bairro Casa Preta – Fone: (69) 3416-4866 e 3416-4861 – CEP. 76907-572 – Ji-Paraná – RO.

TRAJETO 15 – LOTE 01

MATUTINO - Sai às 6h00min (**Ponto de referência: linha 128**), percorre 5.5km, entra a direita, percorre 4.1km, entra a direita, percorre 1.3km, faz curva a direita, percorre 1.1km, entra a direita, percorre 4.4km e retorna 4.4km, entra a direita, percorre 4.1km e retorna 4.1km, continua em frente, percorre 1.1km, entra esquerda, percorre 1.0km até a escola Dona Benta. Perfazendo um total de 62.2km diários. (sendo 62.2km não pavimentados).

$$5.5 + 4.1 + 1.3 + 1.1 + 4.4 + 4.4 + 4.1 + 4.1 + 1.1 + 1.0 = 31.1 \times 2 = 62.2\text{km}$$





GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO - CRE

Rua 06 de Maio, 1722 – Bairro Casa Preta – Fone: (69) 3416-4866 e 3416-4861 – CEP. 76907-572 – Ji-Paraná – RO.

TRAJETO 01 – LOTE 02

VESPERTINO - Sai às 11h30min (**Ponto de referência: setima linha**), percorre 4.2km, entra a esquerda, percorre 2.3km e retorna 2.3km, entra a esquerda, percorre 2.0km e retorna 2.0km, entra a esquerda, percorre 2.4km, entra a esquerda, percorre 4.3km, entra a esquerda, percorre 2.0km, entra a direita, percorre 9.4km, faz curva a direita, percorre 8.2km, continua em frente, percorre 2.1km e retorna 2.1km até a escola Irma Doraty. Perfazendo um total de 86.6km diários. (**sendo 1.2 pavimentado e 85.4km não pavimentados**).

$$4.2 + 2.3 + 2.3 + 2.0 + 2.0 + 2.4 + 4.3 + 2.0 + 9.4 + 8.2 + 2.1 + 2.1 = 43.3 \times 2 = 86.6\text{km}$$





GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO - CRE

Rua 06 de Maio, 1722 – Bairro Casa Preta – Fone: (69) 3416-4866 e 3416-4861 – CEP. 76907-572 – Ji-Paraná – RO.

TRAJETO 02 – LOTE 02

VESPERTINO - Sai às 11h30min (**Ponto de referência: quarta linha**), percorre 8.6km, continua em frente, percorre 5.5km e retorna 5.5km, entra a direita, percorre 2.0km, entra a esquerda, percorre 1.4km e retorna 1.4km, entra a esquerda, percorre 11.4km, entra a esquerda, percorre 2.0km, faz a curva a direita, percorre 0.8km, entra a esquerda, percorre 2.5km, entra a direita, percorre 1.2km e retorna 1.2km, continua em frente, percorre 3.6km até a escola Irma Doraty. Perfazendo um total de 94.2km diários. (sendo 26.8 pavimentado e 67.4km não pavimentados).

$$8.6 + 5.5 + 5.5 + 2.0 + 1.4 + 1.4 + 11.4 + 2.0 + 0.8 + 2.5 + 1.2 + 1.2 + 3.6 = 47.1 \times 2 = 94,2\text{km}$$





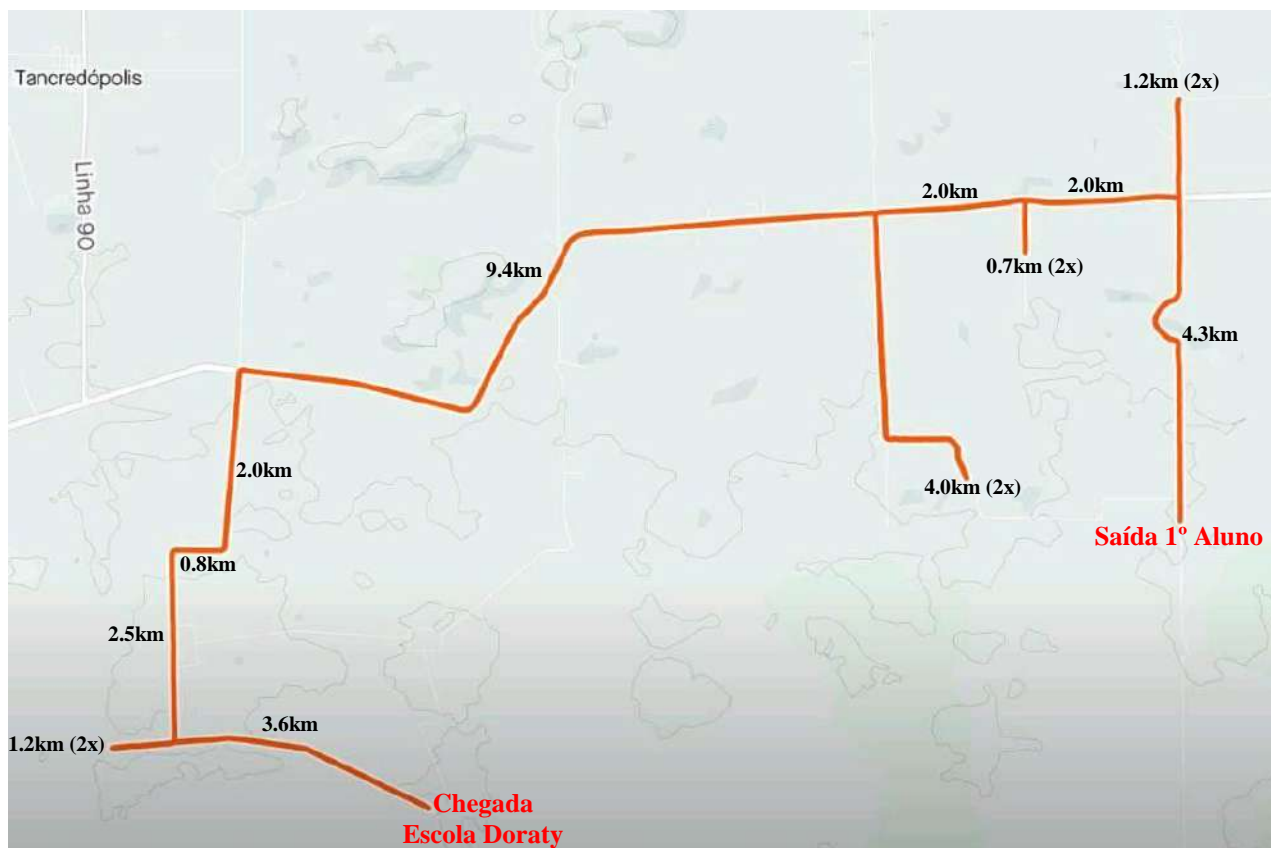
GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO - CRE

Rua 06 de Maio, 1722 – Bairro Casa Preta – Fone: (69) 3416-4866 e 3416-4861 – CEP. 76907-572 – Ji-Paraná – RO.

TRAJETO 03 – LOTE 02

MATUTINO - Sai às 6h00min (**Ponto de referência: quarta linha**), percorre 4.3km, continua em frente, percorre 1.2km e retorna 1.2km, entra a direita, percorre 2.0km, entra a esquerda, percorre 0.7km e retorna 0.7km, entra a esquerda, percorre 2.0km, entra a esquerda, percorre 4.0km e retorna 4.0km, entra a esquerda, percorre 9.5km, entra a esquerda, percorre 2.0km, entra a direita, percorre 0.8km, entra a esquerda, percorre 2.5km, entra a direita, percorre 1.2km e retorna 1.2km, continua em frente, percorre 3.6km até a escola Irma Doraty. Perfazendo um total de 81.8km diários. (**sendo 26.8 pavimentado e 55.0km não pavimentados**).

$$4.3 + 1.2 + 1.2 + 2.0 + 0.7 + 0.7 + 2.0 + 4.0 + 4.0 + 9.5 + 2.0 + 0.8 + 2.5 + 1.2 + 1.2 + 3.6 = 40.9 \times 2 = 81.8\text{km}$$





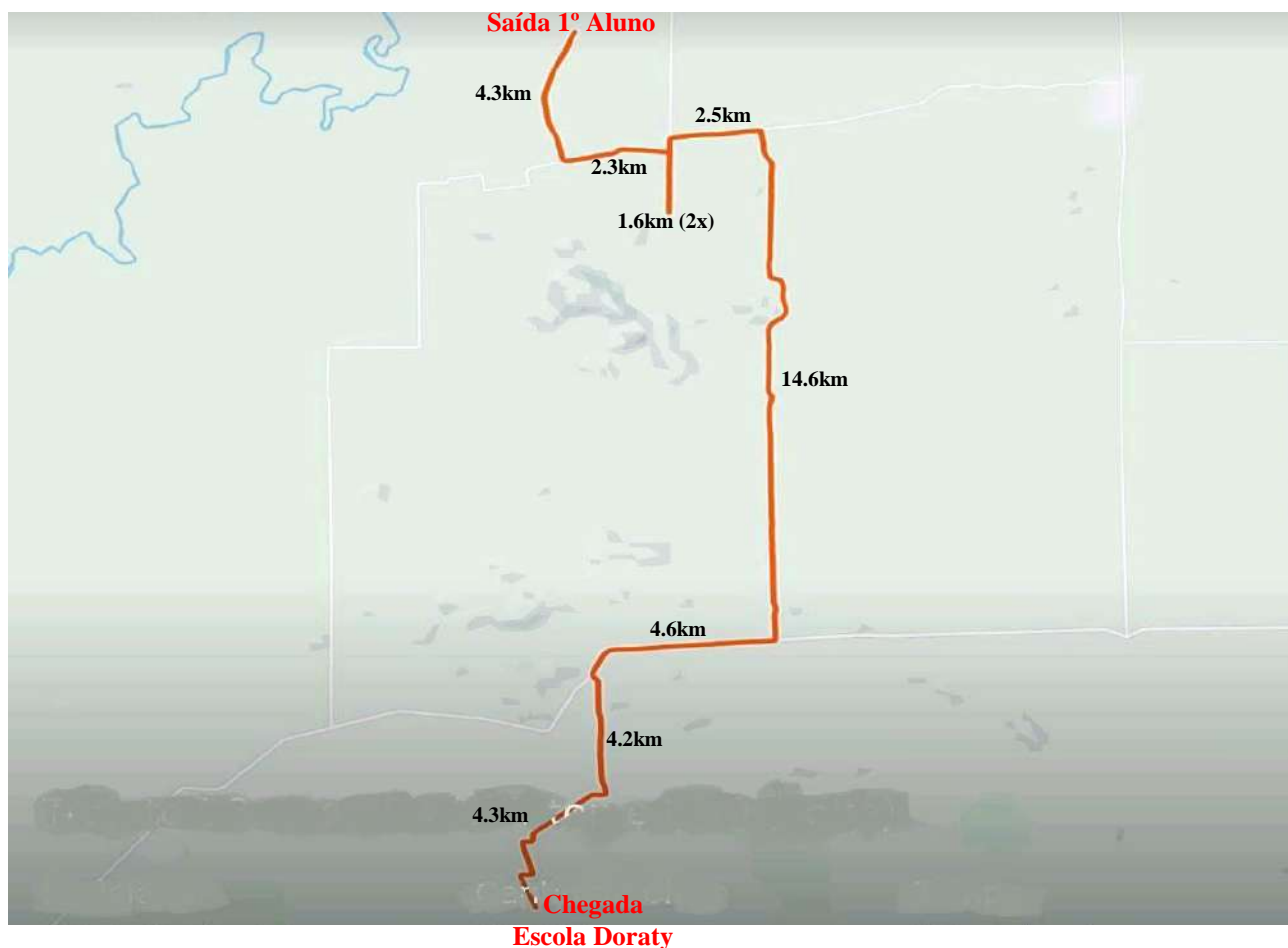
GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO - CRE

Rua 06 de Maio, 1722 – Bairro Casa Preta – Fone: (69) 3416-4866 e 3416-4861 – CEP. 76907-572 – Ji-Paraná – RO.

TRAJETO 04 LOTE 02

MATUTINO - Sai às 6h00min (**Ponto de referência:** TN 29), percorre 4.3km, entra a esquerda, percorre 2.3km, entra a direita, percorre 1.6km e retorna 1.6km, entra a direita, percorre 2.5km, entra a direita percorre 14.6km, entra a direita, percorre 4.6km, entra a esquerda, percorre 4.2km, faz curva a direita, percorre 4.3km até a Escola Irmã Doraty. Perfazendo um total de 80.0km diários. (**sendo 9.2 pavimentado e 70.8km não pavimentados**).

$$4.3 + 2.3 + 1.6 + 1.6 + 2.5 + 14.6 + 4.6 + 4.2 + 4.3 = 40.0 \times 2 = 80.0\text{km}$$





GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO - CRE

Rua 06 de Maio, 1722 – Bairro Casa Preta – Fone: (69) 3416-4866 e 3416-4861 – CEP. 76907-572 – Ji-Paraná – RO.

TRAJETO 05 LOTE 02

MATUTINO - Sai às 6h00min (**Ponto de referência:** 6ª linha), percorre 9.9km, entra a esquerda, percorre 2.0km, entra a direita, percorre 3.6km, entra a direita, percorre 4.7 e retorna 4.7km, entra a direita, percorre 9.0km, faz curva a direita, percorre 4.8km, continua em frente, percorre 2.1km e retorna 2.1km até a Escola Irmã Doraty. Perfazendo um total de 85.8km diários. (**85.8km não pavimentados**).

$$9.9 + 2.0 + 3.6 + 4.7 + 4.7 + 9.0 + 4.8 + 2.1 + 2.1 = 42.9 \times 2 = 85.8\text{km}$$





GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO - CRE

Rua 06 de Maio, 1722 – Bairro Casa Preta – Fone: (69) 3416-4866 e 3416-4861 – CEP. 76907-572 – Ji-Paraná – RO.

TRAJETO 06 LOTE 02

VESPERTINO - Sai às 11h30min (**Ponto de referência: 6ª linha**), percorre 2.2km, continua em frente, percorre 2.1km e retorna 2.1km, entra a direita, percorre 2.0km, entra a direita e percorre 14.6km, continua em frente, percorre 3.6km e retorna 3.6km, entra a esquerda, percorre 4.6km, entra a esquerda, percorre 4.3km, faz curva a direita, percorre 4.8km até a Escola Irmã Doraty. Perfazendo um total de 87.8km diários. (sendo 9.2 pavimentado e 78.6km não pavimentados).

$$2.2 + 2.1 + 2.1 + 2.0 + 14.6 + 3.6 + 3.6 + 4.6 + 4.3 + 4.8 = 43.9 \times 2 = 87.8\text{km}$$





GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO - CRE

Rua 06 de Maio, 1722 – Bairro Casa Preta – Fone: (69) 3416-4866 e 3416-4861 – CEP. 76907-572 – Ji-Paraná – RO.

TRAJETO 07 – LOTE 02

MATUTINO - Sai às 6h10min (**Ponto de referência: BR 364 kinmaster km 26**), percorre 1.2km, faz curva a direita, percorre 4.0km, entra a esquerda, percorre 4.0km, entra a direita, percorre 1.8km, continua em frente, percorre 2.1km, entra a esquerda, percorre 0.7km e retorna 0.7km, entra a esquerda, percorre 0.9km, entra a direita, percorre 4.2km e retorna 4.2km, entra a esquerda, percorre 0.9km, continua em frente, percorre 2.1km, entra a esquerda, percorre 0.5km até a escola Apolônia Rossi. Perfazendo um total de 27.3km diários. (**sendo 7.4km pavimentados e 19.9km não pavimentados**).

MEIO DIA – Sai da escola, percorre 0.5km, entra a direita, percorre 2.1km, entra a esquerda, percorre 0.7km e retorna 0.7km, entra a esquerda, percorre 0.9km, entra a direita percorre 4.2km e retorna 4.2km, entra a esquerda, percorre 0.9km, continua em frente, percorre 2.1km, continua em frente, percorre 1.8km, entra a esquerda, percorre 4.0km, entra a esquerda, percorre 1.5km e retorna 1.5km, continua em frente, percorre 4.0km, entra a direita, percorre 1.2km até o ponto final da rota e retorna 5.6km até a escola Apolônia Rossi. Perfazendo um total de 35.9km diários. (**sendo 13.0km pavimentados e 22.9km não pavimentados**).

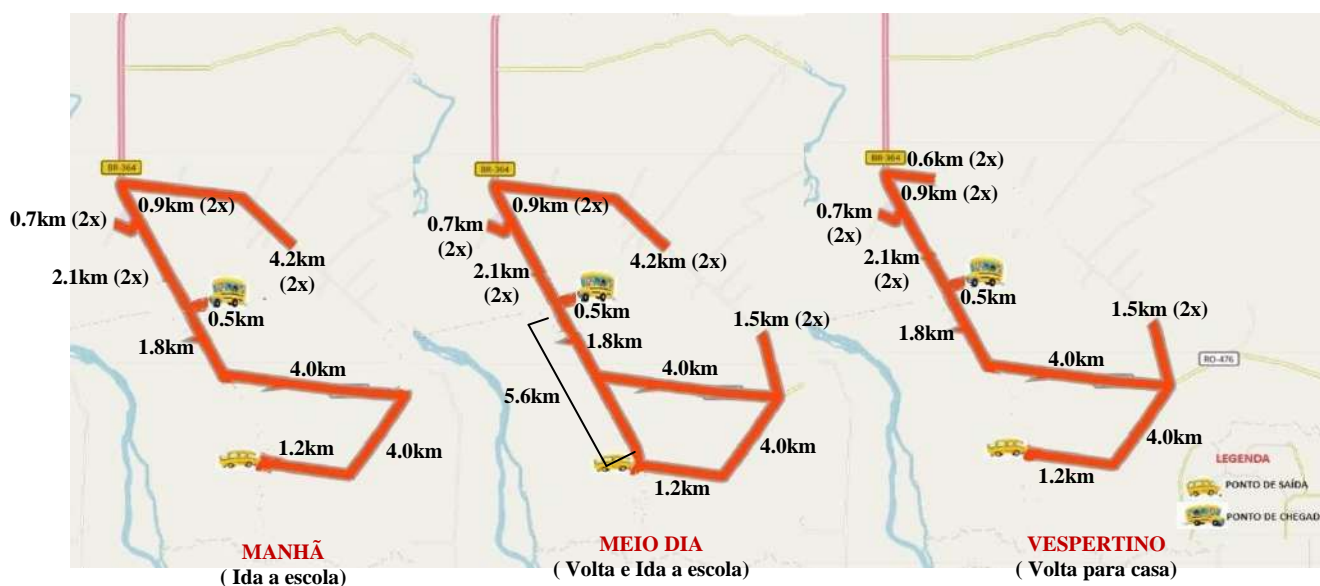
VESPERTINO – Sai da escola, percorre 0.5km, entra a direita, percorre 2.1km, entra a esquerda, percorre 0.7km e retorna 0.7km, entra a esquerda, percorre 0.9km, entra a direita percorre 0.6km e retorna 0.6km, entra a esquerda, percorre 0.9km, continua em frente 2.1km, continua em frente, percorre 1.8km, entra a esquerda, percorre 4.0km, entra a esquerda, percorre 1.5km e retorna 1.5km, continua em frente, percorre 4.0km, entra a direita, percorre 1.2km até o ponto final da rota. Perfazendo um total de 23.1km diários. (**sendo 7.4km pavimentados e 15.7km não pavimentados**).

Manhã : $1.2 + 4.0 + 4.0 + 1.8 + 2.1 + 0.7 + 0.7 + 0.9 + 4.2 + 4.2 + 0.9 + 2.1 + 0.5 = 27.3\text{km}$

Meio dia : $0.5 + 2.1 + 0.7 + 0.7 + 0.9 + 4.2 + 4.2 + 0.9 + 2.1 + 1.8 + 4.0 + 1.5 + 1.5 + 4.0 + 1.2 + 5.6 = 35.9\text{km}$

Tarde : $0.5 + 2.1 + 0.7 + 0.7 + 0.9 + 0.6 + 0.6 + 0.9 + 2.1 + 1.8 + 4.0 + 1.5 + 1.5 + 4.0 + 1.2 = 23.1\text{km}$

Total dos turnos : $27.3 + 35.9 + 23.1 = 86.3\text{km}$





GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO - CRE

Rua 06 de Maio, 1722 – Bairro Casa Preta – Fone: (69) 3416-4866 e 3416-4861 – CEP. 76907-572 – Ji-Paraná – RO.

TRAJETO 08 – LOTE 02

MATUTINO - Sai às 6h00min (**Ponto de referência: km11 Posto Perfil**), percorre 2.0km, entra a esquerda, percorre 5.3km, entra direita, percorre 3.6km, entra a direita, percorre 2.8km e retorna 2.8km, continua em frente, percorre 0.9km, entra a direita, percorre 3.1km e retorna 3.1km, entra a direita, percorre 8.2km até a escola Apolônia Rossi. Perfazendo um total de 31.8km. (**sendo 16.7km pavimentados e 15.1km não pavimentados**).

MEIO DIA – Sai da escola, percorre 8.2k, entra a esquerda, percorre 3.1km e retorna 3.1km, entra a esquerda, percorre 0.9km, entra a direita, percorre 3.6km, faz curva a esquerda, percorre 5.3km, entra a direita, percorre 2.0km até o ponto final da rota e retorna 2.0km, continua em frente, percorre 2.8km, continua em frente, percorre 0.9km, continua em frente, percorre 8.2km até a escola Apolônia Rossi. Perfazendo um total de 40.1km diários. (**sendo 25.0km pavimentados e 15.1km não pavimentados**).

VESPERTINO – Sai da escola, percorre 8.2k, entra a esquerda, percorre 3.1km e retorna 3.1km, entra a esquerda, percorre 0.9km, entra a direita, percorre 3.6km, faz curva a esquerda, percorre 5.3km, entra a direita, percorre 2.0km até o ponto final da rota. Perfazendo um total de 26.2km. (**sendo 11.1km pavimentados e 15.1km não pavimentados**).

Manhã : $2.0 + 5.3 + 3.6 + 2.8 + 2.8 + 0.9 + 3.1 + 3.1 + 8.2 = 31.8\text{km}$

Meio dia : $8.2 + 3.1 + 3.1 + 0.9 + 3.6 + 5.3 + 2.0 + 2.0 + 2.8 + 0.9 + 8.2 = 40.1\text{km}$

Tarde : $8.2 + 3.1 + 3.1 + 0.9 + 3.6 + 5.3 + 2.0 = 26.2\text{km}$

Total dos turnos : $31.8 + 40.1 + 26.2 = 97.9\text{km}$





GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO - CRE

Rua 06 de Maio, 1722 – Bairro Casa Preta – Fone: (69) 3416-4866 e 3416-4861 – CEP. 76907-572 – Ji-Paraná – RO.

TRAJETO 01 – LOTE 03

MATUTINO - Sai às 6h00min (**Ponto de referência: 2ª linha**), percorre 2.8km, entra a esquerda, percorre 4.0km, entra a esquerda, percorre 2.0km e retorna 2.0km, continua em frente e percorre 7.8km, entra a esquerda, percorre 4.0km, entra a esquerda, percorre 8.4km, passando pelas escolas de Presidente Médici. Perfazendo um total de 62.0km diários. (sendo 24.8km pavimentados e 37.2km não pavimentados).

$$2.8 + 4.0 + 2.0 + 2.0 + 7.8 + 4.0 + 8.4 = 31.0 \times 2 = 62.0\text{km}$$





GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO - CRE

Rua 06 de Maio, 1722 – Bairro Casa Preta – Fone: (69) 3416-4866 e 3416-4861 – CEP. 76907-572 – Ji-Paraná – RO.

TRAJETO 02 – LOTE 03

MATUTINO - Sai às 6h00min (**Ponto de referência: RO135**), percorre 5.6km, continua em frente, percorre 5.2km e retorna 5.2km, entra a direita, percorre 4.0km, continua em frente, percorre 2.4km e retorna 2.4km, entra a direita, percorre 9.8km, entra a esquerda, percorre 8.5km, passando pelas escolas de Presidente Médici. Perfazendo um total de 86.2km diários. (sendo 68.0km pavimentados e 18.2km não pavimentados).

$$5.6 + 5.2 + 5.2 + 4.0 + 2.4 + 2.4 + 9.8 + 8.5 = 43.1 \times 2 = 86.2\text{km}$$





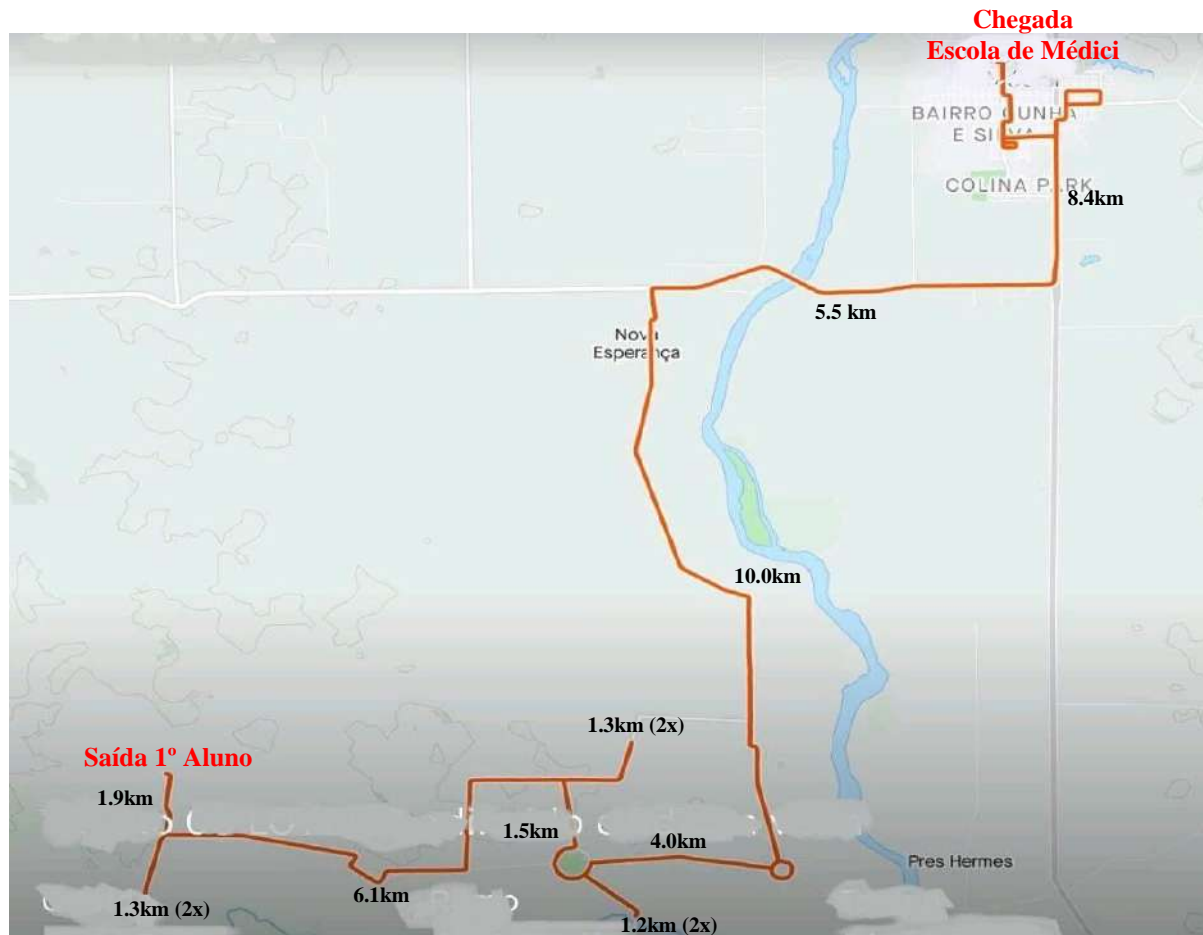
GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO - CRE

Rua 06 de Maio, 1722 – Bairro Casa Preta – Fone: (69) 3416-4866 e 3416-4861 – CEP. 76907-572 – Ji-Paraná – RO.

TRAJETO 03 – LOTE 03

MATUTINO - Sai às 6h00min (**Ponto de referência: assentamento**), percorre 1.9km, continua em frente, percorre 1.3km e retorna 1.3km, entra a direita, percorre 6.1km, continua em frente e percorre 1.3km e retorna 1.3km, entra a esquerda, percorre 1.5km, continua em frente, percorre 1.2km e retorna 1.2km, entra a direita, percorre 4.0km, entra a esquerda, percorre 10.0km, entra a direita, percorre 5.5km, entra a esquerda, percorre 8.6km, passando pelas escolas de Presidente Médici. Perfazendo um total de 90.4km diários. (sendo 27.8km pavimentados e 62.6km não pavimentados).

$$1.9 + 1.3 + 1.3 + 6.1 + 1.3 + 1.3 + 1.5 + 1.2 + 1.2 + 4.0 + 10.0 + 5.5 + 8.6 = 45.2 \times 2 = 90.4\text{km}$$





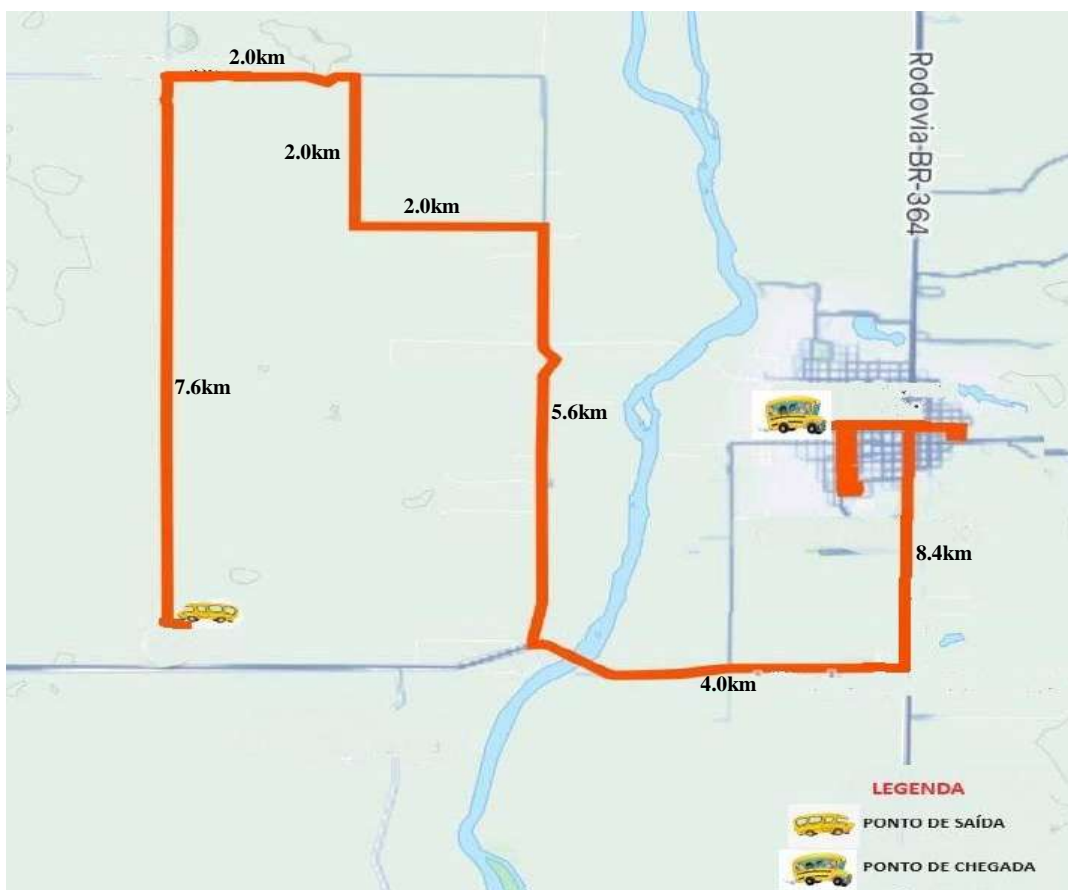
GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO - CRE

Rua 06 de Maio, 1722 – Bairro Casa Preta – Fone: (69) 3416-4866 e 3416-4861 – CEP. 76907-572 – Ji-Paraná – RO.

TRAJETO 04 – LOTE 03

MATUTINO - Sai às 6h05min (**Ponto de referência: 2ª linha proximo a BR429**), percorre 7.6km, entra direita, percorre 2.0km, entra a direita, percorre 2.0km, entra a esquerda, percorre 2.0km, entra a direita, percorre 5.6km, entra a esquerda, percorre 4.0km, entra a esquerda, percorre 8.4km passando pelas escolas de Presidente Médici. Perfazendo um total de 63.2km diários. (**sendo 24.8km pavimentados e 38.4km não pavimentados**).

$$7.6 + 2.0 + 2.0 + 2.0 + 5.6 + 4.0 + 8.4 = 31.6 \times 2 = 63.2\text{km}$$





GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO - CRE

Rua 06 de Maio, 1722 – Bairro Casa Preta – Fone: (69) 3416-4866 e 3416-4861 – CEP. 76907-572 – Ji-Paraná – RO.

TRAJETO 05 – LOTE 03

MATUTINO - Sai às 5h40min (**Ponto de referência: linha118, proximo ao riachuelo**), percorre 11.4km entra a esquerda, percorre 2.9km, faz curva a direita, percorre 9.4km, entra a esquerda, percorre 8.1km passando pelas escolas em Presidente Médici. Perfazendo um total de 63.6km diários. (sendo 16.2km pavimentado e 47.4km não pavimentados).

$$11.4 + 2.9 + 9.4 + 8.1 = 31.8 \times 2 = 63.6\text{km}$$





GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO - CRE

Rua 06 de Maio, 1722 – Bairro Casa Preta – Fone: (69) 3416-4866 e 3416-4861 – CEP. 76907-572 – Ji-Paraná – RO.

TRAJETO 06 – LOTE 03

MATUTINO - Sai às 6h00min (**Ponto de referência: linha 136 km 15**), percorre 3.5km, continua em frente e percorre 2.0km e retorna 2.0km, entra a direita, percorre 4.1km, entra a direita, percorre 1.3km e retorna 1.3km, faz curva a direita, percorre 0.5km, continua em frente e percorre 1.2km e retorna 1.2km, entra a esquerda, percorre 23.8km passando pelas escolas de Presidente Médici. Perfazendo um total de 81.8km diários. (sendo 81.8km não pavimentados).

$$3.5 + 2.0 + 2.0 + 4.1 + 1.3 + 1.3 + 0.5 + 1.2 + 1.2 + 23.8 = 40.9 \times 2 = 81.8\text{km}$$





GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO - CRE

Rua 06 de Maio, 1722 – Bairro Casa Preta – Fone: (69) 3416-4866 e 3416-4861 – CEP. 76907-572 – Ji-Paraná – RO.

TRAJETO 07 – LOTE 03

MATUTINO - Sai às 6h20min (**Ponto de referência: BR364, proximo a trevo do Estrela de Rondônia**), percorre 12.7km, entra direita, percorre 3.2km e retorna 3.2km, entra a direita, percorre 4.4km, entra a esquerda, percorre 1.7km e retorna 1.7km, entra a esquerda, percorre 18.2km passando pelas escolas de Presidente Médici. Perfazendo um total de 90.2km diários. (**sendo 70.6km pavimentados e 19.6km não pavimentados**).

$$12.7 + 3.2 + 3.2 + 4.4 + 1.7 + 1.7 + 18.2 = 45.1 \times 2 = 90.2\text{km}$$





GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO - CRE

Rua 06 de Maio, 1722 – Bairro Casa Preta – Fone: (69) 3416-4866 e 3416-4861 – CEP. 76907-572 – Ji-Paraná – RO.

TRAJETO 08 – LOTE 03

MATUTINO - Sai às 5h40min (**Ponto de referência: km 11**), percorre 2.9km, entra esquerda, percorre 3.9km e retorna 3.9km, entra a esquerda, percorre 1.2km e retorna 1.2km, entra a esquerda, percorre 3.6km, entra a direita, percorre 2.8km e retorna 2.8km, continua em frente e percorre 25.1km, passando pelas escolas de Presidente Médici. Perfazendo um total de 94.8km diários. (**sendo 55.0km pavimentados e 39.8km não pavimentados**).

$$2.9 + 3.9 + 3.9 + 1.2 + 1.2 + 3.6 + 2.8 + 2.8 + 25.1 = 47.4 \times 2 = 94.8\text{km}$$





GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO - CRE

Rua 06 de Maio, 1722 – Bairro Casa Preta – Fone: (69) 3416-4866 e 3416-4861 – CEP. 76907-572 – Ji-Paraná – RO.

TRAJETO 09 – LOTE 03

MATUTINO - Sai às 6h05min (**Ponto de referência: km 17**), percorre 4.0km, continua em frente e percorre 1.3km e retorna 1.3km, entra a esquerda, percorre 6.2km, entra a direita, percorre 5.0km, entra a esquerda, percorre 7.6km, entra a direita, percorre 1.1km e retorna 1.1km, entra a direita, percorre 11.9km, passando pelas escolas de Presidente Médici. Perfazendo um total de 79.0km diários. (sendo 39.0km pavimentados e 40.0km não pavimentados).

$$4.0 + 1.3 + 1.3 + 6.2 + 5.0 + 7.6 + 1.1 + 1.1 + 11.9 = 39.5 \times 2 = 79.0\text{km}$$





GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO - CRE

Rua 06 de Maio, 1722 – Bairro Casa Preta – Fone: (69) 3416-4866 e 3416-4861 – CEP. 76907-572 – Ji-Paraná – RO.

TRAJETO 10 LOTE 03

MATUTINO - Sai às 5h50min (**Ponto de referência: linha 128 proximo ao bar do Dau**), percorre 1.4km entra a direita e percorre 6.4km, faz leve curva a direita e percorre 8.5km, entra a esquerda percorre 7.0km, entra a direita percorre 3.1km e retorna 3.1km, entra a direita percorre 12.5 km até as escolas de Presidente Médici. Perfazendo um total de 84.0km diários. (sendo 39.0km pavimentada e 45.0km não pavimentados).

$$1.4 + 6.4 + 8.5 + 7.0 + 3.1 + 3.1 + 12.5 = 42 \times 2 = 84.0\text{km}$$





GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO - CRE

Rua 06 de Maio, 1722 – Bairro Casa Preta – Fone: (69) 3416-4866 e 3416-4861 – CEP. 76907-572 – Ji-Paraná – RO.

TRAJETO 11 – LOTE 03

MATUTINO - Sai às 6h05min (**Ponto de referência: linha 132/136**), percorre 7.5km entra a esquerda, percorre 1.0km, entra a direita, percorre 4.3km, entra a esquerda percorre 5.5km, entra a direita, percorre 9.2km, entra a direita, percorre 2.4km, faz curva a esquerda, percorre 6.1km até as escolas de Presidente Médici. Perfazendo um total de 72.0km diários. (**sendo 72.0km não pavimentados**).

$$7.5 + 1.0 + 4.3 + 5.5 + 9.2 + 2.4 + 6.1 = 36 \times 2 = 72.0\text{km}$$





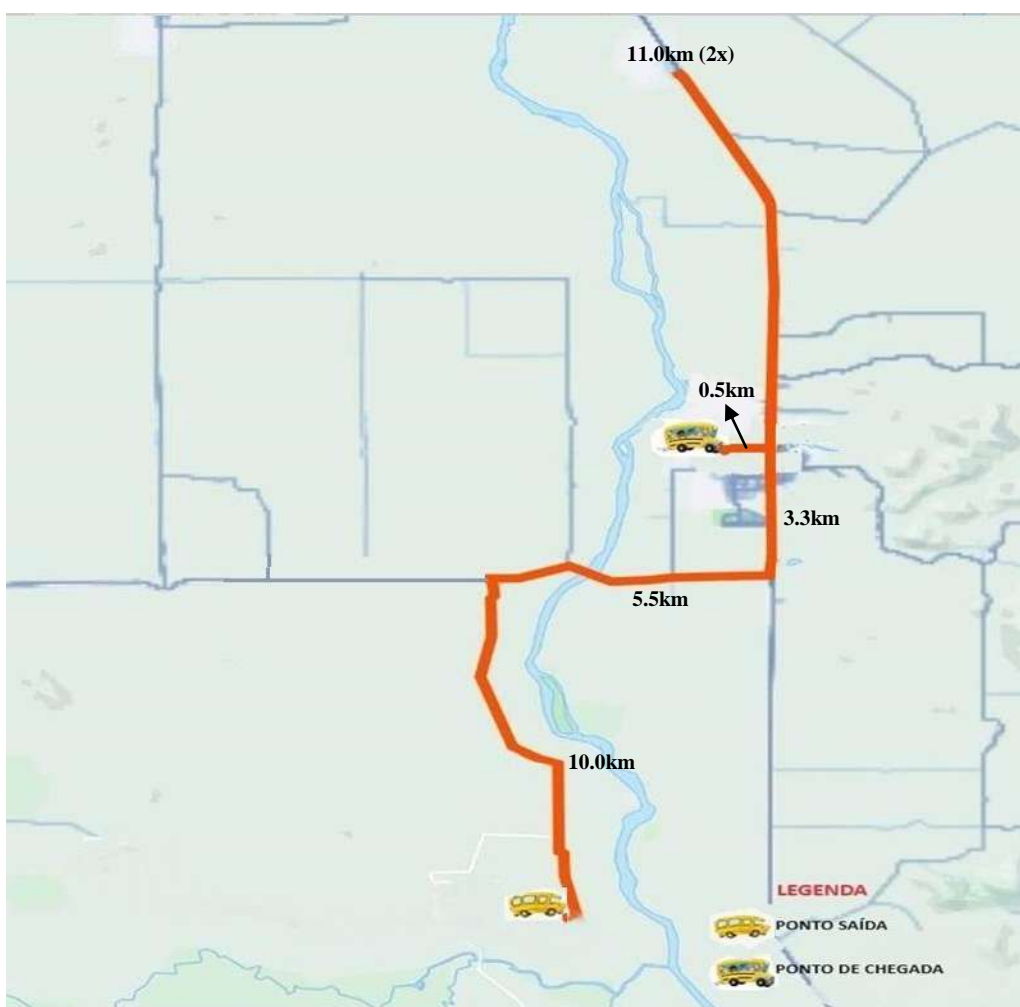
GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO - CRE

Rua 06 de Maio, 1722 – Bairro Casa Preta – Fone: (69) 3416-4866 e 3416-4861 – CEP. 76907-572 – Ji-Paraná – RO.

TRAJETO 12 – LOTE 03

NOTURNO - Sai às 17h20min (**Ponto de referência: assentamento**), percorre 10.0km, entra a direita, percorre 5.5km, entra a esquerda, percorre 3.3km, continua em frente e percorre 11.0km e retorna 11.0km, entra a direita, percorre 0.5km, até escola CEEJA Marechal Rondon. Perfazendo um total de 82.6km diários. (sendo 62.6km pavimentados e 20.0km não pavimentados).

$$10.0 + 5.5 + 3.3 + 11.0 + 11.0 + 0.5 = 41.3 \times 2 = 82.6\text{km}$$





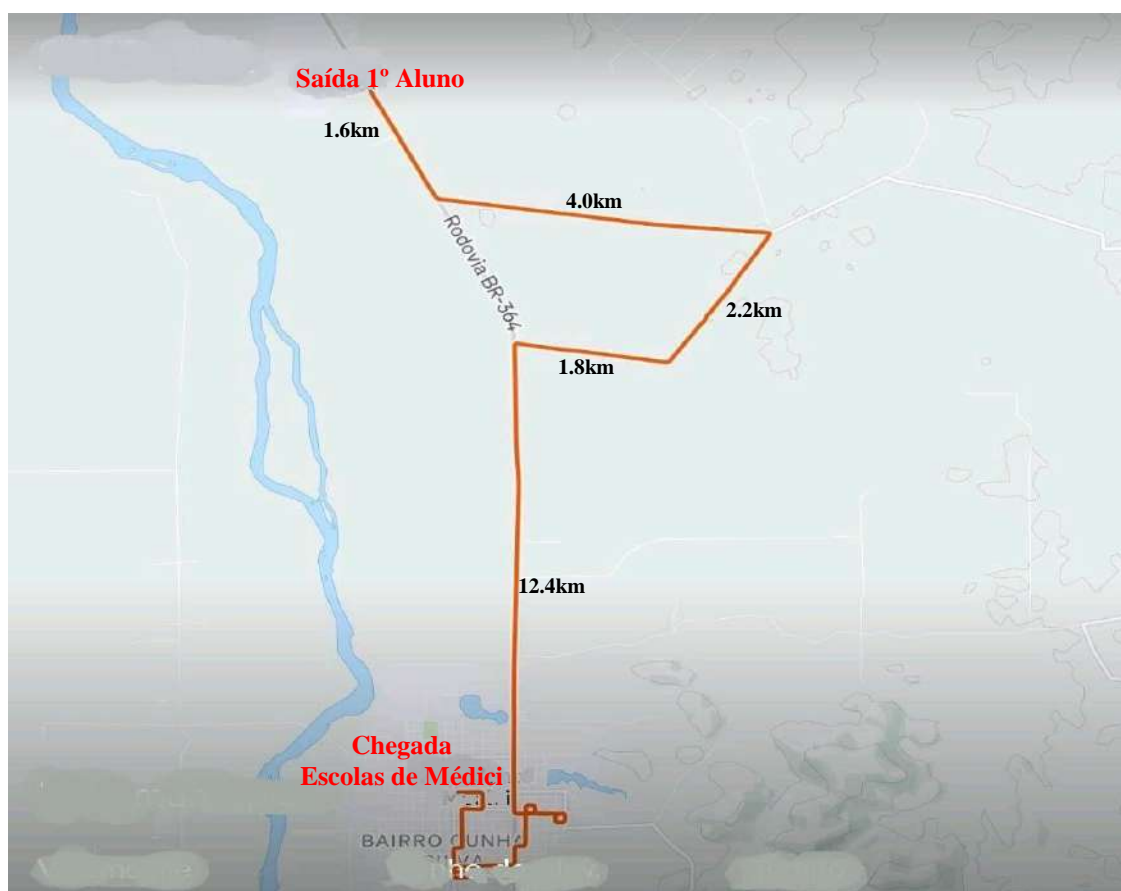
GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO - CRE

Rua 06 de Maio, 1722 – Bairro Casa Preta – Fone: (69) 3416-4866 e 3416-4861 – CEP. 76907-572 – Ji-Paraná – RO.

TRAJETO EXTRA 01

MATUTINO - Sai às 6h30min (**Ponto de referência: Bandeira Branca**), percorre 1,6km, entra a esquerda, percorre 4.0km, entra a direita, percorre 2.2km, entra a direita, percorre 1.8km, entra a esquerda, percorre 12.4km passando pelas escolas de Presidente Médici. Perfazendo um total de 44.0km diários. (sendo 28.0 pavimentado e 16.0km não pavimentados).

$$1.6 + 4.0 + 2.2 + 1.8 + 12.4 = 22.0 \times 2 = 44.0\text{km}$$





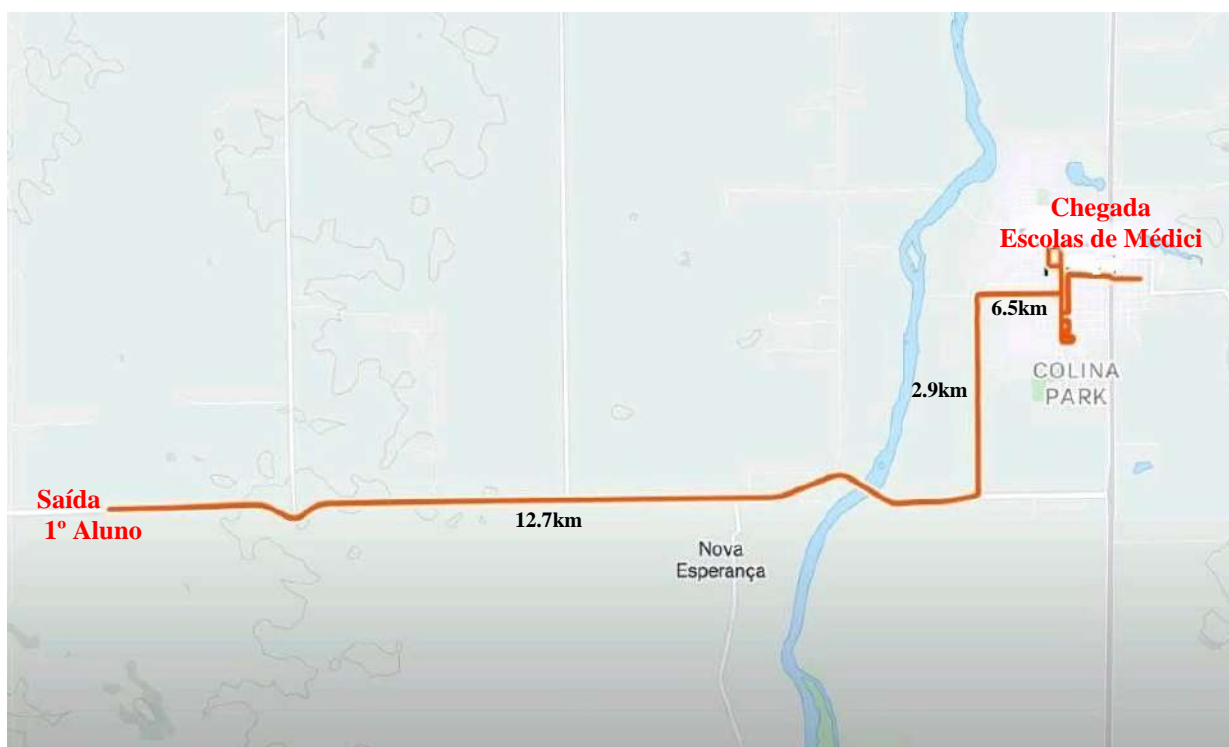
GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO - CRE

Rua 06 de Maio, 1722 – Bairro Casa Preta – Fone: (69) 3416-4866 e 3416-4861 – CEP. 76907-572 – Ji-Paraná – RO.

TRAJETO EXTRA 02

MATUTINO - Sai às 6h30min (**Ponto de referência: BR 429**), percorre 12.7km, entra a esquerda, percorre 2.9km, entra a direita, percorre 6.5km passando pelas escolas de Presidente Médici. Perfazendo um total de 44.2km diários. (sendo 25.4 pavimentado e 18.8km não pavimentados).

$$12.7 + 2.9 + 6.5 = 22.1 \times 2 = 44.2\text{km}$$





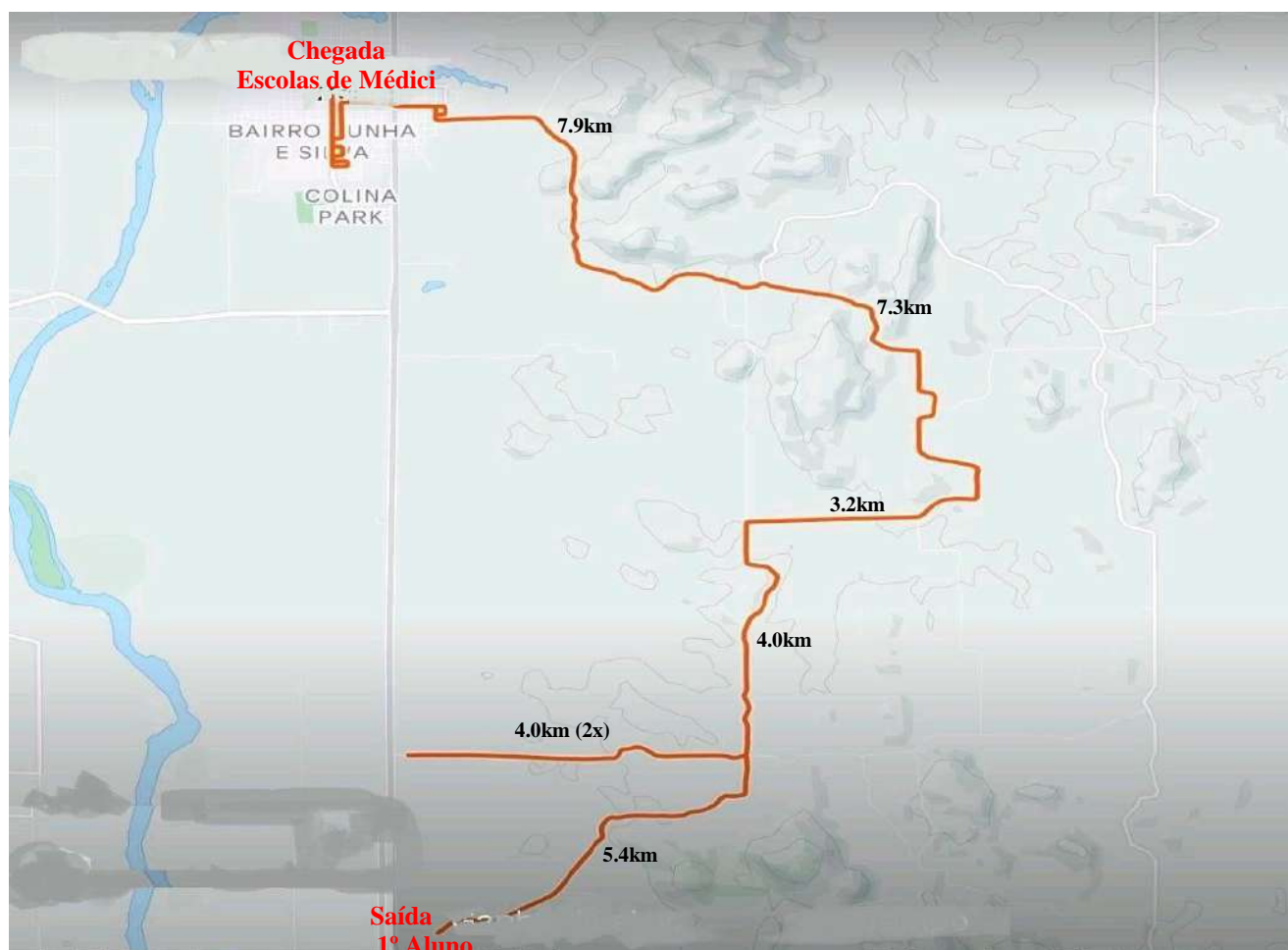
GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO - CRE

Rua 06 de Maio, 1722 – Bairro Casa Preta – Fone: (69) 3416-4866 e 3416-4861 – CEP. 76907-572 – Ji-Paraná – RO.

TRAJETO EXTRA 03

MATUTINO - Sai às 6h30min (**Ponto de referência: linha 128, entra da embrapa**), percorre 5.4km, entra a esquerda, percorre 4.0km e retorna 4.0km, entra a esquerda, percorre 4.0km, entra a direita, percorre 3.2km, entra a esquerda, percorre 7.3km, faz curva a direita, percorre 7.9km passando pelas escolas de Presidente Médici. Perfazendo um total de 71.6km diários. **(71.6km não pavimentados)**.

$$5.4 + 4.0 + 4.0 + 4.0 + 3.2 + 7.3 + 7.9 = 35.8 \times 2 = 71.6\text{km}$$





GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO - CRE

Rua 06 de Maio, 1722 – Bairro Casa Preta – Fone: (69) 3416-4866 e 3416-4861 – CEP. 76907-572 – Ji-Paraná – RO.

TRAJETO EXTRA 04

MATUTINO - Sai às 6h30min (**Ponto de referência: linha 128**), percorre 5.7km, entra a esquerda, continua em frente, percorre 1.7km e retorna 1.7km, entra a esquerda, percorre 2.0km, continua em frente, percorre 3.0km e retorna 3.0km, entra a esquerda, percorre 4.0km, entra a esquerda, percorre 1.7km, entra a direita, percorre 3.7km, faz curva a esquerda, percorre 2.2km, faz curva a esquerda, percorre 8.0km passando pelas escolas de Presidente Médici. Perfazendo um total de 73.4km diários. (**73.4km não pavimentados**).

$$5.7 + 1.7 + 1.7 + 2.0 + 3.0 + 3.0 + 4.0 + 1.7 + 3.7 + 2.2 + 8.0 = 36.7 \times 2 = 73.4\text{km}$$





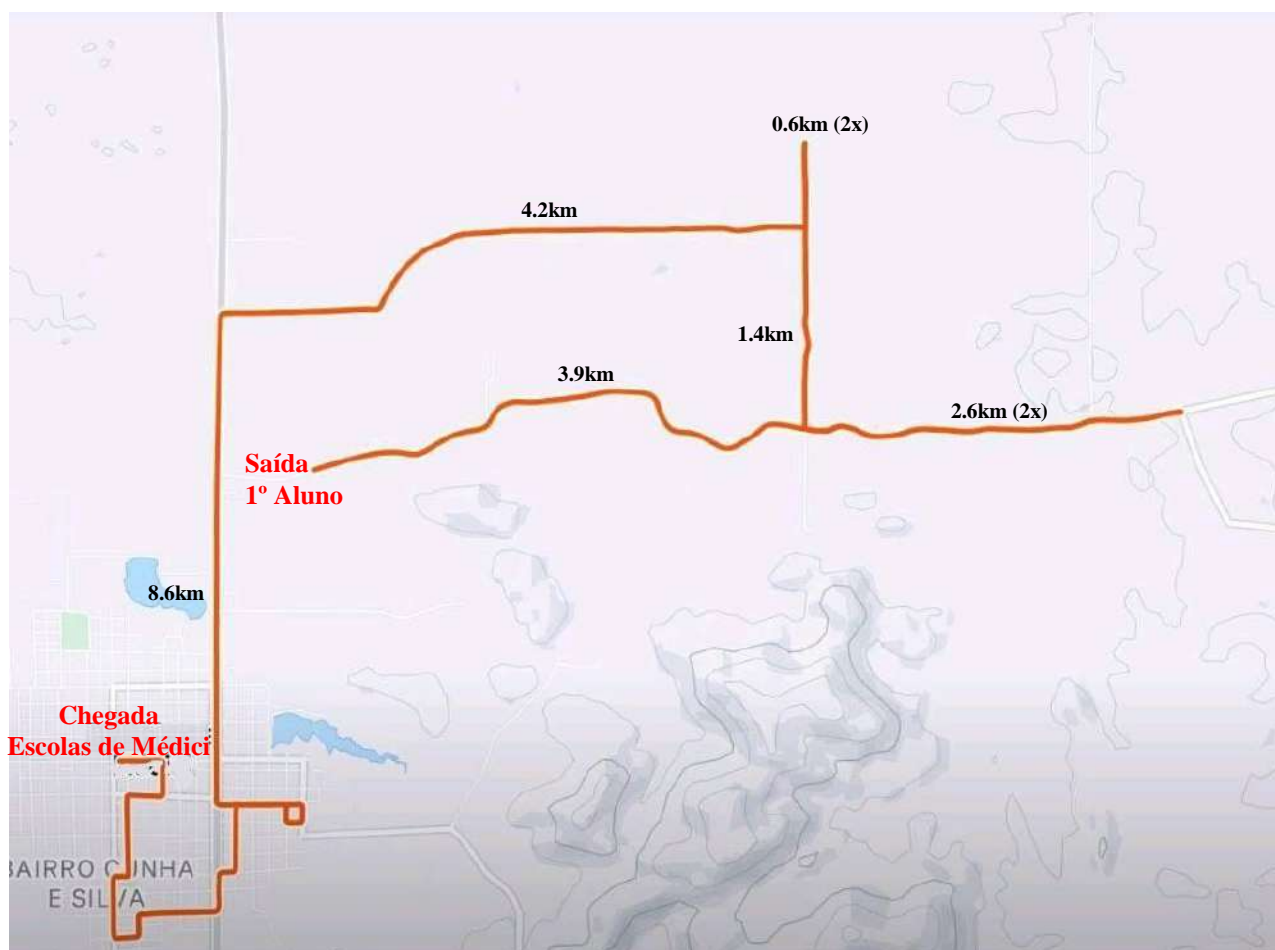
GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO - CRE

Rua 06 de Maio, 1722 – Bairro Casa Preta – Fone: (69) 3416-4866 e 3416-4861 – CEP. 76907-572 – Ji-Paraná – RO.

TRAJETO EXTRA 05

MATUTINO - Sai às 6h30min (**Ponto de referência: restaurante panela cheia**), percorre 3.9km, entra a esquerda, continua em frente, percorre 2.6km e retorna 2.6km, entra a direita, percorre 1.4km, continua em frente, percorre 0.6km e retorn 0.6km, entra a direita, percorre 4.2km, entra a esquerda, percorre 8.6km passando pelas escolas de Presidente Médici. Perfazendo um total de 49.0km diários. (17.2km pavimentado e 31.8km não pavimentados).

$$3.9 + 2.6 + 2.6 + 1.4 + 0.6 + 0.6 + 4.2 + 8.6 = 24.5 \times 2 = 49.0\text{km}$$





GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria de Estado da Educação - SEDUC

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS:

PROCESSO: 0029.008066/2024-13

UNIDADE REQUISITANTE: SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE JI-PARANÁ

SIGLA DA UNIDADE: SEDUC-SUPERJIPGAB

UNIDADE SOLICITANTE: GERÊNCIA DE PLANEJAMENTO DE CONTRATAÇÕES DE SERVIÇOS

SIGLA DA UNIDADE: SEDUC-GPCS

2. DESIGNAÇÃO DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO

2.1. Comissão Especial de membros natos e colaboradores designada por meio da Portaria nº 13134 de 27 de novembro de 2024 (0055158379) publicada no Diário Oficial do Estado de Rondônia em 28 de novembro de 2024.

SETOR	NOME	MATRÍCULA
Comissão do Estudo Técnico Preliminar - CETP/CAD	POLLIANE QUEIROZ RAVANI	*****596
Gerência de Planejamento de Contratações de Serviços- GPCS/CAD	MARIA JOELMA DE OLIVEIRA DA SILVA	*****195
Superintendência Regional de Educação de Ji-Paraná - SEDUC-SUPERJIPGAB	ROSANGELA APARECIDA MARUM CANDIDO	*****079
Superintendência Regional de Educação de Ji-Paraná - SUPERJIPGAB-GAD	PAULO ERNANE ALMEIDA BANDEIRA	*****580
Gerência de Gestão de Contratos - GGC/CCOM	MARIA NILDA JUSTINO DA SILVA	*****146
Gerência de Núcleo de Transporte Escolar - GTE/CCTE	MIRIAM DA SILVA MENDES	*****392

3. IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO

3.1. Este Estudo Técnico Preliminar visa a contratação de empresa especializada na prestação de serviços contínuos de transporte escolar para atender as necessidade dos alunos matriculados na rede estadual de educação, residentes na zona rural, com fornecimento de veículos tipo ônibus, incluindo o abastecimento, rastreamento, monitoramento, manutenção, motoristas e monitores em toda a frota contratada, para executar o serviço por quilometragem percorrida KM/MÊS, referente aos 200 (duzentos) dias Letivos e 10 (dez) dias destinados as Provas de Recuperação e Exames Finais, totalizando 210 (duzentos e dez) dias contratados, executáveis no período de 12 meses, no município de **Presidente Médici** - RO e regiões.

4. DIRETRIZES QUE NORTEARÃO ESTE ETP

4.1. O presente estudo busca atender as exigências nas diretrizes norteadoras por intermédio da nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, Lei Nº 14.133/21, e visa o atendimento dos procedimentos iniciais do planejamento de contratações que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução e fundamentar o anteprojeto, ao termo de referência ou ao projeto básico a serem elaborados caso se conclua pela viabilidade da contratação.

4.2. Tal solicitação está prevista no Art. 18 § 2º da Lei 14.133/2021.

“§ 2º O estudo técnico preliminar deverá conter ao menos os elementos previstos nos incisos I, IV, VI, VIII e XIII do § 1º deste artigo e, quando não contemplar os demais elementos previstos no referido parágrafo, apresentar as devidas justificativas”.

4.3. Em obediência aos princípios do Art. 5º

Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

4.4. Aplica-se ainda, no que couber, os demais dispositivos da IN SEGES nº 58 de 2022, com as alterações da IN 07/2018, e demais legislações pertinentes. Este documento integra a fase de planejamento das contratações públicas, constituindo importante mecanismo de controle da eficiência e economicidade na gestão dos recursos públicos, a partir da identificação das necessidades do ente, análise da viabilidade e razoabilidade da contratação, apontamento das possíveis soluções, análise de impacto ambiental, descrição fiel dos produtos, informações orçamentárias, dentre outros.

4.5. Assim, visamos identificar e analisar os cenários para o atendimento das demandas, demonstrando a viabilidade técnica e econômica das soluções identificadas, fornecendo informações necessárias para subsidiar o processo de contratação.

4.6. A Administração Pública obedecerá, dentre outros, aos princípios da legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência.

4.7. Este Estudo Técnico Preliminar, portanto, fundamenta-se na Lei Nº 14.133/2021, bem como em demais normas aplicáveis ao objeto de estudo em questão, conforme abaixo:

4.7.1. [Decreto Nº 28.874, de 25 de janeiro de 2024](#), que regulamenta as contratações públicas no âmbito da Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Estado de Rondônia, com fundamento na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos e revoga os Decretos nº 12.234, de 13 de junho de 2006, nº 16.089, de 28 de julho de 2011, nº 18.340, de 6 de novembro de 2013, nº 21.349, de 21 de outubro de 2016 e nº 26.182, de 24 de junho 2021;

4.7.2. [Instrução Normativa nº 65, de 07 de julho de 2021](#), que dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional;

4.7.3. [Constituição da República Federativa do Brasil de 1988](#).

4.7.4. [Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996](#), que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional;

4.7.5. [Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990](#), que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências;

4.7.6. [Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002](#), que Institui o Código Civil;

4.7.7. [Resolução/CD/FNDE nº 3, de 28 de março de 2007](#), que cria o Programa Caminho da Escola;

4.7.8. [Caderno de Informações Técnicas do Ônibus Escolar Rural](#);

4.7.9. [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018](#), Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD);

- 4.7.10. [Plano Estadual de Educação – PEE/RO - 2014 A 2024](#);
- 4.7.11. [Guia do Transporte Escolar](#);
- 4.7.12. [Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997](#), que Institui o Código de Trânsito Brasileiro - CTB;
- 4.7.13. [Resolução nº 14 de 06/02/1998 \(CONTRAN\)](#), que estabelece os equipamentos obrigatórios para a frota de veículos em circulação, bem como o prazo para a adequação destes aos requisitos de segurança exigidos pela legislação;
- 4.7.14. [Resolução nº 92 de 04/05/1999 \(CONTRAN\)](#), que dispõe sobre requisitos técnicos mínimos do registrador instantâneo e inalterável de velocidade e tempo, conforme o Código de Trânsito Brasileiro;
- 4.7.15. [Resolução nº 168 de 14/12/2004 \(CONTRAN\)](#), que estabelece Normas e Procedimentos para a formação de condutores de veículos automotores e elétricos, a realização dos exames, a expedição de documentos de habilitação, os cursos de formação, especializados, de reciclagem e dá outras providências;
- 4.7.16. [Resolução nº 277 de 28/05/2008 \(CONTRAN\)](#), que dispõe sobre o transporte de menores de 10 anos e a utilização do dispositivo de retenção para o transporte de crianças em veículos;
- 4.7.17. [Resolução/CD/FNDE nº 18, de 22 de outubro de 2021](#), que estabelece diretrizes e orientações para o apoio técnico e financeiro na execução, no monitoramento e na fiscalização da gestão de veículos de transporte escolar, pelas redes públicas de educação básica dos Municípios, Estados e do DF;
- 4.7.18. [Lei nº 3.307, de 19 de dezembro de 2013](#), que regulamenta as transferências de recursos da Administração Direta e Indireta do Estado de Rondônia, mediante convênios financeiros, contratos de repasse e termos de cooperação e dá outras providências;
- 4.7.19. Lei nº 4.426, de 10 de dezembro de 2018, que institui o Programa Estadual de Transporte Escolar Compartilhado Ir e Vir, direcionado à transferência de recursos para custeio do transporte do educando residente em zona rural;
- 4.7.20. Decreto nº 24.490, de 22 de novembro de 2019, que regulamenta a Lei nº 4.426, de 10 de dezembro de 2018, que “Institui o Programa Estadual de Transporte Escolar Compartilhado Ir e Vir, direcionado à transferência de recursos para custeio do transporte do educando residente em zona rural”;
- 4.7.21. [Manual do Transporte Escolar do Estado de Rondônia](#);
- 4.7.22. [Resolução nº 009/2016/CONSEDIR/ DETRAN-RO](#), que estabelece a padronização e o cumprimento do que dispõe as normas de trânsito quanto às inspeções (vistorias) semestrais de veículos de transporte escolar que prestam serviços ao Estado e às Prefeituras Municipais do Estado de Rondônia;
- 4.7.23. [Caderno Técnico de Transporte Escolar Rural](#);
- 4.7.24. [Portaria nº 19 de 29 de janeiro de 2024](#), atualiza a tabela de preços referenciais do Caderno Técnico de Transporte Escolar, e revoga a Portaria nº 136 de 25 de Setembro de 2023, no âmbito da Superintendência Estadual de Compras e Licitações de Rondônia – SUPEL/RO.

5. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

5.1. Do interesse público e da situação/problema a ser resolvido.

5.2. O Estudo Técnico Preliminar tem por objetivo identificar e analisar os cenários para atendimento da demanda exarada no Documento de Formalização de Demanda - DFD 53 (0046015841), bem como, demonstrar a viabilidade técnica e econômica das soluções identificadas. O referido documento irá subsidiar ainda, as informações necessárias para a elaboração dos instrumentos convocatórios para o objeto.

5.3. Considerando que o serviço de Transporte Escolar é um serviço indispensável, essencial e de direito constitucional junto aos alunos da rede estadual de ensino conforme preconiza o art. 6º da Constituição Federal, que diz: “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.”

5.4. Considerando que no mesmo sentido o Art. 208 da Constituição Federal assegura ao aluno da escola pública o direito ao transporte escolar, como forma de facilitar seu acesso à educação, in verbis:

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

VII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

5.5. Considerando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96, no Art. 11 também prevê o direito do aluno no uso do transporte escolar, mediante a obrigação de Estados e Municípios, in verbis:

Art. 11. Os Municípios incumbir-se-ão de:

VI - assumir o transporte escolar dos alunos da rede municipal.

5.6. Ao longo dos anos, sabe-se que os números de alunos evadidos das escolas crescem, principalmente pelas crianças e adolescentes moradores da zona rural dos municípios do interior do estado. O transporte escolar consiste em uma política assegurada pela Constituição e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, com o objetivo de promover o acesso dos alunos às escolas, condição básica para a garantia do direito à educação. É um instrumento de democratização de oportunidades educacionais, que garante o acesso e permanência nas escolas aos alunos residentes em áreas rurais.

5.7. O transporte escolar da rede estadual de ensino realiza-se de duas maneiras:

5.8. (I) A Secretaria Estadual de Educação – SEDUC realiza por meio de licitação, conforme legislação vigente, a contratação de empresas terceirizadas para a prestação do serviço de transporte escolar nos municípios de Porto Velho, Guajará-Mirim, Nova União, Costa Marques, Alvorada do Oeste, Presidente Médici e Buritit e regiões;

5.9. (II) Em outros municípios, o transporte escolar da rede estadual de ensino é realizado em parceria com as Prefeituras por meio do Programa Estadual de Transporte Escolar Compartilhado Ir e Vir, instituído através da Lei n. 4.426, de 10 de dezembro de 2018 e Regulamentado através do Decreto nº 24.490, de 22 de novembro de 2019, cujo objetivo é transferir recursos financeiros diretamente aos municípios, visando à garantia da oferta de transporte escolar.

5.10. Vale ressaltar que a Secretaria de Estado da Educação não possui, em seu quadro orgânico, cargo ou função específica para a realização das atividades mencionadas. Portanto, a contratação do serviço, por meio da terceirização, se apresenta como a solução mais eficaz, proporcionando otimização dos serviços e gerando economia com gastos e tributos sociais relacionados ao pessoal.

5.11. Em conformidade com o Despacho SEDUC-GGC (0045729309), que encaminha o Parecer nº 097/2024/PGE-SEDUC (0045700846), o qual opina que se atente à necessidade de promover a realização do novo certame e a assinatura do novo contrato com a maior brevidade possível, cujo objeto é a contratação de empresa especializada na prestação de serviços contínuos de transporte escolar do município de Presidente Médici.

5.12. Adicionalmente, conforme a Autorização (0045727491), in verbis:

5.13. Em tempo, determino a abertura imediata de novo processo licitatório visando a contratação objeto ora pleiteado, haja vista que não será admitida nova prorrogação excepcional. E por tratar-se de serviço essencial que assegura o direito dos alunos a igualdade de acesso às atividades educacionais, a descontinuidade do serviço acarretará em grande prejuízo aos nossos alunos, assim, caso ocorra, ressalta-se que o não cumprimento resultará em apuração de responsabilidade do agente causador.

5.14. Considerando ainda o Contrato nº 047/PGE-2019 (4747011) e Termo Aditivo 11º TA (0046026527), com vigência até 11/03/2024 e que não poderá ser renovado, a presente contratação se revela de extrema importância.

5.15. Ela visa garantir a continuidade e segurança no transporte dos alunos da rede estadual de ensino, assegurando o cumprimento do calendário escolar e da carga horária mínima exigida, de modo a atender às necessidades constitucionais de proporcionar uma educação de qualidade que favoreça o

desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem.

6. DEMONSTRATIVO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

6.1. A prestação do serviço, objeto deste estudo, encontra-se previsto no planejamento da Secretaria de Estado da Educação – SEDUC [PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL](#), no resumo das contratações naquilo que conserve a prestação de atividades planejamento, execução, gestão e ao cumprimento das diretrizes governamentais, considerando a sua natureza essencial, além do que os mesmos têm por objetivo atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, assegurando a integridade humana, assim como, o funcionamento das atividades finalísticas da escola, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional, há meta, objetivo ou indicador específico relacionado no planejamento estratégico da secretaria, encontra-se nos contratos continuado conforme quadro abaixo:.

166	Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	CONTRATO CONTINUADO - TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS	R\$ 36.066.062,00	4037	339039	1500001001	Alta
167	Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	CONTRATO CONTINUADO - TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS	R\$ 3.500.000,00	4037	339039	1553000001	Alta
168	Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	CONTRATO CONTINUADO - TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS	R\$ 2.551.938,00	4037	339039	1540001030	Alta
169	Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	CONTRATO CONTINUADO - TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS	R\$ 18.887.760,00	4042	339039	1500001001	Alta

Vinculação com o Planejamento Estratégico: (X) SIM () NÃO	Área de Resultado: não se aplica.	Meta: não se aplica.
Vinculação com algum Projeto/Programa: () SIM (X) NÃO	Identificação do Projeto/Programa: não se aplica.	
Vinculação com algum Termo de Compromisso/Convênio: () SIM (X) NÃO	Vigência do Termo/Convênio: não se aplica.	Conta Bancária: não se aplica.
Região de Planejamento e Gestão conforme Lei n. 1808, de novembro de 2007 : Região V.		

6.2. Os recursos necessários à execução, correrão por conta da dotação orçamentária consignada no orçamento da Secretaria de Estado da Educação – SEDUC, os gastos previstos encontram-se dentro do PLANO PLURIANUAL (PPA) 2023/2024, recursos não vinculados de impostos.

FUNÇÃO PROGRAMÁTICA	FONTE	NATUREZA DA DESPESA
12.361.2156.4037 - Combater o abandono Escolar no Ensino Fundamental	1.500.0.01001 - Recursos não Vinculados de Impostos (Ensino)	3.3.90.39 - 93 - Transporte Escolar de Alunos
12.362.2157.4042 - Combater o abandono Escolar no Ensino Médio	1.500.0.01001 - Recursos não Vinculados de Impostos (Ensino)	3.3.90.39 - 93 - Transporte Escolar de Alunos

*Informação 954 (0055216648)

7. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO NECESSÁRIOS E SUFICIENTES À ESCOLHA DA SOLUÇÃO

7.1. Os serviços serão prestados de acordo com a demanda e necessidade da Secretaria de Estado da Educação, conforme previsto no calendário escolar, e destinam-se ao transporte escolar de estudantes matriculados na rede estadual de educação, residentes na zona rural do município de Presidente Médici - RO e região.

7.2. Desenvolver-se-ão da seguinte maneira:

- 7.2.1. Administrar o Transporte do estudante do ponto de embarque à escola e da escola ao ponto de origem;
- 7.2.2. Cumprir os horários previstos tanto para o embarque dos estudantes quanto para sua chegada à escola;
- 7.2.3. Manter as condições de bem-estar dos estudantes desde o momento de espera da condução, passando pelo tempo de permanência dentro do veículo, de modo que ao chegar à escola estejam em plenas condições de obter rendimento escolar;
- 7.2.4. Fornecer e fiscalizar o uso dos EPI (Equipamento de Proteção Individual);
- 7.2.5. Fornecer motoristas, e condutores reserva na proporção mínima de 01 (um) para 10(dez), habilitados e capacitados para conduzir o alunado nos diversos trajetos. Os motoristas dos veículos responsáveis pelo transporte deverão ter a idade mínima de 21 anos e ser devidamente habilitado. Ter sido submetido a exame psicotécnico com aprovação especial para transporte de alunos. Possuir curso de formação de condutor de Transporte Escolar. Deverá trabalhar portando crachá de identificação e uniforme condizente com a função.
- 7.2.6. Fornecer monitores, habilitados e capacitados, responsáveis pelo embarque e desembarque dos alunos e pelo controle do comportamento durante o trajeto. Deverão ter a idade mínima de 18 anos. Deverá trabalhar portando crachá de identificação e uniforme condizente com a função.
- 7.2.7. Abastecer os veículos;
- 7.2.8. Executar manutenção preditiva, preventiva e corretiva e preventiva nos veículos;
- 7.2.9. Elaborar e entregar relatórios mensais à Secretaria Estadual de Educação;
- 7.2.10. Manter à higiene e limpeza dos veículos;
- 7.2.11. Manter comunicação rápida e constante com a Secretaria Estadual de Educação – SEDUC por meio de seus representantes (servidores);
- 7.2.12. Identificar com uniformes e crachás os funcionários da empresa;
- 7.2.13. Os prestadores de serviço (motoristas e monitores) deverão tratar com cordialidade e gentileza os estudantes e seus responsáveis.
- 7.2.14. Todas as dúvidas e dimensionamentos relativos ao serviço deverão ser sanadas durante a visita técnica prévia.

7.3. Do local e horário de realização dos serviços

7.3.1. A prestação dos serviços ocorrerá nos dias e horários estipulados pela Secretaria de Estado de Educação, com o objetivo de atender as especificações da Planilha Detalhamento dos Trajetos (0055136342), detalhados na Croqui de trajetos atualizados (0055136631) e garantir a chegada dos estudantes nas unidades de ensino de acordo com o horário de início das aulas de cada turno, bem como, o transporte de retorno às suas residências ao término das aulas durante todos os dias letivos, de acordo com o Calendário Escolar de cada unidade de ensino, compreendendo sábados letivos, feriados letivos, tempos estendidos ou contra turnos, conforme a demanda da escola.

7.3.2. A contratada terá que está no local de partida dos alunos com 30 (trinta) minutos de antecedência do horário marcado, cumprindo, rigorosamente, as demais paradas do itinerário fornecido pela contratante.

7.4. Das condições do local onde os serviços serão executados

- 7.4.1. Os serviços deverão ser prestados, de acordo com as respectivas necessidades operacionais e especificidades pertinentes.
- 7.4.2. Os serviços deverão ser prestados no Município de Presidente Médici e região, objetivando o transporte escolar de alunos, com ou sem deficiência, de suas residências, ou no caso de impossibilidade de acesso, em local próximo, combinado como ponto de encontro, ou nas dependências das escolas da rede escolar estadual pertencente à Superintendência Regional de Educação de Ji-paraná, ou entidades conveniadas.

7.4.3. Serão incluídas atividades extracurriculares que poderão ser realizadas, também, durante os fins de semana e férias escolares, a critério da Secretaria de Estado da Educação.

7.5. **Da metodologia e/ou procedimentos a ser utilizada na execução dos serviços**

7.5.1. Os serviços, objeto desta solicitação, deverão ser executados de acordo com a seguinte metodologia:

7.5.2. Os serviços serão executados no município de **Presidente Médici** e regiões, com local determinado pela Secretaria Estadual de Educação – SEDUC;

7.5.3. O transporte deverá ser efetuado no sistema ponto a ponto, observando o percurso do Itinerário (trajeto) e, considerando os períodos de aulas da escola a ser atendida e o número de alunos a serem transportados;

7.5.4. A contratada deverá cumprir fielmente os prazos de execução de serviços constante nos anexos da presente solicitação, sob a pena de aplicação de penalidades ou rescisão do contrato;

7.5.5. A Empresa Contratada deverá nomear um responsável técnico pela execução do contrato, o qual ficará autorizado a representá-lo perante a Secretaria Estadual de Educação – SEDUC e a fiscalização deste em tudo o que disser respeito àquela;

7.5.6. A Superintendência Regional de Educação de Ji-Paraná deve realizar visitas “*in loco*” para verificar a efetividade da oferta do serviço de transporte escolar com instrumentais específicos pelos fiscais de contrato nomeados em Portaria. Os fiscais devem elaborar, encaminhar, orientar e acompanhar as planilhas de prestação de serviço, em conformidade com o Projeto Básico de transporte escolar na unidade de ensino.

7.5.7. A equipe gestora das unidades de ensino deve assinar, preencher com a relação de estudantes a planilha de controle diário do serviço prestado de cada rota/trajeto, entregar mensalmente aos motoristas e monitores, para que os mesmos façam a frequência dos estudantes, e encaminhar mensalmente para SEDUC-SUPERJIPGAB, informando quaisquer eventualidades como problemas nos veículos, falta de combustível, ausência de motoristas ou monitores, entre outros. Sendo estas planilhas que atestam os dias trabalhados de acordo com o Calendário Escolar Aprovado e, consequentemente, autorizam, junto com o Relatório do Fiscal, o pagamento do serviço prestado.

7.5.8. Toda documentação produzida relativa ao objeto desta solicitação será de propriedade exclusiva da Secretaria Estadual de Educação – SEDUC;

7.5.9. Documentos produzidos pelas contratadas deverão ser entregues à Secretaria Estadual de Educação – SEDUC por meios impressos e/ou virtuais, devidamente assinados/autenticados sem proteção de senha ou qualquer outro meio que restrinja o acesso e utilização dos dados textos, valores, fórmulas ou códigos de programação, nos prazos definidos cronograma a ser elaborado;

7.5.10. Quaisquer visitas, reuniões ou entrevistas junto às unidades dos órgãos diretamente interessados, deverão ser previamente agendadas;

7.5.11. A fiscalização do Contrato será exercida por representantes da Secretaria Estadual de Educação, designados por Portaria da Secretária Estadual de Educação – SEDUC, que será editado após a assinatura do futuro contrato a ser celebrado, aos quais competirá dirimir dúvidas que vier surgir na vigência do contrato;

7.5.12. A Superintendência Regional de Educação de Ji-Paraná deverá elaborar instrumentais específicos padrão para o acompanhamento do serviço de transporte escolar, afim de fiscalizar *in loco*, e os instrumentais de acompanhamento diário do serviço prestado pela empresa. A empresa deverá garantir o preenchimento desses instrumentais por seus funcionários (motoristas e/ou monitores), utilizando os modelos disponibilizados no Manual transcolar (0047638078);

a) APÊNDICE A - REQUERIMENTO PARA A UTILIZAÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR;

b) APÊNDICE B - TERMO DE DECLARAÇÃO DE UTILIZAÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR;

c) APÊNDICE C - INSTRUMENTAL DE VISTORIA PARA TRANSPORTE ESCOLAR TERRESTRE;

d) APÊNDICE F - PLANILHA DE CONTROLE DIÁRIO DO TRANSPORTE ESCOLAR TERRESTRE;

e) APÊNDICE G - PLANILHA DE FREQUÊNCIA DOS MOTORISTAS E MONITORES;

f) TRANSPORTE TERRESTRE (EMPRESA TERCEIRIZADA);

g) APÊNDICE J - FORMULÁRIO DE DENÚNCIA (TRANSPORTE ESCOLAR RURAL);

h) APÊNDICE K - QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR.

7.5.13. Os motoristas e monitores devem ir à escola diariamente nos horários de início e término da aula para apresentar a planilha de frequência dos estudantes e receber o visto do gestor escolar;

7.5.14. Os fiscais da Secretaria Estadual de Educação – SEDUC deverão receber os produtos tipificados conforme o serviço objeto desta.

7.5.15. O período de execução dos serviços compreenderá por 200 (duzentos) dias letivos e 10 (dez) dias para os trabalhos de recuperação e exames finais.

7.5.16. A Contratada deverá apresentar os custos fixos e variáveis na composição dos custos dos serviços.

7.5.17. A Contratada deverá apresentar planilha de custos de implantação, e garantias patrimoniais, para que a Secretaria Estadual de Educação – SEDUC, garanta o devido provimento.

7.5.18. A contratada deverá solucionar os problemas que porventura venham a surgir, relacionados com embarque e desembarque dos alunos e manter os seus profissionais, quando em serviço, devidamente identificados.

7.5.19. A Contratada deverá manter todo o pessoal, veículos e equipamento necessário para a prestação eficiente do serviço contratado, bem como pagamento de todos os custos diretos ou indiretos, relativos ao objeto deste inclusive materiais de uso e consumo para a prestação do serviço, bem como todos os impostos, seguros, indenizações e demais encargos ou quaisquer outros custos decorrentes ou que venham a ser devido em razão do objeto desta contratação, não cabendo a Secretaria Estadual de Educação – SEDUC quaisquer custos adicionais;

7.5.20. Qualquer impedimento que houver no decorrer desta contratação, deve a Contratada em caso de motivada ausência na prestação do serviço, responsabilizar-se pela substituição do motorista, monitor ou veículo necessário ao transporte;

7.5.21. Manter em condições de uso os veículos objeto da prestação do serviço, observando a mecânica, a lataria e acessórios, cuja avaliação será atestada periodicamente pela Secretaria Estadual de Educação – SEDUC e implicitamente anotado no alvará de prestação de serviço, inclusive quanto o eventual veículo substituto;

7.5.22. Ser responsável por todas as despesas inerentes aos trabalhos contratados, inclusive as de pagamento seguro contra acidentes de trabalho ou danos de qualquer espécie, aqui entendido, quaisquer envolvidos, devendo arcar e ressarcir os dispêndios como eventuais indenizações, em caso de ações judiciais; ficando a critério da mesma, segurar em companhia comprovadamente idônea, todos os transportados, com fulcro nos riscos que o objeto oferece, responsabilizando-se também por danos a terceiros;

7.5.23. Manter durante todo período de contratação, compatibilidade com as obrigações assumidas nas condições de habilitação e qualificação exigidas;

7.5.24. A Secretaria de Estado da Educação-SEDUC não se responsabilizará pela contratação dos motoristas e monitores, ficando todas as despesas com combustível, pagamento dos monitores e motoristas e todos os encargos decorrentes da referida contratação e/ou rescisão por conta da Contratada;

7.5.25. Revisar os veículos, diariamente;

7.5.26. A Contratada não poderá substituir motorista e/ou monitor indicados na assinatura do contrato, salvo os casos de força maior e mediante prévia concordância da Secretaria Estadual de Educação – SEDUC, apresentando para tal fim toda a documentação exigida em relação a tais profissionais,

7.5.27. A Secretaria de Estado da Educação-SEDUC não se responsabilizará pela contratação dos motoristas e monitores, ficando todas as despesas com combustível, pagamento dos monitores e motoristas e todos os encargos decorrentes da referida contratação e/ou rescisão por conta da Contratada;

7.5.28. A Contratada deverá conduzir educando até o portão da escola garantido que os mesmos adentrem no estabelecimento educacional;

7.5.29. A Contratada deverá apresentar um livro ATA de registro de transporte escolar por veículo a ser preenchido pelo monitor;

7.5.30. A Contratada deverá apresentar a listagem de alunos usuários anexadas dentro do veículo.

7.6. **Das características dos veículos**

7.6.1. Os veículos “Ônibus Rural Escolar”, devem possuir as seguintes características:

7.6.2. Tipo Ore I - ônibus com comprimento total máximo de 7.000mm, capacidade de carga útil líquida de no mínimo 2.000kg, comportando transportar 29 (vinte e nove) estudantes sentados, e podendo ser equipado com plataforma elevatória veicular.

7.6.3. Tipo Ore II - ônibus com comprimento total máximo de 9.000mm, capacidade de carga útil líquida de no mínimo 3.000kg, comportando transportar 44 (quarenta e quatro) estudantes sentados, e podendo ser equipado com plataforma elevatória veicular.

7.6.4. Cada veículo contratado deverá ter 01 (um) motorista e 01 (um) monitor.

7.6.5. Veículos sem ar-condicionado, com cadeiras de fibra;

7.6.6. Os ônibus ofertados para o transporte escolar deverão estar em perfeitas condições de uso e manutenção adequada, com todos os dispositivos de segurança exigidos pela legislação pertinente (Resolução nº 14/1998 do CONTRAN, e suas alterações posteriores) e de acordo com o art. 136 e 137 do CTB - Código Nacional de Trânsito- Lei nº 9503, de 23.09.97 e o manual DETRAN - Departamento Estadual de Trânsito de Rondônia;

7.6.7. Os ônibus utilizados para o transporte escolar devem ter inspeção aprovada pelo DETRAN-RO/CIRETRAN/RO, em cumprimento a Legislação Estadual e Nacional;

7.6.8. Durante todo o período de vigência contratual, todos os veículos, incluindo os veículos reservas, não poderão ter mais de 15 (quinze) anos de uso, essa exigência se estende para contratos posteriores (Aditivos), sob pena de nulidade de contrato;

7.6.9. A comprovação dos anos de uso dos veículos se dará por meio de Nota fiscal e na ausência desta, considerar-se-á o ano de fabricação dos veículos.

7.7. **Dos veículos com acessibilidade**

7.7.1. Existindo alunos matriculados, portadores de necessidades especiais, a CONTRATADA deverá fornecer ônibus com acessibilidade de acordo com as Leis vigentes de acessibilidade para o transporte escolar, para atender o trajeto.

7.7.2. A (s) empresa (s) terá (ão) o prazo de até 30 (trinta) dias corridos para adaptar o (s) veículo (s) conforme as necessidades do (s) aluno (s), de acordo com as Leis vigentes de acessibilidade para o transporte escolar.

7.8. **Da manutenção geral (preditiva, preventiva e corretiva)**

7.8.1. Os serviços de manutenção preditiva, preventiva e corretiva dos veículos transporte terrestre, objetiva a execução das manutenções, reparos, substituição de peças e partes por desgaste natural, análise, avaliação e diagnose, desmontagem, montagem, retificação, reparação, correção, restauração, reposição, complementação, conservação, bem como serviços equivalentes. Incluirão a realização de todos os testes elétricos e mecânicos, revisão, aferição e limpeza dos equipamentos, conforme cada caso, bem como as orientações à Seduc acerca da utilização normal e adequada dos mesmos. Incluindo o fornecimento de peças, bem como as ferramentas, equipamentos e materiais necessários a execução da manutenção devidamente autorizada, visando o funcionamento pleno e adequado dos veículos.

7.8.2. Todo material necessário à manutenção preditiva e preventiva deverá ser fornecido pela Contratada, que, face às obrigações assumidas, deverá dispor de todas as ferramentas, equipamentos, instalações, etc., adequados ao tipo de serviço a ser realizado.

7.8.3. Todo o material, partes, peças e consumíveis a serem fornecidos deverão ser ORIGINAIS ou GENUÍNOS (NOVOS, sem uso), não podendo valer-se em nenhuma hipótese de itens recondicionados, usados de mercado paralelo ou de outra procedência.

7.8.4. Toda a manutenção geral (preditiva, preventiva e corretiva) deverá ser fornecido pela Contratada, seguindo conforme manual do veículo que estiver em execução do serviço, em cumprimento a Legislação Estadual e Nacional.

7.9. **Manutenção Preditiva**

7.9.1. A manutenção preditiva, também conhecida como manutenção planejada, é aquela em que os veículos recebem ajustes periódicos, que pode ser de 6(seis) meses sem deixar quebrar ou falhar.

7.10. **Manutenção Preventiva**

7.10.1. O que a diferencia da manutenção preventiva, é que, naquela, não há periodicidade certa, mas na preditiva sim. Por exemplo, trocar o óleo e o filtro do motor com base a cada 15.000 km.

7.11. **Manutenção Corretiva**

7.11.1. Feita quando o veículo quebra em uma via fazendo o transporte, se tornando necessário sempre um veículo de apoio.

7.12. **Do veículo/ônibus Reserva**

7.12.1. A (s) empresa (s) contratada (s) deverá (ão) apresentar, no mínimo, 01 (um) ônibus reserva tipo urbano, sendo a) 01 (um) por lote se houver empresas vencedoras diferentes ou b) 01 (um) pelo contrato total caso haja apenas uma empresa vencedora, os veículos devem possuir as mesmas características e exigências solicitadas no **item 7.6**, o qual deverá também ser aprovado pela Comissão de Inspeção de Veículos de Transporte Escolar, devidamente nomeada pela Secretaria de Estado da Educação - SEDUC.

7.12.2. O veículo reserva deverá atender todas as exigências do Conselho Nacional de Trânsito/CONTRAN e DETRAN-RO.

7.12.3. O veículo reserva somente será utilizado no caso de substituições de emergência seja por avarias de qualquer natureza, ou por necessidade de reparos, revisões, emplacements, realização de vistoria, e/ou outros serviços ou mesmo da solicitação de substituição de veículo que esteja em desacordo, com os itens solicitados nesta solicitação.

7.13. **Do motorista (Art. 138 e 329 do CTB)**

7.13.1. Deverá obedecer aos itens abaixo relacionados:

7.13.2. Estar em perfeitas condições de saúde;

7.13.3. Ter idade superior a vinte e um anos;

7.13.4. Ser habilitado na Categoria D devendo ter a observação “Exerce atividade remunerada” inclusas em sua CNH ([Resolução 168/04, Art. 4º § 1º e Art. 6º § 2º do CONTRAN](#)) - condutor de veículo motorizado utilizado no transporte de passageiros, cuja lotação exceda a oito lugares, excluído o do motorista;

7.13.5. Ser aprovado em curso especializado, nos termos da regulamentação do CONTRAN

7.13.6. Não ter cometido nenhuma infração grave ou gravíssima, ou ser reincidente em infrações médias durante os doze últimos meses;

- 7.13.7. Apresentar-se devidamente uniformizado e identificado por crachá, conforme padrão da contratada.
- 7.13.8. Atender todas as previsões dos órgãos reguladores do transporte, em conformidade com as previstas no Capítulo XIII do Código Brasileiro de Trânsito (DETRAN, CONTRAN, CIRETRAN, no que compete ao Motorista/Condutor de Escolar).
- 7.14. **Do Monitor**
- 7.14.1. Deverá obedecer aos itens abaixo relacionados:
- 7.14.2. O monitor, cuja função é permanecer no veículo durante todo o trajeto, auxiliando no embarque e desembarque dos alunos, bem como zelando por sua segurança, a ser indicado pelo licitante vencedor, por ocasião da contratação, na forma estabelecida neste instrumento, deverá atender aos seguintes requisitos:
- 7.14.3. Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos;
- 7.14.4. Ter capacitação física e mental para a execução dos serviços;
- 7.14.5. Não estar cumprindo ou tenha cumprido pena, nos últimos 05 (cinco) anos;
- 7.14.6. Apresentar-se devidamente uniformizado e identificado por crachá, conforme padrão da contratada.
- 7.14.7. Atender todas as previsões dos órgãos reguladores do transporte, em conformidade com as previstas no Capítulo XIII do Código Brasileiro de Trânsito (DETRAN, CONTRAN, CIRETRAN, no que compete ao Motorista/Condutor de Escolar).
- 7.15. **Da Identificação visual do Veículo**
- 7.15.1. O veículo deve possuir a identificação visual definida pela Secretaria Estadual de Educação.
- 7.16. **Do Rastreamento e monitoramento**
- 7.16.1. **Os veículos utilizadas na prestação do serviço de transporte escolar deverão ser dotadas de sistema de rastreamento veicular.**
- 7.16.2. O rastreamento deverá permanecer ativo em todo o tempo que a veículo estiver prestando serviço à Administração contratante.
- 7.16.3. As informações sobre as posições dos veículo devem ser atualizadas periodicamente, no intervalo não superior a 30 (trinta) segundos, mediante a utilização da rede de telefonia móvel existente no local da prestação do serviço.
- 7.16.4. Havendo perda temporária de sinal, o sistema deverá armazenar as ocorrências (eventos) e descarregá-las automaticamente no retorno do sinal.
- 7.16.5. O dispositivo de rastreamento de cada veículos deverá ser integrado a um sistema informatizado com acesso via web, que registrará, no mínimo: identificação da veículos rastreada, trajetos percorridos em mapa cartográfico, fotográfico ou híbrido, identificação da data e dos horários do início e término de cada trecho percorrido, velocidade média, velocidade máxima, posição atual (latitude e longitude), posições anteriores (latitude e longitude) e distâncias percorridas.
- 7.16.6. O sistema deve permitir a emissão de relatórios de atividade de cada veículos monitorada, individualmente ou em grupo, em especial: relatório de quilômetros rodados por veículos e por intervalo de datas e horários, relatório de alertas por excesso de velocidade permitida, informando data, hora, local onde o veículos ultrapassou a velocidade limite e relatório de informações de trajeto percorrido, com informações detalhadas dos locais por onde o veículo passou, velocidades máxima e média, distância percorrida e visualização em mapa.
- 7.16.7. Todas as informações geradas deverão ter cópia de segurança (backup), ficando armazenadas em servidores por período não inferior a 2 (dois) anos.
- 7.16.8. As informações coletadas devem ser acessíveis por meio de chave de acesso (usuário e senha), não devendo ser necessário, para tanto, nada mais que um navegador de internet.
- 7.16.9. A chave de acesso deve ficar na posse da Administração no mínimo 5 acessos para viabilizar o controle e o monitoramento das informações.
- 7.16.10. O sistema de rastreamento a ser implantado pela contratada deverá obrigatoriamente permitir a integração, compartilhamento do rastreamento ao Sistema Transcolar Rural e outros Sistemas de interesse da SEDUC-RO, sem custos adicionais.

8. **ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS**

- 8.1. As quantidades dos trajetos e seus detalhamentos, foram apresentadas com base nas informações enviadas pela Superintendência Regional de Educação de Ji-Paraná (SUPER), por meio o processo administrativo nº 0029.006842/2024-32.
- 8.2. A presente contratação dos serviços contínuos de transporte escolar, visa atender as necessidades dos 746 (setecentos e quarenta e seis) alunos matriculados nas escolas da rede estadual: EEEFM Emburana, EEEFM Dona Benta, EEEF Irmã Doroty, EEEE Apolônia Rossi Javarini, EEEFM Presidente Emilio Garrastazu Médici, EEEFM PAULO FREIRE, EEEFM CARLOS DRUMMOND e CEEJA Marechal Rondon, conforme relação de alunos (0055136514), todas localizadas no Município de Presidente Médici e região, sob jurisdição da Super de Ji-Paraná, para o período de 200 dias letivos e 10 (dez) dias destinados as Provas de Recuperação e Exames Finais, totalizando 210 (duzentos e dez) dias, conforme os mapas de trajetos (0055136631).
- 8.3. O total de 40 (quarenta) trajetos/rotas, foram apresentados pela Superintendência Regional de Educação de Ji-Paraná - RO, com base na realidade atual dos alunos atendidos pelas unidades escolares, conforme Planilha Detalhamento dos Trajetos (0055136342), Mapas de trajetos (0055136631) e relação de alunos estadual (0055136514).
- 8.4. **Diariamente serão percorridos aproximadamente 3.027,20 km, desses 725,40 km em vias pavimentadas e 2.301,80 km em vias não pavimentadas.**

ITEM	CLASSE (CATMAT / CATSER)	DETALHAMENTO DO OBJETO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
1	5240	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços contínuos de transporte escolar para atender as necessidade dos alunos matriculados na rede estadual de educação, residentes na zona rural, com fornecimento de veículos tipo ônibus, incluindo o abastecimento, rastreamento, monitoramento, manutenção, motoristas e monitores em toda a frota contratada, para executar o serviço por quilometragem percorrida KM/MÊS, referente aos 200 (duzentos) dias Letivos e 10 (dez) dias destinados as Provas de Recuperação e Exames Finais, totalizando 210 (duzentos e dez) dias contratados, executáveis no período de 12 meses, no município de Presidente Médici - RO e regiões, com execução nos seguintes trajetos descritos no item 8.5.	Serviço	1

8.5. Dos trajetos a serem executados:

ITEM	TRAJETO	DESCRIÇÃO DOS TRAJETOS	TURNO DE EXECUÇÃO	QUANTIDADE ESTIMADA DE ALUNOS POR TRAJETO	TRAJETO KM/ DIÁRIO PAVIMENTADO	TRAJETO KM/ DIÁRIO NÃO- PAVIMENTADO	TRAJETO KM/DIÁRIO ESTIMADO TOTAL	PERCENTUAL DE ESTRADA DE TERRA (%)	VEÍCULO ESPECIAL	DIAS CONTRATADOS (210 dias)
1	Trajetos 01 - Lote 01	MATUTINO - O Veículo sai às 5h50min (Ponto de referência: travessão da RO480), percorre 1.1km, entra à esquerda, percorre 2.8km, entra a direita, percorre 3.3km e retorna 3.3km, continua na mesma por 1.0km, continua em	MATUTINO	34	0,00	81,20	81,20	100,0%	NÃO	210

		frente e percorre 4.0km e retorna 4.0km, entra a esquerda, percorre 4.3km, entra a esquerda, percorre 8.4km e retorna 8.4km até a Escola Emburana. as 11h30min, refaz o mesmo itinerário até o ponto de partida. Perfazendo um total de 81.2km. (sendo 81.2km não pavimentados) $1.1 + 2.8 + 3.3 + 3.3 + 1.0 + 4.0 + 4.0 + 4.3 + 8.4 + 8.4 = 40.6 \times 2 = 81.2\text{km}$								
2	Trajetos 02 - Lote 01	VESPERTINO - O Veículo sai às 11h30min (Ponto de referência: linha 136, Estrela de Rondônia), percorre 3.2km, entra a direita, percorre 1.3km e retorna 1.3km, entra à direita, percorre 8.2km continua em frente, percorre 2.9km e retorna 2.9km, entra à esquerda, percorre 3.7km, entra à esquerda, percorre 5.5km e retorna 5.5km, continua em frente, percorre 3.9km até a Escola Emburana. Perfazendo um total de 76.8km. (sendo 29.8km pavimentado e 47.0km não pavimentados) $3.2 + 1.3 + 1.3 + 8.2 + 2.9 + 2.9 + 3.7 + 5.5 + 5.5 + 3.9 = 38.4 \times 2 = 76.8\text{km}$	VESPERTINO	27	29,8	47,00	76,80	61,2%	NÃO	210
3	Trajetos 03 - Lote 01	MATUTINO - O Veículo sai às 6h00min (Ponto de referência: linha 136, Estrela de Rondônia), percorre 3.2km, entra a direita, percorre 0.5km e retorna 0.5km, entra à direita, percorre 8.2km continua em frente, percorre 2.9km e retorna 2.9km, entra à esquerda, percorre 3.7km, entra à esquerda, percorre 5.5km, entra a direita, percorre 3.9km e retorna 3.9km, entra a esquerda 5.5km, continua em frente, percorre 3.9km até a Escola Emburana. Perfazendo um total de 89.2km. (sendo 45.4km pavimentado e 43.8km não pavimentados) $3.2 + 0.5 + 0.5 + 8.2 + 2.9 + 2.9 + 3.7 + 5.5 + 3.9 + 3.9 + 5.5 + 3.9 = 44.6 \times 2 = 89.2\text{km}$	MATUTINO	21	45,40	43,80	89,20	49,1%	NÃO	210
4	Trajetos 04 - Lote 01	MATUTINO - Sai às 6h00min (Ponto de referência: linha 01), percorre 7.1km, entra a direita, percorre 3.2km, continua em frente e percorre 3.5km e retorna 3.5km, entra a direita, percorre 4.2km, entra a esquerda, percorre 2.4km, entra a direita, percorre 3.7km até a escola Emburana. Perfazendo um total de 55.2km diários. (sendo 55.2km não pavimentados). $7.1 + 3.2 + 3.5 + 3.5 + 4.2 + 2.4 + 3.7 = 27.6 \times 2 = 55.2\text{km}$	MATUTINO	19	0,00	55,20	55,20	100,0%	NÃO	210
5	Trajetos 05 - Lote 01	VESPERTINO - Sai às 11h30min (Ponto de referência: linha 01), percorre 7.1km, entra a direita, percorre 3.2km, continua em frente e percorre 4.1km e retorna 4.1km, entra a direita, percorre 4.2km, entra a esquerda, percorre 2.4km, entra a direita, percorre 3.8km até a escola Emburana. Perfazendo um total de 57.8km diários. (sendo 57.8km não pavimentados). $7.1 + 3.2 + 4.1 + 4.1 + 4.2 + 2.4 + 3.8 = 28.9 \times 2 = 57.8\text{km}$	VESPERTINO	12	0,00	57,80	57,80	100,0%	NÃO	210
6	Trajetos 06 - Lote 01	VESPERTINO - O veículo sai às 11h45min (Ponto de referência: Igreja Palavra de Cristo para o Brasil na Linha 114) percorre 3.3km, entra a esquerda, percorre 0.2km e retorna 0.2km, entra a esquerda, percorre 1.0km, continua enfrente, percorre 4.0km e retorna 4.0km, entra a esquerda, percorre 4.3km, entra a esquerda, percorre 7.8km e retorna 7.8km até Escola Emburana. Perfazendo um total de 65.2km. (sendo 65.2km não pavimentados). $3.3 + 0.2 + 0.2 + 1.0 + 4.0 + 4.0 + 4.3 + 7.8 + 7.8 = 32.6 \times 2 = 65.2\text{km}$	VESPERTINO	22	0,00	65,20	65,20	100,0%	NÃO	210
7	Trajetos 07 - Lote 01	MATUTINO - O Veículo sai às 6h00min (Ponto de referência: linha 114), percorre 2.3km, entra direita, percorre 1.4km e retorna 1.4km,	MATUTINO	23	0,00	87,00	87,00	100,0%	NÃO	210

		entra a direita, percorre 9.1km, continua em frente, percorre 11.0km e retorna 11.0km, entra a direita, percorre 4.3km, entra a esquerda, percorre 3.0km até a Escola Dona Benta. Perfazendo um total de 87.0km. (sendo 87.0km não pavimentados) $2.3 + 1.4 + 1.4 + 9.1 + 11.0 + 11.0 + 4.3 + 3.0 = 43.5 \times 2 = 87.0\text{km}$								
8	Trajeto 08 - Lote 01	MATUTINO - Sai às 6h00min (Ponto de referência: linha 01), percorre 3.8km entra a esquerda, percorre 2.0km e retorna 2.0km, continua em frente e percorre 7.6km, faz curva a direita e percorre 5.2km, entra a direita percorre 2.6km, entra a direita, percorre 3.2km, entra esquerda, percorre 4.1km, entra a direita, percorre 0.8km até a escola Dona Benta. Perfazendo um total de 62.6km diários. (sendo 62.6km não pavimentados). $3.8 + 2.0 + 2.0 + 7.6 + 5.2 + 2.6 + 3.2 + 4.1 + 0.8 = 31.3 \times 2 = 62.6\text{km}$	MATUTINO	8	0,00	62,60	62,60	100,0%	NÃO	210
9	Trajeto 09 - Lote 01	VESPERTINO - Sai às 11h30min (Ponto de referência: linha 140), percorre 4.4km, faz curva a direita, percorre 7.6km, faz curva a direita, percorre 7.8km, entra a direita, percorre 3.2km, continua em frente, percorre 2.6km, entra a direita percorre 3.0km e retorna 3.0km, entra a direita, percorre 3.0km e retorna 3.0km, faz leve curva a esquerda, percorre 2.6km, entra a direita, percorre 4.9km até a escola Dona Benta. Perfazendo um total de 90.2km diários. (sendo 90.2km não pavimentados). $4.4 + 7.6 + 7.8 + 3.2 + 2.6 + 3.0 + 3.0 + 3.0 + 2.6 + 4.9 = 45.1 \times 2 = 90.2\text{km}$	VESPERTINO	19	0,00	90,20	90,20	100,0%	NÃO	210
10	Trajeto 10- Lote 01	VESPERTINO - Sai às 11h40min (Ponto de referência: linha 128), percorre 4.6km, curva a direita, percorre 2.3km e retorna 2.3km, entra a direita, percorre 4.5km, faz curva e entra a esquerda, percorre 1.1km, entra a direita, percorre 3.8km e retorna 3.8 km, entra a direita, percorre 4.1 e retorna 4.1km, continua em frente, percorre 1.1km, entra a esquerda, percorre 1.0km até a escola Dona Benta. Perfazendo um total de 65.4km diários. (sendo 65.4km não pavimentados). $4.6 + 2.3 + 2.3 + 4.5 + 1.1 + 3.8 + 3.8 + 4.1 + 4.1 + 1.1 + 1.0 = 32.7 \times 2 = 65.4\text{km}$	VESPERTINO	13	0,00	65,40	65,40	100,0%	NÃO	210
11	Trajeto 11 - Lote 01	MATUTINO - Sai às 6h15min (Ponto de referência: linha 106), percorre 8.3km, continua em frente, percorre 4.4km e retorna 4.4km, entra a esquerda, percorre 7.5km, entra a esquerda, percorre 3.0km até a escola Dona Benta. Perfazendo um total de 55.2km diários. (sendo 55.2km não pavimentados). $8.3 + 4.4 + 4.4 + 7.5 + 3.0 = 27.6 \times 2 = 55.2\text{km}$	MATUTINO	11	0,00	55,20	55,20	100,0%	NÃO	210
12	Trajeto 12 - Lote 01	MATUTINO - Sai às 6h00min (Ponto de referência: linha 109 próximo a ponte), percorre 6.5km entra a esquerda, percorre 4.1km, entra a esquerda, percorre 1.0km e retorna 1.0km, entra a esquerda, percorre 4.3km, entra a esquerda, percorre 19.6km até a escola Dona Benta. Perfazendo um total de 73.0km diários. (sendo 73.0km não pavimentados). $6.5 + 4.1 + 1.0 + 1.0 + 4.3 + 19.6 = 36.5 \times 2 = 73.0\text{km}$	MATUTINO	29	0,00	73,00	73,00	100,0%	NÃO	210
13	Trajeto 13 - Lote 01	VESPERTINO - Sai às 11h30min (Ponto de referência: linha 109 próximo a ponte), percorre 6.4km entra a esquerda, percorre 4.1km, entra a esquerda, percorre 5.4km e retorna 5.4km, entra a esquerda, percorre 4.3km, entra a esquerda,	VESPERTINO	26	0,00	90,40	90,40	100,0%	NÃO	210

		percorre 19.6km até a escola Dona Benta. Perfazendo um total de 90.4km diários. (sendo 90.4km não pavimentados). $6.4 + 4.1 + 5.4 + 5.4 + 4.3 + 19.6 = 45.2 \times 2 = 90.4\text{km}$								
14	Trajetos 14 - Lote 01	VESPERTINO - Sai às 11h15min (Ponto de referência: linha 128), percorre 8.3km, continua em frente, percorre 2.9km e retorna 2.9km, entra a esquerda, percorre 2.8km, entra a direita, percorre 8.9km e retorna 8.9km, continua em frente, percorre 2.0km e retorna 2.0 km, entra a esquerda, percorre 4.3km, entra esquerda, percorre 3.0km até a escola Dona Benta. Perfazendo um total de 92.0km diários. (sendo 92.0km não pavimentados). $8.3 + 2.9 + 2.9 + 2.8 + 8.9 + 8.9 + 2.0 + 2.0 + 4.3 + 3.0 = 46.0 \times 2 = 92.0\text{km}$	VESPERTINO	16	0,00	92,00	92,00	100,0%	NÃO	210
15	Trajetos 15 - Lote 01	MATUTINO - Sai às 6h00min (Ponto de referência: linha 128), percorre 5.5km, entra a direita, percorre 4.1km, entra a direita, percorre 1.3km, faz curva a direita, percorre 1.1km, entra a direita, percorre 4.4km e retorna 4.4km, entra a direita, percorre 4.1km e retorna 4.1km, continua em frente, percorre 1.1km, entra esquerda, percorre 1.0km até a escola Dona Benta. Perfazendo um total de 62.2km diários. (sendo 62.2km não pavimentados). $5.5 + 4.1 + 1.3 + 1.1 + 4.4 + 4.4 + 4.1 + 4.1 + 1.1 + 1.0 = 31.1 \times 2 = 62.2\text{km}$	MATUTINO	12	0,00	62,20	62,20	100,0%	NÃO	210
16	Trajetos 01 - Lote 02	VESPERTINO - Sai às 11h30min (Ponto de referência: sétima linha), percorre 4.2km, entra a esquerda, percorre 2.3km e retorna 2.3km, entra a esquerda, percorre 2.0km e retorna 2.0km, entra a esquerda, percorre 2.4km, entra a esquerda, percorre 4.3km, entra a esquerda, percorre 2.0km, entra a direita, percorre 9.4km, faz curva a direita, percorre 8.2km, continua em frente, percorre 2.1km e retorna 2.1km até a escola Irma Doraty. Perfazendo um total de 86.6km diários. (sendo 1.2 pavimentado e 85.4km não pavimentados). $4.2 + 2.3 + 2.3 + 2.0 + 2.0 + 2.4 + 4.3 + 2.0 + 9.4 + 8.2 + 2.1 + 2.1 = 43.3 \times 2 = 86.6\text{km}$	VESPERTINO	22	1,2	85,40	86,60	98,6%	NÃO	210
17	Trajetos 02 - Lote 02	VESPERTINO - Sai às 11h30min (Ponto de referência: quarta linha), percorre 8.6km, continua em frente, percorre 5.5km e retorna 5.5km, entra a direita, percorre 2.0km, entra a esquerda, percorre 1.4km e retorna 1.4km, entra a esquerda, percorre 11.4km, entra a esquerda, percorre 2.0km, faz a curva a direita, percorre 0.8km, entra a esquerda, percorre 2.5km, entra a direita, percorre 1.2km e retorna 1.2km, continua em frente, percorre 3.6km até a escola Irma Doraty. Perfazendo um total de 94.2km diários. (sendo 26.8 pavimentado e 67.4km não pavimentados). $8.6 + 5.5 + 5.5 + 2.0 + 1.4 + 1.4 + 11.4 + 2.0 + 0.8 + 2.5 + 1.2 + 1.2 + 3.6 = 47.1 \times 2 = 94.2\text{km}$	VESPERTINO	32	26,8	67,40	94,20	71,5%	NÃO	210
18	Trajetos 03 - Lote 02	MATUTINO - Sai às 6h00min (Ponto de referência: quarta linha), percorre 4.3km, continua em frente, percorre 1.2km e retorna 1.2km, entra a direita, percorre 2.0km, entra a esquerda, percorre 0.7km e retorna 0.7km, entra a esquerda, percorre 2.0km, entra a esquerda, percorre 4.0km e retorna 4.0km, entra a esquerda, percorre 9.5km, entra a esquerda, percorre 2.0km, entra a direita, percorre 0.8km, entra a esquerda, percorre 2.5km, entra a direita, percorre 1.2km e retorna 1.2km, continua em frente, percorre	MATUTINO	20	26,8	55,00	81,80	67,2%	NÃO	210

		3.6km até a escola Irma Doraty. Perfazendo um total de 81.8km diários. (sendo 26.8 pavimentado e 55.0km não pavimentados). $4.3 + 1.2 + 1.2 + 2.0 + 0.7 + 0.7 + 2.0 + 4.0 + 4.0 + 9.5 + 2.0 + 0.8 + 2.5 + 1.2 + 1.2 + 3.6 = 40.9 \times 2 = 81.8\text{km}$								
19	Trajeto 04 - Lote 02	MATUTINO - Sai às 6h00min (Ponto de referência: 6ª linha), percorre 4.3km, entra a esquerda, percorre 2.3km, entra a direita, percorre 1.6km e retorna 1.6km, entra a direita, percorre 2.5km, entra a direita percorre 14.6km, entra a direita, percorre 4.6km, entra a esquerda, percorre 4.2km, faz curva a direita, percorre 4.3km até a Escola Irmã Doraty. Perfazendo um total de 80.0km diários. (sendo 9.2 pavimentado e 70.8km não pavimentados). $4.3 + 2.3 + 1.6 + 1.6 + 2.5 + 14.6 + 4.6 + 4.2 + 4.3 = 40.0 \times 2 = 80.0\text{km}$	MATUTINO	14	9,2	70,80	80,00	88,5%	NÃO	210
20	Trajeto 05 - Lote 02	MATUTINO - Sai às 6h00min (Ponto de referência: TN 29), percorre 9.9km, entra a esquerda, percorre 2.0km, entra a direita, percorre 3.6km, entra a direita, percorre 4.7 e retorna 4.7km, entra a direita, percorre 9.0km, faz curva a direita, percorre 4.8km, continua em frente, percorre 2.1km e retorna 2.1km até a Escola Irmã Doraty. Perfazendo um total de 85.8km diários. (85.8km não pavimentados). $9.9 + 2.0 + 3.6 + 4.7 + 4.7 + 9.0 + 4.8 + 2.1 + 2.1 = 42.9 \times 2 = 85.8\text{km}$	MATUTINO	10	0,00	85,80	85,80	100,0%	NÃO	210
21	Trajeto 06 - Lote 02	VESPERTINO - Sai às 11h30min (Ponto de referência: 6ª linha), percorre 2.2km, continua em frente, percorre 2.1km e retorna 2.1km, entra a direita, percorre 2.0km, entra a direita e percorre 14.6km, continua em frente, percorre 3.6km e retorna 3.6km, entra a esquerda, percorre 4.6km, entra a esquerda, percorre 4.3km, faz curva a direita, percorre 4.8km até a Escola Irmã Doraty. Perfazendo um total de 87.8km diários. (sendo 9.2 pavimentado e 78.6km não pavimentados). $2.2 + 2.1 + 2.1 + 2.0 + 14.6 + 3.6 + 3.6 + 4.6 + 4.3 + 4.8 = 43.9 \times 2 = 87.8\text{km}$	VESPERTINO	20	9,2	78,60	87,80	89,5%	NÃO	210
22	Trajeto 07 - Lote 02	MATUTINO - Sai às 6h10min (Ponto de referência: BR 364 kinmaster km 26), percorre 1.2km, faz curva a direita, percorre 4.0km, entra a esquerda, percorre 4.0km, entra a direita, percorre 1.8km, continua em frente, percorre 2.1km, entra a esquerda, percorre 0.7km e retorna 0.7km, entra a esquerda, percorre 0.9km, entra a direita, percorre 4.2km e retorna 4.2km, entra a esquerda, percorre 0.9km, continua em frente, percorre 2.1km, entra a esquerda, percorre 0.5km até a escola Apolônia Rossi. Perfazendo um total de 27.3km diários. (sendo 7.4km pavimentados e 19.9km não pavimentados). MEIO DIA – Sai da escola, percorre 0.5k, entra a direita, percorre 2.1km, entra a esquerda, percorre 0.7km e retorna 0.7km, entra a esquerda, percorre 0.9km, entra a direita percorre 4.2km e retorna 4.2km, entra a esquerda, percorre 0.9km, continua em frente, percorre 2.1km, continua em frente, percorre 1.8km, entra a esquerda, percorre 4.0km, entra a esquerda, percorre 1.5km e retorna 1.5km, continua em frente, percorre 4.0km, entra a direita, percorre 1.2km até o ponto final da rota e retorna 5.6km até a escola Apolônia Rossi. Perfazendo um total de 35.9km diários. (sendo 13.0km pavimentados e 22.9km não pavimentados). VESPERTINO – Sai da escola,	MATUTINO/VESPERTINO	29	27,8	58,50	86,30	67,8%	NÃO	210

		<p>percorre 0.5km, entra a direita, percorre 2.1km, entra a esquerda, percorre 0.7km e retorna 0.7km, entra a esquerda, percorre 0.9km, entra a direita percorre 0.6km e retorna 0.6km, entra a esquerda, percorre 0.9km, continua em frente 2.1km, continua em frente, percorre 1.8km, entra a esquerda, percorre 4.0km, entra a esquerda, percorre 1.5km e retorna 1.5km, continua em frente, percorre 4.0km, entra a direita, percorre 1.2km até o ponto final da rota. Perfazendo um total de 23.1km diários. (sendo 7.4km pavimentados e 15.7km não pavimentados).</p> <p>Manhã : 1.2 + 4.0 + 4.0 + 1.8 + 2.1 + 0.7 + 0.7 + 0.9 + 4.2 + 4.2 + 0.9 + 2.1 + 0.5 = 27.3km</p> <p>Meio dia : 0.5 + 2.1 + 0.7 + 0.7 + 0.9 + 4.2 + 4.2 + 0.9 + 2.1 + 1.8 + 4.0 + 1.5 + 1.5 + 4.0 + 1.2 + 5.6 = 35.9km</p> <p>Tarde : 0.5 + 2.1 + 0.7 + 0.7 + 0.9 + 0.6 + 0.6 + 0.9 + 2.1 + 1.8 + 4.0 + 1.5 + 1.5 + 4.0 + 1.2 = 23.1km</p> <p>Total dos turnos : 27.3 + 35.9 + 23.1 = 86.3km</p>								
23	Trajeto 08 - Lote 02	<p>MATUTINO - Sai às 6h00min (Ponto de referência: km11 Posto Perfil), percorre 2.0km, entra a esquerda, percorre 5.3km, entra direita, percorre 3.6km, entra a direita, percorre 2.8km e retorna 2.8km, continua em frente, percorre 0.9km, entra a direita, percorre 3.1km e retorna 3.1km, entra a direita, percorre 8.2km até a escola Apolônia Rossi. Perfazendo um total de 31.8km. (sendo 16.6km pavimentados e 15.1km não pavimentados).</p> <p>MEIO DIA – Sai da escola, percorre 8.2k, entra a esquerda, percorre 3.1km e retorna 3.1km, entra a esquerda, percorre 0.9km, entra a direita, percorre 3.6km, faz curva a esquerda, percorre 5.3km, entra a direita, percorre 2.0km até o ponto final da rota e retorna 2.0km, continua em frente, percorre 2.8km, continua em frente, percorre 0.9km, continua em frente, percorre 8.2km até a escola Apolônia Rossi. Perfazendo um total de 40.1km diários. (sendo 25.0km pavimentados e 15.1km não pavimentados).</p> <p>VESPERTINO – Sai da escola, percorre 8.2k, entra a esquerda, percorre 3.1km e retorna 3.1km, entra a esquerda, percorre 0.9km, entra a direita, percorre 3.6km, faz curva a esquerda, percorre 5.3km, entra a direita, percorre 2.0km até o ponto final da rota. Perfazendo um total de 26.2km. (sendo 11.0km pavimentados e 15.1km não pavimentados).</p> <p>Manhã : 2.0 + 5.3 + 3.6 + 2.8 + 2.8 + 0.9 + 3.1 + 3.1 + 8.2 = 31.8km</p> <p>Meio dia : 8.2 + 3.1 + 3.1 + 0.9 + 3.6 + 5.3 + 2.0 + 2.0 + 2.8 + 0.9 + 8.2 = 40.1km</p> <p>Tarde : 8.2 + 3.1 + 3.1 + 0.9 + 3.6 + 5.3 + 2.0 = 26.2km</p> <p>Total dos turnos : 31.8 + 40.1 + 26.2 = 97.9km</p>	MATUTINO/VESPERTINO	34	52,60	45,30	97,90	46,3%	NÃO	210
24	Trajeto 01 - Lote 03	<p>MATUTINO - Sai às 6h00min (Ponto de referência: 2ª linha), percorre 2.8km, entra a esquerda, percorre 4.0km, entra a esquerda, percorre 2.0km e retorna 2.0km, continua em frente e percorre 7.8km, entra a esquerda, percorre 4.0km, entra a esquerda, percorre 8.4km, passando pelas escolas de Presidente Médici. Perfazendo um total de 62.0km diários. (sendo 24.8km pavimentados e 37.2km não pavimentados).</p>	MATUTINO	27	24,8	37,20	62,00	60,0%	NÃO	210

		2.8 + 4.0 + 2.0 + 2.0 + 7.8 + 4.0 + 8.4 = 31.0 x 2 = 62.0km								
25	Trajeto 02 - Lote 03	MATUTINO - Sai às 6h00min (Ponto de referência: RO135), percorre 5.6km, continua em frente, percorre 5.2km e retorna 5.2km, entra a direita, percorre 4.0km, continua em frente, percorre 2.4km e retorna 2.4km, entra a direita, percorre 9.8km, entra a esquerda, percorre 8.5km, passando pelas escolas de Presidente Médici. Perfazendo um total de 86.2km diários. (sendo 68.0km pavimentados e 18.2km não pavimentados). 5.6 + 5.2 + 5.2 + 4.0 + 2.4 + 2.4 + 9.8 + 8.5 = 43.1 x 2 = 86.2km	MATUTINO	28	68,00	18,2	86,20	21,1%	NÃO	210
26	Trajeto 03 - Lote 03	MATUTINO - Sai às 6h00min (Ponto de referência: assentamento), percorre 1.9km, continua em frente, percorre 1.3km e retorna 1.3km, entra a direita, percorre 6.1km, continua em frente e percorre 1.3km e retorna 1.3km, entra a esquerda, percorre 1.5km, continua em frente, percorre 1.2km e retorna 1.2km, entra a direita, percorre 4.0km, entra a esquerda, percorre 10.0km, entra a direita, percorre 5.5km, entra a esquerda, percorre 8.6km, passando pelas escolas de Presidente Médici. Perfazendo um total de 90.4km diários. (sendo 27.8km pavimentados e 62.6km não pavimentados). 1.9 + 1.3 + 1.3 + 6.1 + 1.3 + 1.3 + 1.5 + 1.2 + 1.2 + 4.0 + 10.0 + 5.5 + 8.6 = 45.2 x 2 = 90.4km	MATUTINO	27	26,8	55,00	81,80	67,2%	NÃO	210
27	Trajeto 04 - Lote 03	MATUTINO - Sai às 6h05min (Ponto de referência: 2ª linha próximo a BR429), percorre 7.6km, entra direita, percorre 2.0km, entra a direita, percorre 2.0km, entra a esquerda, percorre 2.0km, entra a direita, percorre 5.6km, entra a esquerda, percorre 4.0km, entra a esquerda, percorre 8.4km passando pelas escolas de Presidente Médici. Perfazendo um total de 63.2km diários. (sendo 24.8km pavimentados e 38.4km não pavimentados). 7.6 + 2.0 + 2.0 + 2.0 + 5.6 + 4.0 + 8.4 = 31.6 x 2 = 63.2km	MATUTINO	29	24,8	38,40	63,20	60,8%	NÃO	210
28	Trajeto 05 - Lote 03	MATUTINO - Sai às 5h40min (Ponto de referência: linha118, próximo ao riachuelo), percorre 11.4km entra a esquerda, percorre 2.9km, faz curva a direita, percorre 9.4km, entra a esquerda, percorre 8.1km passando pelas escolas em Presidente Médici. Perfazendo um total de 63.6km diários. (sendo 16.2km pavimentado e 47.4km não pavimentados). 11.4 + 2.9 + 9.4 + 8.1 = 31.8 x 2 = 63.6km	MATUTINO	22	15,4	48,20	63,60	75,8%	NÃO	210
29	Trajeto 06 - Lote 03	MATUTINO - Sai às 6h00min (Ponto de referência: linha 136 km 15), percorre 3.5km, continua em frente e percorre 2.0km e retorna 2.0km, entra a direita, percorre 4.1km, entra a direita, percorre 1.3km e retorna 1.3km, faz curva a direita, percorre 0.5km, continua em frente e percorre 1.2km e retorna 1.2km, entra a esquerda, percorre 23.8km passando pelas escolas de Presidente Médici. Perfazendo um total de 81.8km diários. (sendo 81.8km não pavimentados). 3.5 + 2.0 + 2.0 + 4.1 + 1.3 + 1.3 + 0.5 + 1.2 + 1.2 + 23.8 = 40.9 x 2 = 81.8km	MATUTINO	20	0,00	81,8	81,8	100,0%	NÃO	210
30	Trajeto 07 - Lote 03	MATUTINO - Sai às 6h20min (Ponto de referência: BR364, próximo a trevo do Estrela de Rondônia), percorre 12.7km, entra direita, percorre 3.2km e retorna 3.2km, entra a direita, percorre 4.4km, entra a esquerda, percorre 1.7km e retorna 1.7km, entra a esquerda, percorre 18.2km passando pelas	MATUTINO	15	70,60	19,6	90,20	21,7%	NÃO	210

		escolas de Presidente Médici. Perfazendo um total de 90.2km diários. (sendo 70.6km pavimentados e 19.6km não pavimentados). $12.7 + 3.2 + 3.2 + 4.4 + 1.7 + 1.7 + 18.2 = 45.1 \times 2 = 90.2\text{km}$								
31	Trajetos 08 - Lote 03	MATUTINO - Sai às 5h40min (Ponto de referência: km 11), percorre 2.9km, entra esquerda, percorre 3.9km e retorna 3.9km, entra a esquerda, percorre 1.2km e retorna 1.2km, entra a esquerda, percorre 3.6km, entra a direita, percorre 2.8km e retorna 2.8km, continua em frente e percorre 25.1km, passando pelas escolas de Presidente Médici. Perfazendo um total de 94.8km diários. (sendo 55.0km pavimentados e 39.8km não pavimentados). $2.9 + 3.9 + 3.9 + 1.2 + 1.2 + 3.6 + 2.8 + 2.8 + 25.1 = 47.4 \times 2 = 94.8\text{km}$	MATUTINO	26	55,00	39,80	94,80	42,0%	NÃO	210
32	Trajetos 09 - Lote 03	MATUTINO - Sai às 6h05min (Ponto de referência: km 17), percorre 4.0km, continua em frente e percorre 1.3km e retorna 1.3km, entra a esquerda, percorre 6.2km, entra a direita, percorre 5.0km, entra a esquerda, percorre 7.6km, entra a direita, percorre 1.1km e retorna 1.1km, entra a direita, percorre 11.9km, passando pelas escolas de Presidente Médici. Perfazendo um total de 79.0km diários. (sendo 39.0km pavimentados e 40.0km não pavimentados). $4.0 + 1.3 + 1.3 + 6.2 + 5.0 + 7.6 + 1.1 + 1.1 + 11.9 = 39.5 \times 2 = 79.0\text{km}$	MATUTINO	17	39,00	40,00	79,00	50,6%	NÃO	210
33	Trajetos 10 - Lote 03	MATUTINO - Sai às 5h50min (Ponto de referência: linha 128 próximo ao bar do Dau), percorre 1.4km entra a direita e percorre 6.4km, faz leve curva a direita e percorre 8.5km, entra a esquerda percorre 7.0km, entra a direita percorre 3.1km e retorna 3.1km, entra a direita percorre 12.5 km até as escolas de Presidente Médici. Perfazendo um total de 84.0km diários. (sendo 39.0km pavimentada e 45.0km não pavimentados). $1.4 + 6.4 + 8.5 + 7.0 + 3.1 + 3.1 + 12.5 = 42 \times 2 = 84.0\text{km}$	MATUTINO	16	39,00	45,00	84,00	53,6%	NÃO	210
34	Trajetos 11 - Lote 03	MATUTINO - Sai às 6h05min (Ponto de referência: linha 132/136), percorre 7.5km entra a esquerda, percorre 1.0km, entra a direita, percorre 4.3km, entra a esquerda percorre 5.5km, entra a direita, percorre 9.2km, entra a direita, percorre 2.4km, faz curva a esquerda, percorre 6.1km até as escolas de Presidente Médici. Perfazendo um total de 72.0km diários. (sendo 72.0km não pavimentados). $7.5 + 1.0 + 4.3 + 5.5 + 9.2 + 2.4 + 6.1 = 36 \times 2 = 72.0\text{km}$	MATUTINO	28	0,00	72,00	72,00	100,0%	NÃO	210
35	Trajetos 12 - Lote 03	NOTURNO - Sai às 17h30min (Ponto de referência: assentamento), percorre 10.0km, entra a direita, percorre 5.5km, entra a esquerda, percorre 3.3km, continua em frente e percorre 11.0km e retorna 11.0km, entra a direita, percorre 0.5km, até escola CEEJA Marechal Rondon. Perfazendo um total de 82.6km diários. (sendo 62.6km pavimentados e 20.0km não pavimentados). $10.0 + 5.5 + 3.3 + 11.0 + 11.0 + 0.5 = 41.3 \times 2 = 82.6\text{km}$	NOTURNO	5	62,60	20,00	82,60	24,2%	NÃO	210
36	Trajetos Extra 01	MATUTINO - Sai às 6h30min (Ponto de referência: Bandeira Branca), percorre 1,6km, entra a esquerda, percorre 4.0km, entra a direita, percorre 2.2km, entra a direita, percorre 1.8km, entra a esquerda, percorre 12.4km passando pelas	MATUTINO	37	28,00	16,00	44,00	36,4%	NÃO	210

		escolas de Presidente Médici. Perfazendo um total de 44.0km diários. (sendo 28.0 pavimentado e 16.0km não pavimentados). $1.6 + 4.0 + 2.2 + 1.8 + 12.4 = 22.0 \times 2 = 44.0\text{km}$								
37	Trajetos Extra 02	MATUTINO - Sai às 6h30min (Ponto de referência: BR 429), percorre 12.7km, entra a esquerda, percorre 2.9km, entra a direita, percorre 6.5km passando pelas escolas de Presidente Médici. Perfazendo um total de 44.2km diários. (sendo 25.4 pavimentado e 18.8km não pavimentados). $12.7 + 2.9 + 6.5 = 22.1 \times 2 = 44.2\text{km}$	MATUTINO	16	25,4	18,8	44,20	42,5%	NÃO	210
38	Trajetos Extra 03	MATUTINO - Sai às 6h30min (Ponto de referência: linha 128, entra da EMBRAPA), percorre 5.4km, entra a esquerda, percorre 4.0km e retorna 4.0km, entra a esquerda, percorre 4.0km, entra a direita, percorre 3.2km, entra a esquerda, percorre 7.3km, faz curva a direita, percorre 7.9km passando pelas escolas de Presidente Médici. Perfazendo um total de 71.6km diários. (71.6km não pavimentados). $5.4 + 4.0 + 4.0 + 4.0 + 3.2 + 7.3 + 7.9 = 35.8 \times 2 = 71.6\text{km}$	MATUTINO	6	0,00	71,60	71,60	100,0%	NÃO	210
39	Trajetos Extra 04	MATUTINO - Sai às 6h30min (Ponto de referência: linha 128), percorre 5.7km, entra a esquerda, continua em frente, percorre 1.7km e retorna 1.7km, entra a esquerda, percorre 2.0km, continua em frente, percorre 3.0km e retorna 3.0km, entra a esquerda, percorre 4.0km, entra a esquerda, percorre 1.7km, entra a direita, percorre 3.7km, faz curva a esquerda, percorre 2.2km, faz curva a esquerda, percorre 8.0km passando pelas escolas de Presidente Médici. Perfazendo um total de 73.4km diários. (73.4km não pavimentados). $5.7 + 1.7 + 1.7 + 2.0 + 3.0 + 3.0 + 4.0 + 1.7 + 3.7 + 2.2 + 8.0 = 36.7 \times 2 = 73.4\text{km}$	MATUTINO	12	0,00	73,40	73,40	100,0%	NÃO	210
40	Trajetos Extra 05	MATUTINO - Sai às 6h30min (Ponto de referência: restaurante panela cheia), percorre 3.9km, entra a esquerda, continua em frente, percorre 2.6km e retorna 2.6km, entra a direita, percorre 1.4km, continua em frente, percorre 0.6km e retorna 0.6km, entra a direita, percorre 4.2km, entra a esquerda, percorre 8.6km passando pelas escolas de Presidente Médici. Perfazendo um total de 49.0km diários. (17.2km pavimentado e 31.8km não pavimentados). $3.9 + 2.6 + 2.6 + 1.4 + 0.6 + 0.6 + 4.2 + 8.6 = 24.5 \times 2 = 49.0\text{km}$	MATUTINO	14	17,2	31,8	49,00	64,9%	NÃO	210
TOTAL				818	725,40	2.301,80	3.027,20	-	-	-

9. LEVANTAMENTO DE MERCADO

9.1. O levantamento de mercado consiste na análise das alternativas possíveis, bem como a justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar (art. 18, §1º, V da Lei 14.133/2021).

9.2. O objetivo principal deste Estudo Técnico Preliminar é analisar e selecionar a solução que melhor atenda às necessidades da Secretaria de Educação (SEDUC), levando em consideração aspectos legais, técnicos, econômicos da contratação.

9.3. O serviço objeto deste documento possui natureza comum devido a sua forma de execução, sendo o mesmo realizado por um vasto número de empresas do ramo deste objeto. Dentre as opções disponíveis no mercado, a contratação de serviços de terceiros, pessoa jurídica, na prestação de serviços contínuos de transporte escolar para atender as necessidade dos alunos matriculados na rede estadual de educação, conforme condições e exigências, constantes deste instrumento.

9.4. Diante das características específicas do objeto, diversas alternativas foram consideradas para atender à demanda. Estas alternativas oferecem diferentes benefícios e desafios, e a escolha da modalidade de contratação deve ser feita com base na natureza específica da demanda, nos recursos disponíveis e nos objetivos da contratação.

9.5. A realização de um levantamento de mercado detalhado e bem-estruturado é essencial para assegurar a pretensa contratação, dentro do prazo e orçamento estabelecidos, atendendo assim às necessidades da SEDUC. Seguindo os passos e considerações legais e administrativas, o processo pode ser concluído de forma eficiente e conforme as normas vigentes.

9.6. No que diz respeito ao mercado de transporte escolar, há várias empresas que oferecem esse serviço na região. A lista, embora não seja exaustiva, apresenta um número satisfatório de possíveis fornecedores, o que indica a presença de uma competição saudável no mercado. Isso é uma variável importante na obtenção de preços adequados durante o processo de licitação para futura contratação.

9.7. Após essa análise, foram identificados os seguintes fornecedores:

FORNECEDOR		CNPJ	
1	F. F. PLENTZ TRANSPORTES	14.644.807/0001-71	F
2	OLIVEIRA & GARCIA CONSTRUÇOES E TERRAPLANAGEM LTDA	03.174.630/0001-70	ALTO
3	WR TRANSPORTES LTDA	06.225.530/0001-14	
4	PRIME TRANSPORTES LTDA	26.617.698/0001-82	F
5	B&W TRANSPORTES LTDA	08.983.460/0001-99	
6	ACAO TRANSPORTE ESCOLAR LTDA	03.801.502/0001-00	OL
7	POSITIVO TRANSPORTES E SERVICOS LTDA	08.424.032/0001-26	
8	FRETUR TRANSPORTES DE PASSAGEIROS LTDA	05.476.094/0001-93	
9	M. S. P. TRANSPORTES LTDA	08.574.528/0001-86	GOVEI
10	I MARTINS VEIGA EMPREENDIMENTOS	42.729.383/0001-83	

9.8. Ao considerar as opções de mercado para a prestação dos serviços públicos, é possível analisar duas abordagens neste estudo:

SOLUÇÃO	DESCRIÇÃO
Aquisição de ônibus	<p>Pela administração a fim de que estes componham</p> <p>Nesta opção, os veículos são adquiridos e incorporados à frota da SEDUC, sendo responsabilidade da instituição a gestão da manutenção e também de outras exigências legais.</p> <p>Custo inicial e despesas contínuas: O investimento inicial na compra de ônibus para transporte escolar pode ser significativo. Além disso, as flutuações na demanda: A demanda por transporte escolar pode variar sazonalmente ou de ano para ano, o que pode tornar difícil prever custos com veículos em períodos de baixa demanda ou sobrecarga.</p> <p>Depreciação do valor do veículo: Assim como acontece com qualquer veículo, os ônibus escolares sofrem desvalorização ao longo do tempo e investimento.</p> <p>Manutenção e idade da frota: A manutenção adequada é essencial para garantir a segurança e o desempenho dos ônibus escolares. Com o tempo, os veículos não forem substituídos regularmente.</p> <p>Custos regulatórios e de conformidade: A operação de ônibus escolares pode estar sujeita a regulamentações específicas, como padrões de segurança, regulamentações pode adicionar custos e complexidade.</p>
Contratação de empresa especializada que forneça desde o veículo e a manutenção.	<p>Destes com as devidas peças e reparos que estes necessitam, à motoristas devidamente habilitados e treinados para executar o serviço de transporte escolar, sendo responsabilidade pela manutenção de cada veículo, pela gestão da documentação necessária.</p> <p>Redução de custos iniciais: Ao contratar uma empresa especializada, você pode evitar o alto custo inicial de comprar uma frota de ônibus. Isso resulta em termos de fluxo de caixa.</p> <p>Previsibilidade financeira: Com um contrato de serviço, você terá uma compreensão clara dos custos associados ao transporte escolar ao longo do tempo e manutenção.</p> <p>Acesso a veículos modernos e bem-mantidos: Ao contratar uma empresa especializada, você pode ter acesso a uma frota de veículos mais recentes, não se preocupar com a manutenção e a substituição dos veículos, já que a empresa cuida disso.</p> <p>Flexibilidade e escalabilidade: Ao trabalhar com uma empresa de transporte especializada, você pode ajustar facilmente a quantidade de veículos de acordo com as flutuações na demanda ao longo do tempo.</p> <p>Especialização e conformidade regulatória: Empresas especializadas em transporte escolar geralmente têm um conhecimento profundo da legislação e conformidade com todas as leis e regulamentos relevantes, reduzindo o risco de multas e penalidades.</p> <p>Suporte técnico e expertise: Ao trabalhar com uma empresa especializada, você terá acesso ao conhecimento e à experiência de profissionais experientes em condições ideais de funcionamento e manutenção.</p>

9.9. Para tanto, ao se avaliar as possibilidades de mercado, entende-se que duas vias podem ser analisadas neste estudo, quais sejam, a aquisição de ônibus pela administração a fim de que estes componham sua frota oficial e a contratação de empresa especializada que forneça desde o veículo e a manutenção destes com as devidas peças e reparos que estes necessitam, à motoristas devidamente habilitados e treinados para executar o serviço de transporte escolar.

9.10. Diante da realidade do município de Presidente Médici - RO e regiões, infere-se que o perfeito atendimento da demanda ocorrerá por meio de veículos, da categoria "ônibus", em razão de suas particularidades geográficas, onde se pode perceber, por meio dos mapas, que esta região possui vias pavimentadas e não pavimentadas, ademais, em razão do quantitativo de alunos informados no Documento de Formalização de Demanda - DFD 53 (0046015841), este é o meio que se mostra mais adequado para efetivar as determinações legais acerca do trabalho que visa diminuir/impedir a evasão escolar, compreendendo que o difícil acesso às unidades educacionais tem sido um dos principais fatores desencadeador do abandono escolar por educandos que residem em região rural.

9.11. Após analisar cuidadosamente os diversos aspectos envolvidos na prestação de serviços de transporte escolar, fica claro que a contratação de empresas terceirizadas para a prestação do serviço de transporte escolar a é a escolha mais vantajosa e viável para instituições educacionais.

10. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. Considerando que nos processos de contratação pública regidos pela Lei Federal 14.133/21 será necessária a realização de duas etapas de pesquisa de preços.

10.2. Na etapa inicial do processo, durante a elaboração do Estudo Técnico Preliminar, teremos uma pesquisa de preços preliminar e menos aprofundada, com o objetivo de selecionar a melhor solução para suprir a necessidade da Administração e analisar a viabilidade econômica de sua contratação.

10.3. Posteriormente, na segunda fase, mais adiante no Termo de Referência, teremos a pesquisa de preços mais detalhada, com observância ao disposto no art. 23 da nova lei de licitações e contratos, que vai gerar o orçamento estimativo para a futura contratação.

10.4. Esse orçamento estimativo deverá refletir o preço praticado no mercado para o objeto pretendido, nas quantidades e condições especificadas, já que será adotado para indicação dos créditos orçamentários para a futura despesa, na forma do art. 150 e será utilizado como critério de aceitabilidade no julgamento das propostas, conforme inciso III do art. 59 da Lei Federal 14.133/21.

10.5. Dessa forma, a estimativa de preços para este Estudo técnico será realizada dentro dos parâmetros do § 1º do art. 18 da Lei Federal 14.133/21 e, mais precisamente, no inciso VI temos a estimativa do valor da contratação, como transcrito a seguir:

VI - estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;

10.6. A estimativa da despesa foi elaborada com base nos valores informados e obtidos conforme Caderno técnico de transporte escolar para o ano de 2024 (0047638659), portanto não tem a finalidade de substituir o preço obtido quando for realizada a cotação de preço, nem fixar um "quantum" definitivo para a contratação desses serviços citados conforme a Portaria nº 19 de 29 de janeiro de 2024.

10.7. O valor estimado da contratação de empresa especializada na prestação de serviços contínuos de transporte escolar para atender as necessidade dos alunos matriculados na rede estadual de educação, residentes na zona rural, com fornecimento de veículos tipo ônibus, incluindo o abastecimento, rastreamento, monitoramento, manutenção, motoristas e monitores em toda a frota contratada, para executar o serviço por quilometragem percorrida KM/MÊS, referente aos 200 (duzentos) dias Letivos e 10 (dez) dias destinados as Provas de Recuperação e Exames Finais, totalizando 210 (duzentos e dez) dias contratados, executáveis no período de 12 meses, no município de Presidente Médici - RO e regiões, é de R\$ 11.066.539,89 (onze milhões, sessenta e seis mil quinhentos e trinta e nove reais e oitenta e nove centavos) conforme detalhamento do quadro abaixo:

ORD	TRAJETO	QUANTIDADE ESTIMADA DE ALUNOS POR TRAJETO	TRAJETO KM/ DIÁRIO PAVIMENTADO	TRAJETO KM/ DIÁRIO NÃO-PAVIMENTADO	TRAJETO KM/DIÁRIO ESTIMADO TOTAL	PERÍODO DE EXECUÇÃO 210 DIAS	VALOR ESTIMADO KM (R\$) PAVIMENTADO	VALOR ESTIMADO KM (R\$) NÃO PAVIMENTADO	VALOR TOTAL ESTIMADO KM (R\$) PAVIMENTADO	VALOR TOTAL ESTIMADO KM (R\$) NÃO PAVIMENTADO	VALOR TOTAL ESTIMADO KM (R\$)
1	Trajetos 01 - Lote 01	34	0,00	81,20	81,20	210	R\$ 24,73	R\$ 14,79	R\$ 0,00	R\$ 252.199,08	R\$ 252.199,08
2	Trajetos 02 - Lote 01	27	29,8	47,00	76,80	210	R\$ 23,40	R\$ 20,09	R\$ 146.437,20	R\$ 198.288,30	R\$ 344.725,50
3	Trajetos 03 - Lote 01	21	45,40	43,80	89,20	210	R\$ 19,49	R\$ 20,09	R\$ 185.817,66	R\$ 184.787,82	R\$ 370.605,48
4	Trajetos 04 - Lote 01	19	0,00	55,20	55,20	210	R\$ 23,40	R\$ 17,48	R\$ 0,00	R\$ 202.628,16	R\$ 202.628,16
5	Trajetos 05 - Lote 01	12	0,00	57,80	57,80	210	R\$ 23,40	R\$ 17,48	R\$ 0,00	R\$ 212.172,24	R\$ 212.172,24
6	Trajetos 06 - Lote 01	22	0,00	65,20	65,20	210	R\$ 23,40	R\$ 15,62	R\$ 0,00	R\$ 213.869,04	R\$ 213.869,04
7	Trajetos 07 - Lote 01	23	0,00	87,00	87,00	210	R\$ 23,40	R\$ 13,13	R\$ 0,00	R\$ 239.885,10	R\$ 239.885,10
8	Trajetos 08 - Lote 01	8	0,00	62,60	62,60	210	R\$ 23,40	R\$ 15,62	R\$ 0,00	R\$ 205.340,52	R\$ 205.340,52
9	Trajetos 09 - Lote 01	19	0,00	90,20	90,20	210	R\$ 23,40	R\$ 13,13	R\$ 0,00	R\$ 248.708,46	R\$ 248.708,46
10	Trajetos 10 - Lote 01	13	0,00	65,40	65,40	210	R\$ 23,40	R\$ 15,62	R\$ 0,00	R\$ 214.525,08	R\$ 214.525,08
11	Trajetos 11 - Lote 01	11	0,00	55,20	55,20	210	R\$ 23,40	R\$ 17,48	R\$ 0,00	R\$ 202.628,16	R\$ 202.628,16
12	Trajetos 12 - Lote 01	29	0,00	73,00	73,00	210	R\$ 23,40	R\$ 15,86	R\$ 0,00	R\$ 243.133,80	R\$ 243.133,80
13	Trajetos 13 - Lote 01	26	0,00	90,40	90,40	210	R\$ 23,40	R\$ 13,13	R\$ 0,00	R\$ 249.259,92	R\$ 249.259,92
14	Trajetos 14 - Lote 01	16	0,00	92,00	92,00	210	R\$ 23,40	R\$ 12,26	R\$ 0,00	R\$ 236.863,20	R\$ 236.863,20
15	Trajetos 15 - Lote 01	12	0,00	62,20	62,20	210	R\$ 23,40	R\$ 15,62	R\$ 0,00	R\$ 204.028,44	R\$ 204.028,44
16	Trajetos 01 - Lote 02	22	1,2	85,40	86,60	210	R\$ 23,40	R\$ 13,13	R\$ 5.896,80	R\$ 235.473,42	R\$ 241.370,22
17	Trajetos 02 - Lote 02	32	26,8	67,40	94,20	210	R\$ 24,73	R\$ 17,25	R\$ 139.180,44	R\$ 244.156,50	R\$ 383.336,94
18	Trajetos 03 - Lote 02	20	26,8	55,00	81,80	210	R\$ 23,40	R\$ 17,48	R\$ 131.695,20	R\$ 201.894,00	R\$ 333.589,20
19	Trajetos 04 - Lote 02	14	9,2	70,80	80,00	210	R\$ 23,40	R\$ 15,62	R\$ 45.208,80	R\$ 232.238,16	R\$ 277.446,96
20	Trajetos 05 - Lote 02	10	0,00	85,80	85,80	210	R\$ 23,40	R\$ 13,13	R\$ 0,00	R\$ 236.576,34	R\$ 236.576,34
21	Trajetos 06 - Lote 02	20	9,2	78,60	87,80	210	R\$ 23,40	R\$ 14,22	R\$ 45.208,80	R\$ 234.715,32	R\$ 279.924,12
22	Trajetos 07 - Lote 02	29	27,8	58,50	86,30	210	R\$ 24,73	R\$ 19,09	R\$ 144.373,74	R\$ 234.520,65	R\$ 378.894,39
23	Trajetos 08 - Lote 02	34	52,60	45,30	97,90	210	R\$ 20,85	R\$ 21,68	R\$ 230.309,10	R\$ 206.241,84	R\$ 436.550,94
24	Trajetos 01 - Lote 03	27	24,8	37,20	62,00	210	R\$ 23,40	R\$ 24,00	R\$ 121.867,20	R\$ 187.488,00	R\$ 309.355,20
25	Trajetos 02 - Lote 03	28	68,00	18,2	86,20	210	R\$ 15,02	R\$ 24,00	R\$ 214.485,60	R\$ 91.728,00	R\$ 306.213,60
26	Trajetos 03 - Lote 03	27	26,8	55,00	81,80	210	R\$ 23,40	R\$ 17,48	R\$ 131.695,20	R\$ 201.894,00	R\$ 333.589,20
27	Trajetos 04 - Lote 03	29	24,8	38,40	63,20	210	R\$ 24,73	R\$ 25,55	R\$ 128.793,84	R\$ 206.035,20	R\$ 334.829,04
28	Trajetos 05 - Lote 03	22	15,4	48,20	63,60	210	R\$ 23,40	R\$ 20,09	R\$ 75.675,60	R\$ 203.350,98	R\$ 279.026,58

29	Trajeto 06 - Lote 03	20	0,00	81,80	81,80	210	R\$ 23,40	R\$ 13,13	R\$ 0,00	R\$ 225.547,14	R\$ 225.547,14
30	Trajeto 07 - Lote 03	15	70,60	19,6	90,20	210	R\$ 15,02	R\$ 24,00	R\$ 222.686,52	R\$ 98.784,00	R\$ 321.470,52
31	Trajeto 08 - Lote 03	26	55,00	39,80	94,80	210	R\$ 16,89	R\$ 24,00	R\$ 195.079,50	R\$ 200.592,00	R\$ 395.671,50
32	Trajeto 09 - Lote 03	17	39,00	40,00	79,00	210	R\$ 19,49	R\$ 24,00	R\$ 159.623,10	R\$ 201.600,00	R\$ 361.223,10
33	Trajeto 10 - Lote 03	16	39,00	45,00	84,00	210	R\$ 19,49	R\$ 20,09	R\$ 159.623,10	R\$ 189.850,50	R\$ 349.473,60
34	Trajeto 11 - Lote 03	28	0,00	72,00	72,00	210	R\$ 23,40	R\$ 14,22	R\$ 0,00	R\$ 215.006,40	R\$ 215.006,40
35	Trajeto 12 - Lote 03	5	62,60	20,00	82,60	210	R\$ 15,02	R\$ 24,00	R\$ 197.452,92	R\$ 100.800,00	R\$ 298.252,92
36	Trajeto Extra 01	37	28,00	16,00	44,00	210	R\$ 24,73	R\$ 25,55	R\$ 145.412,40	R\$ 85.848,00	R\$ 231.260,40
37	Trajeto Extra 02	16	25,4	18,8	44,20	210	R\$ 23,40	R\$ 24,00	R\$ 124.815,60	R\$ 94.752,00	R\$ 219.567,60
38	Trajeto Extra 03	6	0,00	71,60	71,60	210	R\$ 23,40	R\$ 14,22	R\$ 0,00	R\$ 213.811,92	R\$ 213.811,92
39	Trajeto Extra 04	12	0,00	73,40	73,40	210	R\$ 23,40	R\$ 14,22	R\$ 0,00	R\$ 219.187,08	R\$ 219.187,08
40	Trajeto Extra 05	14	17,2	31,8	49,00	210	R\$ 23,40	R\$ 24,00	R\$ 84.520,80	R\$ 160.272,00	R\$ 244.792,80
TOTAL		818	725,40	2.301,80	3.027,20	210	-	-	R\$ 3.035.859,12	R\$ 8.030.680,77	R\$ 11.066.539,89

Fonte de pesquisa: Portaria nº 19 de 29 de janeiro de 2024 - Caderno Técnico <https://rondonia.ro.gov.br/supel/institucional/caderno-tecnico/caderno-tecnico-de-transporte-escolar/>

10.8. É importante ressaltar que o serviço de rastreamento e monitoramento, analisando minuciosamente os cenários para o atendimento das demandas, identificou-se a necessidade da inclusão desses, sendo assim, recomenda-se que seja realizada cotação para estimativa de valor para futura contratação, conforme item 7.16.

10.9. Considerando a importância do cumprimento dessas etapas, o refinamento dos valores e ajustes necessários serão realizados no momento da contratação, visando assegurar que os custos estejam adequadamente alinhados às necessidades e às especificidades do objeto contratado, sem comprometer a qualidade e a eficiência da execução.

10.10. Reitera-se que as estimativas preliminares dos preços do item a contratar, feitas com base no levantamento de mercado e na quantidade estimada, no intuito de apoiar a análise de viabilidade da contratação, podem ser devidamente refinadas e/ou complementadas nas etapas posteriores, em especial, quando da elaboração do Termo de Referência. Portanto, não tem a finalidade de substituir o preço obtido quando for realizada a cotação de preços, nem de fixar um valor definitivo para a contratação.

10.11. É importante ressaltar que este valor está sujeito a alterações quando as cotações de preços forem obtidas pela SUPEL durante a elaboração do instrumento convocatório.

11. **DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

11.1. A solução proposta consiste na classificação dos Bens e Serviços Comuns, conforme definido pela Lei nº 14.133/2021 e pelo Decreto nº 28.874/2024. Esses bens são caracterizados por possuírem padrões de desempenho e características gerais e específicas que são comumente encontradas no mercado.

11.2. Tendo por certo que o presente estudo trata de objeto relacionado a atividade-meio desta Seduc, mas que, impacta diretamente na atividade fim deste Órgão, considerando, ainda, a iminência da volta às aulas em todo o Estado, esta comissão, atenta em solucionar o problema em questão da forma que mais se adeque ao interesse público envolvido, entende que a via mais adequada "para o momento" deva ser a contratação de empresa terceirizada que forneça tantos os veículos como a manutenção, abastecimento, motorista e demais utilidades que o contrato entender necessário.

11.3. Desse modo, a contratação de empresa para o fornecimento de transporte escolar, permitirá atender os estudantes com um serviço de maior qualidade, eficiência e segurança de modo a viabilizar a regularidade dos alunos nas unidades de ensino.

11.4. Para a prestação dos serviços pretendidos os eventuais interessados deverão comprovar que atuam em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, bem como apresentar todos os documentos a título habilitação, nos termos do art. 62, da Lei nº 14.133/2021.

11.5. Ademais, de acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021 e o Decreto nº 28.874/2024, as modalidades de licitação abrangem as seguintes modalidades:

ALTERNATIVAS DE CONTRATAÇÃO	VANTAGENS	DESVANTAGENS
Procedimento Licitatório	<div>✔ Transparência: Processo aberto e transparente, com ampla publicidade.</div> <div>✔ Competitividade: Possibilidade de participação de diversas empresas, aumentando a concorrência.</div> <div>✔ Melhores Preços e Condições: Útil em situações emergenciais ou de pequena monta.</div>	<div>✘ Burocracia: Processo demorado e burocrático, exigindo tempo e recursos.</div> <div>✘ Impugnações e Recursos: Possibilidade de impugnações e recursos que podem atrasar a contratação.</div> <div>✘ Complexidade: Requer uma gestão cuidadosa e detalhada de todo o processo licitatório.</div>
Dispensa de Licitação	<div>✔ Agilidade: Processo rápido e simplificado.</div> <div>✔ Simplicidade: Menor burocracia e trâmites administrativos.</div> <div>✔ Adequado para Emergências: Útil em situações emergenciais ou de pequena monta.</div>	<div>✘ Menor Competitividade: Redução da competitividade pode levar a preços menos vantajosos.</div> <div>✘ Questionamentos Legais: Maior risco de questionamentos sobre a legalidade e justificativas para a dispensa.</div> <div>✘ Transparência: Menor transparência em comparação com processos licitatórios.</div> <div>✘ Orçamento: O limite de dispensa em razão do valor já foi utilizado pela SEDUC, inviabilizando a contratação através desse processo.</div>
Inexigibilidade de Licitação	<div>✔ Especialização: Permite a contratação de fornecedores altamente especializados ou exclusivos.</div> <div>✔ Agilidade: Processo rápido devido à não necessidade de competição.</div>	<div>✘ Comprovação de Singularidade: Necessidade de comprovar a exclusividade ou notória especialização do serviço.</div> <div>✘ Questionamentos: Possibilidade de questionamentos sobre a exclusividade do fornecedor.</div>

	<p>✓ Qualidade: Possibilidade de obter serviços de alta qualidade devido à especialização do fornecedor.</p>	<p>✗ Transparência: Menor transparência em comparação com modalidades competitivas.</p>
Adesão a Ata de Registro de Preços	<p>✓ Flexibilidade: Contratação conforme a demanda, sem a necessidade de novos processos licitatórios.</p> <p>✓ Planejamento a Longo Prazo: Facilita o planejamento e a gestão de compras e contratos a longo prazo.</p> <p>✓ Economia de Escala: Redução de custos devido a compras em maior volume e preços pré-negociados.</p> <p>✓ Agilidade: Maior rapidez na contratação de serviços ou produtos.</p> <p>✓ Redução de Custos Administrativos: Menor necessidade de processos licitatórios frequentes.</p>	<p>✗ Planejamento Detalhado: Requer um planejamento detalhado e monitoramento constante.</p> <p>✗ Variação de Preços: Possível variação de preços ao longo do tempo, exigindo renegociações.</p> <p>✗ Controle de Estoque e Demanda: Necessidade de um controle rigoroso de estoque e demanda para evitar excessos ou faltas.</p>

11.6. Após análise das opções disponíveis que atendam às necessidades da área requisitante, levando em conta a viabilidade técnica e econômica, a solução mais adequada é o **Procedimento Licitatório**.

11.7. Dentre as modalidades apresentadas, a que atenderá a demanda perfaz a modalidade de **Pregão Eletrônico** como a melhor opção. O critério de julgamento será o Menor Preço, desde que atendidas as exigências estabelecidas, pelo Art. 28 da Lei 14.133/2021 e regulamentado pelo Decreto nº 28.874/2024. O Pregão Eletrônico é uma forma de licitação que utiliza a internet como meio para realizar os procedimentos de compra, garantindo transparência, competitividade e eficiência na aquisição dos bens necessários. Essa modalidade proporciona maior agilidade e facilita o acesso de potenciais fornecedores, ampliando assim o leque de opções disponíveis para a contratação.

11.8. Essa abordagem oferece flexibilidade e agilidade no processo de compra, garantindo acesso a preços competitivos e conformidade com os princípios de economicidade e eficiência na gestão dos recursos públicos.

11.9. Por meio do pregão eletrônico, a Secretaria tem a prerrogativa de conduzir um processo de aquisição competitivo, permitindo a participação de diversos fornecedores interessados. Isso garante a escolha da proposta mais vantajosa para o interesse público, levando em consideração critérios como preço, qualidade e prazo de entrega.

11.10. Em suma, a solução proposta por meio pregão eletrônico não apenas atende às necessidades imediatas no contratação de empresa especializada na prestação de serviços de gerenciamento de transporte escolar, mas também garante eficiência, transparência e economia a longo prazo, assegurando o melhor uso dos recursos públicos disponíveis e o pleno funcionamento das atividades educacionais em todo o Estado de Rondônia. Isso garante flexibilidade e agilidade na contratação dos serviços necessários, conforme demanda e disponibilidade orçamentária.

11.11. Esses requisitos asseguram que a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de gerenciamento de transporte escolar pela Secretaria de Estado da Educação - SEDUC seja realizada de forma eficiente, transparente e em conformidade com as necessidades educacionais do estado.

11.12. Para a prestação dos serviços pretendidos os eventuais interessados deverão comprovar que atuam em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, bem como apresentar todos os documentos a título habilitação, nos termos do art. 62, da Lei nº 14.133/2021.

11.13. A opção pelo contratação será realizada por meio de licitação, na modalidade Pregão, na sua forma eletrônica, com critério de julgamento por menor preço, nos termos dos artigos 6º, inciso XLI, 17, § 2º, e 34, todos da Lei Federal nº 14.133/2021.

12. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

12.1. Nos termos do art. 47, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, as licitações atenderão ao princípio do parcelamento, quando tecnicamente viável e economicamente vantajoso.

12.2. Na aplicação deste princípio, o § 1º do mesmo art. 47 estabelece que devam ser considerados a responsabilidade técnica, o custo para a Administração de vários contratos frente às vantagens da redução de custos, com divisão do objeto em itens, e o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.

12.3. Optou-se pelo agrupamento dos serviços em lote global por facilitar a fiscalização, recebimento e conferência na entrega por parte das empresas prestadoras de serviços, pois se a contratação for individualizada os fornecedores que ganharem o certame com itens isolados terão dificuldades em prestar os serviços. Quando optamos o agrupamento dos itens por lote, facilitará as prestadoras de serviços concretar suas ações na região específica não causando a perda do conjunto, tampouco prejuízo à celeridade da Licitação, conforme orientação constante da Decisão nº 263/2014 do Pleno Tribunal de Contas do Estado de Rondônia.

12.4. Sendo assim o agrupamento em lote, neste caso, traz vantagens e benefícios para a administração pública, quanto ao controle e gerenciamento dos serviços prestados, conforme [Súmula nº 8/TCE-RO](#). O critério de julgamento adotado será o de menor preço por lote, justificando-se pela natureza do objeto, tendo em vista que, sua fragmentação em itens acarretará a perda do conjunto, perda de economia de escala, bem como, ocasionará a excessiva pulverização de contratos, pois os itens guardam homogeneidade entre si, podendo ser fornecidos por um mesmo fornecedor, concretizando, assim, os princípios da competitividade e igualdade.

12.5. Considerando que os serviços a serem contratados são de caráter continuado, cuja interrupção poderá comprometer a continuidade das atividades da Administração e cuja necessidade de contratação deva estender-se por mais de um exercício financeiro e continuamente. Portanto justifica-se o não parcelamento do objeto visando o seguinte:

12.6. Economia de escala, podemos obter no processo licitatório pelo menor preço possível, prezando pelo erário, uma contratação que atenda às necessidades da secretaria e com um custo pertinente e transparente dos recursos públicos;

12.7. Facilidade de gerenciamento e fiscalização, já que a atividade vai envolver diversas equipes em regime de trabalho de 24 horas por dia, sete dias por semana e facilidade nas soluções de ocorrências que possam atrapalhar o desenvolvimento do ano escolar;

12.8. Facilidade de imputação de responsabilidades pelos incidentes que venham a ocorrer, devido à natureza dos serviços e para garantir os bens patrimoniais, proporcionando total transparência na execução;

12.9. Facilidade no planejamento e execução das atividades, sem que hajam questões entre as empresas que venham a prejudicar o andamento dos trabalhos, favorecendo o andamento do ano escolar.

12.10. Os serviços de gerenciamento de transporte escolar envolvem uma série de atividades interligadas e são complementares, o que torna a fragmentação em itens isolados inviável, como a mão de obra contínua, rastreamento e monitoramento dos veículos, abastecimento de combustível, manutenção preventiva, preditiva e corretiva em toda a frota contratada. A fragmentação desses serviços em diferentes contratos poderia comprometer a qualidade e a eficiência do gerenciamento, uma vez que cada empresa contratada poderia ter dificuldades em coordenar as diversas atividades necessárias para a plena operação do transporte escolar.

12.11. A prestação de serviços de transporte escolar exige uma operação contínua e integrada, que assegure a segurança dos alunos. A interrupção ou a dificuldade de coordenação entre diferentes fornecedores poderia resultar em falhas na prestação do serviço, comprometendo a segurança e a regularidade do transporte dos alunos. O não parcelamento assegura que um único fornecedor tenha a responsabilidade total pela execução do serviço, garantindo que todos os insumos e serviços estejam em conformidade com as normas da legislação e os dispositivos legais vigentes.

12.12. A contratação em um único lote possibilita uma gestão mais eficiente dos recursos públicos, permitindo melhor planejamento e controle financeiro. Ao agrupar os serviços em uma única contratação, a administração poderá obter preços mais competitivos e condições mais vantajosas, além de facilitar a fiscalização e o gerenciamento do contrato, uma única contratada para a totalidade do objeto garante maior responsabilidade e supervisão, evitando a pulverização de contratos que poderia dificultar a coordenação das atividades e o controle sobre a execução dos serviços. A contratação de um único fornecedor

para todo o serviço de gerenciamento de transporte escolar proporciona uma economia de escala significativa. Isso significa que a empresa contratada poderá otimizar os custos relacionados ao fornecimento de insumos e serviços, resultando em uma melhor utilização dos recursos públicos.

12.13. Com a contratação de uma única empresa, a responsabilidade pela execução dos serviços e a transparência na execução orçamentária são amplificadas. Eventuais problemas ou falhas poderão ser atribuídos de forma clara ao fornecedor responsável, facilitando a resolução de incidentes e a imputação de responsabilidades.

12.14. O não parcelamento reduz a probabilidade de conflitos entre diferentes fornecedores e melhora a comunicação entre a Administração e a empresa contratada. A atuação de uma única empresa responsável por todos os serviços facilita a resolução de problemas e a implementação de soluções, garantindo um fluxo de trabalho mais harmonioso.

12.15. A contratação em lote global proporciona economia de escala, possibilitando que a Administração Pública obtenha condições mais vantajosas em termos de preço e qualidade. Essa abordagem minimiza custos e maximiza a utilização dos recursos públicos, atendendo ao interesse público de forma mais eficaz.

12.16. A decisão de não parcelar o objeto está em conformidade com a SÚMULA TCU 247, que permite a adjudicação por preço global em casos onde a divisibilidade não seja viável e não haja prejuízo ao conjunto. No presente caso, a opção pelo não parcelamento foi criteriosamente analisada e justificada, levando em consideração a manutenção da qualidade e eficiência na execução dos serviços.

12.17. Diante dessas considerações, a decisão de não parcelar a contratação dos serviços de gerenciamento de transporte escolar se revela como a alternativa mais adequada e eficiente para atender às necessidades da Secretaria de Estado da Educação, garantindo a continuidade, segurança e qualidade do transporte escolar no **Presidente Médici** - RO e regiões.

12.18. A contratação por item, em vez de uma contratação em lote global, pode acarretar diversos prejuízos para o conjunto da demanda na prestação de serviços de gerenciamento de transporte escolar. Aqui estão alguns dos principais impactos negativos que podem ocorrer:

12.19. A contratação por itens pode levar à fragmentação dos serviços, resultando em uma falta de coordenação entre diferentes fornecedores. Isso pode causar ineficiências operacionais, já que cada empresa pode ter abordagens e cronogramas distintos para a execução das atividades, dificultando a integração necessária para o bom funcionamento do transporte escolar.

12.20. Ao fragmentar a contratação, a administração pública pode perder oportunidades de economia de escala. Fornecedores únicos geralmente conseguem oferecer preços mais competitivos ao fornecer um conjunto de serviços, enquanto a contratação por item pode resultar em custos mais altos, já que diferentes fornecedores podem cobrar preços distintos por serviços equivalentes. A gestão de múltiplos contratos pode aumentar a complexidade da fiscalização e do gerenciamento dos serviços. Isso pode resultar em um aumento da carga administrativa para a equipe responsável, além de dificultar a supervisão da qualidade dos serviços prestados, pois a responsabilidade pode ser diluída entre vários fornecedores.

12.21. A falta de uma empresa única responsável por todo o serviço pode resultar em compromissos na qualidade da prestação do serviço. Por exemplo, se um fornecedor não cumprir sua parte do contrato, isso pode afetar a operação como um todo, levando a atrasos, falhas no abastecimento ou na manutenção dos veículos. A contratação por item pode aumentar os riscos operacionais. Em caso de falha de um fornecedor, a responsabilidade pela interrupção dos serviços pode não ser clara, levando a situações de insegurança no transporte escolar e, consequentemente, comprometendo a segurança dos alunos.

12.22. Com vários contratos, a identificação de responsabilidades em caso de problemas ou incidentes pode ser dificultada. Isso pode levar a uma falta de transparência na execução dos serviços e complicar a resolução de conflitos entre as partes. A fragmentação pode resultar em interrupções no serviço, especialmente se um dos fornecedores não conseguir atender à demanda. Essa interrupção pode afetar a rotina escolar e o deslocamento dos alunos, prejudicando o cumprimento dos horários e a continuidade das atividades educacionais.

12.23. Dessa forma, a escolha pelo não parcelamento do objeto se justifica pela necessidade de garantir a efetividade, a economia e a eficiência na prestação dos serviços, respeitando as diretrizes legais e as exigências do Tribunal de Contas.

13. RESULTADOS PRETENDIDOS

13.1. Apresentam-se como resultados a serem alcançados: a economicidade a ser obtida pela Administração, em relação a contratação dos serviços de forma global; a segurança de contratar empresa habilitada para execução dos serviços de transporte escolar e a significativa contribuição para a diminuição das taxas de evasão, suprimindo uma necessidade básica do educando e proporcionando condições para a sua permanência e melhor desempenho na escola.

13.2. Espera-se com esta nova contratação, no mínimo, os seguintes efeitos:

13.2.1. Garantir o acesso e a permanência dos alunos nas escolas, com qualidade e segurança;

13.2.2. Contribuir para fomentar a qualidade da educação básica, por meio da redução da evasão escolar;

13.2.3. Otimização da força de trabalho tanto na gestão quanto fiscalização de contratos;

13.2.4. Atendimento a todos os preceitos legais vigentes;

13.2.5. Mitigar chances do inadimplemento contratual por parte da empresa que possa gerar desgaste ou custos para a Instituição.

13.3. Avaliação do usuário:

13.3.1. Acessibilidade - trata-se da possibilidade de os alunos, inclusive os com deficiência, usufruírem com segurança do Transporte escolar;

13.3.2. Assertividade – refere-se ao sucesso da operação do serviço de transporte escolar, isto é, transportar cada aluno do ponto de embarque à escola e da unidade de ensino até o ponto de desembarque;

13.3.3. Pontualidade – medida do grau de cumprimento dos horários previstos ao transportar os alunos em observância aos horários das atividades escolares;

13.3.4. Conforto – condições de bem-estar do aluno a partir da espera do veículo, da sua permanência dentro dele e até as suas condições físicas durante as atividades escolares;

13.3.5. Cortesia – tratamento respeitoso dos prestadores de serviço com os alunos;

13.3.6. Higiene – indica condições higiênico-sanitárias do veículo e dos pontos de embarque e desembarque;

13.3.7. Segurança – aspectos de segurança durante a circulação, tanto no acesso e no veículo, bem como àquilo que se refere à segurança pública;

13.3.8. Atualidade – adaptação contínua do serviço de transporte escolar às demandas sociais. Exemplos: inclusão de novos alunos, mudanças de residência e definição de novos pontos de embarque/desembarque;

13.3.9. Legalidade – atendimento dos requisitos legais exigidos para a execução do Transporte escolar, desde a aplicação das leis que regem o transporte de passageiros, especificações contratuais e normas técnicas cabíveis.

14. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

14.1. Para adequação do ambiente à contratação dos serviços, alguns aspectos deverão ser observados:

14.2. Considerar a necessidade de capacitar servidores para a correta fiscalização do contrato em tela, evitando-se vícios ou desvios de conduta, aos prazos, bem como garantir o cumprimento das metas de eficiência e eficácia necessárias para o atendimento do objeto desta contratação.

14.3. A fiscalização deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, em conformidade com a Lei nº 14.133, de 2021:

a) Acompanhar e fiscalizar os aspectos qualitativo e quantitativo, devendo rejeitar, no todo ou em parte, o que estiver em desacordo, não eximindo a contratada de total responsabilidade quanto a sua execução;

b) Supervisionar, fiscalizar, atestar e conferir a execução, podendo penalizar tudo o que estiver em desacordo com as normas ou descrições contidas no Termo de Referência e no Edital;

c) Juntar os relatórios ao processo e incluir no mapa de riscos os riscos da contratação fracassar, caso os ajustes não corram a tempo;

14.4. De acordo com a Informação nº 1/2024/SEDUC-GAPLD (0048487335) e o artigo 140, inciso I, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, os métodos de recebimento de obras e serviços são:

a) Gestor: realizará o recebimento definitivo do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais;

b) Fiscal Técnico: realizará o recebimento provisório do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico;

c) Fiscal Administrativo: realizará o recebimento provisório do objeto do contrato, mediante termo detalhado.

14.5. Capacitação de servidores, em especial dos que lidarão com a gestão e fiscalização do contrato, além da fiscalização direta do servidor e a fiscalização do público usuário dos serviços como parâmetro para medição da qualidade do serviço que está sendo prestado, além de propiciar o conhecimento necessário a estes para que consigam realizar o mapeamento dos riscos durante a gestão do contrato e quando de cada renovação.

15. PREVISÃO DA DATA DE ENTREGA DOS BENS E/OU CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO

15.1. A prestação de serviços somente terá início após assinatura do contrato e Ordem de Serviços.

15.2. O prazo para início dos serviços será de 05 (cinco) dias a contar da data do recebimento da Ordem de serviço.

15.3. O Gestor do Contrato, designado formalmente por Portaria encaminhará à contratada, a Ordem de Serviços, juntamente com os itinerários e relação dos alunos por escolas.

15.4. O prazo início dos serviços somente poderá ser prorrogado mediante o cumprimento, pela Contratada, dos seguintes requisitos cumulativos:

15.5. Solicitação de prorrogação protocolada dentro do prazo de início dos serviços;

15.6. Comprovação documental da ocorrência de motivo imprevisível (caso fortuito, força maior ou fato do príncipe), ocorrido depois da apresentação de sua proposta, que tenha correlação direta de causa e efeito sobre a necessidade do atraso.

15.7. Não se admitirá prorrogação se:

15.8. O atraso ocorrer por culpa da contratada;

15.9. Se não cumprir os requisitos listados no item 15; ou

15.10. Houver interesse público devidamente justificado nos autos que demonstre ser a escolha mais vantajosa para a administração.

15.11. Ocorrendo recusa ou atraso na execução total ou parcial dos serviços, o responsável pela fiscalização do contrato se obriga por força do Art. 4º da Lei Estadual nº. 2.414/11, a produzir parecer técnico e o encaminhará ao ordenador de despesas para instauração de procedimento administrativo, instrução dos autos para fins de penalização da contratada e inserção no “Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual”.

16. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

16.1. Diante das especificações do objeto desta contratação, esta comissão entende que não há contratações correlatas a serem realizadas.

17. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS

17.1. Em se tratando de contratação cujo produto principal trata-se de automóveis, imperioso destacar critérios de sustentabilidade exigidos para este tipo de objeto, tendo em vista que veículos automotores são um dos maiores poluidores do ar. Nesse ritmo, o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis elaborado pela Advocacia Geral da União, em sua 5ª edição, estabelece legislação a ser seguida na aquisição ou serviços que envolvam a utilização de veículos automotores. Portanto, a presente contratação deverá observar os seguintes diplomas legais:

17.2. Lei nº 9.660, de 1998 (Dispõe sobre a substituição gradual da frota oficial de veículos e dá outras providências.);

17.3. Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 3, de 15/05/2008 (Dispõe sobre a classificação, utilização, especificação, identificação, aquisição e alienação de veículos oficiais e dá outras providências);

17.4. Resolução CONAMA nº 1, de 11/02/1993 (Dispõe sobre os limites máximos de ruídos para veículos) - Resolução CONAMA nº 272, de 14/09/2000 (Dispõe sobre os limites máximos de ruídos para veículos);

17.5. Resolução CONAMA 8/1993 (Complementa a Resolução no 18/86) - Resolução CONAMA 17/1995 (Dispõe sobre os limites máximos de ruído para veículos de passageiros ou modificados.);

17.6. Resolução CONAMA 242/1998 (Dispõe sobre limites de emissão de material particulado para veículo leve comercial e limite máximo de ruído emitido por veículos com características especiais para uso fora de estradas);

17.7. Resolução CONAMA nº 18, de 06/05/1986 (Dispõe sobre a criação do Programa de Controle de Poluição do Ar por veículos Automotores – PROCONVE);

17.8. Resolução CONAMA nº 490, de 16 de novembro de 2018 (Estabelece a Fase PROCONVE P8 de exigências do Programa) - Resolução CONAMA nº 492, de 20 de dezembro de 2018 (Estabelece as Fases PROCONVE L7 e PROCONVE L8 de exigências do Programa);

17.9. Resolução CONAMA nº 418, de 25/11/2009 (Dispõe sobre critérios para a elaboração de Planos de Controle de Poluição Veicular - PCPV e para a implantação de Programas de Inspeção e Manutenção de Veículos em Uso - I/M pelos órgãos estaduais e municipais de meio ambiente e determina novos limites de emissão e procedimentos para a avaliação do estado de manutenção de veículos em uso);

17.10. Lei nº 10.295, de 2001 (Dispõe sobre a Política Nacional de Conservação e Uso Racional de Energia e dá outras providências.);

17.11. Decreto nº 9.864, de 2019 (Regulamenta a Lei nº 10.295, de 2001);

17.12. Instrução Normativa nº 2, de 2014 da SLTI/MPOG (Dispõe sobre regras para a aquisição ou locação de máquinas e aparelhos consumidores de energia pela Administração Pública Federal);

17.13. Portaria INMETRO nº 377, de 2011 (Aprova a revisão dos Requisitos de Avaliação da Conformidade para Veículos Leves de Passageiros e Comerciais Leves).

17.14. Essas providências são fundamentais para garantir a transparência, eficiência e legalidade do processo de contratação de empresa especializada na prestação de serviços contínuos de transporte escolar, contribuindo para atender as necessidade dos alunos matriculados na rede estadual de educação, residentes na zona rural no **município de Presidente Médici - RO e regiões.**

17.15. O mapa de riscos consiste na análise e avaliação dos potenciais perigos associados ao objeto de estudo, bem como na proposição de mecanismos de controle destinados a prevenir a ocorrência desses perigos ou, caso ocorram, reduzir seus impactos.

17.15.1. Isso significa que, se o documento cumprir essas diretrizes, realizando a análise de riscos e definindo medidas eficazes para prevenir e reduzir os riscos, estará em conformidade com os requisitos necessários para ser incluído no processo de contratação.

17.15.2. É importante ressaltar que a norma estadual atribui à Controladoria Geral do Estado a responsabilidade de desenvolver a metodologia para elaboração do mapa e matriz de riscos, conforme estabelecido no §3º do art. 40 do Decreto 28.874/2024.

17.15.3. O mapeamento dos riscos associados ao objeto de estudo, disponibilizado através da Mapa de Risco 168 (0055211194) e Análise de Riscos 150 - MATRIZ (0055211179), oferece uma estrutura sólida para identificar, analisar, mitigar e monitorar os perigos relacionados à contratação de empresa especializada na prestação de serviços contínuos de transporte escolar para atender as necessidade dos alunos matriculados na rede estadual de educação, residentes na zona rural, com fornecimento de veículos tipo ônibus, incluindo o abastecimento, rastreamento, monitoramento, manutenção, motoristas e monitores em toda a frota contratada, para executar o serviço por quilometragem percorrida KM/MÊS, referente aos 200 (duzentos) dias Letivos e 10 (dez) dias destinados as Provas de Recuperação e Exames Finais, totalizando 210 (duzentos e dez) dias contratados, executáveis no período de 12 meses, no município de **Presidente Médici** - RO e regiões.

18. JUSTIFICATIVA PARA A EXCLUSÃO DE PARTICIPAÇÃO DE PESSOAS FÍSICAS NA LICITAÇÃO

18.1. Quanto ao tópico em deslinde, antes de adentrar no contexto propriamente dito, é necessário esclarecer a hermenêutica do texto descrito no art. 34, XIV do Decreto Estadual nº 28.874/2024, *in verbis*:

Art. 34.O Estudo Técnico Preliminar deverá apresentar o seguinte conteúdo mínimo:

(...)

XIV - justificativa para a exclusão de participação de Pessoas Físicas na licitação

18.2. Conforme se desprende da transcrição do inciso, resta claro que a justificativa é necessária quando o posicionamento for no sentido de se excluir a participação de pessoas físicas no certame, a fim de que reste fundamentado a decisão.

18.3. Nesse contexto, mostra-se plausível a decisão de excluir a participação de pessoas físicas, vez que pessoas físicas, geralmente, não têm capacidade para atender a essas exigências de forma adequada e contínua.

18.4. Ademais a contratação de empresas especializadas oferece maior garantia de qualidade, segurança e confiabilidade na prestação dos serviços, uma vez que essas empresas possuem experiência, expertise e recursos necessários para operar dentro das normas e regulamentações vigentes.

18.5. Neste sentido, as empresas especializadas têm maior capacidade financeira e estrutural para arcar com os custos operacionais e cumprimento de exigências legais e contratuais, o que não é garantido no caso de pessoas físicas.

18.6. A contratação de pessoas físicas pode acarretar desafios relacionados ao cumprimento de obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias, bem como questões de regularidade e licitude da prestação de serviços, o que pode representar riscos legais e financeiros para a Administração Pública.

18.7. Assim, a exclusão de pessoas físicas da contratação em epígrafe visa preservar a competitividade do certame, promovendo assim a equidade e a lisura no processo.

18.8. Portanto, a exclusão de participação de pessoas físicas na licitação se justifica pela necessidade de assegurar a qualidade, segurança, conformidade legal e competitividade na contratação de empresa especializada na prestação de serviços contínuos de transporte escolar para atender as necessidade dos alunos matriculados na rede estadual de educação, residentes na zona rural, com fornecimento de veículos tipo ônibus, incluindo o abastecimento, rastreamento, monitoramento, manutenção, motoristas e monitores em toda a frota contratada, para executar o serviço por quilometragem percorrida KM/MÊS, referente aos 200 (duzentos) dias Letivos e 10 (dez) dias destinados as Provas de Recuperação e Exames Finais, totalizando 210 (duzentos e dez) dias contratados, executáveis no período de 12 meses, no município de **Presidente Médici** - RO e regiões, nos termos da legislação vigente, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

19. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA

19.1. Por conseguinte, após levantamento realizado com finalidade de encontrar a melhor solução para o objeto em questão, esta Comissão de Estudo Técnico Preliminar, ao analisar acervo de dados apresentados, com fito de posicionar-se em favor da solução que apresente: eficiência, eficácia e efetividade a presente demanda, conclui pela viabilidade da contratação de empresa especializada na prestação de serviços contínuos de transporte escolar para atender as necessidade dos alunos matriculados na rede estadual de educação, residentes na zona rural, com fornecimento de veículos tipo ônibus, incluindo o abastecimento, rastreamento, monitoramento, manutenção, motoristas e monitores em toda a frota contratada, para executar o serviço por quilometragem percorrida KM/MÊS, referente aos 200 (duzentos) dias Letivos e 10 (dez) dias destinados as Provas de Recuperação e Exames Finais, totalizando 210 (duzentos e dez) dias contratados, executáveis no período de 12 meses, no município de **Presidente Médici** - RO e regiões.

19.2. A contratação em comento é viável e necessária, levando-se em consideração os pontos explanados anteriormente, conforme estudo preliminar apresentado. Trata-se de serviço contínuo, de apoio à realização das atividades essenciais ao desempenho das atribuições do órgão, justificando-se pela própria natureza dos serviços contratados.

19.3. É crucial destacar que a empresa contratada deve cumprir as obrigações estabelecidas no edital, bem como as normas de segurança e regulamentações governamentais relacionadas ao transporte de crianças em veículos. Adicionalmente, é importante que a empresa selecionada implemente procedimentos de rastreamento para garantir a segurança dos passageiros.

19.4. Para assegurar a escolha da empresa mais adequada, é recomendável conduzir um processo seletivo transparente e competitivo, permitindo a análise de diferentes propostas e a seleção daquela que ofereça a melhor combinação de qualidade, segurança e custo-benefício para atender às demandas objeto deste Estudo.

19.5. **A opção pelo contratação será realizada por meio de licitação, na modalidade Pregão, na sua forma eletrônica, com critério de julgamento por menor preço, nos termos dos artigos 6º, inciso XLI, 17, § 2º, e 34, todos da Lei Federal nº 14.133/2021.**

19.6. Considerando todo o exposto, a Comissão Especial de membros natos e colaboradores designada por meio da Portaria nº 13134 de 27 de novembro de 2024 (0055158379) publicada no Diário Oficial do Estado de Rondônia em 28 de novembro de 2024, se posiciona pela **VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO PRETENDIDA**, com base neste Estudo Técnico Preliminar, nos moldes que se apresenta, por ser a medida mais acertada, justa e adequando à satisfação dos interesses e necessidades da Secretaria de Educação do Estado de Rondônia – SEDUC, conforme solução informada no **item 11** (onze) deste instrumento.

Elaborado por:

POLLIANE QUEIROZ RAVANI

Membra da Comissão do Estudo Técnico Preliminar - CETP/CAD

MARIA JOELMA DE OLIVEIRA DA SILVA

Gerência de Planejamento de Contratações de Serviços- GPCS/CAD

ROSANGELA APARECIDA MARUM CANDIDO

Superintendência Regional de Educação de Ji-Paraná - SUPERJIPGAB

PAULO ERNANE ALMEIDA BANDEIRA

MARIA NILDA JUSTINO DA SILVA

Gerência de Gestão de Contratos - GGC/CCOM

MIRIAM DA SILVA MENDES

Gerência de Núcleo de Transporte Escolar - GTE/CCTE



Documento assinado eletronicamente por **Rosangela Aparecida Marum Candido, Superintendente Regional de Educação II**, em 09/12/2024, às 19:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria Joelma de Oliveira da Silva, Assessor(a)**, em 10/12/2024, às 10:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Polliane Queiroz Ravani, Técnico(a)**, em 10/12/2024, às 10:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Ernane Almeida Bandeira, Gerente Administrativo**, em 10/12/2024, às 10:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria Nilda Justino da Silva, Gestor(a) de Contrato**, em 10/12/2024, às 10:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **MIRIAM DA SILVA MENDES, Gerente.**, em 11/12/2024, às 11:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0055211164** e o código CRC **9A22781D**.



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria de Estado da Educação - SEDUC

MINUTA DE CONTRATO

* MINUTA DE DOCUMENTO

CONTRATANTE: O ESTADO DE RONDÔNIA, através da SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, inscrita no CNPJ de nº 04.564.530/0001-13, situada na Rua Padre Chiquinho, Palácio Rio Madeira, Reto 01, Edifício Rio Guaporé, nesta capital, neste ato representado pela Secretária de Estado da Educação, **(NOME)**, inscrita no CPF nº ***.XXX.XXX-**, no uso das atribuições que lhes confere o Decreto de 30 de dezembro de 2022, c/c com o art. 36 da Lei Complementar nº 733, de 10 de outubro de 2013.

CONTRATADA: **(EMPRESA)**, inscrita no CNPJ sob o nº **(CNPJ)**, situada à **(Rua)**, **(nº)**, **(Bairro)**, **(CEP)**, **(Cidade/Estado)**, neste ato representada pelo Sr. **(nome/cargo)**, inscrito no CPF sob o **(nº)**, conforme documentos **(atos constitutivos da empresa ou procuração apresentada)**.

Os Contratantes, por força do presente instrumento, celebram o presente Contrato, decorrente do **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº XXX** que deu origem a **(MODALIDADE DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO)**, com fulcro no arts. 28, I, c/c 78, IV da Lei nº 14.133/2021, autorizado pela Autoridade Competente **()**, regido pela Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Estadual nº 28.874/2024, com suas alterações e legislação correlata, sujeitando-se às normas dos supramencionados diplomas legais, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada na prestação de serviços contínuos de transporte escolar para atender as necessidade dos alunos matriculados na rede estadual de educação, residentes na zona rural, com fornecimento de veículos tipo ônibus, incluindo o abastecimento, rastreamento, monitoramento, manutenção, motoristas e monitores em toda a frota contratada, para executar o serviço por quilometragem percorrida KM/MÊS, referente aos 200 (duzentos) dias Letivos e 10 (dez) dias destinados as Provas de Recuperação e Exames Finais, totalizando 210 (duzentos e dez) dias contratados, executáveis no período de 12 meses, no município de **Presidente Médici - RO** e regiões, **com execução nos seguintes trajetos descritos abaixo:**

1.2. Vinculação: Integram este Contrato, independentemente de transcrição, o Termo de Referência e seus anexos **(0059869684)**, o **Edital de licitação (ou o ato que tiver autorizado a contratação direta)**, o disposto na proposta da CONTRATADA **(xxx)** e demais elementos que sirvam à exata definição do objeto descrito na cláusula primeira.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS CARACTERÍSTICAS DO OBJETO

2.1. As informações quanto as especificações do objeto, estão previstas no **item 2.2. do Termo de Referência.**

CLÁUSULA TERCEIRA – DO LOCAL, PRAZO DE EXECUÇÃO E CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

3.1. O objeto da contratação deverá ser fornecido/executado no local, prazo e condições estabelecidas nos **itens 5.1., a 5.4. e 7.2 a 7.2.20 do Termo de Referência.**

CLÁUSULA QUARTA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

4.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução de como o objeto será fiscalizado constam nos **item 5 e 6. do Termo de Referência**

4.2. As informações quanto aos riscos, estão previstas em **Mapa de Risco 168: 0055211194 e Análise de Riscos 150- MATRIZ: 0055211179.**

CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR

5.1. O valor total da contratação é de **R\$ xxx ()**, que corresponde à nota de empenho, a servir de lastro, para efetuar o pagamento da contratação do objeto referido na cláusula primeira, tudo depois de recebidos, testados e aprovados pela CONTRATANTE.

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. As despesas do presente processo correrão por conta dos recursos específicos deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Função Programática	Natureza da Despesa	Fonte
12.361.2156.4037- Combater o Abandono Escolar no Ensino Fundamental	33.90.39 - 93 - Transporte Escolar de Alunos	1.500.0.01001 - Recursos não vinculados de impostos (Ensino)
12.362.2157.4042- Combater o Abandono Escolar no Ensino Médio	33.90.39 - 93 - Transporte Escolar de Alunos	1.500.0.01001 - Recursos não vinculados de impostos (Ensino)

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO, LIQUIDAÇÃO E PRAZOS

7.1. As informações quanto ao pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes a esse contrato está prevista no **item 7. do Termo de Referência.**

CLÁUSULA OITAVA – DAS CONDIÇÕES CONTRATUAIS

8.1. A formalização da contratação se dará através de Contrato Administrativo na forma do art. 89 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

8.2. A empresa CONTRATADA deverá assinar o contrato disponibilizado via Sistema Estadual de Informação - SEI no prazo máximo de **03 (três) dias** úteis, após a notificação para assinatura do Contrato,

nas condições estabelecidas no respectivo Termo de Referência e Anexos, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 90 da Lei nº 14.133/2021.

8.3. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

8.4. É facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

8.5. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade licitante.

8.6. É obrigação do contratado de manter, durante toda execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação ou na contratação direta.

CLÁUSULA NONA – PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

9.1. O prazo de vigência da contratação é de **até 12 meses**, contados da assinatura do instrumento contratual, pelas partes, com execução a partir do recebimento da primeira Ordem de Serviço, com prorrogação, na forma dos artigos 106 e 107, da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA GARANTIA DO OBJETO E DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

10.1. Serão exigidas Garantias Contratuais, conforme previsto no **item 4.3. do Termo de Referência**.

10.2. A Contratada deverá garantir o produto e os serviços executados, respondendo, nos ditames da Lei nº. 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e às demais legislações pertinentes, por quaisquer danos decorrentes da má execução dos serviços que não estiverem conforme o pactuado neste contrato e demais normas pertinentes, conforme **item 4.26. do Termo de Referência**.

10.3. As informações quanto da manutenção ao contratado e demais condições a ele referentes a esse contrato estão previstas nos **itens 4.9 a 4.12 do Termo de Referência**.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO DOS CONTRATOS

11.1. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.1.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

11.1.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

11.1.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

11.2. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

11.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.2.3. Indenizações e multas.

11.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput,

da Lei n.º 14.133, de 2021).

11.4. O não pagamento dos salários e das verbas trabalhistas, e o não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS poderá dar ensejo à extinção do contrato por ato unilateral e escrito do contratante e à aplicação das penalidades cabíveis.

11.5. O contratante poderá conceder prazo para que o contratado regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de extinção contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de correção.

11.6. Quando da extinção, o fiscal administrativo deverá verificar o pagamento pelo contratado das verbas rescisórias ou os documentos que comprovem que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.

11.7. Até que o contratado comprove o disposto no item anterior, o contratante reterá:

11.7.1. a garantia contratual - prestada com cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária, incluídas as verbas rescisórias -, a qual será executada para reembolso dos prejuízos sofridos pela Administração, nos termos da legislação que rege a matéria (art. 121, § 3º, I, e art. 139, III, b, da Lei n.º 14.133/2021); e

11.7.2. os valores das Notas fiscais ou Faturas correspondentes em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

11.8. Na hipótese do subitem anterior, não havendo quitação das obrigações por parte do contratado no prazo de 15 (quinze) dias, o contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato, deduzindo o respectivo valor do pagamento devido ao contratado (art. 121, §3º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021).

11.9. O contratante poderá ainda:

11.9.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo contratado, reter a garantia prestada a ser executada (art. 139, III, "c", da Lei n.º 14.133/2021), conforme legislação que rege a matéria; e

11.9.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do contratado decorrentes do contrato.

11.10. O contrato poderá ser extinto:

11.10.1. caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função no processo de contratação direta ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021);

11.10.2. caso se constate que a pessoa jurídica contratada possui administrador ou sócio com poder de direção, familiar de detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação ou de autoridade a ele hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante (art. 3º, § 3º, do Decreto n.º 7.203, de 4 de junho de 2010).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA SUBCONTRATAÇÃO

12.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual, conforme previsto no **item 4.2. do Termo de Referência**.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES

13.1. Além daquelas determinadas por leis, decretos, regulamentos e demais dispositivos legais, nas obrigações da Contratada também se incluem o disposto no **item 14. do Termo de Referência**.

13.1.1. A Contratada fica obrigada a cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

13.2. Além daquelas determinadas por leis, decretos, regulamentos e demais dispositivos legais, nas obrigações da Contratante também se incluem o disposto no **item 13. do Termo de Referência**.

13.3. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa, conforme **item 14.61. do Termo de Referência**.

13.3.1. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS SANÇÕES

14.1. Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 156. I, II, III e IV, da Lei nº 14.133/2021 e nas demais legislações correlatas, pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à CONTRATADA as sanções previstas no **item 15.1. a 15.11. do Termo de Referência**.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS E DO REEQUILÍBRO ECONÔMICO-FINANCEIRO

15.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data base do orçamento estimado.

15.1.1. O equilíbrio econômico-financeiro dos contratos administrativos é direito do contratado, sendo sua manutenção interesse público e deverá ser apresentada pela contratada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do fato gerador de seu direito (arts. 150 e 151, Decreto Estadual nº 28.874/2024).

15.2. Os preços contratados serão repactuados em sentido amplo, para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, após o interregno de um ano, mediante solicitação do contratado, art. 161, § 1º, 2º e 3º, do Decreto Estadual 28.874/2024.

15.3. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

I - da data-limite, constante do ato convocatório, para apresentação da proposta ou do orçamento a que estas se referirem, em relação aos custos com a execução do serviço decorrentes do mercado; ou

II - da data do acordo, convenção, dissídio coletivo de trabalho ou equivalente vigente à época da apresentação da proposta, quando a variação dos custos for decorrente da mão de obra e estiver vinculada às datas-bases destes instrumentos.

Parágrafo único. Nas repactuações subsequentes à primeira, a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo à última repactuação.

15.4. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, observado o princípio da anualidade do reajuste de preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, como os decorrentes de mão de obra e os decorrentes dos insumos necessários à execução dos serviços. (art. 157, § 2º, Decreto Estadual nº 28.874/2024; e, art.135, § 4º, da Lei n.º 14.133/2021).

15.5. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, a repactuação dos custos contratuais decorrentes da mão de obra poderá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho das respectivas categorias. (art. 135, § 5º, da Lei n.º 14.133/2021)

15.6. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de lei, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho.

15.7. Na repactuação, a administração, não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.(art. 135, §§ 1º e 2º, da Lei n.º 14.133/2021)

15.8. Quando a repactuação solicitada se referir aos custos da mão de obra, o contratado efetuará a comprovação da variação dos custos por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, convenção ou sentença normativa da categoria profissional abrangida pelo contrato.

A repactuação para reajustamento do contrato em razão de novo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho deve repassar integralmente o aumento de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.

15.9. Quando a repactuação solicitada pelo contratado se referir aos custos decorrentes do mercado, o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do índice de reajustamento pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), art. 156 do Decreto Estadual nº 28.874/2024, com base na seguinte fórmula:

$R = V (I - I^0) / I^0$, onde:

R = Valor do reajustamento procurado;

V = Valor contratual correspondente à parcela dos custos decorrentes do mercado a ser reajustada;

I^0 = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data de apresentação da proposta;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento

15.10. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica o contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

15.11. Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos custos decorrentes do mercado será, obrigatoriamente, o definitivo.

15.12. Caso o índice estabelecido venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

15.13. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos custos decorrentes do mercado, por meio de termo aditivo.

15.14. Independentemente do requerimento de repactuação dos custos decorrentes do mercado, o contratante verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.

15.15. Os efeitos financeiros da repactuação decorrente da variação dos custos contratuais de mão de obra vinculados aos acordos, às convenções ou aos dissídios coletivos de trabalho retroagirão, quando for o caso, à data do início dos efeitos financeiros do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação.

15.16. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações poderão se iniciar em data futura, desde que assim acordado entre as partes, sem prejuízo da contagem da anualidade para concessão das

repactuações futuras.

15.17. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

15.18. O pedido de repactuação deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação ou encerramento contratual, com base no Art. 152, I, II III e IV, combinado com o art. 155, I e II, do Decreto Estadual nº 28.874/2024, sob pena de preclusão.

15.19. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, convenção ou dissídio coletivo da categoria, ou ainda não tenha sido possível ao contratante ou ao contratado proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão, quando couber.

15.20. A extinção do contrato não configurará óbice para o deferimento da repactuação solicitada tempestivamente, hipótese em que será concedida por meio de termo indenizatório.

15.21. O contratante decidirá sobre o pedido de repactuação de preços no prazo máximo 60 (sessenta) dias, contado da data do fornecimento, pelo contratado, da documentação comprobatória da variação dos custos a serem repactuados. (art. 162 do Decreto Estadual nº 28.874/2024).

15.22. O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto o contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo contratante para a comprovação da variação dos custos.

15.23. A repactuação de preços será formalizada por apostilamento.

15.24. As repactuações não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 160 do Decreto Estadual nº 28.874/2024; art. 124, inciso II, alínea "d", da Lei nº 14.133, de 2021.

15.25. O contratado deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção inicial em relação ao valor contratado.

15.26. A majoração da tarifa de transporte público gera a possibilidade de revisão do item relativo aos valores pagos a título de vale-transporte, constante da Planilha de Custos e Formação de Preços do presente Contrato, desde que comprovada pelo contratado a sua efetiva repercussão sobre os preços contratados.

15.27. A revisão dos custos relativos ao vale-transporte será formalizada por apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA FRAUDE E CORRUPÇÃO

16.1. A CONTRATADA deverá observar os mais altos padrões éticos durante a execução do Contrato, estando sujeitas às sanções previstas na legislação brasileira.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS

17.1. Rege-se este instrumento pelas normas e diretrizes estabelecidas na Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Estadual nº 28.874/2024, e outros preceitos de direito público, aplicando-se supletivamente os princípios da teoria geral dos contratos e disposições de direito privado.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO

18.1. Após as assinaturas deste Contrato a Procuradoria Geral do Estado providenciará a publicação de resumo no Diário Oficial do Estado, sem prejuízo de outras publicações necessárias a serem realizadas pela CONTRATANTE, em especial, a divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), conforme a Lei nº 14.133/2021 e Decreto Estadual nº 28.874/2024.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO

19.1. As questões decorrentes da execução deste Instrumento que não possam ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas no Foro de Porto Velho, capital do Estado de Rondônia, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

20.1. Declaram as partes que este Contrato corresponde à manifestação final, completa e exclusiva do acordo entre elas celebrado.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DAS ASSINATURAS, DATA DA CELEBRAÇÃO E VISTO DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

21.1. Considerando que a presente avença é celebrada no bojo de processo virtual que tramita no âmbito do Sistema Eletrônico de Informações - SEI, a data de celebração será correspondente a da aposição da assinatura eletrônica mais recente de qualquer das partes qualificadas no preâmbulo.

21.2. Instrumento jurídico elaborado na forma do art. 23, I, da LCE 620/2011, segundo as informações e documentos constantes dos autos do processo identificado neste instrumento.

21.3. Para firmeza e como prova do acordado, o presente Contrato, o qual, depois de lido e achado conforme, vai assinado eletronicamente pelas partes.



Documento assinado eletronicamente por **DÉBORA LÚCIA RAPOSO DA SILVA, Secretário(a) Adjunto(a)**, em 15/05/2025, às 23:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0059869695** e o código CRC **6D694713**.



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria de Estado da Educação - SEDUC

MAPA DE RISCO

CONSIDERANDO, o Decreto nº. 23.277, de 16 de outubro de 2018 em seu artigo 2º inciso V que trata do Órgão Central de Controle na qualidade de segunda linha de defesa constituída pelas funções de supervisão, monitoramento e **assessoramento quanto a aspectos relacionados aos riscos** e controles internos da gestão do órgão ou entidade.

CONSIDERANDO, a Portaria nº 217 de 08 de dezembro de 2021, que estabelece a metodologia de gestão de risco no âmbito do Poder Executivo Estadual;

CONSIDERANDO, a Instrução Normativa nº 05, de 25 de maio de 2017, que dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

CONSIDERANDO, a Portaria 2721 (0046702527), que designa Comissão Especial destinada a realizar estudo técnico preliminares da contratação de empresa especializada na prestação de serviços de transporte escolar, em caráter contínuo, para atender a necessidade dos alunos matriculados na rede estadual de educação.

1. REFERÊNCIA

I - Estudo Técnico Preliminar 272 (0055211164), da Comissão de Estudos Técnicos Preliminares destinada a realizar estudo técnico preliminares da contratação de empresa especializada na prestação de serviços de transporte escolar, em caráter contínuo, para atender a necessidade dos alunos matriculados na rede estadual de educação, residentes na zona rural.

2. DA CONTEXTUALIZAÇÃO

A Comissão de Estudo Técnico Preliminar conduziu um minucioso levantamento das questões pertinentes, visando identificar a realidade operacional e técnica na contratação de empresa especializada na prestação de serviços contínuos de transporte escolar para atender as necessidade dos alunos matriculados na rede estadual de educação, residentes na zona rural, com fornecimento de veículos tipo ônibus, incluindo o abastecimento, rastreamento, monitoramento, manutenção, motoristas e monitores em toda a frota contratada, para executar o serviço por quilometragem percorrida KM/MÊS, referente aos 200 (duzentos) dias Letivos e 10 (dez) dias destinados as Provas de Recuperação e Exames Finais, totalizando 210 (duzentos e dez) dias contratados, executáveis no período de 12 meses, no município de **Presidente Médici** - RO e regiões.

O objetivo é consolidar um relatório abrangente que será apresentado à Alta Gestão, trazendo consigo soluções concretas e estratégicas.

Além disso, é relevante mencionar que o Decreto N. 23.277, de 16 de outubro de 2018, delinea claramente a Primeira Linha de Defesa, composta pelos controles internos da gestão, formados pelo conjunto de regras, procedimentos, diretrizes, protocolos, rotinas de sistemas informatizados, conferências e trâmites de documentos e informações, entre outros.

Esta estrutura contribui significativamente para a eficácia dos processos e a garantia da conformidade com as diretrizes estabelecidas.

3. DA METODOLOGIA UTILIZADA

Para atender a presente demanda, bem como subsidiar a Secretaria de Estado da Educação - SEDUC em sua tomada de decisão, será utilizada a metodologia de consultoria da CGE/RO, disposta na Portaria nº 217 de 08 de dezembro de 2021, que está em consonância com o disposto na Instrução Normativa nº 05, de 25 de maio de 2017.

Para elaboração desta nota é importante fazer se noticiar o significado de alguns conceitos que serão adotados:

"Risco é o desvio em relação aos objetivos esperados, podendo ser de natureza positiva, negativa ou englobar ambos, abordando oportunidades e ameaças. A Consequência é o desfecho de um evento de risco sobre os objetivos do processo. A Avaliação de Risco, por sua vez, constitui o processo de identificação e análise dos riscos pertinentes que influenciam a realização dos objetivos da organização, delineando a resposta apropriada a cada risco. Este procedimento compreende diversas etapas:

Identificação de Riscos: engloba a busca, identificação e descrição de riscos, incluindo a identificação de suas fontes, causas e possíveis consequências. Este processo pode envolver dados históricos, análises teóricas, insights de especialistas e partes interessadas;

Análise de Riscos: implica na compreensão das causas e consequências imediatas, incorporando uma consideração detalhada das incertezas, fontes de risco, cenários, bem como dos controles e sua eficácia;

Classificação de Níveis de Risco: estabelece o nível de risco operacional através do produto da avaliação de impacto pela avaliação de probabilidade, conforme definido pelos parâmetros estabelecidos;

Tratamento de Riscos: abrange qualquer medida adotada para gerenciar o risco, que pode incluir a decisão de evitar o risco iniciando ou descontinuando atividades relacionadas a ele; mitigar o risco ao reduzir sua probabilidade de ocorrência e/ou suas consequências (impacto); compartilhar o risco com terceiros; ou aceitar o risco através de uma escolha consciente e justificada."

Assim, serão então analisado os riscos inerentes a contratação de empresa especializada em transporte escolar para atender as necessidades da Secretaria de Educação no estado de Rondônia.

4. DOS OBJETIVOS DAS AQUISIÇÕES E CONTRATAÇÕES DOS SERVIÇOS

O presente estudo tem como objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços contínuos de transporte escolar para atender as necessidade dos alunos matriculados na rede estadual de educação, residentes na zona rural, com fornecimento de veículos tipo ônibus, incluindo o abastecimento, rastreamento, monitoramento, manutenção, motoristas e monitores em toda a frota contratada, para executar o serviço por quilometragem percorrida KM/MÊS, referente aos 200 (duzentos) dias Letivos e 10 (dez) dias destinados as Provas de Recuperação e Exames Finais, totalizando 210 (duzentos e dez) dias contratados, executáveis no período de 12 meses, no município de **Presidente Médici** - RO e regiões.

5. DA AVALIAÇÃO DE RISCOS NA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE TRANSPORTE ESCOLAR

Após a análise documental, tornou-se evidente a identificação de riscos que demandam a atenção e avaliação da alta Administração da SEDUC. Estas ocorrências requerem a devida consideração para a implementação de medidas que visem evitar, mitigar, transferir ou compartilhar tais adversidades.

Neste contexto, à luz das disposições contidas na Portaria nº 217 de 8 de dezembro de 2021, nos artigos 15, inciso I, 16, incisos I a III, e 22, inciso IV, bem como nas tabelas anexas (que abrangem a escala de probabilidades, consequências e níveis de riscos), procederemos com a análise pormenorizada nos parágrafos subsequentes.

Nesse íterim, e seguindo essa linha de raciocínio, a análise do processo de contratação/aquisição foi conduzida levando em consideração os riscos e possíveis irregularidades mais significativos. Foram identificados os riscos com maior probabilidade e impacto, e propostas medidas que a Alta Administração pode implementar para gerenciar essas situações. Ademais, foram destacados

outros riscos que também requerem atenção, juntamente com as medidas correspondentes para o seu tratamento.

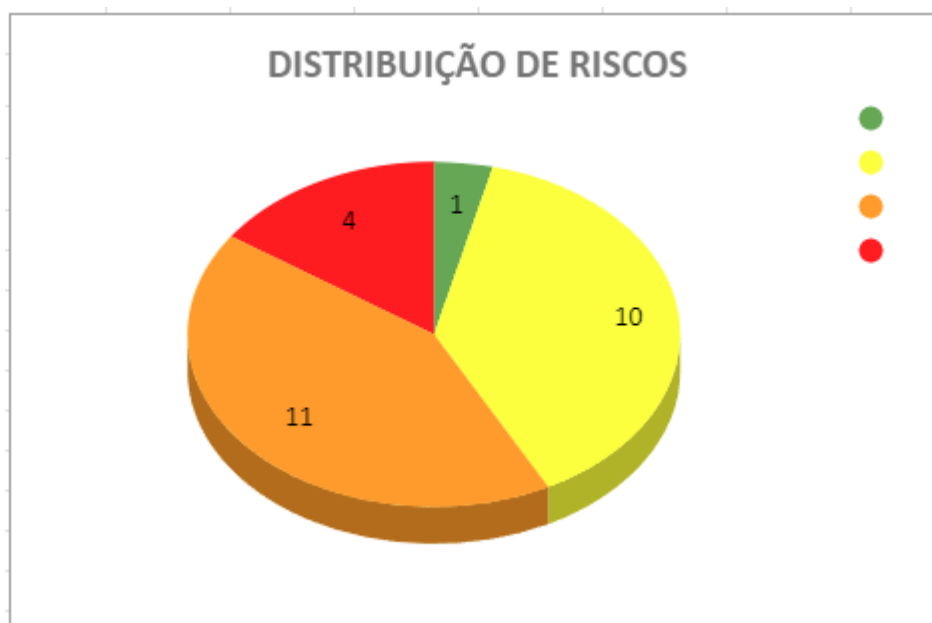
Nesse sentido, foram identificados riscos que foram avaliados segundo a perspectiva da probabilidade de ocorrência e dos danos potenciais relacionados a cada risco identificado na matriz relacionada à contratação.

Ademais, **insta esclarecer que os riscos, probabilidade / consequências, nível de riscos e ações sugeridas, foram validados de forma consensual entre a equipe da Comissão de Estudo Técnico Preliminar**, que constituiu o ponto focal na Secretaria para tratar os assuntos que são objeto desta nota de risco.

6. QUANTO À AVALIAÇÃO GERAL DOS PRINCIPAIS RISCOS E/OU IMPROPRIEDADES IDENTIFICADAS

Do quantitativo de 26 (vinte e seis) riscos identificados, têm-se, de acordo com o nível de risco estabelecido, 1 (um) considerado baixo, 10 (dez) considerados médios, 11 (onze) considerados altos, e 4 (quatro) considerados extremos, conforme tabela 1 e gráfico 1 abaixo que seguem:

NÍVEL DE RISCO	NÚMERO DE RISCOS	PERCENTUAL
Baixo	1	4%
Médio	10	38%
Alto	11	42%
Extremo	4	15%
TOTAL	26	100%



7. DA SÍNTESE

Ressalta-se que a classificação segundo o nível de risco acima identificado reflete a percepção da Comissão de Estudo Técnico Preliminar a partir das pesquisas, históricos, dados da instituição levantados e não sinalizado como estanque ou definitivo, cabendo ao gestor a avaliação dos pontos para decidir quanto à aplicação das ações sugeridas ou a adoção de outras que julgar cabíveis.

A ideia é dar suporte a Gestão para - assim querendo - possam adotar as contribuições abaixo noticiadas.

Em um primeiro momento, é importante salientar que as ações propostas não se restringem exclusivamente a medidas tomadas no momento da aquisição ou contratação. Isso se baseia na consideração de que a administração tem a liberdade de implementar ações complementares durante

a fase de planejamento, execução do serviço ou monitoramento, caso isso resulte em respostas mais efetivas aos riscos identificados.

8. DAS AÇÕES SUGERIDAS NA GESTÃO DE RISCOS

Da análise procedida, 26 (vinte e seis) riscos identificados, têm-se, de acordo com o nível de risco estabelecido, 1 (um) considerado baixo, 10 (dez) considerados médios, 11 (onze) considerados altos, e 4 (quatro) considerados extremos. A Tabela apresenta as ações sugeridas para os riscos identificados.

CAUSAS	RISCOS	PROBABILIDADES	CONSEQUÊNCIAS	NÍVEL DE RISCO	AÇÕES SUGERIDAS
Dificuldade em manter atualizado o Transcolar.	Imprecisão nas rotas utilizadas para formar preços.	Frequente	Pouco relevante	Alto	Solicitação manual das informações para os Coordenadores Regionais, sobre as rotas que precisarão ser cumpridas com finalidade em informações mais fidedignas.
Utilização da UC da energia para definir a localização do aluno.	A UC estar desatualizada causando alterações nas rotas e imprecisão na formação de preços.	Frequente	Pouco relevante	Alto	Solicitação manual das informações para os Coordenadores Regionais, sobre as rotas que precisarão ser cumpridas com finalidade em informações mais fidedignas, e solicitar que priorizem o cadastramento do aluno utilizando o cadastramento através do What'sapp dos pais do aluno.
Dificuldades em realizar a pesquisa de preços no mercado local da contratação.	Preços não regionalizados traduzindo incorretamente os custos de manutenção e operacionalização do transporte escolar.	Eventual	Pouco relevante	Médio	Utilização da média de preços estadual, com possibilidade de readequação durante a execução contratual.
Sobrecarga dos colaboradores da Coordenadoria Regional	Falta de alimentação correta do dados do transcolar imprecisão dos dados que apoiam o processo de contratação.	Eventual	Pouco relevante	Médio	Que a secretaria promova sensibilização quanto a necessidade e importância da utilização do Sistema, bem como, crie mecanismos de incentivos para Coordenadorias que conseguem manter boa atualização das informações no sistema.
Não utilização do diário eletrônico para realização das matrículas.	Quantitativo de alunos que utilizam o transporte imprecisos pela demora de lançamento das matrículas no Diário Eletrônico.	Eventual	Relevante	Extremo	Que a secretaria promova sensibilização quanto a necessidade e importância da utilização do Sistema, bem como, crie mecanismos de incentivos para Coordenadorias realizem as matrículas diretamente no Diário Eletrônico
A mensuração das boas condições tem como parâmetro o tempo de utilização do veículo, conforme leis estaduais e normativas internas da secretaria.	Operacionalização do serviço com ônibus sucateados, tendo em vista outros fatores de depreciação como as manutenções ao longo dos anos, aumentando quebras e riscos de acidentes.	Frequente	Relevante	Extremo	Fiscalização realizar vistoria da Frota disponível da empresa a fim de verificar se os veículos possuem condições para trafegar com alunos antes do início do contrato.
Pessoal	Não identificação correta dos motoristas e monitores por falta de uniformização e uso de crachá.	Eventual	Pouco relevante	Médio	Fiscalização realizar vistoria a fim de verificar se itens de uniformização e identificação foram entregues e são utilizados regularmente, bem como obrigação constar em termo de referência, como requisito para pagamento.
Pessoal	Contratação de pessoal sem a habilitação necessária.	Raríssima	Muito relevante	Médio	Constar em TR a obrigatoriedade de motoristas com a devida habilitação para o tipo de transporte.
Pessoal	Falta de conferência na admissão e regularmente das certidões cíveis e criminais dos motoristas e monitores.	Rara	Muito relevante	Alto	Fiscalização realizar vistoria a fim de verificar a documentação, bem como obrigação constar em termo de referência, como requisito para pagamento.
Pessoal	Maus tratos por parte dos motoristas e monitores	Rara	Pouco relevante	Baixo	Divulgação das formas de reporte e ouvidoria, além de realização de pesquisa de satisfação anual a fim de reprimir essas práticas.
Pessoal	Admissão de Motoristas com exame toxicológico vencido.	Rara	Muito relevante	Alto	Verificar no ato da admissão a validade do exame toxicológico nos termos da Lei 14.071/2020 e Resolução 843/2021 CONTRAN.
Falta de nomeação de preposto pela empresa para atendimento as necessidades e impasses durante a execução do contrato.	Impossibilidade de resolver os impasses contratuais por falta de comunicação eficiente com a empresa	Frequente	Pouco relevante	Alto	Obrigatoriedade de nomeação de preposto constando em Termo de Referência.

Manutenções e equipamentos indispensáveis faltando	Quebra frequente, faltar estepe ou equipamentos essenciais como limpadores de parabrisas, extintores de incêndio, kit de primeiros socorros e etc.	Eventual	Relevante	Extremo	Criação de cronograma de fiscalização com finalidade em verificar as manutenções e itens essenciais a ser verificados conforme checklist, bem como determinar em Termo de Referência parâmetros mínimos de manutenções a ser cumpridas.
Monitoria sem as orientações adequadas.	Não utilização do cinto de segurança.	Rara	Muito relevante	Alto	Informativo sobre as obrigações mínimas do monitor, checklist e termo de ocorrências a serem preenchidos todos os dias.
Ausência de veículo reserva	Perda de aulas aos alunos que dependem de veículo que eventualmente precisará parar a operação para sofrer manutenções.	Rara	Muito relevante	Alto	Exigência em Termo de Referência de que a empresa mantenha veículos reservas, quantidade a ser definida de acordo com as necessidades de cada Coordenadoria.
Veículos não portarem autorização do Detran para transporte escolar	Dano; multa e segurança das crianças.	Rara	Relevante	Médio	Verificação durante a fiscalização e contingenciamento do pagamento ante a ausência de apresentação das autorizações.
Gestão e fiscalização do contrato.	Não publicação do extrato do contrato e dos aditivos lesando a publicidade e eficiência.	Eventual	Pouco relevante	Médio	PGE observar o dever de publicação do extrato do contrato, após a assinatura, respeitando o que preconiza a Lei Geral de Proteção de Dados.
Gestão e fiscalização sem estrutura ou em quantidade insuficiente.	dano; multa; pagamento indevido e segurança das crianças.	Rara	Muito relevante	Alto	Capacitações focadas em transporte escolar com finalidade em garantir melhores fiscalizações, uma vez que os recursos humanos já serão melhorados na reestruturação das Coordenadorias Regionais.
Gestão e fiscalização do contrato.	Falta de seguro ou atualização	Eventual	Pouco relevante	Médio	Exigir em TR a contratação de seguro, bem como observar sua vigência durante a conferência da liquidação de despesa.
Empresa operar com veículos inadequados.	Não atendimentos a portadores de deficiência.	Rara	Relevante	Médio	Vistorias a serem realizadas antes do início da aula a fim de assegurar que o ônibus esteja adequado para atender a todas as necessidades dos alunos.
Estimativa imprecisa do quantitativo de alunos que utilizam o transporte escolar.	Excessivo número de alunos transportados.	Rara	Relevante	Médio	Alimentar o sistema de georeferenciamento para melhor estimativa e contratação que atenda as necessidades de transporte corretamente. Aditivo contratual no caso de superlotação do transporte.
Descumprimento de obrigação por parte da empresa.	Atrasos corriqueiros.	Frequente	Pouco relevante	Alto	Aplicação de sanções contratuais no casos de atrasos corriqueiros.
Falta de conferência durante a admissão.	Contratação de motoristas que já tenham incorrido em multas graves e gravíssimas.	Rara	Muito relevante	Alto	Fiscalização realizar vistoria a fim de verificar a documentação, bem como obrigação constar em termo de referência, como requisito para pagamento.
Insuficiência de fiscalização.	Falhas no controle de frequência dos alunos que utilizam o transporte escolar.	Eventual	Pouco relevante	Médio	A monitoria deverá fazer chamada diária daqueles presentes no ônibus, visando pagamento fidedigno as trajetórias executadas.
Descumprimento em relação aos itens de segurança.	Comprometimento da integridade física do aluno.	Rara	Muito relevante	Alto	Fiscalização realizar vistoria anterior ao início das aulas a fim de assegurar as condições físicas e documentais do veículo para o tráfego.
Ausência de Sistema de posicionamento Global.	Falta de controle e segurança adequados, o que pode resultar em dificuldade para monitorar a localização dos veículos, garantir a segurança dos alunos e do motorista, e realizar um acompanhamento eficaz das rotas e do cumprimento de horários.	Eventual	Relevante	Extremo	Sugerimos a Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de rastreamento e monitoramento de veículos via GPRS, compreendendo a instalação, em comodato, de módulos rastreadores e a disponibilização de software de gerenciamento com acesso via Web, em veículos.

Quanto aos riscos médios e baixos, constituem um total de 11 (onze), a princípio, não careceriam de urgência no tratamento, mas requerem atenção e melhoria na aplicação de boas práticas e medidas a serem adotadas.

A partir das medidas propostas, almeja-se enriquecer as iniciativas do Governo do Estado. Isso implica em colaborar ativamente para a redução dos riscos, aprimorar os mecanismos de governança e implementar as melhores práticas em operações, gestão de riscos e controles internos dentro da esfera da SEDUC, especialmente no que tange aos processos de contratação. Isso, por sua vez, visa oferecer suporte à Alta Gestão no processo decisório.

9. DA CONCLUSÃO

O presente documento encontra-se em total consonância com a Portaria nº 217/2021, CGE/RO, que estabelece a metodologia de gestão de risco no âmbito do Poder Executivo Estadual, o que nos permite destacar que a Matriz de Riscos apresentada não visa apontar irregularidades nos processos, mas sim identificar possíveis eventos que possam afetar o alcance dos objetivos do processo. Ademais, propõe ações para mitigar esses riscos, cabendo à gestão avaliar a viabilidade e pertinência de sua implementação.

O foco deste trabalho foi direcionado para a identificação dos principais riscos relacionados à contratação de empresa especializada na prestação de serviços contínuos de transporte escolar. Foram minuciosamente identificados e analisados os riscos, com especial atenção ao saneamento daqueles riscos classificados como de alto e extremo grau, sendo recomendado a apresentação de justificativas e esclarecimentos relevantes caso não sejam adotadas medidas mitigadoras, para evitar possíveis questionamentos de órgãos de controle externo.

Para os riscos classificados como de baixo ou médio impacto, ressalta-se a importância de adotar as melhores práticas disponíveis, mesmo não existindo urgência em no tratamento.

Importa destacar, como anteriormente mencionado, que as informações aqui apresentadas têm o intuito de orientar a atuação do gestor público. No entanto, cabe à autoridade responsável tomar a decisão que julgar mais apropriada para atender ao interesse público. Ademais, as orientações e sugestões fornecidas não abrangem todas as possibilidades de identificação de riscos e questões relevantes no processo operacional em questão. É atribuição da unidade e dos gestores das áreas envolvidas adotar uma abordagem contínua para identificá-los, bem como avaliar eventuais fragilidades no processo. Além disso, devem implementar as medidas necessárias, como controles internos eficazes, tanto para corrigir possíveis irregularidades e/ou inadequações, quanto para atuar preventivamente no desenvolvimento de políticas e procedimentos internos, assegurando a conformidade com a legislação, as metas e os objetivos estabelecidos.

Porto Velho, data e assinatura no sistema.

Elaborado por:

POLLIANE QUEIROZ RAVANI
Membra da Comissão do Estudo Técnico Preliminar
Portaria nº 4189 de 3 de abril de 2024

ANEXO ÚNICO

Escala de probabilidades, consequências e níveis de riscos

Escala de Probabilidade:

Frequência	Significado	Expressão
Raríssima	Evento extraordinário para os padrões conhecidos da gestão e operação do processo de contratação. Embora possa assumir dimensão estratégica para a manutenção do processo, não há histórico disponível para sua ocorrência.	0,10
Rara	Evento casual, inesperado. Muito embora raro, há histórico de ocorrência conhecido por parte dos gestores e operadores do processo de contratação.	0,35

Eventual	Evento usual, corriqueiro. Devido à sua ocorrência habitual, seu histórico é amplamente conhecido por parte dos gestores e operadores do processo de contratação.	0,70
Frequente	Evento se reproduz muitas vezes, se repete seguidamente, de maneira assídua, numerosa e não raro de modo acelerado. Interfere de modo claro no ritmo das atividades, sendo evidente, mesmo para os que conhecem pouco o processo de contratação.	1,00

Escala de Consequências:

Impacto	Significado	Expressão
Irrelevante	Degradação na operação do processo de contratação, porém causando impactos mínimos para o órgão/entidade (em termos financeiros, danos à imagem, afetação da qualidade do processo de contratação).	10
Pouco relevante	Degradação na operação do processo de contratação, causando pequenos impactos no órgão/entidade.	20
Relevante	Interrupção do processo de contratação, causando impactos significativos para o órgão e entidade, porém passível de recuperação	50
Muito relevante	Interrupção do processo, causando impactos irreversíveis para o órgão/entidade.	100

Nível de Risco: Probabilidade X Consequências

Consequência	Avaliação do Risco			
Muito Relevante	Médio	Alto	Extremo	Extremo
Relevante	Baixo	Médio	Alto	Extremo
Pouco relevante	Insignificante	Baixo	Médio	Alto
Irrelevante	Insignificante	Insignificante	Baixo	Médio
	Raríssima	Rara	Eventual	Frequente
	Probabilidade			



Documento assinado eletronicamente por **Rosangela Aparecida Marum Candido, Superintendente Regional de Educação II**, em 09/12/2024, às 19:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria Joelma de Oliveira da Silva, Assessor(a)**, em 10/12/2024, às 10:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Polliane Queiroz Ravani, Técnico(a)**, em 10/12/2024, às 10:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Ernane Almeida Bandeira, Gerente Administrativo**, em 10/12/2024, às 10:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria Nilda Justino da Silva, Gestor(a) de Contrato**, em 10/12/2024, às 10:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **MIRIAM DA SILVA MENDES, Gerente.**, em 11/12/2024, às 11:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0055211194** e o código CRC **7310607D**.

Referência: Caso responda este(a) Mapa de Risco, indicar expressamente o Processo nº 0029.008066/2024-13

SEI nº 0055211194



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria de Estado da Educação - SEDUC

ANÁLISE DE RISCOS

Considerando a Mapa de Risco 168 (0055211194), o foco deste trabalho foi direcionado para a identificação dos principais riscos relacionados à contratação de empresa especializada na prestação de serviços contínuos de transporte escolar para atender as necessidade dos alunos matriculados na rede estadual de educação, no município de **Presidente Médici** - RO e regiões. Foram minuciosamente identificados e analisados os riscos, com especial atenção ao saneamento daqueles riscos classificados como de extremo grau.

Tem-se ainda que com a vigência da Lei 14.133, que estabelece o novo marco legal das contratações públicas, a elaboração de riscos no contrato se torna fundamental por diversas razões: equilíbrio econômico-financeiro, complexidade do contrato, transparência e segurança jurídica e gestão de risco eficiente. Com isso, irá promover o cumprimento dos objetivos estabelecidos e o uso eficiente dos recursos públicos.

A alocação de matriz de risco é uma ferramenta utilizada em contratos para identificar e distribuir os possíveis riscos entre as partes envolvidas, como contratante e contratada.

Essa matriz ajuda a determinar quem será responsável por lidar com cada tipo de risco durante a execução do contrato, possibilitando uma avaliação do nível de cada risco identificado, considerando geralmente a probabilidade de ocorrência e o impacto caso ocorra.

A alocação de riscos no contrato só é construída após a identificação dos riscos envolvidos na operação, portanto, em todos os riscos devem constar quem será o responsável, conforme art. 6º XXVII, *in verbis*:

XXVII - matriz de riscos: cláusula contratual definidora de riscos e de responsabilidades entre as partes e caracterizadora do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, em termos de ônus financeiro decorrente de eventos supervenientes à contratação, contendo, no mínimo, as seguintes informações:

a) listagem de possíveis eventos supervenientes à assinatura do contrato que possam causar impacto em seu equilíbrio econômico-financeiro e previsão de eventual necessidade de prorrogação de termo aditivo por ocasião de sua ocorrência;

b) no caso de obrigações de resultado, estabelecimento das frações do objeto com relação às quais haverá liberdade para os contratados inovarem em soluções metodológicas ou tecnológicas, em termos de modificação das soluções previamente delineadas no anteprojeto ou no projeto básico;

c) no caso de obrigações de meio, estabelecimento preciso das frações do objeto com relação às quais não haverá liberdade para os contratados inovarem em soluções metodológicas ou tecnológicas, devendo haver obrigação de aderência entre a execução e a solução predefinida no anteprojeto ou no projeto básico, consideradas as características do regime de execução no caso de obras e serviços de engenharia.

EVENTO DE RISCO	MATERIALIZAÇÃO	MITIGAÇÃO	ALOCÇÃO (RESPONSÁVEL)		
			Contratante	Contratada	Ambos
Quebra frequente, falta de equipamentos e de manutenção.	<ul style="list-style-type: none"> Interrupção do serviço de transporte escolar; Risco à segurança dos alunos; 	<ul style="list-style-type: none"> Implementar cronogramas rígidos de manutenção periódica dos veículos (ônibus), prevendo inspeções técnicas mensais e 		X	

	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento dos custos operacionais; • Atrasos e perdas educacionais. 	<ul style="list-style-type: none"> revisões completas semestrais. • Garantir que a empresa contratada mantenha um estoque mínimo de peças essenciais para reparos imediatos. • Criar um sistema de auditoria e fiscalização frequente, monitorando a execução do cronograma de manutenção. • Inserir no contrato cláusulas de penalidade por falhas operacionais decorrentes de negligência na manutenção e falta de equipamentos. • 			
Não contratação de seguro para execução do Contrato objeto da licitação.	<ul style="list-style-type: none"> • Riscos financeiros elevados em caso de sinistros; • Ausência de indenização para vítimas de acidentes; • Rescisão contratual e penalidades; • Comprometimento do orçamento público. 	<ul style="list-style-type: none"> • Contratação de seguro de responsabilidade civil e de danos materiais obrigatória no edital de licitação; • Monitorar a regularidade da apólice, verificando os valores segurados e a validade da cobertura antes da assinatura do contrato e durante a execução; • Estipular multas e, se necessário, a suspensão do contrato em casos de não cumprimento da exigência de seguro. 		X	
Ausência de controle para monitoramento e rastreamento dos veículos.	<ul style="list-style-type: none"> • Falta de controle sobre a localização e segurança dos alunos; • Desvios de rota não detectados; • Risco de má utilização dos veículos (ônibus); • Aumento do risco de acidentes e emergências; 	<ul style="list-style-type: none"> • Implementar um sistema de monitoramento e rastreamento eficaz em todas os veículos (ônibus), permitindo o rastreamento em tempo real.; • Criar uma central de monitoramento para supervisionar o deslocamento dos veículos (ônibus) e garantir a conformidade 		X	

	<ul style="list-style-type: none"> Impossibilidade de fiscalização e auditoria do serviço. 	<p>com as rotas e horários estabelecidos. Realizar inspeções regulares nos veículos;</p> <ul style="list-style-type: none"> Estabelecer que a empresa contratada envie relatórios periódicos contendo o histórico das rotas, horários e eventuais problemas identificados. Manter registros precisos das rotas e tempos de viagem. Realizar auditorias semestrais para verificar a eficácia do sistema de rastreamento e propor melhorias. 			
Faltar motorista reserva por falta de regulamentação da relação de motorista reservas.	<ul style="list-style-type: none"> Atrasos frequentes; Comprometimento da segurança dos alunos; Interrupção do serviço de transporte escolar; Rescisão do contrato por descumprimento. 	<ul style="list-style-type: none"> Inserir no contrato a exigência de motoristas reservas qualificados e treinados, prontos para substituir o titular em caso de necessidade. Exigir que a empresa apresente um plano de contingência com a lista de motoristas reservas disponíveis para cada rota, com documentação em dia. Garantir que os motorista reservas estejam devidamente certificados e preparados para assumir a operação sem impacto na segurança ou qualidade do serviço. Realizar fiscalizações periódicas para verificar a existência e disponibilidade dos motorista reservas, evitando interrupções nos serviços. 		X	
Descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e	<ul style="list-style-type: none"> A contratada não recolher corretamente o FGTS dos seus 	<ul style="list-style-type: none"> Cláusula que exige a regularidade dos encargos trabalhistas e fiscais. 			X

com o FGTS da contratada.

empregados, o órgão fiscalizador pode aplicar uma multa ou autuação à contratante, especialmente se não houver fiscalização adequada.

- Funcionários contratados pela empresa terceirizada podem ajuizar uma ação trabalhista contra a contratante, alegando que não receberam os direitos trabalhistas (como FGTS, férias, 13º salário) por parte da contratada, e a empresa contratante ser responsabilizada solidariamente.
- A Receita Federal pode cobrar dívidas não pagas relativas ao INSS ou FGTS de forma direta, e a contratante pode ser chamada a cobrir esses valores caso tenha falhado em monitorar o cumprimento das obrigações pela contratada.
- Caso a contratada não regularize a situação e o órgão fiscalizador tome ações contra ela, a contratante poderá ser envolvida em um processo judicial, sendo obrigada a arcar com custos adicionais relacionados à defesa judicial e regularização das pendências.

- Cláusula que permite a **auditoria e fiscalização** periódica dos documentos e comprovantes de cumprimento das obrigações.
- Definição de **penalidades** (multas, rescisão contratual) caso a contratada não cumpra com suas obrigações.
- Exigir que a contratada forneça documentos comprobatórios, como as **Guias de Recolhimento do FGTS (GFIP)** e **certidões negativas** de débitos trabalhistas e fiscais, a cada 6 meses ou a cada término de ciclo de pagamento.
- Solicitar relatórios detalhados sobre a situação fiscal e trabalhista da contratada antes da renovação de contratos ou pagamentos significativos.
- Contratar **auditorias externas** para revisar a regularidade das obrigações trabalhistas e fiscais.

Elaborado por:

POLLIANE QUEIROZ RAVANI

Membra da Comissão do Estudo Técnico Preliminar - CETP/CAD

MARIA JOELMA DE OLIVEIRA DA SILVA

Gerência de Planejamento de Contratações de Serviços- GPCS/CAD

ROSANGELA APARECIDA MARUM CANDIDO

Superintendência Regional de Educação de Ji-Paraná - SUPERJIPGAB

PAULO ERNANE ALMEIDA BANDEIRA

Superintendência Regional de Educação de Ji-Paraná - SUPERJIPGAB-GAD

MARIA NILDA JUSTINO DA SILVA

Gerência de Gestão de Contratos - GGC/CCOM

MIRIAM DA SILVA MENDES

Gerência de Núcleo de Transporte Escolar - GTE/CCTE



Documento assinado eletronicamente por **Rosangela Aparecida Marum Candido, Superintendente Regional de Educação II**, em 09/12/2024, às 19:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria Joelma de Oliveira da Silva, Assessor(a)**, em 10/12/2024, às 10:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Polliane Queiroz Ravani, Técnico(a)**, em 10/12/2024, às 10:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Ernane Almeida Bandeira, Gerente Administrativo**, em 10/12/2024, às 10:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **MIRIAM DA SILVA MENDES, Gerente.**, em 11/12/2024, às 11:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0055211179** e o código CRC **81DE7CB0**.



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria de Estado da Educação - SEDUC

SAMS

PROCESSO Nº 0029.008066/2024-13														
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO								UNIDADE REQUISITANTE: SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE JI-PARANÁ-SEDUC/SUPERJIPGAB						
UNIDADE SOLICITANTE: GERÊNCIA DE PLANEJAMENTO DE CONTRAÇÕES DE SERVIÇOS - SEDUC/GPCS														
OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços contínuos de transporte escolar para atender as necessidade dos alunos matriculados na rede estadual de educação, residentes na zona rural, com fornecimento de veículos tipo ônibus, incluindo o abastecimento, rastreamento, monitoramento, manutenção, motoristas e monitores em toda a frota contratada, para executar o serviço por quilometragem percorrida KM/MÊS, referente aos 200 (duzentos) dias Letivos e 10 (dez) dias destinados as Provas de Recuperação e Exames Finais, totalizando 210 (duzentos e dez) dias contratados, executáveis no período de 12 meses, no município de Presidente Médici - RO e regiões.														
LOTE I														
DETALHAMENTO DO OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços contínuos de transporte escolar para atender as necessidade dos alunos matriculados na rede estadual de educação, residentes na zona rural, com fornecimento de veículos tipo ônibus, incluindo o abastecimento, rastreamento, monitoramento, manutenção, motoristas e monitores em toda a frota contratada, para executar o serviço por quilometragem percorrida KM/MÊS, referente aos 200 (duzentos) dias Letivos e 10 (dez) dias destinados as Provas de Recuperação e Exames Finais, totalizando 210 (duzentos e dez) dias contratados, executáveis no período de 12 meses, no município de Presidente Médici - RO e regiões, com execução nos seguintes trajetos descritos abaixo:														
ITEM	UNID.	TRAJETO	DESCRIÇÃO DO TRAJETO	TURNO DE EXECUÇÃO	QUANTIDADE ESTIMADA DE ALUNOS POR TRAJETO	QUANTIDADE ESTIMADA DE ÔNIBUS	TRAJETO KM/ DIÁRIO PAVIMENTADO E NÃO PAVIMENTADO		PERÍODO DE EXECUÇÃO 210 DIAS	TRAJETO KM ESTIMADO EM 210 DIAS LETIVOS TOTAL	TRAJETO KM/ 210 DIAS ESTIMADO TOTAL	VALOR UNITÁRIO KM/DIA R\$-	VALOR TOTAL PREVISTO 210 DIAS LETIVO KM/DIA R\$-	VALOR QTIDADE KM PERÍODO TOTAL (R\$-)
1	Serviços/KM	Trajeto 01 - Lote 01	MATUTINO - O Veículo sai às 5h50min (Ponto de referência: travessão da RO480), percorre 1.1km, entra à esquerda, percorre 2.8km, entra a direita, percorre 3.3km e retorna 3.3km, continua na	MATUTINO	34	1	TRAJETO KM/ DIÁRIO PAVIMENTADO	0,00	210	0				

			mesma por 1.0km, continua em frente e percorre 4.0km e retorna 4.0km, entra a esquerda, percorre 4.3km, entra a esquerda, percorre 8.4km e retorna 8.4km até a Escola Emburana. as 11h30min, refaz o mesmo itinerário até o ponto de partida. Perfazendo um total de 81.2km. (sendo 81.2km não pavimentados) 1.1 + 2.8 + 3.3 + 3.3 + 1.0 + 4.0 + 4.0 + 4.3 + 8.4 + 8.4 = 40.6 x 2 = 81.2km											
							TRAJETO KM/ DIÁRIO NÃO-PAVIMENTADO	81,20	210	17.052	17.052			
2	Serviços/KM	Trajetos 02 - Lote 01	VESPERTINO - O Veículo sai às 11h30min (Ponto de referência: linha 136, Estrela de Rondônia), percorre 3.2km, entra a direita, percorre 1.3km e retorna 1.3km, entra à direita, percorre 8.2km continua em frente, percorre 2.9km e retorna 2.9km, entra à esquerda, percorre 3.7km, entra à esquerda, percorre 5.5km e retorna	VESPERTINO	27	1	TRAJETO KM/ DIÁRIO PAVIMENTADO	29,80	210	6.258	16.128			
							TRAJETO KM/ DIÁRIO NÃO-PAVIMENTADO	47,00	210	9.870				

			5.5km, continua em frente, percorre 3.9km até a Escola Emburana. Perfazendo um total de 76.8km. (sendo 29.8km pavimentado e 47.0km não pavimentados) 3.2 + 1.3 + 1.3 + 8.2 + 2.9 + 2.9 + 3.7 + 5.5 + 5.5 + 3.9 = 38.4x 2 = 76.8km											
3	Serviços/KM	Trajeto 03 - Lote 01	MATUTINO - O Veículo sai às 6h00min (Ponto de referência: linha 136, Estrela de Rondônia), percorre 3.2km, entra a direita, percorre 0.5km e retorna 0.5km, entra à direita, percorre 8.2km continua em frente, percorre 2.9km e retorna 2.9km, entra à esquerda, percorre 3.7km, entra à esquerda, percorre 5.5km, entra a direita, percorre 3.9km e retorna 3.9km, entra a esquerda 5.5km, continua em frente, percorre 3.9km até a Escola Emburana. Perfazendo um total de 89.2km. (sendo	MATUTINO	21	1	TRAJETO KM/ DIÁRIO PAVIMENTADO	45,40	210	9.534	18.732			
							TRAJETO KM/ DIÁRIO NÃO- PAVIMENTADO	43,80	210	9.198				

			45.4km pavimentado e 43.8km não pavimentados) 3.2 + 0.5 + 0.5 + 8.2 + 2.9 + 2.9 + 3.7 + 5.5 + 3.9 + 3.9 + 5.5 + 3.9 = 44.6x 2 = 89.2km											
4	Serviços/KM	Trajeto 04 - Lote 01	MATUTINO - Sai às 6h00min (Ponto de referência: linha 01), percorre 7.1km, entra a direita, percorre 3.2km, continua em frente e percorre 3.5km e retorna 3.5km, entra a direita, percorre 4.2km, entra a esquerda, percorre 2.4km, entra a direita, percorre 3.7km até a escola Emburana. Perfazendo um total de 55.2km diários. (sendo 55.2km não pavimentados). 7.1 + 3.2 + 3.5 + 3.5 + 4.2 + 2.4 + 3.7 = 27.6 x 2 = 55.2km	MATUTINO	19	1	TRAJETO KM/ DIÁRIO PAVIMENTADO	0,00	210	0	11.592			
							TRAJETO KM/ DIÁRIO NÃO- PAVIMENTADO	55,20	210	11.592				
5	Serviços/KM	Trajeto 05 - Lote 01	VESPERTINO - Sai às 11h30min (Ponto de referência: linha 01), percorre 7.1km, entra a direita, percorre 3.2km, continua em frente e	VESPERTINO	12	1	TRAJETO KM/ DIÁRIO PAVIMENTADO	0,00	210	0	12.138			

			percorre 4.1km e retorna 4.1km, entra a direita, percorre 4.2km, entra a esquerda, percorre 2.4km, entra a direita, percorre 3.8km até a escola Emburana. Perfazendo um total de 57.8km diários. (sendo 57.8km não pavimentados). 7.1 + 3.2 + 4.1 + 4.1 + 4.2 + 2.4 + 3.8 = 28.9 x 2 = 57.8km											
6	Serviços/KM	Trajeto 06 - Lote 01	VESPERTINO - O veículo sai às 11h45min (Ponto de referência: Igreja Palavra de Cristo para o Brasil na Linha 114) percorre 3.3km, entra a esquerda, percorre 0.2km e retorna 0.2km, entra a esquerda, percorre 1.0km, continua enfrente, percorre 4.0km e retorna 4.0km, entra a esquerda, percorre 4.3km, entra a esquerda, percorre 7.8km e retorna 7.8km até Escola Emburana. Perfazendo um total de	VESPERTINO	22	1	TRAJETO KM/ DIÁRIO NÃO-PAVIMENTADO	57,80	210	12.138				
							TRAJETO KM/ DIÁRIO PAVIMENTADO	0,00	210	0				
							TRAJETO KM/ DIÁRIO NÃO-PAVIMENTADO	65,20	210	13.692	13.692			

			65.2km. (sendo 65.2km não pavimentados). 3.3 + 0.2 + 0.2 + 1.0 + 4.0 + 4.0 + 4.3 + 7.8 +7.8 = 32.6 x 2 = 65.2km											
7	Serviços/KM	Trajeto 07 - Lote 01	MATUTINO - O Veículo sai às 6h00min (Ponto de referência: linha 114), percorre 2.3km, entra direita, percorre 1.4km e retorna 1.4km, entra a direita, percorre 9.1km, continua em frente, percorre 11.0km e retorna 11.0km, entra a direita, percorre 4.3km, entra a esquerda, percorre 3.0km até a Escola Dona Benta. Perfazendo um total de 87.0km. (sendo 87.0km não pavimentados) 2.3 + 1.4 + 1.4 + 9.1 + 11.0 + 11.0 + 4.3 + 3.0 = 43.5 x 2 = 87.0km	MATUTINO	23	1	TRAJETO KM/ DIÁRIO PAVIMENTADO	0,00	210	0	18.270			
							TRAJETO KM/ DIÁRIO NÃO-PAVIMENTADO	87,00	210	18.270				
8	Serviços/KM	Trajeto 08 - Lote 01	MATUTINO - Sai às 6h00min (Ponto de referência: linha 01), percorre 3.8km entra a esquerda, percorre 2.0km e retorna 2.0km, continua em frente e	MATUTINO	8	1	TRAJETO KM/ DIÁRIO PAVIMENTADO	0,00	210	0				

			percorre 7.6km, faz curva a direita e percorre 5.2km, entra a direita percorre 2.6km, entra a direita, percorre 3.2km, entra esquerda, percorre 4.1km, entra a direita, percorre 0.8km até a escola Dona Benta. Perfazendo um total de 62.6km diários. (sendo 62.6km não pavimentados). 3.8 + 2.0 + 2.0 + 7.6 + 5.2 + 2.6 + 3.2 + 4.1 + 0.8 = 31.3 x 2 = 62.6km								13.146			
9	Serviços/KM	Trajeto 09 - Lote 01	VESPERTINO - Sai às 11h30min (Ponto de referência: linha 140), percorre 4.4km, faz curva a direita, percorre 7.6km, faz curva a direita, percorre 7.8km, entra a direita, percorre 3.2km, continua em frente, percorre 2.6km, entra a direita percorre 3.0km e retorna 3.0km, entra a direita, percorre 3.0km e retorna 3.0km, faz leve curva a	VESPERTINO	19	1	TRAJETO KM/ DIÁRIO NÃO-PAVIMENTADO	62,60	210	13.146	18.942			
							TRAJETO KM/ DIÁRIO PAVIMENTADO	0,00	210	0				
							TRAJETO KM/ DIÁRIO NÃO-PAVIMENTADO	90,20	210	18.942				

			esquerda, percorre 2.6km, entra a direita, percorre 4.9km até a escola Dona Benta. Perfazendo um total de 90.2km diários. (sendo 90.2km não pavimentados). 4.4 + 7.6 + 7.8 + 3.2 + 2.6 + 3.0 + 3.0 + 3.0 + 3.0 + 2.6 + 4.9 = 45.1 x 2 = 90.2km											
10	Serviços/KM	Trajeto 10- Lote 01	VESPERTINO - Sai às 11h40min (Ponto de referência: linha 128), percorre 4.6km, curva a direita, percorre 2.3km e retorna 2.3km, entra a direita, percorre 4.5km, faz curva e entra a esquerda, percorre 1.1km, entra a direita, percorre 3.8km e retorna 3.8 km, entra a direita, percorre 4.1 e retorna 4.1km, continua em frente, percorre 1.1km, entra a esquerda, percorre 1.0km até a escola Dona Benta. Perfazendo um total de 65.4km diários. (sendo 65.4km não pavimentados). 4.6 + 2.3 + 2.3	VESPERTINO	13	1	TRAJETO KM/ DIÁRIO PAVIMENTADO	0,00	210	0	13.734			
							TRAJETO KM/ DIÁRIO NÃO- PAVIMENTADO	65,40	210	13.734				

			+ 4.5 + 1.1 + 3.8 + 3.8 + 4.1 + 4.1 + 1.1 + 1.0 = 32.7 x 2 = 65.4km											
11	Serviços/KM	Trajeto 11 - Lote 01	MATUTINO - Sai às 6h15min (Ponto de referência: linha 106), percorre 8.3km, continua em frente, percorre 4.4km e retorna 4.4km, entra a esquerda, percorre 7.5km, entra a esquerda, percorre 3.0km até a escola Dona Benta. Perfazendo um total de 55.2km diários. (sendo 55.2km não pavimentados). 8.3 + 4.4 + 4.4 + 7.5 + 3.0 = 27.6 x 2 = 55.2km	MATUTINO	11	1	TRAJETO KM/ DIÁRIO PAVIMENTADO	0,00	210	0	11.592			
							TRAJETO KM/ DIÁRIO NÃO-PAVIMENTADO	55,20	210	11.592				
12	Serviços/KM	Trajeto 12 - Lote 01	MATUTINO - Sai às 6h00min (Ponto de referência: linha 109 próximo a ponte), percorre 6.5km entra a esquerda, percorre 4.1km, entra a esquerda, percorre 1.0km e retorna 1.0km, entra a esquerda, percorre 4.3km, entra a esquerda, percorre 19.6km até a escola Dona Benta.	MATUTINO	29	1	TRAJETO KM/ DIÁRIO PAVIMENTADO	0,00	210	0	15.330			
							TRAJETO KM/ DIÁRIO NÃO-PAVIMENTADO	73,00	210	15.330				

			Perfazendo um total de 73.0km diários. (sendo 73.0km não pavimentados). 6.5 + 4.1 + 1.0 + 1.0 + 4.3 + 19.6 = 36.5 x 2 = 73.0km											
13	Serviços/KM	Trajeto 13 - Lote 01	VESPERTINO - Sai às 11h30min (Ponto de referência: linha 109 próximo a ponte), percorre 6.4km entra a esquerda, percorre 4.1km, entra a esquerda, percorre 5.4km e retorna 5.4km, entra a esquerda, percorre 4.3km, entra a esquerda, percorre 19.6km até a escola Dona Benta. Perfazendo um total de 90.4km diários. (sendo 90.4km não pavimentados). 6.4 + 4.1 + 5.4 + 5.4 + 4.3 + 19.6 = 45.2 x 2 = 90.4km	VESPERTINO	26	1	TRAJETO KM/ DIÁRIO PAVIMENTADO	0,00	210	0	18.984			
							TRAJETO KM/ DIÁRIO NÃO-PAVIMENTADO	90,40	210	18.984				
14	Serviços/KM	Trajeto 14 - Lote 01	VESPERTINO - Sai às 11h15min (Ponto de referência: linha 128), percorre 8.3km, continua em frente, percorre 2.9km e retorna 2.9km, entra a esquerda,	VESPERTINO	16	1	TRAJETO KM/ DIÁRIO PAVIMENTADO	0,00	210	0				

https://sei.sistemas.ro.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=59483382&infra_sistema=100000100&infra_unidade_atual=110000768&infra_hash=9c3f45e5acb52e23dda1ebaa8ab256efd209bc161fe2c19190127ca03c0b68b2

			até a escola Dona Benta. Perfazendo um total de 62.2km diários. (sendo 62.2km não pavimentados). 5.5 + 4.1 + 1.3 + 1.1 + 4.4 + 4.4 + 4.1 + 4.1 + 1.1 + 1.0 = 31.1 x 2 = 62.2km											
16	Serviços/KM	Trajeto 01 - Lote 02	VESPERTINO - Sai às 11h30min (Ponto de referência: sétima linha), percorre 4.2km, entra a esquerda, percorre 2.3km e retorna 2.3km, entra a esquerda, percorre 2.0km e retorna 2.0km, entra a esquerda, percorre 2.4km, entra a esquerda, percorre 4.3km, entra a esquerda, percorre 2.0km, entra a direita, percorre 9.4km, faz curva a direita, percorre 8.2km, continua em frente, percorre 2.1km e retorna 2.1km até a escola Irma Doraty. Perfazendo um total de 86.6km diários. (sendo 1.2 pavimentado e 85.4km não pavimentados).	VESPERTINO	22	1	TRAJETO KM/ DIÁRIO PAVIMENTADO	1,20	210	252	18.186			
							TRAJETO KM/ DIÁRIO NÃO-PAVIMENTADO	85,40	210	17.934				

			4.2 + 2.3 + 2.3 + 2.0 + 2.0 + 2.4 + 4.3 + 2.0 + 9.4 + 8.2 + 2.1 + 2.1 = 43.3 x 2 = 86.6km											
17	Serviços/KM	Trajeto 02 - Lote 02	VESPERTINO - Sai às 11h30min (Ponto de referência: quarta linha), percorre 8.6km, continua em frente, percorre 5.5km e retorna 5.5km, entra a direita, percorre 2.0km, entra a esquerda, percorre 1.4km e retorna 1.4km, entra a esquerda, percorre 11.4km, entra a esquerda, percorre 2.0km, faz a curva a direita, percorre 0.8km, entra a esquerda, percorre 2.5km, entra a direita, percorre 1.2km e retorna 1.2km, continua em frente, percorre 3.6km até a escola Irma Doraty. Perfazendo um total de 94.2km diários. (sendo 26.8 pavimentado e 67.4km não pavimentados). 8.6 + 5.5 + 5.5 + 2.0 + 1.4 + 1.4 + 11.4 + 2.0 + 0.8 + 2.5 + 1.2 + 1.2 + 3.6	VESPERTINO	32	1	TRAJETO KM/ DIÁRIO PAVIMENTADO	67,40	210	5.628	19.782			
							TRAJETO KM/ DIÁRIO NÃO- PAVIMENTADO	94,20	210	14.154				

			= 47.1 x 2 =											
18	Serviços/KM	Trajetos 03 - Lote 02	94.2km MATUTINO - Sai às 6h00min (Ponto de referência: quarta linha), percorre 4.3km, continua em frente, percorre 1.2km e retorna 1.2km, entra a direita, percorre 2.0km, entra a esquerda, percorre 0.7km e retorna 0.7km, entra a esquerda, percorre 2.0km, entra a esquerda, percorre 4.0km e retorna 4.0km, entra a esquerda, percorre 9.5km, entra a esquerda, percorre 2.0km, entra a direita, percorre 0.8km, entra a esquerda, percorre 2.5km, entra a direita, percorre 1.2km e retorna 1.2km, continua em frente, percorre 3.6km até a escola Irma Doraty. Perfazendo um total de 81.8km diários. (sendo 26.8 pavimentado e 55.0km não pavimentados). 4.3 + 1.2 + 1.2 + 2.0 + 0.7 + 0.7 + 2.0 + 4.0 + 4.0 + 9.5 + 2.0 + 0.8 + 2.5	MATUTINO	20	1	TRAJETO KM/ DIÁRIO PAVIMENTADO	26,80	210	5.628	17.178			
							TRAJETO KM/ DIÁRIO NÃO-PAVIMENTADO	55,00	210	11.550				

			+ 1.2 + 1.2 + 3.6 = 40.9 x 2 = 81.8km											
19	Serviços/KM	Trajeto 04 - Lote 02	MATUTINO - Sai às 6h00min (Ponto de referência: 6ª linha), percorre 4.3km, entra a esquerda, percorre 2.3km, entra a direita, percorre 1.6km e retorna 1.6km, entra a direita, percorre 2.5km, entra a direita percorre 14.6km, entra a direita, percorre 4.6km, entra a esquerda, percorre 4.2km, faz curva a direita, percorre 4.3km até a Escola Irmã Doraty. Perfazendo um total de 80.0km diários. (sendo 9.2 pavimentado e 70.8km não pavimentados). 4.3 + 2.3 + 1.6 + 1.6 + 2.5 + 14.6 + 4.6 + 4.2 + 4.3= 40.0 x 2 = 80.0km	MATUTINO	14	1	TRAJETO KM/ DIÁRIO PAVIMENTADO	9,20	210	1.932	16.800			
							TRAJETO KM/ DIÁRIO NÃO- PAVIMENTADO	70,80	210	14.868				
20	Serviços/KM	Trajeto 05 - Lote 02	MATUTINO - Sai às 6h00min (Ponto de referência: TN 29), percorre 9.9km, entra a esquerda, percorre 2.0km, entra a direita, percorre 3.6km, entra a direita, percorre 4.7 e retorna 4.7km, entra a direita, percorre 9.0km, faz curva a direita, percorre 4.8km, continua em frente,	MATUTINO	10	1	TRAJETO KM/ DIÁRIO PAVIMENTADO	0,00	210	0	18.018			
							TRAJETO KM/ DIÁRIO NÃO- PAVIMENTADO	85,80	210	18.018				

			percorre 2.1km e retorna 2.1km até a Escola Irmã Doraty. Perfazendo um total de 85.8km diários. (85.8km não pavimentados). 9.9 + 2.0 + 3.6 + 4.7 + 4.7 + 9.0 + 4.8 + 2.1 + 2.1 = 42.9 x 2 = 85.8km											
21	Serviços/KM	Trajetos 06 - Lote 02	VESPERTINO - Sai às 11h30min (Ponto de referência: 6ª linha), percorre 2.2km, continua em frente, percorre 2.1km e retorna 2.1km, entra a direita, percorre 2.0km, entra a direita e percorre 14.6km, continua em frente, percorre 3.6km e retorna 3.6km, entra a esquerda, percorre 4.6km, entra a esquerda, percorre 4.3km, faz curva a direita, percorre 4.8km até a Escola Irmã Doraty. Perfazendo um total de 87.8km diários. (sendo 9.2 pavimentado e 78.6km não pavimentados). 2.2 + 2.1 + 2.1 + 2.0 + 14.6 + 3.6 + 3.6 + 4.6 + 4.3 + 4.8 =	VESPERTINO	20	1	TRAJETO KM/ DIÁRIO PAVIMENTADO	9,20	210	1.932	18.438			
							TRAJETO KM/ DIÁRIO NÃO-PAVIMENTADO	78,60	210	16.506				

			43.9 x 2 =											
			87.8km MATUTINO - Sai às 6h10min (Ponto de referência: BR 364 kinmaster km 26), percorre 1.2km, faz curva a direita, percorre 4.0km, entra a esquerda, percorre 4.0km, entra a direita, percorre 1.8km, continua em frente, percorre 2.1km, entra a esquerda, percorre 0.7km e retorna 0.7km, entra a esquerda, percorre 0.9km, entra a direita, percorre 4.2km e retorna 4.2km, entra a esquerda, percorre 0.9km, continua em frente, percorre 2.1km, entra a esquerda, percorre 0.5km até a escola Apolônia Rossi. Perfazendo um total de 27.3km diários. (sendo 7.4km pavimentados e 19.9km não pavimentados). MEIO DIA – Sai da escola, percorre 0.5k, entra a direita, percorre 2.1km, entra a esquerda, percorre 0.7km e retorna											
22	Serviços/KM	Trajeta 07 - Lote 02		MATUTINO/VESPERTINO	29	1		TRAJETO KM/ DIÁRIO PAVIMENTADO	27,80	210	5.838			

18/34

			<p>0.6km, entra a esquerda, percorre 0.9km, continua em frente 2.1km, continua em frente, percorre 1.8km, entra a esquerda, percorre 4.0km, entra a esquerda, percorre 1.5km e retorna 1.5km, continua em frente, percorre 4.0km, entra a direita, percorre 1.2km até o ponto final da rota. Perfazendo um total de 23.1km diários. (sendo 7.4km pavimentados e 15.7km não pavimentados). Manhã : 1.2 + 4.0 + 4.0 + 1.8 + 2.1 + 0.7 + 0.7 + 0.9 + 4.2 + 4.2 + 0.9 + 2.1 + 0.5 = 27.3km Meio dia : 0.5 + 2.1 + 0.7 + 0.7 + 0.9 + 4.2 + 4.2 + 0.9 + 2.1 + 1.8 + 4.0 + 1.5 + 1.5 + 4.0 + 1.2 + 5.6 = 35.9km Tarde : 0.5 + 2.1 + 0.7 + 0.7 + 0.9 + 0.6 + 0.6 + 0.9 + 2.1 + 1.8 + 4.0 + 1.5 + 1.5 + 4.0 + 1.2 = 23.1km Total dos turnos : 27.3 + 35.9 + 23.1 = 86.3km</p>											
--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

23	Serviços/KM	Trajeto 08 - Lote 02	<p>MATUTINO - Sai às 6h00min (Ponto de referência: km11 Posto Perfil), percorre 2.0km, entra a esquerda, percorre 5.3km, entra direita, percorre 3.6km, entra a direita, percorre 2.8km e retorna 2.8km, continua em frente, percorre 0.9km, entra a direita, percorre 3.1km e retorna 3.1km, entra a direita, percorre 8.2km até a escola Apolônia Rossi. Perfazendo um total de 31.8km. (sendo 16.6km pavimentados e 15.1km não pavimentados). MEIO DIA – Sai da escola, percorre 8.2k, entra a esquerda, percorre 3.1km e retorna 3.1km, entra a esquerda, percorre 0.9km, entra a direita, percorre 3.6km, faz curva a esquerda, percorre 5.3km, entra a direita, percorre 2.0km até o ponto final da rota e</p>	MATUTINO/VESPERTINO	34	1	TRAJETO KM/ DIÁRIO PAVIMENTADO	52,60	210	11.046					
----	-------------	----------------------	--	---------------------	----	---	--------------------------------	-------	-----	--------	--	--	--	--	--

retorna 2.0km, continua em frente, percorre 2.8km, continua em frente, percorre 0.9km, continua em frente, percorre 8.2km até a escola Apolônia Rossi. Perfazendo um total de 40.1km diários. (sendo 25.0km pavimentados e 15.1km não pavimentados). VESPERTINO – Sai da escola, percorre 8.2k, entra a esquerda, percorre 3.1km e retorna 3.1km, entra a esquerda, percorre 0.9km, entra a direita, percorre 3.6km, faz curva a esquerda, percorre 5.3km, entra a direita, percorre 2.0km até o ponto final da rota. Perfazendo um total de 26.2km. (sendo 11.0km pavimentados e 15.1km não pavimentados). Manhã : $2.0 + 5.3 + 3.6 + 2.8 + 2.8 + 0.9 + 3.1 + 3.1 + 8.2 = 31.8\text{km}$ Meio dia : $8.2 + 3.1 + 3.1 + 0.9 + 3.6 + 5.3 + 2.0 + 2.0 + 2.8 + 0.9 + 8.2 =$

			40.1km Tarde : 8.2 + 3.1 + 3.1 + 0.9 + 3.6 + 5.3 + 2.0 = 26.2km Total dos turnos : 31.8 + 40.1 + 26.2 =											
24	Serviços/KM	Trajeto 01 - Lote 03	97.9km MATUTINO - Sai às 6h00min (Ponto de referência: 2ª linha), percorre 2.8km, entra a esquerda, percorre 4.0km, entra a esquerda, percorre 2.0km e retorna 2.0km, continua em frente e percorre 7.8km, entra a esquerda, percorre 4.0km, entra a esquerda, percorre 8.4km, passando pelas escolas de Presidente Médici. Perfazendo um total de 62.0km diários. (sendo 24.8km pavimentados e 37.2km não pavimentados). 2.8 + 4.0 + 2.0 + 2.0 + 7.8 + 4.0 + 8.4 = 31.0 x 2 = 62.0km	MATUTINO	27	1	TRAJETO KM/ DIÁRIO PAVIMENTADO	24,80	210	5.208	13.020			
							TRAJETO KM/ DIÁRIO NÃO- PAVIMENTADO	37,20	210	7.812				
25	Serviços/KM	Trajeto 02 - Lote 03	MATUTINO - Sai às 6h00min (Ponto de referência: RO135), percorre 5.6km, continua em frente, percorre 5.2km e retorna 5.2km, entra a direita,	MATUTINO	28	1	TRAJETO KM/ DIÁRIO PAVIMENTADO	68,00	210	14.280				

			percorre 4.0km, continua em frente, percorre 2.4km e retorna 2.4km, entra a direita, percorre 9.8km, entra a esquerda, percorre 8.5km, passando pelas escolas de Presidente Médici. Perfazendo um total de 86.2km diários. (sendo 68.0km pavimentados e 18.2km não pavimentados). 5.6 + 5.2 + 5.2 + 4.0 + 2.4 + 2.4 + 9.8 + 8.5 = 43.1 x 2 = 86.2km								18.102			
26	Serviços/KM	Trajeto 03 - Lote 03	MATUTINO - Sai às 6h00min (Ponto de referência: assentamento), percorre 1.9km, continua em frente, percorre 1.3km e retorna 1.3km, entra a direita, percorre 6.1km, continua em frente e percorre 1.3km e retorna 1.3km, entra a esquerda, percorre 1.5km, continua em frente, percorre 1.2km e retorna 1.2km, entra a direita, percorre	MATUTINO	27	1	TRAJETO KM/ DIÁRIO NÃO-PAVIMENTADO	18,20	210	3.822	17.178			
							TRAJETO KM/ DIÁRIO NÃO-PAVIMENTADO	55,00	210	11.550				

			4.0km, entra a esquerda, percorre 10.0km, entra a direita, percorre 5.5km, entra a esquerda, percorre 8.6km, passando pelas escolas de Presidente Médici. Perfazendo um total de 90.4km diários. (sendo 27.8km pavimentados e 62.6km não pavimentados). 1.9 + 1.3 + 1.3 + 6.1 + 1.3 + 1.3 + 1.5 + 1.2 + 1.2 + 4.0 + 10.0 + 5.5 + 8.6 = 45.2 x 2 = 90.4km				PAVIMENTADO							
27	Serviços/KM	Trajetos 04 - Lote 03	MATUTINO - Sai às 6h05min (Ponto de referência: 2ª linha próximo a BR429), percorre 7.6km, entra direita, percorre 2.0km, entra a direita, percorre 2.0km, entra a esquerda, percorre 2.0km, entra a direita, percorre 5.6km, entra a esquerda, percorre 4.0km, entra a esquerda, percorre 8.4km passando pelas escolas de Presidente Médici. Perfazendo um total de 63.2km diários.	MATUTINO	29	1	TRAJETO KM/ DIÁRIO PAVIMENTADO	24,80	210	5.208	13.272			
							TRAJETO KM/ DIÁRIO NÃO-PAVIMENTADO	38,40	210	8.064				

			(sendo 24.8km pavimentados e 38.4km não pavimentados). 7.6 + 2.0 + 2.0 + 2.0 + 5.6 + 4.0 + 8.4 = 31.6 x 2 = 63.2km											
28	Serviços/KM	Trajeto 05 - Lote 03	MATUTINO - Sai às 5h40min (Ponto de referência: linha118, próximo ao riachuelo), percorre 11.4km entra a esquerda, percorre 2.9km, faz curva a direita, percorre 9.4km, entra a esquerda, percorre 8.1km passando pelas escolas em Presidente Médici. Perfazendo um total de 63.6km diários. (sendo 16.2km pavimentado e 47.4km não pavimentados). 11.4 + 2.9 + 9.4 + 8.1 = 31.8 x 2 = 63.6km	MATUTINO	22	1	TRAJETO KM/ DIÁRIO PAVIMENTADO	15,40	210	3.234	13.356			
							TRAJETO KM/ DIÁRIO NÃO- PAVIMENTADO	48,20	210	10.122				
29	Serviços/KM	Trajeto 06 - Lote 03	MATUTINO - Sai às 6h00min (Ponto de referência: linha 136 km 15), percorre 3.5km, continua em frente e percorre 2.0km e retorna 2.0km, entra a direita, percorre 4.1km, entra a direita, percorre 1.3km e retorna 1.3km, faz	MATUTINO	20	1	TRAJETO KM/ DIÁRIO PAVIMENTADO	0,00	210	0	17.178			
								81,80	210	17.178				

			curva a direita, percorre 0.5km, continua em frente e percorre 1.2km e retorna 1.2km, entra a esquerda, percorre 23.8km passando pelas escolas de Presidente Médici. Perfazendo um total de 81.8km diários. (sendo 81.8km não pavimentados). 3.5 + 2.0 + 2.0 + 4.1 + 1.3 + 1.3 + 0.5 + 1.2 + 1.2 + 23.8 = 40.9 x 2 = 81.8km											
30	Serviços/KM	Trajeto 07 - Lote 03	MATUTINO - Sai às 6h20min (Ponto de referência: BR364, próximo a trevo do Estrela de Rondônia), percorre 12.7km, entra direita, percorre 3.2km e retorna 3.2km, entra a direita, percorre 4.4km, entra a esquerda, percorre 1.7km e retorna 1.7km, entra a esquerda, percorre 18.2km passando pelas escolas de Presidente Médici. Perfazendo um total de 90.2km diários. (sendo 70.6km	MATUTINO	15	1	TRAJETO KM/ DIÁRIO NÃO-PAVIMENTADO							
							TRAJETO KM/ DIÁRIO PAVIMENTADO	70,60	210	14.826	18.942			
							TRAJETO KM/ DIÁRIO NÃO-PAVIMENTADO	19,60	210	4.116				

			pavimentados e 19.6km não pavimentados). 12.7 + 3.2 + 3.2 + 4.4 + 1.7 + 1.7 + 18.2 = 45.1 x 2 = 90.2km											
31	Serviços/KM	Trajeto 08 - Lote 03	MATUTINO - Sai às 5h40min (Ponto de referência: km 11), percorre 2.9km, entra esquerda, percorre 3.9km e retorna 3.9km, entra a esquerda, percorre 1.2km e retorna 1.2km, entra a esquerda, percorre 3.6km, entra a direita, percorre 2.8km e retorna 2.8km, continua em frente e percorre 25.1km, passando pelas escolas de Presidente Médici. Perfazendo um total de 94.8km diários. (sendo 55.0km pavimentados e 39.8km não pavimentados). 2.9 + 3.9 + 3.9 + 1.2 + 1.2 + 3.6 + 2.8 + 2.8 + 25.1 = 47.4 x 2 = 94.8km	MATUTINO	26	1	TRAJETO KM/ DIÁRIO PAVIMENTADO	55,00	210	11.550	19.908			
							TRAJETO KM/ DIÁRIO NÃO-PAVIMENTADO	39,80	210	8.358				
			MATUTINO - Sai às 6h05min (Ponto de referência: km 17), percorre 4.0km, continua em frente e percorre 1.3km				TRAJETO KM/ DIÁRIO PAVIMENTADO	39,00	210	8.190				

32	Serviços/KM	Trajeto 09 - Lote 03	e retorna 1.3km, entra a esquerda, percorre 6.2km, entra a direita, percorre 5.0km, entra a esquerda, percorre 7.6km, entra a direita, percorre 1.1km e retorna 1.1km, entra a direita, percorre 11.9km, passando pelas escolas de Presidente Médici. Perfazendo um total de 79.0km diários. (sendo 39.0km pavimentados e 40.0km não pavimentados). 4.0 + 1.3 + 1.3 + 6.2 + 5.0 + 7.6 + 1.1 + 1,1 + 11.9 = 39.5 x 2 = 79.0km	MATUTINO	17	1					16.590			
							TRAJETO KM/ DIÁRIO NÃO-PAVIMENTADO	40,00	210	8.400				
33	Serviços/KM	Trajeto 10 - Lote 03	MATUTINO - Sai às 5h50min (Ponto de referência: linha 128 próximo ao bar do Dau), percorre 1.4km entra a direita e percorre 6.4km, faz leve curva a direita e percorre 8.5km, entra a esquerda percorre 7.0km, entra a direita percorre 3.1km e retorna 3.1km, entra a direita percorre 12.5 km até as escolas de Presidente	MATUTINO	16	1	TRAJETO KM/ DIÁRIO PAVIMENTADO	39,00	210	8.190	17.640			
							TRAJETO KM/ DIÁRIO NÃO-PAVIMENTADO	45,00	210	9.450				

			Médici. Perfazendo um total de 84.0km diários. (sendo 39.0km pavimentada e 45.0km não pavimentados). 1.4 + 6.4 + 8.5 + 7.0 + 3.1 + 3.1 + 12.5 = 42 x 2 = 84.0km											
34	Serviços/KM	Trajeto 11 - Lote 03	MATUTINO - Sai às 6h05min (Ponto de referência: linha 132/136), percorre 7.5km entra a esquerda, percorre 1.0km, entra a direita, percorre 4.3km, entra a esquerda percorre 5.5km, entra a direita, percorre 9.2km, entra a direita, percorre 2.4km, faz curva a esquerda, percorre 6.1km até as escolas de Presidente Médici. Perfazendo um total de 72.0km diários. (sendo 72.0km não pavimentados). 7.5 + 1.0 + 4.3 + 5.5 + 9.2 + 2.4 + 6.1 = 36 x 2 = 72.0km	MATUTINO	28	1	TRAJETO KM/ DIÁRIO PAVIMENTADO	0,00	210	0	15.120			
							TRAJETO KM/ DIÁRIO NÃO- PAVIMENTADO	72,00	210	15.120				
			NOTURNO - Sai às 17h20min (Ponto de referência: assentamento), percorre 10.0km, entra a direita, percorre				TRAJETO KM/ DIÁRIO PAVIMENTADO	62,60	210	13.146				

35	Serviços/KM	Trajeto 12 - Lote 03	5.5km, entra a esquerda, percorre 3.3km, continua em frente e percorre 11.0km e retorna 11.0km, entra a direita, percorre 0.5km, até escola CEEJA Marechal Rondon. Perfazendo um total de 82.6km diários. (sendo 62.6km pavimentados e 20.0km não pavimentados). 10.0 + 5.5 + 3.3 + 11.0 + 11.0 + 0.5 = 41.3 x 2 = 82.6km	NOTURNO	5	1					17.346			
							TRAJETO KM/ DIÁRIO NÃO-PAVIMENTADO	20,00	210	4.200				
36	Serviços/KM	Trajeto Extra 01	MATUTINO - Sai às 6h30min (Ponto de referência: Bandira Branca), percorre 1,6km, entra a esquerda, percorre 4.0km, entra a direita, percorre 2.2km, entra a direita, percorre 1.8km, entra a esquerda, percorre 12.4km passando pelas escolas de Presidente Médici. Perfazendo um total de 44.0km diários. (sendo 28.0 pavimentado e 16.0km não pavimentados). 1.6 + 4.0 + 2.2	MATUTINO	37	1	TRAJETO KM/ DIÁRIO PAVIMENTADO	28,00	210	5.880	9.240			
							TRAJETO KM/ DIÁRIO NÃO-PAVIMENTADO	16,00	210	3.360				

			+ 1.8 + 12.4 = 22.0 x 2 = 44.0km											
37	Serviços/KM	Trajeto Extra 02	MATUTINO - Sai às 6h30min (Ponto de referência: BR 429), percorre 12.7km, entra a esquerda, percorre 2.9km, entra a direita, percorre 6.5km passando pelas escolas de Presidente Médici. Perfazendo um total de 44.2km diários. (sendo 25.4 pavimentado e 18.8km não pavimentados). 12.7 + 2.9 + 6.5 = 22.1 x 2 = 44.2km	MATUTINO	16	1	TRAJETO KM/ DIÁRIO PAVIMENTADO	25,40	210	5.334	9.282			
							TRAJETO KM/ DIÁRIO NÃO-PAVIMENTADO	18,80	210	3.948				
38	Serviços/KM	Trajeto Extra 03	MATUTINO - Sai às 6h30min (Ponto de referência: linha 128, entra da EMBRAPA), percorre 5.4km, entra a esquerda, percorre 4.0km e retorna 4.0km, entra a esquerda, percorre 4.0km, entra a direita, percorre 3.2km, entra a esquerda, percorre 7.3km, faz curva a direita, percorre 7.9km passando pelas escolas de Presidente Médici. Perfazendo um total de 71.6km diários.	MATUTINO	6	1	TRAJETO KM/ DIÁRIO PAVIMENTADO	0,00	210	0	15.036			
							TRAJETO KM/ DIÁRIO NÃO-PAVIMENTADO	71,60	210	15.036				

			(71.6km não pavimentados). 5.4 + 4.0 + 4.0 + 4.0 + 3.2 + 7.3 + 7.9 = 35.8 x 2 = 71.6km											
39	Serviços/KM	Trajeto Extra 04	MATUTINO - Sai às 6h30min (Ponto de referência: linha 128), percorre 5.7km, entra a esquerda, continua em frente, percorre 1.7km e retorna 1.7km, entra a esquerda, percorre 2.0km, continua em frente, percorre 3.0km e retorna 3.0km, entra a esquerda, percorre 4.0km, entra a esquerda, percorre1.7km, entra a direita, percorre 3.7km, faz curva a esquerda, percorre 2.2km, faz curva a esquerda, percorre 8.0km passando pelas escolas de Presidente Médici. Perfazendo um total de 73.4km diários. (73.4km não pavimentados). 5.7 + 1.7 + 1.7 + 2.0 + 3.0 + 3.0 + 4.0 + 1.7 + 3.7 + 2.2 + 8.0 = 36.7 x 2 = 73.4km	MATUTINO	12	1	TRAJETO KM/ DIÁRIO PAVIMENTADO	0,00	210	0	15.414			
							TRAJETO KM/ DIÁRIO NÃO-PAVIMENTADO	73,40	210	15.414				

40	Serviços/KM	Trajetos Extra 05	MATUTINO - Sai às 6h30min (Ponto de referência: restaurante panela cheia), percorre 3.9km, entra a esquerda, continua em frente, percorre 2.6km e retorna 2.6km, entra a direita, percorre 1.4km, continua em frente, percorre 0.6km e retorna 0.6km, entra a direita, percorre 4.2km, entra a esquerda, percorre 8.6km passando pelas escolas de Presidente Médici. Perfazendo um total de 49.0km diários. (17.2km pavimentado e 31.8km não pavimentados). 3.9 + 2.6 + 2.6 + 1.4 + 0.6 + 0.6 + 4.2 + 8.6 = 24.5 x 2 = 49.0km	MATUTINO	14	1	TRAJETO KM/ DIÁRIO PAVIMENTADO	17,20	210	3.612	10.290			
							TRAJETO KM/ DIÁRIO NÃO-PAVIMENTADO	31,80	210	6.678				
Total Estimado					818	40	-	3.027,20	210		635.712,00			
VALOR DA PROPOSTA: EM R\$					VALIDADE DA PROPOSTA:				PRAZO DE INÍCIO DE EXECUÇÃO:					

LOCAL:	DATA:	TELEFONE DE CONTATO
BANCO:	AGÊNCIA:	C/C
ASSINATURA (QUANDO RUBRICADO, NOME POR EXTENSO OU CARIMBO DO RESPONSÁVEL PELA COTAÇÃO DA EMPRESA):		
E-mail:		
CARIMBO DO CNPJ/CPF-ME:	USO EXCLUSIVO DA SC/SUPEL	



Documento assinado eletronicamente por **Ana Lucia da Silva Silvino Pacini, Secretário(a)**, em 12/03/2025, às 14:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0057570685** e o código CRC **8F48DA7A**.

TRAJETO	DESCRIÇÃO	TURNO DE EXECUÇÃO	KM PAVIMENTADA (ANUAL)	PREÇO ANUAL KM PAVIMENTADO	KM NÃO PAVIMENTADO (ANUAL)	PREÇO ANUAL KM NÃO PAVIMENTADO	ITENS	
Trajeto 01 - Lote 01	MATUTINO - O Veículo sai às 5h50min (Ponto de referência: travessão da RO480), percorre 1.1km, entra à esquerda, percorre 2.8km, entra a direita, percorre 3.3km e retorna 3.3km, continua na mesma por 1.0km, continua em frente e percorre 4.0km e retorna 4.0km, entra a esquerda, percorre 4.3km, entra a esquerda, percorre 8.4km e retorna 8.4km até a Escola Emburana. as 11h30min, refaz o mesmo itinerário até o ponto de partida. Perfazendo um total de 81.2km. (sendo 81.2km não pavimentados) $1.1 + 2.8 + 3.3 + 3.3 + 1.0 + 4.0 + 4.0 + 4.3 + 8.4 + 8.4 = 40.6 \times 2 = 81.2\text{km}$	MATUTINO	0	0,00	17052	249.641,28		1
Trajeto 02 - Lote 01	VESPERTINO - O Veículo sai às 11h30min (Ponto de referência: linha 136, Estrela de Rondônia), percorre 3.2km, entra a direita, percorre 1.3km e retorna 1.3km, entra à direita, percorre 8.2km continua em frente, percorre 2.9km e retorna 2.9km, entra à esquerda, percorre 3.7km, entra à esquerda, percorre 5.5km e retorna 5.5km, continua em frente, percorre 3.9km até a Escola Emburana. Perfazendo um total de 76.8km. (sendo 29.8km pavimentado e 47.0km não pavimentados) $3.2 + 1.3 + 1.3 + 8.2 + 2.9 + 2.9 + 3.7 + 5.5 + 5.5 + 3.9 = 38.4 \times 2 = 76.8\text{km}$	VESPERTINO	6258	158.452,56	9870	213.685,50	2	3
Trajeto 03 - Lote 01	MATUTINO - O Veículo sai às 6h00min (Ponto de referência: linha 136, Estrela de Rondônia), percorre 3.2km, entra a direita, percorre 0.5km e retorna 0.5km, entra à direita, percorre 8.2km continua em frente, percorre 2.9km e retorna 2.9km, entra à esquerda, percorre 3.7km, entra à esquerda, percorre 5.5km, entra a direita, percorre 3.9km e retorna 3.9km, entra a esquerda 5.5km, continua em frente, percorre 3.9km até a Escola Emburana. Perfazendo um total de 89.2km. (sendo 45.4km pavimentado e 43.8km não pavimentados) $3.2 + 0.5 + 0.5 + 8.2 + 2.9 + 2.9 + 3.7 + 5.5 + 3.9 + 3.9 + 5.5 + 3.9 = 44.6 \times 2 = 89.2\text{km}$	MATUTINO	9534	200.595,36	9198	199.136,70	4	5
Trajeto 04 - Lote 01	MATUTINO - Sai às 6h00min (Ponto de referência: linha 01), percorre 7.1km, entra a direita, percorre 3.2km, continua em frente e percorre 3.5km e retorna 3.5km, entra a direita, percorre 4.2km, entra a esquerda, percorre 2.4km, entra a direita, percorre 3.7km até a escola Emburana. Perfazendo um total de 55.2km diários. (sendo 55.2km não pavimentados). $7.1 + 3.2 + 3.5 + 3.5 + 4.2 + 2.4 + 3.7 = 27.6 \times 2 = 55.2\text{km}$	MATUTINO	0	0,00	11592	217.929,60		6
Trajeto 05 - Lote 01	VESPERTINO - Sai às 11h30min (Ponto de referência: linha 01), percorre 7.1km, entra a direita, percorre 3.2km, continua em frente e percorre 4.1km e retorna 4.1km, entra a direita, percorre 4.2km, entra a esquerda, percorre 2.4km, entra a direita, percorre 3.8km até a escola Emburana. Perfazendo um total de 57.8km diários. (sendo 57.8km não pavimentados). $7.1 + 3.2 + 4.1 + 4.1 + 4.2 + 2.4 + 3.8 = 28.9 \times 2 = 57.8\text{km}$	VESPERTINO	0	0,00	12138	228.194,40		7
Trajeto 06 - Lote 01	VESPERTINO - O veículo sai às 11h45min (Ponto de referência: Igreja Palavra de Cristo para o Brasil na Linha 114) percorre 3.3km, entra a esquerda, percorre 0.2km e retorna 0.2km, entra a esquerda, percorre 1.0km, continua enfrente, percorre 4.0km e retorna 4.0km, entra a esquerda, percorre 4.3km, entra a esquerda, percorre 7.8km e retorna 7.8km até Escola Emburana. Perfazendo um total de 65.2km. (sendo 65.2km não pavimentados). $3.3 + 0.2 + 0.2 + 1.0 + 4.0 + 4.0 + 4.3 + 7.8 + 7.8 = 32.6 \times 2 = 65.2\text{km}$	VESPERTINO	0	0,00	13692	229.477,92		8

TRAJETO	DESCRIÇÃO	TURNO DE EXECUÇÃO	KM PAVIMENTADA (ANUAL)	PREÇO ANUAL KM PAVIMENTADO	KM NÃO PAVIMENTADO (ANUAL)	PREÇO ANUAL KM NÃO PAVIMENTADO	ITENS	
Trajetos 07 - Lote 01	MATUTINO - O Veículo sai às 6h00min (Ponto de referência: linha 114), percorre 2.3km, entra direita, percorre 1.4km e retorna 1.4km, entra a direita, percorre 9.1km, continua em frente, percorre 11.0km e retorna 11.0km, entra a direita, percorre 4.3km, entra a esquerda, percorre 3.0km até a Escola Dona Benta. Perfazendo um total de 87.0km. (sendo 87.0km não pavimentados) $2.3 + 1.4 + 1.4 + 9.1 + 11.0 + 11.0 + 4.3 + 3.0 = 43.5 \times 2 = 87.0\text{km}$	MATUTINO	0	0,00	18270	256.693,50		9
Trajetos 08 - Lote 01	MATUTINO - Sai às 6h00min (Ponto de referência: linha 01), percorre 3.8km entra a esquerda, percorre 2.0km e retorna 2.0km, continua em frente e percorre 7.6km, faz curva a direita e percorre 5.2km, entra a direita percorre 2.6km, entra a direita, percorre 3.2km, entra esquerda, percorre 4.1km, entra a direita, percorre 0.8km até a escola Dona Benta. Perfazendo um total de 62.6km diários. (sendo 62.6km não pavimentados). $3.8 + 2.0 + 2.0 + 7.6 + 5.2 + 2.6 + 3.2 + 4.1 + 0.8 = 31.3 \times 2 = 62.6\text{km}$	MATUTINO	0	0,00	13146	220.326,96		10
Trajetos 09 - Lote 01	VESPERTINO - Sai às 11h30min (Ponto de referência: linha 140), percorre 4.4km, faz curva a direita, percorre 7.6km, faz curva a direita, percorre 7.8km, entra a direita, percorre 3.2km, continua em frente, percorre 2.6km, entra a direita percorre 3.0km e retorna 3.0km, entra a direita, percorre 3.0km e retorna 3.0km, faz leve curva a esquerda, percorre 2.6km, entra a direita, percorre 4.9km até a escola Dona Benta. Perfazendo um total de 90.2km diários. (sendo 90.2km não pavimentados). $4.4 + 7.6 + 7.8 + 3.2 + 2.6 + 3.0 + 3.0 + 3.0 + 2.6 + 4.9 = 45.1 \times 2 = 90.2\text{km}$	VESPERTINO	0	0,00	18942	248.140,20		11
Trajetos 10- Lote 01	VESPERTINO - Sai às 11h40min (Ponto de referência: linha 128), percorre 4.6km, curva a direita, percorre 2.3km e retorna 2.3km, entra a direita, percorre 4.5km, faz curva e entra a esquerda, percorre 1.1km, entra a direita, percorre 3.8km e retorna 3.8 km, entra a direita, percorre 4.1 e retorna 4.1km, continua em frente, percorre 1.1km, entra a esquerda, percorre 1.0km até a escola Dona Benta. Perfazendo um total de 65.4km diários. (sendo 65.4km não pavimentados). $4.6 + 2.3 + 2.3 + 4.5 + 1.1 + 3.8 + 3.8 + 4.1 + 4.1 + 1.1 + 1.0 = 32.7 \times 2 = 65.4\text{km}$	VESPERTINO	0	0,00	13734	230.181,84		12
Trajetos 11 - Lote 01	MATUTINO - Sai às 6h15min (Ponto de referência: linha 106), percorre 8.3km, continua em frente, percorre 4.4km e retorna 4.4km, entra a esquerda, percorre 7.5km, entra a esquerda, percorre 3.0km até a escola Dona Benta. Perfazendo um total de 55.2km diários. (sendo 55.2km não pavimentados). $8.3 + 4.4 + 4.4 + 7.5 + 3.0 = 27.6 \times 2 = 55.2\text{km}$	MATUTINO	0	0,00	11592	217.929,60		13
Trajetos 12 - Lote 01	MATUTINO - Sai às 6h00min (Ponto de referência: linha 109 próximo a ponte), percorre 6.5km entra a esquerda, percorre 4.1km, entra a esquerda, percorre 1.0km e retorna 1.0km, entra a esquerda, percorre 4.3km, entra a esquerda, percorre 19.6km até a escola Dona Benta. Perfazendo um total de 73.0km diários. (sendo 73.0km não pavimentados). $6.5 + 4.1 + 1.0 + 1.0 + 4.3 + 19.6 = 36.5 \times 2 = 73.0\text{km}$	MATUTINO	0	0,00	15330	254.784,60		14
Trajetos 13 - Lote 01	VESPERTINO - Sai às 11h30min (Ponto de referência: linha 109 próximo a ponte), percorre 6.4km entra a esquerda, percorre 4.1km, entra a esquerda, percorre 5.4km e retorna 5.4km, entra a esquerda, percorre 4.3km, entra a esquerda, percorre 19.6km até a escola Dona Benta. Perfazendo um total de 90.4km diários. (sendo 90.4km não pavimentados). $6.4 + 4.1 + 5.4 + 5.4 + 4.3 + 19.6 = 45.2 \times 2 = 90.4\text{km}$	VESPERTINO	0	0,00	18984	248.690,40		15

TRAJETO	DESCRIÇÃO	TURNO DE EXECUÇÃO	KM PAVIMENTADA (ANUAL)	PREÇO ANUAL KM PAVIMENTADO	KM NÃO PAVIMENTADO (ANUAL)	PREÇO ANUAL KM NÃO PAVIMENTADO	ITENS	
Trajetos 14 - Lote 01	VESPERTINO - Sai às 11h15min (Ponto de referência: linha 128), percorre 8.3km, continua em frente, percorre 2.9km e retorna 2.9km, entra a esquerda, percorre 2.8km, entra a direita, percorre 8.9km e retorna 8.9km, continua em frente, percorre 2.0km e retorna 2.0km, entra a esquerda, percorre 4.3km, entra esquerda, percorre 3.0km até a escola Dona Benta. Perfazendo um total de 92.0km diários. (sendo 92.0km não pavimentados). $8.3 + 2.9 + 2.9 + 2.8 + 8.9 + 8.9 + 2.0 + 2.0 + 4.3 + 3.0 = 46.0 \times 2 = 92.0\text{km}$	VESPERTINO	0	0,00	19320	253.092,00		16
Trajetos 15 - Lote 01	MATUTINO - Sai às 6h00min (Ponto de referência: linha 128), percorre 5.5km, entra a direita, percorre 4.1km, entra a direita, percorre 1.3km, faz curva a direita, percorre 1.1km, entra a direita, percorre 4.4km e retorna 4.4km, entra a direita, percorre 4.1km e retorna 4.1km, continua em frente, percorre 1.1km, entra esquerda, percorre 1.0km até a escola Dona Benta. Perfazendo um total de 62.2km diários. (sendo 62.2km não pavimentados). $5.5 + 4.1 + 1.3 + 1.1 + 4.4 + 4.4 + 4.1 + 4.1 + 1.1 + 1.0 = 31.1 \times 2 = 62.2\text{km}$	MATUTINO	0	0,00	13062	218.919,12		17
Trajetos 01 - Lote 02	VESPERTINO - Sai às 11h30min (Ponto de referência: sétima linha), percorre 4.2km, entra a esquerda, percorre 2.3km e retorna 2.3km, entra a esquerda, percorre 2.0km e retorna 2.0km, entra a esquerda, percorre 2.4km, entra a esquerda, percorre 4.3km, entra a esquerda, percorre 2.0km, entra a direita, percorre 9.4km, faz curva a direita, percorre 8.2km, continua em frente, percorre 2.1km e retorna 2.1km até a escola Irma Doraty. Perfazendo um total de 86.6km diários. (sendo 1.2 pavimentado e 85.4km não pavimentados). $4.2 + 2.3 + 2.3 + 2.0 + 2.0 + 2.4 + 4.3 + 2.0 + 9.4 + 8.2 + 2.1 + 2.1 = 43.3 \times 2 = 86.6\text{km}$	VESPERTINO	252	6.380,64	17934	251.972,70	18	19
Trajetos 02 - Lote 02	VESPERTINO - Sai às 11h30min (Ponto de referência: quarta linha), percorre 8.6km, continua em frente, percorre 5.5km e retorna 5.5km, entra a direita, percorre 2.0km, entra a esquerda, percorre 1.4km e retorna 1.4km, entra a esquerda, percorre 11.4km, entra a esquerda, percorre 2.0km, faz a curva a direita, percorre 0.8km, entra a esquerda, percorre 2.5km, entra a direita, percorre 1.2km e retorna 1.2km, continua em frente, percorre 3.6km até a escola Irma Doraty. Perfazendo um total de 94.2km diários. (sendo 26.8 pavimentado e 67.4km não pavimentados). $8.6 + 5.5 + 5.5 + 2.0 + 1.4 + 1.4 + 11.4 + 2.0 + 0.8 + 2.5 + 1.2 + 1.2 + 3.6 = 47.1 \times 2 = 94.2\text{km}$	VESPERTINO	5628	147.735,00	14154	256.328,94	20	21
Trajetos 03 - Lote 02	MATUTINO - Sai às 6h00min (Ponto de referência: quarta linha), percorre 4.3km, continua em frente, percorre 1.2km e retorna 1.2km, entra a direita, percorre 2.0km, entra a esquerda, percorre 0.7km e retorna 0.7km, entra a esquerda, percorre 2.0km, entra a esquerda, percorre 4.0km e retorna 4.0km, entra a esquerda, percorre 9.5km, entra a esquerda, percorre 2.0km, entra a direita, percorre 0.8km, entra a esquerda, percorre 2.5km, entra a direita, percorre 1.2km e retorna 1.2km, continua em frente, percorre 3.6km até a escola Irma Doraty. Perfazendo um total de 81.8km diários. (sendo 26.8 pavimentado e 55.0km não pavimentados). $4.3 + 1.2 + 1.2 + 2.0 + 0.7 + 0.7 + 2.0 + 4.0 + 4.0 + 9.5 + 2.0 + 0.8 + 2.5 + 1.2 + 1.2 + 3.6 = 40.9 \times 2 = 81.8\text{km}$	MATUTINO	5628	142.500,96	11550	217.140,00	22	23

TRAJETO	DESCRIÇÃO	TURNO DE EXECUÇÃO	KM PAVIMENTADA (ANUAL)	PREÇO ANUAL KM PAVIMENTADO	KM NÃO PAVIMENTADO (ANUAL)	PREÇO ANUAL KM NÃO PAVIMENTADO	ITENS	
Trajetos 04 - Lote 02	MATUTINO - Sai às 6h00min (Ponto de referência: 6ª linha), percorre 4.3km, entra a esquerda, percorre 2.3km, entra a direita, percorre 1.6km e retorna 1.6km, entra a direita, percorre 2.5km, entra a direita percorre 14.6km, entra a direita, percorre 4.6km, entra a esquerda, percorre 4.2km, faz curva a direita, percorre 4.3km até a Escola Irmã Doraty. Perfazendo um total de 80.0km diários. (sendo 9.2 pavimentado e 70.8km não pavimentados). 4.3 + 2.3 + 1.6 + 1.6 + 2.5 + 14.6 + 4.6 + 4.2 + 4.3 = 40.0 x 2 = 80.0km	MATUTINO	1932	48.918,24	14868	226.588,32	24	25
Trajetos 05 - Lote 02	MATUTINO - Sai às 6h00min (Ponto de referência: TN 29), percorre 9.9km, entra a esquerda, percorre 2.0km, entra a direita, percorre 3.6km, entra a direita, percorre 4.7 e retorna 4.7km, entra a direita, percorre 9.0km, faz curva a direita, percorre 4.8km, continua em frente, percorre 2.1km e retorna 2.1km até a Escola Irmã Doraty. Perfazendo um total de 85.8km diários. (85.8km não pavimentados). 9.9 + 2.0 + 3.6 + 4.7 + 4.7 + 9.0 + 4.8 + 2.1 + 2.1 = 42.9 x 2 = 85.8km	MATUTINO	0	0,00	18018	253.152,90		26
Trajetos 06 - Lote 02	VESPERTINO - Sai às 11h30min (Ponto de referência: 6ª linha), percorre 2.2km, continua em frente, percorre 2.1km e retorna 2.1km, entra a direita, percorre 2.0km, entra a direita e percorre 14.6km, continua em frente, percorre 3.6km e retorna 3.6km, entra a esquerda, percorre 4.6km, entra a esquerda, percorre 4.3km, faz curva a direita, percorre 4.8km até a Escola Irmã Doraty. Perfazendo um total de 87.8km diários. (sendo 9.2 pavimentado e 78.6km não pavimentados). 2.2 + 2.1 + 2.1 + 2.0 + 14.6 + 3.6 + 3.6 + 4.6 + 4.3 + 4.8 = 43.9 x 2 = 87.8km	VESPERTINO	1932	48.918,24	16506	251.551,44	27	28

TRAJETO	DESCRIÇÃO	TURNO DE EXECUÇÃO	KM PAVIMENTADA (ANUAL)	PREÇO ANUAL KM PAVIMENTADO	KM NÃO PAVIMENTADO (ANUAL)	PREÇO ANUAL KM NÃO PAVIMENTADO	ITENS	
Trajetos 07 - Lote 02	<p>MATUTINO - Sai às 6h10min (Ponto de referência: BR 364 kinmaster km 26), percorre 1.2km, faz curva a direita, percorre 4.0km, entra a esquerda, percorre 4.0km, entra a direita, percorre 1.8km, continua em frente, percorre 2.1km, entra a esquerda, percorre 0.7km e retorna 0.7km, entra a esquerda, percorre 0.9km, entra a direita, percorre 4.2km e retorna 4.2km, entra a esquerda, percorre 0.9km, continua em frente, percorre 2.1km, entra a esquerda, percorre 0.5km até a escola Apolônia Rossi. Perfazendo um total de 27.3km diários. (sendo 7.4km pavimentados e 19.9km não pavimentados).</p> <p>MEIO DIA – Sai da escola, percorre 0.5k, entra a direita, percorre 2.1km, entra a esquerda, percorre 0.7km e retorna 0.7km, entra a esquerda, percorre 0.9km, entra a direita percorre 4.2km e retorna 4.2km, entra a esquerda, percorre 0.9km, continua em frente, percorre 2.1km, continua em frente, percorre 1.8km, entra a esquerda, percorre 4.0km, entra a esquerda, percorre 1.5km e retorna 1.5km, continua em frente, percorre 4.0km, entra a direita, percorre 1.2km até o ponto final da rota e retorna 5.6km até a escola Apolônia Rossi. Perfazendo um total de 35.9km diários. (sendo 13.0km pavimentados e 22.9km não pavimentados).</p> <p>VESPERTINO – Sai da escola, percorre 0.5k, entra a direita, percorre 2.1km, entra a esquerda, percorre 0.7km e retorna 0.7km, entra a esquerda, percorre 0.9km, entra a direita percorre 0.6km e retorna 0.6km, entra a esquerda, percorre 0.9km, continua em frente 2.1km, continua em frente, percorre 1.8km, entra a esquerda, percorre 4.0km, entra a esquerda, percorre 1.5km e retorna 1.5km, continua em frente, percorre 4.0km, entra a direita, percorre 1.2km até o ponto final da rota. Perfazendo um total de 23.1km diários. (sendo 7.4km pavimentados e 15.7km não pavimentados).</p> <p>Manhã : $1.2 + 4.0 + 4.0 + 1.8 + 2.1 + 0.7 + 0.7 + 0.9 + 4.2 + 4.2 + 0.9 + 2.1 + 0.5 = 27.3\text{km}$</p> <p>Meio dia : $0.5 + 2.1 + 0.7 + 0.7 + 0.9 + 4.2 + 4.2 + 0.9 + 2.1 + 1.8 + 4.0 + 1.5 + 1.5 + 4.0 + 1.2 + 5.6 = 35.9\text{km}$</p> <p>Tarde : $0.5 + 2.1 + 0.7 + 0.7 + 0.9 + 0.6 + 0.6 + 0.9 + 2.1 + 1.8 + 4.0 + 1.5 + 1.5 + 4.0 + 1.2 = 23.1\text{km}$</p> <p>Total dos turnos : $27.3 + 35.9 + 23.1 = 86.3\text{km}$</p>	MATUTINO/V ESPERTINO	5838	153.247,50	12285	246.928,50	29	30

TRAJETO	DESCRIÇÃO	TURNO DE EXECUÇÃO	KM PAVIMENTADA (ANUAL)	PREÇO ANUAL KM PAVIMENTADO	KM NÃO PAVIMENTADO (ANUAL)	PREÇO ANUAL KM NÃO PAVIMENTADO	ITENS	
Trajetos 08 - Lote 02	<p>MATUTINO - Sai às 6h00min (Ponto de referência: km11 Posto Perfil), percorre 2.0km, entra a esquerda, percorre 5.3km, entra direita, percorre 3.6km, entra a direita, percorre 2.8km e retorna 2.8km, continua em frente, percorre 0.9km, entra a direita, percorre 3.1km e retorna 3.1km, entra a direita, percorre 8.2km até a escola Apolônia Rossi. Perfazendo um total de 31.8km. (sendo 16.6km pavimentados e 15.1km não pavimentados).</p> <p>MEIO DIA – Sai da escola, percorre 8.2k, entra a esquerda, percorre 3.1km e retorna 3.1km, entra a esquerda, percorre 0.9km, entra a direita, percorre 3.6km, faz curva a esquerda, percorre 5.3km, entra a direita, percorre 2.0km até o ponto final da rota e retorna 2.0km, continua em frente, percorre 2.8km, continua em frente, percorre 0.9km, continua em frente, percorre 8.2km até a escola Apolônia Rossi. Perfazendo um total de 40.1km diários. (sendo 25.0km pavimentados e 15.1km não pavimentados).</p> <p>VESPERTINO – Sai da escola, percorre 8.2k, entra a esquerda, percorre 3.1km e retorna 3.1km, entra a esquerda, percorre 0.9km, entra a direita, percorre 3.6km, faz curva a esquerda, percorre 5.3km, entra a direita, percorre 2.0km até o ponto final da rota. Perfazendo um total de 26.2km. (sendo 11.0km pavimentados e 15.1km não pavimentados).</p> <p>Manhã : $2.0 + 5.3 + 3.6 + 2.8 + 2.8 + 0.9 + 3.1 + 3.1 + 8.2 = 31.8\text{km}$ Meio dia : $8.2 + 3.1 + 3.1 + 0.9 + 3.6 + 5.3 + 2.0 + 2.0 + 2.8 + 0.9 + 8.2 = 40.1\text{km}$ Tarde : $8.2 + 3.1 + 3.1 + 0.9 + 3.6 + 5.3 + 2.0 = 26.2\text{km}$ Total dos turnos : $31.8 + 40.1 + 26.2 = 97.9\text{km}$</p>	MATUTINO/V ESPERTINO	11046	212.966,88	9513	217.752,57	31	32
Trajetos 01 - Lote 03	<p>MATUTINO - Sai às 6h00min (Ponto de referência: 2ª linha), percorre 2.8km, entra a esquerda, percorre 4.0km, entra a esquerda, percorre 2.0km e retorna 2.0km, continua em frente e percorre 7.8km, entra a esquerda, percorre 4.0km, entra a esquerda, percorre 8.4km, passando pelas escolas de Presidente Médici. Perfazendo um total de 62.0km diários. (sendo 24.8km pavimentados e 37.2km não pavimentados).</p> <p>$2.8 + 4.0 + 2.0 + 2.0 + 7.8 + 4.0 + 8.4 = 31.0 \times 2 = 62.0\text{km}$</p>	MATUTINO	5208	131.866,56	7812	202.565,16	33	34
Trajetos 03 - Lote 03	<p>MATUTINO - Sai às 6h00min (Ponto de referência: RO135), percorre 5.6km, continua em frente, percorre 5.2km e retorna 5.2km, entra a direita, percorre 4.0km, continua em frente, percorre 2.4km e retorna 2.4km, entra a direita, percorre 9.8km, entra a esquerda, percorre 8.5km, passando pelas escolas de Presidente Médici. Perfazendo um total de 86.2km diários. (sendo 68.0km pavimentados e 18.2km não pavimentados).</p> <p>$5.6 + 5.2 + 5.2 + 4.0 + 2.4 + 2.4 + 9.8 + 8.5 = 43.1 \times 2 = 86.2\text{km}$</p>	MATUTINO	14280	230.764,80	3822	99.104,46	35	36
Trajetos 03 - Lote 03	<p>MATUTINO - Sai às 6h00min (Ponto de referência: assentamento), percorre 1.9km, continua em frente, percorre 1.3km e retorna 1.3km, entra a direita, percorre 6.1km, continua em frente e percorre 1.3km e retorna 1.3km, entra a esquerda, percorre 1.5km, continua em frente, percorre 1.2km e retorna 1.2km, entra a direita, percorre 4.0km, entra a esquerda, percorre 10.0km, entra a direita, percorre 5.5km, entra a esquerda, percorre 8.6km, passando pelas escolas de Presidente Médici. Perfazendo um total de 90.4km diários. (sendo 27.8km pavimentados e 62.6km não pavimentados).</p> <p>$1.9 + 1.3 + 1.3 + 6.1 + 1.3 + 1.3 + 1.5 + 1.2 + 1.2 + 4.0 + 10.0 + 5.5 + 8.6 = 45.2 \times 2 = 90.4\text{km}$</p>	MATUTINO	5628	142.500,96	11550	217.140,00	37	38

TRAJETO	DESCRIÇÃO	TURNO DE EXECUÇÃO	KM PAVIMENTADA (ANUAL)	PREÇO ANUAL KM PAVIMENTADO	KM NÃO PAVIMENTADO (ANUAL)	PREÇO ANUAL KM NÃO PAVIMENTADO	ITENS	
Trajetos 04 - Lote 03	MATUTINO - Sai às 6h05min (Ponto de referência: 2ª linha próximo a BR429), percorre 7.6km, entra direita, percorre 2.0km, entra a direita, percorre 2.0km, entra a esquerda, percorre 2.0km, entra a direita, percorre 5.6km, entra a esquerda, percorre 4.0km, entra a esquerda, percorre 8.4km passando pelas escolas de Presidente Médici. Perfazendo um total de 63.2km diários. (sendo 24.8km pavimentados e 38.4km não pavimentados). $7.6 + 2.0 + 2.0 + 2.0 + 5.6 + 4.0 + 8.4 = 31.6 \times 2 = 63.2\text{km}$	MATUTINO	5208	136.710,00	8064	218.292,48	39	40
Trajetos 05 - Lote 03	MATUTINO - Sai às 5h40min (Ponto de referência: linha118, próximo ao riachuelo), percorre 11.4km entra a esquerda, percorre 2.9km, faz curva a direita, percorre 9.4km, entra a esquerda, percorre 8.1km passando pelas escolas em Presidente Médici. Perfazendo um total de 63.6km diários. (sendo 16.2km pavimentado e 47.4km não pavimentados). $11.4 + 2.9 + 9.4 + 8.1 = 31.8 \times 2 = 63.6\text{km}$	MATUTINO	3234	81.884,88	10122	219.141,30	41	42
Trajetos 06 - Lote 03	MATUTINO - Sai às 6h00min (Ponto de referência: linha 136 km 15), percorre 3.5km, continua em frente e percorre 2.0km e retorna 2.0km, entra a direita, percorre 4.1km, entra a direita, percorre 1.3km e retorna 1.3km, faz curva a direita, percorre 0.5km, continua em frente e percorre 1.2km e retorna 1.2km, entra a esquerda, percorre 23.8km passando pelas escolas de Presidente Médici. Perfazendo um total de 81.8km diários. (sendo 81.8km não pavimentados). $3.5 + 2.0 + 2.0 + 4.1 + 1.3 + 1.3 + 0.5 + 1.2 + 1.2 + 23.8 = 40.9 \times 2 = 81.8\text{km}$	MATUTINO	0	0,00	17178	241.350,90		43
Trajetos 07 - Lote 03	MATUTINO - Sai às 6h20min (Ponto de referência: BR364, próximo a trevo do Estrela de Rondônia), percorre 12.7km, entra direita, percorre 3.2km e retorna 3.2km, entra a direita, percorre 4.4km, entra a esquerda, percorre 1.7km e retorna 1.7km, entra a esquerda, percorre 18.2km passando pelas escolas de Presidente Médici. Perfazendo um total de 90.2km diários. (sendo 70.6km pavimentados e 19.6km não pavimentados). $12.7 + 3.2 + 3.2 + 4.4 + 1.7 + 1.7 + 18.2 = 45.1 \times 2 = 90.2\text{km}$	MATUTINO	14826	216.904,38	4116	106.727,88	44	45
Trajetos 08 - Lote 03	MATUTINO - Sai às 5h40min (Ponto de referência: km 11), percorre 2.9km, entra esquerda, percorre 3.9km e retorna 3.9km, entra a esquerda, percorre 1.2km e retorna 1.2km, entra a esquerda, percorre 3.6km, entra a direita, percorre 2.8km e retorna 2.8km, continua em frente e percorre 25.1km, passando pelas escolas de Presidente Médici. Perfazendo um total de 94.8km diários. (sendo 55.0km pavimentados e 39.8km não pavimentados). $2.9 + 3.9 + 3.9 + 1.2 + 1.2 + 3.6 + 2.8 + 2.8 + 25.1 = 47.4 \times 2 = 94.8\text{km}$	MATUTINO	11550	210.094,50	8358	216.722,94	46	47
Trajetos 09 - Lote 03	MATUTINO - Sai às 6h05min (Ponto de referência: km 17), percorre 4.0km, continua em frente e percorre 1.3km e retorna 1.3km, entra a esquerda, percorre 6.2km, entra a direita, percorre 5.0km, entra a esquerda, percorre 7.6km, entra a direita, percorre 1.1km e retorna 1.1km, entra a direita, percorre 11.9km, passando pelas escolas de Presidente Médici. Perfazendo um total de 79.0km diários. (sendo 39.0km pavimentados e 40.0km não pavimentados). $4.0 + 1.3 + 1.3 + 6.2 + 5.0 + 7.6 + 1.1 + 1.1 + 11.9 = 39.5 \times 2 = 79.0\text{km}$	MATUTINO	8190	207.370,80	8400	217.812,00	48	49
Trajetos 10 - Lote 03	MATUTINO - Sai às 5h50min (Ponto de referência: linha 128 próximo ao bar do Dau), percorre 1.4km entra a direita e percorre 6.4km, faz leve curva a direita e percorre 8.5km, entra a esquerda percorre 7.0km, entra a direita percorre 3.1km e retorna 3.1km, entra a direita percorre 12.5 km até as escolas de Presidente Médici. Perfazendo um total de 84.0km diários. (sendo 39.0km pavimentada e 45.0km não pavimentados). $1.4 + 6.4 + 8.5 + 7.0 + 3.1 + 3.1 + 12.5 = 42 \times 2 = 84.0\text{km}$	MATUTINO	8190	207.370,80	9450	204.592,50	50	51

TRAJETO	DESCRIÇÃO	TURNO DE EXECUÇÃO	KM PAVIMENTADA (ANUAL)	PREÇO ANUAL KM PAVIMENTADO	KM NÃO PAVIMENTADO (ANUAL)	PREÇO ANUAL KM NÃO PAVIMENTADO	ITENS	
Trajeto 11 - Lote 03	MATUTINO - Sai às 6h05min (Ponto de referência: linha 132/136), percorre 7.5km entra a esquerda, percorre 1.0km, entra a direita, percorre 4.3km, entra a esquerda percorre 5.5km, entra a direita, percorre 9.2km, entra a direita, percorre 2.4km, faz curva a esquerda, percorre 6.1km até as escolas de Presidente Médici. Perfazendo um total de 72.0km diários. (sendo 72.0km não pavimentados). $7.5 + 1.0 + 4.3 + 5.5 + 9.2 + 2.4 + 6.1 = 36 \times 2 = 72.0\text{km}$	MATUTINO	0	0,00	15120	230.428,80	52	
Trajeto 12 - Lote 03	NOTURNO - Sai às 17h20min (Ponto de referência: assentamento), percorre 10.0km, entra a direita, percorre 5.5km, entra a esquerda, percorre 3.3km, continua em frente e percorre 11.0km e retorna 11.0km, entra a direita, percorre 0.5km, até escola CEEJA Marechal Rondon. Perfazendo um total de 82.6km diários. (sendo 62.6km pavimentados e 20.0km não pavimentados). $10.0 + 5.5 + 3.3 + 11.0 + 11.0 + 0.5 = 41.3 \times 2 = 82.6\text{km}$	NOTURNO	13146	212.439,36	4200	108.906,00	53	54
Trajeto Extra 01	MATUTINO - Sai às 6h30min (Ponto de referência: Bandeira Branca), percorre 1,6km, entra a esquerda, percorre 4.0km, entra a direita, percorre 2.2km, entra a direita, percorre 1.8km, entra a esquerda, percorre 12.4km passando pelas escolas de Presidente Médici. Perfazendo um total de 44.0km diários. (sendo 28.0 pavimentado e 16.0km não pavimentados). $1.6 + 4.0 + 2.2 + 1.8 + 12.4 = 22.0 \times 2 = 44.0\text{km}$	MATUTINO	5880	154.350,00	3360	90.955,20	55	56
Trajeto Extra 02	MATUTINO - Sai às 6h30min (Ponto de referência: BR 429), percorre 12.7km, entra a esquerda, percorre 2.9km, entra a direita, percorre 6.5km passando pelas escolas de Presidente Médici. Perfazendo um total de 44.2km diários. (sendo 25.4 pavimentado e 18.8km não pavimentados). $12.7 + 2.9 + 6.5 = 22.1 \times 2 = 44.2\text{km}$	MATUTINO	5334	135.056,88	3948	102.371,64	57	58
Trajeto Extra 03	MATUTINO - Sai às 6h30min (Ponto de referência: linha 128, entra da EMBRAPA), percorre 5.4km, entra a esquerda, percorre 4.0km e retorna 4.0km, entra a esquerda, percorre 4.0km, entra a direita, percorre 3.2km, entra a esquerda, percorre 7.3km, faz curva a direita, percorre 7.9km passando pelas escolas de Presidente Médici. Perfazendo um total de 71.6km diários. (71.6km não pavimentados). $5.4 + 4.0 + 4.0 + 4.0 + 3.2 + 7.3 + 7.9 = 35.8 \times 2 = 71.6\text{km}$	MATUTINO	0	0,00	15036	229.148,64		59
Trajeto Extra 04	MATUTINO - Sai às 6h30min (Ponto de referência: linha 128), percorre 5.7km, entra a esquerda, continua em frente, percorre 1.7km e retorna 1.7km, entra a esquerda, percorre 2.0km, continua em frente, percorre 3.0km e retorna 3.0km, entra a esquerda, percorre 4.0km, entra a esquerda, percorre 1.7km, entra a direita, percorre 3.7km, faz curva a esquerda, percorre 2.2km, faz curva a esquerda, percorre 8.0km passando pelas escolas de Presidente Médici. Perfazendo um total de 73.4km diários. (73.4km não pavimentados). $5.7 + 1.7 + 1.7 + 2.0 + 3.0 + 3.0 + 4.0 + 1.7 + 3.7 + 2.2 + 8.0 = 36.7 \times 2 = 73.4\text{km}$	MATUTINO	0	0,00	15414	234.909,36		60
Trajeto Extra 05	MATUTINO - Sai às 6h30min (Ponto de referência: restaurante panela cheia), percorre 3.9km, entra a esquerda, continua em frente, percorre 2.6km e retorna 2.6km, entra a direita, percorre 1.4km, continua em frente, percorre 0.6km e retorna 0.6km, entra a direita, percorre 4.2km, entra a esquerda, percorre 8.6km passando pelas escolas de Presidente Médici. Perfazendo um total de 49.0km diários. (17.2km pavimentado e 31.8km não pavimentados). $3.9 + 2.6 + 2.6 + 1.4 + 0.6 + 0.6 + 4.2 + 8.6 = 24.5 \times 2 = 49.0\text{km}$	MATUTINO	3612	62.126,40	6678	212.360,40	61	62



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL

NOTA TÉCNICA Nº 2/2025/SUPEL-COEDU

INTERESSADO: LICITANTES.

ASSUNTO: Justificativa para o cadastramento de 62 itens no sistema Compras.gov referente à contratação de empresa especializada para prestação de serviços contínuos de transporte escolar no município de Presidente Médici/RO e regiões.

Informa-se que o objeto do presente Instrumento Convocatório consiste na contratação de empresa especializada na prestação de serviços contínuos de **transporte escolar**, com fornecimento de veículos tipo ônibus, incluindo **abastecimento, rastreamento, monitoramento, manutenção, motoristas e monitores em toda a frota contratada**, para atender os alunos matriculados na rede estadual de educação residentes na zona rural, no município de Presidente Médici/RO e regiões.

O serviço será executado **por quilometragem percorrida (KM/MÊS)**, durante o período de **12 (doze) meses**, considerando o total de **210 (duzentos e dez) dias contratados**, sendo **200 dias letivos** e **10 dias destinados à realização de provas de recuperação e exames finais**.

Durante a elaboração do planejamento técnico e da planilha orçamentária **ANEXO VIII do Instrumento Convocatório**, foram inicialmente definidos **40 (quarenta) itens**, com base nos trajetos identificados. No entanto, verificou-se que cada item contemplava **dois valores distintos**, conforme a natureza da via em que o transporte será executado:

- Trajeto com **via pavimentada**;
- Trajeto com **via não pavimentada**.

Tendo em vista que o sistema **Compras.gov** não permite o cadastramento de itens com **mais de um valor unitário**, tornou-se **necessário desmembrar** os 40 itens iniciais, de forma a registrar separadamente os valores de acordo com o tipo de trajeto percorrido.

Dessa forma, procedeu-se ao **cadastramento de 62 (sessenta e dois) itens distintos** no sistema, os quais refletem fielmente a divisão dos percursos conforme suas especificidades. A **planilha detalhada**, contendo os 62 itens com a devida indicação do tipo de via, quilometragem, valor por KM/MÊS e demais informações pertinentes, **segue sendo o anexo IX** ao presente Instrumento Convocatório para fins de transparência, publicidade e perfeita compreensão pelas empresas interessadas.

Sem mais para o momento.

Róger Martins Cardoso

Pregoeiro - SUPEL-COEDU

Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL



Documento assinado eletronicamente por **Róger Martins Cardoso, Pregoeiro(a)**, em 30/05/2025, às 12:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Franciara Sobrinho do Nascimento, Assessor(a)**, em 30/05/2025, às 12:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0060490106** e o código CRC **98D98D88**.

Referência: Caso responda esta Nota Técnica, indicar expressamente o Processo nº 0029.008066/2024-13

SEI nº 0060490106